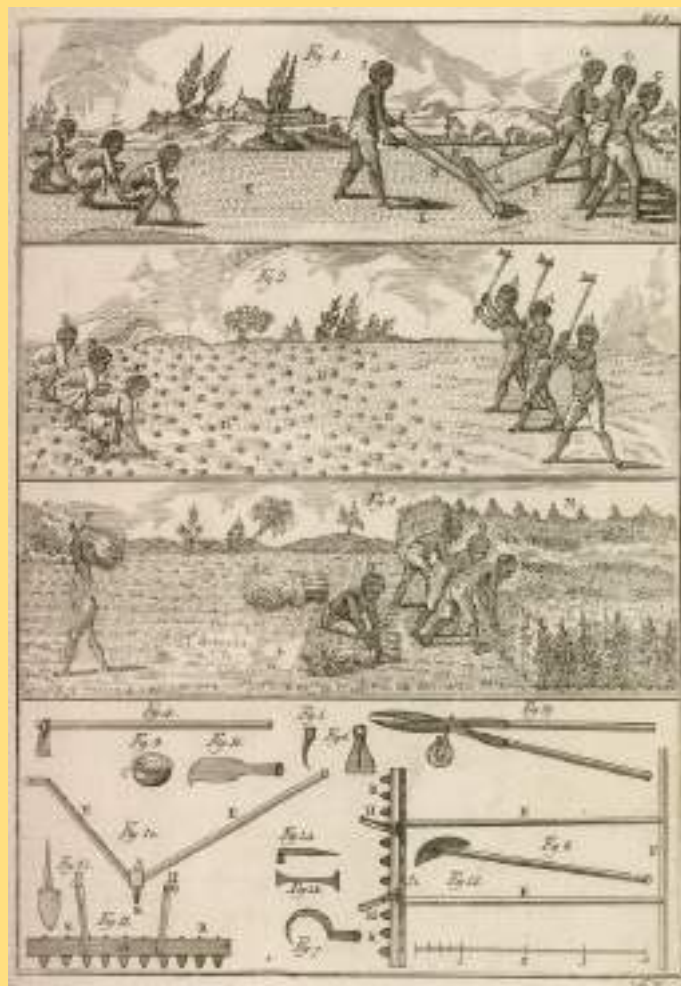


REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA



ANO 14
VOLUME 14
NÚMERO 2

2020

Programa de Pós-graduação em História Comparada - UFRJ



REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

2020

Ano 14

Volume 14

Número 2



Revista de História Comparada. Programa de Pós-graduação em História Comparada/UFRJ.
Ano 14, v. 14, n. 2.
Rio de Janeiro: PPGHC, 2020.
Semestral
ISSN: 1981-383X
História Comparada. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em História Comparada.

Programa de Pós-Graduação em História Comparada

Endereço: Largo de São Francisco de Paula, n. 1, sala 311 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

BRASIL – CEP 20051-070

Tel.: 0 XX 21 2221-4049

Tel e Fax : 0 XX 21 2221-4049

Fax: 0 XX 21 2221-1470

Email: hcomparada@gmail.com

Site: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada>

<http://www.ppghc.historia.ufrj.br/index.php/destaque/publicacoes/revista-de-historia-comparada>

Edição:

Paulo Pachá

Assistência Editorial e Revisão:

André Rocha de Oliveira

Nathália Serenado da Silva

Stéphanie Barros Madureira

Montagem e projeto gráfico da capa:

Débora El Jaick Andrade

Stéphanie Barros Madureira

Imagem da capa:

Cultivador (1806). Desenho de José Mariano Conceição Velloso para a obra “O fazendeiro do Brasil”.

Disponível em:

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jos%C3%A9_Mariano_da_Conceicao_Velloso_-_O_fazendeiro_do_Brazil_-_cultivador.jpg

REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA
Ano 14 – Volume 14 – Número 2 – Dez/2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Denise Pires de Carvalho

INSTITUTO DE HISTÓRIA
Diretora: Norma Côrtes Gouveia de Melo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA
Coordenador: Fábio de Souza Lessa

EDITOR RESPONSÁVEL

Paulo Pachá (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

COMITÊ EDITORIAL

Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Débora El Jaick Andrade (Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil)
Flávio dos Santos Gomes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Leila Rodrigues da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Paulo Duarte Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Paulo Pachá (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Victor Andrade de Melo (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

COMITÊ DE APOIO TÉCNICO

André Rocha de Oliveira (Doutorando – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Nathalia Serenado da Silva (Doutoranda – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Stéphanie Barros Madureira (Doutoranda – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

Anita Leocádia Prestes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Carlos Roberto Antunes dos Santos (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil)
Diva do Couto Muniz (Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil)
Dulce Oliveira Amarante dos Santos (Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil)
Gilson Rambelli (Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil)
Gilvan Ventura da Silva (Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil)
Jean Marcel Carvalho França (Universidade Estadual Paulista, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Joana Maria Pedro (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil)
José Antônio Dabdab Trabuls (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil)
José Rivair Macedo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)
Maria do Amparo Tavares Maleval (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Maria Gabriela Martin Ávila (Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil)
Maria Helena Rolim Capelato (Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Marina de Mello e Souza (Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Paulo Gilberto Fagundes Vizentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)
Renata Menezes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Renan Frighetto (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil)
Terezinha Oliveira (Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil)
Valdemir Donizette Zamparoni (Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

Carlos Barros (Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, A Coruña, Espanha)
José Luis Fontes (Universidade do Minho, Braga, Portugal)
Maria de Fátima Souza e Silva (Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal)
Maria Cecília Colombani (Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, Buenos Aires, Argentina)
Maria Manuela Martins (Universidade do Minho, Braga, Portugal)
Mariana Benedetti (Università degli Studi di Milano, Milano, Itália)
Norberto Consani (Universidad Nacional de la Plata, La Plata, Buenos Aires, Argentina)
Nuno Simões Rodrigues (Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal)
Patrícia Grau-Dieckmann (Universidad Nacional de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina)
Pieter Lagrou (Institut d'Histoire du Temps Présent, Île-de-France, França)
Stefan Rinke (Universidade Livre de Berlim, Berlim, Alemanha)

Sumário

DOSSIÊ TEMÁTICO

QUESTÕES RURAIS NA AMÉRICA LATINA EM PERSPECTIVA COMPARADA

SENHORIOS, CAPITANIAS E SESMARIAS EM DISPUTA: REINTERPRETANDO ALGUMAS TESES SOBRE A APROPRIAÇÃO TERRITORIAL NA COLONIZAÇÃO DA AMÉRICA PORTUGUESA (1375-1677).....P. 08

LANDLORDSHIPS, CAPTAINSHIPS AND SESMARIAS IN DISPUTE: REINTERPRETING SOME THESIS ABOUT TERRITORIAL APPROPRIATION IN THE COLONIZATION OF PORTUGUESE AMERICA (1375-1677)

Manoela Pedroza

GANHANDO O MERCADO: OS GRÃOS NA EUROPA E NA AMÉRICA DO LOCAL AO GLOBAL (SÉCULOS XVIII-XIX).....P. 45

WINNING THE MARKET: GRAINS IN EUROPE AND AMERICA: FROM LOCAL TO GLOBAL (18th-19th CENTURIES)

María Verónica Secreto

MUDAR PARA PERMANECER: O ATRASO DA AGRICULTURA BRASILEIRA SOB PERSPECTIVA COMPARADA (SÉCULOS XIX E XX).....P. 73

CHANGE TO LAST:THE BACKWARDNESS OF BRAZILIAN AGRICULTURE FROM A COMPARATIVE PERSPECTIVE (19TH AND 20TH CENTURIES)

Marcio Both

LA ARGENTINA RURAL EN CLAVE REGIONAL ENTRE LA AGROINDUSTRIA Y LA EXPLOTACIÓN FORESTAL (1880-1960).....P. 111

RURAL ARGENTINA IN REGIONAL TERMS BETWEEN THE AGOINDUSTRY AND FORESTRY EXPLOITATION (1880 – 1960)

Noemí M. Girbal-Blacha

¿REFORMA AGRARIA SECUNDARIA? EL REPARTO DE TIERRA EJIDAL EN DOS REGIONES DEL OCCIDENTE Y NORTE DE MÉXICO EN LA PRIMERA MITAD DEL SIGLO XX.....P. 155

SECONDARY AGRARIAN REFORM? EJIDAL LAND ALLOCATION IN TWO REGIONS OF WESTERN AND NORTHERN MEXICO IN MID TWENTIETH CENTURY

Luis Alejandro Pérez Ortiz ; Fernando Marco Calleros García

DESENVOLVIMENTO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA CONSTRUÇÃO DE GRANDES OBRAS NA AMAZÔNIA E NA PATAGÔNIA (1964-1974)..... P. 189

DESARROLLO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTALES EN LA CONSTRUCCIÓN DE GRANDES OBRAS EN AMAZONIA Y PATAGONIA (1964-1974)

Martha Ruffini ; César Martins de Souza

DA REVOLUÇÃO CUBANA AO NEOLIBERALISMO: MOVIMENTOS CAMPESINOS, REFORMA E CONTRARREFORMA AGRÁRIA NA AMÉRICA LATINA (1959-1990).....P. 226

FROM CUBAN REVOLUTION TO NEOLIBERALISM: PEASANT MOVEMENTS, AGRARIAN REFORM AND AGRARIAN COUNTERREFORM IN LATIN AMERICA (1959-1990)

Vanderlei Vazelesk Ribeiro

CONSENSO DO GLIFOSATO: POLÍTICAS AGRÁRIAS E CONFLITOS RURAIS NA ONDA PROGRESSISTA DA AMÉRICA LATINA (1998-2016).....P. 260

GLYPHOSATE CONSENSUS: AGRARIAN POLICIES AND RURAL CONFLICTS IN THE LATIN AMERICAN PINK TIDE (1998-2016)

Fábio Luis Barbosa dos Santos ; Joana Salém Vasconcelos

ARTIGOS LIVRES

GUERRA, CULTURA E LUDICIDADE: UM DIÁLOGO ENTRE CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE EM CLAUSEWITZ, KEEGAN E HUIZINGA.....P. 302

WAR, CULTURE, AND THE PLAY-ELEMENT: A DIALOG BETWEEN CIVILISATION AND BARBARISM IN CLAUSEWITZ, KEEGAN AND HUIZINGA

Marcello José Gomes Loureiro ; Pedro Henrique de Souza Ribeiro

CORDIALIDADE: CRÍTICA NIETZSCHIANA E AMBIVALÊNCIA DO HOMEM "MODERNO" BRASILEIRO EM RAÍZES DO BRASIL (1936).....P. 330

CORDIALITY: NIETZSCHEAN CRITICISM AND AMBIVALENCE OF THE "MODERN" BRAZILIAN MAN IN RAÍZES DO BRASIL (1936)

Damião Duque Farias

DOSSIÊ TEMÁTICO

***QUESTÕES RURAIS NA AMÉRICA LATINA EM
PERSPECTIVA COMPARADA***

Organizador: Vanderlei Vazelesk Ribeiro

SENHORIOS, CAPITANIAS E SESMARIAS EM DISPUTA: REINTERPRETANDO ALGUMAS TESES SOBRE A APROPRIAÇÃO TERRITORIAL NA COLONIZAÇÃO DA AMÉRICA PORTUGUESA (1375-1677)

Manoela Pedroza¹

Resumo: O modelo da mudança institucional e o conceito de path dependence, desenvolvidos pela Nova Economia Institucional, tentaram explicar, entre outras coisas, o enorme peso das instituições proprietárias ibéricas no subdesenvolvimento ulterior de suas colônias. Mas modelos abstratos e teses apriorísticas não servem para a explicação de processos históricos reais. Aos historiadores cabe entender como determinadas estruturas de dominação e exploração foram efetivamente construídas, reproduzidas ou destruídas ao longo do tempo. É preciso situar as instituições na teia de relações sociais e interesses políticos que tornaram possível a efetivação de algumas normas (e não outras) e a realização de certas mudanças institucionais (e não outras). Para realizar esse intento escolhemos como objeto de análise duas instituições proprietárias do Reino português: o senhorio jurisdicional e a sesmaria. O objetivo deste artigo é contextualizar a criação e a realização destas instituições, dar conta dos interesses e dos conflitos envolvidos na sua execução concreta, e perceber formas de apropriação endógena nos contextos coloniais, especificamente na América portuguesa nos primeiros séculos de colonização. A comparação empreendida se dará no campo teórico, entre o conceito de *instituição* proposto pelos neoinstitucionalistas e a uma nova proposta da história social da propriedade. E também entre dois contextos históricos distintos – O Reino de Portugal e a América portuguesa – com o intuito de entrever apropriações sociais distintas das instituições proprietárias portuguesas originais. O texto está baseado num amplo levantamento e revisão dos estudos de caso sobre esses temas, incluindo pesquisas da própria autora.

Palavras-chave: Capitania; Sesmaria; Senhorio.

LANDLORDSHIPS, CAPTAINSHIPS AND SESMARIAS IN DISPUTE: REINTERPRETING SOME THESIS ABOUT TERRITORIAL APPROPRIATION IN THE COLONIZATION OF PORTUGUESE AMERICA (1375-1677)

Abstract: The model of institutional change and the concept of path dependence, developed by the New Institutional Economy, tried to explain, among other things, the enormous weight of Iberian property institutions in the further underdevelopment of their colonies. However, abstract models and *a priori* thesis are not a good basis for explaining real historical processes. Historians are responsible for checking these hypotheses to understanding how certain structures of domination and exploitation were effectively built, reproduced or destroyed over time. It is necessary to place the institutions in the network of social relations and political interests that made possible to implement some norms (and not others) and to carry out certain institutional changes (and not others). In order to achieve this goal, we chose as object two property institutions of the Portuguese Kingdom: the jurisdictional landlordship and the *sesmaria*. The purpose of this article is to contextualize the creation and realization of these institutions, taking into consideration the interests and conflicts involved in their concrete execution and the forms of endogenous appropriation in colonial contexts, specifically Portuguese America of the first centuries of colonization. The comparison undertaken will take place in the theoretical field, between the concept of *institution* proposed by the neoinstitutionalists and a new proposal in the

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: manoelap@gmail.com

social history of property. And also between two distinct historical contexts - The Kingdom of Portugal and Portuguese America - in order to glimpse different social appropriations from the original Portuguese proprietary institutions. The text is based on an extensive survey and review of case studies on these topics, including research by the author herself. **Keywords:** Landlordship; Captainship; *Sesmaria*.

Introdução

O processo conhecido como colonização na Idade Moderna, através do qual países europeus descobriram, conquistaram e estabeleceram relações de dominação econômica, política, religiosa e racial sobre os povos do continente americano, é um elemento chave para a compreensão das características marcantes da estrutura atual destes países. Desde suas independências políticas, os impactos da colonização se tornaram objeto de ardorosos debates justamente por identificarem os responsáveis pelas várias camadas de dominação e se confrontarem com a enorme dificuldade de transformar estruturas econômicas concentradoras de riquezas, poderes locais calcados na violência e no mandonismo, e sociedades profundamente desiguais.² Por outro lado, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os economistas, paladinos da modernização e planejadores do desenvolvimento também passaram a se preocupar com as formas encontradas pelos países de 3º mundo de superar seu pesado fardo colonial, já que, a partir dos anos 1950, foi justamente em regiões mais pobres, exploradas e oprimidas que emergiram revoluções socialistas, como na China, em Cuba, na Argélia e no Vietnã.³

² Podemos citar duas características do processo de colonização portuguesa sobre o Brasil que foram e ainda são objeto de debate: o primeiro versa sobre as condições reais de dominação do Estado português sobre o seu grande império ultramarino, oscilando deste um Estado precocemente centralizado, absolutista e dinâmico, até uma monarquia fraca, conservadora e pobre. Este debate foi inaugurado pela obra de Antônio Manuel Hespanha (HESPANHA, Antônio Manuel. **As vésperas do Leviathan: instituições e poder político (Portugal, século XVII)**. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.) e está sintetizado em Hespanha, Antônio Manuel. A constituição do Império Português: revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, J., BICALHO, M. F. e GOUVÊA, M. d. F. S. (orgs.) **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 163-188. Um segundo debate reside na avaliação de qual seria o elemento determinante das economias coloniais e, portanto, condição *sine qua non* para superação da condição colonial: o pacto colonial (entendido como exclusivo comercial imposto pela metrópole) ou a escravidão (que sabidamente sobreviveu à dominação colonial e, portanto, não pode ser entendida apenas como uma imposição da metrópole). Este segundo debate foi inaugurado pela tese de Fernando Novais (NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.) e perpassa boa parte da produção da história econômica colonial. Uma coletânea que sumariza os principais elementos deste debate é LAPA, José R. do Amaral (org). **Modos De Produção E Realidade Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980.

³ BRESSER-PEREREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. **Perspectivas**, São Paulo, vol. 38, p. 17-48, jul./dez de 2010.

Entender as estruturas socioeconômicas geradas pela dominação colonial para controlar os conflitos e os processos de transformação que emergiam nestes países era crucial para a reprodução da dominação capitalista.

No bojo deste debate o economista estadunidense Douglass North buscou explicar o desenvolvimento econômico tão desigual através da teoria da mudança institucional. O conjunto de sua obra o fez merecer o Prêmio Nobel de economia em 1993. Dentro deste modelo a propriedade da terra tem papel chave, pois North entendeu-a como uma instituição determinante para o desenvolvimento econômico. Ele considerou que a mudança institucional que consolidou a propriedade privada foi um fator decisivo para explicar porque algumas regiões se desenvolveram (no sentido capitalista) e outras permaneceram atrasadas. Segundo North, haveria algumas poucas nações europeias que criaram “boas e eficientes” instituições proprietárias, no sentido de fomentar o crescimento econômico e dar segurança aos proprietários, e uma maioria onde reinaram instituições ruins, ineficientes e que não trabalhariam em favor da competição e dos investimentos produtivos. Para ele, direitos senhoriais ou direitos coletivos, oriundos dos antigos sistemas feudais, tenderam a aumentar os custos das transações e a insegurança dos proprietários, funcionando como obstáculos ao crescimento econômico. Portanto, livrar-se desses antigos sistemas e dar segurança ao proprietário privado seria indispensável para deslançar o ciclo virtuoso do crescimento.⁴

Além disso, North buscou explicar o subdesenvolvimento através do conceito de path dependence. Segundo ele, ao colonizarem o Novo Mundo, as metrópoles europeias levaram aos novos territórios suas instituições. Aquelas que tinham e exportaram “boas” instituições para suas colônias as permitiram se desenvolver, como a Inglaterra fez com os EUA. Já metrópoles como Portugal e Espanha exportaram instituições ineficientes, o que alimentou formas de enriquecimento baseadas em princípios não capitalistas (como monopólios, escravidão e privilégios), das quais secularmente se nutriram elites locais que, por sua vez, agem politicamente no sentido de impedir que todo o sistema se transforme. Esse ciclo

⁴ NORTH, Douglass. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990; *Idem* (org.) **Understanding the Process of Economic Change**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

vicioso transformou as antigas colônias ibéricas em países atrasados.⁵ O conceito de path dependence, desde então, tem originado uma série de pesquisas no sentido de demonstrar o enorme peso da herança colonial, sobretudo a ibérica, no subdesenvolvimento ulterior de suas colônias. Há alguns anos historiadores econômicos de diversas partes do antigo império ultramarino português têm se debruçado sobre a forma com as instituições do Reino português foram determinantes (ou não) para o desenvolvimento ulterior de seus países.⁶

No entanto, nas últimas décadas, diversas pesquisas e debates têm sido travados a respeito de como reinterpretar os modelos de desenvolvimento econômico e a path dependence dos países pobres. Rosa Congost foi a primeira a questionar os modelos e a forma abstrata, tautológica e idealizava sobre a qual constroem suas premissas.⁷ Segundo ela, estes princípios abstratos foram efetivamente utilizados para justificar uma série de medidas de expropriação de direitos de propriedade, em nome da segurança e da proteção dos direitos específicos do grupo que detinha o poder político na ocasião (burgueses ou não, empreendedores ou não, proprietários privados ou não).⁸ Depois dela, inúmeros historiadores sociais e econômicos, a partir de inúmeros estudos de caso e de inquietações teóricas e políticas, começaram a questionar algumas das bases sobre as quais se assenta a teoria da mudança institucional. Gérard Béaur e Jean-Michel Chevet, que organizaram e refletiram sobre o conjunto destas novas pesquisas, acabaram por concluir que não houve, ao longo da história, uma relação unívoca entre a afirmação da propriedade privada e o desenvolvimento econômico. Segundo eles, as teses da Nova Economia Institucional são muito atraentes, mas ainda não

⁵ *Idem. Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico*. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

⁶ SERRÃO, José Vicente, *et al.* (orgs.) **Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires**. Lisboa: CEHC, ISCTE-IUL, 2014. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2718>. Acesso em 15/03/2019; SERRÃO, José Vicente e RODRIGUES, Eugénia. Migration and accommodation of property rights in the Portuguese Eastern Empire, sixteenth-nineteenth centuries. In: CONGOST, R., GELMAN, J. e SANTOS, R. (orgs.) **Property Rights in Land: issues in social, economic and global history**. Londres: Routledge, 2017, p. 9-31.

⁷ CONGOST, Rosa e SANTOS, Rui. From formal institutions to the social context of property. In: CONGOST, R. e SANTOS, R. (orgs.) **Contexts of Property in Europe: the social embeddedness of property in land in historical perspective**. (Coleção Rural History in Europe). vol. 5. Turnhout, Bélgica: Brepols, 2010, p. 15-38.

⁸ CONGOST, Rosa. **Tierras, leyes, historia: estudios sobre "la gran obra de la propiedad"**. (Coleção Crítica del mundo moderno). Barcelona: Crítica, 2007.

foram testadas. Ainda é preciso checar como o desenvolvimento econômico de fato realmente aconteceu.⁹

Mais recentemente, Rosa Congost, Jorge Gelman e Rui Santos indicaram novos limites e problemas da teoria da mudança institucional e do conceito de path dependence. Segundo eles, instituições devem ser encaradas sistemas de regras executáveis, por que os resultados alcançados dependem de quem, como e quais normas deste sistema serão executadas. As instituições podem ser vistas como recursos a serem utilizados por agentes interessados em produzir determinados resultados. Também é preciso entender as relações sociais e os interesses políticos em torno de instituições que possibilitaram a efetivação de algumas normas (e não outras) e a realização de certas mudanças institucionais (e não outras). Por fim, é preciso conhecer quais ferramentas de poder uma determinada instituição se utilizou para conseguir dominar uma sociedade num dado momento. Precisamos ir além da norma jurídica, da lei escrita e de uma história ‘vista de cima’ para entender o grau de hegemonia, resistência e hibridismo de uma dada instituição.¹⁰

É nesta seara que que insere este artigo. A partir da pesquisa que realizamos nos últimos anos (consubstanciada em uma tese de doutorado¹¹, um livro¹², alguns papers e artigos¹³), selecionamos alguns elementos que nos possibilitam adentrar neste debate sobre mudanças institucionais específicas do processo de colonização

⁹ BÉAUR, GÉRARD e CHEVET, Jean-Michel. Institutional changes and agricultural growth. In: BÉAUR, G., SCHOFIELD, P. R., CHEVET, J.-M. *et al.* (orgs.) **Property Rights, Land Markets and Economic Growth in the European Countryside (Thirteenth - Twentieth Centuries)** (Coleção Rural History in Europe). Turnholt, Belgium: Brepols, 2013, p. 19-68.

¹⁰ CONGOST, Rosa, *et al.* . Property rights in land: institutions, social appropriations, and socio-economic outcomes. In: CONGOST, R., Gelman, J. e SANTOS, R. (orgs.) *Op. Cit.*, p. 177-204.

¹¹ PEDROZA, Manoela. **Capítulos para uma história social da propriedade da terra na América Portuguesa e Brasil. O caso dos aforamentos na Fazenda de Santa Cruz (Capitania do Rio de Janeiro, 1600-1870)**. (Tese de Doutorado). PPGH, UFF, Niterói: 2018. (663 páginas). Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1970.pdf> . Acesso em 13/03/2019.

¹² *Idem*. **Por trás dos senhorios: senhores e camponeses em disputa por terras, corpos e almas na América portuguesa (1500-1759)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.

¹³ *Idem*. **The making of the landlord: The case of Jesuit priests in Portuguese America (Fazenda de Santa Cruz, Rio de Janeiro, Brazil, from 1596 to 1759)**. ; *Idem*. Desafios para a construção de um história dos direitos de propriedade da terra no Brasil. **Em Perspectiva [On Line]**, Fortaleza: UFC, vol. 2, n. 1, p. 7-33, 2016. Disponível em: <https://www.revistaemperspectiva.com/v-unico-n-2> . ; *Idem*. **Padres-senhores, enfiteutas, foreiros e partidistas: práticas proprietárias e conflitos sobre direitos de propriedade na América portuguesa (séculos XVI, XVII e XVIII)**. ; *Idem*. Archaic institutions and economic growth: coffee plantations, emphyteutic contracts, and slavery in nineteenth-century Brazil. **Études Rurales**, Paris: Éditions EHESS, vol. 205, p. 22-45, jan-juin de 2020.

empreendido por Portugal. Escolhemos como objeto de análise duas instituições proprietárias do Reino português: o senhorio jurisdicional e a sesmária. Ambas são comumente entendidas como atávicas ao Antigo Regime, trazidas para a América nos primeiros tempos da colonização e que forneceram as principais regras para a concessão de domínios territoriais, jurisdições administrativas e terrenos para exploração econômica durante os três séculos de colonização. Justamente devido à ausência de mudanças institucionais, tanto pelo imobilismo das instituições proprietárias portuguesas quanto pela ação política das elites econômicas do país independente¹⁴, ambas foram encaradas como as grandes responsáveis pela criação e reprodução dos latifúndios na estrutura agrária brasileira.¹⁵

Não obstante a força e antiguidade destas instituições, nosso objetivo é justamente analisar suas fraquezas, transformações e contingências históricas. Entendemos que a apropriação social das instituições proprietárias é um processo histórico complexo, conflitivo, aberto e que envolve múltiplos agentes; que os resultados econômicos, políticos e sociais de determinadas mudanças institucionais não podem ser induzidos de um modelo abstrato nem reduzidos à letra da lei, à intenção do legislador, aos interesses de governos ou de uma elite. Devemos ultrapassar a visão legalista de governos neutros, imparciais e igualmente benéficos para todos, e chegarmos aos interesses políticos e instrumentos concretos que fizeram com que determinada norma fosse criada, executada e usada como legitimadora das ações de determinado grupo social, e, em revanche, fosse rejeitada, desrespeitada ou utilizada como instrumento de criminalização e repressão sobre outros. Precisamos entender quem, como e com quais objetivos essas normas foram manipuladas.

Especificamente tratando do processo de colonização, é preciso manter-se atento para a apropriação endógena das instituições coloniais, resultando quase

¹⁴ Uma reflexão sobre a reprodução das instituições proprietárias coloniais no Brasil independente se encontra em *Idem. Desafios para a construção de um história dos direitos de propriedade da terra no Brasil. Op Cit*; Pedroza, M. **Archaic institutions and economic growth: coffee plantations, emphyteutic contracts, and slavery in nineteenth-century Brazil. Op. Cit.**

¹⁵ Como exemplo dessa interpretação em duas obras de diferentes matizes teóricas e políticas, ver LIMA, Ruy Cirne **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas** Brasília - DF: ESAF, 1988. E MOLINA, Mônica Castagna, *et al.* . **Introdução crítica ao direito agrário.** (Coleção O direito achado na rua). vol. 3. Brasília, São Paulo: UnB, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

sempre na transformação do que havia sido pensado inicialmente pelo colonizador.¹⁶ Tratando precisamente do império ultramarino português, não se pode esquecer do fraco controle exercido pelo poder central e dos poucos recursos financeiros e humanos despendidos para a efetivação das políticas coloniais, levando a construção de um império multicêntrico com altos níveis de autonomia local.¹⁷ Tendo em vista esses elementos, será necessário mergulhar nos contextos diversos em que estas instituições foram criadas (qual seja, o Reino de Portugal entre os séculos XII e XV, e a América Portuguesa nos séculos XVI e XVII) para que possamos perceber como uma mesma instituição pode ser apropriada de maneira bem diferente, interessar a grupos sociais distintos e produzir diferentes resultados. Veremos também como foram usadas para legitimar certas relações de poder e quem resistiu a elas.

O texto está baseado num amplo levantamento e revisão dos estudos de caso sobre esses temas. Como se tratam de assuntos tradicionais e bastante visitados pela historiografia portuguesa e brasileira, foi necessário selecionar obras consideradas mais inovadoras, em sua época de produção, e mais representativas das hipóteses que se quer demonstrar. Devido a limitações de espaço, a análise documental mais específica teve de ser limitada, e remeteremos um aprofundamento dos casos às notas de rodapé. A primeira parte do texto tratará do contexto de criação do senhorio jurisdicional no Reino de Portugal, a segunda parte abordará as contingências da transposição desta instituição para os territórios americanos, no processo de colonização, e a terceira discutirá a criação da instituição da sesmaria, no Reino. Por fim, a quarta parte aprofundará alguns debates a respeito da apropriação social de ambas as instituições no território americano.

Parte I - Senhorios jurisdicionais no Reino português

¹⁶ Seguimos as mesmas preocupações indicadas por SERRÃO, J. V. e RODRIGUES, E. **Migration and accommodation of property rights in the Portuguese Eastern Empire, sixteenth-nineteenth centuries.** *Op Cit.*

¹⁷ HESPANHA, António Manuel e SANTOS, Maria Catarina. Os poderes num império oceânico. *In:* HESPANHA, A. M. (org.) **O Antigo Regime (1620-1807).** (Coleção História de Portugal). vol. IV, Mattoso, J. 1ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 395-413.

Entre os séculos XII e XIII, durante a Guerra de Reconquista, o reino de Portugal criou o argumento do ‘direito de conquista’, que preconizava que todos os territórios conquistados dos infiéis passavam ao domínio direto do Rei.¹⁸ A construção dos direitos Reais (os *reguengos*) sobre terras conquistadas construiu um amplo fundo dominial-senhorial para a monarquia portuguesa, do qual esta se valia, entre outras coisas, para cobrar rendas dos camponeses. A venda dos reguengos para nobres foi um mecanismo bastante usado pela monarquia para pagar dívidas ou ter alguma liquidez.¹⁹ Mas o rei também podia conceder jurisdições, sem perder a prerrogativa de superioridade. A doutrina jurídica do período não duvidou de que a máxima jurisdição no território português coubesse ao rei. Nos dois casos os nobres passavam a exercer, sob determinada jurisdição, poderes antes exercidos pelo rei, o que caracterizava os ‘senhorios jurisdicionais’.

Segundo Maria Rosa Ferreira Marreiros, senhorios foram concedidos como forma de retribuição do Conde Dom Henrique aos serviços prestados pela Igreja e pela fidalguia, quando a monarquia não tinha recursos humanos e financeiros para entabular diretamente tal empreitada.²⁰ Segundo Gustavo Cabral, para constituir um senhorio, o rei (doador) e um particular (donatário) firmavam um contrato, em cujos instrumentos (as cartas de doação) eram estabelecidas regras específicas, indicando a região onde o poder seria exercido, o prazo, as regras para a sua transmissão, os direitos e os deveres do donatário perante o Rei. Entre esses

¹⁸ Existe uma discussão sobre a legitimidade deste ‘direito de conquista’ para os territórios americanos, visto que, inicialmente, esse argumento seria válido apenas em relação aos ‘infiéis’, isto é, aos mouros, durante a Guerra de Reconquista. Além disso, as terras americanas não estavam vazias, e caberia aos nativos americanos o direito natural ao seu domínio. No alvará e regimento de 26 de julho de 1596, por exemplo, afirma-se que o “gentio” será “senhor de sua fazenda” da mesma maneira que o era na “serra”, indicando que o direito natural de posse e domínio que eles desfrutavam em suas terras e aldeias originais seria respeitado e transformado em direito positivo no processo de descimento, aldeamento e avassalamento. Assim, foi necessário acionar outras formas de legitimação para a colonização da terra e escravização dos corpos, que foi a necessidade de evangelização. Sobre esse assunto ver MOREIRA, Vânia Maria Losada. Terra, estratégias e direitos indígenas. **Tempos Históricos**, vol. 18, P. 30-47, 2º Semestre de 2014. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/viewFile/11602/8270>. Acesso em 20/10/2017.

¹⁹ Para conhecer mais sobre a criação e transação de reguengos e os inúmeros conflitos gerados pelo pagamento de direitos reais, ver o caso do “Reguengo de Caparica” documento depositado no Arquivo Municipal da Câmara de Almada e algo de investigação e análise em http://www.m-almada.pt/arquivohistorico/Docs/22_Expo_Reguengo_Caparica.pdf. Acesso em 14/11/2020.

²⁰ MARREIROS, *Op. Cit.*, p. 149-168 *apud* CABRAL, G. C. M. **Os senhorios na América Portuguesa**. *Op. Cit.*, p. 72.

direitos, podem ser mencionados rendas e privilégios, além da jurisdição para matérias cíveis e criminais.²¹

Segundo António Manuel Hespanha, o poder senhorial sobre uma dada jurisdição se consubstanciava na capacidade do donatário de condicionar ou restringir a composição, as atribuições e as decisões das câmaras e dos seus juízes.²² Segundo Nuno Gonçalo Monteiro, o poder senhorial pode ser definido como o exercício de prerrogativas jurisdicionais, com prestações fundiárias.²³ Para Maria Rosa Marreiros, os senhorios jurisdicionais constituíam-se em unidades políticas e judiciais, caracterizadas por certa independência em relação ao poder central, que se materializava pelo exercício das funções administrativas e judiciais pelos senhores ou oficiais por eles designados.²⁴

É importante notar que, longe de ser uma instituição imutável, o senhorio jurisdicional foi uma relação social, historicamente construída, mutante e conflitiva. O problema foi justamente estabelecer a extensão dos direitos dos senhores em detrimento do poder do rei. As primeiras tentativas de disciplinar juridicamente o regime senhorial remontam a Dom Fernando I (que reinou de 1367 a 1383). Dentre elas, destacamos: a reserva ao rei do poder de correição, a exclusividade real do tabelionato, a restrição da jurisdição dos donatários em matéria criminal e a salvaguarda dos interesses e da autonomia dos concelhos perante os senhores das terras.²⁵ Em 1434, a Lei Mental, posteriormente incorporada às Ordenações²⁶, estabeleceu as formas de sucessão dos bens e direitos concedidos pela Coroa, dentre os quais os senhorios jurisdicionais. Eles deveriam seguir os princípios da primogenitura, varonia, inalienabilidade e indivisibilidade. Ela libertava os donatários das obrigações militares – inclusive no ultramar – mas, ao mesmo tempo, previa a reversibilidade dos bens que não respeitassem as formas de sucessão

²¹ CABRAL, G. C. M. **Os senhorios na América Portuguesa**. *Op. Cit.*

²² HESPANHA, A. M.; Almeida, L. F. **História das instituições**. *Op. Cit.*, p. 300.

²³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia. *In*: HESPANHA, António Manuel (coord.). **O Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 341.

²⁴ MARREIROS, Maria Rosa Ferreira. Senhorios. *In*: SERRÃO, J. e MARQUES, A. H. d. O. (orgs.) **Portugal do Renascimento à crise dinástica**. (Coleção Nova História de Portugal). vol. V. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

²⁵ HESPANHA, A. M.; ALMEIDA, L. F. **História das instituições**. *Op. Cit.*, p. 283, nota 18.

²⁶ Ver também **Ordenações Filipinas**, Livro 2, Título XXXV; e CABRAL, G. C. M. **Os senhorios na América Portuguesa**. *Op. Cit.*

estabelecidas. Por fim, pelas Ordenações Filipinas, válidas a partir de 1603, ficou claro que a concessão de jurisdições, que representavam na prática a ausência de poder Real sobre os senhorios, era algo difícil de se conseguir: precisava ser expressa, não era automática, e também era imprescritível, não podendo ser adquirida pelo decurso do tempo.²⁷

Historicamente, para o Reino de Portugal, o senhorio jurisdicional foi uma faca de dois gumes: era necessário em curto prazo, na medida em que a monarquia não possuía recursos financeiros e humanos para o que quer que fosse, mas, em contrapartida, retirava poderes e rendas no longo prazo. Por isso o Rei tinha que os conceder, mas tentava controlá-los, enquanto os cessionários agiram rapidamente para tornar permanentes suas concessões temporárias.²⁸ Raphael Bluteau relembra que esse processo foi de encontro à Lei Mental²⁹, segundo a qual estas concessões não eram perpétuas nem podiam ser transmitidas, mas, nas Ordenações compiladas por Dom Afonso V (que reinou de 1438 a 1481), estes sêniore já legalizaram a irreversibilidade de seus direitos e passaram a ser chamados “senhores de terras”, ou “senhores dos taes lugares”.³⁰

A construção de senhorios jurisdicionais foi concomitante à invenção de outros direitos senhoriais. Tratava-se, neste momento, de a nobreza portuguesa garantir formas de sobreviver sem trabalhar nem produzir, sendo necessário para tanto criar elementos que propiciassem e legitimassem a extração do excedente econômico sobre os camponeses. Basicamente, esse objetivo foi atingido quando ela criou diferentes contratos agrários que lhe conferiam ‘direitos senhoriais’. Nestes contratos, o ‘domínio direto’ da terra permanecia com os nobres, chamados então de senhores, o que lhes dava o direito de gozar dos frutos do bem, sobretudo na forma de rendas, enquanto o ‘domínio útil’, concedido a um camponês, permitia

²⁷ **Ordenações Filipinas**, Livro II, Título XLV, parte 1.

²⁸ Nuno Gonçalo Monteiro trabalha com o caso de muitos senhorios que foram incorporados pela Coroa portuguesa durante os séculos XVII e XVIII, inclusive no Brasil. Ver MONTEIRO, N. G. **Poder senhorial**. *Op. Cit.*

²⁹ A Lei Mental é a designação de uma lei publicada por D. Duarte I de Portugal, em 8 de abril de 1434, durante as Cortes que tiveram lugar em Santarém, e cujo objetivo era a defesa e conservação do patrimônio Real e uma medida de centralização do poder. Esta lei já estaria em vigor no tempo de D. João I de Portugal, daí a designação de mental (*in mente*), mas nunca havia sido passada por escrito. Ver em: <http://bit.ly/2krBXyr>. Acesso em 28/10/2017.

³⁰ Sobre o poder dos senhores incorporado paulatinamente às Ordenações, Ver MONTEIRO, N. G. **Poder senhorial**. *Op. Cit.*, p. 339.

dispor do bem, efetivar a posse e o trabalho sobre ele, mediante algumas obrigações. Os exemplos mais conhecidos de propriedade partida na Europa são o feudo, a senhoria, as enfiteuses, morgadios, capelas e os diversos direitos de uso e de superfície.³¹

Os 'senhores' se posicionavam como intermediários obrigatórios entre muitos homens e os direitos de propriedade sobre a terra. Neste ponto, concordamos com Ellen Wood, quando esta situa a propriedade como o poder que estrutura a apropriação econômica: as formas de propriedade, junto com as formas de dominação política, são constituintes de um determinado sistema produtivo.³² Ser senhor significava, fundamentalmente, posicionar-se na estrutura socioeconômica da época de maneira privilegiada. Portanto, a instituição senhorial atendeu aos interesses da nobreza no sentido de fornecer legitimidade e legalidade jurídica para que pudesse viver da extração de renda dos camponeses. Com isso, especialmente a nobreza, o clero e a monarquia portuguesas adquiriram as características rentistas (até ultrarrentistas) que a diferiram de suas congêneres britânicas e prussianas, por exemplo, e foram preservadas por vários séculos.³³

Buscamos pesquisas sobre o funcionamento concreto dos senhorios jurisdicionais no Reino português, e chegamos aos trabalhos de Nuno Gonçalo Monteiro.³⁴ A partir de extenso levantamento documental e do georreferenciamento, Monteiro concluiu que os senhorios jurisdicionais foram instituições estruturantes do medievo, na medida em que estabeleciam um conjunto

³¹ Para um aprofundamento deste assunto, ver CONGOST, Rosa e LANA, José Miguel (orgs.) **Campos cerrados, debates abiertos: análisis histórico y propiedad de la tierra en Europa (siglos XVI-XIX)**. (Coleção Historia), vol. 22. Navarra: Universidad Pública de Navarra, 2007; CONGOST, ROSA e LUNA, Pablo (orgs.) **Agrarian Change and Imperfect Property: enphyteusis in Europe (16th to 19th centuries)**. (Coleção Rural History in Europe), vol. 15. Turnhout, Belgium: Brepols, 2018.

³² WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

³³ BARROS, E. d. S. **Proprietários rurais**. *Op. Cit.*, p. 21.

³⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Casa e Linhagem: o vocabulário aristocrático em Portugal nos séculos XVII e XVIII. **Penélope**, Lisboa, n. 12, p. 43-63, 1993. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/28224257_Casa_e_Linhagem_o_Vocabulario_Aristocratico_em_Portugal_nos_Seculos_XVII_e_XVIII. Acesso em 10/05/2020; *Idem*. Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia. In: HESPANHA, A. M. (org.) **O Antigo Regime (1620-1807)**. (Coleção História de Portugal). vol. IV, Mattoso, J. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 333-379; *Idem*. **O Crepúsculo dos Grandes: A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003; *Idem*. O 'Ethos' nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. **Almanack Braziliense**, n. 2, p. 4-20, 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11615/13384> . Acesso em 10/05/2020.

de direitos, cobranças e obrigações, canalizavam privilégios, amarravam os diferentes estratos da sociedade e cimentavam as hierarquias sociais.

A afirmação de poderes senhoriais-rentistas colocou a nobreza portuguesa em posição privilegiada em relação à própria Coroa. Esta última acabou por abrir mão de explorar diretamente sua população camponesa, deixando este privilégio para os senhores, e teve que buscar outras fontes de recursos na esfera da circulação, auferidos com o monopólio das rotas comerciais marítimas. O resultado foi que, enquanto a Coroa lançava-se ao mar e à guerra no empreendimento colonial, a estrutura agrária do reino permaneceu tranquilamente senhorial. O império ultramarino português não foi, como se pensa, um caminho para algum tipo de transformação econômica ou social no reino português, e sim, a forma pela qual o antigo regime, as mentalidades e práticas senhoriais conseguiram sobreviver por mais tempo.³⁵

Parte II - Capitânicas e donatárias na América Portuguesa

A partir do século XV, o reino de Portugal iniciou outro processo de conquista territorial, desta vez de terras no ultramar. Para transformar as novas áreas em conquistas efetivas, era preciso escolher quais direitos de propriedade seriam impostos àqueles territórios. Segundo Antônio Carlos Robert de Moraes, a colonização nada mais é do que a relação entre uma sociedade que se expande e um novo terreno, a ser conquistado. Segundo ele, “a colônia pode ser entendida como a efetivação da conquista territorial”.³⁶

Na América, a monarquia portuguesa escolheu repetir a mesma fórmula adotada nas guerras santas. O direito de conquista, quando aplicado ao processo de colonização, serviu para legitimar a dominação da monarquia portuguesa sobre os novos territórios como se se tratasse da ‘reconquista’ de territórios invadidos por infiéis. A guerra santa legitimava, aos olhos da cristandade europeia e do Papado, o domínio territorial, a escravidão e até o extermínio destes povos. Percebe-se aqui

³⁵ BARROS, E. d. S. **Proprietários rurais**. *Op. Cit.*, p. 23.

³⁶ Moraes, Antônio Carlos Robert de. Bases da Formação Territorial do Brasil. **Geografares**, Vitória, n. 2, p. 105-113, junho de 2001. Disponível em: <http://www.publicacoes.ufes.br/geografares/article/viewFile/1145/858>. Acesso em 18/10/2017.

um primeiro movimento de transposição de instituições europeias para contextos completamente diversos, visando, desta feita, atender os interesses dos conquistadores, frente a povos que não haviam declarado guerra, nem invadido seus territórios e nem concordado com as ‘regras do jogo’.

Num segundo momento, o território americano também sofreria um processo de assenhoreamento, isto é, de concessão de direitos Reais para grupos nobres, semelhante ao da formação dos senhorios jurisdicionais no Reino.³⁷ Se tratava de ‘terceirizar’ a colonização. Segundo António Manuel Hespanha e Catarina Santos, todas as concessões de terras na América Portuguesa a partir de 1534 foram fundamentalmente donatárias dos bens da Coroa, com poderes “um pouco mais alargados”.³⁸ O sistema de capitanias foi escolhido porque o governo pretendia efetivar a apropriação territorial para fins de produção agrícola sem grandes custos administrativos. Ele foi oficializado em 1425, quando Dom João I emitiu um regimento sobre o povoamento da Ilha da Madeira. O sistema era totalmente baseado na transferência do poder civil e judicial do rei para um capitão-donatário. Criava-se uma capitania-donatária quando o rei fazia mercê a qualquer particular de proventos, privilégios e autoridade sobre um território, sem, contudo, abdicar do seu senhorio e suprema jurisdição.

³⁷ NEVES, Erivaldo Fagundes. Sesmarias em Portugal e no Brasil. **Politéia**, Vitória da Conquista, vol. 1, n. 1, p. 111-139, 2001. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/view/141> . Acesso em 15/03/2019; HESPANHA, A. M. **A constituição do Império Português**. *Op Cit*.

³⁸ HESPANHA, A. M. e Santos, M. C. **Os poderes**. *Op Cit*.

Figura 1 - Capitánias hereditárias na América portuguesa.



Fonte: Peixoto, Afrânio. História do Brasil. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1944.

Entre 1534 e 1536, Dom João III concedeu quinze capitánias a doze capitães-donatários nos territórios americanos. Carmen Alveal encontrou o registro de seis destas doações, nove forais e a carta dada a Martim Afonso de Sousa, todos depositados na Torre do Tombo.³⁹ Analisando estes documentos podemos discernir alguns elementos que caracterizaram o feixe de direitos de propriedade consubstanciado no sistema de capitánias: Os vínculos estabelecidos entre o rei e os donatários eram de natureza pessoal e, a princípio, intransferível; as capitánias eram doações régias e permaneciam submetidas às regras específicas que geriam sua sucessão: eram hereditárias, inalienáveis e indivisíveis.⁴⁰

³⁹ ALVEAL, C. M. O. **Converting land into property**. *Op. Cit.* (páginas XLIV a CLIV da versão em português). Carmen Alveal acrescenta que a melhor transcrição já feita das cartas de doação e forais é a de Chorão, publicada pelo Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. **Doações e Forais das Capitánias do Brasil, 1534-1536**. Lisboa: IANTT, 1999.

⁴⁰ CABRAL, Gustavo César Machado. Os senhorios na América Portuguesa: o sistema de capitánias hereditárias e a prática da jurisdição senhorial (séculos XVI a XVIII). **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas**, Köln/Weimar/Wien: Böhlau Verlag, vol. 52, n. 1, p. 66-86, janeiro de 2015.

Os donatários, que eram ao mesmo tempo capitães, recebiam um certo número de léguas de terras, medidas pela costa, como sua jurisdição civil e criminal. Cabia a eles, basicamente, o estímulo ao povoamento, a distribuição de terras em sesmaria e a administração superior. A lei não permitia que donatários tomassem terra alguma em sesmaria para si, sua mulher ou filhos, além das dez léguas de reguengo. Além disso, estavam previstos confiscos nos casos de infrações graves das disposições régias, sobretudo no caso da posse indevida de sesmarias ou no contrabando de pau-brasil, especiarias ou outras drogas, que eram propriedade do rei.⁴¹

Existia na capitania-donataria um misto de propriedade fundiária e de jurisdição, configurando um feixe de direitos bastante complexo. Há muito tempo se fazem comparações entre o senhorio jurisdicional em Portugal e as capitanias hereditárias na América. Em 1955, Orlando Ribeiro já havia caracterizado o regime das capitanias na América como um sistema em que se transmitiam amplos poderes econômicos, jurídicos e administrativos aos donatários, semelhante às doações de bens da Coroa que se haviam feito ao sul de Portugal.⁴² Maria Leonor Garcia Cruz entende que as capitanias eram senhorios eminentemente jurisdicionais, sobre os quais se agregava uma parcela de doação de terras.⁴³ Gustavo Cabral defende que as capitanias hereditárias se enquadrariam na categoria de senhorios, mesmo que seu funcionamento não fosse idêntico aos dos senhorios do Reino.⁴⁴ Carmen Alveal também concorda que, no período colonial, as donatarias seriam um equivalente dos

Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305183880_Os_senhorios_na_America_Portuguesa_o_si_stema_de_capitanias_hereditarias_e_a_pratica_da_jurisdicao_senhorial_seculos_XVI_a_XVIII. Acesso em 10/03/2017.

⁴¹ ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **Converting land into property in the portuguese atlantic world (16th-18th century)**. (Tese de Doutorado). PPG História, Johns Hopkins University, Baltimore: 2008. (366 páginas). Disponível em: https://catalyst.library.jhu.edu/catalog/bib_3465078. Acesso em 18/02/2018.

⁴² RIBEIRO, Orlando. **Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa**. Lisboa: Editora da Fundação da Casa de Bragança, 1955.

⁴³ CRUZ, Maria Leonor García. Bens, direitos e rendimentos no Reino e na América portuguesa: o morgado e a capitania (século XVI). In: SERRÃO, J. V., DIREITO, B., RODRIGUES, E. *et al.* (orgs.) **Property rights, land and territory in the European Overseas Empires**. Lisboa: CEHC-IUL, 2015, p. 99-114. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2718/3/proplandterrit2014-ebook.pdf>. Acesso em 6/11/2017.

⁴⁴ CABRAL, G. C. M. **Os senhorios na América Portuguesa**. *Op Cit.*

senhorios medievais⁴⁵, tese corroborada por Mafalda Soares da Cunha e Antônio Castro Nunes.⁴⁶

Ainda assim, o *Foral das Terras Brasília*s criava diferenças significativas entre as concessões reais no Reino e nas Américas. Segundo María Leonor García da Cruz, nas concessões reais em Portugal, o rei se mantinha no senhorio de estradas e ruas públicas, rios navegáveis, portos de mar e rios adjacentes; ele permanecia senhor das rendas e direitos trazidos a estes portos, dos pedágios e portagens, das rendas de pescarias e das marinhas de sal e, finalmente, das rendas das lavras onde havia metais preciosos. Em Portugal, o rei podia também requisitar dos senhores, a bem do seu serviço, carros, bestas e navios, exigir a construção de pontes e o transporte de mercadorias.⁴⁷

Já nas terras americanas, o rei cedia, voluntariamente, uma parte maior de seu feixe de direitos senhoriais para os capitães-donatários. Havia nestas concessões mais liberdade, por exemplo, para que estes cessionários transportassem qualquer mercadoria, aportando seus navios em qualquer lugar, sem ter de pagar direitos sobre isso. Podiam também chegar navios do Reino em suas terras sem pagar nada além do que já haviam pagado em Portugal. Os cessionários em terras americanas apenas não eram isentos do dízimo à Ordem de Cristo e das obrigações ditadas por seus concelhos. Em compensação, a Carta de Foral previa obrigações que não existiam nos territórios portugueses: construção de fortificações para defesa, construção de engenhos de açúcar, e a produção agrícola em si, que devia dar rendimentos no prazo máximo de 3 anos.⁴⁸

A maior liberdade comercial dos cessionários na América não deve ofuscar as tentativas da Coroa portuguesa de impor limites às ações dos donatários. Da

⁴⁵ ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. De senhorio colonial a território de mando: os acossamentos de Antônio Vieira de Melo no Sertão do Ararobá (Pernambuco, século XVIII). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 35, n. 70, p. 41-64, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70015>. Acesso em 10/03/2017.

⁴⁶ CUNHA, Mafalda Soares e NUNES, Antonio Castro. Territorialização e poder na América portuguesa: a criação de comarcas (séculos XVI-XVIII). **Tempo (online)** Niterói: UFF, vol. 22, n. 39, p. 1-30, jan-abr de 2016. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/site/wp-content/uploads/2016/04/1-Mafalda-Soares-port.pdf>. Acesso em 18/10/2017.

⁴⁷ Estas regras se encontram nas **Ordenações Afonsinas**, Livro II, Título XXIV, incorporadas ao Regimento da Fazenda de 1516, capítulo CCXXXVII. Para melhor discussão sobre estes direitos ver artigo CRUZ, M. L. G. **Bens, direitos e rendimentos**. *Op. Cit.*

⁴⁸ CRUZ, M. L. G. **Bens, direitos e rendimentos**. *Op. Cit.*, p. 104.

mesma forma que a relação com senhorios jurisdicionais no Reino manteve-se tensa, algo semelhante se passaria com os senhorios no ultramar. Ainda na segunda metade do século XIV, mal iniciada a colonização, a legislação donatarial seria reformada de forma a acentuar a natureza intermediária da jurisdição dos donatários e, portanto, a primazia da Justiça Real. O interesse Real ficou claramente expresso nas cartas que o soberano português concedeu a partir de 1530, e na atuação de Tomé de Souza. Este governador-geral se preocupou, principalmente, com a boa administração de bens, rendas e direitos devidos ao rei. Em suas palavras, a concessão de donatarias, capitânicas e sesmarias deveria ser “justa e proveitosa à República, ao senhorio do rei e ao povoamento da terra”, e apenas cumprindo esses quesitos deveriam ser revalidadas.⁴⁹

Concordar com as semelhanças entre os senhorios jurisdicionais e as capitânicas-donatarias nos leva a repensar conclusões apressadas que relacionam a concessão de capitânicas com a origem dos primeiros latifúndios ou *plantations*, aproximando capitães-donatários dos primeiros senhores de terras e grandes produtores na colônia. Discordamos quando os autores relatam que os capitães donatários recebiam terras e, com elas, poderes, direitos e deveres. Em nosso ver, estes capitães não recebiam terrenos, fisicamente plotados, e sim jurisdições, dentro das quais poderiam fazer valer alguns direitos senhoriais. O Rei de Portugal, ao conceder capitânicas, não tencionava criar nem grandes fazendeiros nem pequenos lavradores, e sim estruturas semelhantes aos senhorios jurisdicionais, que exercessem poderes administrativos e judiciais nos territórios conquistados. A função dos donatários era defender o território, distribuir lotes e administrar contendas que surgissem no interior de suas jurisdições. Os direitos concedidos a eles incidiam majoritariamente sobre rendas, impostos e monopólios de comercialização, e não sobre a produção direta (como o dízimo).⁵⁰ A função dos donatários era a de exercer poderes delegados pelo rei na colônia, e não ser senhores das terras da colônia. As atividades produtivas não faziam parte das

⁴⁹ CRUZ, M. L. G. **Bens, direitos e rendimentos**. *Op. Cit.*, p. 103.

⁵⁰ Para uma discussão sobre as rendas auferidas pela Coroa nas terras da colônia, ver NEVES, E. F. **Sesmarias em Portugal e no Brasil**. *Op. Cit.*, p. 121-122.

exigências ao capitão donatário, e sim, dos subcontratos posteriores que este donatário estabeleceria com outros homens: os sesmeiros.

Portanto, vemos que a concessão de capitânicas-donatarias, longe de ser algo irracional ou desnecessário, estava plenamente inserida na mentalidade possessória, na cultura política e nas práticas administrativas de sua época. Mas sua racionalidade não eximiu o sistema de capitânicas de ser minado por estratégias individuais, por conflitos, de ser permeável à enorme diversidade regional nem de sofrer transformações expressivas ao longo do tempo.⁵¹ No labirinto de mentalidades, autoridades e condições sociais (às vezes conflitantes) se desenrolaram as 'práticas proprietárias' dos capitães-donatários.

Vejamos o caso do filho primogênito do Conde de Castanheira, antigo capitão da capitania da Baía: o suposto herdeiro falou que possuía dez léguas da capitania por direito de sucessão do morgado de sua casa, mas o rei reafirmou que estas dez léguas estavam incluídas na capitania, e que não podiam ser destacadas desta para o bem de um herdeiro particular. O rei deixou claro que estas terras continuavam sendo propriedade da Coroa, sendo, portanto, necessário um acordo com o rei para que permanecessem no usufruto da família, mesmo que fosse a família do capitão donatário.⁵² Numa perspectiva prosopográfica, dos doze donatários originais, seis deles nunca pisaram em terras americanas.⁵³ Como muitos donatários não tomaram posse de sua donataria, e outros foram malsucedidos na empreitada, houve a necessidade da criação de novas capitânicas e a compra de antigas por parte da Coroa portuguesa.⁵⁴ Por isso foram criadas as 'capitânicas régias', que pertenciam à Coroa e eram administradas por alguém indicado por ela, a exemplo da Capitania da Bahia de Todos os Santos⁵⁵ e a do Rio de Janeiro.⁵⁶ Segundo Carmen Alveal, aos poucos,

⁵¹ ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Transformações na legislação sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das capitânicas do norte do Estado do Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 28, n. 56, p. 247-263, julho-dezembro de 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v28n56/0103-2186-eh-28-56-0247.pdf>. Acesso em 28/10/2017.

⁵² CRUZ, M. L. G. **Bens, direitos e rendimentos**. *Op. Cit.*, p. 111.

⁵³ MORAES, A. C. R. d. **Bases da Formação Territorial do Brasil**. *Op Cit*; ALVEAL, C. M. O. **Converting land into property**. *Op Cit*.

⁵⁴ ALVEAL, C. M. O. **Converting land into property**. *Op Cit*.

⁵⁵ Sobre o caso da Bahia ver CRUZ, M. L. G. **Bens, direitos e rendimentos**. *Op Cit*.

⁵⁶ CABRAL, G. C. M. **Os senhorios na América Portuguesa**. *Op Cit*.

por motivos e formas diversas, as capitanias foram voltando ao domínio da Coroa, que, contudo, não interrompia o sistema das concessões.⁵⁷

Parte III - Sesmarias no Reino e no Império ultramarino português

Nesta parte do texto, vamos discutir a criação do instituto sesmarial no Reino de Portugal, dentro de um contexto específico de interesses e tensões, e depois analisar as transformações sofridas por ele no processo de colonização da América portuguesa. Estamos circunscrevendo nossa comparação do surgimento da sesmaria, no século XIV, ao final do século XVII, entendendo que todo o sistema administrativo português passou por grandes mudanças no século XVIII.

As sesmarias, enquanto política pública, foram criadas pela Lei das Sesmarias, promulgada por D. Fernando I em 1375 (marco temporal inicial deste artigo). Através dela, o Rei tomava para si a autoridade e o controle sobre a distribuição das lavras agrícolas, os sexmos.⁵⁸ O governo central passaria a conceder terras àqueles interessados e com condições em lavrá-las, e também poderia retomar o domínio das terras de quem as tivesse abandonado, ambas as ações baseadas no princípio do bem comum.⁵⁹ As sesmarias faziam parte do conjunto de práticas proprietárias que caracterizam uma ‘propriedade condicionada’, típica do Antigo Regime: o acesso à terra se dava através de uma mercê ou concessão do rei (e não através da compra); cultivo, moradia e povoamento eram pré-requisitos para a concessão do domínio direto e sua renovação⁶⁰, e era prevista a reversibilidade do domínio útil

⁵⁷ ALVEAL, C. M. O. **Converting land into property**. *Op Cit*.

⁵⁸ “Antiquíssimo costume, nalgumas regiões da Península, prescrevia fossem as terras de lavar da comuna divididas segundo o número dos munícipes e sorteadas entre estes para serem cultivadas e desfrutadas, *ad tempus*, por aqueles às quais tocassem. À área dividida ou a cada uma dessas partes chamava-se *sexmo*.” LIMA, R. C. **Pequena história territorial do Brasil**. *Op Cit*. (p. 15)

⁵⁹ RAU, Virgínia. *apud* NEVES, Erivaldo Fagundes. Sesmarias em Portugal e no Brasil. **Politeia**, Vitória da Conquista, vol. 1, n. 1, p. 111-139, 2001. Disponível em: periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/. Acesso em 10/03/2017.

⁶⁰ Para conhecer a estrutura fundiária e as questões ligadas à propriedade partida em Portugal moderno, ver NETO, Margarida Sobral. Propriedade e renda fundiária em Portugal na Idade Moderna. *In*: MOTTA, M. M. M. (org.) **Terras Lusas: a questão agrária em Portugal**. Niterói: EdUFF, 2007, p. 13-30; SERRÃO, José Vicente. O Quadro Econômico. *In*: MATTOSO, José (dir.); HESPANHA, António Manuel (coord.). História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807). Vol. IV. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 71-117; e HESPANHA, António Manuel. A punição e a graça. *In*: MATTOSO, José (dir.); HESPANHA, António Manuel (coord.). História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807). Vol. IV. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 239-256.

(devolução) no caso do não cumprimento das condições estabelecidas pelo senhorio.⁶¹

Passado algum tempo, o sistema de sesmarias se tornou a forma legal de concessão de domínios no império ultramarino português. A norma que regulava a concessão de sesmarias nas terras americanas era o *Foral das Terras Brasileiras*, sancionado em 1534⁶², que coexistia com as *Ordenações* do Reino.⁶³ Outro regimento foi formulado para os governadores gerais apenas em 1677 (marco temporal final deste artigo). As sesmarias eram concessões de terras que se ofereciam para exploração e posse, em que estava implícita a obrigação de povoar e cultivar num período determinado, geralmente fixado em cinco anos. Além disso, os sesmeiros somente poderiam vendê-las depois de oito anos e desde que tivessem sido aproveitadas. O *Foral* dizia que não fosse dada terra além da capacidade produtiva do sesmeiro, e enfatizava que sesmarias já doadas, porém não cultivadas, deveriam ser retiradas do sesmeiro para nova distribuição. Podemos entender a sesmaria como uma forma de propriedade partida em que o domínio útil é concedido condicionalmente a outrem pelo Rei, que se mantém no senhorio até que as condições para aquisição de domínio direto sejam efetivadas.⁶⁴

O protocolo para obtenção de uma sesmaria era o seguinte: o colono escrevia ao governador uma petição solicitando uma sesmaria. O governador concedia uma carta “provisória” ao requerente, onde constava um prazo para cultivar a terra, demarcá-la e solicitar a confirmação régia após o cumprimento destas exigências. As concessões nos primeiros tempos eram enormes: geralmente 3 léguas de campo (6.600m X 19.800m). Quando o sesmeiro acreditasse tê-las cumprido, encaminhava nova petição, agora ao rei, pois era somente ele quem poderia dar a carta de confirmação, que, em geral, era hereditária. A carta de confirmação entendia a

⁶¹ Para uma análise das discussões jurídicas, conflitos e transformações deste instituto ao longo da história do Brasil, ver VARELA, Laura Beck. **Das sesmarias à propriedade moderna: um estudo de história do direito brasileiro**. (Coleção Biblioteca de teses). Rio de Janeiro: Renovar, 2005. e Motta, Márcia Maria Menendes. **Direito à Terra no Brasil: a gestação do conflito**. 2a edição. São Paulo: Alameda, 2012.

⁶² CHORÃO, M. J. M. B. (1999) **Doações e Forais das Capitâneas do Brasil, 1534-1536**. Lisboa: Instituto das Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

⁶³ **Ordenações Manuelinas (1521)**, Livro IV, Título LXVII.

⁶⁴ ALVEAL, C. M. O. **Converting land into property**. *Op Cit.*

sesmaria como a “posse e senhorio para sempre para si e seus herdeiros e sucessores, como cousa sua, própria e isenta”.⁶⁵

Na prática, a concessão de uma sesmaria envolvia longo processo burocrático, enormes distâncias e uma grande lentidão. Além disso, havia pouca disposição dos agentes governamentais em fiscalizar a obediência das regras e punir os que não as seguiam. Como não eram fiscalizados nem punidos, os primeiros sesmeiros não se sentiram obrigados a cultivar nem sequer uma pequena parte de seus domínios e impediam que outros o fizessem, sem lhes pagar rendas. Assim, a distribuição precoce de enormes sesmarias no território americano teve de fato efeito contrário ao de incentivar a produção agrícola e o povoamento e criou um grupo social bastante distinto dos camponeses lavradores do Reino. Deste grupo falaremos a seguir.

Parte IV – Sesmeiros, senhores e proprietários na América portuguesa

Carmen Alveal, a partir do levantamento e análise de milhares de cartas de sesmarias concedidas nas capitânicas do Norte da América portuguesa, chegou à conclusão de que alguns sesmeiros instituíram ‘senhorios coloniais’ transformando suas “simples” sesmarias em áreas que acreditavam ter jurisdição acima da que lhes competia, refratárias à autoridade régia ou mesmo às leis da época.⁶⁶ Alveal definiu o ‘senhorio colonial’ como o domínio de uma pessoa sobre determinada porção de terra, exercendo autoridade sobre a área e as pessoas que nela estivessem para além do preconizava seus direitos “formais”. Ela deixa clara a diferença entre o senhorio jurisdicional que se construiu nos trópicos, que seria, *grosso modo*, instituído com a concessão de capitânicas, e o senhorio colonial, que não envolvia qualquer jurisdição legalmente instituída, fosse administrativa, fosse judiciária. Como então estes sesmeiros passaram a senhores?

Primeiro, eles valeram-se das larguíssimas sesmarias que recebiam. Eles ocuparam produtivamente apenas pequena parte das sesmarias para a instalação de suas casas-grandes, currais ou engenhos, e concederam a outra maior parte na forma de enfiteuses, aforamentos e arrendamentos para lavradores, criando uma

⁶⁵ ALVEAL, C. M. O. **Converting land into property.** *Op Cit.*

⁶⁶ ALVEAL, C. M. O. **De senhorio colonial a território de mando.** *Op Cit.*

gama de gente subordinada política e economicamente a si.⁶⁷ Assim, quase imediatamente após a concessão, os primeiros sesmeiros já se colocaram na posição de senhores e não apenas de produtores diretos⁶⁸. Além disso, como as concessões não eram medidas nem demarcadas, os sesmeiros puderam sempre alegar a invasão de suas terras em relação a homens livres que se recusassem a lhes pagar rendas.⁶⁹

Num segundo momento, estes sesmeiros se aproveitaram da inexistência de fiscalização, limitação ou punição para exercerem poderes que nunca lhes tinham sido outorgados junto com a sesmaria, muitas vezes de maneira autocrática e violenta, no cotidiano. Esse senhorio não autorizado passava, também, pela extração de excedentes econômicos, sobretudo na forma de foros e rendas (o que era, inclusive, proibido pela lei). Manipulando a instituição sesmarial, estes sesmeiros conseguiram agregar poder de mando com o de senhores de engenho, criadores de gado ou lavradores, enfim, com o de classe economicamente dominante, o que multiplicava sua força.

Podemos discernir senhorios coloniais na atuação de sesmeiros em diversas partes da América portuguesa, mesmo que, muitas das vezes, os historiadores não tenham utilizado esse conceito. Francisco Carlos Teixeira da Silva foi o pioneiro em discernir o poder senhorial destes sesmeiros no sertão de Sergipe.⁷⁰ Célia Nonata da Silva e Francisco Eduardo Pinto o fizeram para o sertão de Minas Gerais.⁷¹ Carmen Alveal e seu grupo de pesquisa avançam neste caminho, focando nas capitâneas do Norte.⁷² Para a capitania do Rio de Janeiro, temos alguns exemplos destes

⁶⁷ Francisco Carlos Teixeira da Silva trabalha com muitos casos que corroboram esta tese, e deixa bastante clara a posição “senhorial” dos primeiros sesmeiros, que sequer conheciam as terras que lhes foram concedidas e mantinham seus domicílios em Salvador ou Recife. Ver SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Camponeses e criadores na formação social da miséria: Porto da Folha no sertão do São Francisco (1820-1920)**. (Dissertação de mestrado). PPG História, UFF, Niterói: 1981.

⁶⁸ Ver, por exemplo, as seis léguas de terras cedidas em enfiteuse a Garcia d’Ávila, em 1609, e a lista de foreiros e moradores do Conde de Castanheira, capitão de uma capitania na Bahia, em 1627, no artigo de Maria Leonor García Cruz, CRUZ, M. L. G. **Bens, direitos e rendimentos**. *Op Cit*.

⁶⁹ Ver, a esse respeito, ver a atuação de Antônio Vieira de Melo, analisado por Carmen Alveal e Felipe Damasceno. Cf. ALVEAL, C. M. O. **De senhorio colonial a território de mando**. *Op Cit*. E DAMASCENO, Felipe Aguiar. Sítios, fazendas e a dinâmica da apropriação territorial no Brasil Colonial: o caso do sertão do Ararobá (Pernambuco, século XVIII). **Em Perspectiva**, Fortaleza, vol. 2, n. 1, p. 73-101, 2016.

⁷⁰ SILVA, F. C. T. d. **Camponeses e criadores**. *Op Cit*.

⁷¹ SILVA, Célia Nonata da. **Territórios de mando: banditismo em Minas Gerais, século XVIII**. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

⁷² ALVEAL, C. M. O. **De senhorio colonial a território de mando**. *Op Cit*; MORAIS, Ana Lunara da Silva. **Entre veados, carneiros e formigas: conflito pela posse da terra na Ribeira do Ceará-**

potentados locais nos trabalhos de João Fragoso.⁷³ E, em trabalho recente, pudemos discernir o grande empenho que os padres jesuítas tiveram em se tornar senhores, gerindo suas terras e fazendas na forma de senhorios coloniais.⁷⁴ Mesmo assim, devemos frisar que nem todos os sesmeiros criaram senhorios coloniais, e que, portanto, é necessária pesquisa ao nível do chão para perceber as condições concretas em que esse senhorio colonial conseguiu se realizar, ou não.

Aqui estamos costurando uma história da apropriação social da instituição das sesmarias e não apenas a história do que dizia a lei das sesmarias. O conceito de 'senhorio colonial' é muito útil para entendermos a construção concreta dos poderes e dos direitos de propriedade na sociedade colonial, visto que percebe, na prática, casos de criação de poderes e direitos senhoriais endógenos, isto é, não delegados pelo Rei de Portugal. O senhorio colonial é uma das apropriações sociais do instituto sesmarial que apenas pode ser entendido extrapolando-se o texto da lei.

Outra discussão importante que emerge da análise das ações dos sesmeiros na América portuguesa tem relação com a mentalidade e os objetivos que motivaram muitos deles a transformar suas sesmarias em senhorios coloniais, e a travar inúmeras disputas para afirmar seu poder de mando. Sarita Mota considera que os sesmeiros se fizeram proprietários plenos das terras que lhes foram concedidas pelo Rei, desafiando, na prática, a autoridade real e a propriedade condicionada do Antigo Regime, arvorando para si direitos de proprietários plenos e absolutos.⁷⁵

Mirim e concepções de mentalidade possessória (1725-1761). (Dissertação de mestrado). PPGH, UFRN, Natal: 2014. (285 páginas). Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/19658>. Acesso em 25/09/2018.

⁷³ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro (século XVII). Algumas notas de pesquisa. **Tempo**, Niterói, vol. 8, n. 15, p. 11-35, 2003. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/site/?p=736>. Acesso em 28/10/2017; FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do Engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700 – 1760). In: FRAGOSO, J. L. R. e GOUVEA, M. d. F. (orgs.) **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 243-294; FRAGOSO, J. L. R. **Capitão Manuel Pimenta Sampaio**. *Op Cit.*

⁷⁴ PEDROZA, M. **Capítulos para uma história social da propriedade da terra na América Portuguesa e Brasil. O caso dos aforamentos na Fazenda de Santa Cruz (Capitania do Rio de Janeiro, 1600-1870)**. *Op Cit.*

⁷⁵ MOTA, Maria Sarita. Sesmarias e propriedade titulada da terra: o individualismo agrário na América Portuguesa. **SÆCULUM**, João Pessoa, n. 26, p. 29-45. jan./jun de 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/15031/8537>. Acesso em 28/10/2017.

Sobre essa tese, é necessário dizer, primeiro, que o fato de os sesmeiros utilizarem suas cartas de sesmarias como instrumentos para afirmar seus poderes e seus supostos direitos, sobretudo em conflito com outros agentes, não os tornou mais individualistas ou mais proprietários privados que outros. Na verdade, o que estavam fazendo era bastante típico de situações de conflitividade social envolvendo direitos de propriedade, em que cada parte tentava, por via da lei ou de instrumentos extralegais, fazer valer, sobrepôr, ou mesmo criar direitos de propriedade, em detrimento de seus concorrentes. É bastante compreensível que as cartas de sesmarias fossem utilizadas como forma de “vencer” as pretensões dos oponentes que não as possuíam. Afinal, elas eram o instrumento legal de domínio das terras na época e, portanto, traziam os sesmeiros para o cômodo local de protegidos pela lei.

Os inúmeros conflitos que analisamos em outros momentos⁷⁶ indicam que sesmeiros não queriam ser proprietários privados, e sim que sua autoridade fosse respeitada, ou seja, que fossem reconhecidos como senhores por determinada população e que, assim, pudessem ter poder de mando e de extração do excedente sobre ela. Não queriam, nem pediam, para ser proprietários exclusivos, esvaziando suas terras, porque as pessoas que lá viviam eram justamente sua fonte de renda e de autoridade, na medida em que fossem respeitados. As expulsões, ou tentativas de, se davam apenas em caso de “falta de respeito”, ou de não reconhecimento do senhorio.

Em segundo lugar, é preciso ser cauteloso ao encontrar a palavra “propriedade” nas fontes históricas. Propriedade era palavra corrente. Todos os querelantes sempre se diziam “proprietários”, no sentido de que esse era o rótulo que encobria os direitos de propriedade que julgavam possuir. Domínios, senhorios e até apossamentos eram chamados de ‘propriedade’. Mas esta ‘propriedade’ tinha um sentido completamente diverso daquilo que os juristas hoje compreendem como

⁷⁶ PEDROZA, M. **The making of the landlord: The case of Jesuit priests in Portuguese America (Fazenda de Santa Cruz, Rio de Janeiro, Brazil, from 1596 to 1759).** *Op Cit; Idem. Customs, demands and stratagems on Royal land: Property rights, conflicts and demands between interlopers and landowners (Fazenda Real de Santa Cruz Estate, Brazil, 1761-1790); Idem. Emphyteusis, slavery and economic growth in nineteenth-century Brazil.*

propriedade privada⁷⁷, ou “a grande obra da propriedade”, como denominou Marc Bloch, em 1930.⁷⁸ O conceito de propriedade privada sequer estava colocado, nem nas mentes, nem nas petições.

Mesmo pecando por imprecisão temporal, já que o seu dicionário foi publicado em 1728, vejamos os usos da palavra “propriedade” por Raphael Bluteau no *Vocabulario Portuguez & Latino*, volume 6.⁷⁹ Bluteau definiu ‘propriedade’ como o domínio e poder absoluto de dispor, empenhar e vender bens de raiz.⁸⁰ Neste sentido, essa “propriedade” pode ser aproximada de uma propriedade privada, absoluta. O interessante é perceber que, continuando a leitura do mesmo verbete, o próprio Bluteau apresentou algumas situações reais – a maioria tirada dos clássicos romanos – em que os direitos de propriedade não parecem tão absolutos assim. Por exemplo, Bluteau citou que houvera um reino, conquistado pelos romanos, onde os ‘conquistadores’ eram os proprietários, mas se contentavam com o usufruto dos terrenos, visto que entendiam que “a propriedade e os direitos eram dos que lhos tinham dado”. Podemos perceber que a “modernidade” da definição foi rapidamente superada pelas situações práticas em que os direitos se fracionavam ou se limitavam mutuamente.

Os romanos já haviam legislado sobre direitos de propriedade, ou seja, sobre as diferentes maneiras de se apropriar de um bem, deixando claros os seus limites para cada tipo de domínio. Os principais direitos reais sobre coisas alheias eram o uso e o usufruto: o *usus* o direito de usar diretamente a coisa; e *fructus* o direito de ter rendimentos, ou lucros, com a coisa possuída (por exemplo, vendendo as colheitas ou alugando um terreno). Aquele que detinha esses dois direitos sobre a coisa era o usufrutuário, que, todavia, não tinha o direito de abuso (*abusus*), ou seja, de alienar a coisa possuída (consumindo-a, destruindo-a, vendendo-a ou doando-a). Apenas o proprietário detinha esses três direitos de propriedade ao mesmo tempo sobre um mesmo bem, o que lhe garantia o domínio total desse bem. Mas na prática

⁷⁷ GROSSI, Paolo. *L'inaugurazione della proprietà moderna*. Napoli: Guida Editori, 1980.

⁷⁸ CONGOST, R. **Tierras, leyes, historia**. *Op Cit*; BLOCH, Marc. **A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**. Bauru: EDUSC, 2001.

⁷⁹ BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário português e latino**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-28. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/>. Acesso em 10/03/2017.

⁸⁰ BLUTEAU, R. **Vocabulário português e latino**. *Op Cit*.

isso era bastante incomum, visto que os proprietários abriam mão dessa condição quando cediam parte de seus direitos, quase sempre através de contratos agrários, para usufruírem de direitos senhoriais. Por isso, desde tempos imemoriais, eram poucos os proprietários e muitos os senhores e usufrutuários: diferentes pessoas possuíam diferentes direitos de propriedade sobre um mesmo bem, o que resultou na omnipresença de propriedades partidas, condicionadas ou, nos termos liberais, “imperfeitas”.

Se tomamos a precaução de não darmos ao rótulo da propriedade o conteúdo da propriedade privada que conhecemos hoje, podemos entender melhor algumas instituições e práticas proprietárias de outras épocas.⁸¹ No período colonial, por exemplo, num mesmo território coexistiam terras de uso do capitão-donatário, terras de usufruto do donatário, terras de uso do sesmeiro, terras de usufruto do sesmeiro, concessões de domínio ou de uso as mais diversas, provindas do Rei ou de outros senhores; terras que podiam ser herdadas, mas não vendidas; direitos de propriedade que podiam ser exercidos apenas durante a vida de quem os possuía, mas não legados a seus herdeiros. As sesmarias se encontram dentro dessa diversidade de formas proprietárias concretas, convivendo com elas, mas, muitas vezes também disputando direitos e poderes com proprietários concorrentes. A instituição sesmarial, longe de fazer valer uma regra clara a respeito dos direitos e deveres dos envolvidos e regular a ocupação do território americano, foi efetivamente manipulada e apropriada pelos sesmeiros na América de forma a atender seus interesses, que, quase sempre, residiam na ampliação de terras e gentes sob sua autoridade, e na subjugação de indivíduos livres através do controle dos domínios territoriais.

Na medida em que a propriedade plena sequer estava construída na filosofia, na lei e muito menos na prática, consideramos que todos os envolvidos nestes conflitos entendiam a lidavam com a limitação de seus direitos de propriedade. Ao analisar as fontes, vemos que o donatário tinha monopólio de comércio de muitos

⁸¹ Para um aprofundamento sobre as várias formas de propriedade partida típicas da ordem medieval, ver GROSSI, Paolo. **Il dominio e le cose: percezione medievali e moderne dei diritti reali**. MILANO: Giuffrè, 1992; CONGOST, R. e LUNA, P. (orgs.) **Agrarian Change and Imperfect Property**. *Op Cit*.

produtos, que lhe garantia bastante renda, mas não podia instalar engenhos nem fundar plantações em sua donataria. O sesmeiro tinha direito de uso, mas não de alienação da sesmaria, e ela podia ainda lhe ser tomada. O senhorio de uma enfiteuse tinha direito de auferir rendas, mas não podia expulsar seus enfiteutas da terra quando bem lhe aprouvesse. O posseiro, em alguns contextos, foi respeitado como real cultivador, ou seja, teve se direito de uso respaldado, mesmo sem carta de sesmaria, mas não podia vender nem deixar de se submeter ao senhor que afirmasse ter domínio – comprovado pela carta de sesmaria ou donataria -- sobre aquela região. Por isso julgamos anacrônica a avaliação de que os sesmeiros lutavam para ser proprietários plenos. A propriedade da terra continuou imperfeita do Antigo Regime nos trópicos e, em nosso ver, por muito mais tempo ainda.⁸²

Conclusão

Esperamos, dentro das limitações de espaço de um artigo, ter atingido os objetivos a que nos propusemos de início. A partir de uma nova problemática criada pelas discussões sobre a ‘path dependence’ e o peso das instituições proprietárias ibéricas na formação da estrutura das colônias americanas, somada às nossas próprias investigações, revisamos uma bibliografia já bastante consolidada sobre senhorios, capitania, sesmarias e conflitos territoriais na América portuguesa.

Em primeiro lugar, buscamos entender a criação de algumas instituições proprietárias, no Reino de Portugal, não como normas que auxiliaram o aprimoramento contínuo da propriedade, nem como pesos e contrapesos de um sistema em equilíbrio, típicas de um viés funcionalista que acabou por ser reproduzido pelos neoinstitucionalistas. E sim como recursos estratégicos esgrimidos por indivíduos e grupos sociais, premidos por situações específicas e contingentes, com distintos interesses e objetivos de curto prazo, dentro de uma arena em que disputavam poder, rendas e legitimidade social com as armas

⁸² PEDROZA, M. **Capítulos para uma história social da propriedade da terra na América Portuguesa e Brasil. O caso dos aforamentos na Fazenda de Santa Cruz (Capitania do Rio de Janeiro, 1600-1870).** *Op Cit.*

disponíveis, inclusive fora da lei. Seguimos um conceito realista de propriedade, conforme está sendo proposto pela escola da história social da propriedade.⁸³

Assim, despimos os governos nacionais de seu caráter demiurgo, onipotente e neutro. Vimos que o governo português, cambiante na sua composição, na sua força e nos interesses da vez, assumiu diferentes posições a respeito da concessão e fiscalização de domínios territoriais, ora presenteando senhorios ora disputando poder com os nobres e clérigos, ora protegendo os lavradores ora os obrigando a sujeitar-se a rendas e corveias extorsivas; ora deixando mais ora menos autonomia para os poderes locais de seu vasto império. No caso da Lei de Sesmarias, a excepcional ameaça de expropriação e de devolução ao Rei dos domínios de senhores que não estavam cultivando suas senhorias, em defesa do bem comum, deve ser entendida dentro da enorme crise populacional, de rendimentos senhoriais e de produção de alimentos gerada pela Peste Negra, sobre a qual a monarquia precisava intervir. Mesmo assim, a lei não teve bons resultados, o que indica o caráter limitado dos poderes da monarquia frente ao fortalecimento dos poderes senhoriais e a afirmação de uma estrutura agrária dominada pelos interesses de senhores rentistas, e não dos produtores diretos.

Dentro do quadro de poucos recursos humanos e financeiros é possível entender por que a Coroa portuguesa optou por gerir seu vasto império ultramarino através de processos de assenhoreamento, isto é, porque ela terceirizou para nobres as responsabilidades da colonização. As capitâneas não eram uma instituição longamente debatida e cuidadosamente implantada. Eram apenas, no curto prazo, a maneira mais fácil e barata de manter os territórios conquistados e recompensar serviços prestados pelos (poucos) particulares que dispenderam suas próprias fazendas nesta empreitada. O governo português não agia com projetos em longo prazo, bem preparado e com mapas e bússolas que lhe indicassem o bom caminho. Pelo contrário, caminhou erraticamente como homem nu numa floresta tropical, buscando sobreviver cada dia aos perigos mais imediatos, utilizando as poucas ferramentas que já conhecia e improvisando muito. Apenas sob este cenário é

⁸³ CONGOST, R., *et al.* . **Property rights in land: institutions, social appropriations, and socio-economic outcomes.** *Op Cit.*

possível entender o caráter muitas vezes ambivalente dos institutos proprietários criados e os resultados nem sempre previstos da sua aplicação.

Mas, em longo prazo, os assenhoreamentos da colônia trouxeram efeitos graves para as estruturas de poder local. Relacionar os deveres da colonização com a concessão de direitos senhoriais sobre territórios fez com que se criasse, desde muito cedo, a expectativa de poderes senhoriais onde apenas deveria haver administração e gestão de bens públicos ou devolutos. Ao se entender como senhores, tanto os capitães donatários quanto alguns sesmeiros reforçaram a lógica de privilégios e monopólios do antigo regime português, tornando a concessão de terras mais uma peça dessa engrenagem.⁸⁴ Além disso, a posição senhorial também trazia em si uma certa disputa com o poder da Coroa, um quisto de conflito de jurisdições e autoridades que caracterizou a formação da classe dominante no Brasil e tornou-a refratária ao cumprimento de leis e aos controles governamentais.⁸⁵

Em segundo lugar, encontramos na faceta condicional das instituições proprietárias portuguesas a brecha que mais amplamente permitiu suas distintas apropriações sociais. Se, na letra da lei, o caráter condicional era o que garantia o supremo senhorio do Rei sobre todas as concessões, seu poder acima de qualquer cessionário e sua capacidade de intervenção e mesmo de cassação de direitos de propriedade, na prática os protocolos de fiscalização e devolução das propriedades permitiram a instrumentalização por parte de grupos específicos com vistas a sobrepujarem as ameaças do alto e realizarem-se como verdadeiros senhores de seus territórios. Senhorios, capitanias e sesmarias eram concessões régias sob as quais sempre pairou maior ou menor perigo de devolução ou de não renovação por parte da Coroa. A disputa pela eternização destes direitos foi resolvida, quase sempre, por meios extralegais, campo no qual a nobreza do Reino sai-se amplamente vitoriosa e a “nobreza da terra” não deixou para trás. Já outros grupos sociais ou indivíduos, com menos recursos, muitas vezes foram pressionados, limitados ou punidos pelo governo português. Com estes casos é possível identificar claramente

⁸⁴ HESPANHA, António Manuel e Xavier, Ângela Barreto. As redes clientelares. In: HESPANHA, A. M. (org.) **O Antigo Regime (1620-1807)**. (Coleção História de Portugal). vol. IV, Mattoso, J. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 381-394.

⁸⁵ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo, 1958.

o caráter relacional e a apropriação parcial destas normas, que vigiam para uns e não para outros.

Em terceiro lugar lidamos especificamente do processo de colonização. Por um lado, descortinamos o que consideramos ser uma forma de apropriação endógena das instituições coloniais: os 'senhorios coloniais'. Essa dupla fonte de poder (político e econômico) fez parte do processo de formação da classe dominante brasileira desde os tempos coloniais e conferiu a estas características eminentemente senhoriais, visto que a posse de terra não determinava apenas o acesso a um meio de produção, mas também o poder de mando sobre pessoas residentes no terreno e a submissão (ou não) a um poder centralizado mais amplo. Além disso, o caráter violento e absoluto do exercício do poder senhorial também deu o tom dos modos de dominação "à brasileira" desde então.⁸⁶

Por outro lado, contra tendências persistentes de enxergar nos episódios de conflitos entre proprietários do passado a novela histórica da gestação da propriedade privada, reforçamos que o sistema proprietário dos trópicos passava longe dos desejos de uma propriedade privada. Relendo a contrapelo processos judiciais em que se explicitavam conflitos com sesmeiros e capitães donatários, o que percebemos foi que a disputa por um determinado feixe de direitos de propriedade, como os direitos senhoriais, foi chamada muitas vezes da disputa pela 'propriedade', mas que essa não era uma propriedade perfeita e absoluta, visto que diferentes proprietários possuíam diferentes direitos sobre um mesmo bem, ou dentro da mesma jurisdição.

Por fim, vimos como a criação de novos direitos de propriedade permitiu a maior acumulação para uns, enquanto fomentou a expropriação de outros. Discernimos instituições forjadas para conferir legitimidade à expropriação: a guerra santa, a guerra justa e o direito de conquista. Criadas no período da Guerra contra os mouros, referendadas no Direito e pelo Papa, reproduzidas durante a colonização da América, elas conferiam legalidade jurídica e legitimidade simbólica às guerras sujas, ao saque, ao roubo, ao extermínio e à escravização. Eram normas que, sendo seguidas, davam aura de legitimidade a processos de expropriação dos

⁸⁶ Essa conclusão vai ao encontro das reflexões tecidas por Raymundo Faoro. Cf. FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. *Op Cit.*

bárbaros, infiéis e inimigos da cristandade, e transformavam em direito, prêmio e glória o botim dos usurpadores.

Argumento de legitimidade para processos expropriatórios foram reproduzidos na maioria dos pedidos de sesmarias, quando aquele que a pedia arrolava os muitos 'serviços prestados ao Rei', dentre os quais constava não apenas a vitória nas guerras contra o gentio da terra, mas requintes de crueldade e tortura, detalhados de forma a conferir ainda mais legitimidade ao conquistador em questão.⁸⁷ Entendendo estes institutos como ferramentas da luta de classes, um instrumento para a dominação do colonizador, fica mais fácil entender porque foram tão poucos os índios, os pobres, os negros que conseguiram sesmarias, por um lado, e porque a forma de apropriação territorial privilegiada pelas camadas subalternas passou muito longe delas.

Referências Bibliográficas:

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **Converting land into property in the portuguese atlantic world (16th-18th century)**. (Tese de Doutorado). Baltimore: PPG História - Johns Hopkins University, 2008. (366 páginas). Disponível em: https://catalyst.library.jhu.edu/catalog/bib_3465078. Acesso em 18/02/2018.

__. De senhorio colonial a território de mando: os acossamentos de Antônio Vieira de Melo no Sertão do Ararobá (Pernambuco, século XVIII). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 35, n. 70, p. 41-64, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70015>. Acesso em 10/03/2017.

__. Transformações na legislação sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das capitanias do norte do Estado do Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 28, n. 56, p. 247-263, julho-dezembro de 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v28n56/0103-2186-eh-28-56-0247.pdf>. Acesso em 28/10/2017.

BARROS, Edval de Souza. **Proprietários Rurais e Estado Português em meio ao Avanço da Fronteira Agrária Escravista: a Capitania do Rio de Janeiro (1763-1808)**. (Dissertação de mestrado). Niterói: PPG História - Uff, 1997.

⁸⁷ Ver exemplos desta acumulação primitiva colonial da atuação dos padres jesuítas para o extermínio dos índios Tamoio no litoral do Rio de Janeiro, e na atuação dos inúmeros bandos encarregados da destruição dos mocambos na região de Palmares, capitania de Pernambuco. Cf. DAMASCENO, Felipe Aguiar. **A ocupação das terras dos Palmares de Pernambuco (séculos XVII e XVIII)**. (Tese de Doutorado). PPGHIS, UFRJ, Rio de Janeiro: 2018. (281 páginas); PEDROZA, M. **Por trás dos senhorios**. *Op Cit.*

BÉAUR, GÉRARD e CHEVET, Jean-Michel. Institutional changes and agricultural growth. *In*: BÉAUR, GÉRARD, SCHOFIELD, PHILIPP R., CHEVET, Jean-Michel *et al* (orgs.) **Property Rights, Land Markets and Economic Growth in the European Countryside (Thirteenth - Twentieth Centuries)** (Coleção Rural History in Europe). Turnholt, Belgium: Brepols, 2013, p. 19-68.

BLOCH, Marc. **A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**. Bauru: EDUSC, 2001.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário português e latino**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-28. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/>. Acesso em 10/03/2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. **Perspectivas**, São Paulo, vol. 38, p. 17-48, jul./dez de 2010.

CABRAL, Gustavo César Machado. Os senhorios na América Portuguesa: o sistema de capitâneas hereditárias e a prática da jurisdição senhorial (séculos XVI a XVIII). **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas**, Köln/Weimar/Wien: Böhlau Verlag, vol. 52, n. 1, p. 66-86, janeiro de 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305183880_Os_senhorios_na_America_Portuguesa_o_sistema_de_capitanias_hereditarias_e_a_pratica_da_jurisdiacao_senhorial_seculos_XVI_a_XVIII. Acesso em 10/03/2017.

CONGOST, Rosa. **Tierras, leyes, historia: estudios sobre "la gran obra de la propiedad"**. Coleção Crítica del mundo moderno. Barcelona: Crítica, 2007.

___, GELMAN, Jorge e SANTOS, Rui. Property rights in land: institutions, social appropriations, and socio-economic outcomes. *In*: CONGOST, Rosa; GELMAN, Jorge e SANTOS, Rui (orgs.) **Property rights in land: issues in social, economic and global history**. London / New York: Routledge, 2017, p. 177-204.

___ e LANA, José Miguel (orgs.) **Campos cerrados, debates abiertos: análisis histórico y propiedad de la tierra en Europa (siglos XVI-XIX)**. (Coleção Historia), vol. 22. Navarra: Universidad Pública de Navarra, 2007.

___ e LUNA, Pablo (orgs.) **Agrarian Change and Imperfect Property: enphyteusis in Europe (16th to 19th centuries)**. (Coleção Rural History in Europe), vol. 15. Turnhout, Belgium: Brepols, 2018.

___ e SANTOS, Rui. From formal institutions to the social context of property. *In*: CONGOST, Rosa e SANTOS, Rui (orgs.) **Contexts of Property in Europe: the social embeddedness of property in land in historical perspective**. (Coleção Rural History in Europe). vol. 5. Turnhout, Bélgica: Brepols, 2010, p. 15-38.

CRUZ, Maria Leonor García. Bens, direitos e rendimentos no Reino e na América portuguesa: o morgado e a capitania (século XVI). *In*: SERRÃO, José Vicente,

DIREITO, Bárbara, RODRIGUES, Eugénia *et al* (orgs.) **Property rights, land and territory in the European Overseas Empires**. Lisboa: CEHC-IUL, 2015, p. 99-114. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2718/3/proplandterrit2014-ebook.pdf>. Acesso em 6/11/2017.

CUNHA, Mafalda Soares e Nunes, Antonio Castro. Territorialização e poder na América portuguesa: a criação de comarcas (séculos XVI-XVIII). **Tempo (online)** Niterói: UFF, vol. 22, n. 39, p. 1-30, jan-abr de 2016. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/site/wp-content/uploads/2016/04/1-Mafalda-Soares-port.pdf>. Acesso em 18/10/2017.

DAMASCENO, Felipe Aguiar. Sítios, fazendas e a dinâmica da apropriação territorial no Brasil Colonial: o caso do sertão do Ararobá (Pernambuco, século XVIII). **Em Perspectiva**, Fortaleza, vol. 2, n. 1, p. 73-101, 2016.

__. **A ocupação das terras dos Palmares de Pernambuco (séculos XVII e XVIII)**. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: PPGHIS - UFRJ, 2018. (281 páginas).

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo, 1958.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro (século XVII). Algumas notas de pesquisa. **Tempo**, Niterói, vol. 8, n. 15, p. 11-35, 2003. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/site/?p=736>. Acesso em 28/10/2017.

__. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do Engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700 – 1760). *In*: __. e GOUVEA, Maria de Fátima (orgs.) **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 243-294.

GROSSI, Paolo. **L'inaugurazine della proprietà moderna**. Napoli: Guida Editori, 1980.

__. **Il dominio e le cose: percezione medievali e moderne dei diritti reali**. Milano: Giuffrè, 1992.

HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan: instituições e poder político (Portugal, século XVII)**. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

__. A punição e a graça. *In*: __. (org.) **O Antigo Regime (1620-1807)**. (Coleção História de Portugal). vol. IV, Mattoso, José (dir.). Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 239-256.

___ . A constituição do Império Português: revisão de alguns enviesamentos correntes. *In*: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.) **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 163-188.

___ . e SANTOS, Maria Catarina. Os poderes num império oceânico. *In*: ___ . (org.) **O Antigo Regime (1620-1807)**. (Coleção História de Portugal). vol. IV, Mattoso, José (dir.). 1ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 395-413.

___ . e XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. *In*: ___ . (org.) **O Antigo Regime (1620-1807)**. (Coleção História de Portugal). vol. IV, Mattoso, José (dir.). 1ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 381-394.

LAPA, José R. do Amaral (org). **Modos De Produção E Realidade Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980.

LIMA, Ruy Cirne **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas** Brasília - DF: ESAF, 1988.

MARREIROS, Maria Rosa Ferreira. Senhorios. *In*: SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (orgs.) **Portugal do Renascimento à crise dinástica**. (Coleção Nova História de Portugal). vol. V. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

MOLINA, Mônica; CASTAGNA, Sousa Jr; GERALDO, José; NETO, Tourinho, COSTA, Fernando da *et al.* **Introdução crítica ao direito agrário**. Coleção O direito achado na rua. vol. 3. Brasília, São Paulo: UnB, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Casa e Linhagem: o vocabulário aristocrático em Portugal nos séculos XVII e XVIII. **Penélope**, Lisboa, n. 12, p. 43-63, 1993. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/28224257_Casa_e_Linhagem_o_Vocabulario_Aristocratico_em_Portugal_nos_Seculos_XVII_e_XVIII. Acesso em 10/05/2020.

___ . Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia. *In*: HESPANHA, António Manuel (org.) **O Antigo Regime (1620-1807)**. (Coleção História de Portugal). vol. IV, Mattoso, José (ed.). Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 333-379.

___ . **O Crepúsculo dos Grandes: A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

___ . O 'Ethos' nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. **Almanack Braziliense**, n. 2, p. 4-20, 2005. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11615/13384>. Acesso em 10/05/2020.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. Bases da Formação Territorial do Brasil. **Geografares**, Vitória, n. 2, p. 105-113, junho de 2001. Disponível em: <http://www.publicacoes.ufes.br/geografares/article/viewFile/1145/858>. Acesso em 18/10/2017.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. **Entre veados, carneiros e formigas: conflito pela posse da terra na Ribeira do Ceará-Mirim e concepções de mentalidade possessória (1725-1761)**. (Dissertação de mestrado). Natal: PPGH - UFRN, 2014. (285 páginas). Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/19658>. Acesso em 25/09/2018.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Terra, estratégias e direitos indígenas. **Tempos Históricos**, vol. 18, p. 30-47, 2º Semestre de 2014. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/viewFile/11602/8270>. Acesso em 20/10/2017.

MOTA, Maria Sarita. Sesmarias e propriedade titulada da terra: o individualismo agrário na América Portuguesa. **SÆCULUM**, João Pessoa, n. 26, p. 29-45, jan./jun de 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/15031/8537>. Acesso em 28/10/2017.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Direito à Terra no Brasil: a gestão do conflito**. 2a edição. São Paulo: Alameda, 2012.

NETO, Margarida Sobral. Propriedade e renda fundiária em Portugal na Idade Moderna. In: MOTTA, Márcia Maria Menendes (org.) **Terras Lusas: a questão agrária em Portugal**. Niterói: EdUFF, 2007, p. 13-30.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sesmarias em Portugal e no Brasil. **Politéia**, Vitória da Conquista, vol. 1, n. 1, p. 111-139, 2001. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/view/141>. Acesso em 15/03/2019.

NORTH, Douglass. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. **Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

_____. (org.) **Understanding the Process of Economic Change**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

PEDROZA, Manoela. **The making of the landlord: The case of Jesuit priests in Portuguese America (Fazenda de Santa Cruz, Rio de Janeiro, Brazil, from 1596 to 1759)**. International Conference of the European Rural History Organisation (EURHO), Girona, 2015.

___ **Customs, demands and stratagems on Royal land: Property rights, conflicts and demands between interlopers and landowners (Fazenda Real de Santa Cruz Estate, Brazil, 1761-1790)**. 9th ESSHC, Valencia, España: 2016. Disponível em: <https://esshc.socialhistory.org/esshc-user/programme?day=54&time=139&session=2942&room=224> .

___ **Desafios para a construção de um história dos direitos de propriedade da terra no Brasil. Em Perspectiva [On Line]**, Fortaleza: UFC, vol. 2, n. 1, p. 7-33, 2016. Disponível em: <https://www.revistaemperspectiva.com/v-unico-n-2> .

___ **Padres-senhores, enfiteutas, foreiros e partidistas: práticas proprietárias e conflitos sobre direitos de propriedade na América portuguesa (séculos XVI, XVII e XVIII)**. XII Congresso Brasileiro de História Econômica / XIII Conferência Internacional de História de Empresas, Niterói, RJ, Brasil, 2017.

___ **Capítulos para uma história social da propriedade da terra na América Portuguesa e Brasil. O caso dos aforamentos na Fazenda de Santa Cruz (Capitania do Rio de Janeiro, 1600-1870)**. (Tese de Doutorado). Niterói: PPGH - UFF, 2018. (663 páginas). Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1970.pdf> . Acesso em 13/03/2019.

___ **Emphyteusis, slavery and economic growth in nineteenth-century Brazil**. International Conference of the European Rural History Organisation (EURHO), Paris, France, 2019.

___ **Archaic institutions and economic growth: coffee plantations, emphyteutic contracts, and slavery in nineteenth-century Brazil. Études Rurales**, Paris: Éditions EHESS, vol. 205, p. 22-45, jan-juin de 2020.

___ **Por trás dos senhorios: senhores e camponeses em disputa por terras, corpos e almas na América portuguesa (1500-1759)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.

RIBEIRO, Orlando. **Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa**. Lisboa: Editora da Fundação da Casa de Bragança, 1955.

SERRÃO, José Vicente; DIREITO, Bárbara; RODRIGUES, Eugénia *et al.* (orgs.) **Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires**. Lisboa: CEHC, ISCTE-IUL, 2014. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2718> . Acesso em 15/03/2019.

___ e RODRIGUES, Eugénia. Migration and accommodation of property rights in the Portuguese Eastern Empire, sixteenth-nineteenth centuries. *In*: CONGOST, Rosa; GELMAN, Jorge e SANTOS, Rui (orgs.) **Property Rights in Land: issues in social, economic and global history**. Londres: Routledge, 2017, p. 9-31.

SILVA, Célia Nonata da. **Territórios de mando: banditismo em Minas Gerais, século XVIII**. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Camponeses e criadores na formação social da miséria: Porto da Folha no sertão do São Francisco (1820-1920)**. (Dissertação de mestrado). Niterói: PPG História - UFF, 1981.

VARELA, Laura Beck. **Das sesmarias à propriedade moderna: um estudo de história do direito brasileiro**. Coleção Biblioteca de teses. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Recebido: 07/07/2020
Aprovado: 24/11/2020

GANHANDO O MERCADO DE GRÃOS NA EUROPA E NA AMÉRICA: DO LOCAL AO GLOBAL (SÉCULOS XVIII-XIX)

María Verónica Secreto¹

Resumo: A produção de grãos alimentícios está relacionada ao surgimento da vida em sociedade. Essa antiquíssima produção sempre esteve regulada por normas sociais que buscaram garantir a subsistência dos grupos humanos. O excedente permitiu a especialização urbano-rural e a administração do excedente, a existência de diferentes formas de organização do Estado. No século XVIII a agricultura passou por uma profunda transformação. As formas tradicionais de organização do espaço produtivo, que envolviam as servidões, foram reformadas e abolidas. A subsistência que tinha estado no centro da organização dos Estados deixou de ser de sua incumbência. A subsistência abandonou o espaço comunitário para se transformar num problema individual. A livre comercialização dos grãos, desimpedidos de toda amarra política, ficou no centro das discussões políticas e econômicas. Este artigo aborda os debates que se deram em Espanha, França e no Rio da Prata sobre a livre circulação dos grãos.

Palavras Chaves: Grãos Alimentícios; Mercado vs Abastecimento; Circulação.

WINNING THE MARKET: GRAINS IN EUROPE AND AMERICA FROM LOCAL TO GLOBAL (18th-19th CENTURIES)

Abstract: The production of food grains is related to the emergence of life in society. This ancient production was always regulated by social norms that sought to guarantee the subsistence of human groups. The surplus allowed urban-rural specialization and the administration of the surplus the existence of different forms of state organization. In the 18th century, agriculture underwent a profound transformation. The traditional forms of organization of the productive space, which involved easements, were reformed and abolished. The subsistence that had been at the centrality of the organization of the State was no longer their concern. Subsistence left the community space to become an individual problem. The free commercialization of grains, detached from any political subjection, was at the essential of political and economic discussions. This article addresses the debates that took place in Spain, France, and the Rio de la Plata on the free movement of grain in the eighteenth century.

Keywords: Food grains; Market vs. Provision; Circulation

To guarantee their well-being, the women of Paris marched on Versailles in October 1789 in order to bring back to Paris the baker, the baker's wife and the baker's boy. The king was considered the baker of last resort.
Steven L. Kaplan, 1982

En efecto, es la primera riqueza del ciudadano, y por consiguiente del estado; el que pone y fija el precio a todos los otros géneros y objetos de comercio, el que vivifica todo, el que lo pone todo en movimiento, y el que lo hace circular todo.
Abade Rozier, 1797.

¹ Universidade Federal Fluminense. Email: mvsecreto@yahoo.com

Introdução

Não será a primeira vez que alguém diz que um dos mitos mais persistentes do liberalismo é o da sacralidade da propriedade privada seguido pelo da naturalidade dos mercados. Nada mais carente de historicidade que aquelas duas afirmações. Em termos temporais ambos constructos, o da propriedade do solo como direito exclusivo e o da “desobrigação” das colheitas agrárias, são simultâneos. Na medida em que a propriedade do solo se individualizava, eliminando antigos costumes e práticas agrícolas, também se soltaram as amarras morais que limitavam a “especulação” com as colheitas de grãos. O mesmo processo produz sinergias: terra, trabalho e colheitas transformam-se em mercadorias num movimento combinado.

Diz Marie-France Renoux Zagamé em seu clássico sobre história da propriedade, que a ideia de que o famoso artigo 544 do Código Civil Francês expressaria um conceito romano da propriedade, e portanto antiquíssimo, forma parte das teses que nunca acabam de morrer.² É que a história da propriedade e dos mercados está abarrotada de mitos e imprecisões persistentes tendentes a justificar as desigualdades do mundo contemporâneo.

A mais “economicista” das ciências, depois da economia, provavelmente seja a agronomia. Se bem a busca da melhora dos rendimentos agrícolas é tão antiga quanto a “revolução neolítica”, na segunda metade do século XVIII o conceito de “maximização” do mundo agrário ganhou um destaque inédito. E para isso, o conhecimento técnico e o “taylorismo” agrário foram fundamentais. A contra cara da maximização era o desperdício e esse era considerado como resultado do costume, da reiteração, da ignorância ou falta de ciência, de uma espécie de “superstição” rural que fazia com que agricultores e pastores realizassem sempre as mesmas práticas sem fundamentos ou evidência científica sobre sua eficiência. Um dos problemas que encontrariam os pensadores ilustrados para levar a diante seu projeto maximizador seria a comunicação. Como ensinar o agricultor a ciência da agricultura? Na França o abate Rozier apresentou um projeto de escola agrônômica

² RENOUX-ZAGAMÉ, Marie-France. **Origines Théologiques du concept moderne de propriété**. Genève: Librairie Droz, 1984.

à Assembleia e J. Alvarez Guerra³, quem traduzira ao castelhano a obra do prestigioso agrônomo francês, explicava que ainda que existissem livros escritos de forma simples, o público formado por lavradores, pastores, apicultores, etc. não comprava livros nem os lia. Mas nenhuma classe precisava de mais instrução que aquela na qual recaia a prosperidade geral: “se se conseguisse fazê-la obrar por princípios seguros, demonstrando-lhe o abuso de suas antigualhas...”⁴

A propriedade cercada era uma mostra de eficácia agrônômica. O cerco não só excluía, mas criava um espaço interno gerenciado, no qual cultivo e pastagens eram separados. O cerco criava um novo homogêneo e delimitava um interior modernizado que se recortava da paisagem “natural”.

A convergência entre economia e agronomia pode ser encontrada em diferentes países europeus, mas na França a fisiocracia se perfilou como sua mais pura expressão. Esta enunciou que a genuína riqueza de uma nação devia ser buscada nas terras agrícolas e em seus produtos. As críticas ao mercantilismo e metalismo a partir dos problemas monetários da Espanha já tinham sido elaborada pelos arbitristas⁵. Mas os fisiocratas deram um passo mais: moveram a reflexão econômica do campo da circulação para o da produção, “com rigor, o sistema fisiocrático é a primeira conceição sistemática da produção capitalista.”⁶ Entre as máximas mais expressivas da fisiocracia: liberar o comércio de grãos.

Grãos e sistemas agrários

A capacidade humana para gerar resultados diferentes a partir dos mesmos elementos é realmente surpreendente. Os sistemas agrários desde faz 10.000 anos têm permitido a subsistência e, paulatinamente, a formação de excedente capaz de possibilitar especializações e complexificação nas sociedades humanas. Os vários sistemas agrários, resultados da adaptação a diferentes condicionantes do meio

³ ASTIGARRAGA, Jesús; USOZ, Javier. Algunas puntualizaciones en torno a la fisiocracia en la ilustración tardía Española. **Revista de Historia Económica. Journal of Iberian and Latin American Economic History**, Ano 26, n. 3, p.489-497, 2008.

⁴ ROZIER, Abade (org.). **Curso Completo o Dicionario universal de agricultura. Teórico, práctico, económico y de medicina rural y veterinaria**. Madrid: Imprenta Real, 1797. p. XXXIII.

⁵ URÍ MARTÍN, Manuel. Crisis y arbitristismo. Quevedo y el pensamiento económico español del Siglo de Oro. **La Perinola**, v. 2, p. 263-300, 1998.

⁶ MARX, Karl. **EL Capital**: Libro segundo. Madrid: Siglo XXI, 1998. V. 5, p. 439.

ambiente envolveram o cultivo de derribada-queimada em meios arbóreos; os sistemas de savanas tropicais e os sistemas de rizicultura irrigada em regiões tropicais úmidas; sistemas agrários hidráulicos em regiões áridas; sistema de montanha, composto pelo domínio de nichos ecológicos complementares como o incaico⁷; sistema de cultivo com tração e alqueive associado à criação animal, etc. Desde a revolução agrícola moderna se sucederam sistemas em que o uso cada vez mais intensivo de determinadas tecnologias definiram um tipo de relação com o meio ambiente: sistemas de cultivo com tração pesada sem alqueive; a mecanização da tração animal; sistemas mecanizados e fertilizados por métodos provenientes da segunda revolução agrícola⁸. Se bem a lista de sistemas pode parecer progressiva ou evolutiva, o certo é que vários dos sistemas agrários são sincrônicos. Entre todos os sistemas, um se transformou de tal forma que os grãos alimentares puderam buscar seus compradores em mercados distantes. Mercados fora das sociedades que os produziram.

No século XVIII a agricultura foi foco da escrita político-econômica. De um lado e do outro do canal da Mancha, de um lado e do outro do Pirenéus. Quesnay tomava o “modelo inglês” como o modelo a ser seguido. Aquele em que a agricultura era realizada em grandes propriedades. “Quase sem exceção, os diferentes autores que reflexionaram sobre esse problema anunciavam a generalização da agricultura capitalista de corte britânico e viam no modelo inglês o futuro agrícola das nações. A industrialização do campo e a desaparecimento do campesinato eram os signos do porvir.”⁹

Num texto mais que clássico Marc Bloch afirma que há na história agrária da Europa uma transformação que surge com grande relevo: o movimento de *enclosures* acontecido na Inglaterra entre os séculos XVI a XIX. Processo pelo qual desapareceram as servidões coletivas individualizando-se a propriedade agrícola. Não existe uma história da Inglaterra por mais elementar que seja, que não

⁷ MURRA, John. **El mundo andino. Población, medio ambiente y economía**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2001.

⁸ MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo. Do neolítico à crise contemporânea**. Brasília: NEAD; São Paulo: EDUSP, 2010.

⁹ GUTIÉRREZ PÉREZ, Antonio; TRÁPAGA DELFÍN, Yolanda. La tierra y la propuesta de los fisiócratas: los dilemas de la política agrícola. **Investigación Económica**, v. 50, n. 195, p. 155-173, 1999.

mencione as *enclousures*. Mas agora abramos uma história da França, diz Bloch. Não encontraremos nela nenhuma alusão a um movimento como esse, não obstante também houve “cercamentos”, só que o processo de individualização francês teve suas próprias peculiaridades.

Marc Bloch explica que o individualismo agrário aparece na França como revolução, contrário às tendências comunitárias antigas, pelas quais, por exemplo, os campos eram abertos depois da primeira ceifa, o restolho que ficava em solo era fundamental para que o gado pudesse completar sua alimentação em áreas que não havia pastagens ou que não se dispunha de forragens cultiváveis. Essa prática era a *vaine pâture*. Bloch cita um jurista anônimo que dizia que as heranças estão protegidas e acauteladas quando os frutos estão em cima, e uma vez que sejam colhidos, a terra, por uma espécie de direito de gentes, torna-se comum a todos os homens, pobres ou ricos igualmente”¹⁰ Os proprietários tinham domínio sobre as colheitas, mas não domínio pleno sobre o solo. Mas ainda assim as colheitas por outra parte estavam sujeitas a normas de comercialização. Em ambas questões o poder local tinha ingerência. O grão era um produto muito suscetível. A paz política e a paz social dependiam de sua abundância e preços baixos. Os mecanismos pelos quais as diferentes sociedades regulavam a oferta de grãos estavam inseridos em lógicas locais, de acordo com princípios nacionais. Os itens agrários a serem comercializados sem limitações e sem “moral” eram os coloniais.¹¹ Sobre esses sim, não pesava nenhuma restrição mais que os monopólios metropolitanos.

Mas o século XVIII foi, em Europa, um século marcado pela tensão entre a fome gerada pelas más colheitas, as políticas de abastecimento e as teorias econômicas promoveram a separação entre Estado e subsistência. Essas teorias defendiam que o rei não deveria ser o padeiro em última instância (parafrazeando a ideia de Kaplan de que o rei era o padeiro em última instância, a e que citamos na primeira epígrafe). Paulatinamente ou, abruptamente em alguns casos, vamos ver o produtor deslocar o consumidor como “cidadão mais favorecido”, moral, política e

¹⁰ BLOCH, Marc. **A terra e seus homens. Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**. Bauru: Edusc, 2001, p. 272.

¹¹ Moral no sentido utilizado por Thompson em: THOMPSON, Edward. *Economia Moral da Multidão inglesa no século XVIII*. In: _____. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

praticamente. A legislação francesa de maio de 1763, se bem foi de difícil implementação, evidenciou a rejeição do mercado local e proclamou o triunfo do grão-mercadoria.¹² Embora talvez custasse uma revolução.

Fome e mercados: Espanha e América

A mudança de perspectiva do consumidor ao produtor gerou, entre outras coisas, desconfianças dos setores populares. A escassez era vista como resultado de um complô. Na França, nos episódios de escassez de grãos dos períodos 1725-1726; 1738-1741; 1747-1752 o povo interpretou esses como artificiais, gerados por motivos escondidos. Ante cada escassez e carestia os consumidores tendiam a acreditar que se tratava de um complô no qual intervinham os poderosos homens do estado e da esfera econômica. Em meados da década de 1760 começou a década mais turbulenta do reinado de Luís XV, período de falta grave de grãos. A razão era associada às medidas radicais promulgadas em 1763 e 1764, medidas pelas quais o governo renunciou a administrar a subsistência.¹³

As leis de “liberalização” de 1763-1764 desregularam o comércio de grãos desmantelando todo o aparato policial em nome do patrimônio natural, dos direitos dos proprietários e de um bem comum de ambígua formulação, mas que se resumia na ideia de que o aumento da riqueza nacional geraria o da felicidade pública. O governo real quebrou sua aliança não escrita com os consumidores e proclamou que doravante, a subsistência era uma questão individual e não responsabilidade da “comunidade”. A área de alimentos passou a ser outra mais da esfera econômica impessoal, onde o objetivo não era a subsistência, mas a obtenção do maior benefício. De quem? Do produtor e de um setor que paulatinamente se tornará poderoso: os dos atravessadores de grãos. Quem se preocupava com a “governabilidade” conseguiu compreender os riscos que se corriam.

Em Espanha a coisa não era muito diferente. A tensão entre subsistência e mercado (como abstração e não como espaço de realização local das mercadorias)

¹² KAPLAN, Steven L. **Raisonné sur les blés. Essais sur les lumières économiques**. Paris: Fayard Histoire, 2017. p 491.

¹³ *Idem*. The Famine Plot Persuasion in Eighteenth-Century France. **Transactions of the American Philosophical Society**, v. 72, n. 3, p. 1-79, 1982.

levou à pressão progressiva de setores proprietários pelo “monopólio” da terra e liberalização do comércio de grãos. Se bem o modelo que estava sendo pensado tinha sua base nos proprietários e produtores aparece um setor muito mais interessando ainda na liberalização do comércio de grãos: comerciantes, armazenadores, intermediários.

Em 1765 foi promulgada uma Real Pragmática sobre o comércio de grãos. Nela se “liberalizava” o comércio colocando como balizas um preço máximo e um preço mínimo para a exportação e importação respectivamente. O temor de que, ante a subida do preço do trigo em mercados distantes, “o grão” buscasse esses em detrimento do mercado nacional, provocando a carestia e falta de abastecimento, continuou a estar presente. Daí que a Real Pragmática de Grãos estabeleceria que o trigo poderia ser “extraído” quando seu preço se mantivesse por debaixo dos 32 reais a fanega (100 kg) nas cidades próximas dos portos de embarque e poderia ser importado quando seu preço fosse maior que esse. Neste último caso se buscava ao trigo estrangeiro não “concorresse” com o local. Sua importação a preços muito baixos podia significar a ruína da agricultura nacional. O fiel da balança deixava de se inclinar para o consumidor e começava a pender para o produtor e para o comercializador dos grãos alimentícios (estocadores e intermediários). Mas essa mudança não foi rápida, nem fácil, envolvia mexer com valores e tradições enraizados. Alterar sua forma de circulação implicava uma mudança política relevante.

Na esfera local as cidades dispunham de depósitos de grãos. Esses depósitos buscavam ter oferta de grãos alimentícios a preços constantes e garantir sementes da próxima semeadura, assegurando a colheita seguinte. Positos e alhondigas eram fundamentais para o funcionamento de uma regulação que buscava garantir o abastecimento.

Alhondiga s. f. Casa pública donde se guarda el trigo de alguna Ciudad, o Pueblo grande, para asegurar su abasto. Es voz Árabe según Aldrete, Tamarid, Urréa, Alcalá, y Covarr. que en su origen es *Fondaque*, y añadido el artículo Al se dixo Alfondaque, y luego mas corrompido Alfondiga y Alhóndiga, como oy se dice. En muchas partes le llaman Pósito. Lat. *Horrea publica*. ORDEN. DE SEV. Orden. 1. del *alhóndiga*, fol. 33. Ordenámos e mandámos que el caséro, y el que tiene el peso, e las medidas de la dicha *alhóndiga*. RECOP. lib. 5. tit. 11. l. 18. Mandámos que las casas y *alhóndigas* comunes de las

Ciudades, Villas y lugáres puedan comprar pan adelantado para su provisión. ALFAR. fol. 210. Ni sirviendo de mas que como los harriéros en la *alhóndiga* de Sevilla de meter carga para sacar carga.¹⁴

A Real Pragmática espanhola de 1765 sancionou a abertura do mercado de cereais de forma quase simultânea que a França. A espiral de preços ascendente que seguiu à liberalização marcou profundamente a sociedade espanhola e a trajetória da política de grãos.¹⁵ Com certo pesar, Almicar Challú diz, acompanhando Richard Herr,¹⁶ que o decreto de 1765 e sua aplicação nos anos seguintes incorporaram uma linha de pensamento econômico que envolveu uma aceitação condicional da liberdade econômica. Reformistas como Campomanes elogiaram a iniciativa individual, mas acabaram desconfiando dos efeitos do mercado e acreditavam que a intervenção do governo era necessária para conter seus abusos. Isso refletia a postura paternalista tradicional das autoridades locais. Os defensores da política de *laissez-faire* eram marginais nos círculos de poder e com pouco compromisso com a governabilidade, por isso podiam manter sua “radicalidade”.

A crise gerada nessa conjuntura deixou uma forte marca. As medidas reformistas se aceleraram entre 1767 e 1770. O motim de Esquilache teria inspirado uma ala radical do reformismo que teve como medidas mais contundentes o reparto de terras a jornaleiros e camponeses¹⁷. Os principais problemas eram: a insuficiência da terra destinada à agricultura para uma população em aumento e a concentração da propriedade em poucas mãos. Boa parte dos que trabalhavam a terra o faziam em parcelas aleias. Intentaram-se medidas para solucionar esse problema colocando mais terra à disposição desses excluídos. Em 1766, Badajoz repartiu as terras *concejiles* (públicas municipais) entre os mais necessitados. No mesmo

¹⁴ Real Academia Española. Dicionário de Autoridades. Tomo 1, 1726. <http://web.frl.es/DA.html>
Alhondiga, casa pública onde se guarda o trigo de alguma cidade ou povoado grande, para garantir seu abastecimento. A palavra provém do árabe segundo Aldrete, Tamarid, Urréa, Alcalá, e Covarrubias que em sua origem era *Fondaque*, e agregando o artigo *Al* ficou *Alfondaque*, e depois mais corrompido *alfondiga* e *Alhóndiga*, como se diz hoje. Em muitas partes o chamam Pósito.

¹⁵ CHALLÚ, Amílcar E. Grain Markets, Free Trade and the Bourbon Reforms: The Real Pragmática of 1765 in New Spain. *Colonial Latin American Review*, v. 22, n.3, p. 400-421, 2013.

¹⁶ HERR, Richard. **Rural change and royal finances in Spain at the end of the Old Regime**. Berkeley: University of California Press, 1989.

¹⁷ MORAES, María Inés. **El arreglo de los Campos**. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 2015. p. XX.

sentido o Conselho de Castela sancionou reais provisões em 2 de maio de 1766, 12 de junho de 1767, novembro de 1767 e 11 de abril de 1768. Essa política, em muitos casos, teve resultados adversos: os poderosos locais se apropriaram dessas terras, subarrendando-as, produzindo o efeito contrário do que tinha-se buscado, alimentando o círculo da concentração.¹⁸ Os anos seguintes foram destinados a avaliar a situação do campo espanhol e os escritos gerados por homens como Jovellanos e Campomanes marcariam as políticas futuras, embora condicionados pelas conjunturas políticas internas e internacionais. Como diz Llombart sobre uma das principais obras escritas da agricultura reformada, o *Informe de ley agraria* (1795) de Melchor de Jovellanos¹⁹: em suas origens foi uma obra por encargo, fruto do ambiente político-intelectual dos primeiros anos do reinado de Carlos III, solicitada pelo conselho de Castela e a Sociedade Econômica Matritense de Amigos do País.

Comenzando por el Informe de Ley Agraria, cabe indicar que fue publicado en una doble edición simultánea en 1795: en el tomo V de las Memorias de la Sociedad Matritense y de forma exenta; y que constituye una obra económica peculiar por su origen, sobresaliente por su contenido y trascendente por sus reediciones e influencia en amplios círculos económicos, intelectuales y políticos.²⁰

As questões contidas no *Informe* tinham começado a ser pensadas na década de 1760 no contexto do combate à diagnosticada decadência da agricultura peninsular e da Real Pragmática de Grãos de 1765²¹, mas quando concluído o contexto espanhol era outro, muito menos propício para as mudanças que propunha

¹⁸ GARCIA HABA, Cristina. Reparto de tierras concejiles en el siglo XVIII. *Oleana*, n. 4, p. 35-57, 1990; SANCHEZ SALAZAR, Felipa. **Extensión de cultivos en España en el siglo XVIII. Rutas y repartos de tierras concejiles**. Madrid: Ministerio de Agricultura, 1988.

¹⁹ JOVELLANOS, Melchor Gaspar de. **Informe de la Sociedad Económica de Madrid al real y Supremo Consejo de Castilla en el expediente de ley agraria extendido por su individuo de número el señor Don Gaspar Melchor de Jovellanos a nombre de la junta encargada de su formación y con arreglo a sus opiniones**. Madrid: Imprenta de Sancha, 1795. p. 781. A partir daqui simplesmente: *Informe*.

²⁰ LOMBART, Vicent. La supuesta alternativa fisiocrata de Juan Álvarez Guerra al informe de ley agraria de Jovellanos. Una reconsideración. **Revista de Historia Económica** 473, Journal of Iberian and Latin American Economic History, Año XXVI, n. 3, p. 471-488, 2008.

²¹ *Idem*. Una mirada al Informe de Ley Agraria de Jovellanos docientos años después. **Revista de Historia Económica**, Madrid, Ano XIII, n. 3, p. 553-580, 1995.

o *Informe*. Peça chave e “monumento” da modernidade agrária peninsular o *Informe* faz um diagnóstico bastante pormenorizado da realidade agrária. O texto se estrutura em três partes: 1) os obstáculos políticos, ou derivados da legislação; 2) os obstáculos morais, derivados da opinião e 3) os obstáculos físicos, ou derivados da natureza. Os primeiros têm a ver com as velhas instituições e tradições que regiam o campo espanhol: os campos abertos com direitos de respiga, a mesta (pastoreio transumante), os morgadios, amortizações etc. Os segundos obstáculos eram constituídos pelas opiniões do governo e dos agentes da agricultura. Para Jovellanos todos os governos europeus fazia alguns séculos que buscavam estabelecer seu poder sobre a expansão do comércio e por esse motivo a balança se inclinou nesse sentido. Para incentivar o comércio “se buscou proteger a indústria que o provê e a navegação que o serve, daqui foi o afã dos Estados modernos de dedicar-se inteiramente às artes mercantis.”²² Nesse sentido Jovellanos se aproximava ou retomava uma das questões apontadas pelos arbitristas: o prejuízo que causava a priorização do comércio de ultramar que demandava mercadorias para serem colocadas naquele circuito, gerando com isso a concorrência inter-colonial. Por último aborda os obstáculos físicos entre os que analisa as limitações de acesso à irrigação, às comunicações, e os portos, entre outros.

Apesar de ser um estudo tendente à liberalização dos entraves tradicionais há um ponto no qual o autor do *Informe* duvida das vantagens de uma liberalização total, e isto é a respeito da comercialização de grãos. Na década de 1960 John Polt revelou a influência de Jacques Necker na obra de Jovellanos²³. Mas para Llombart, a posição mantida no *Informe* se aproxima mais da de Ferdinando Galiani nos *Dialogues sur le commerce des blés*.²⁴ Essa afirmação de Llombart nos parece muito acertada e nos convida a aprofundar a análise dessa semelhança.

²² JOVELLANOS, Melchor Gaspar de. *Informe ... Op. Cit.*, p. 781.

²³ POLT, John. Jovellanos and his English Sources: Economic, Philosophical and Political Whriting. **American Philosophical Society**, Philadelphia, v. 54, p. 1-74, 1964.

²⁴ LLOMBART, Vicent. El informe de Ley Agraria y su autor en la historia del pensamiento económico. In: GARCÍA SANZ, Angel; SANZ FERNÁNDEZ, Jesús. **Reformas y políticas agrarias en la historia de España de la Ilustración al primer franquismo. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación**. Madrid: Secretaria General Técnica, 1996. p. 105-159.

Os *Dialogues sur le commerce des blés* foram publicados originariamente em francês em 1770. Aqui vou utilizar a edição castelhana de 1775²⁵, a pronta tradução evidencia que se tratava de um tema de extrema atualidade. As duas personagens a protagonizar os diálogos são o Marquês de Roquemaure e o Cavaleiro Zanoby, embora no final se soma um terceiro interlocutor. O cavaleiro tinha retornado a Paris depois de uma viagem por Itália, Alemanha, Holanda e Inglaterra realizada durante os anos de 1764 e 1765. Teria estado em Itália no ano de 1764 quando houve uma grande fome e a partir dessa experiência reflexiona sobre o sistema de abastecimento e comercialização do trigo²⁶. O Cavaleiro se nega a colocar o problema em termos de: a favor ou contra a “extração” do cereal, e prefere colocar a questão em termos das especificidades de cada nação. Interessante ponto de vista que nega a teorização em abstrato.

Primeiro coloca a desigualdade “natural” das províncias que compõem cada “nação”. Não todas são igualmente férteis para a produção de trigo. “Se a província produtora de trigo está colocada no centro da nação, é necessário animar a extração, se está localizada na fronteira é necessário proibi-la”. Em Espanha a maior produtora é Castela que se encontra no centro da nação, portanto, todas as outras províncias podem ser abastecidas por essa e beneficiar-se dessa “exportação” entre reinos. Sobre o perigo de que esse trigo procure mercados mais distantes, saindo por mar, o cavaleiro diz que não tem ninguém tão néscio que queira atravessar províncias onde o trigo tem bom preço para chegar a um porto e buscar uma fortuna incerta correndo os riscos do comércio por mar no estrangeiro. Mas se a França tivesse suas províncias trigueiras nas fronteiras, como na Picardia, Normandia, ou Flandes correria grande perigo com a liberdade comercial, porque se Inglaterra, a Provença e o Languedoc padecessem da carestia, o trigo da França iria abastecer o estrangeiro (no caso inimigos da nação) enquanto os vassalos do rei francês morreriam²⁷. Os *Dialogos* precedem ao ensaio de Jacques Necker quem se projetou publicamente justamente com a publicação *Sur la legislation e le commerce des*

²⁵ GALIANI, Ferdinando. **Dialogos sobre el comercio del trigo**. Madrid: Joachin Ibarra, Impresor de Cámara de S. M., 1775. A partir de aquí mencionado como *Diálogos*.

²⁶ VENTURI, Franco. Napoli nell’anno della fame. **Revista Storica Italiana**. v. 85, n. 2, p. 394 – 472, 1973.

²⁷ GALIANI, Ferdinando. *Dialogos... Op. Cit.*

grains em 1775, no momento em que Anne Robert Jacques Turgot, inspetor geral de finanças da França, tinha que enfrentar as consequências de sua política fisiocrata sobre a liberalização do comércio dos cereais, a chamada “Guerra das farinhas”. Como sempre nestas ocasiões não faltam os economistas ou historiadores econômicos que digam que o problema da crise foi gerado pela má colheita precedente, e não pela liberalização do comércio de grãos. A pergunta que se impõe é por que liberalizar justo no momento em que uma má colheita aumenta o preço do trigo?²⁸

Dietas e alimentação

No século XVIII o trigo continuava a compor parte importante das dietas, sobretudo urbanas. No campo ou nos arrabaldes das cidades as pessoas tinham acesso a legumes, ovos e outros recursos que podiam ser produzidos em extensões pequenas de terra ou ainda ser coletados nos bosques, antes de que esses fossem definitivamente fechados.²⁹ Mas nas cidades europeias o trigo proporcionava 60 ou 70% da energia das dietas e isso foi assim até meados do século XIX.³⁰ Nas provisões para a manutenção das tripulações navais o trigo também era importante. Com ele se elaboravam os pães e biscoitos das dietas náuticas.

Nas dietas americanas se repetia algo parecido com as europeias. Em Buenos Aires o trigo constituía o cereal principal durante todo o ano, já no interior o milho ganhava centralidade nas dietas indígenas e camponesas. Nas áreas urbanas andinas havia a convergência do milho e do trigo, ademais das batatas. No século XVII, disse Assadourian, os grãos eram pesados e baratos como para suportar a comercialização a longa distância: “el trigo se identifica con la dieta de los españoles, los indios y los negros prefieren o están obligados a valerse del maíz. Por lo mismo, las cosechas de maíz son cuantitativamente las más voluminosas.”³¹ O milho era

²⁸ SECRETO, María Verónica. A seca de 1877-1879 no Império do Brasil. Dos ensinamentos do senador Pompeu aos de André Rebouças: trabalhadores e Mercado. **Revista de História, Ciências, Saúde. Manguinhos. História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 33-51, 2020.

²⁹ MARX, Karl. **Os despossuídos. Debate sobre a lei referente ao furto de madeira**. São Paulo: Boitempo, 2017.

³⁰ MATAIX VERDÚ, José; BARBANCHO CISNEROS, Francisco. **Hortalizas y verduras en la alimentación mediterránea**. Universidade de Alcalá, Ayuntamiento de El Éjido, 2007. p. 152-153.

³¹ ASSADOURIAM, Carlos Sempat. **El sistema de la Economía Colonial**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1989. p. 148.

barato porque estava adaptado a vários solos e sua produção muito difundida. Em Buenos Aires os autores de uma representação informam que em épocas de escassez de trigo a população pobre e de serviço da cidade dispunha de milho que sempre era abundante.³² A população rural também dispunha dele, embora a dieta desses se baseava em carne³³:

La feliz situación en que se halla esta provincia nos asegura el que nunca falte generalmente la cosecha por causa de heladas, sequías y en efecto puede recorrerse la memoria aun a tiempos más remotos y se verá que no se halla ejemplo de esto, y aunque algunos años, como ha sucedido en el presente, hayan causado algún daño las heladas, la seca y últimamente las muchas aguas al tiempo de la cosecha, esto no es general y aun en aquellos parajes en que falta el trigo, ha habido abundancia de maíz que suple muy bien para las necesidades de la gente pobre y de servicio de la ciudad sin contar con la de la campaña, porque esta se mantiene por lo común con solo carne.³⁴

Os lavradores de Buenos Aires demandaram em 1793 a liberdade de exportar grãos. O fizeram baseando-se na real pragmática de 1765.

No final do século XVII o trigo americano era vendido para praças distantes de suas áreas de produção. A partir do terremoto de Lima de 1687, os vales próximos da capital do vice-reino do Peru que produziam cereais para abastecê-la passaram por uma transformação ecológica/econômica. A partir de 1695 os excedentes de trigo chileno navegavam para Lima saindo dos portos de Valparaíso, La Serena e Concepción.³⁵ O terremoto ademais de destruir os sistemas de irrigação dos vales,

³² Testimonio de la Representación que hicieron al Rey por mano del Exmo. Sr. Virrey Don Nicolás de Arredondo y Real Cedula para que se informe sobre la petición de que se observe la Real Pragmática de Granos, 1796. Real Audiencia de Buenos Aires. Archivo de la Provincia de Buenos Aires Ricardo Levene.

³³ O consumo de carne bovina era hegemônico e não apresentava muita variedade. Ela era consumida como asado na grelha ou como puchero fervida com batatas, milho e abóbora. Esse tipo de alimentação manteve-se estável ao longo do período colonial. FERRERAS, Norberto O. Asado, puchero, fideos en stufato: a construção da cozinha dos trabalhadores em Buenos Aires. In: __. **O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires**. Niterói: Eudff, 2006.

³⁴ A feliz situação em que se encontra esta província nos assegura que as colheitas não sejam perdidas por geadas e secas, de fato a memória pode ser percorrida até tempos mais remotos e não se constatará que nenhum exemplo disso é encontrado, e embora alguns anos, como aconteceu no presente, tenham havido alguns danos causados por geadas, seca e ultimamente as muitas águas na época da colheita, isso não é geral e mesmo nos lugares onde falta o trigo tem havido uma abundância de milho que supre muito bem as necessidades dos pobres e da cidade sem contar população da campanha, pois costuma ser mantida apenas com carne. Representação...

³⁵ *Ibidem*. p. 150.

provocou uma praga endêmica nos trigais. O vice-rei Manso de Velasco, anos mais tarde, dizia sobre Lima: “Una de las más sensibles resultas del terremoto que la arruinó el año 1687 fue la esterilidad que padecieron sus tierras y las inmediatas de una y otra costa y desde entonces se entabló el comercio del trigo con el reino de Chile.”³⁶ Semelhante era a relação entre Sicília e a Península Ibérica.³⁷ Mas esta possibilidade não estava aberta para todas as áreas do Império Espanhol. A situação de Chile e Lima era muito peculiar. Como veremos, essa opção não estava aberta aos cultivadores de Buenos Aires.

Os grãos entre mercadorias e razão de estado

O ensaio de Jacques Necker publicado no mesmo ano de uma das graves crises de alimentação (1774-1775) incentivou os debates nos salões franceses, embora os *Dialogues* de Galiani continuaram a estar presentes por sua eloquência e vivacidade. Necker conseguiria chegar ao governo em 1776, sendo ministro de Luiz XVI. Entendemos que os debates franceses que tem como pivô o texto de Galiani na década de 1760 e o de Necker na de 1770 influenciaram o olhar de Jovellanos sobre a comercialização do trigo, abandonando inclusive posições próprias mais liberais. Claro que também devem ter pesado os acontecimentos franceses que culminaram na revolução. Foram provavelmente esses os que o levaram a repassar a literatura cerealífera francesa. Jovellanos, como homem de estado, compreende as implicações estratégicas e de “governança” que envolve o comércio de grãos. No *Informe* se pergunta o que é necessário para que Espanha exporte trigo? Responde: ter excedentes, exportar aquilo que não seria consumido na nação. Mas ele diz que, enquanto algumas províncias têm sobrantes, outras não produzem o necessário

³⁶ DAVID I., Jorge. **Trigo en Chile: una historia desconocida**. Santiago: Ediciones del Día, 1988. p. 99.

³⁷ Até o século XVIII, ademais da própria produção, a península ibérica dependeu de importações de Sicília, Inglaterra e o Báltico. Ver: MARTÍNEZ RUÍZ, José Ignacio. El mercado internacional de cereales y harinas y el abastecimiento de la periferia española en la segunda mitad del siglo XVIII: Cádiz, entre la regulación y el mercado. **Investigaciones de Historia Económica**, n. 1, p. 45-79, 2005. A autorização para as saídas e ingressos do cereal conviveram. Esse movimento dependeu da escassez e da abundância, mas sempre mantendo o princípio de prioridade do abastecimento local. LALIENA CORBERA, Carlos. Licencias para la exportación de cereal de Aragón y Cataluña a mediados del siglo XVIII. **Aragón en la Edad Media**, n. 20, p. 445-456, 2008.

para manter suas populações, não só em anos de colheitas normais, mas também nos de colheitas abundantes.

Estamos falando sobre um período proto estatístico. O estado não contava com dados rigorosos sobre população e colheitas que permitissem planificar o abastecimento. Se inferia a partir das áreas semeadas, dos dados das colheitas anteriores, dos informes do tempo, dos estoques em armazéns, das informações qualitativas de feiras e mercados locais. Espanha apresentava uma tendência persistente à diminuição dos rendimentos por área semeada, porque se incorporavam terras de pior qualidade. Jovellanos dispunha das informações que tinha recolhido a Sociedade Econômica de Madrid e de sua própria pesquisa. Observou que, ainda, em anos de colheitas regulares havia províncias que importavam grãos e nesses anos nenhuma província exportava (conferidos ambos dados com os registos da alfândega), do que ele deduz que não haveria excedentes exportáveis.

Se infiere, pues, que España en años comunes no tiene un sobrante considerable de granos que extraer, y por consiguiente que la libre exportación no es necesaria.

Pero a lo menos, ¿será provechosa? Las razones expuestas bastan para probar que no, pues, aunque sea indudable que las exportaciones pudieran levantar los precios comunes de los granos, y en este sentido ser favorables a la agricultura, también lo es, que evacuando una parte de los granos necesarios para el consumo nacional, pudieran ser ocasión de grandes carestías, que desde luego son muy dañosas a la industria y a las artes, y por su reacción no pueden dejar de serlo a la agricultura.³⁸

Igual que Galiani, Jovellanos defende o abastecimento do mercado interno, no caso espanhol entendido esse como o peninsular³⁹. Mas ainda esse mercado interno requer de capitais para colocar as mercadorias em movimento (seu natural

³⁸ Se infere, pois, que Espanha em anos comuns não tem um sobranço considerável de grãos para extrair, e por conseguinte que a livre exportação não é necessária. Mas pelo menos será proveitosa? As razões expostas são suficientes para provar que não, pois, embora seja indubitável que as exportações podem levantar os preços comuns dos grãos e neste sentido ser favorável à agricultura, também é que evacuando uma parte dos grãos necessários para o consumo nacional, pode ocasionar uma grande carestia, que desde logo seria muito danosa à indústria e às artes, e por sua relação não pode deixar de sê-lo para a agricultura. JOVELLANOS, Informe, *Op. Cit.* p. 34.

³⁹ Interessante essa geopolítica, porque nos textos do Rio da Prata quando falam em “nacional” (abastecimento nacional ou economia nacional) se referem ao espaço do Império Espanhol, e mais especificamente à relação Rio da Prata-Espanha.

tormento diria Jacob Bohme, replicariam Engels e Marx). Estamos falando de uma grande quantidade de mercancias que precisam serem compradas, trasladadas, armazenadas e comercializadas. Para isso o autor do *Informe* analisa as limitações dos “trajineros” (tropeiros/carreiros) para a realização dessa atividade. Os agentes dessas operações, diz, deviam ser os “comerciantes”, aqueles que tem capacidade de giro. Mas esses por outra parte constituem outra ameaça, a da especulação, ou monopólio.

Na citação do *Informe*, observamos uma das preocupações vinculadas ao livre comércio de cereais que se reitera em outros autores. O potencial encarecimento dos alimentos que, embora fosse vantajoso para os produtores de grãos, acabaria prejudicando as “artes e indústrias”, encarecendo a manutenção da mão-de-obra, num momento que Espanha estava sofrendo com a impossibilidade de acompanhar competitivamente o ritmo da produção de manufaturas. A indústria foi outra das preocupações dos ilustrados espanhóis, inclusive em sua relação com a agricultura: “La agricultura sin artes es lánguida, porque la mujer, las hijas y los niños de un labrador, donde no se ocupan en las fábricas, son una carga, aunque indispensable, que abruma al jornalero y enflaquece al labrador más acomodado. Quisieron algunos, hasta en libros impresos hacer correr en España la opinión de que bastaba animar la agricultura para que floreciese la península”, escreveu Campomanes no início de seu *Discurso sobre o fomento da industria popular*.⁴⁰

O trigo, mercadoria excepcional, foi analisado como nenhuma outra mercadoria. Esses escritos setecentistas são rascunhados à margem das discussões sobre liberalização e a abolição dos monopólios. São duas as discussões que consideramos principais: a do abastecimento, isto é, a da existência de estoques e a da formação do preço. Qualquer leitor instruído medianamente na literatura liberal poderia concluir que se trata da mesma coisa. Isto é que os estoques definiriam o preço do trigo. Mas Jovellanos, como muitos de seus contemporâneos compreende que, se bem o trigo acompanha o comportamento das outras mercadorias, também responde a outros imperativos. Aqui, os economistas do século XVIII introduzem

⁴⁰ RODRIGUEZ CAMPOMANES, Pedro. **Discurso sobre el fomento de la industria popular**. De Orden de S.M. del Consejo de Madrid. Madrid: Imprenta de D. Antonio Sancha, 1774. p. 3.

uma variável cara às análises de mercado dos séculos XX e XXI: a expectativa⁴¹. O pão, dirá Jovellanos, como as outras coisas comerciáveis é caro ou barato segundo sua escassez ou abundância, assim seu preço deveria seguir a proporção de sua existência. Mas logo salienta a diferença entre este fruto e os outros. Divergência que nasce da necessidade, assim seu preço se relaciona mais com a opinião do público acerca de sua abundância ou escassez que com os estoques reais do produto. Dito em termos mais poéticos e utilizando as palavras do próprio asturiano: “El temor hiere más vivamente la imaginación que la esperanza”⁴². Segundo Marx a magnitude de valor, isto é a quantidade de trabalho social que encerra uma mercadoria e a magnitude de seu preço, em geral, diferem na economia capitalista. Por momentos parece que Jovellanos compreende isto, enquanto começa a expor os mecanismos de uma renda diferencial. Tanto Ricardo como Marx coincidem em que nos produtos agrários o preço de mercado está fixado pelo trabalho que se realiza nas piores condições de produção. Nas melhores condições o preço de mercado exprime um valor falso. O falso encarecimento. A Espanha peninsular (como universo fechado) é ideal para pensar esta questão, com suas regiões trigueiras por excelência e as menos aptas para esse cultivo.

Se bem é relativamente consensual a existência de uma economia-mundo desde o século XVI, o certo é que ela não funciona de forma sistêmica, isto é, as conexões, complementaridades, e interdependências encontram os “obstáculos” físicos (utilizando a terminologia de Jovellanos) de transporte, comunicações, meios de pago, etc. e políticos, os “cercados” comerciais e jurídicos de imposição administrativa. Jovellanos mostra a tensão entre o mercado concreto, o mercado local com suas lógicas enraizadas e um mercado abstrato em construção, existente já para outros produtos, mas não ainda para o trigo, mas que evidentemente serve do modelo para os que buscam que esse produto escape das medidas regulatórias.

A tradição regulatória na Península Ibérica, como a dos outros países europeus, tinha longuíssima tradição. A criação de *alhondigas* de administração

⁴¹ Outra das ideias que introduz o economista ilustrado, como vimos arriba, é a de “obstáculo”. Essa também terá uma longa trajetória no pensamento liberal. Permeando as interpretações naturalizadoras da economia, em que tirados os obstáculos a tendência é ao desenvolvimento das potencialidades econômicas.

⁴² JOVELLANOS, G. M. *Informe... Op. Cit.*, p. 768.

municipal buscava garantir a oferta de alimentos para a população de forma constante. Esses armazéns de grãos guardavam e ofertavam o cereal para os vizinhos e também para os lavradores, cumprindo nesse último caso o papel de reserva de sementes. Sobre a *alhondiga* de Cádiz diz Martínez Ruiz que, em caso de crise essa daria saída ao trigo, vendendo a padeiros a preço inferior ao de mercado. A “caixa” realizada com as vendas era utilizada para repor o estoque imediatamente depois da colheita, aproveitando a queda do preço a partir de junho-julho.⁴³ As *alhondigas* eram de administração municipal. Em Índias esses armazéns receberam o nome de *positos* e bodegas e cumpriram a mesma função, administrados pelos cabildos. Foi nessa esfera, na local, onde operaram as políticas de abastecimento.

A Real Pragmática de grãos e os lavradores de Buenos Aires

Em 1793 os autodenominados lavradores de Buenos Aires apresentaram uma demanda ao rei solicitando a aplicação da Pragmática de grãos emitida para Espanha em 1765.⁴⁴ Alegavam que, já eram vários os países que tinham adotado a exportação de grãos: Inglaterra, por exemplo, apesar de ser um país pequeno, o tinha feito premiando, inclusive, a quem utilizara navios nacionais nesse comércio. França também, desde 1764 vinha promovendo a exportação de grãos. Somavam-se outros países como Bélgica, Sicília, Polónia, Turquia, e as “colônias americanas”.⁴⁵

Argumentavam que o preço do trigo em Buenos Aires era ínfimo e que por esse motivo os lavradores não achavam motivação para expandir os cultivos. Se havia algum risco era que, faltos de estímulo, os lavradores cultivassem cada vez extensões menores, o que elevaria a preço do trigo. No ano anterior, no de 1792 o trigo tinha sido vendido entre 10 e 12 reais a fanega. O Cabildo, que era o encarregado de organizar o abasto da cidade, era quem se opunha às exportações. Alegavam os lavradores que nos dois anos precedentes, no de 1791 e 1792 tinham

⁴³ MARTÍNEZ RUÍZ, José Ignacio. El mercado internacional de cereales y harinas y el abastecimiento de la periferia española en la segunda mitad del siglo XVIII: Cádiz entre la regulación y el mercado. **Investigaciones de Historia Economía**, v. 1, n. 1, p. 45-79, 2005.

⁴⁴ Testimonio de la Representación que hicieron al Rey por mano del Exmo. Sr. Virrey Don Nicolás de Arredondo y Real Cedula para que se informe sobre la petición de que se observe la Real Pragmática de Granos, 1796. Real Audiencia de Buenos Aires. Archivo de la Provincia de Buenos Aires Ricardo Levene.

⁴⁵ *Ibidem*.

vendido trigo para Paraguai e a Banda Oriental, extraíndo-o como contrabando. Confessavam essa ilegalidade sem pudor. Mas o rei achou que a demanda devia ser avaliada na esfera de Buenos Aires, pelo qual voltou para que o Cabildo considerasse a possibilidade de abrir o comércio de grãos para exportação.

O certo é que o pedido dos lavradores de Buenos Aires vinha na sucessão de uma série de irregularidades. Vendas clandestinas, saídas ocultas, alteração do trigo, baixa no peso de pão, escassez, abusos, ocultamento de farinha, etc. foram alguns dos problemas sobre os quais se publicaram editos nos anos precedentes e posteriores à “representação”, até o fim do período colonial. Portanto, a situação não era tão “pacífica” como pretendiam os lavradores. O suposto “excedente” não estava garantido e a política de abastecimento de Antigo Regime pesou mais entre os administradores coloniais.

Os lavradores levantavam três pontos: que fosse liberada a extração enquanto não passasse de 32 reais a fanega de trigo; que não se colocasse taxas a esse comércio; que fossem aplicados os privilégios da lei de Castela.

A respeito das Índias a questão do abastecimento seguia de perto as disposições castelhanas, mas também guardava lógicas internas a uma sociedade cujos espaços agrários eram organizados de forma muito diferente. Havia núcleos de exportação, como eram os centros mineiros, e núcleos de subsistência, e havia ainda os núcleos de monocultura tropical de exportação. Em termos gerais as exportações de grãos estavam proibidas. Em 1767, a Coroa tentou mudar isso isentando de taxas os embarques de farinha com destino a Havana. Essa linha de comércio favoreceu os agricultores e moleiros de Puebla, cuja proximidade com o porto de Veracruz os tornou principais parceiros de Havana. Produziu-se um circuito parecido com aquele entre Chile e Lima. No entanto, os produtores de Nova Espanha tiveram que competir contra os comerciantes americanos que podiam vender farinha em Havana em melhores condições.⁴⁶

A questão do abastecimento em Buenos Aires foi sempre penosa, mas a partir da década de 1780, em que também há um acentuado aumento populacional⁴⁷, os

⁴⁶ CHALLÚ, Amílcar E. Grain Markets, Free Trade and the Bourbon Reforms: The Real Pragmática of 1765 in New Spain, *Colonial Latin American Review*, v. 22, n. 3, p. 400-421, 2013.

⁴⁷ As áreas vinculadas ao Atlântico tiveram um crescimento muito marcado, entre 1778 e 1810 a

atritos entre os envolvidos na “cadeia do trigo” e a política de abastecimento se acentuam. Há denúncias de que lavradores, colonos, comerciantes, dizimeiros, padeiros e *pulperos* encarecem o pão. Em 1781 o Regedor Fiel Executor, Juan Ignacio de Elia solicitou a proibição da compra de trigo no campo. O trigo devia ser conduzido antes para a cidade.

Em 1802 o *Telegrafo Mercantil* publicou em duas entregas, uma em janeiro e outra em fevereiro, a matéria “Reflexiones económicas y políticas en materia del principalísimo abasto de pan de esta ciudad de Buenos Aires, dividida en cuatro capítulos: sementeras, cosecha, consumo y extracción”. Nessa o autor afirmava que a cidade precisava de 70.000 fanegas de trigo para o consumo de pão enquanto o campo necessitava de 24.000 fanegas anuais, 12.000 destinadas ao consumo direto e outras 12.000 reservadas para sementes do próximo ano. Separadas as 94.000 fanegas anuais, considerava que podia ser aberta à exportação⁴⁸. Mas esse volume estava muito perto do volume total da produção. Em alguns anos sequer era atingido. A média dos anos em que o dízimo foi arrecadado diretamente pela administração Geral de Dízimos (isto é, quando não se conseguiu arrematar a um particular: 1793-1795, 1797-1798 e 1800-1801) alcançou 78.561 fanegas. A área ocupada com esse cultivo, segundo a estimativa de Amaral e Ghio oscilou entre 7.908 e 14827 hectares.⁴⁹

O Regedor Fiel Executor, Juan Ignacio de Elia, tinha notado no início da década de 1780 o aumento do preço do trigo na época da colheita, quando, dada a sua abundância, o preço devia baixar, ou, no pior dos casos, manter-se estável. Ao averiguar a causa desse movimento do preço descobriu que padeiros e coletores de

população de Buenos Aires quase duplicou e a de Montevideu triplicou. O aumento decorreu crescimento vegetativo, do fluxo peninsular e do proveniente das áreas de colonização mais antigas. MORAIS, María Inés. *Op. Cit.*, p. LIV; GARAVAGLIA, Juan Carlos; MARCHENA, Juan. **Historia de América Latina: de los orígenes a la independencia (II): La sociedad colonial ibérica en el Siglo XVIII**. Barcelona: Crítica, 2005.

⁴⁸ *Telégrafo Mercantil Rural, Político, económico e historiográfico del Río de la Plata (1801-1802)* Reimpresión Facsimilar. Junta de Historia y numismática Americana. Tomo VI, Buenos Aires: Compañía Sudamericana de Billetes de Banco, 1914. É provável que esse rendimento fosse calculado por perspectivas mais pessimistas que as de Azara. Segundo Azara, na mesma época, o rendimento de cada semente de trigo em Buenos Aires era de 1 : 16.

⁴⁹ AMARAL, Samuel e GHIO, José María. Diezmo y producción agraria. Buenos Aires 1750-1800. **Revista de Economía**, v. VIII, n. 3, p. 619-647, 1990. GELMAN, Jorge. Una región y una chacra en la campaña rioplatense: Las condiciones de la producción triguera a fines de la época colonial, **Desarrollo Económico**, v. 28, n. 112, p. 577-600, 1989.

dízimo andavam no campo comprando as colheitas. Advertia que no caso desses últimos era impossível verificar se o trigo que conduziam era o que recolhiam em qualidade de dízimo ou o que estavam comprando, o que estava proibido. Os padeiros também realizavam compras volumosas e clandestinas. Na cadeia do trigo, ninguém parecia excetuado de especulação, a não ser os “cosecheros” (arrendatários).

Antes das colheitas eram emitidos editos para o recrutamento de “trabalhadores”.⁵⁰ Após as colheitas, em fevereiro, os editos eram para que o trigo não fosse escondido, vendido em forma de contrabando ou acumulado. A lista em baixo vale como ilustração dessas afirmações e como evidência das tensões com que eram acompanhadas as colheitas.

Segundo Challú a Real Pragmática limitava o direito dos magistrados locais de proibir o comércio de grãos de seus distritos para outras áreas. Embora sua aplicação dependeu, em Nova Espanha, de um punhado de decisões da audiência real. Em anos de abundância não havia problema. A população na área consumidora desfrutou de aumentos na oferta de alimentos e a população na área produtora manteve sua oferta de alimentos, beneficiando-se do emprego e da renda gerados pelas vendas externas. As tensões surgiram em anos de escassez e preços altos que afetaram regiões inteiras ou locais específicos. Durante a maior parte do século XVIII, a visão predominante sobre a regulamentação da troca regional de grãos inclinou-se para o livre comércio em anos de abundância e para as restrições locais ao comércio em tempos de escassez.

A demanda dos lavradores de Buenos Aires percorreu as instâncias que o rei tinha determinado ouvir. O síndico procurador, os deputados do consulado de comércio e o fiel executor pronunciaram-se. O clima era de “liberdades” comerciais e todos os escritos que compõem o expediente salientam as vantagens que a liberdade comercial traria para os envolvidos. Mas essa liberdade e essas vantagens

⁵⁰ AGN. Bandos libro 3, foja 60, sala IX-8-10-3. Em 1777 o vice-rei Cevallos tinha emitido um regulamento para o trabalho nas colheitas. Bando del Virrey Cevallos, reglamentando los salarios, horas de trabajo, alimentación, descansos de los peones que deben levantar la cosecha del trigo. Se prohíben, además, los juegos, bebidas y se dictan las reglas de conducta para impedir los incendios. (Noviembre 17 de 1777). DOCUMENTOS para la Historia del Virreinato del Río de la Plata. Buenos Aires: Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, 1912. V. 1.

não poderiam atentar contra a subsistência da população local. Por isso nos pareceres figura a condição de que antes de exportar devia atender-se o mercado local, garantir o abasto da cidade. O parecer mais extenso é o do fiel executor. Conhecedor das dificuldades do abastecimento local. Por isso insiste numa reforma geral da “agricultura” de Buenos Aires. Propõe uma série de medidas que envolvia da posse da terra à mão de obra. Também lembrava da existência de várias disposições posteriores àquela Real Pragmática de 1765 que buscaram remediar os vícios gerados a partir da liberalização. O motim de Esquilache tinha sido uma contestação contundente à liberalização dos grãos. Mas os anos que se seguiram ficou evidente que as compras antecipadas, o armazenamento clandestino e outras “artimanhas” do mercado geravam tanta escassez quanto uma seca ou qualquer outra condicionante “natural”.

Entre as medidas posteriores estava a Real Cédula de 16 de julho de 1790 intitulada *Nuevas reglas para evitar todo abuso o monopolio en el comercio de granos, renovando las prohibiciones antiguas*.⁵¹

A Real Pragmática de grãos de 1765 tinha ordenado que os comerciantes levassem livros contáveis e também tinha estabelecido a necessidade de criar alhodigas em todas as vilas ou cidades principais dos distritos. Em 1768, ante a não obediência do ordenado na lei anterior, uma nova disposição veio reforçar a letra da Pragmática de grãos. Mandou que os comerciantes de grãos apresentassem ao corregedor da localidade os livros para que fossem inspecionados e rubricados pelo escrivão do ajuntamento e o próprio escrivão levaria registo dos comerciantes matriculados. Parece que esse quesito continuou a ser descumprido, porque em 1785 uma Real Cédula de 11 de janeiro mandou que todos os que negociavam com grãos levassem livros incluindo os coletores do dízimo. A Real Cédula de 16 de julho de 1790, da qual lembrou o Fiel Executor do Cabildo de Buenos Aires em seu parecer aos lavradores declarava que a intenção das leis emitidas desde 1765 era a de permitir a circulação dos grãos e não seu estanco. Mas os comerciantes estavam monopolizando, armazenando e não permitindo a circulação, esperando a melhor

⁵¹ LOS CÓDIGOS Españoles concordados y anotados Tomo 8. Novísima recopilación de las leyes de España. Tomo II. Madrid: La Publicidad, 1850.

oportunidade para colocar os grãos à venda. Portanto, a nova legislação renovou as antigas proibições:

renovándose como desde luego renuevo contra ellos las prohibiciones y penas contendidas en las leyes antiguas del reino y autos acordados, entendiéndose lo mismo a los atravesadores, y los que fijan cédulas para llamar cosecheros, y revender clandestinamente estos frutos de primera necesidad; y en su consecuencia **quedará sin efecto la permisión concedida en esta parte por el artículo tercero de la pragmática de 11 de julio de 1765.**⁵²

O artigo terceiro era o que declarava que, com o objetivo de que todos os vassallos tivessem todos os recursos lícitos para beneficiar seus frutos, permitia o livre comércio de grãos no interior dos reinos facultando às pessoas que residiam neles, fossem mercadores como qualquer outra que se dedicasse ao comércio de grãos para comprar, vender e transportar de umas províncias a outras, armazená-los.

Conclusão

Jovellanos em 1795 descreveu bastante claramente aquilo à que a legislação buscava antecipar-se ou corrigir:

Nada es tan conocido ni tan comprobado por la experiencia como que el monopolio multiplica sus ardides al paso que las leyes sus precauciones. Hecha la ley, hecha la trampa, dice el refrán. ¿Se permite el tráfico a los trajineros? Los trajineros, los arrieros, los carreteros son los confidentes, los factores, los testafierros de los comerciantes. ¿Se toma razón de los almacenes, se manda roturarlos? Los almacenes se convierten en trojes, y las trojes en almacenes; el comerciante no almacena, pero compra; y el dueño no entrega, pero vende sus granos, los retiene a disposición del comerciante, se hace su agente y cobra su almacenaje. ¿Se prohíbe vender fuera de los mercados? Se llevan a ellos cincuenta y venden privadamente quinientas. **¡Qué Argos será capaz de penetrar estos contratos simulados, estas confianzas obscuras,**

⁵² Renovando-se, como desde já renovo contra eles as proibições e penas contidas nas leis antigas do reino e autos acordados entendendo-se o mesmo aos atravessadores e os que fixam cédulas para chamar colheitadores e revender clandestinamente esses frutos de primeira necessidade, e em sua consequência ficará sem efeito a permissão concedida em esta parte pelo artigo terceiro da Pragmática de 11 de julho de 1765. *Ibidem*, p. 484.

aseguradas sobre las combinaciones del interés!⁵³

Quando no século XIX o mercado de grãos se consolidou -sobretudo depois de abolida a lei de grãos inglesa (1815-1846) - foram os mecanismos mencionados acima os que permitiram a oligopolização da comercialização de grãos. As legislações ilustradas buscaram beneficiar o produtor e o consumidor, tentando esquivar da equação aos comerciantes. Mas essa foi uma empresa impossível. A sequência legislativa espanhola de 1765, 1768, 1785, 1786, 1790, 1792, etc. buscando eliminar o *acopio* ou *acaparamiento* (acumulo, armazenamento) é evidência do fracasso da contemporização da política de abastecimento e a de mercado. Os traficantes de grãos foram se especializando na compra, transporte, classificação, armazenamento, vendas antecipadas e conexão entre mercados, impondo preços elevados por seus serviços.⁵⁴

A liberalização do comércio de grãos foi dramática. Povoada de revoltas e de revoluções. Também foi uma guerra de escritos e propaganda. Gastaram-se litros de tinta para defender uma e outra posição. Foi a signo mais visível de uma profunda transformação do entendimento do mundo. A fome, deixou de ser uma responsabilidade da comunidade e se transformou num problema individual. O acesso aos grãos ficou mediatizado pelo mercado. Entenda-se bem, isto não significa que antes não se pagara pelo pão. Os pobres urbanos ou rurais, destinavam a maior parte de seu trabalho na obtenção dele. Mas num determinado momento os grãos

⁵³ Nada é tão conhecido ou comprovado pela experiência como que o monopólio multiplica seus artifícios enquanto as leis suas precauções. Fez a lei, fez a armadilha, diz o ditado. O tráfico é permitido para tropeiros? Os tropeiros, os arrieiros, os carroceiros são os confidentes, os fatores, os testas-de-ferro dos mercadores. Se toma conta dos armazéns, se manda classificá-los? Armazéns tornam-se celeiros e celeiros em armazéns; o comerciante não armazena, mas compra; e o dono não entrega, mas vende seus grãos, mantém-nos à disposição do comerciante, torna-se seu agente e cobra por sua armazenagem. É proibido vender fora dos mercados? Levam aos mercados cinquenta e vendem quinhentos em particular. O que Argos será capaz de penetrar nesses contratos simulados, essas confianças escuras, garantidos pelas combinações do interesse! JOVELLANOS, *informe...*, *Op. Cit.*, p. 772. A convite ao anacronismo é tentador. É difícil não relacionar essas formas de operação do comércio do cereal com as que se constituíam em seu *ethos* posteriormente. Grifo nosso. Ver: VOLKIND, Pablo; BARLARO, Renata. Las empresas exportadoras de granos en Argentina durante la etapa agroexportadora (1880-1914): indagaciones y problemas. Buenos Aires: CIEA, n. 11, p. 5-22, 2016; MORGAN, Dan. **Los traficantes de granos**. La historia secreta del pulpo mundial de los cereales. Cargill, Bunge, André, Continental y Louis Dreyfus. Buenos Aires: Abril, 1982.

⁵⁴ Ver *Idem*. **Los traficantes de granos**. La historia secreta del pulpo mundial de los cereales. Cargill, Bunge, André, Continental y Louis Dreyfus. Buenos Aires: Abril, 1982.

(os alimentos) se independizaram de sua função, o fim deixou de ser a alimentação e passou a ser a de satisfazer sua melhor realização, conseguir seu maior preço.

Dizemos no início que um dos mitos mais persistentes do liberalismo é o da sacralidade da propriedade privada seguido pelo da naturalidade dos mercados. Tão persistente como esses é o de que os “mercados” não precisaram nem precisam do Estado para se afirmar. Em 1815 os paladinos do livre-câmbio, os ingleses, fecharam as fronteiras para a importação de grãos, entre outras regulações, para proteger a comercialização da produção agrária mais “capitalista” do século XIX.

Referências bibliográficas

AMARAL, Samuel; GHIO, José María. Diezmo y producción agraria. Buenos Aires 1750-1800. **Revista de Economía**, Año VIII, n. 3, 1990.

ASSADOURIAM, Carlos Sempat. **El sistema de la Economía Colonial**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1989.

ASTIGARRAGA, Jesús; USOZA, Javier. Algunas puntualizaciones en torno a la fisiocracia en la ilustración tardía Española. **Revista de Historia Económica. Journal of Iberian and Latin American Economic History**, Ano 26, n. 3, p. 489-497, 2008.

BLOCH, Marc. **A terra e seus homens. Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**. Bauru: Edusc, 2001.

CHALLÚ, Amílcar E. Grain Markets, Free Trade and the Bourbon Reforms: The Real Pragmática of 1765 in New Spain, **Colonial Latin American Review**, v. 22, n.3, p. 400-421, 2013.

DAVID I., Jorge. **Trigo en Chile: una historia desconocida**. Santiago: Ediciones del Día, 1993.

FERRERAS, Norberto O. **O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires**. Niterói: Eudff, 2006.

GALIANI, Ferdinando. **Dialogos sobre el comercio del trigo**. Madrid: Joachin Ibarra, Impresor de Cámara de S. M., 1775.

GARAVAGLIA, Juan Carlos; MARCHENA, Juan. **Historia de América Latina: de los orígenes a la independencia (II): La sociedad colonial ibérica en el Siglo XVIII**. Barcelona: Crítica, 2005.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. El pan de cada día. El mercado del trigo en Buenos Aires, 1700-1820. **Boletín del Instituto de Historia Americana y Argentina "Dr. Emilio Ravignani"**. Tercera Serie, n. 4, p. 7-28, 1991.

GARCIA HABA, Cristina. Reparto de tierras concejiles en el siglo XVIII. **Oleana**, n. 4, p. 35-57, 1990.

GELMAN, Jorge. Una región y una chacra en la campaña rioplatense: Las condiciones de la producción triguera a fines de la época colonial. **Desarrollo Económico**, v. 28, n. 112, p. 577-600, 1989.

SANCHEZ SALAZAR, Felipa. **Extensión de cultivos en España en el siglo XVIII. Rutas y repartos de tierras concejiles**. Madrid: Ministerio de Agricultura, 1988.

GUTIÉRREZ PÉREZ, Antonio; TRÁPAGA DELFÍN, Yolanda. La tierra y la propuesta de los fisiócratas: los dilemas de la política agrícola. **Investigación Económica**, v. 50, n. 195, p. 155-173, 1991.

HERR, Richard. **Rural change and royal finances in Spain at the end of the Old Regime**. Berkeley: University of California Press, 1989.

JOVELLANOS, Melchor Gaspar de. **Informe de la Sociedad Económica de Madrid al real y Supremo Consejo de Castilla en el expediente de ley agraria extendido por su individuo de número el señor Don Gaspar Melchor de Jovellanos a nombre de la junta encargada de su formación y con arreglo a sus opiniones**. Madrid: Imprenta de Sancha, 1795.

KAPLAN, Steven L. **Raisonnement sur les blés. Essais sur les lumières économiques**. Paris: Fayard Histoire, 2017.

KAPLAN, Steven L. The Famine Plot Persuasion in Eighteenth-Century France. **Transactions of the American Philosophical Society**, v. 72, n. 3, p. 1-79, 1982.

LALIENA CORBERA, Carlos. Licencias para la exportación de cereal de Aragón y Cataluña a mediados del siglo XVIII. **Aragón en la Edad Media**, n. 20, p. 445-456, 2008.

LLOMBART, Vicent. El informe de Ley Agraria y su autor en la historia del pensamiento económico. *In*: GARCÍA SANZ, Ángel; SANZ FERNÁNDEZ, Jesús. **Reformas y políticas agrarias en la historia de España de la Ilustración al primer franquismo**. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación. Madrid: Secretaria General Técnica, 1996.

LOMBART, Vicent. La supuesta alternativa fisiócrata de Juan Álvarez Guerra al informe de ley agraria de Jovellanos. **Una reconsideración**. **Revista de Historia Económica** 473, **Journal of Iberian and Latin American Economic History**, Año XXVI, n. 3, p. 471-488, 2008.

LOMBART, Vicent. Una mirada al Informe de Ley Agraria de Jovellanos doscientos años después. **Revista de Historia Económica**, Madrid, Año XIII, n. 3, p. 553-580, 1995.

LOS CÓDIGOS Españoles concordados y anotados. Tomo 8. Novísima recopilación de las leyes de España. Tomo II. Madrid: La Publicidad, 1850.

MARTÍNEZ RUÍZ, José Ignacio. El mercado internacional de cereales y harinas y el abastecimiento de la periferia española en la segunda mitad del siglo XVIII: Cádiz, entre la regulación y el mercado. **Investigaciones de Historia Económica**, n. 1, p. 45-79, 2005.

MARTÍNEZ RUÍZ, José Ignacio. El mercado internacional de cereales y harinas y el abastecimiento de la periferia española en la segunda mitad del siglo XVIII: Cádiz entre la regulación y el mercado. **Investigaciones de Historia Economía**, v. 1, n. 1, p. 45-79, 2005.

MARX, Karl. **EL Capital**: Libro segundo. Madrid: Siglo XXI, 1998. V. 5.

MARX, Karl. **Os despossuídos. Debate sobre a lei referente ao furto de madeira**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATAIX VERDÚ, José; BARBANCHO CISNEROS, Francisco. **Hortalizas y verduras en la alimentación mediterránea**. Alcalá: Universidade de Alcalá, Ayuntamiento de El Éjido, 2007.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo. Do neolítico à crise contemporânea**. Brasília: NEAD; São Paulo: EDUSP, 2010.

MORAES, María Inés. **El arreglo de los Campos**. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 2015.

MORGAN, Dan. **Los traficantes de granos. La historia secreta del pulpo mundial de los cereales. Cargill, Bunge, André, Continental y Louis Dreyfus**. Buenos Aires: Abril, 1982.

MURRA, John. **El mundo andino. Población, medio ambiente y economía**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2001.

POLT, John. Jovellanos and his English Souces: Economic, Philosophical and Political Whriting. **American Philosophical Society**. Philadelphia, v. 54, p. 1-74, 1964.

RENOUX-ZAGAMÉ, Marie-France. **Origines Théologiques du concept moderne de propriété**. Genève: Libraire Droz, 1984.

RODRIGUEZ CAMPOMANES, Pedro. **Discurso sobre el fomento de la industria popular**. De Orden de S.M. del Consejo de Madrid. Madrid: Imprenta de D. Antonio Sancha, 1774.

ROZIER, Abade (org.). **Curso Completo o Dicionario universal de agricultura. Teórico, práctico, económico y de medicina rural y veterinaria**. Madrid: Imprenta Real, 1797.

SECRETO, María Verónica. A seca de 1877-1879 no Império do Brasil. Dos ensinamentos do senador Pompeu aos de André Rebouças: trabalhadores e Mercado. **Revista de História, Ciências, Saúde. Manguinhos. História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 33-51, 2020.

Testimonio de la Representación que hicieron al Rey por mano del Exmo. Sr. Virrey Don Nicolás de Arredondo y Real Cedula para que se informe sobre la petición de que se observe la Real Pragmática de Granos, 1796. Real Audiencia de Buenos Aires. Archivo de la Provincia de Buenos Aires Ricardo Levene.

THOMPSON. E.P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

URÍ MARTÍN, Manuel. Crisis y arbitrismo. Quevedo y el pensamiento económico español del Siglo de Oro. **La Perinola**, v. 2, p. 263-300, 1998.

VENTURI, Franco. Napoli nell'anno della fame. **Rivista Storica Italiana**, v. 85 n. 2, p. 394-472, 1973

VOLKIND, Pablo; BARLARO, Renata. **Las empresas exportadoras de granos en Argentina durante la etapa agroexportadora (1880-1914)**: indagaciones y problemas. Buenos Aires: CIEA, n.11, p. 5-22, 2016.

Recebido: 15/06/2020
Aprovado: 11/11/2020

MUDAR PARA PERMANECER: O ATRASO DA AGRICULTURA BRASILEIRA SOB PERSPECTIVA COMPARADA (SÉCULOS XIX E XX)

Marcio Both¹

Resumo: Amparado na comparação entre dois períodos históricos diferenciados em que o tema da agricultura e seu atraso ocupou lugar de destaque, este artigo busca construir explicações e análises que ajudem a lançar luz e a compreender o quanto na história do Brasil as mudanças têm o sentido de garantir a reprodução das estruturas sociais. Portanto, pouco ou quase nada exercem impactos profundos sobre a realidade social do país e, mais detidamente, sobre as desigualdades históricas que a caracterizam. Para realizar esse objetivo, serão desenvolvidas análises comparativas entre o meado do século XIX (1860-1880) e o meado do século XX (1960-1980). O foco da investigação será os debates realizados e as providências executadas nesses dois momentos históricos e que tinham por mote dar a agricultura brasileira novos desenvolvimentos.

Palavras-chave: Agricultura; Atraso; Melhoramento; Modernização.

CHANGE TO LAST: THE BACKWARDNESS OF BRAZILIAN AGRICULTURE FROM A COMPARATIVE PERSPECTIVE (19TH AND 20TH CENTURIES)

Abstract: Based on the comparison between two different historical periods in which the topic of agriculture and its backwardness occupied a prominent place, this article seeks to build explanations and analyzes that help to shed light and understand how much in the history of Brazil the changes have meaning guaranteeing the reproduction of social structures. Therefore, little or almost nothing has a profound impact on the country's social reality and, more particularly, on the historical inequalities that characterize it. To achieve this goal, comparative analyzes will be developed between the mid-19th century (1860-1880) and the mid-20th century (1960-1980). The focus of the investigation will be the debates carried out and the measures taken in these two historical moments, whose motto was to give Brazilian agriculture new developments.

Keywords: Agriculture; Backwardness; Improvement; Modernization.

Melhoramento, modernização e atraso: uma história

O atraso parece ser assunto onipresente na literatura que tratou de abordar aspectos relacionados a história da agricultura no Brasil. Ao lado dele também tem lugar de destaque o tema da modernização, palavra recente que, no léxico dessas discussões, invariavelmente desempenha o papel de cônjuge do atraso. Por conseguinte, quando este é mencionado, na maioria das vezes o que vem na sequência é a proposição de providências voltadas a superá-lo, as quais ultimamente vem sendo chamadas de medidas modernizadoras, isto é, voltadas a modernização.

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Email: marcioboth@gmail.com

No entanto, o casamento entre o par dicotômico “atraso”/“modernização” aconteceu muito recentemente, é datado de meados do século XX, a partir de quando, “modernização” passou a ser o termo corriqueiramente utilizado pelas “ciências sociais para definir as transformações das sociedades consideradas *tradicionais* – em outra terminologia, *subdesenvolvidas* – em direção ao modelo urbano industrial”.² Até essa época, no caso do Brasil, mais precisamente ao longo dos séculos XVIII e XIX, sempre que o atraso da agricultura era assunto de discussão, as propostas voltadas a sua superação eram abrangidas pelos processos então chamados de “melhoramento da agricultura”. Noção que, como demonstram Raymond Williams e Ellen Wood, na Inglaterra passou a ser usada no sentido de superação do atraso, de aumento da lucratividade do trabalho agrícola, da sua tecnificação e do uso do conhecimento científico na agricultura, a partir do século XVII.³

Por sua vez, uma análise atenta da literatura produzida no Brasil nas décadas finais do século XVIII e durante todo o século XIX, que tinha como mote discutir a agricultura no país, também demonstra o uso corriqueiro da palavra “melhoramento”. Sempre que aplicada ela buscava tratar das proposições e medidas voltadas a dar novos direcionamentos e aperfeiçoamentos a agricultura brasileira. Exemplos disso podem ser encontrados no “Discurso sobre o melhoramento da economia rústica do Brasil”, livro de autoria do padre José Gregório de Moraes Navarro, publicado em 1799.⁴

Na mesma perspectiva, o “Manual do Agricultor Brasileiro”, de Carlos Augusto Taunay, publicado na década de 1830, afirma ter por objetivo suprir “a falta quase absoluta de guia e livros” para orientar os agricultores no Brasil. Segundo Taunay, o seu manual seria de grande importância para apresentar métodos e técnicas mais eficientes ou voltadas ao “melhoramento” daquelas que vinham sendo

² FARIA, Sheila de Castro. Modernização. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 537. (Grifos no original).

³ WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 e WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.

⁴ NAVARRO, José Gregório de Moraes. **Discurso sobre o melhoramento da economia rústica do Brasil, pela introdução do arado, reforma das fornalhas, e conservação de suas matas**. Lisboa: Of. de Simão Thaddeo Ferreira, MDCCXCIX (1799).

até então tradicionalmente empregadas na agricultura.⁵ Do mesmo modo, datado da década de 1860, o livro de Sebastião Ferreira Soares, “Notas estatísticas sobre a produção agrícola e a carestia de gêneros alimentícios no Império do Brasil”, apresenta providências que vinham sendo adotadas e que deveriam ser empregadas ou incrementadas para o “melhoramento” da agricultura.⁶

O tema do atraso e do melhoramento teve ampla repercussão durante o oitocentos e, amarrado a ele, também é possível localizar, na história do Império, a adoção de uma série de providências governamentais e particulares voltadas a lidar com o problema. Contudo, as análises sobre medidas executadas têm demonstrado que os resultados obtidos foram bastante limitados. Ao estudar esta questão para o caso da província do Rio Grande do Sul, Paulo Zarth conclui que, mesmo diante da execução de uma série de ações por parte dos governos imperial e provincial, devido a fatores diversos “as propostas de transformações contidas nos discursos, desde o início do Império, se processaram de forma (...) muito lenta e incompleta”.⁷ Característica que não se restringe a província de São Pedro, pois também pode ser verificada em relação a outras províncias do Brasil. Por conseguinte, em decorrência de situações como esta e outras que serão abordadas no decorrer deste artigo, o atraso é uma das notas mais tocadas quando o assunto é a agricultura brasileira no século XIX, mas, juntamente com ela, também era repercutida a nota do melhoramento.

Porém, ao ultrapassarmos as fronteiras deste século e acompanharmos a história desses debates é possível verificar que, ao longo do século XX, no lugar do “melhoramento” entra a “modernização”, sem que o tema do atraso perca seu protagonismo. Na verdade, ele continua constante nas discussões que são travadas sobre a agricultura brasileira até muito recentemente. Contudo, isso não significa que o discurso do atraso tenha permanecido o mesmo por todo esse tempo. Como buscarei demonstrar, ele ganhou diferentes significados ao longo da história. Assim,

⁵ TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do Agricultor Brasileiro**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1839. p. 8.

⁶ SOARES, Sebastião Ferreira. **Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia de gêneros alimentícios no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1860.

⁷ ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Unijui, 2002. p. 286.

estamos diante de uma palavra complexa, muitas vezes escorregadia e que foi utilizada para nomear diferentes coisas em diferentes tempos.

Em consequência, o seu conteúdo e os processos que abarca podem mudar de acordo com o contexto social e político, mas também de quem está implicado no seu emprego. Não bastasse isso, trata-se de uma noção que carrega dentro de si alguns significados problemáticos, pois geralmente tudo aquilo que é alocado sob a rubrica do “atraso” está em processo de crítica e o objetivo final é a superação do que está sendo criticado. Por conseguinte, para que esta aconteça, também de forma invariável, o que se pretende superar é tratado de forma pejorativa, sendo que o sucesso da empreitada depende de uma série de variáveis.

Uma delas, nos diz que a capacidade que as palavras nominativas – os conceitos em geral – têm de interferir no mundo é proporcional ao poder mobilizado por aqueles que as pronunciam. Ou, para ser mais preciso, o que faz o poder das palavras, em especial, “das palavras de ordem”, isto é, daquelas palavras que têm o “poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras”,⁸ pois envolve o mundo de relações em que elas são produzidas, manejadas e aplicadas.

Nesta senda e para aprofundar os debates sobre a questão do atraso da agricultura, seus motivos e objetivos, as discussões que aqui serão desenvolvidas são inspiradas no primeiro capítulo do livro “História da Agricultura Brasileira” de autoria Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira, publicado em 1981.⁹ Trata-se da análise comparativa que os autores realizam entre as mudanças que caracterizaram a agricultura no Brasil da metade dos séculos XIX e XX. Assim, a luz das análises recentemente produzidas sobre o assunto e muito inspirado nos desafios apresentados por Linhares e Teixeira sobre a história social da agricultura no Brasil,¹⁰ as reflexões que aqui serão desenvolvidas buscam discutir os

⁸ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989. p. 15.

⁹ LINHARES, Maria Yedda; TEIXEIRA, Francisco Carlos. **História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

¹⁰ Sobre este tema, ver: MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione. História social da agricultura revisitada: fontes e metodologia de pesquisa. **Diálogos**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 95-117, 2007.

significados do atraso nesses dois diferentes contextos, bem como os conteúdos e as implicações das providências tomadas e que tinham como objeto a sua superação.

O objetivo da investigação será aprofundar a análise comparativa entre esses dois momentos históricos tendo como foco os impactos das medidas adotadas e que tinham como fito a superação do atraso da agricultura brasileira. Ao fazer isto, a intenção é conhecer e debater as semelhanças e diferenças entre esses dois períodos, bem como o quanto umas e outras podem nos ajudar a entender algumas particularidades da história do Brasil. Essas reflexões serão desenvolvidas levando em consideração os limites e potencialidades em se realizar análises comparativas entre dois períodos históricos diversos e tendo como foco um mesmo conjunto de variáveis.¹¹ Assim, metodologicamente a argumentação que aqui será desenvolvida terá como alicerce, no caso do século XIX, alguns discursos coevos, produzidos em diferentes momentos desse século e que tinham como foco a agricultura, seu atraso e seu melhoramento.

Por sua vez, relativamente ao meado do século XX, a análise não estará direcionada a tratar de fontes primárias propriamente ditas, mas o foco é a análise da historiografia produzida sobre esse período e que buscou discutir os temas relativos ao processo de modernização da agricultura. Todavia, não estamos tratando aqui de metodologias de análise diferenciadas, mas de pontos de partida diversos. Isto se justifica porque seria impossível no contexto deste artigo realizar uma análise detida de todo um conjunto bastante vasto de documentos. Além disso, as discussões realizadas sobre as transformações pelas quais a agricultura passou na segunda metade do século XX, seja no campo da história, da sociologia ou da antropologia (das humanidades em geral), como afirmado, já foi objeto de amplos debates, sendo que a base de tais análises é exatamente a documentação coeva ao período.

Para começar, o primeiro destaque a ser feito é o de que em suas análises, Linhares e Teixeira demonstram que até a década de 1980 o Brasil conheceu três momentos em que sua agricultura passou por crises profundas que exigiram alterações no seu padrão de desenvolvimento. O primeiro deles foi a virada do

¹¹ Sobre o tema, ver: BARROS, José D'Assunção. História Comparada. Um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-30, 2007.

século XVIII para o XIX, quando da crise do sistema colonial e todos os processos que lhes são característicos: queda na produção de metais preciosos, retorno a agricultura e mudanças no plano mundial (revolução americana e francesa, ascenso do liberalismo, revolução industrial inglesa). O segundo momento de crise foi no meio do século XIX, quando do “desenvolvimento industrial na Europa e nos Estados Unidos” que, no Brasil, é acompanhado por uma série de mudanças e reformas: abolição gradual do trabalho escravo, crise de abastecimento, alterações no sistema financeiro, fiscal, administrativo e político. O terceiro, ocorreu no após a Segunda Guerra Mundial, numa conjuntura “marcada pelas tensões da ‘Guerra Fria’ e pela disputa ideológica entre capitalismo e socialismo”.¹²

A partir da identificação desses momentos e de sua caracterização geral, os autores aprofundam as comparações entre o segundo e o terceiro, mas tomam como referência as diferentes interpretações produzidas em cada um desses dois contextos para os processos que estavam em curso. Não é o caso de apresentar aqui e com profundidade de detalhes os meandros das análises produzidas por Linhares e Teixeira, mas destacar que eles demonstram que nestas diferentes discussões, elaboradas em diversos momentos históricos, o tema do atraso está presente. Assim, para avançar na análise, este artigo se propõe a abordar mais detidamente um dos aspectos que se sobressai na comparação, trata-se dos diferentes efeitos que as políticas adotadas pelo Estado e voltadas a desenvolver a agricultura efetivamente tiveram. Neste sentido, destaca-se o fato de que a eficácia dos processos e medidas postas em curso entre as décadas de 1960 e 1980, comparativamente ao que aconteceu no meado do século XIX, foi significativamente mais ampla. Quanto a localização temporal específica dos períodos aqui chamados de “meado do século XIX” e “meado do século XX”, no primeiro caso trata-se dos anos decorridos entre as décadas de 1860 e 1880, conjuntura em que os assuntos relativos a agricultura ficaram sob a gerência do Ministério dos Negócios da Agricultura e Obras Públicas, criado em 1861. No segundo caso, a referência está diretamente relacionada aos anos entre 1960 e 1980, quando o Brasil viveu a experiência da ditadura militar.

¹² LINHARES, Maria Yedda Leite; TEIXEIRA, Francisco Carlos. *Op. Cit.*, p. 17.

Estes são dois momentos nos quais a agricultura brasileira conheceu uma série de mudanças que impactaram diretamente a sua história.

A diferença entre esses dois períodos relativamente a este fator é tão marcante que alguns estudiosos sobre o tema têm destacado que o Brasil apenas conheceu de forma efetiva um amplo e eficaz processo de modernização de sua agricultura no contexto da segunda metade do século XX. Assim e no geral, as pesquisas sobre o assunto tendem a concordar que “a rigor, a chamada ‘modernização da agricultura’ brasileira somente ocorreria após a implantação do regime militar no país” na década de 1960.¹³

Um dos fatores que está na base disso e que ajuda a entender o fenômeno é o de que, desse momento em diante, o Brasil passou a conhecer a execução de uma série de medidas que estavam implicadas a um movimento que alcançou repercussão em diferentes regiões do mundo. Trata-se da chamada Revolução Verde,¹⁴ um programa internacional elaborado e gerenciado por empresas, entidades da sociedade civil, Estados-nação, bancos e agências estatais, o qual tinha relação direta com as questões relacionadas a Guerra Fria e aos embates entre socialismo e capitalismo característicos da época. De todo modo, mesmo considerando algumas diferenças importantes entre os dois contextos, tais como a aqui citada, uma análise detida sobre eles, indica que, embora separados temporalmente por cem anos de distância, existe certa processualidade que os conecta de uma forma bastante interessante.

Por conseguinte, o desafio que esta análise se propõe a enfrentar é o de demonstrar que há uma instigante interligação entre o que aconteceu no universo agrário brasileiro no meado do século XIX e no meado do século XX. Vários são os fatores que demonstram isso, mas neste artigo será abordado de forma mais detida

¹³ MOTTA, Márcia; MENDONÇA, Sônia Regina de. Modernização da agricultura. In: MOTTA, Marcia. **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 308.

¹⁴ “A chamada ‘Revolução Verde’ foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistente às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas e tratos culturais mais modernos e eficientes. Através dessa imagem humanitária, ocultavam-se, no entanto, poderosos interesses econômicos e políticos ligados à expansão e fortalecimento das grandes corporações a caminho da transnacionalização”. BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da Agricultura**. Trigo e Soja. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 44.

o problema da imigração e da colonização. Este era um dos principais eixos que sustentava a política de melhoramento da agricultura desenvolvidos pelo Império e articulados pelo Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.¹⁵ Além disso, foi uma das ações cuja prática causou impactos marcantes na forma como estava organizada a paisagem rural brasileira, principalmente na região sul do Brasil. Por sua vez e como veremos, no século XX, as áreas que foram objeto da política de colonização do Império e as populações formadas pelos descendentes dos imigrantes que aportaram em terras brasileiras incentivados por esta política, estiveram diretamente implicados na política de modernização da agricultura desenvolvida no contexto dos governos militares.

Assim sendo e para dar conta dos objetivos apresentados, o artigo está organizado em quatro partes distintas. Uma primeira mais introdutória e que ora está sendo finalizada. A segunda tem por motivo apresentar um panorama geral da agricultura no Brasil do século XIX e das explicações sobre o atraso então veiculadas. O foco da análise estará direcionado a tratar de algumas publicações que vieram à luz em formato de livro no século XIX e que tinham como tema, principal ou correlato, a agricultura. A terceira parte terá como foco discutir alguns aspectos relacionados a política de modernização da agricultura executada no Brasil entre 1960 e 1980. Neste trecho a questão das rupturas e das permanências será desdobrado a partir da análise dos efeitos no longo prazo da política de imigração e colonização desenvolvida pelo Império a partir de 1850. Na quarta parte, por fim, serão desenvolvidas algumas considerações conclusivas.

Agricultura e atraso, século XIX

São muitos os temas e as interpretações produzidas durante o século XIX sobre o tema da agricultura, seu atraso e seu melhoramento e elas variam de acordo com um sem número de fatores. Assim, para termos um ponto de partida, tomarei como referência a síntese dessa questão elaborada por André Pinto Rebouças em seu “Agricultura Nacional. Estudos Econômicos”, livro que foi publicado na década

¹⁵ Para conhecer a história, os motivos e os objetivos desse Ministério, ver: GABLER, Louise. **A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

de 1880 e que apresenta interpretações importantes sobre a agricultura brasileira da época.¹⁶

Em suas análises, Rebouças apresenta aqueles que eram consensualmente considerados os cinco principais problemas que afetavam a agricultura e que, segundo seu ponto de vista, estavam na base de seu atraso. Eram eles: i) a falta de conhecimentos profissionais; ii) a escassez de capitais; iii) a carência de braços; iv) a falta de estradas e v) os elevados impostos de exportação. É importante registrar que não foi de maneira aleatória e isolada que o autor chegou a estes fatores, pois foi buscá-los nas considerações enviadas pelas autoridades provinciais à uma circular emitida pelo Ministério da Fazenda, datada de 18 de outubro de 1873, a qual tinha por mote discutir o “estado da agricultura nacional”.

A partir dos dados presentes nas respostas provinciais, ao longo de seu livro, Rebouças desenvolve uma série de análises voltadas a descrever os conteúdos e significados econômicos, sociais, políticos e culturais destes fatores. Igualmente, é objeto de sua atenção o impacto deles em termos do “entorpecimento da lavoura” nas diferentes províncias do Império que haviam respondido a circular do Ministério da Fazenda.

Um dos aspectos importantes do livro de Rebouças, comparativamente a maior parte das publicações da época, é o de que alguns dos traços que comumente eram definidos como características inatas dos brasileiros e que supostamente implicavam no atraso geral da agricultura, são analisadas em sua conotação histórica e social. Dessa forma, assuntos como a suposta indisposição do brasileiro para o trabalho (um dos temas discutidos quando o problema era a “falta de braços” para o trabalho), do ponto de vista deste autor, eram antes consequência de problemas históricos e sociais do que de natureza ou degeneração, como corriqueiramente se afirmava na época. Para Rebouças, não havia falta de braços para o trabalho no Brasil, o que ocorria era uma desvalorização e uma subutilização dos trabalhadores brasileiros. Situação que estava sustentada em leituras

¹⁶ Personagem importante no contexto do final do século XIX, que teve atuação destacada no contexto do movimento abolicionista. Para conhecer aspectos de sua trajetória, ver: JUCÁ, Joselice. **André Rebouças reforma e utopia no contexto do Segundo Império: quem possui a terra possui o homem**. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001; ALONSO, Ângela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

preconceituosas sobre a sociedade, as quais buscavam realizar os interesses de alguns setores sociais conservadores e retrógrados, mais diretamente dos escravagistas.¹⁷

Articulados aos cinco fatores apontados por Rebouças, existiam alguns outros assuntos que têm certa recorrência nas discussões, mas são mais dispersos. Dentre eles, convém destacar os debates travados sobre os impactos da “natureza abundante” no sentido de refrear a disposição dos brasileiros em geral para o trabalho; a presença da grande propriedade que, para alguns, repercutia no mau aproveitamento das terras e na exclusão de um sem número de pessoas do acesso a propriedade, mas, para outros, era a maneira mais apropriada de realizar a agricultura no Brasil.

Nessa mesma linha, a presença indígena, sua catequização e inserção no “grêmio da civilização” em alguns textos e espaços, também era objeto de análises.¹⁸ André Rebouças, por exemplo, escrevia que somando os indígenas que viviam no sertão, os quase “um milhão de mestiços que, segregados do mundo por falta de vias de comunicação, quase nada concorrem no movimento comercial do país” e os “perto de um milhão de seres que a rotina e a ignorância conservam na escravidão, e que não produzem metade do que poderiam produzir se fossem livres”, o Brasil possuía cerca de “três milhões de homens desaproveitados e mal aproveitados, em um país que se clama todo dia por falta de braços”.¹⁹

No geral, as pessoas que estavam envolvidas nestas polêmicas, não se limitavam apenas a apontar os problemas e seus motivos, mas igualmente desenvolviam propostas de superação. Por seu turno, as soluções projetadas, assim como as razões do atraso giravam em torno de temas que pouco mudaram ao longo do tempo.²⁰ Contudo, o sentido e a preponderância de alguns deles no quadro geral

¹⁷ Neste sentido, escrevia Rebouças: “a grita por falta de braços é quase sempre a hipócrita lamentação dos velhos druidas do escravagismo, suspirando pelos ominosos tempos em que era possível comprar um homem por oitenta mil réis”. Cf. REBOUÇAS, André. **Agricultura Nacional. Estudos Econômicos**: propaganda abolicionista e democrática. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1988. p. 50.

¹⁸ Para conhecer alguns aspectos gerais sobre a política indigenista do Império, ver: SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil Imperial. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial (1808-1889)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 175-206.

¹⁹ REBOUÇAS, André. *Op. Cit.*, p. 50.

²⁰ Ao analisar o “pensamento político e a crítica ambiental no Brasil escravista”, entre 1786 e 1888, José Augusto Pádua, verifica que neste caso em específico ocorre situação semelhante. Ver: PÁDUA,

das explicações variava de acordo com diferentes fatores e situações. Na mesma perspectiva, alguns temas eram partilhados de forma bastante corriqueira, mesmo que o significado e o direcionamento das análises variassem de autor para autor ou de período para período.

Nesse universo, no conjunto das discussões, o assunto mais recorrente, sem dúvidas, foi o da escravidão e de sua relação com a agricultura. Relativamente a esta matéria, as análises desenvolvidas e posições adotadas durante o oitocentos podem ser subdivididas em quatro principais. A mais presente nos debates e que conseguiu se impor em relação as outras, tendo inclusive maior nível de interferência social e política, defendia o ponto de vista de que a escravidão era um “malefício”, mas sem o qual a agricultura no Brasil desapareceria.

Portanto, considerava que mesmo diante dos problemas que representava, seja em termos da baixa produtividade do trabalho escravo e do fato de que a presença negra, segundo alguns analistas, vinha atuando negativamente nos costumes e na moral dos brasileiros, a sua manutenção era essencial. Exemplo desse tipo de leitura pode ser localizado no “Manual do Agricultor Brasileiro” de Carlos Taunay, supracitado, livro que realizou uma das sínteses mais refinadas desse ponto de vista e que buscou explorar as suas principais potencialidades em termos de justificar e manter a escravidão no Brasil.

Há um segundo segmento de leituras sobre a escravidão e a agricultura, o qual se caracterizava por adotar um posicionamento contrário ao regime escravocrata. Neste universo se destacam os já mencionados Sebastião Ferreira Soares e André Pinto Rebouças. Homens que desenvolviam análises sobre o problema voltando seu olhar para questões históricas, sociais e econômicas e definiam que um dos principais motivos, senão o principal, do atraso da agricultura brasileira, ao contrário do que era voz corrente, era exatamente a presença do trabalho escravo no Brasil.

O terceiro bloco de leituras que compõe esse universo de discussão é formado por pessoas que apresentavam argumentos e proposições críticas e contrárias a escravidão. Homens que viam nela um dos motivos do atraso, mas que

José Augusto. “**Um sopro de destruição**”: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

não se isentavam de serem proprietários de escravos. Esse é o caso de Antônio José Gonçalves Chaves, autor do “Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública no Brasil”, publicado na década de 1820.²¹ Ainda no que se refere a este tema é possível localizar uma leitura mais difusa (4º segmento), manejada tanto por críticos da escravidão, como por seus defensores. Trata-se da interpretação que entendia que um dos principais motivos do atraso, não só da agricultura, mas do Brasil como um todo, se devia unicamente a presença de negros no país e que uma das principais medidas a serem adotadas para superar tal problema era “desafricanizar a nação”.²² Neste caso, estamos diante de interpretações preconceituosas, geralmente sustentadas na ideia de raça e que também serviram de suporte para embasar os projetos de colonização com imigrantes europeus, para depreciação das populações mestiças e para a crítica das propostas cujo mote era incentivar a entrada de asiáticos – os então chamados “chins” – no Brasil.²³

Juntamente com o tema escravidão/agricultura, outro assunto que tem presença recorrente na bibliografia é o dos métodos agrícolas corriqueiramente usados. Aqui o caráter itinerante da agricultura, o uso do fogo e da enxada como principais ferramentas são objeto de crítica desde o início até o final do século. Ela está presente em obras como o supracitado “Discurso sobre o melhoramento da economia rústica do Brasil” de 1799, mas também pode ser encontrada em livros lançados no final do século, por exemplo, no “O Brasil ilustrado em gravuras” de

²¹ CHAVES, Antônio José Gonçalves. **Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública no Brasil**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros, 1978.

²² Ao analisar esta questão, Fernando Antônio Lourenço, menciona como exemplo o caso do Conselho da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional que, em 1848, ao redigir um projeto para criação de uma escola de agricultura, vedava a utilização de mão de obra escrava. Essa orientação, segundo Lourenço, se lastreava sobre o entendimento de que a escravidão era “uma prática desumana e razão de nosso atraso”. Além disso, os membros do Conselho entendiam que “qualquer trabalhador de origem africana, nascido livre ou liberto” era, “além de trabalhador indócil, “um perigoso inimigo doméstico, corruptor de nossos costumes”. LOURENÇO, Fernando Antonio. **Agricultura Ilustrada: Liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira**. Campinas: Unicamp, 2001. p. 149. No mesmo sentido, ao analisar o papel dos intelectuais vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) na construção do Brasil enquanto nação, Manuel Salgado, destaca a que leitura preponderante na Revista do Instituto era a de que a simples presença do “elemento negro era fator de impedimento ao processo da civilização”. GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. **Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional**. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 17, 1988.

²³ Ver: LIMA, Sílvio César de Souza. Os filhos do Império Celeste: a imigração chinesa e sua incorporação a nacionalidade brasileira. In: BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. **Rede Memória Virtual Brasileira**. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/alteridades/imigracao-chinesa/>. Acesso em 11/06/ 2020.

Maurício Lamberg, publicado em 1896.²⁴ Poucas são as diferenças de um autor para outro em relação a argumentação produzida.

Entretanto, há registros de autores que debatem o tema dos métodos aplicados na agricultura tendo como foco de suas análises a crítica ao desmatamento e aos impactos que produziam na natureza e na sociedade. Ao fazerem isso, alguns buscavam demonstrar que as práticas agrícolas tradicionalmente utilizadas no Brasil redundavam no esgotamento dos solos ou no aumento paulatino dos períodos de estiagem, repercutindo negativamente na agricultura.²⁵ Este, por exemplo, é o caso do livro “Memória sobre a conservação das matas e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará”, publicado em 1859, de autoria de Thomaz Pompeu de Souza Brasil.²⁶

Outro foco das discussões sobre o atraso tinha como mote a questão da terra e de sua apropriação. Na maior parte do tempo o que prepondera é o silêncio sobre o assunto, mas, ainda que de forma dispersa, é possível verificar a produção de análises que afirmavam que os problemas da agricultura nacional eram consequência direta da concentração fundiária e das dificuldades que as pessoas, principalmente aquelas que estavam envolvidas com a pequena lavoura, tinham em regularizar a situação das terras que ocupavam. Tal postura, com nuances e diferenças que não podem ser ignoradas, pode ser encontrada no já citado livro de Antônio José Gonçalves Chaves (década de 1820) ou nos livros de André Rebouças e Sebastião Soares Ferreira (década de 1860).

A questão da “qualidade” dos agricultores igualmente é constante nas reflexões produzidas. Relativamente a este aspecto, parte expressiva das leituras é orientada pela ideia de raça, assim, é comum encontrar o argumento de que a inferioridade racial dos brasileiros em geral redundava em sua indolência. Todavia, quando a origem do problema não era localizada na questão racial, seu motivo era atribuído a ignorância, a falta de instrução dos agricultores. Para solucionar a

²⁴ LAMBERG, Maurício. **O Brasil ilustrado com gravuras**. Rio de Janeiro: Tipografia Nunes, 1896.

²⁵ Para conhecer os debates travados a época sobre este problema e as diferentes perspectivas adotadas, ver: PÁDUA, Augusto José de. *Op. Cit.*, p. 27-28. Ver também: DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²⁶ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. **Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

questão racial, uma das alternativas apresentadas era o desenvolvimento de políticas voltadas a atrair imigrantes europeus. Quanto ao problema da ignorância, alguns autores dedicam boa parte de sua atenção para pontuar a necessidade de que o país desenvolvesse políticas voltadas a estabelecer uma rede de instituições direcionadas ao ensino rural. Contudo, alguns deles não deixavam de indicar que, por questões de raça, alguns grupos sociais dificilmente superariam sua situação de atraso ou sua “indolência” por meio da educação.²⁷

A produção de gêneros alimentícios, embora não seja tema de grande recorrência, é lembrado em alguns textos, especialmente nos momentos em que o país enfrenta crises de abastecimento. Contudo e no geral, a maior parte dos livros tem como referência a grande lavoura e a produção dos gêneros voltados a exportação. Neste âmbito, é possível localizar algumas ponderações feitas no sentido de encontrar um ou mais gêneros que poderiam ser produzidos em grande escala. A meta, com isso, era evitar que o país continuasse a sustentar sua economia sobre o alicerce de um único produto, neste caso, o café.

Nesse sentido, Francisco Peixoto Lacerda Werneck, autor do livro “Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro”, publicado em 1847, apresentava a expectativa de que chegaria uma época em que a produção do café ruiria no Brasil. Portanto, era importante que previamente os agricultores e o Estado passassem a procurar algum outro gênero em substituição. A leitura de Werneck era sustentada sobre a suposição de que a produtividade do café estava diretamente atrelada a existência de terras virgens. Ponto de vista que, por sua vez, foi amplamente utilizado ao longo do século XIX para tratar da agricultura e legitimar algumas das práticas então utilizadas.²⁸

Todavia, a esta discussão estava atrelado outro debate importante no contexto da literatura da época, o da introdução do arado. Sobre este assunto, é possível encontrar defensores entusiastas desta ferramenta, outros entendem que ela proporcionaria melhorias, mas desde que acompanhada de uma série de mudanças e cuidados. Há também os mais céticos que entendiam que o solo brasileiro não era propício para o uso desta tecnologia. Do mesmo modo, a higiene,

²⁷ Cf: LOURENÇO, Fernando Antônio. *Op. Cit.*, p. 149.

²⁸ Cf: PÁDUA, José Augusto. *Op. Cit.*, p. 50.

a medicina, a ciência, o ensino técnico e a introdução de outros “melhoramentos” são assuntos recorrentes. Eles ganharam mais atenção na medida que o século XIX avançava, mas são onipresentes ao longo do período e invariavelmente tomavam como referência os desenvolvimentos que a agricultura europeia ou a estadunidense haviam experimentado.

Questões de infraestrutura também são corriqueiramente debatidas. Ganha destaque o problema dos transportes, pois no geral há uma concordância que o atraso da agricultura brasileira estava diretamente atrelado a falta ou a má qualidade das estradas existentes no país e as dificuldades de comunicação. Nesse âmbito, o baixo aproveitamento da rede fluvial e a pequena extensão da malha ferroviária eram objeto de grande atenção. Assuntos que, por sua vez, estavam inter-relacionados a questão da atuação estatal, pois em geral tais deficiências eram tratadas como consequência da falta de investimentos do Império para o desenvolvimento da agricultura. Este é outro tema que, juntamente com as discussões sobre a necessidade de estabelecimento de uma rede bancária e de financiamentos da agricultura, é muito recorrente no período.

Em síntese, estes são os assuntos que dominam a pauta de debates sobre a agricultura brasileira no século XIX, sobre seu “atraso” e sobre as possibilidades de seu “melhoramento”. Como é possível verificar, existe uma inter-relação entre os temas da pauta de debates, suas justificativas e explicações variavam de autor para autor e de contexto para contexto, das conexões possíveis entre eles, suas posições sociais e políticas, dos temas abordados em seus textos e dos seus interlocutores (nacionais e estrangeiros).

Entretanto, todos parecem estar conectados pela recorrência de alguns temas e pela partilha de alguns pontos de vista, os quais, por sua vez, são muito intimamente influenciados pela origem social destes homens, em sua maioria provindos da elite política e econômica imperial. Portanto, embora seja possível localizar algumas críticas tecidas a questões estruturais que marcaram a história do Brasil Império, por exemplo, à escravidão, à grande propriedade e à agricultura monocultura e exportadora, elas não são radicais e não buscam resolver profundamente os problemas que localizam. Para fazer uma analogia, no varejo, elas propõem melhoramentos gerais que supostamente dariam conta de equacionar os

problemas que localizam, mas, no atacado, elas são conciliadoras em seus conteúdos e propostas.

Quanto à repetição de temas, de problemas, de propostas e de suas explicações ao longo do oitocentos, vale ressaltar que ela não acontecia por acaso. Por consequência, conhecer a sua história e fundamentos é importante para conhecer a sociedade em que foi produzida e os grupos sociais que a produziram. De acordo com Alfredo Wagner Berno de Almeida, que analisou esta questão relativamente a província do Maranhão no século XIX, na repetição constante de temas, problemas e palavras as autoridades governamentais e os intelectuais que escreviam sobre a agricultura na época, buscavam percorrer “um terreno comum” e, sobretudo, “fixar termos e expressões que asseguram a ilusão da certeza e da exatidão, mesmo quando são maiores as incertezas e o desconhecimento”. A repetição, desse modo, atua no sentido de construir um “léxico, considerado apropriado aos documentos”. Além disso, é eficaz em produzir crenças, visto que “fixa palavras ou expressões consideradas ‘chaves’ ou que sempre se supõe capazes de traduzir a ‘situação real’”.²⁹

Por consequência, a repetição também atua visando construir a realidade e sua reprodução, por meio da produção de interpretações sobre ela. Dessa maneira, tem papel importante na perspectiva de dar solidez e produzir justificativas às estruturas sociais. Nesse processo é relevante lembrar o destaque que foi feito ao final do tópico anterior: a força de construção, de desconstrução e de ordenação do mundo que a repetição e seu léxico de palavras mobiliza independe somente do discurso e dos termos que articula, mas está intimamente conectada aos poderes e capitais mobilizados por aqueles (grupos, classes, indivíduos) que as pronunciam.³⁰ Entender essa característica ajudará a compreender as diferenças existentes, principalmente no que diz respeito aos resultados, entre os processos postos em curso e voltados ao aperfeiçoamento da agricultura em meados do século XIX e do XX.

²⁹ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Op. Cit.*, p. 64.

³⁰ Ver: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 2008.

A longa história da modernização da agricultura no Brasil: conflitos e diásporas

A avaliação de que a agricultura brasileira estava atrasada e a repetição constante desse “mantra” não se encerra com o século XIX. Pelo contrário, ela toma novos conteúdos, endereços e significados ao longo do século XX, mas não abandona totalmente algumas explicações e descrições que vinham sendo utilizadas há muito tempo. Isso não significa que nada tenha sido alterado, na verdade muita coisa mudou, a bibliografia e as próprias fontes indicam que a agricultura praticada no Brasil no final do século XIX era mais dinâmica e produtiva do que era no início do século.³¹

Assim sendo, a agricultura brasileira no século XIX era mais complexa do que o discurso do atraso dá a entender. Estava longe de ser a mais pujante do mundo, pois havia mantido muitas técnicas e práticas que tranquilamente, quando comparadas com a agricultura praticada em outros contextos e, neste caso, o ponto de referência geralmente era a Europa ou os Estados Unidos, poderiam ser definidas como atrasadas, mas tinha lá suas particularidades e dinamismos.³² Todavia, ainda que não seja possível desenvolver o argumento em todas as suas consequências, é importante destacar que a perspectiva então veiculada sobre a agricultura fora do país, mas detidamente nas ditas “nações civilizadas”, não passava de uma visão idealizada e generalizante sobre o que era agricultura nestes locais. Na verdade, os debates sobre o atraso da agricultura, sua presença e a necessidade de sua superação também encontravam lugar nestes contextos.³³

De qualquer modo, entre idas e vindas, tentativas e resultados escassos, mudanças mais impactantes relativamente a esta questão, a contar do final do século XIX, ainda demorariam mais de meio século para acontecer. Não será possível acompanhar e descrever nos limites deste artigo as vicissitudes que caracterizaram

³¹ Ver: DOMINGUES, Heloise Maria Bertol. As ciências naturais e a construção da nação brasileira. **Revista de História**, São Paulo, n. 135, p. 41-60, 1996.

³² FREITAS FILHO, Almir Pita. Tecnologia e escravidão no Brasil. Aspectos da Modernização agrícola nas Exposições Nacionais da segunda metade do século XIX (1861-1881). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 71-92, 1991.

³³ Para aprofundar o debate sobre esta questão em relação aos Estados Unidos, ver: CHAPLIN, Joyce E. **Na Anxious Pursuit: agricultural innovation e Modernity in the Lower South, 1730-1815**. Omohundro Institute and University of North Carolina, 1993.

os diferentes períodos da história do Brasil ao longo destes dois séculos. Entretanto, seguindo a trilha aberta por Linhares e Teixeira na década de 1980, mesmo diante do risco de cair em certos e possíveis anacronismos, considero que a comparação entre os processos que marcaram o meado do século XIX e o meado do século XX é pertinente e profícua. Ela possibilita construir entendimentos sobre a história da agricultura brasileira suas mudanças e permanências.

Assim, é possível afirmar sem grandes margens de erro que até a década de 1960, embora existentes, as tentativas e projetos executados para aperfeiçoar a agricultura brasileira ofereceram resultados pequenos e esparsos, mas isto não os torna menos importantes. Nesse sentido, devido a sua importância e repercussão, vale ressaltar as ações realizadas pelo Estado no período Vargas (1930-1945) e durante o governo Kubitschek (1956-1961). No primeiro caso, ganha destaque a constituição de uma série de escolas, institutos e instituições voltados ao aperfeiçoamento da agricultura e da produção de determinados gêneros, bem como para a formação de quadros técnicos para atuar nesse setor, especialmente engenheiros agrônomos.³⁴ Embora esse esforço não tenha sido lá uma grande novidade, pois nas décadas finais do Império também é possível localizar algo semelhante, a amplitude que ganhou na era Vargas foi bastante significativa. Do mesmo modo, nesse período, se destaca o desenvolvimento da política de “Marcha para o Oeste”, a partir da qual os chamados “vazios demográficos” se tornaram objeto de atenção especial.

Assim, quando analisados no longo prazo, percebe-se que o conjunto das medidas desenvolvidas desde o século XIX foram fundamentais no sentido de preparar o terreno para que os processos postos em curso na época da ditadura alcançassem resultados mais efetivos. Nessa mesma linha, também indicam um certo padrão de desenvolvimento da agricultura brasileira ao longo do tempo, o qual tem como um dos seus principais traços a concentração fundiária, a desigualdade social, o conflito e o papel relevante exercido pela existência de regiões de fronteira agrária no país.

³⁴ MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Educação Rural no Brasil: alguns escritos**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Faperj, 2007 e *Idem*. **Agronomia e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

Relativamente a este último traço, convém registrar que historicamente a transferência de pessoas em direção a estas regiões tem sido utilizada como recurso para lidar com os conflitos sociais que afligem o campo.³⁵ Por seu turno, no bojo disso tudo, está a execução de medidas e a tomada de providências voltadas, a depender do período (século XIX ou XX), a melhorar ou a modernizar a agricultura. Ações que historicamente vem sendo articuladas em torno da premissa de que as mudanças são necessárias, mas desde que executadas de modo a manter esse padrão de desenvolvimento, lento e desigual.

Todavia, mudanças importantes aconteceram. Se no século XIX constatamos a existência de vozes isoladas, geralmente de homens inspirados no liberalismo, como o caso de André Rebouças que questionava a grande propriedade e, inclusive, sugeria a sua subdivisão; ao longo do século XX este tipo de crítica alcança novos espaços e direcionamentos, assim como conteúdos mais completos e radicais. Dessa forma, movimentos sociais, processos de resistência, sindicatos rurais, partidos políticos e questionamentos mais contundentes em relação a realidade agrária brasileira passam a ganhar em organização e a ter maior amplitude, inclusive dentro das universidades.³⁶ Muitas dessas ações se articulam no sentido de exigir, por parte das autoridades governamentais e da sociedade como um todo, o reconhecimento dos problemas históricos que desde há muito tempo vinham impactando o mundo rural no país.³⁷

Do sul ao norte do Brasil, desde o final do século XIX, é possível encontrar exemplos desses movimentos e acontecimentos, lastreados em diferentes motivos, mas que tinham o problema da concentração fundiária por origem e foco: Canudos na Bahia (década de 1890), Contestado em Santa Catarina (década de 1910), Cangaço no nordeste (primeiras décadas da República), Ligas Camponesas em Pernambuco (década de 1940), Revolta de Porecatu no Paraná (década de 1940 e

³⁵ MARTINS, José de Sousa. **Fronteira**: a degradação do humano nos confins do mundo. São Paulo: Contexto, 2009.

³⁶ Ver: WELCH, Clifford Andrew. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. **Lutas & Resistências**, Londrina, v. 1, p. 60-75, set. 2016.

³⁷ Ver: MEDEIROS, Leonilde Servolo. O Regime Empresarial-militar e a Questão Agrária no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**: o tempo do regime autoritário. Ditadura Militar e redemocratização. Quarta República (1964-1985). Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003. p. 179-207.

1950), Trombas e Formoso em Goiás (década de 1950), Revolta dos Posseiros no Paraná (década de 1950), organização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MASTER) no Rio Grande do Sul (década de 1960), constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Oeste (MASTRO) no Paraná (década de 1980), criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil (década de 1980), dentre outros.³⁸

Em tal caminhada, a realização da reforma agrária se tornou a palavra de ordem da maior parte desses movimentos. Por sua vez, o combate a ela passou a ser um dos principais objetos a ordenar as ações dos grupos dominantes agrários nacionais, organizados em seus sindicatos e entidades.³⁹ Assim, diferentemente do que ocorria no século XIX, onde temos a presença de um incipiente processo de organização desses grupos, mais diretamente dos representantes dos interesses da classe dominante agrária, no século XX, eles já estão mais articulados entre si e atuantes. Exercem maior influência em diferentes esferas da sociedade, tem vínculos poderosos com o Estado, com a Igreja e com o capital internacional, o que inclui outros Estados nacionais, grandes indústrias e corporações multinacionais.⁴⁰

Em consequência, as dinâmicas do mundo rural brasileiro no século XX tomaram novas características e proporções. Entre outras coisas, na medida em que o tempo avançou, os conflitos rurais ganharam em dramaticidade e alcance. Neste sentido, estudos que têm tratado de debater os processos que levaram a instauração da ditadura militar no Brasil têm pontuado que a proporção que os conflitos agrários vinham tomando na década de 1960, somada a algumas medidas propostas pelo Governo Federal, especialmente a realização de um série de reformas, inclusive a agrária, foram fatores importantes na e para a realização do golpe de 1964.⁴¹ Do mesmo modo, as análises sobre os processos que acompanharam a queda da

³⁸ Para aprofundar as discussões sobre este tema, ver: DEZEMONE, Marcus. Conflitos rurais no Brasil: breve exame no século XX. *Cantareira*, Niterói, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2002.

³⁹ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Op. Cit.*

⁴⁰ Ver: MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Ruralismo Brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 1997; *Idem*. **Estado e Classe Dominante Agrária no Brasil Pós 30**. Curitiba: Prismas, 2016; *Idem*. **O Patronato Rural no Brasil Recente**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

⁴¹ Ver: DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e Golpe de Estado**. Petrópolis: Vozes, 1987; GRYNSPAN, Mário. A questão agrária no Governo Jango. *In*: FGV/CPEDOC. **A trajetória política de João Goulart**. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_governo_Jango. Acesso em 05/06/2020.

Monarquia e o estabelecimento da República no Brasil em 1889, demonstram que a elite rural brasileira, especialmente os grandes produtores de café, tiveram papel de destaque nesse processo. Em linhas gerais, nesses dois momentos, os grupos dominantes, especialmente a “fração agrária da classe dominante brasileira”, agiam movidos pelo ímpeto de garantir a conservação de seus privilégios, a permanência das estruturas sociais e, sobretudo, para evitar que algumas pautas mais radicais que andavam difusas se fortalecessem.⁴²

Outra mudança importante quando comparamos a realidade agrária do Brasil do século XIX e a do XX, diz respeito a questão da fronteira agrária. Ainda que boa parte das terras brasileiras não haviam sido incorporadas, especialmente da região Centro-Oeste e Norte do país, algumas regiões (Sul, Sudeste e Nordeste), na medida em que o século XX avançou, passaram a conhecer aumentos no seus índices de densidade demográfica que, por sua vez, não eram acompanhados pela subdivisão da grande propriedade.

Fenômeno que ganhou contornos particulares e se fez muito presente nas regiões para onde, durante o século XIX, o movimento de imigração e colonização foi direcionado, principalmente nos estados do Sul do Brasil. Todavia, também pode ser verificado em outros contextos em que a política de colonização não obteve os mesmos desenvolvimentos, como é o caso da região Nordeste.⁴³ Estes locais, alguns mais cedo outros mais tarde, mas mais densamente a partir de meados do século XX, passaram a ver as suas populações se envolverem em movimentos de migração que ganharam várias direções e direcionamentos: rural-rural, rural-urbano, urbano-rural, urbano-urbano. Esses deslocamentos também ultrapassaram as fronteiras nacionais e, entre as décadas de 1950 e 1970, é possível encontrar registros do

⁴² Ver: COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República. Momentos Decisivos**. São Paulo: Unesp, 1999; URBINATI, Inoã Pierre Carvalho. **Ideias e projetos de reforma agrária no final do Império (1871-1889): uma análise de seu sentido político e social**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

⁴³ Ver: HEREDIA, Beatriz Alasia de. **Formas de Dominação e espaço social. A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988; VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato. Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. São Paulo: Difel, 1979; *Idem*. **Frentes de expansão e estrutura agrária. Estudo do processo de penetração numa área da transamazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1972; GARCIA JR., Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado**. São Paulo: Marco Zero, 1989; LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará. Faces da sobrevivência (1889/1916)**. Belém: Editora Açai, 2010.

aumento significativo na imigração de populações rurais brasileiras para outros países seguindo lógicas tão diferenciadas quanto aquelas que ordenaram os processos migratórios internos.⁴⁴

Todo esse movimento é acompanhado pelo crescimento na proporção dos conflitos agrários e, uma das respostas articuladas, foi a da modernização. A perspectiva era a de que modernizar a agricultura brasileira, retirá-la do “atraso” em que historicamente se encontrava, seria suficiente para equacionar os problemas que o país vinha enfrentando. Por meio da modernização da agricultura objetivava-se garantir o aumento nos índices da produção agrária e proporcionar alternativas para a expansão da empresa rural capitalista no campo, via estabelecimento dos então chamados Complexos Agroindustriais. Somado a isso, esperava-se que o aumento da produtividade agrícola contribuiria para o desenvolvimento industrial no Brasil. Entre outras coisas, ela deveria garantir preços mais baixos aos itens fundamentais para sobrevivência dos trabalhadores, proporcionando, assim, que os custos da mão de obra permanecessem a níveis bastante baixos. Do mesmo modo, apostava-se que a transferência de trabalhadores do campo para a cidade, a qual seria consequência da tecnificação do trabalho na agricultura, na ponta do processo, redundaria no aumento do número de pessoas disponíveis no mercado de trabalho.⁴⁵ Por sua vez, todas essas propostas estavam articuladas a uma política de criação de grandes cooperativas mercantis e também de financeirização da agricultura.⁴⁶

⁴⁴ Na região Sul do Brasil este fenômeno está muito presente nas regiões fronteiriças com o Paraguai, ver: BÓGUS, Lúcia Maria Machado. **De brasileiros a brasiguaios. A imigração brasileira para o Paraguai a partir dos anos 1970**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009; BALLER, Leandro. **Fronteiras e fronteiriços: a construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios**. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

⁴⁵ Ver: NETO, Wenceslau Gonçalves. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)**. São Paulo: Hucitec, 1997; SILVA, José F. Graziano da (coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978; ABRUMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2007.

⁴⁶ Ver: MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Op. Cit.* Sobre o caso do cooperativismo empresarial, ver: ADAMY, Irene Spies. **Terra, poder e cooperativismo no oeste do Paraná: o caso da COOPAVEL**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Unioeste, Marechal Cândido Rondon, 2019.

Alguns estudiosos têm destacado que a origem desse processo é posterior ao término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) quando ocorrem mudanças importantes no padrão de desenvolvimento do capitalismo mundial.⁴⁷ Contudo, alguns outros verificam que já na década de 1930 é possível localizar a presença de movimentos voltados a modernização da agricultura, os quais tomaram contornos mais precisos no após Segunda Guerra e ganharam em proporção e eficiência na década de 1970 com o advento da Revolução Verde.⁴⁸ Por sua vez, a perspectiva desse artigo é demonstrar que, quando analisada a partir da experiência vivida pelas pessoas que mais diretamente se envolveram e viveram muito diretamente os impactos da modernização da agricultura, o fenômeno como um todo se insere numa processualidade mais ampla. Não é o caso aqui de estabelecer uma origem para ele – nova ou “mais correta” –, mas de analisá-lo a partir de uma perspectiva comparativa e histórico-temporal mais abrangente.

De qualquer modo, foi no após Segunda Guerra Mundial que o processo tomou velocidade e contornos mais bem definidos. Nesse contexto, embora experiências tenham sido realizadas em diferentes lugares do país, foi na região centro-sul em que elas ganharam maior amplitude, de modo especial no Rio Grande do Sul e mais detidamente ainda nas regiões em que, durante o século XIX e as primeiras décadas do XX, haviam sido palco das políticas de imigração e colonização. Entre os fatores que explicam esse direcionamento estão as questões geográficas e climáticas, pois o pacote tecnológico da modernização inicialmente “não estava preparado para atuar em todo o território brasileiro”, uma vez que era composto por equipamentos e insumos elaborados para agricultura de climas temperados.⁴⁹ Além disso, devido a história de sua ocupação, a região Sul também oferecia condições propícias do ponto de vista político, econômico e social para implementação do projeto.⁵⁰

Todavia, no Rio Grande do Sul, a chamada modernização da agricultura teve um desenvolvimento mais veloz e acentuado no “Planalto Gaúcho”. Espaço

⁴⁷ BRUM, Argemiro Jacob. *Op. Cit.*, p. 71.

⁴⁸ ALVES, Clovis Tadeu. **A Revolução Verde na mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul (1930-1970)**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013.

⁴⁹ *Ibidem*. p. 73.

⁵⁰ BRUM, Argemiro Jacob. *Op. Cit.*

territorial situado entre os municípios de “Passo Fundo e São Borja, compreendendo as regiões fisiográficas do Planalto Médio, Missões e Alto Uruguai”⁵¹ (ver mapa abaixo). Além disso, conheceu um rápido movimento de disseminação, sendo que na década de 1970 “se expandiu rapidamente, atingindo outras regiões do Rio Grande do Sul, também o Paraná e o Mato Grosso do Sul, bem como avançou para outros estados.”⁵² Portanto, pode-se dizer que as regiões de colonização do Rio Grande do Sul, situadas ao norte/noroeste do estado, foram o palco principal onde a peça da modernização da agricultura fez uma das suas primeiras apresentações no Brasil e por onde ela mais rapidamente se expandiu.

REGIÕES FISIGRÁFICAS DO RIO GRANDE DO SUL



Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Inventário Florestal Contínuo do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/ifcrs/fisiografia.htm>. Acesso em 06/06/2020.

Assim e de início, as populações mais diretamente envolvidas nesse acontecimento, seus protagonistas principais, em grande medida foram imigrantes e descendentes de imigrantes. Indivíduos que em sua maioria haviam se estabelecido na região entre 1890 e 1920, visto que o referido “Planalto Gaúcho” foi uma das últimas regiões do estado a ser objeto das políticas de imigração e colonização.⁵³ Pessoas que vieram ao Brasil incumbidos de várias tarefas, sendo que

⁵¹ *Ibidem*, p. 12.

⁵² *Ibidem*, p. 71.

⁵³ ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho (1850-1920)**. Ijuí: Unijui, 1997.

uma das fundamentais, segundo os princípios que orientavam a política de colonização do Estado Imperial, as quais não foram profundamente alteradas durante a República, era a de que os imigrantes iriam aplicar meios, técnicas e conhecimentos para o melhoramento e diversificação da agricultura brasileira.⁵⁴

Diante disso, chegamos a um dos possíveis vínculos entre a política de imigração e colonização desenvolvida pelo Império e a política de modernização da agricultura desenvolvida entre 1960 e 1980: em grande medida as pessoas que foram objeto da política de modernização nesse último período estavam histórica, direta ou indiretamente vinculados à política de colonização do Império.

Por sua vez, no que se refere ao tema da colonização, ao estudar o caso do Rio Grande do Sul, Paulo Zarth demonstra o quanto, na prática, os seus resultados foram diversos daquilo que foi projetado, especialmente no que diz respeito ao emprego de novas técnicas agrícolas por parte dos imigrantes. No geral, depois de estabelecidos nas colônias, eles passaram a adotar os métodos de cultivo tradicionalmente usados no Brasil.⁵⁵ Os motivos para isso eram variáveis, mas influenciava muito diretamente o fato de que a geografia, o clima, o tipo de solo e a localização das colônias dificultavam ou impossibilitavam o uso de métodos mais intensivos de exploração. Também atuava como fator a baixa densidade demográfica e a existência de uma fronteira agrária aberta que só começou a se fechar por volta da década de 1920. Momento em que os registros de pessoas saindo do Rio Grande do Sul passam a ser mais corriqueiros. Nessa época, o processo de ocupação das terras florestais do estado “está praticamente consolidado”. Além disso, restam “poucas áreas a serem comercializadas e as companhias de terra já abrem frente no oeste catarinense e no sudoeste do Paraná”.⁵⁶

Ainda de acordo com Zarth, outro fator que teve influência direta nesse processo foi a forma como a política de imigração e colonização foi manejada, pois foi orientada pela perspectiva do “transformar para preservar”. Desse modo, “a elite

⁵⁴ Sobre o tema, ver: MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre: UFRGS, 1999; ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno**. *Op. Cit.* e SILVA, Marcio Antônio Both da Silva. **Babel do Novo Mundo: povoamento e vida rural no Rio Grande do Sul da Primeira República (1889-1925)**. Niterói: Eduff, 2011.

⁵⁵ ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno**. *Op. Cit.*

⁵⁶ ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho**. *Op. Cit.*, p. 20.

gaúcha, formada pelos criadores de gado e charqueadores, tratou de manter intactas as estâncias pastoris, mas promoveu um processo de distribuição de terras florestais”. Terras que eram tanto de domínio público como privado e que foram destinadas aos imigrantes europeus “sob um sistema de pequenas propriedades familiares”.⁵⁷

A incorporação dessas áreas, via colonização, equacionava o problema estratégico da ocupação que historicamente vinha preocupando as autoridades governamentais em relação a província de São Pedro. Entretanto, também tinha um sentido mercantil, pois a agricultura praticada no âmbito das colônias poderia resolver “em grande parte o problema do abastecimento interno, sem desviar áreas e pessoal da pecuária tradicional”.⁵⁸ Na mesma toada, na medida em que a colonização se expandiu, ela também se “tornou um negócio lucrativo através da venda de terras e porque possibilitou uma forte acumulação nas mãos de comerciantes que realizavam a circulação da produção colonial.”⁵⁹ Assim, mesmo no Rio Grande do Sul, onde o problema maior não era a substituição da mão de obra escrava, o sentido da colonização imigrante foi o da manutenção das estruturas sociais, econômicas e políticas vigentes.

Articulado a toda essa história da colonização imigrante está também a história das populações que já viviam nas regiões em que as colônias foram instaladas (indígenas, caboclos e negros). Em realidade, elas foram preteridas quanto aos imigrantes e passaram a ser objeto de constantes expropriações, fato que deu um novo dinamismo aos conflitos agrários, os quais ganharam em proporção.⁶⁰ Porém, no decorrer do processo, os imigrantes e seus descendentes igualmente passaram a ser alvos dessas expropriações. As possibilidades de se manterem na terra se tornaram escassas ou inviáveis devido as constantes subdivisões de suas propriedades e ao fechamento da fronteira agrária no estado.

Esta característica já era visível no início do século XX, quando as autoridades do Rio Grande do Sul, que gerenciavam a política de terras e colonização, além de

⁵⁷ ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno**. *Op. Cit.*, p. 33.

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁰ SILVA, Marcio Antônio Both. **Caboclos e Colonos: encontros, ocupação e conflitos nas matas do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Curitiba: Prismas, 2016.

registrarem o aumento na saída de pessoas em direção a outros territórios, passaram a indicar a existência de uma quantidade significativa de “intrusos” vivendo no estado. Trata-se de pessoas que haviam se estabelecido em terras de domínio público e privado sem a intermediação das autoridades competentes ou desrespeitando a legislação em vigor. A maioria deles, segundo as fontes, era constituída por “agricultores de origem estrangeira”,⁶¹ ou seja, descendentes de imigrantes. Assim, acompanhado essa caminhada chegamos ao meado do século XX, quando a situação nas regiões de colonização do Rio Grande do Sul está praticamente insuportável e em que a proposta da modernização da agricultura ganha terreno e passa a ser experimentada.

Todavia, o projeto de modernização não foi desenvolvido isoladamente, pois o seu sucesso passava pela realização de medidas mais imediatas que deveriam ter o fito de resolver as questões que há tempos estavam em curso, especialmente a da luta pela terra. Nessa perspectiva, juntamente com o desenvolvimento do projeto de modernização da agricultura, que na época da Ditadura Militar (1964-1980) se tornou política oficial do Estado,⁶² também são tomadas providências direcionadas a realizar a transferência das populações que estavam “sobrando” em determinadas regiões do Brasil para outras em que, segundo a leitura oficial, careciam de pessoas.

Programa que ficou conhecido pelo seu slogan “terra sem gente para gente sem terra”, o qual articulava o Plano de Integração Nacional que vigorou entre 1964 e 1973. Sua meta era incentivar e “iniciar um fluxo migratório desde as zonas do Nordeste, castigadas pela seca, e do Sul onde iniciou-se a modernização no campo”.⁶³ Vale lembrar que a política de “Marcha para o Oeste” desenvolvida no governo Vargas se movia por princípios semelhantes, contudo, devido a fatores que serão apresentados a seguir, não foi tão eficaz quanto a experiência desenvolvida na época

⁶¹ GONÇALVES, Carlos Torres. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização. In: PAROBÉ, João José Pereira. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Estado, João José Pereira Parobé, em 25 de agosto de 1914.** Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Comércio, 1914. p. 110-111.

⁶² GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Op. Cit.*

⁶³ ROMERO, Zeus Moreno; BOTELHO, Anny Caroline de Carvalho; MARQUES, Ivana Aparecida da Cunha. “Terra sem gente para gente sem terra”: a migração paranaense para Amazônia durante Ditadura Civil-Militar (1964-1985). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 8., 2017, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: [S. n.], 2017. p. 2445.

da ditadura militar. Princípios que, por seu turno, não eram muito diversos daqueles que orientavam a política de imigração e colonização do Império, especialmente em relação as províncias do sul do Brasil.

Entre outros, o objetivo do Plano Nacional de Integração era, por meio da transferência da “gente sem terra” para “terras sem gente”, controlar os conflitos agrários que vinham tomando dimensões e importância políticas significativas em algumas regiões do Brasil e, ao mesmo tempo, integrar mais detidamente vastos territórios a economia nacional. Entretanto, o problema que estava na base da questão, isto é, da existência de pessoas sem terra no Nordeste e no centro-sul do Brasil não era necessariamente climático, de falta de terras ou da modernização. Em realidade, terras existiam nestas regiões, mas estavam concentradas nas mãos de algumas poucas pessoas, sendo que devido a isso e a forma como o projeto de modernização foi executado, o número de desapropriados aumentou ainda mais. Por consequência, também os conflitos.⁶⁴

Nessa caminhada, milhares de pessoas que tinham vínculos diretos e indiretos com a política de imigração do Império. Que conformavam a primeira, a segunda ou, quando muito, a terceira geração de descendentes dos imigrantes, tiveram participação direta nos processos desencadeados a partir de 1960. Além disso, era composta pelos grupos (caboclos, negros e indígenas) que foram expropriados devido ao desenvolvimento e execução das políticas de colonização.

Nessa perspectiva, se “o processo de modernização da agricultura no Brasil teve início no Planalto Gaúcho, logo após o término do segundo grande conflito mundial, já dentro da nova estratégia do imperialismo monopolista e oligopolista”⁶⁵ e se, naquela quadra histórica, a “Revolução Verde foi o carro-chefe da modernização da agricultura no mundo, conseqüentemente também do Brasil”,⁶⁶ a região do planalto do Rio Grande do Sul e seus habitantes foram um dos primeiros grupos a sentirem os impactos e a conhecerem os significados da Revolução Verde no Brasil.

⁶⁴ MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência. A questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

⁶⁵ BRUM, Argemiro Jacob. *Op. Cit.*, p. 11.

⁶⁶ *Ibidem*.

Por seu turno, dando sequência a essa lógica, uma parte importante dos expropriados desse processo formaram o contingente de migrantes que partiram rumo a outros territórios da federação (especialmente estados do Centro-Oeste e Norte do Brasil), mas também em direção a outros países. Em consequência, consigo levaram os conhecimentos e práticas agrícolas aprendidos e apreendidos no processo de modernização, com destaque para o cultivo da soja, ainda hoje o principal produto realizado pela agricultura brasileira em suas mais diferentes regiões.⁶⁷

Essa é, em síntese, um pouco da história da modernização da agricultura e de algumas de suas vinculações com processos que aconteceram na segunda metade do século XIX. Há muitos outros aspectos que poderiam ser desenvolvidos no sentido de entender os meandros dessa história, contudo, não será possível desenvolvê-los no contexto deste artigo. De qualquer modo, antes de finalizar, ainda é importante destacar algumas características da modernização da agricultura que ajudam a entender os motivos pelos quais, comparativamente aos processos desencadeados no meado do século XIX, ele foi mais exitoso em seus efeitos e realizações.

Como vimos, nesses dois momentos a principal semelhança é a de que as providências tomadas se caracterizaram pelo entendimento de que as mudanças eram importantes, mas não deveriam alterar profundamente a estrutura agrária, especialmente garantir que a grande propriedade seria mantida. Do mesmo modo, as mudanças que aconteceram nos dois momentos tinham por razão as transformações que afetaram o padrão de desenvolvimento do capitalismo mundial. Dessa maneira, buscavam garantir a participação do Brasil, ainda que subordinada, nessas mudanças. Quanto à principal diferença, a análise comparativa entre esses dois momentos históricos distintos e donos de particularidades próprias, indica que ela está localizada na maior sistematização e delineamento obtido pela política agrária da ditadura militar.

Assim, diferentemente daquilo que aconteceu no século XIX e que está muito visível na atuação um tanto dispersa e desarticulada do Ministério dos Negócios da

⁶⁷ Ver: MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Op. Cit.*

Agricultura, Comércio e Obras Públicas em relação a alguns assuntos, característica que redundou em baixos níveis de eficiência das medidas então aplicadas,⁶⁸ a ditadura militar não economizou esforços e recursos na busca de realizar a implementação de seu projeto. Da mesma maneira, não se poupou de muitas vezes usar a violência para garantir livre passagem de seus interesses, dos grupos que representava e dos objetivos que almejava alcançar.⁶⁹

Aliado a isso, o desenvolvimento desse processo envolveu, de forma bastante inédita comparativamente a períodos anteriores, um universo todo complexo de articulações, projetos e práticas que interligavam diferentes setores (agrário e industrial) e entidades da sociedade brasileira. Inclusive contava com a participação de diversas corporações multinacionais, transnacionais, agências e programas privados e estatais, tais como: Fundação Rockefeller e Ford, Aliança para o Progresso, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Escritório Técnico de Agricultura (ETA), Associação Americana Internacional (AIA), Banco Mundial, Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), dentre outros.⁷⁰

Essa teia de relações e interligações se estendia para os diferentes rincões do Brasil. Assim, seja por meio do extensionismo rural promovido pelo Estado,⁷¹ pela atuação dos Clubes 4S,⁷² pelo ensino rural, pelo cinema e pela propaganda veiculada em diferentes meios (imprensa periódica, televisão e rádio),⁷³ seja pela atuação de

⁶⁸ Ver: GABLER, Louise. *Op. Cit.*; LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História político-administrativa da agricultura brasileira (1808-1889)**. Niterói: UFF, 1972; AMARAL, Luís. **História geral da agricultura brasileira. No triplice aspecto: político-social-econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

⁶⁹ COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. **Relatório final violações de direito no campo (1946 a 1988)**. Brasília: Comissão Camponesa da Verdade, 2014.

⁷⁰ Ver: DREYFUSS, Rene Armand. *Op. Cit.*; SILVA, Claiton Márcio da. **Agricultura e cooperação internacional: a atuação da American International Association for economic and social development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961)**. 2009. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

⁷¹ Ver: MENDONÇA, Sonia Regina de. Extensionismo Rural e Hegemonia Norte-Americana no Brasil da Década de 1950. In: SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO BRASILEIRO: HEGEMONIA, 5., 2008, Niterói. **Anais Eletrônicos [...]**. Niterói: Vício de Leitura, 2008. p. 01-16.

⁷² WOLFART, Cíntia. **“O novo já nasce velho”**: os Clubes 4-S e a modernização da agricultura no Oeste do Paraná (1950-1980). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.

⁷³ GERHARDT, Marcos; NEDEL, Rossana Petry. Uma história ambiental da modernização da agricultura no Noroeste do Rio Grande do Sul. In: ANDRIOLI, Antônio Inácio. **Tecnologia e agricultura familiar. Uma relação de educação**. Ijuí: Unijuí, 2009. p. 77-114.

autoridades locais (religiosos, políticos, professores, técnicos agrícolas e agrônomos, funcionários públicos, empresários, etc.) no contexto dos municípios⁷⁴ ou pelas migrações populacionais, o projeto de modernização se difundiu muito rapidamente pelo país.

Em síntese, no meado do século XX ocorreu um conjunto de articulações muito eficiente, que ultrapassava as barreiras nacionais e obteve enorme eficácia no cumprimento de seus objetivos. Os grupos que estavam envolvidos nessas transações mobilizavam poderes e capitais (econômicos, culturais e sociais) fortes o suficiente para fazer com que o conteúdo de seus discursos e projetos tivessem condições de interferir mais profunda e diretamente na produção da realidade. Evidentemente que isso também pode ser verificado no contexto do século XIX, mas não no nível de inter-relações e empenho que aconteceu na segunda metade do século XX.

Por sua vez, a documentação e as investigações produzidas sobre a modernização da agricultura no Brasil do meado do século XX, também têm demonstrado que o discurso do atraso da agricultura e dos agricultores brasileiros continuou presente, mas com nova força, novos conteúdos e, além disso, passou a ser direcionado a novos personagens. Nesse momento, os descendentes de imigrantes, mais detidamente aqueles que não atendiam as expectativas do projeto ou contra ele se rebelavam, passaram a engrossar a fileira dos ditos “atrasados”. Isso não significa que os preconceitos em relação aos caboclos, indígenas e negros tenha desaparecido, pelo contrário, se mantiveram muito presentes e atuantes.⁷⁵ Na mesma toada, o atraso e suas explicações tradicionais, algumas muito parecidas com aquelas que eram articuladas nas discussões que ocorreram no contexto do século XIX, continuaram ocupando papel importante nas argumentações elaboradas para justificar a modernização e também para explicar alguns de seus reveses.

Considerações finais

⁷⁴ SMANIOTTO, Marcos Alexandre. **A modernização conservadora na microregião Oeste do Paraná (1964-1979)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

⁷⁵ ZARTH, Paulo Afonso; BONETI, Lindomar Wessler; LECHAT, Noëlle Marie Paule; GEHLEN, Ivaldo. **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: Unijuí, 1998.

O conjunto de situações apresentadas e analisadas ao longo deste artigo não aconteceram do dia para noite e envolveram disputas, negociações e conflitos, os quais, como busquei demonstrar, têm uma longa história no Brasil. Trata-se de uma história que é marcada por uma série de permanências, mas que não esteve isenta de conhecer mudanças significativas. Neste sentido, o objetivo principal desta análise foi demonstrar que muitas das transformações que aconteceram, em última instância, tinham como mote garantir condições para a permanência, para assegurar a reprodução das estruturas sociais. Assim, aspectos como a concentração fundiária, a expropriação de pessoas do seu acesso a terra, a exploração dos trabalhadores rurais, o preconceito em relação a determinadas populações rurais, seus saberes e práticas agrícolas, os altos índices de violência no campo, a monocultura e a destruição ambiental são algumas das permanências que podem ser verificadas ao longo dessa história. Por seu turno, ao lado delas estão as mudanças, expressas muito diretamente nas tentativas de melhorar (século XIX) ou modernizar (século XX) a agricultura brasileira.

Como busquei demonstrar, as políticas de modernização da agricultura desempenhadas pelos governos militares entre as décadas de 1960 e 1980 foram mais eficazes do que as políticas de melhoramento desenvolvidas pelo Império durante as décadas de 1860 e 1880. Entre outras coisas, porque no século XX houve uma maior articulação entre Estado e as classes dominantes (nacional e internacional) e uma maior coesão entre as metas do projeto e os meios a serem aplicados para sua execução. Além disso, quando a questão é analisada na “longa duração”, também é possível perceber que alguns dos processos voltados ao melhoramento da agricultura que marcaram a história do período imperial foram fundamentais para que o projeto de modernização alcançasse um impacto maior na sociedade brasileira como um todo no meado do século XX. Enfim, trata-se uma história em que a diacronia e a sincronia se fazem presentes de forma singular, em que a análise comparativa tem muito a revelar e sobre a qual muito ainda há o que se conhecer.

Referências Bibliográficas

ABROMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2007.

ADAMY, Irene Spies. **Terra, poder e cooperativismo no oeste do Paraná: o caso da COOPAVEL**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência**. Rio de Janeiro: Casa 8: Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALONSO, Ângela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALVES, Clovis Tadeu. **A Revolução Verde na mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul (1930-1970)**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013.

AMARAL, Luís. **História geral da agricultura brasileira. No tríplice aspecto: político-social-econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

BALLER, Leandro. **Fronteiras e fronteiriços**. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

BARROS, José D'Assunção. História Comparada. Um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-30, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 2008.

BÓGUS, Lúcia Maria Machado. **De brasileiros a brasiguaios. A imigração brasileira para o Paraguai a partir dos anos 1970**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. **Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da Agricultura**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CHAPLIN, Joyce E. **Na Anxious Pursuit: agricultural innovation e Modernity in the Lower South, 1730-1815**. Williamsburg: Omohundro Institute; Chapel Hill: University of North Carolina, 1993.

CHAVES, Antônio José Gonçalves. **Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública no Brasil**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros, 1978.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. **Relatório final violações de direito no campo (1946 a 1988)**. Brasília: Comissão Camponesa da Verdade, 2014.

COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República**. São Paulo: Unesp, 1999.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEZEMONE, Marcus. Conflitos rurais no Brasil: breve exame no século XX. **Cantareira**, Niterói, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2002.

DOMINGUES, Heloíse Maria Bertol. As ciências naturais e a construção da nação brasileira. **Revista de História**, São Paulo, n. 135, p. 41-60, 1996.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e Golpe de Estado. Petrópolis: Vozes, 1987.

FARIA, Sheila de Castro. Modernização. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 537-539.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX: o caso do sistema agrário escravista-exportador em Paraíba do Sul. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 125-150, 1986.

FREITAS FILHO, Almir Pita. Tecnologia e escravidão no Brasil. Aspectos da Modernização agrícola nas Exposições Nacionais da segunda metade do século XIX (1861-1881). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 71-92, 1991.

GABLER, Louise. **A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

GARCIA JR., Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

GERHARDT, Marcos; NEDEL, Rossana Petry. Uma história ambiental da modernização da agricultura no Noroeste do Rio Grande do Sul. In: ANDRIOLI, Antônio Inácio. **Tecnologia e agricultura familiar**. Ijuí: Unijuí, 2009, p. 77-114.

GONÇALVES, Carlos Torres. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização. In: PAROBÉ, João José Pereira. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de**

Estado, João José Pereira Parobé, em 25 de agosto de 1914. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Comércio, 1914.

GRYNSPAN, Mário. A questão agrária no Governo Jango. *In: FGV/CPEDOC. A trajetória política de João Goulart.* Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_governo_Jango. Acesso em 05/06/2020.

GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

HEREDIA, Beatriz Alasia de. **Formas de Dominação e espaço social.** São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988.

JUCÁ, Joselice. **André Rebouças reforma e utopia no contexto do Segundo Império.** Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará. Faces da sobrevivência (1889/1916).** Belém: Editora Açai, 2010.

LAMBERG, Maurício. **O Brasil ilustrado com gravuras.** Rio de Janeiro: Tipografia Nunes, 1896.

LIMA, Sílvio César de Souza. Os filhos do Império Celeste: a imigração chinesa e sua incorporação a nacionalidade brasileira. *In: BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. Rede Memória Virtual Brasileira.* Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/alteridades/imigracao-chinesa/>. Acesso em 11/06/2020.

LINHARES, Maria Yedda; TEIXEIRA, Francisco Carlos. **História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História político-administrativa da agricultura brasileira (1808-1889).** Niterói: UFF, 1972.

LOURENÇO, Fernando Antonio. **Agricultura Ilustrada. Liberalismo e escravidismo nas origens da questão agrária brasileira.** Campinas: Unicamp, 2001.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do Império.** Porto Alegre: UFRGS, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência. A questão política no campo.** São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do humano nos confins do mundo.** São Paulo: Contexto, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. O Regime Empresarial-militar e a Questão Agrária no Brasil. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo do regime autoritário. Ditadura Militar e redemocratização. Quarta República (1964-1985)**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003, p. 179-207.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Ruralismo Brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Patronato Rural no Brasil Recente**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Classe Dominante Agrária no Brasil Pós 30**. Curitiba: Prismas, 2016.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Extensionismo Rural e Hegemonia Norte-Americana no Brasil da Década de 1950. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO BRASILEIRO: HEGEMONIA, 5., 2008, Niterói. **Anais Eletrônicos [...]**. Niterói: Vício de Leitura, 2008. p. 01-16.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Educação Rural no Brasil: alguns escritos**. Niterói: Vício de Leitura; Rio de Janeiro: Faperj, 2007.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Agronomia e Poder no Brasil**. Niterói: Vício de Leitura, 1998.

MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione. História social da agricultura revisitada: fontes e metodologia de pesquisa. **Diálogos**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 95-117, 2007.

MOTTA, Márcia; MENDONÇA, Sônia Regina de. Modernização da agricultura. *In*: MOTTA, Marcia. **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 305-309.

NAVARRO, José Gregório de Moraes. **Discurso sobre o melhoramento da economia rústica do Brasil, pela introdução do arado, reforma das fornalhas, e conservação de suas matas**. Lisboa: Of. de Simão Thaddeo Ferreira, MDCCXCIX (1799).

NETO, Wenceslau Gonçalves. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

PÁDUA, José Augusto. **“Um sopro de destruição”**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

REBOUÇAS, André. **Agricultura Nacional. Estudos Econômicos**: propaganda abolicionista e democrática. Recife: Fundaj: Editora Massangana, 1988.

ROMERO, Zeus Moreno; BOTELHO, Anny Caroline de Carvalho; MARQUES, Ivana Aparecida da Cunha. "Terra sem gente para gente sem terra": a migração paranaense para Amazônia durante Ditadura Civil-Militar (1964-1985). *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA*, 8., 2017, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: [S. n.], 2017. p. 2444-2452.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil Imperial. *In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). O Brasil Imperial (1808-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 175-206.

SILVA, Claiton Márcio da. **Agricultura e cooperação internacional**: a atuação da American International Association for economic and social development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961). Tese (Doutorado em História das Ciências) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, José F. Graziano da (coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, Marcio Antônio Both da Silva. **Babel do Novo Mundo**: povoamento e vida rural no Rio Grande do Sul da Primeira República (1889-1925). Niterói: Eduff, 2011.

SILVA, Marcio Antônio Both da Silva. **Caboclos e Colonos**: encontros, ocupação e conflitos nas matas do Rio Grande do Sul (1850-1889). Curitiba: Prismas, 2016.

SMANIOTTO, Marcos Alexandre. **A modernização conservadora na microregião Oeste do Paraná (1964-1979)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

SOARES, Sebastião Ferreira. **Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia de gêneros alimentícios no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1860.

TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do Agricultor Brasileiro**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1839.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Inventário Florestal Contínuo do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/ifcrs/fisiografia.htm>. Acesso em 06/06/2020.

URBINATI, Inoã Pierre Carvalho. **Ideias e projetos de reforma agrária no final do Império (1871-1889)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: Difel, 1979.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1972.

ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho (1850-1920)**. Ijuí: Unijuí, 1997.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Unijuí, 2002.

ZARTH, Paulo Afonso; BONETI, Lindomar Wessler; LECHAT, Noëlle Marie Paule; GEHLEN, Ivaldo. **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: Unijuí, 1998.

WELCH, Cliford Andrew. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. **Lutas & Resistências**, Londrina, v. 1, p. 60-75, 2016.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WOLFART, Cíntia. **“O novo já nasce velho”: os Clubes 4-S e a modernização da agricultura no Oeste do Paraná (1950-1980)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Recebido: 12/07/2020
Aprovado: 11/11/2020

LA ARGENTINA RURAL EN CLAVE REGIONAL ENTRE LA AGROINDUSTRIA Y LA EXPLOTACIÓN FORESTAL (1880-1960)

Noemí M. Girbal-Blacha¹

Resumen: Este estudio histórico propone una doble comparación de la Argentina rural. Primero, caracterizar las regiones agroindustriales del Noroeste argentino (NOA) dedicada al monocultivo azucarero y de Cuyo en tanto centro vitivinícola, con la economía regional del Gran Chaco Argentino en el Nordeste (NEA) del país dedicada a la explotación forestal y el cultivo algodónero. También pretende proyectar la comparación al interior del Norte argentino, para distinguir el NOA del NEA y las causas de sus similitudes, diferencias y complejidades. El recorrido propuesto se extiende entre 1880 cuando se conforma el Estado nacional, pasando por el intervencionismo estatal de los años 30, hasta finalizar las acciones del Estado Benefactor y popular identificado con el peronismo, incluyendo el desempeño de quienes son protagonistas en ese trayecto; es decir, de los diversos sectores del poder económico rural entre sí (burguesía provinciales y capital externo) y entre ellos y el poder político.

Palabras clave: Agro; Region; Argentina; Territorio; Estado Nacional.

RURAL ARGENTINA IN REGIONAL TERMS BETWEEN THE AGOINDUSTRY AND FORESTRY EXPLOITATION (1880 – 1960)

Abstract: This historical research proposes a double comparison of the rural Argentina. First, characterizing the agroindustrial regions of the Argentine Northwest devoted to the monoculture sugar sector and the area of Cuyo main wine sector together with the regional economy of Argentine Gran Chaco in the Northeast of the country devoted to forestry exploitation and cotton crops. It also aims at projecting the comparison to the inland of Argentine North to distinguish the Argentine Northwest from Argentine Northeast and the causes of their similarities, differences and complexities. The proposed path goes between 1880 when the National State was constituted, going through the State interventionism of the 1930s till the end of the benefactor and popular State's actions identified with the Peronism. That included the development of the ones who were protagonists during that path, i.e. of the various sectors of the rural economic power with each other (provincial bourgeoisies and external capital) and among them and the political power.

Key words: Agro; Region; Argentina; Territory; National State.

La propuesta:

La historia de la Argentina se asocia en materia económica, social, política y cultural, a la producción y a la comercialización agraria. Estudiar sus orígenes pecuarios y mercantiles, asociados a fines del siglo XIX al progreso positivista de la Argentina Moderna agroexportadora, a las limitaciones de la expansión horizontal agraria apenas iniciada la década de 1910, y a las crisis que desde los años de 1930

¹ Universidad Nacional de Quilmes. Email: noemigirbal@gmail.com

promueven la regulación y planificación económica desde el Estado,² resulta interesante porque forman parte de su pasado y también de su presente. Al mismo tiempo es preciso recordar el estancamiento, la recuperación y la tecnificación del agro, en los umbrales del decenio de 1960, como asuntos significativos para el diagnóstico y comprensión de la diversidad regional de la Argentina rural, sus raíces históricas y sus relaciones con el concierto internacional.³

Se trata de un paisaje cambiante en el mediano y largo plazo, aunque el país no renuncia a sus rasgos tradicionales que vinculan la identidad nacional al campo. El Estado y los actores sociales que lideran el poder económico agrario entre 1880 y 1960, a veces dialogan y otras discuten, pero siempre juegan acciones estratégicas, demostrativas de las tensiones que enervan una compleja relación de poder. Se trata de un vínculo que por momentos es armónico y en otros se torna ríspido, aunque sin plantear un enfrentamiento frontal y definitivo, que nunca es ajeno a las políticas públicas dirigidas al sector.

Un Estado en ocasiones liberal, en otras intervencionista o benefactor y los sectores hegemónicos agrarios que se identifican o se relacionan con los representantes de ese Estado para recibir protección, exigir subsidios o brindar el respaldo económico de sus producciones, son los ejes de la Argentina agraria y del poder económico que la anima y que define no pocos momentos de la historia nacional, compuesta por definidos contextos regionales muchas veces ignorados por la historiografía argentina.

Iván Molina Jiménez propone dos modelos básicos para plantear el problema de lo regional: “Por un lado, un enfoque cuyo eje de estudio es una unidad espacial (regional o local) predeterminada; y por otro lado, un modelo cuyo eje es el análisis de un proceso histórico, en cuya investigación aprehendemos las dimensiones geográficas de los fenómenos analizados, en términos de dinámicas regionales o

² O’CONNELL, Arturo. La Argentina en la Depresión: los problemas de una economía abierta. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires: IDES, v. 23, n. 92, p. 479-514, 1984.

³ GIRBAL-BLACHA, Noemí. Identidad territorial, agro y políticas públicas. Reflexiones históricas sobre las desigualdades regionales en la Argentina hasta mediados del siglo XX. **AREAS: Revista Internacional de Ciencias Sociales**, Murcia: Universidad de Murcia, n. 38, p. 7-18, 2019.

locales”.⁴ En esta segunda alternativa, el análisis comparativo se hace necesario y las diferencias regionales deberían surgir de la pregunta del investigador y no del recorte geográfico preseleccionado. “La Historia Regional debe ser un concepto operativo para completar los niveles explicativos de la disciplina, sin perder la riqueza de la especificidad”, se sostiene desde una historiografía renovada y es el que este trabajo toma en cuenta.⁵

Este estudio histórico propone sumar sus reflexiones a la producción historiográfica sobre el agro argentino,⁶ cuando actualmente la teoría institucional -que avanza sobre una configuración social, un conjunto de normas, roles y pautas de comportamiento- forma parte de las explicaciones de la historia regional, dado el papel que juegan las instituciones en el desarrollo social y económico como parte de un marco regulatorio⁷ y porque son formas de organización contingentes que tienen una función social.⁸ En síntesis, cuando se aborda la perspectiva regional, se está ante un “colectivo de valores” que se moldea en una “lógica de apropiación” de

⁴ MOLINA JIMÉNEZ, Iván. De la historia local a la historia social. Algunas notas metodológicas. **Cuadernos digitales:** Publicación electrónica en historia, archivística y estudios sociales, San José de Costa Rica: Universidad de Costa Rica, n. 3, p. 19-27, 2000.

⁵ FAVARO, Orietta; SCURI, María Carolina. La trastienda de la historia regional. In: FAVARO, O. (coord.). **Sujetos sociales y políticas:** Historia reciente de la Norpatagonia argentina. Buenos Aires: La Colmena, 2005. p. 2.

⁶ Algunas obras de referencia: ROFMAN, Alejandro. **Las economías regionales a fines del siglo XX:** Los circuitos del petróleo, del carbón y del azúcar. Buenos Aires: Ariel, 1999; BARSKY, Osvaldo; GELMAN, Jorge. **Historia del Agro Argentino:** Desde la Conquista hasta comienzos del siglo XXI. 3. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2009; DALLA CORTE, Gabriela; FERNÁNDEZ, Sandra (comp.). **Lugares para la Historia:** Espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporáneos. Rosario: Ed. UNR, 2001; MANZANAL, Mabel; ARZENO, Mariana; NUSSBAUMER, Beatriz. **Territorios en construcción:** Actores, tramas y gobiernos: entre la cooperación y el conflicto. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, 2007; GIRBAL-BLACHA, Noemí. Balance historiográfico agro-regional en la Argentina (1960-2000). Microhistoria para la comprensión macrohistórica. **L'Ordinaire Latino-Americain**, Toulouse: IPEALT de la Universidad de Toulouse Le-Mirail, v. 0, p. 157-181, 2006; *Idem*. Historia y memoria rural. Tramas regionales para la construcción de la Historia Rural Argentina. **Breves Contribuciones del Instituto de Estudios Geográficos** 24. Tucumán: ISES, p. 118-131, 2013; RECA, Lucio; LEMA, Daniel; FLOOD, Carlos. **El crecimiento de la agricultura argentina:** Medio siglo de logros y desafíos. Buenos Aires: Editorial Facultad de Agronomía-UBA, 2010; SLUTZKY, Daniel. **Estructura social agraria y agroindustrial del Nordeste de la Argentina:** desde la incorporación a la economía nacional al actual subdesarrollo concentrador y excluyente. Buenos Aires: IADE, 2011. HORA, Roy. **¿Cómo pensaron el campo los argentinos? Y cómo pensarlo hoy, cuando ese campo ya no existe.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2018.

⁷ CORONA TREVIÑO, Leonel. **Teorías económicas de la innovación tecnológica.** México: Instituto Politécnico Nacional CIECAS, 2002. p. 260.

⁸ GARRABOU, Ramón. **Sombras del Progreso:** Las huellas de la historia agraria. Barcelona: Crítica, 2010. p. 7-24.

las instituciones y de sus miembros⁹ y que -al mismo tiempo- interviene en la conformación de la región más allá de un sistema formal de reglas. De ahí la importancia de plantear un estudio de historia regional comparada,¹⁰ donde el poder está en juego. La lucha de los agentes gira en torno del capital simbólico acumulado como producto de las confrontaciones, generando una sutil relación de enfrentamiento y también de convivencia que debe ser explicitada en las representaciones del pasado y en la caracterización del espacio territorial que se construye y se modifica ante coyunturas específicas.¹¹

En suma, el “fenómeno regional no es un hecho aislado sino que obedece, en alta medida, a las decisiones que se van adoptando fuera de la región involucrada y que inciden sobre el desenvolvimiento de cada una de las partes que componen el territorio nacional”.¹² Las regiones argentinas resultan contundentes ejemplos de esta afirmación y la historia agraria debe tomarlas en cuenta.

Esta propuesta pretende realizar una doble comparación histórica. Primeramente comparar las regiones agroindustriales del Noroeste argentino (NOA) dedicada al monocultivo azucarero y de Cuyo en tanto centro vitivinícola, con la economía regional del Gran Chaco Argentino en el Nordeste (NEA) del país dedicada a la explotación forestal y el cultivo algodónero. Pero, al mismo tiempo se propone proyectar la comparación al interior del Norte argentino en su conjunto, para distinguir el NOA del NEA y las causas de sus similitudes y especialmente de sus diferencias. El recorrido propuesto se extiende entre 1880 cuando se conforma el Estado nacional, pasando por el intervencionismo estatal de los años 30, hasta finalizar las acciones del Estado Benefactor, nacionalista y popular identificado con el peronismo, incluyendo el desempeño de quienes son protagonistas en ese

⁹ MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. The New Institutionalism: Organizational Factors in Political Life. **American Political Science Review**, Cambridge: Cambridge University Press, n. 78, p. 734-749, 1984.

¹⁰ LEONI, María Silvia. Historia y Región: la Historia Regional de cara al siglo XXI. **Folia Histórica del Nordeste**, Resistencia-Chaco: IIGHI-CONICET, n. 24, p. 167-178, 2015. TRAVERSO, Enzo. **La historia como campo de batalla: Interpretar las violencias del siglo XX**. México: FCE, 2012.

¹¹ ROSANVALLON, Pierre. **Por una historia conceptual de lo político**. Buenos Aires: FCE, 2002. p. 15-31.

¹² ROFMAN, Alejandro. **Las economías regionales a fines del siglo XX: Los circuitos del petróleo, del carbón y del azúcar**. Buenos Aires: Ariel, 1999. p. 11.

trayecto; es decir, de los diversos sectores del poder económico rural entre sí (burguesía provinciales) y entre ellos y el poder político.



Fuente: www.ing.unlp.edu.ar

Los ejes centrales de este análisis refieren al uso y organización del territorio, las políticas públicas vigentes durante el período y los actores sociales que sustentaran dos realidades regionales diversas. Por un lado, la modernización agroindustrial -en el NOA y Cuyo- vinculada a la monoproducción y el ejercicio interactivo del poder político. Por otro, la marginalidad extractivista del NEA perdurable en el tiempo, con sus consecuencias en el largo plazo. El objetivo principal es caracterizar e interpretar a una Argentina rural heterogénea, para

avanzar más allá de la poderosa región pampeana, base del llamado “granero del mundo” y vinculada a la ciudad puerto de Buenos Aires. Aquella que permitiera al país situarse entre los principales proveedores mundiales de cereales y ganado refrigerado de alta mestización. Este estudio histórico enfoca el revés de la trama de la Argentina agroexportadora pujante, poniendo el acento en una perspectiva intra e interregional.¹³

Acerca del territorio, el poder político y los actores sociales agrarios:

Conforme a los ejes planteados resulta pertinente definir y vincular el territorio con el poder político y los actores sociales del agro argentino. El concepto de territorio, sus posibles interpretaciones y cómo fue utilizado por la historiografía, resultan asuntos básicos para un estudio con enfoque regional de la historia argentina. Más allá de la redefinición conceptual de los límites entre región, territorio y espacio persisten las dificultades para determinar los niveles de análisis y sus articulaciones con las particularidades de cada una de las regiones que se pretenden describir, caracterizar e interpretar. Por otro lado, este mayor nivel de precisión de los conceptos ha resultado en una pérdida de la dimensión del ambiente natural, que aleja al hombre del medio en el cual se desarrolla.¹⁴ En perspectiva crítica el concepto de territorio se presenta como una estrecha tensión entre la realidad, lo construido y lo imaginado, que permite descubrir las “identidades territoriales”, sus ambigüedades, simbologías, fragilidades y logros, ponderando las “experiencias no ingenuas de nación, territorio y revolución”.¹⁵ Se convierte así en un desafío intelectual y en parte de “un juego de transferencias y referencias” propio de una época y un espacio geográfico.¹⁶

¹³ GIRBAL-BLACHA, Noemí. Notas acerca de las complejidades de la Historia Regional. **Folia Histórica del Nordeste**, Resistencia-Chaco: IIGHI-CONICET, n. 20, p. 167-174, 2012.

¹⁴ GIRBAL-BLACHA, Noemí; CERDÁ, Juan Manuel. Lecturas y relecturas sobre el territorio. Una interpretación histórica. **Estudios Rurales**: Publicación del CEAR (Centro de Estudios de la Argentina Rural, Bernal: CEAR, n. 1, p. 55-78, 2011.

¹⁵ GARCIA CANCLINI, Néstor. Geopolítica y arte. La bienal de la desglobalización. **Revista de Cultura Ñ**, Buenos Aires: Clarín, n. 422, p. 10-11, 2011.

¹⁶ NAVARRO, Fernando; FERNÁNDEZ, Sandra. Viajes y viajeros: algunos tópicos para entender la mirada cultural sobre la economía regional argentina”. **Revista THEOMAI**, Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, n. 3, p. 55-78, 2001.

Existe una “lógica social” que forma parte del funcionamiento de un territorio y que proviene del modelo social dominante, en tanto sinónimo del sistema socioeconómico que permitiría implementar políticas públicas en función de diagnósticos regionales.¹⁷ Sin olvidar que los espacios naturales tienen su sistema ecológico, climático y biológico, como sustentos del territorio. Además, las relaciones entre los actores sociales -incluido el Estado- vinculados a la producción, el nivel de productividad y la explotación de las diferentes regiones en todos los ciclos productivos, deben ponderarse al explicar las causas, el desarrollo y las crisis que dan cuenta de los desequilibrios internos del territorio y de la gestión de sus actores. Son factores que forman parte de los registros actuales de la historia regional agraria.

Territorio y actor social se vinculan a los conceptos de diversidad y pluralidad, en tanto constituyen una relación-tensión entre la fragmentación regional de los sectores dominantes y la caracterización que éstos adoptaron a partir de la conformación de un Estado Nacional centralizado en 1880, de la mano de una progresiva consolidación de los desequilibrios regionales.¹⁸ En tal sentido las redes que se tejen entre los actores sociales, el Estado -con su dualidad intrínseca de institucionalidad /relación social- y las políticas públicas, se sostienen en el conflicto, pero también lo trascienden y se insertan en un territorio con características ecosistémicas propias que -no obstante- admite fronteras elásticas. Se presentan en esa relación continuidades y cambios, que procuran superar los vaivenes propios del entramado del poder, de la política nacional y sus rupturas institucionales como la ocurrida en la Argentina hacia 1930, por ejemplo.

El abanico de inserciones diferenciadas que se genera en la sociedad, se expresa en la estructura del poder legítimo y en la construcción del territorio.¹⁹ Mientras tanto, la creación de instituciones va ligada a las redes familiares sobre las

¹⁷ ROCCATAGLIATA, Juan Alberto (coord.). **Argentina: Una visión actual y prospectiva desde la dimensión territorial**. Buenos Aires: Emecé, 2008. p. 475-494.

¹⁸ BLACHA, Luis E. Las mediaciones del poder. Estado, territorio, biografías y potencialidades en economías marginales. In: GIRBAL-BLACHA, Noemí; ZARRILLI, Adrián Gustavo (direct.). **Más allá de la pampa: Agro, territorio y poder en el Nordeste argentino (1910-1960)**. Buenos Aires: Teseo, 2015. p. 25-56. CAO, Horacio; RUBINS, Roxana. La estructura institucional de las provincias rezagadas. **Realidad Económica**, Buenos Aires: IADE, n. 128, p. 90-123, 1994.

¹⁹ BECK, Hugo. Guías del Chaco y Formosa. Útiles informaciones del pasado, valiosas fuentes para investigaciones actuales. **Folia Histórica del Nordeste**, Resistencia-Chaco: IIGHI, n. 17, p. 181-190, 2008.

cuales descansan la estructura social y las relaciones clientelares, que adquieren perfiles singulares en las distintas regiones siendo capaces de trascender esa dinámica interna sin perder identidad. La disputa por el poder es uno de sus rasgos característicos, orientadores de las acciones gubernativas, dando muestras de ser funcionales a los mecanismos de acción del modelo imperante. Son estrechos los vínculos entre territorio y poder, para construir la credibilidad necesaria que el sistema político económico necesita.²⁰

Los territorios tienen identidad más allá de su heterogeneidad, plasmada en las distintas realidades regionales argentinas, cuando las tres cuartas partes de la superficie del territorio nacional concentra -a principios del siglo XX- apenas la cuarta parte de la riqueza agropecuaria, la infraestructura y la población de la República Argentina. Cada región afirma sus características particulares como parte del mapa de la Argentina. La región resulta el punto de partida de la descripción o el análisis de las diferencias, y en menor medida atiende a los rasgos comunes que definen sus perfiles.²¹ Para Alejandro Benedetti “un territorio es una región en la que se focalizan las diferencias definidas a partir de las relaciones de poder”.²²

El territorio -así definido- es parte de la estructura social, del poder y de sus instituciones.²³ Desde esta perspectiva asumen significado los estudios de casos representativos de diversas realidades regionales en dimensión comparada. Resulta evidente entonces que “la cuestión esencial de una escala de observación se funda en la convicción central de que ella ofrece la posibilidad de enriquecer las significaciones de los procesos históricos a través de una renovación radical de las categorías interpretativas y su verificación experimental”.²⁴ La noción de “territorio innovador” de la cual se habla hoy, para vincularlo a los ecosistemas, al patrimonio, a las redes sociales y a las instituciones, da cuenta de una nueva ecuación dinámica,

²⁰ ARENDT, Hannah. “Lenguaje y metáfora”, *La vida del espíritu*. Buenos Aires: Paidós, 2002. p. 132.

²¹ En su último libro Roccatagliata postula una visión renovada sobre la regionalización territorial para Argentina ROCCATAGLIATA, Juan Alberto (Comp.). **Argentina: Una visión actual y prospectiva desde la dimensión territorial**. Buenos Aires: Emece, 2008. Ver especialmente la “Introducción”.

²² BENEDETTI, Alejandro. Los usos de la categoría región en el pensamiento geográfico argentino. **Scripta nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 13, n. 286, 2009.

²³ SARTORI, Giovanni. **La política: Lógica y método de las Ciencias Sociales**. 3. ed. México: FCE, 2002.

²⁴ GRENDI, Edoardo. Repenser la micro-histoire?. In: REVEL, Jacques (dir). **Jeu d'échelles La micro analyse à l'expérience**. París: Gallimard-Seuil, 1996. p. 233-243.

es decir de “una red aleatoria de geometría variable”,²⁵ que la historia regional comparada debe atender.

No obstante, las regiones construidas desde el discurso hegemónico tienden a esconder las diferencias intrarregionales -que este estudio histórico pretende rescatar- explicando sólo parcialmente el proceso social ocurrido en los diferentes espacios. El Estado y los actores sociales que lideran el poder económico de base rural y agroindustrial despliegan acciones de importancia en la organización y uso del territorio; demostrativas de las tensiones que enervan una compleja y desigual relación de poderes entre gobernantes y gobernados, traducidas -finalmente- en diferencias territoriales.²⁶ El poder hegemónico construye así una territorialidad segmentada que, a la vez, se expresa en términos económicos, políticos y también culturales, como parte de esas diversidades, explicando sólo parcialmente el proceso social ocurrido en los diferentes ámbitos regionales. Proliferan así los estudios que ponderan la importante riqueza agropecuaria de la región pampeana, que se concentra en la cuarta parte del territorio argentino.

La conformación del Estado Nacional en 1880, es precedida por la constitución de un mercado y una dirigencia nacional. No todos los representantes de los gobiernos locales participan del diseño del modelo agroexportador característico de la Argentina Moderna y sus cambios a lo largo del siglo XX. A partir del liderazgo de terratenientes y comerciantes de la poderosa provincia de Buenos Aires y el litoral, las oligarquías más fuertes de interior del país, es decir del NOA y de Cuyo en el Oeste cordillerano, se suman a una propuesta basada en la exportación, el monocultivo y las agroindustrias que de ellos se derivan. El NEA y la Patagonia constituidos mayoritariamente por Territorios Nacionales, es decir jurisdicciones dependientes del gobierno central, con ciudadanía limitada y la ausencia de burguesías consolidadas, quedan al margen de la propuesta liderada por los positivistas liberales de la llamada “Generación del 80”, con activa presencia de

²⁵ 3^{ème} Colloque Europeen. **Territoires innovants**. Belgique: Genial, novembre 2011.

²⁶ BOHOSLAVSKY, Ernesto; SOPRANO, Germán (ed.). **Un Estado con rostro humano: Funcionarios e instituciones estatales en Argentina (desde 1880 a la actualidad)**. Buenos Aires: Editorial Prometeo-Universidad Nacional de General Sarmiento, 2010. BLACHA, Luis Ernesto. La fórmula política. Una aproximación sociológica a la relación gobernantes-gobernados. **Veredas: Revista del pensamiento sociológico**, Xochimilco-México: Autónoma Metropolitana de México, v. 14, n. 26, p. 425-445, 2013.

“los notables”, como se denomina a quienes lideran este proyecto nacional a fines del siglo XIX.²⁷

Parte de los argumentos enunciados se vinculan a la generación de poder legítimo a través de la política deliberativa que, cuando existe y funciona, permite programar la regulación de los conflictos sociales, perseguir fines colectivos, consolidar la institucionalidad y otorgar identidad al territorio, más allá de la homogeneidad que -por otra parte- suele ser aparente. La coyuntura aquí definida orienta esta propuesta de historia regional comparada -sobre los 3 ejes ya definidos- a través del estudio de casos con el objetivo de caracterizar y confrontar las economías agroindustriales y la del Gran Chaco Argentino que se suma tardíamente al modelo agroexportador y lo hace a costa de la depredación de sus recursos naturales. Este es la contracara de una Argentina agraria avalada por “el orden y el progreso” de fines del siglo XIX.

Las economías regionales agroindustriales:

Mientras la pampa húmeda es todo un símbolo del progreso agropecuario ligado a la exportación, en el interior del país la situación es diferente. La constitución del Estado y del mercado nacional, con su sistema de alianzas interoligárquicas, obliga a las economías regionales a efectuar cambios para participar de las exigencias de la Argentina agroexportadora, que desde el poder político y económico crece con la mirada puesta en Europa. La llegada del ferrocarril, el crédito oficial barato y la protección estatal diseñan, de común acuerdo con las burguesías locales, verdaderos modelos de economías regionales de monoproducción, al menos en el NOA (con epicentro en Tucumán) y en la región cuyana (Oeste cordillerano con epicentro en las provincias de Mendoza y San Juan).²⁸ Política y economía muestran una alianza sólida inter e intrarregional para formar parte del modelo agroexportador. Se teje entonces una red del revés del

²⁷ BOTANA, Natalio. **El orden conservador**: La política argentina entre 1880 y 1916. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1977.

²⁸ PIZARRO, Sara Elisa. Las elites políticas y administrativas. *In*: CANALES ALIENDE, José Manuel; SANMARTIN PARDO, José. **Introducción a la Ciencia Política**. Madrid: Editorial Universitas S.A., 2014. p. 231-239. BALÁN, Jorge; LÓPEZ, Nancy. Burguesías y gobiernos provinciales en la Argentina. La política impositiva de Tucumán y Mendoza entre 1873 y 1914. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires: IDES, v. 17, n. 67, p. 391-435, 1977.

progreso positivista arraigado en la región pampeana vinculada a las ciudades-puertos de Buenos Aires y Rosario.

CUADRO 1: Crecimiento desigual en la Argentina Moderna -1912 (%)

Región	Extens. territ.	Poblac.	Agricult.	Ganadería	FFCC
Norte	25,7	16,5	4,6	13,1	16,0
Andina	17,6	9,5	4,1	4,9	9,5
Litoral-centro	27,7	72,7	90,5	70,1	73,0
Patagónica	28,9	1,2	0,7	12,7	1,5

Fuente: Ministerios del Interior, Relaciones Exteriores y Agricultura. **Anuario Oficial de la República Argentina. Primer año-1912.** Buenos Aires, Imprenta Oficial, 1912, p.50.

1. El NOA y el comercio azucarero

En el NOA con epicentro en Tucumán -que en tiempos coloniales fuera paso obligado de los metales preciosos desde el Alto Perú hacia Buenos Aires y luego a España- se consolida, a partir de la llegada del ferrocarril allí en 1876, la modernización de la economía azucarera que reemplaza cultivos tradicionales como el maíz, producido entonces para exportar en el área circundante al eje metropolitano porteño. En 1877 existen en la Argentina 82 ingenios azucareros y 207 cultivadores de caña. En 1895, los ingenios son sólo 36 y los cultivadores 2.630. La modernización trae consigo la concentración empresarial y quien no puede adaptarse a los cambios, engrosa las filas de los cañeros o cambia de ramo. La situación es próspera pero precaria, se asocia a la monoproducción y a la concentración regional sostenida y avalada por el poder político nacional y local.²⁹

²⁹ BOLSI, Alfredo. Población, azúcar e industria rural en Tucumán, Argentina. *Geographicalia: Revista del Departamento de Geografía y Ordenación del Territorio de la Universidad de Zaragoza*, Zaragoza, n. 38, p. 93-121, 2000. CAMPI, Daniel (comp.). **Estudios sobre la historia de la industria azucarera argentina.** San Salvador de Jujuy: UNJu-UNT, 1991-1992. V. 1-2.

NORTE ARGENTINO



Fuente: <https://www.regionnortegrande.com.ar/>

A mediados del decenio de 1890 se produce una crisis de superproducción azucarera porque el producto industrializado no puede exportarse, ya que no compite exitosamente con los similares cubano y brasileño, cuya baratura es producto de la mano de obra esclava que utilizan. La crisis deja al descubierto la diversidad del sector azucarero, especialmente en Tucumán. Por un lado, se conforma un poderoso grupo de dueños de ingenios; por otro, los cañeros que sólo producen la materia prima, y -por último- los colonos de ingenio que en minoría cultivan caña en los campos de los propietarios de esa industria. Los reclamos del empresariado azucarero tucumano ante el Estado nacional primero y provincial un poco después, no se hacen esperar. Para darles efectividad estos empresarios de todo el NOA se nuclean -como lo hicieron antes los ganaderos en la región pampeana- en el Centro Azucarero Nacional a partir de 1894. El erario del gobierno tucumano depende de su única fuente productiva, el azúcar, para recaudar impuestos y poco pueden hacer por los productores e industriales del sector.³⁰

³⁰ GUY, Donna J. **Política azucarera argentina: Tucumán y la Generación del 80.** Tucumán: Banco Comercial del Norte, 1981. (Traducción de su tesis doctoral original, 1973).

Los empresarios más poderosos de la producción azucarera radicados en Tucumán, Jujuy y Salta preferentemente, pronto consiguen la exención impositiva interna y la posibilidad de exportar, hasta 1903, los azúcares primados (eximidos de impuestos). En tanto, para minimizar los riesgos y diversificar la producción los ingenios azucareros en respuesta a la crisis se transforman en Sociedades Anónimas. La primera de ellas se funda en 1895: la Compañía Azucarera Tucumana (que nuclea 5 ingenios), propiedad de Ernesto Tornquist (también dueño de la Refinería Argentina del Rosario, única en el país desde 1890 y hasta los años de 1920) que produce más de un 60% del azúcar argentino.³¹ La presión del sector ante el Estado provincial tucumano, aumenta hacia 1902, cuando con motivo de la Convención Azucarera de Bruselas -promovida por el mercado británico- los azúcares primados son rechazados en los países europeos. La opción es recargar el producto a la llegada a destino con el mismo porcentaje del impuesto (prima) del que se lo exime en origen.

Llega entonces el momento de aplicar la “ley machete”, aquella que dispone la destrucción de la caña en el surco a cambio de una ajustada indemnización al cañero en el corazón de esta economía monoprodutora: Tucumán. El objetivo último de esta ley de alcance provincial es resguardar el precio del azúcar refinado, que se vende en el mercado consumidor interno, preferentemente en la Capital Federal, para que los empresarios azucareros puedan hacer frente a los créditos contraídos para modernizar sus ingenios desde fines del siglo XIX. El ajuste es desigual, ya que en el resto del NOA la medida legislativa no tiene alcance y pronto motiva enfrentamientos entre los dueños de ingenios tucumanos y las Sociedades Anónima de Jujuy y Salta -quienes además de cultivar caña con mano de obra indígena y contar con mayor riqueza sacarina en la materia prima- reciben inversiones extranjeras y cotizan en la Bolsa londinense desde 1903.³²

Los reclamos del empresariado agroindustrial ante el Estado Nacional y el provincial, buscan los beneficios de una menor presión fiscal. Una proposición de

³¹ TORNQUIST, Ernesto. **El desarrollo económico de la Argentina en los últimos cincuenta años**. Buenos Aires: Ernesto Tornquist y Cía., 1920.

³² BRAVO, María Celia (coord.). **La agricultura: actores, expresiones corporativas y políticas**. Tucumán: CFI-Gobierno de Tucumán, 2017. p.41-100.

difícil cumplimiento en la provincia de Tucumán -por ejemplo- porque la única actividad económica local próspera y gravable es la producción azucarera. El poder político mantiene así una estrecha dependencia del poder económico y actúa en consecuencia. El Censo Nacional de 1914 consigna los capitales invertidos en la industria azucarera en m\$n 189.848.471, de los cuales unos 75 millones corresponden al valor de los terrenos (el triple que lo consignado en el Censo de 1895) y casi 56 millones a maquinarias y enseres (más del doble del valor del de 1895). Para 1914 de los 42 ingenios con los que cuenta la Argentina, 30 están radicados en Tucumán, dando muestras de la concentración derivada de la modernización y el modelo agroexportador imperante, así como de la voluntad política nacional para auxiliar a Tucumán en detrimento de otras provincias azucareras vecinas, desde la gran crisis de superproducción de 1895-96. El consumo, atado a un acotado mercado interno pasa de 168.288 toneladas en 1910 a 212.066 en 1916, cuando la conflagración mundial permite a los azúcares argentinos llegar a los mercados de los países limítrofes³³ y la crisis de la caña criolla ocurrida en 1914, que obliga a su reemplazo por la de Java, regula naturalmente la producción de azúcar de caña local, que se resiste a competir, además, con el de remolacha de zonas vecinas. La crisis de superproducción encuentra temporalmente un límite que es ajeno a cualquier decisión política. La naturaleza inauguraría así los ciclos intermitentes de menor y mayor producción azucarera, al menos en esta primera década del siglo XX.

En 1916 el triunfo del gobierno radical -representativo de los sectores medios especialmente urbanos de la Argentina- induce algunos cambios y diferencias, más allá de los rasgos monoprodutores de esta economía regional agroindustrial.³⁴ El accionar del Presidente Hipólito Yrigoyen en materia económico-financiero se traduce en un sostenido aumento de la presión tributaria a las producciones típicas de las provincias del interior -entre ellas los azúcares- en marcado contraste con los beneficios que obtiene un baluarte yrigoyenista como la provincia de Buenos Aires y el conurbano, donde el electorado radical se sitúa en

³³ TORNQUIST, Ernesto. **El desarrollo económico...** *Op. Cit.*, p. 50-53.

³⁴ PERSELLO, Ana Virginia. **El Partido Radical, Gobierno y Oposición, 1916-1943.** Buenos Aires: Editorial Siglo XXI, 2004.

altas proporciones. Entonces la dirigencia económica tradicional muestra preocupación por el despliegue oficialista y el énfasis puesto en el papel del Estado, más allá de su propuesta para mantener la estructura socioeconómica existente, promoviendo una más amplia participación política y una redistribución distinta del ingreso provincial así como de las cargas impositivas, aunque sin cuestionar la esencia del modelo agroexportador.

En Tucumán, durante las gestiones gubernamentales radicales de Juan Bautista Bascary y Octaviano Vera, que respaldan su poder en el sector cañero - desde 1918 organizados como Cañeros Independientes- del cual provienen, se hacen manifiestos los reclamos de algunos representantes del poder económico ante el Estado. La relación agro-industria se tensa en los años de 1920.³⁵ La contraofensiva industrial se deja sentir a través de sus habituales reclamos proteccionistas, pero ahora con la “renovada” instrumentación de los cónclaves gubernamentales con participación de las más poderosas corporaciones empresarias. Se refuerza el perfil político de los reclamos azucareros y no son pocos los gobernadores del NOA que ponen en tela de juicio la eficiencia del sistema político vigente. Las empresas azucareras jujeñas pretenden liderar ese cambio.

La atención que el gobierno radical tucumano presta a los reclamos salariales de los cañeros y trabajadores rurales tensa la relación entre ellos y los empresarios del azúcar. Para arbitrar en la situación local se busca la intervención del Ejecutivo Nacional y del Congreso de la Nación procurando transformar esa situación sectorial en una cuestión regional que tiene implicancias nacionales, más allá de los perjuicios propios que sufre una rama de la industria. La graduación de la presión impositiva y la apertura o cierre de la importación del producto son los mecanismos utilizados para orientar posibles acuerdos entre las partes. A partir de 1921, 8 ingenios cuentan ya con refinería y no deben depender exclusivamente de la poderosa Refinería Argentina del Rosario. Los cañeros producen el 43% de la materia prima y dan muestras de su poder de negociación cuando en 1926 a raíz de una cosecha récord y la consecuente reimplantación de la legislación reguladora de la producción que vuelve a colocar sobre el tapete al conflicto fabril-cañero, reclamen y obtengan

³⁵ BRAVO, María Celia. Cañeros, industriales y mecanismos de arbitraje azucareros en la década del '20. **Población y Sociedad**: Revista Regional de Estudios Sociales, Tucumán: UNT, n. 1, p. 9-15, 1993.

exitosamente la intervención del Poder Ejecutivo Nacional liderado por el radical Marcelo T. de Alvear.³⁶

En marzo de 1927 los cañeros desconocen los contratos firmados donde se contemplaba la calidad sacarina para fijar el precio de la caña y exigen la vuelta al precio fijo por peso. La intervención del Estado nacional en la economía azucarera no se hace esperar. El llamado “Laudo Alvear” que alcanza expresión definitiva en 1928, da muestras de equidad tanto para permitir la liquidación de la caña al peso correspondiente a la zafra de 1927, como en la necesidad de fijar nuevas bases contractuales que regulen la relación comercial entre compradores y vendedores de caña de azúcar, cuando se deja sentir el avance jujeño en el sector.

Como una expresión concreta de ese avance, los gobernadores del NOA se reúnen – a instancias del gobernador jujeño y ex yrigoyenista Benjamín Villafañe – durante 1926/27, en dos conferencias para tratar propuestas de concertación y presentar el problema azucarero ya no como el de una rama de la industria nacional sino como “una cuestión regional” de alcance y responsabilidad nacional.³⁷ El perfil de un Estado intervencionista avanza y se consolida. Hacia 1930 el nuevo régimen de ventas establecido por el “cartell” azucarero, procura y consigue coordinar intereses y mientras cada firma conserva su personería jurídica, se obliga a: limitar la producción, establecer cuotas de venta y fijar precios para su comercialización.³⁸ Es la antesala del Estado interventor de la década de 1930 y sus Juntas Reguladoras de la producción, que también comprende al azúcar con el propósito de subsidiarla, como al resto de los productos agrarios.³⁹

Hacia 1940 el mercado interno se convierte en una preocupación para el gobierno nacional, aunque “la gran rueda de la economía” -diría el Ministro de Hacienda Federico Pinedo- siga siendo el agro y el Estado se haga cargo de los saldos

³⁶ GIRBAL-BLACHA, Noemí M. Azúcar, cambio político y acción empresaria en la Argentina (1916-1930). **Investigaciones y Ensayos**, Buenos Aires: ANH, n. 41, p. 269-314, 1991.

³⁷ VILLAFañE, Benjamín. **Política económica suicida. País conquistado**. Jujuy: [S. n.], 1927. FLEITAS, María Silvia. **El pensamiento político y económico de Benjamín Villafañe**. Jujuy: Universidad Nacional de Jujuy-Unidad de Investigación en Historia Regional, 1997.

³⁸ GIRBAL-BLACHA, Noemí M. Azúcar, poder político y propuestas de concertación para el N.O.A. en los años '20. Las conferencias de gobernadores de 1926-1927. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires: IDES, v. 34, n. 133, p. 107-122, 1994.

³⁹ CAMPI, Daniel; PINTO DE MOURA FILHO, Heitor; BRAVO, María Celia. Alternativas del intervencionismo estatal en la agroindustria del azúcar. Argentina y Brasil, 1880-1938. **América Latina en la Historia Económica**, México: ALHE, año 22, n. 3, p. 44-75, 2015.

exportables de sus productos, que no fueran vendidos al exterior. Esta propuesta se convierte en la antesala del mercadointernismo que propondría el peronismo al asumir el gobierno nacional en 1946. ⁴⁰Para el Centro Azucarero Regional de Tucumán “el problema azucarero en Tucumán tiene hondas raíces y su desenlace habrá de tener amplias consecuencias, por la significación social que encierra, por la magnitud de los intereses que agrupa y por la vinculación económica que guarda con la vida toda de la provincia.”⁴¹

CUADRO 2: La industria azucarera argentina en 1940

Rubros	Cantidades y guarismos
Núm. De ingenios y refinerías	40
Hectáreas plantadas con caña	155.000
Capitales invertidos en la industria (m\$m)	450.000.000
Capitales argentinos (%)	80
Obreros ocupados en la zafra	145.000
Salarios y sueldos pagados al año (m\$m)	100.000.000
Valor del transp. Ferroviario anual (m\$m)	30.000.000
Contribución anual a la renta pública de las prov. del Norte (%)	60
Producción de azúcar en 1940 (ton.)	540.000.000

Fuente: Centro Azucarero Regional. Tucumán. **La industria azucarera es la industria madre de Tucumán. Es deber de sus hijos respetarla y prestigiarla.** Tucumán, CAR, 1943, p. 9.

El 4 de junio de 1946 Juan D. Perón asume el gobierno nacional. Cuenta entonces con la nacionalización de la banca y los depósitos, el funcionamiento del Banco de Crédito Industrial Argentino (1944) y con la creación del IAPI (Instituto Argentino para la Promoción del Intercambio). Son las bases del Primer Plan Quinquenal (1947-1951), respaldado en una alianza entre los trabajadores y la pequeña y mediana burguesía industrial que le permite desplegar la doctrinaria “justicia social, la soberanía política y la independencia económica”, enmarcadas todas ellas en la redistribución del ingreso y la consolidación del mercado interno en la Argentina rica de posguerra. Las economías regionales de cuño agroindustrial

⁴⁰ LLACH, Juan José. El Plan Pinedo de 1940, su significado histórico y los orígenes de la economía política del peronismo. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires: IDES, v. 23, n. 92, p.515-558, 1984.

⁴¹ CENTRO AZUCARERO REGIONAL. **Contribución al estudio integral del problema azucarero:** Presentación hecha al Señor Ministro Secretario de Industria y Comercio de la Nación. Tucumán: CAR, 1944.

y monoproductoras forman parte de la planificación de la denominada “Nueva Argentina”.⁴²

El Banco de la Nación Argentina y el de Crédito Industrial Argentino, son los que habrán de sostener el crédito a esta tradicional agroindustrial del NOA. El decreto 26.937 de 1947 acuerda \$1.548.973,97 para ser distribuidos proporcionalmente entre más de una veintena de ingenios en compensación de los pagos a cañeros por la zafra de 1945.⁴³ Una medida que habrá de reiterarse exigiendo como contrapartida a los empresarios azucareros que cumplan con las condiciones sanitarias y de calidad de vida para con los trabajadores. En diciembre de 1948 se reúne en Tucumán el Congreso Económico del Norte para sostener la economía social oficialista aunque respetando, como allí exponen, “la libertad de acción de los genuinos hombres de empresa.”⁴⁴

La puja entre el gobierno nacional y los empresarios y comerciantes del azúcar cobra intensidad, cuando éstos últimos refieren a los intereses de esta economía regional y proponen la unificación de los impuestos, la estabilización de la moneda, un ajuste en los convenios de trabajo, la reglamentación del comercio fronterizo, del precio de la caña y de los abonos y el crédito bancario para el Norte.⁴⁵ En 1949, mientras se reajusta el precio del azúcar, el gobierno de Juan Perón aumenta los salarios de los trabajadores azucareros en un 60% para contrarrestar las huelgas que desarrolla el sindicalismo que los agrupa en la FOTIA (Federación Obrera de Trabajadores de la Industria Azucarera), en el marco de un plan colonizador que adjudica tierras (8.674 hectas.) a colonos cañeros, capataces, mayordomos y obreros del surco de algunos de los ingenios que integran la poderosa Compañía Azucarera Tucumana S.A.

La “vuelta al campo” del gobierno peronista a partir de 1950, para buscar allí la salida a la difícil situación económica que vive la Argentina en relación con el concierto internacional, incide en esa pugna y el discurso acompaña al crédito

⁴² MANUAL del Peronista. Buenos Aires: Ediciones Los Coihues, 1988. p. 23-24.

⁴³ ARCHIVO DEL BANCO DE LA NACION ARGENTINA. **Libros de Actas del Directorio**, t. 36, 7/oct/1946, f.29-30.

⁴⁴ LA INDUSTRIA AZUCARERA: REVISTA MENSUAL DEL CENTRO AZUCARERO ARGENTINO. Buenos Aires: CAA, n. 662, 1948. p. 480.

⁴⁵ LA INDUSTRIA AZUCARERA: REVISTA... *Op. Cit.*, p. 488.

dirigido a ésta y otras agroindustrias regionales. Como parte de esa coyuntura, en mayo de 1951 el gobernador tucumano Fernando P. Riera declara que “el gobierno de la Provincia, alienta en materia de política azucarera, los mismos propósitos que animan al de la Nación, referentes a racionalización y ordenamiento de la industria, a fin de lograr reducir en todo lo posible los costos de producción”.⁴⁶ Dos años después el Ejecutivo Nacional presenta el Plan de Emergencia Económica, como parte de una acción colectiva que refuerce al sector agrario para poder superar los desajustes de la economía argentina.

En este contexto, en agosto de 1952 desde Tucumán el Congreso Agrario Regional del Norte Argentino resuelve: dar impulso al cooperativismo en el NOA para auxiliar económicamente al productor, a cuyo servicio deberá colocarse el crédito oficial; auspiciar la capitalización de las cooperativas existentes; apoyar los principios del laudo Alvear; alentar el crédito oficial a los cañeros; reestructurar las funciones de la Comisión Nacional de Azúcar; impulsar la organización del riego y evitar el minifundio.⁴⁷ Todos los aspectos más generales atinentes al negocio del azúcar quedan bajo la jurisdicción de la Dirección del Azúcar, dependiente de la cartera de Comercio, que fija en 1954-55, los precios para la caña de azúcar y los de su industrialización, así como los márgenes de comercialización y precios de venta al consumidor, teniendo presente la incidencia en los costos de los aumentos salariales que oficialmente se otorgan.

Las plantaciones de caña dulce y la producción de azúcar que registra el Censo agropecuario de 1952 indican un aumento en el número de explotaciones y en los surcos plantados con caña en todo el país y, especialmente, en Tucumán -que contribuye con un 70% a la producción nacional de azúcar- respecto de los guarismos de 1947. Unos 20.000 los plantadores independientes trabajan en Tucumán. La zafra de 1952 da ocupación a 78.000 obreros y empleados, que acompañados de sus familias eleva a unas 300.000 las personas que dependen de

⁴⁶ LA INDUSTRIA AZUCARERA: REVISTA... *Op. Cit.*, mayo de 1951, p. 169.

⁴⁷ LA INDUSTRIA AZUCARERA: REVISTA... *Op. Cit.*, 1952. p. 210-212.

esta producción agroindustrial.⁴⁸ Sin dudas poder y organización del territorio conforman un binomio indisoluble.

CUADRO 3: Caña de azúcar. 1947-1952. Total del país, Tucumán, Jujuy y Salta.

Lugar	Nº de explotaciones		Cantidad de surcos (100 m)	
	Años: 1952	1947	Años: 1952	1947
Total del país	20.907	12.708	13.911.939	10.194.572
Tucumán	15.979	10.316	10.828.371	7.947.924
Jujuy	61	52	1.135.318	1.012.886
Santa Fe	837	684	653.887	432.803
Salta	138	21	616.918	612.017

Fuente: Ministerio de Hacienda. Dirección Nacional de Estadística y Censos. **Censo agropecuario 1952.** Buenos Aires, 1953, p. 83.

CUADRO 4: Producción nacional de azúcar 1944-1954 (en toneladas)

Años	Cantidad en toneladas
1944	459.337
1946	634.729
1948	565.450
1950	612.919
1952	559.760
1954	777.840

Fuente: Banco Industrial de la República Argentina. **Informes sintéticos 1946-1954.** Buenos Aires, 1955, t.III, p.4 (mimeo)

Desde octubre de 1952, considerando los factores climáticos adversos para la zafra y los perjuicios causados a los productores, el Banco de la Nación Argentina implanta “el crédito agrario planificado”,⁴⁹ concediendo préstamos de fomento a cañeros y azucareros, incluso para afrontar el pago de ajustes de jornales (res. 460/52) y las diferencias de precio de la caña. Estos créditos son suplementarios de los préstamos ordinarios o especiales, renovables y con un interés reducido del 5% anual.⁵⁰ El Estado dirigista refuerza su acción para la zafra de 1953 en Tucumán y asigna a los ingenios las cantidades de caña propia y comprada que les corresponde

⁴⁸ BANCO INDUSTRIAL DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. **Informes sintéticos, 1946-1954.** Buenos Aires, 1955, t.III, p. 4 (mimeo)

⁴⁹ BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA. **Memoria y Balance, 1952.** Buenos Aires: BNA, 1952, p. 15-16.

⁵⁰ LA INDUSTRIA AZUCARERA: REVISTA ... *Op. Cit.*, octubre de 1952, p. 246; noviembre de 1952, p. 273.

moler. Los ingenios Concepción, San Pablo, Bella Vista y La Trinidad resultan los más beneficiados. Al mismo tiempo, el Consejo Directivo de la Industria Azucarera reconoce los objetivos del Segundo Plan Quinquenal, mientras el crédito bancario redunde en una “política económico-financiera de la industria azucarera, tendiente a que la misma se desenvuelva con autonomía”.⁵¹ El 17 de junio de 1953 se constituye en Tucumán la Federación Argentina de Productores de Caña de Azúcar. La propuesta invita a los empresarios a buscar por si mismos las soluciones, “en armonía con el gobierno y con los trabajadores”, prescindiendo de los problemas políticos.⁵²

Por entonces, el progreso industrial de Tucumán es analizado por un viejo conocedor de los problemas provinciales, el ingeniero Justiniano Allende Posse, quien destaca el avance técnico, social y humano de la actividad azucarera. No obstante, añade, “la misión de los productores del azúcar no ha terminado. Deben intensificar la investigación en los campos de la agricultura y de la técnica. La ciencia, el capital y las máquinas, deben aligerar aun más el trabajo del obrero, aumentar su rendimiento, reducir costos y obtener nuevos productos”.⁵³ Mientras tanto, en julio de 1954, el ingeniero Juan Simón Padrós⁵⁴ – Presidente del Centro Azucarero Argentino – llama a “la unidad en la acción gremial empresaria” para evitar que las “Federaciones específicas” realicen “las tratativas directamente con los respectivos sindicatos”.⁵⁵ La “coordinación económica”, se considera necesaria para mostrarse como empresarios, con sus deberes, derechos y responsabilidades.⁵⁶ Por su parte, el informe técnico del Departamento de Estudios Económicos del Banco Industrial de la República Argentina contabiliza entonces 38 ingenios encuestados y más de la mitad cuenta con refinería propia. Destaca la importancia de la producción azucarera y contribuye con préstamos preferenciales -con un interés anual del 4%,

⁵¹ LA INDUSTRIA AZUCARERA: REVISTA ... *Op. Cit.*, mayo de 1953, p. 122-124

⁵² LA INDUSTRIA AZUCARERA: REVISTA ... *Op. Cit.*, junio de 1953, p. 155-156.

⁵³ LA INDUSTRIA AZUCARERA: REVISTA... *Op. Cit.*, octubre de 1953, p. 276 y 278.

⁵⁴ Juan Simón Padrós es por entonces miembro del Consejo Directivo de “La Industria Azucarera”, Director de la Papelera Argentina, consejero de la Confederación de la Industria, Presidente del Centro Azucarero Argentino, miembro de la Comisión Especial de Finanzas de la C.G.E. y Vicepresidente del Consejo Interamericano del Comercio, de la Industria y de la Producción. LA INDUSTRIA AZUCARERA: REVISTA ... *Op. Cit.*, agosto de 1954, p.325.

⁵⁵ LA INDUSTRIA AZUCARERA: REVISTA ... *Op. Cit.*, agosto de 1954, p. 340-350.

⁵⁶ LA INDUSTRIA AZUCARERA: REVISTA ... *Op. Cit.*, agosto de 1954, p. 325-338.

cuando la tasa ordinaria oscila entre el 6 y el 7%- para consolidar esta actividad económica regional; que para la década del '50 acusa aún altos costos de producción y cuenta con equipos y maquinarias obsoletos.

En 1955 el Centro Azucarero Regional de Tucumán eleva un Memorial al Ministro de Comercio de la Nación Antonio F. Cafiero, retomando los reclamos formulados en febrero y mayo de 1951 precisando la gravitación que la industria azucarera tiene “en el desenvolvimiento económico y social de la provincia” y que su crisis adquiere “los contornos de un problema de interés colectivo, con repercusión nacional”. Denuncian los beneficios que obtienen las tres grandes compañías azucareras de Salta y Jujuy (27% de la producción), a pesar de elaborar Tucumán el 73% de la producción nacional de azúcar y que el cañaveral tucumano ocupa a unos 18.000 cañeros independientes que cosechan el 78% de la materia prima, en tanto las otras dos provincias sólo totalizan un 18%.⁵⁷ El Banco de la Nación ofrece también préstamos de fomento a los ingenios azucareros para atender los mayores costos registrados en la zafra de ese año.⁵⁸

Existe preocupación oficial por incrementar la producción nacional en relación con “los principios básicos de la economía social establecidos por la doctrina nacional”, reduciendo costos para bajar los precios al consumidor, centralizar y difundir la información técnica, económica y social; como parte del asesoramiento para las empresas.⁵⁹ En este contexto el 16 de agosto de 1955, se crea una Comisión Técnica para el Estudio del Problema Azucarero, integrada por un especialista en ecología, uno en cultivos, uno en economía rural, uno en industria y otro en economía, para que actuando como un equipo, definan y evalúen la ecología de las áreas azucareras, la racionalidad de los métodos culturales de las distintas zonas y su influencia en los costos de producción, la economía industrial y su organización, así como la evolución financiera de la industria. El fin último es preparar “un informe de conjunto sobre el problema azucarero y sus posibles

⁵⁷ LA PROVINCIA de Tucumán en la economía azucarera. Memorial presentado al Señor Ministro de Comercio de la nación, Doctor Antonio F. Cafiero, por el Centro Azucarero Regional de Tucumán. 1955. Tucumán: s.d.t., p.4.5.

⁵⁸ ARCHIVO DEL BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA. **Reglamentación**. Expte. 338 bis 3, 1955.

⁵⁹ LA INDUSTRIA AZUCARERA: REVISTA ... *Op. Cit.*, febrero de 1955, p. 72-75; abril de 1955, p. 161-166.

soluciones”.⁶⁰ El cambio drástico de la situación política nacional en setiembre de 1955 frustrará gran parte de estos planes, pero la industria azucarera y sus empresarios seguirán gozando de los favores de los sucesivos gobiernos, con populismo o sin él, y más allá de la legitimidad democrática de los gobiernos de turno.⁶¹

2. La economía vitivinícola

Con similares incentivos que la economía azucarera, la llegada del ferrocarril y el crédito oficial barato, convierten a la vitivinicultura en otra opción agroindustrial para pertenecer al modelo de la Argentina agroexportadora. El eje de la misma se sitúa en la región de Cuyo (Centro-Oeste cordillerano del país). La modernización vitivinícola se inicia en 1885, cuando el riel llega a Mendoza y se estimula la ampliación del riego, para transformar esta región árida en un oasis. Pero a diferencia de lo que ocurre en Tucumán, aquí el sistema de contratistas⁶² y las características artesanales de la producción viñatera permiten, al amparo de una burguesía local menos tradicional que la norteña, una muy adecuada inserción del inmigrante italiano y español, que en no más de quince años se convierte en propietario de viñedos o en bodeguero. En Cuyo la viña reemplaza un cultivo tradicional como el trigo que ya no resulta competitivo para la exportación, al producirse en la región pampeana cercana a los puertos de Buenos Aires y Rosario. Mientras los alfalfares para las veraneadas del ganado chileno, se siguen manteniendo.⁶³

En la economía regional vitivinícola, como en la azucarera, la concentración regional y empresarial es propia de su modernización, y comparten el corolario de las crisis de superproducción. En ambos casos el accionar del Estado en favor de

⁶⁰ LA INDUSTRIA AZUCARERA: REVISTA ... *Op. Cit.*, setiembre de 1955, p. 401.

⁶¹ BUSTELO, Julieta. La institucionalización de un sistema nacional de regulación de la agroindustria azucarera (1943-1955). *In: BRAVO, María Celia (coord.). La agricultura: actores, expresiones corporativas y políticas.* Tucumán: CFI-Gobierno de Tucumán, 2017, p. 133-164. GIRBAL-BLACHA, Noemí. Economía azucarera tucumana, empresarios y crédito en tiempos del estado peronista (1946-1955). *In: MACOR, Darío; TCACH, César (ed.). La invención del peronismo en el interior del país.* Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2003. p. 265-317.

⁶² SALVATORE, Ricardo. Control del trabajo y discriminación: el sistema de contratistas en Mendoza, Argentina, 1880-1920, **Desarrollo Económico**, Buenos Aires: IDES, v. 26, n. 102, p. 229-254, 1986.

⁶³ MATEU, Ana María. Poder y relaciones políticas y económicas en Mendoza, Argentina. 1880-1920. **Anuario de Estudios Americanos**, Madrid: CSIC, t. LIII, n. 2, p. 199-226, 1996.

estos empresarios agroindustriales de los epicentros regionales se hace presente ya que estas economías, sus finanzas y sus sociedades dependen en alta proporción de dichas actividades productivas. Es preciso señalar que el cultivo de la vid se practica en otras regiones argentinas fuera de Cuyo, como el Norte, el litoral y aun en el territorio patagónico de Río Negro; es decir, en pequeñas (Entre Ríos y Buenos Aires), medianas (Mendoza, San Juan, Catamarca, La Rioja, Río Negro) y grandes extensiones (Salta). Como en el caso del azúcar, la producción vinícola se propone como objetivo la exportación del producto, pero finalmente sin marcas reconocidas y en medio de la competencia de vinos chilenos y europeos, la producción de vinos genuinos en origen queda sujeta al acotado mercado interno, donde -en este caso- también debe competir con los vinos adulterados y artificiales o “enyesados”. Estos son los que consumen las clases media y trabajadora en los grandes centros urbanos como Buenos Aires y Rosario.

CUADRO 5: Viñedos y bodegas 1895-1914

Provincia	1895		1914	
	Viñedos	Bodegas	Viñedos	Bodegas
Mendoza	1770	433	6160	1398
San Juan	2353	231	5854	499
Total país	4123	664	12014	1897

Fuente: RICHARD JORBA, Rodolfo. RICHARD JORBA, Rodolfo. *Transiciones económico-sociales: Inmigración y mundo del trabajo*. En: PÉREZ ROMAGNOLI, Eduardo; SANJURJO, Inés; BARRIO, Patricia; RICHARD-JORBA, Rodolfo. **La región vitivinícola argentina. Transformaciones del territorio, la economía y la sociedad 1870-1914**. Bernal: Editorial de la Universidad Nacional de Quilmes, 2006, p. 85



Fuente: [Vino_de_Argentina/media/Archivo:Argentine_wine_regions.jpg](#)

En Mendoza – corazón de la vitivinicultura argentina – merece destacarse el sistema de contratistas a la hora de dar cuenta de los usos del poder y del territorio, para abordar este caso atípico de asociación entre el inmigrante y la alta burguesía local. El sistema que es una relación laboral pero también social y económica está compuesto por dos tipos de contratos. Uno de plantación del viñedo por 3 años donde el contratista recibe al término del mismo 10 centavos por año y por planta cultivada, no paga arrendamiento, recibe vivienda e insumos y puede disponer de un espacio para huerta. El buen resultado de este primer contrato habilita el contrato de cultivo, donde el pago es por hectárea cultivada y con similares beneficios. El inmigrante que accede a este sistema puede además contratar mano de obra – generalmente criolla – y capitalizarse.⁶⁴ La inserción en la sociedad local es alta y en poco más de un decenio se puede convertir en propietario de viñedos o en bodeguero. Algunos liderarán importantes Sociedades Anónimas vitivinícolas desde 1907 (Giol, Gargantini, Tomba, Arizu, entre otras) en Mendoza. Un estudio del

⁶⁴ RICHARD JORBA, Rodolfo. Transiciones económico-sociales: Inmigración y mundo del trabajo. *In*: PÉREZ ROMAGNOLI, Eduardo; SANJURJO, Inés; BARRIO, Patricia; RICHARD-JORBA, Rodolfo. **La región vitivinícola argentina: Transformaciones del territorio, la economía y la sociedad 1870-1914**. Bernal: Editorial de la Universidad Nacional de Quilmes, 2006. p. 77-83.

sociólogo Luis Campoy, a partir del canon que se paga por derecho de irrigación, indica cómo la propiedad cambia de manos de criollos a inmigrantes a fines del primer decenio del siglo XX.⁶⁵

Como ocurriera con la producción azucarera en 1896, desde 1902 la vitivinicultura padece los efectos de una crisis de superproducción. También en esta economía regional las respuestas serán colectivas e individuales. Entre las primeras se destaca la conformación en 1905 del Centro Vitivinícola Nacional, que corporativiza a este sector agroindustrial.⁶⁶ Entre las individuales, sobresale la formación de Sociedades Anónimas, que permite a los empresarios ampliar la modernización y diversificar el riesgo, sumando capitales y mayor tecnología. También en este caso – como en el del azúcar – el comportamiento de esta agroindustria será cíclico y en 1914 se constituye en Mendoza -con escaso éxito- una Cooperativa Vitivinícola, para evitar el derrame de vinos en las acequias o la destrucción de la uva en la viña, con el propósito de hacer subir el precio del producto.⁶⁷

La superficie en hectáreas cultivada con viñedos en Mendoza, crece de modo sostenido, más allá de las crisis. Pasa de 6.625 hectáreas en 1888 a 31.792 hectáreas en 1908, 60.150 hectáreas en 1914, 91.789 hectáreas en 1932 y en el cuarto Censo Nacional (1947) alcanza los 110.079 hectáreas.⁶⁸

⁶⁵ CAMPOY, Luis. Conductas diferentes de grupos culturales ante la posesión de la tierra. **Investigaciones en Sociología**, Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, n. 1, p. 49-83, 1962.

⁶⁶ BARRIO DE VILLANUEVA, Patricia. Las Asociaciones de empresarios vitivinícolas mendocinos en tiempos de crisis y de expansión económica (1900-1912). In: PÉREZ ROMAGNOLI, Eduardo; SANJURJO, Inés; BARRIO, Patricia; RICHARD-JORBA, Rodolfo. **La región vitivinícola argentina: Transformaciones del territorio, la economía y la sociedad 1870-1914**. Bernal: Editorial de la Universidad Nacional de Quilmes, 2006. p. 181-232.

⁶⁷ CERDA, Juan Manuel. **Condiciones de vida y vitivinicultura: Mendoza 1870-1950**. Bernal: Editorial de la Universidad Nacional de Quilmes, 2011. p. 37-94.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 43.

CUADRO 6: Evolución del viñedo en Argentina y Mendoza

Superficie implantada con vid en Argentina, Mendoza 1888-1988 (en ha)								
	1888	1895	1908	1914	1937	1947	1960	1988
Argentina	25.654	33.459	122.459	116.889	126.529	307.476,2	257.715	222.948,3
Mendoza	6.740	11.753	48.500	70.467	82.994	205.513,3	183.862	157.014

Fuente: CEPPARO, María Eugenia; PRIETO, Estela y GABRIELIDIS, Graciela. *Oliveros y viñedos en Mendoza: procesos que los acercan y alejan desde sus comienzos hasta 1990*. En: **Rivar**, Santiago de Chile, vol. 3, núm. 8, mayo 2016, p. 83.

Con el triunfo del Presidente radical Hipólito Yrigoyen y tal como ocurriera para el caso del azúcar, los sectores medios urbanos son quienes se benefician en el plano económico-financiero. Mientras se produce un sostenido e importante aumento de la presión tributaria sobre las producciones típicas de las provincias del interior, en contraste con los beneficios que obtiene un baluarte yrigoyenista como la provincia de Buenos Aires. Cuyo sufre las consecuencias de esas decisiones políticas, aunque sus provincias estén gobernadas por hombres de militancia radical. Esta discriminación financiera provoca decepciones, roces y protestas aun entre los gobernadores oficialistas. Es el caso de los caudillos radicales de Mendoza y San Juan, José Washington Lencinas y Federico Cantoni – respectivamente – defensores de sus principios federales e intereses económico-políticos regionales ligados a la vitivinicultura, que se enfrentan a la conducción nacional. Decepciones y reclamos entre algunos de los representantes del poder económico y el Estado Nacional, caracterizan a la Argentina hasta los años de 1930, cuando también a la vitivinicultura llegará el accionar de las Juntas Reguladoras de la producción.

El peronismo en el poder va más allá de la redistribución del ingreso, cuando bodegas y cultivos viñateros son beneficiarios del crédito oficial, trascendiendo la oposición oficialista discursiva que el Presidente Juan Perón sostiene durante la primera etapa de su gestión gubernativa y que se convierten en una manifestación diferencial entre la “Argentina oligárquica” y la “Nueva Argentina”, sin comprometer ni poner en jaque a los intereses sectoriales de esta agroindustria. La planificación quinquenal avala ese respaldo financiero. Grandes y medianas bodegas de reconocido prestigio en el país se listan entre quienes se consolidan y tecnifican al amparo del crédito – con o sin garantía prendaria – y en ocasiones con garantía

solidaria de los miembros del Directorio de las empresas. Lo ofrece el Banco de la Nación tanto en su casa central como en las sucursales mendocinas, con un interés anual que ronda el 5% y un destino variado, no siempre vinculado con la mejora de las instalaciones fijas o de la producción. El crédito cubre pago de deudas comerciales, sueldos y jornales, compra de giros, gastos de la vendimia, plantación de viñedos, compras de uva, envases, etiquetas, corchos. En una primera etapa (1947) fijando límites (de entre \$ 300.000 y \$ 100.000) al crédito dedicado al descuento de pagarés comerciales suscriptos por las bodegas que exportan (“Giol” S.A., “El Globo” S.A., “Arizu” S.A., “La Superiora” S.A., “Escorihuela” S.A., Benegas Hnos. y Cía.).⁶⁹

El Banco de Crédito Industrial Argentino también concurre con su crédito para auxiliar a los poderosos establecimientos vitivinícolas. Entre los más beneficiados se destacan: la S.A. Viñedos y Bodegas “Arizu” que en 1953 – cuando sus ventas trepan a \$ 84.309.000 y su capital líquido ronda los 40 millones de pesos – le adeuda al Banco \$11.196.921; “La Superiora” Viñedos, Bodegas, Olivares y Expendio S.A. que recibe créditos a corto y mediano plazo con garantía prendaria, por su situación financiera equilibrada originada en sus ventas – para 1951 es de \$45.961.593 – y con un capital líquido que ronda los 9 millones de pesos;⁷⁰ la Bodega “Esmeralda” S.R.L. de San Juan, que en 1955 a pesar de contar con un capital líquido estimado en \$ 7.806.870 le adeuda al Banco \$ 9.444.242; la S.A. Bodegas y Viñedos “Santiago Graffigna” Lda. de San Juan; la S.A. Industrial y Comercial “Bodegas y Viñedos Giol” que para 1950 recibe préstamos para pago salarios y compra de materia prima, por 15 millones de pesos; cuando cuenta con un capital líquido que ronda los 5 millones de pesos y un valor de ventas superior a los 32 millones de pesos que expone la prosperidad de esta agroindustria.⁷¹

⁶⁹ ARCHIVO DEL BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA. **Libro de Actas del Directorio**, mayo de 1947, t. XVII, f. 44. Otros detalles gráficos en HIRSCHEGGER, Ivana. Políticas estatales y su repercusión en la vitivinicultura de la provincia de Mendoza y del municipio de San Rafael, 1946-1955. **América Latina: Historia Económica**, México: ALHE, año 19, n. 3, p. 57-97, 2012.

⁷⁰ ARCHIVO DEL BANCO DE CREDITO INDUSTRIAL ARGENTINO. **Libro de Acuerdos del Directorio**, diciembre de 1950, t. 3, f. 197; febrero de 1952, t. 3, f. 3; diciembre de 1952, t. 2, fs. 72-73; junio de 1953, t. 3, f. 9; marzo de 1955, t. 1, f. 31

⁷¹ ARCHIVO DEL BANCO DE CREDITO INDUSTRIAL ARGENTINO. **Libro de Acuerdos del Directorio**, marzo de 1951, t. 1, f. 24; enero de 1953, t. 2, f. 67; setiembre de 1953, t. 1, f. 44; marzo de 1955, t. 1, f. 33; setiembre de 1955, t. 1, f. 24 y t. 2, fs. 133-134.

Las pequeñas y medianas bodegas y viñedos, como “Pascual Toso”, Marcos Viñuela e Hijos S.R.L., S.A. Luis Filippini Lda.⁷², son sólo dos ejemplos de los numerosos beneficiarios en este rango del sector. Un beneficio que también alcanza a quienes como Francesco Cinzano y Cía Lda. S.A. elaboran y distribuyen desde San Juan y la Capital Federal vinos y aperitivos. En este caso los créditos acordados superan el millón de pesos por acuerdo y se renuevan permanentemente, con el propósito de pagar sueldos y jornales y comprar materia prima, vinos de traslado, accesorios y envases, que le permiten a esta firma acrecentar sus ventas y consolidar su capital.⁷³

El gobierno peronista prorroga desde 1947 las resoluciones bancarias adoptadas en julio de 1944, que autorizan a las sucursales del Banco de la Nación Argentina a conceder préstamos especiales para “gastos de ata, poda y trabajos culturales de los viñedos en producción”.⁷⁴ Este Banco como mandatario del Banco de Crédito Industrial Argentino realiza, por cuenta de esta institución y en la sucursal San Juan, operaciones de préstamos a industriales que se encuadran en las normas del mediano plazo (de 181 días a 3 años), de largo plazo (mayores de 3 años) y de fomento industrial, con tasas de interés preferentes de entre el 4 y el 5,5%. La iniciativa procura convertir a los pequeños establecimientos en medianos, para consolidar la actividad en la provincia. En febrero de 1948, esos beneficios se extienden a otras provincias vitivinícolas y los acuerdos se proponen afrontar gastos de vendimia, compra de uva y su elaboración. En abril de 1949 son los bodegueros de Mendoza y de San Juan quienes reciben el beneficio del crédito prendario sobre vinos, con una tasa para el reintegro del mismo del 5% anual.⁷⁵

A mediados del siglo XX se reorganiza esta cadena agroindustrial que pasa a utilizar agua subterránea, extendiendo el sistema de parral, para privilegiar el alto rendimiento por sobre la calidad de los vinos. Al mismo tiempo se produce un doble fenómeno. Por un lado se subdividen las tierras y por otro se consolidan las grandes

⁷² ARCHIVO DEL BANCO DE CREDITO INDUSTRIAL ARGENTINO. **Libro de Acuerdos del Directorio**, febrero de 1951, t. 1, fs. 72-73; junio de 1951, t. 3, fs. 1142-1144; diciembre de 1953, t. 3, f. 49.

⁷³ ARCHIVO DEL BANCO DE CREDITO INDUSTRIAL ARGENTINO. **Libro de Acuerdos del Directorio**, abril de 1951, t. 2, fs. 39-40; febrero de 1952, t. 2, f. 205; octubre de 1953, t. 1, f. 31; setiembre de 1955, t. 2, f. 53.

⁷⁴ ARCHIVO DEL BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA. **Libro de Actas del Directorio**, diciembre de 1947, t. XLV, f. 27.

⁷⁵ ARCHIVO DEL BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA. **Libro de Actas del Directorio**, diciembre de 1947, t. XLV, fs. 47-70; febrero de 1948, t. LII, fs. 94-96; abril de 1949, t. CVII, f. 67.

explotaciones con tecnología más moderna integrándose a la producción industrial. Cuando en 1949 se reforma la Carta Orgánica del Banco Central, los efectos inflacionarios desde 1950 y la crisis de 1952 influyen en el consumo interno del producto y en su precio. En el decenio de 1960 los viñedos crecen a un ritmo del 2,4% anual y el consumo de vino per cápita asciende generando hacia 1967 –frente a la competencia de las bebidas gaseosas- una acumulación del producto que provoca una renovada crisis en esta economía regional.⁷⁶

CUADRO 7: Vinos. Total de consumo y precios en Argentina (1943-1960)

Años	Consumo total de vinos (Hl)	Consumo total de vino per cápita (l)	Precio del vino m\$N por litro	Precio de gaseosas m\$N (260cc)
1943	7.959,1	54,5	0,47	----
1946	8.013,7	51,5	0,79	----
1948	10.478,5	64,8	0,80	----
1950	11.416,6	68,1	1,14	----
1952	8.841,7	50,9	2,91	----
1954	12.636,8	70,2	2,60	----
1956	14.698,8	78,8	3,02	----
1958	10.917,8	56,5	8,14	----
1960	16.047,4	80,2	10,13	2,97

Fuente: RECA, Lucio. La industria vitivinícola en la Argentina. Perspectivas de crecimiento. En: *Económica*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, v. 17, n. 3, p. 345-346, 1971.

El Gran Chaco Argentino, la explotación forestal y el algodón:

Si se retoma el concepto que los sujetos sociales capturan desigualmente los recursos naturales y aquellos que la sociedad genera, es posible comprender por qué el NEA se suma tardíamente al modelo agroexportador, con productos no competitivos en relación con los gestores del modelo (ganaderos, comerciantes exportadores e importadores, agroindustriales). La región está compuesta mayoritariamente por Territorios Nacionales creados en 1884 por el Estado conservador, como parte de la institucionalidad normativa y su “lógica de apropiación”⁷⁷; es decir, dependientes del gobierno federal, con ciudadanía

⁷⁶ RECA, Lucio. La industria vitivinícola en la Argentina. Perspectivas de crecimiento. *Económica*, La Plata: Universidad Nacional de La Plata, v. 17, n. 3, p. 337-348, 1971.

⁷⁷ DI TELLA, Torcuato S. et al. *Diccionario de Ciencias Sociales y Políticas*. Buenos Aires: Ariel, 2006. p. 508 y 512.

restringida y sin una burguesía local arraigada. El NEA es producto de la lucha contra el indio aun avanzado el siglo XX. En el último cuarto del siglo XIX, la región procura incluirse en la agroexportación industrializando azúcar, sin mucho éxito; hacia 1900 explotando sus recursos forestales y desde 1920 mediante el cultivo del algodón y la ganadería criolla.⁷⁸

En el llamado Gran Chaco Argentino (Formosa, Chaco, Santiago de Estero y Norte de Santa Fe) -ya fracasada la expansión ganadera y azucarera- tal inserción se da desde 1895 a través de la explotación forestal, quebrachera, taninera; tanto en la subárea del Chaco santafesino, cercano a las vías fluviales, donde desde los albores del siglo XX, asienta su poderío *“The Forestal Land, Timber, Railways and Co. Ltd.”*, dominando la extracción y comercialización de rollizos de quebracho con destino a Europa (Alemania) y los Estados Unidos; como en la subregión del oeste, el Chaco santiagueño, donde penetrados por el ferrocarril y desde un núcleo urbano forestal como el obraje, se extraen de sus bosques de maderas duras no tanineras, materia prima para: leña, postes y durmientes destinados al mercado interno con la participación de inversores de la pampa húmeda. Son ellos quienes aprovechan la ausencia en la zona de una burguesía preexistente establecida para avanzar sobre regiones marginales como el NEA. Se radican entre 1905-1906 dos Sociedades Anónimas: “Quebrachales Chaqueños” y “Quebrachales Tintina” dirigidas por Luis Zuberbhüler y Ernesto Tornquist respectivamente, dos poderosos financistas y comerciantes de la pampa húmeda. El objeto es diversificar sus inversiones y minimizar el riesgo empresarial aumentando la renta marginal, sin competir con los inversores extranjeros establecidos en el Chaco santafesino. La agricultura -por cultivo o extractivista- se convierte así, desde el nacimiento de la Argentina Moderna, en el común denominador de la economía argentina, trascendiendo las diferencias y especificidades regionales.⁷⁹

GRAN CHACO ARGENTINO

⁷⁸ SLUTZKY, Daniel. **Estructura social agraria y agroindustrial del Nordeste de la Argentina:** desde la incorporación a la economía nacional al actual subdesarrollo concentrador y excluyente. Buenos Aires: IADE, 2011.

⁷⁹ GIRBAL-BLACHA, Noemi; ZARRILLI, Adrián Gustavo (direct.). **Más allá de la pampa:** Agro, territorio y poder en el Nordeste argentino (1910-1960). Buenos Aires: Teseo, 2015.



Fuente: <https://surdelsur.com/es/dominio-chaqueno/>

Por las características de la actividad, radicar allí población inmigrante en calidad de colonos no tiene éxito. En 1918 una comisión recorre los Territorios Nacionales del Chaco, Misiones y Formosa, ante los conflictos regionales que se viven. Su diagnóstico insiste en la necesidad de radicar medianos y pequeños propietarios ganaderos y agricultores; propone una distribución ordenada del espacio aun sin mensura definitiva y – en todo caso – precario cuando pudiera variar en superficie al momento de la mensura. Pero las disputas por la tierra continuarán por mucho tiempo.

Al finalizar la Primera Guerra Mundial, Inglaterra encuentra en la mimosa africana un sustituto del tanino, que junto con la aplicación de productos químicos para la curtiduría de cueros, la llevarán a abandonar el interés por la riqueza forestal argentina, ya depredada. Desde 1920 avanza un cultivo de base familiar como el algodón, adecuado para aprovechar la mano de obra indígena sometida. Con una producción de regular calidad y poco uso de tecnología se fundan las bases de la "industria textil" en la Argentina, relacionada en sus inicios casi exclusivamente con la producción de envases (bolsa) para productos agrícolas diversos. Mientras tanto las 2.266.175 hectáreas en poder de "The Forestal" declarados en 1913, se reducen – por venta – a 1.189.494 hectáreas para 1931; cuando la Compañía se asocia con Fontana Ltda y Baranda Ltda para constituir "La Forestal Argentina S.A.", Industrial, Comercial y Agropecuaria.

De todos modos la situación de abandono del indígena en la región se mantiene con el correr del tiempo. El médico Esteban Maradona, que habitara varios decenios en el Gran Chaco Argentino, afirma para 1937 que “cuando un poblador se radica por aquí, cualquiera sea su condición social: de sexo, de nacionalidad, de edad, de religión, el preámbulo de sus aspiraciones ya está escrito: se abre con el consabido proyecto de explotar indios a corto precio y todo lo que se pueda”.⁸⁰ Ausencia de la protección estatal y depredación, pueden resumir la situación de esta región marginal.

El algodón sustenta, como materia prima, un complejo industrial disociado. El desmotado (proceso por el cual se separa la fibra de la semilla) es la primera fase de un procedimiento más complejo que industrializa por un lado la semilla, base de la industria aceitera, y por otro, la fibra que sostiene las hilanderías y tejedurías. El desmotado y la obtención de aceite se practica en la misma región productora, mientras el proceso textil suele concentrarse en el Gran Buenos Aires. El precio del transporte tiene – por esta razón – un alto significado. Representa en las décadas de 1920-30, entre un 5,2% y un 7,3% del valor de la materia prima en bruto. Una situación que explica la conveniencia para que las desmotadoras, aceiteras y compresoras de algodón se instalen cerca de los centros productores de materia prima. Los avances operados en el cultivo y la industrialización del algodón, al amparo de la protección estatal, del crédito bancario oficial con baja tasa de interés, diversificación inversora de los capitalistas de la pampa húmeda y del eje metropolitano, así como del accionar efectivo del movimiento cooperativo radicado en el ámbito rural, son las bases de su progreso lento pero firme, al menos hasta los años de 1960 cuando ya no pueda competir con el surgimiento de la fibra sintética.

⁸⁰ MARADONA, Esteban. **A través de la selva**. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Penitenciaría Nacional, 1937. p. 61.

CUADRO 8: Número de chacras y superficie cultivada con algodón (hects.). Año 1935.

Provincia o Territorio	Número de chacras	Hects. cultivadas algodón
Chaco	13.673	245.625
Corrientes	5.074	24.078
Santiago del Estero	3.118	22.272
Formosa	2.030	12.240
Santa Fe	682	2.648

Fuente: BRUNIARD, Enrique D. El Gran Chaco Argentino (ensayo de interpretación geográfica). **Geográfica. del Instituto de Geografía.** Resistencia (Chaco): Instituto de Geografía. Facultad de Humanidades de la Universidad Nacional del Nordeste, n. 4, p. 67, 1975-1978.

Desde 1930 – tiempos del crac neoyorkino – y con la presencia del Estado interventor predomina el cultivo algodonero.⁸¹ “La división de tierras fiscales y la fundación de nuevas colonias implicaron la instalación de alrededor de 5000 nuevos productores y la incorporación, a la producción agropecuaria, entre 1920 y 1947, de aproximadamente dos millones de hectáreas”.⁸²

Los procesos de organización agraria territorial son precarios, tanto en Formosa como en el Chaco más allá de las “capacidades estatales”.⁸³ La gran superficie fiscal de quebracho taninero, había sido el atractivo para los especuladores extranjeros.⁸⁴

La situación no es nueva. El Estado con las herramientas jurídicas adjudica precariamente (sin título de propiedad) la tierra pública.⁸⁵ Espacio y legislación se conjugan, aunque sin resultados efectivos. La colonización privada, especulativa, concentra las tierras públicas en manos de grandes propietarios del litoral argentino

⁸¹ PEREIRA, Daniel A. **La construcción de la ciudadanía en el Territorio Nacional de Formosa (1879-1955)**. Tesina de Licenciatura. Formosa: Universidad Nacional de Formosa, Facultad de Humanidades, 2004.

⁸² PROGRAMA DE NACIONES UNIDAS DE DESARROLLO-UNSO/PNUD. Oficina de lucha contra la desertificación. Secretaría de Desarrollo sustentable y política ambiental e instituto de colonización y tierras fiscales. Cf. TENENCIA de tierra en la provincia de Formosa. República Argentina. Informe final de Enrico Formica. Buenos Aires: UNSO/PNUD, 2000.

⁸³ LATTUADA, Mario; MÁRQUEZ, Susana; NEME, Jorge. **Desarrollo rural y política:** Reflexiones sobre la experiencia argentina desde una perspectiva de gestión. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2012. p. 18. IAZZETTA, Osvaldo. Capacidades estatales, gobernabilidad democrática y crisis global. **Working paper series:** Los rostros de la crisis económica internacional y sus impactos políticos en América Latina. Buenos Aires: PNUD, 2009.

⁸⁴ TERRITORIO NACIONAL DE FORMOSA. **Memorias, 1885-1899.** Resistencia-Chaco: IIGHI-UNNE, p.24-28, 1979.

⁸⁵ MIGDAL, Joel S. **Estados débiles. Estados fuertes.** México: FCE, 2011.

en el Chaco santiagueño y más allá de la permeable frontera paraguaya.⁸⁶ Los circuitos de comunicación del espacio público-político quedan expuestos e influyen en la conformación de regiones con fronteras elásticas.⁸⁷ Más allá de los diversos intentos en tiempos del gobierno radical (1916-1930) y durante los años 30, por elevar a la categoría de provincia a los Territorios Nacionales, no en todos los casos esos distritos prefieren dicha opción si no cuentan con los medios económicos necesarios para asumir el cambio de jerarquía política y administrativa. Sus poblaciones no logran una radicación efectiva y mantienen en su mayoría pobres condiciones de vida.

Es durante la llegada del peronismo al gobierno nacional (1946-1955) cuando se constituye una Comisión especial de Protección al Aborígen (1946-1953)⁸⁸ y se logra la promulgación de un Régimen Forestal (1948) para proteger la diezmada riqueza boscosa, llevándose adelante una acción sostenida para jerarquizar políticamente a estas jurisdicciones, aunque no vaya acompañada por una movilización masiva local para concretarla por las razones expuestas. Sólo la población que logra “tener voz” se hace escuchar con reclamos individuales y no siempre exitosos, pero capaces de mostrar enfrentamientos y denuncias de una mayoría de habitantes que padecen carencias en silencio y con escaso registro en los documentos de la época. La “justicia social” peronista es la que procura alcanzar también a estas regiones postergadas, pero sin poder sostenerlo en el tiempo.⁸⁹ En palabras de Foucault, en estos Territorios la gubernamentalidad es una práctica de poder, en tanto “el Estado es la idea reguladora de la razón gubernamental”,⁹⁰ porque están sometidos a la gestión directa del gobierno federal y, más que en otras

⁸⁶ SLUTZKY, Daniel. **Estructura social agraria** ...*Op. Cit*, p. 115-116.

⁸⁷ FOSCHIATTI, Ana M. H. Cuestiones que afectan a las vulnerabilidades del nordeste argentino y opciones mitigación. *In*: FOSCHIATTI, Ana M. H. (comp.). **Aportes conceptuales y empíricos de la vulnerabilidad global**. Resistencia (Chaco): UNNE, 2007. p. 197-238. MEICHTRY, Norma C.; FANTIN, María A. Territorios en regresión de vida y pobreza en el Nordeste Argentino. *In*: VELÁZQUEZ, Guillermo. **Geografía y Bienestar: Situación local, regional y global de la Argentina luego del censo de 2001**. Buenos Aires: Eudeba, 2008. p. 299-321. BOLSI, Alfredo; PAOLASSO, Pablo (comp.). **Geografía de la pobreza en el Norte Grande Argentino**. Tucumán: PNUD-ISES-CONICET, 2009.

⁸⁸ <https://www.hcdn.gob.ar/secparl/dmuseo/archivo-Parlamentario/comisiones.html>

⁸⁹ GIRBAL-BLACHA, Noemí. Política, Territorio y el Régimen Forestal Argentino de 1948. Reflexiones desde la Historia. **DT-SEHA**, Madrid, Sociedad Española de Historia Agraria, n. 1906, p. 1-22, 2019.

⁹⁰ FOUCAULT, Michel. **Seguridad, territorio, población: Curso en el Collage de France (1977-1978)**. Buenos Aires: FCE, 2006. p. 328.

jurisdicciones, la burocracia actúa como fin y como medio de las relaciones de poder condicionando la vida cotidiana. La marginalidad histórica y fundada en las razones expuestas se sostiene a lo largo del tiempo.

CUADRO 9: Superficie de bosque nativo. Gran Chaco Argentino, 1915-1956

Provincia	Superficie boscosa (en hectas) 1915	Superficie boscosa (en hectas) 1956
Santiago del Estero	10.700.000	6.000.000
Formosa	4.020.000	4.000.000
Chaco	8.250.000	6.500.000
Total del país	105.888.400	58.640.000

Fuente: COZZO, Domingo. *La Argentina forestal*. Buenos Aires, Buenos Aires, EUDEBA, 1967.

Reflexiones finales:

En la heterogénea Argentina rural basada históricamente en el modelo agroexportador, los contextos internacional y nacional regulan -aunque desigualmente como muestra este estudio- las decisiones del ámbito regional. La “dinámica del desarrollo territorial está fuertemente asociada al comportamiento de los diferentes eslabonamientos en que se fragmenta la cadena agroindustrial en su relación estrecha con el entorno espacial en que se aloja.”⁹¹ La historia regional asume, entonces, dimensiones complejas cuando trata de comprender las desigualdades en la organización del territorio, el perfil de sus actores sociales y la construcción y ejecución de las políticas desplegadas desde el Estado. Como se ha pretendido demostrar en estas páginas la red que tejen esos tres ejes alienta un ejercicio intelectual necesario para conocer una extensa Nación como la Argentina, conformada sobre bases rurales. El estudio de casos contribuye a establecer precisiones en medio de las desigualdades regionales. Los aquí elegidos permiten establecer distinciones inter (NOA/NEA) e intrarregionales (Norte/Cuyo).

En los epicentros de las economías regionales agroindustriales, la modernización induce el necesario acople al modelo agroexportador imperante. Sus burguesías allí radicadas impulsan -aun sin desearlo- la monoproducción, la

⁹¹ ROFMAN, Alejandro y colaboradores. *Las economías regionales: Luces y sombras de un ciclo de grandes transformaciones 1995-2007*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes-Centro Cultural de la Cooperación, 2012. p. 23.

concentración empresarial y territorial. Con sus particularidades, es lo que ocurre en el NOA azucarero con epicentro en Tucumán y en el núcleo de la región vitivinícola de Cuyo con epicentro en Mendoza. Azúcares y viñas así como vinos, son las producciones de las cuales dependerán esos erarios provinciales -más allá de las variaciones políticas- la población local y la economía. Al depender de un circunscripto mercado interno, dichos centros productivos merecerán ante las crisis de superproducción o escasez, el respaldo y el subsidio del Estado Nacional, las primas (rebaja de impuestos) y las exenciones impositivas. La relación entre esas oligarquías provinciales, la inmigración y las migraciones internas, resultan otros tres componentes para establecer similitudes y, especialmente, diferencias entre las dos economías regionales agroindustriales más importantes del país y comprender los vaivenes del poder y el tenor de las políticas públicas que no logran sostenerse en el largo plazo, más allá de las emergencias diversas que cada una de ellas vive.

El NEA, en cambio y trascendiendo las diversidades subregionales analizadas (Chaco santafesino y Chaco santiagueño), da cuenta de la ausencia de fuertes burguesías radicadas en el territorio y de la explotación de los recursos naturales hasta su agotamiento, para poder sumarse al modelo agroexportador, luego de constituido el Estado Nacional en 1880. Tanto la explotación forestal como -desde 1920- el cultivo del algodón, mantendrían en los márgenes de la modernización a esta región y aun en tiempos del desarrollismo -hacia los años de 1960- el llamado "*oro blanco*" girará en torno al trabajo familiar, más allá de la protección del crédito oficial barato. La carencia de tecnología haría más notoria dicha marginalidad aun en tiempos de la historia reciente. Es preciso poder dar cuenta y caracterizar esta complejidad de las realidades regionales y su diversidad, no siempre explicitada, porque reconoce profundas raíces históricas, vinculadas a las respectivas elites dirigentes, sus características culturales y de sociabilidad y su inserción como parte de la dirigencia nacional conformada a fines del siglo XIX. Es el perfil de una Argentina desigual que es preciso conocer, reconocer y trascender.

La historiografía argentina desde fines de los '90 afirma la necesidad de una historia regional. Amplía su gama de interpretaciones y adhiere a la historia comparada con mayor frecuencia. Es interesante e importante revisar – como lo hicieron Gabriela Dalla Corte y Sandra Fernández – las teorías de Marc Bloch, para

identificar las particularidades de los procesos sociales homogéneos y no sólo como ejemplo de los procesos globales normalizados por las historias nacionales.⁹²

En los estudios recientes de historia regional argentina, el territorio se muestra como producto de una “lógica social” e institucional,⁹³ en tanto “espacialidades diferenciales” – un concepto que nacido a fines del decenio de 1980 se ha profundizado y extendido –⁹⁴, como “complejos territoriales”. Son esos flujos los que permiten diseñar un diagnóstico regional, admitir la idea de cambio y aplicar, en consecuencia si ese es el objetivo, políticas correctivas.⁹⁵ Por este camino avanzan hoy los estudios de historia agraria de las regiones argentinas, con perspectiva federal. En síntesis, la historia regional necesita un abordaje que tenga en cuenta los cambios teóricos y metodológicos -con el mayor nivel de complejidad posible- poniendo el acento en el estudio de casos, profundizando el enfoque comparado para enriquecer el análisis micro y explicar los procesos macro del heterogéneo mundo rural.

Referências bibliográficas

3ème Colloque Europeen. Territoires innovants. Belgique: Genial, novembre 2011.
ARENDRT, Hannah. **Lenguaje y metáfora, La vida del espíritu**. Buenos Aires: Paidós, 2002.

BALÁN, Jorge; LÓPEZ, Nancy. Burguesías y gobiernos provinciales en la Argentina. La política impositiva de Tucumán y Mendoza entre 1873 y 1914. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires: IDES, v. 17, n. 67, p. 391-435, 1977.

BARRIO DE VILLANUEVA, Patricia. Las Asociaciones de empresarios vitivinícolas mendocinos en tiempos de crisis y de expansión económica (1900-1912). *In*: PÉREZ ROMAGNOLI, Eduardo; SANJURJO, Inés; BARRIO, Patricia; RICHARD-JORBA, Rodolfo. **La región vitivinícola argentina: Transformaciones del territorio, la economía y la sociedad 1870-1914**. Bernal: Editorial de la Universidad Nacional de Quilmes, 2006. p. 181-232.

⁹² DALLA CORTE, Gabriela; FERNÁNDEZ, Sandra. Límites difusos entre la Historia y el espacio local. *In*: ___ (comp.). **Lugares para la Historia: Espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporáneos**. Rosario: Ed. UNR, 2001.

⁹³ ECKERT, Denis. **Evaluation et prospective des territoires**. París: Reclus, 1996.

⁹⁴ CORAGGIO, José Luis. **Territorios en transición: Crítica a la planificación regional en América Latina**. Quito: Ed. Ciudad, 1987.

⁹⁵ MANZANAL, Mabel; ROFMAN, Alejandro. **Las economías regionales de la Argentina: Crisis y políticas de desarrollo**. Buenos Aires: CEUR/CEAL, 1989.

BARSKY, Osvaldo; GELMAN, Jorge. **Historia del Agro Argentino: Desde la Conquista hasta comienzos del siglo XXI**. 3. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

BECK, Hugo. Guías del Chaco y Formosa. Útiles informaciones del pasado, valiosas fuentes para investigaciones actuales. **Folia Histórica del Nordeste**, Resistencia-Chaco: IIGHI, n. 17, p. 181-190, 2008.

BENEDETTI, Alejandro. Los usos de la categoría región en el pensamiento geográfico argentino. **Scripta nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 13, n. 286, 2009.

BLACHA, Luis E. Las mediaciones del poder. Estado, territorio, biografías y potencialidades en economías marginales. *In*: GIRBAL-BLACHA, Noemí; ZARRILLI, Adrián Gustavo (direct.). **Más allá de la pampa: Agro, territorio y poder en el Nordeste argentino (1910-1960)**. Buenos Aires: Teseo, 2015. p. 25-56.

BLACHA, Luis E. La fórmula política. Una aproximación sociológica a la relación gobernantes-gobernados. **Veredas: Revista del pensamiento sociológico**, Xochimilco-México: Autónoma Metropolitana de México, v. 14, n. 26, p. 425-445, 2013.

BOHOSLAVSKY, Ernesto; SOPRANO, Germán (ed.). **Un Estado con rostro humano: Funcionarios e instituciones estatales en Argentina (desde 1880 a la actualidad)**. Buenos Aires: Editorial Prometeo: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2010.

BOLSI, Alfredo. Población, azúcar e industria rural en Tucumán, Argentina. **Geographicalia: Revista del Departamento de Geografía y Ordenación del Territorio de la Universidad de Zaragoza**, Zaragoza, n. 38, p. 93-121, 2000.

CAMPI, Daniel (comp.). **Estudios sobre la historia de la industria azucarera argentina**. San Salvador de Jujuy: UNJu-UNT, 1991-1992. V. 1-2.

BOLSI, Alfredo; PAOLASSO, Pablo (comp.). **Geografía de la pobreza en el Norte Grande Argentino**. Tucumán: PNUD-ISES-CONICET, 2009. Disponible en: <https://www.hcdn.gob.ar/secparl/dmuseo/archivo-Parlamentario/comisiones.html>.

BOTANA, Natalio. **El orden conservador: La política argentina entre 1880 y 1916**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1977.

BRAVO, María Celia (coord.). **La agricultura: actores, expresiones corporativas y políticas**. Tucumán: CFI-Gobierno de Tucumán, 2017. p. 41-100.

BRAVO, María Celia. Cañeros, industriales y mecanismos de arbitraje azucareros en la década del '20. **Población y Sociedad: Revista Regional de Estudios Sociales**, Tucumán: UNT, n. 1, p. 9-15, 1993.

BUSTELO, Julieta. La institucionalización de un sistema nacional de regulación de la agroindustria azucarera (1943-1955). *In*: BRAVO, María Celia (coord.). **La agricultura: actores, expresiones corporativas y políticas**, Tucumán: CFI-Gobierno de Tucumán, 2017. p. 133-164.

CAMPI, Daniel; PINTO DE MOURA FILHO, Heitor; BRAVO, María Celia. Alternativas del intervencionismo estatal en la agroindustria del azúcar. Argentina y Brasil, 1880-1938. **América Latina en la Historia Económica**, México: ALHE, año 22, n. 3, p. 44-75, 2015.

CAMPOY, Luis. Conductas diferentes de grupos culturales ante la posesión de la tierra. **Investigaciones en Sociología**, Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, n. 1, p. 49-83, 1962.

CAO, Horacio; RUBINS, Roxana. La estructura institucional de las provincias rezagadas. **Realidad Económica**, Buenos Aires: IADE, n. 128, p. 90-123, 1994.

CERDA, Juan Manuel. **Condiciones de vida y vitivinicultura: Mendoza 1870-1950**. Bernal: Editorial de la Universidad Nacional de Quilmes, 2011. p. 37-94.

CORAGGIO, José Luis. **Territorios en transición: Crítica a la planificación regional en América Latina**. Quito: Ed. Ciudad, 1987.

CORONA TREVIÑO, Leonel. **Teorías económicas de la innovación tecnológica**. México: Instituto Politécnico Nacional CIECAS, 2002.

DALLA CORTE, Gabriela; FERNÁNDEZ, Sandra. Límites difusos entre la Historia y el espacio local. *In*: ___ (comp.). **Lugares para la Historia: Espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporáneos**. Rosario: Ed. UNR, 2001.

DI TELLA, Torcuato S. et al. **Diccionario de Ciencias Sociales y Políticas**. Buenos Aires: Ariel, 2006. p. 508 y 512.

ECKERT, Denis. **Evaluation et prospective des territoires**. Paris: Reclus, 1996.

FAVARO, Orietta; SCURI, María Carolina. La trastienda de la historia regional. *In*: FAVARO, O. (coord.). **Sujetos sociales y políticos: Historia reciente de la Norpatagonia argentina**. Buenos Aires: La Colmena, 2005.

FLEITAS, María Silvia. **El pensamiento político y económico de Benjamín Villafañe**. Jujuy: Universidad Nacional de Jujuy-Unidad de Investigación en Historia Regional, 1997.

FOSCHIATTI, Ana M. H. Cuestiones que afectan a las vulnerabilidades del nordeste argentino y opciones mitigación. *In*: FOSCHIATTI, Ana M. H. (comp.). **Aportes**

conceptuales y empíricos de la vulnerabilidad global. Resistencia (Chaco): UNNE, 2007. p. 197-328.

FOUCAULT, Michel. **Seguridad, territorio, población:** Curso en el Collage de France (1977-1978). Buenos Aires: FCE, 2006.

GARCIA CANCLINI, Néstor. Geopolítica y arte. La bienal de la desglobalización. **Revista de Cultura Ñ**, Buenos Aires: Clarín, n. 422, p. 10-11, 2011.

GARRABOU, Ramón. **Sombras del Progreso:** Las huellas de la historia agraria. Barcelona: Crítica, 2010.

GIRBAL-BLACHA, Noemí M. Azúcar, cambio político y acción empresaria en la Argentina (1916-1930). **Investigaciones y Ensayos**, Buenos Aires: ANH, n. 41, p. 269-314, 1991.

GIRBAL-BLACHA, Noemí. Balance historiográfico agro-regional en la Argentina (1960-2000). Microhistoria para la comprensión macrohistórica. **L'Ordinaire Latino-Americain**, Toulouse: IPEALT de la Universidad de Toulouse Le-Mirail, v. 0, p. 157-181, 2006.

GIRBAL-BLACHA, Noemí; CERDÁ, Juan Manuel. Lecturas y relecturas sobre el territorio. Una interpretación histórica. **Estudios Rurales:** Publicación del CEAR (Centro de Estudios de la Argentina Rural), Bernal: CEAR, n. 1, p. 55-78, 2011.

GIRBAL-BLACHA, Noemí. Notas acerca de las complejidades de la Historia Regional. **Folia Histórica del Nordeste**, Resistencia-Chaco: IIGHI-CONICET, n. 20, p. 167-174, 2012.

GIRBAL-BLACHA, Noemí. Historia y memoria rural. Tramas regionales para la construcción de la Historia Rural Argentina. **Breves Contribuciones del Instituto de Estudios Geográficos**, Tucumán: ISES, n. 24, p. 118-131, 2013.

GIRBAL-BLACHA, Noemi; ZARRILLI, Adrián Gustavo (direct.). **Más allá de la pampa:** Agro, territorio y poder en el Nordeste argentino (1910-1960). Buenos Aires: Teseo, 2015. p. 265-317.

GIRBAL-BLACHA, Noemí. Identidad territorial, agro y políticas públicas. Reflexiones históricas sobre las desigualdades regionales en la Argentina hasta mediados del siglo XX. **AREAS:** Revista Internacional de Ciencias Sociales. Murcia: Universidad de Murcia, n. 38, 2019.

GIRBAL-BLACHA, Noemí. Economía azucarera tucumana, empresarios y crédito en tiempos del estado peronista (1946-1955). In: MACOR, Darío; TCACH, César (ed.). **La invención del peronismo en el interior del país.** Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2005.

GIRBAL-BLACHA, Noemí. Política, Territorio y el Régimen Forestal Argentino de 1948. Reflexiones desde la Historia. **DT-SEHA**, Madrid: Sociedad Española de Historia Agraria, n. 1906, p. 1-22, 2019.

GRENDI, Edoardo. Repenser la micro-histoire?. In: REVEL, Jacques (dir). **Jeux d'échelles La micro analyse à l'expérience**. Paris: Gallimard-Seuil, 1996. p. 233-243.

GUY, Donna J. **Política azucarera argentina: Tucumán y la Generación del 80**. Tucumán: Banco Comercial del Norte, 1981. (Traducción de su tesis doctoral original, 1973).

HORA, Roy. **¿Cómo pensaron el campo los argentinos? Y cómo pensarlo hoy, cuando ese campo ya no existe**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2018.

IAZZETTA, Osvaldo. Capacidades estatales, gobernabilidad democrática y crisis global. In: __. **Working paper series: Los rostros de la crisis económica internacional y sus impactos políticos en América Latina**. Buenos Aires: PNUD, 2009.

LATTUADA, Mario; MÁRQUEZ, Susana; NEME, Jorge. **Desarrollo rural y política: Reflexiones sobre la experiencia argentina desde una perspectiva de gestión**. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2012.

LEONI, María Silvia. Historia y Región: la Historia Regional de cara al siglo XXI. **Folia Histórica del Nordeste**, Resistencia-Chaco: IIGHI-CONICET, n. 24, p. 167-178, 2015.

LLACH, Juan José. El Plan Pinedo de 1940, su significado histórico y los orígenes de la economía política del peronismo. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires: IDES, v. 23, n. 92, p. 515-558, 1984.

MANZANAL, Mabel; ROFMAN, Alejandro. **Las economías regionales de la Argentina: Crisis y políticas de desarrollo**. Buenos Aires: CEUR/CEAL, 1989.

MANZANAL, Mabel; ARZENO, Mariana; NUSSBAUMER, Beatriz. **Territorios en construcción: Actores, tramas y gobiernos: entre la cooperación y el conflicto**. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, 2007.

MARADONA, Esteban. **A través de la selva**. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Penitenciaría Nacional, 1937.

MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. The New Institutionalism: Organizational Factors in Political Life. **American Political Science Review**, Cambridge: Cambridge University Press, n. 78, p. 734-749, 1984.

MATEU, Ana María. Poder y relaciones políticas y económicas en Mendoza, Argentina. 1880-1920. **Anuario de Estudios Americanos**, Madrid: CSIC, t. 53, n. 2, p. 199-226, 1996.

MEICHTRY, Norma C.; FANTIN, María A. Territorios en regresión de vida y pobreza en el Nordeste Argentino. *In*: VELÁZQUEZ, Guillermo. **Geografía y Bienestar: Situación local, regional y global de la Argentina luego del censo de 2001**. Buenos Aires: Eudeba, 2008. p. 299-321.

MIGDAL, Joel S. **Estados débiles. Estados fuertes**. México: FCE, 2011.

MOLINA JIMÉNEZ, Iván. De la historia local a la historia social. Algunas notas metodológicas. **Cuadernos digitales**: Publicación electrónica en historia, archivística y estudios sociales, San José de Costa Rica: Universidad de Costa Rica, n. 3, 2000.

NAVARRO, Fernando; FERNÁNDEZ, Sandra. Viajes y viajeros: algunos tópicos para entender la mirada cultural sobre la economía regional argentina. **Revista THEOMAI**, Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, n. 3, 2001.

O'CONNELL, Arturo. La Argentina en la Depresión: los problemas de una economía abierta. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires: IDES, v. 23, n. 92, 1984.

PEREIRA, Daniel A. **La construcción de la ciudadanía en el Territorio Nacional de Formosa (1879-1955)**. 2004. Tese (Licenciatura) – Facultad de Humanidades, Universidad Nacional de Formosa, Formosa, 2004.

PERSELLO, Ana Virginia. **El Partido Radical, Gobierno y Oposición, 1916-1943**. Buenos Aires: Editorial Siglo XXI, 2004.

PIZARRO, Sara Elisa. Las elites políticas y administrativas. *In*: CANALES ALIENDE, José Manuel; SANMARTIN PARDO, José. **Introducción a la Ciencia Política**. Madrid: Editorial Universitas S.A., 2014. p. 231-239.

RECA, Lucio. La industria vitivinícola en la Argentina. Perspectivas de crecimiento. **Económica**, La Plata: Universidad Nacional de La Plata, v. 17, n. 3, p. 337-348, 1971.

RECA, Lucio; LEMA, Daniel; FLOOD, Carlos. **El crecimiento de la agricultura argentina: Medio siglo de logros y desafíos**. Buenos Aires: Editorial Facultad de Agronomía-UBA, 2010.

RICHARD JORBA, Rodolfo. Transiciones económico-sociales: Inmigración y mundo del trabajo. *In*: PÉREZ ROMAGNOLI, Eduardo; SANJURJO, Inés; BARRIO, Patricia; RICHARD-JORBA, Rodolfo. **La región vitivinícola argentina: Transformaciones del territorio, la economía y la sociedad 1870-1914**. Bernal: Editorial de la Universidad Nacional de Quilmes, 2006. p. 77-83.

ROCCATAGLIATA, Juan Alberto (coord.). **Argentina: Una visión actual y prospectiva desde la dimensión territorial**. Buenos Aires: Emecé, 2008. p. 475-494.

ROFMAN, Alejandro et al. **Las economías regionales:** Luces y sombras de un ciclo de grandes transformaciones 1995-2007. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes-Centro Cultural de la Cooperación, 2012.

ROFMAN, Alejandro. **Las economías regionales a fines del siglo XX:** Los circuitos del petróleo, del carbón y del azúcar. Buenos Aires: Ariel, 1999.

ROSANVALLON, Pierre. **Por una historia conceptual de lo político.** Buenos Aires: FCE, 2002.

SALVATORE, Ricardo. Control del trabajo y discriminación: el sistema de contratistas en Mendoza, Argentina, 1880-1920. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires: IDES, v. 26, n. 102, p.229-254, 1986.

SARTORI, Giovanni. **La política:** Lógica y método de las Ciencias Sociales. México: FCE, 2002.

SLUTZKY, Daniel. **Estructura social agraria y agroindustrial del Nordeste de la Argentina:** desde la incorporación a la economía nacional al actual subdesarrollo concentrador y excluyente. Buenos Aires: IADE, 2011.

TORNQUIST, Ernesto. **El desarrollo económico de la Argentina en los últimos cincuenta años.** Buenos Aires: Ernesto Tornquist y Cía., 1920.

TRAVERSO, Enzo. **La historia como campo de batalla:** Interpretar las violencias del siglo XX. México: FCE, 2012.

VILLAFañE, Benjamín. **Política económica suicida. País conquistado.** Jujuy: [S. n.], 1927.

Recebido: 15/06/2020
Aprovado: 11/11/2020

¿REFORMA AGRARIA SECUNDARIA? EL REPARTO DE TIERRA EJIDAL EN DOS REGIONES DEL OCCIDENTE Y NORTE DE MÉXICO EN LA PRIMERA MITAD DEL SIGLO XX

Luis Alejandro Pérez Ortiz¹
Fernando Marco Calleros García²

Resumen: En este trabajo revisamos las historias agrarias de dos regiones ubicadas en el norte y occidente de México, en la primera la Revolución tuvo uno de sus principales escenarios, en la segunda se experimentó de forma marginal, pero en ambas el reparto de tierra por la reforma agraria fue generalizado. En esta aproximación nos interesa plantear las causas comunes y las diferencias en ambos casos para contribuir a una comprensión de los procesos que volvieron imperante en ambos lugares las formas de propiedad social. Para ello exploramos la idea de una “reforma agraria secundaria” utilizada para distinguir el reparto de tierra que tuvo su origen en las políticas de estado de aquel que provenía de demandas arraigadas en conflictos del pasado. Reflexionamos sobre la pertinencia de esta categoría, así como sobre las pistas que ambos casos de estudio dan sobre la importancia de la geografía y las escalas regionales para entender la operación y sentidos de esta política.

Palabras clave: Reforma agraria; México; Durango; Michoacán; siglo XX.

SECONDARY AGRARIAN REFORM? EJIDAL LAND ALLOCATION IN TWO REGIONS OF WESTERN AND NORTHERN MEXICO IN MID TWENTIETH CENTURY

Abstract: In this paper we analyze the agrarian history of two regions located in the north and in the west of Mexico. The first region was a most relevant scenario for the Mexican Revolution, while it was marginally experienced in the second region. However, land allocation due to the agrarian reform was generalized in both regions. We seek to put forward the common reasons and the differences between the two cases to contribute to a better understanding of the processes through which forms of social property became dominant in both. With this aim, we explore the idea of a “secondary agrarian reform” to distinguish between the land allocation that had its origin in state policies, from that which originated in the claims that emerged from conflicts of the past. We reflect on the pertinence of this category, as well as on the clues that both case studies provide on the importance of geography and regional scales in order to understand the way this policy operated.

Keywords: agrarian reform; México; Durango; Michoacán; Twentieth Century.

Introducción

Han pasado más de cien años de la Ley Agraria (1915) que sentó las bases para la reforma que cambiaría el paisaje de la propiedad de la tierra en el campo mexicano. Las huellas de esta política parecen ser casi omnipresentes y contrario a lo que se pensó hace casi tres décadas cuando se dio por concluida con una reforma

¹ Escuela Nacional de Estudios Superiores unidad Morelia, UNAM. Email: luis.perez@enesmorelia.unam.mx

² Investigador independiente. Email: marco.calleros@uabc.edu.mx

constitucional (1992), aún persisten con una vitalidad diversa las instituciones, las dinámicas y las ideas que contribuyó a crear y que la sostuvieron. Una de estas ideas, la de su origen, es quizá la principal y la podemos resumir así: la concentración de la tierra en el siglo XIX, acentuada sobre todo durante la dictadura del porfiriano, fue el factor de descontento que alimentó la Revolución que experimentó el país a principios del siglo XX y la reforma agraria fue la respuesta a una demanda de justicia.³

La afirmación anterior gozó de una amplia aceptación y fue dominante durante muchas décadas al momento de interpretar el sentido y hacer evidentes los resultados del movimiento revolucionario.⁴ Sin embargo, conforme fue avanzando el tiempo y se profesionalizó la historiografía diversas investigaciones empíricas fueron mostrando la debilidad y las carencias de este argumento para muchas regiones y lugares. Las haciendas que eran las principales acusadas de la acumulación de la tierra así como del empobrecimiento del campo resultaron tener condiciones y características más diversas y profundas de las que se les atribuía en dicha explicación.⁵ Asimismo la reforma agraria vista como la herramienta a través de la cual se hacía justicia a nuevos y viejos despojos y agravios fue luego de un tiempo también interpretada como una política de incorporación y subordinación política de las poblaciones rurales.⁶

Las reflexiones del origen, la aplicación y los fines de la reforma agraria han sido muy importantes para determinar el carácter y alcance de la Revolución mexicana. En parte sobre su naturaleza campesina y popular se cimentó un régimen

³ El principal expositor de esa idea es: TANNENBAUM, Frank. **The Mexican Agrarian Revolution**. Washington, D. C.: Brookings Institute, 1929.

⁴ KNIGHT, Alan. Interpretaciones recientes de la Revolución mexicana. **Secuencia**, México, n. 13, p. 23-43, 1989.

⁵ Por ejemplo véase la caracterización sobre la modernización de las haciendas que se hace en: TORTOLERO Villaseñor, Alejandro. **Notarios y agricultores. Crecimiento y atraso en el campo mexicano, 1780-1920**. México: Siglo XXI, 2008, p. 37-47. Asimismo sobre la relación de las haciendas y los pueblos: BUVE, Raymond. Un paisaje lunar habitado por bribones y sus víctimas. Miradas retrospectivas al debate sobre las haciendas y los pueblos durante el porfiriato (1876-1911). *In*: FALCON, Romana y BUVE Raymond (comp.). **Don Porfirio presidente..., Nunca omnipotente. Hallazgos, reflexiones y debates. 1876-1911**. México: UIA, 1998, p. 121-151. Sobre el despojo de las tierras comunales durante el siglo XIX: KOURÍ, Emilio. Economía y comunidad en Papantla: reflexiones sobre “la cuestión de la tierra” en el siglo XIX. *In*: ESCOBAR OHMSTEDE, Antonio y ROJA RAVIELA, Teresa (coords). **Estructuras y formas agrarias en México del presente y del pasado**. México: RNA-CIESAS, 2001, p. 197-214.

⁶ WARMAN, Arturo. **El campo en México en el siglo XX**. México: FCE, 2001, p.57-60.

político que duró más de setenta años en el poder. Sobre lo ficticio o real de esta se ha escrito y se sigue escribiendo una inabarcable literatura que en diferentes grados se ha posicionado entre definirla como un verdadero cambio social o como parte de un proceso de construcción y fortalecimiento del estado que en múltiples sentidos inició durante el porfiriato, es decir la larga dictadura que vivió México entre 1877 y 1911.⁷

En relación a esta discusión Alan Knight proponía hace un tiempo distinguir como extremos de un continuo dos procesos: una reforma agraria primaria realizada de forma más o menos rápida que estuvo incentivada por la movilización revolucionaria; y una reforma agraria secundaria, con una continuidad menos clara con la movilización armada, en la que fue significativa la decisión de los centros políticos, instituciones y agentes estatales en negociación con los grupos locales.⁸ En este trabajo nos proponemos volver a dicha distinción como una primera reflexión para probar su utilidad para comprender y caracterizar el reparto de tierras realizado en las décadas posteriores al conflicto armado.⁹

La reforma agraria primaria se instaló en el imaginario político nacional, ya que como se ha estudiado por otros investigadores las demandas principalmente de los campesinos del estado de Morelos pero también de otros lugares del país que se levantaron en armas durante la Revolución, fueron incorporadas por la facción que salió triunfante en el conflicto y estas reivindicaciones pasaron a formar parte de la historia del movimiento armado para explicarlo y justificarlo. Sin embargo, lo que Knight llamaba la reforma agraria secundaria, guarda también gran relevancia para comprender la historia del reparto de tierra durante la primera mitad del siglo XX, pues como buscamos explorar y presentar tentativamente en este artículo, esta forma de operar dicha política fue en algunos lugares su modalidad predominante.

⁷ Una revisión y muestra del debate puede revisarse en: KNIGHT, Alan. *Op. Cit.*; KUNTZ FICKER, Sandra. ¿Qué nos dejó la Revolución Mexicana?. **Revista de la Universidad de México**, México, n. 617, p. 23-30, 2002.; MANZO GUERRA, Enrique. Pensar la Revolución mexicana: tres horizontes de interpretación. **Secuencia**, México, n. 64, p. 50-78, 2006.

⁸ KNIGHT, Alan. Tierra y sociedad en el México revolucionario: la destrucción de las grandes haciendas. *In*: __. **Repensar la Revolución mexicana**. México: Colmex, 2013, p. 15-57.

⁹ En este trabajo nos ocupamos de la primera mitad del siglo XX pues consideramos que a partir de 1950 la reforma agraria adquiere otros elementos que la pueden diferenciar de estas primeras décadas pues se amplía la extensión de las parcelas y se incorporan de forma más nítida zonas de colonización.

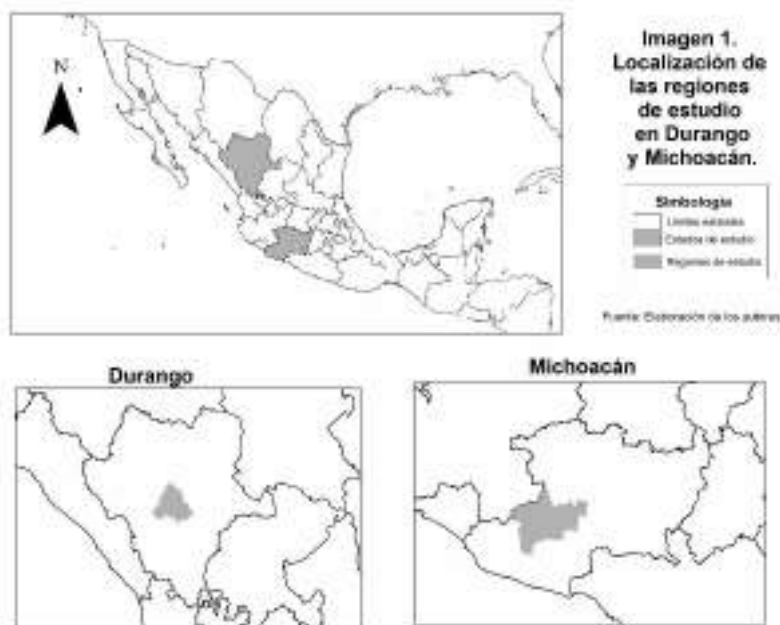
La investigación histórica sobre la reforma agraria ha priorizado las historias particulares y sólo en algunos casos las historias regionales y en estas últimas destacan aquellas zonas que contaban con una producción comercial boyante al momento de ser expropiadas.¹⁰ En estos trabajos tenemos muchos ejemplos de investigaciones con un enfoque convencional para explicarlos ya que durante mucho tiempo fue más relevante presentar una historia con antagonistas claramente identificados. La reforma como otros investigadores y especialistas seguramente han advertido es tan diversa que es necesario estudiar la historia de cada ejido para comprenderlo y sobre algunos temas parece difícil hacer generalizaciones. Sin embargo, proponemos que esta noción de reforma agraria secundaria puede servirnos para hacer visible la distinción y alcance de esta política a través de un enfoque regional, asimismo para presentar un proceso en el cual los protagonistas y acontecimientos no se ajustan a explicaciones simples.

No existen muchas investigaciones que busquen comparar historias agrarias para este periodo, en cambio sí las hay de la caracterización de las facciones revolucionarias o de la forma diferenciada en que se vivió el conflicto en distintas geografías.¹¹ Por ello este artículo hace una primera comparación que no aspira a ser definitiva ni exhaustiva de las historias agrarias de dos regiones ubicadas en el norte y occidente de México (imagen 1). Una de ellas comprende los valles de Canatlán y Guatimapé, zona rodeada por dos cordilleras que se desprenden de la Sierra Madre Occidental a pocos kilómetros de la ciudad de Durango. La otra es el valle que forma la Tierra Caliente del Tepalcatepec, una franja relativamente aislada que se extiende entre el Sistema Volcánico Transversal y la Sierra Madre del Sur en el estado de Michoacán. La escala de análisis de la comparación es regional pues es en este nivel que podemos ver la diversidad de la reforma agraria en un mismo

¹⁰ Un ejemplo muy notable es el de la región algodonera en el norte de México, por ejemplo: VARGAS-LOBSINGER, María. **La Comarca Lagunera de la Revolución a la expropiación de las haciendas, 1910-1940**. México: UNAM, 2010.

¹¹ Por ejemplo sobre las facciones: CORDOVA, Arnaldo. **La ideología de la Revolución mexicana**. México: IIS-UNAM, 1973; y sobre las regiones: GONZÁLEZ, Luis. **Pueblo en vilo**. Zamora: Colmich, 1995 y KNIGHT, Alan. II. Nación, región y patria chica en la Revolución mexicana. In: ___. **La revolución cósmica. Utopías, regiones y resultados, México 1910-1940**. México: FCE, 2015, p. 34-60.

lugar.¹² Esto permite considerar uno de los aspectos que es fundamental para comprender la forma en que operó y los sentidos que tuvo esta política en ambos espacios, nos referimos a la geografía en sus múltiples dimensiones.



El contexto estatal de ambos lugares durante la Revolución es contrastante y por lo mismo consideramos que las comparaciones son interesantes y nos sirven para ver los alcances y la presencia que la denominada reforma secundaria tuvo en el país. Durango fue un escenario de primer orden del movimiento, cuna de líderes icónicos que estuvieron al frente de importantes formaciones militares que dominaron gran parte del norte de México. En cambio, Michoacán fue más bien un escenario marginal, no fue el origen, ni alimentó de forma significativa los contingentes de los grandes ejércitos que protagonizaron el conflicto.

El artículo se divide en cuatro apartados, en el primero comentamos de forma general lo que llamamos las reformas agrarias, en los dos siguientes se hace un repaso por las historias de las dos regiones y en el última parte incluimos a manera de cierre, aspectos comunes y diferencias, así como la integración las ideas que se

¹² Nuestra noción de región es el de región “en sí misma” pues nos centramos en dos valles que en tanto espacios geográficos reúnen ciertas características como tierras aptas para la agricultura y recursos hídricos susceptibles de ser aprovechados para dicho fin. Véase al respecto: VAN YOUNG, Eric. Haciendo historia regional. Consideraciones metodológicas y teóricas. In: PÉREZ HERRERO, Pedro. **Región e historia en México (1700-1850). Métodos de análisis regional**. México: Instituto Mora-UAM, 1991. p. 99-122.

desprenden de estas y que consideramos puede tener implicaciones para pensar y comprender la reforma agraria en la primera mitad del siglo XX en estos y otros lugares. Los datos que hemos empleado provienen de la investigación documental y bibliográfica sobre ambos lugares y formaron parte originalmente de dos investigaciones más amplias.¹³ Además del empleo de fuentes escritas en esos trabajos se emplearon sistemas de información geográfica para revisar y representar información de la investigación documental y de campo de donde retomamos los dos mapas que aquí hemos incluido.

Las reformas agrarias en la primera mitad del siglo XX

La legitimación de la Revolución mexicana a través de la cuestión agraria tuvo uno de sus principales exponentes en Frank Tannenbaum, en su obra él argumentaba que antes del movimiento armado México era un país feudal de dramáticas desigualdades, la mitad de la población rural vivía atada a las haciendas y la otra mitad restante habitaba pueblos libres de tierras escasas que estaban acorralados por las grandes propiedades. La Revolución si bien buscaba objetivos políticos fue una chispa que se convirtió en una hoguera alimentada por el descontento imperante en el medio rural; así pues este autor diagnosticaba que la paz sólo se conseguiría con la aplicación de un programa agrario.¹⁴

La perspectiva anterior no partía sólo de la posición política de Tannenbaum o de su errónea interpretación de datos estadísticos, como es bastante conocido se basaba entre otros elementos en la demanda realizada por uno de los ejércitos en pugna durante el conflicto.¹⁵ La Ley Agraria de 1915, promulgada en plena guerra, daba crédito a esta agenda, al buscar restituir las tierras en común reconocidas u otorgadas a los pueblos para su subsistencia por el gobierno colonial y que en algunos casos habían sido despojadas de forma ilegítima en el contexto de las reformas liberales en la segunda mitad del siglo XIX, aunque sus alcances eran más

¹³ PÉREZ ORTIZ, Luis Alejandro. **Fausto en el trópico seco: el distrito de riego de la Tierra Caliente del Tepalcatepec, 1927-2011**. Zamora: Tesis de Doctorado en Estudios Rurales, 2018. CALLEROS GARCÍA, Marco. **La conformación de la región manzanera de Canatlán, Durango (1926-1959)**. Durango: Tesis de Maestría en Ciencias y Humanidades, 2019.

¹⁴ TANNENBAUM, Frank. La revolución agraria mexicana. **Revista de la Universidad de México**, n. 612, p. 87-91, 2002.

¹⁵ WOMACK, John. **Zapata y la Revolución mexicana**. México: Siglo XXI, 1969.

amplios ya que en dicha ley se disponía también que se dotara de tierra a los pueblos que carecían de ella.¹⁶

La legislación anterior fue el inicio, aunque no del todo planeado, de una modalidad de reforma que se consolidaría como la vía de redistribución a través de la institución que conocemos como ejido, una forma de organización y tenencia de la tierra con un alto grado de dependencia del estado, que en cierta manera hibrida la propiedad individual y colectiva. Esto asimismo instituyó el minifundio en el país, pues puso límites a la extensión de tierra que sus beneficiarios podían tener, priorizando un carácter agrícola ya que se esperaba sirviera para producir los suficientes para cubrir la alimentación básica de una familia campesina.¹⁷

Sin embargo, un conjunto de investigaciones de carácter regional y local que incorporaban fuentes inéditas, así como nuevos enfoques teóricos mostraban evidencias que parecían cuestionar tanto el carácter de la Revolución como el origen de la reforma agraria. Estas coinciden con el agotamiento del partido oficial en el poder por la falta de apertura democrática y las crisis económicas de la década de 1970 y 1980, el partido había construido su legitimidad basado en ser el heredero y garante de los logros revolucionarios. Es este el contexto en el que se generó un revisionismo desencantado que veía entre el porfiriato y la Revolución mexicana más continuidades que cambios.¹⁸

La legitimidad del programa agrario era a la vez también la legitimidad de la Revolución. El despojo, la pobreza, el maltrato y otros agravios debían explicar por qué grandes contingentes de la población rural y popular se habían unido a las filas de los diferentes ejércitos. Sin embargo, el carácter del conflicto armado que durante décadas gozó de credibilidad era cuestionado ahora a partir de diferentes argumentos en investigaciones que, por ejemplo, ponían en duda la naturaleza

¹⁶ Sobre este tema conviene dirigirse directamente a la legislación: **Ley Agraria de 1915**. México: Centro de Estudios del Agrarismo en México, 1983. Asimismo a la literatura sobre el reparto de tierras comunales por los liberales, por ejemplo: KNOWLTON, Robert. La división de las tierras de los pueblos durante el siglo XIX: el caso de Michoacán. In: **Historia Mexicana**, V. XL, N. 157, 1990, p. 3-25.

¹⁷ WARMAN, Arturo. *Op. Cit.*, p. 64.

¹⁸ CORDOVA, Arnaldo. *Op. Cit.*, p.15.

opresiva del porfiriato y sus instituciones o en su caso el origen y los intereses de los líderes locales y regionales de movimiento.¹⁹

El que se implementara una reforma agraria podía interpretarse tanto como una medida de justicia frente abusos cometidos en contra de los pueblos como una medida del gobierno que era ocupado por la facción que triunfó en el movimiento armado y que buscaba cooptar a las poblaciones rurales. Ahora sabemos que incluso esta política restitutiva y de dotación de tierra no dejó de tener opiniones encontradas en los grupos que llegaron al poder, sobre todo en si debía ser a través de una modalidad de propiedad individual o colectiva como lo recuerda recientemente Eitan Ginzberg.²⁰ Pero no obstante los debates que suscitó en ese momento, la vía ejidal de la reforma se institucionalizaría de forma definitiva y muy vigorosa hacia la década de 1930.²¹

Es por estas diferencias valorativas pero también empíricas que advertía Alan Knight la necesidad de distinguir las continuidades y las rupturas que tuvo el curso de la política agraria. En algunos lugares la Revolución fue el precedente de una reforma más o menos rápida en la década de 1920. En sitios de los estados de Morelos, Michoacán y San Luis Potosí el agrarismo se había detonado por el conflicto por la tierra entre comunidades, haciendas y otros actores.²² Este proceso es al que llamaría “reforma agraria primaria” y se corresponde en mayor grado con la interpretación tradicional que representa la obra de Tannenbaum, nosotros anotaríamos solamente que no puede circunscribirse a una temporalidad tan clara como la primera década luego del conflicto pues numerosas comunidades tuvieron que esperar varias décadas más para encontrar una solución a sus conflictos. Este autor no es el único que ha encontrado diferencias entre este momento y el posterior sentido y propósito que tomaría la política agraria en las siguientes décadas. Por ejemplo, para Warman el reparto de tierras los primeros 20 años de su ejecución fue

¹⁹ GUERRA, Françoise-Xavier. **México del Antiguo Régimen a la Revolución I**. México: FCE, 1988. MEYER, Jean. Haciendas y Ranchos, peones y campesinos en el porfiriato. Algunas falacias estadísticas. **Historia Mexicana**. México, v. 35, n. 3, p. 477-509, 1986.

²⁰ GINZBERG, Eitan. Renunciar a un ideal revolucionario: el debate en torno a la naturaleza privada y comunal de la reforma agraria mexicana. **Historia Mexicana**. México, v. 69, n. 276, p. 551-611, 2019.

²¹ En estos años las leyes agrarias expandieron su alcance al incluir a más posibles beneficiarios. KOURÍ, Emilio. La promesa del artículo 27. Disponible en: <https://www.nexos.com.mx/?p=23778>. Consultado: 10/09/2020.

²² KNIGHT, Alan. *Op. Cit.* p. 33.

principalmente un acto de justicia de los agravios que habían sufrido los pueblos.²³ Asimismo está la observación de Nugent y Alonso para el caso de Chihuahua cuando señalaban que allí “los primeros repartos agrarios fueron soluciones políticas a problemas políticos” pues los pueblos que recibieron ejidos durante los años veinte en ese estado habían sido los mismos que iniciaron la lucha armada en 1910.²⁴

Al proceso anterior Alan Knight lo distingue de lo que llamó “reforma agraria secundaria” que guardó una continuidad menos evidente con el movimiento revolucionario y por ello despertó suspicacias de tratarse de una reforma de “arriba hacia abajo” y del “centro hacía fuera”, que requirió “organización y exhortación estatales” y que se enfrentó no sólo a la oposición de los afectados sino también a la apatía o precaución popular. No se le puede atribuir solo un carácter elitista o manipulador sin subestimar el apoyo y la movilización popular, por lo que debió lograrse a través de la negociación y el convencimiento mutuo de se trataba de un interés común.²⁵ Esto se realizó de forma paulatina a través de diferentes mecanismos que incluyó el trabajo y la participación de líderes locales o la intervención de agentes estatales como profesores y otros burócratas que se encargaron de promover la organización, la instrucción política o los rituales cívicos.²⁶

La distinción anterior es en apariencia simple pero no siempre se hace explícita cuando leemos sobre el reparto de tierra que ocurre luego de la Revolución. En la historia de la reforma agraria suele tratarse a ambas como un solo proceso. Así que en la actualidad tanto en la memoria de la gente como en la investigación ha sido predominante la imagen de la reforma agraria como un acto de justicia que intentaba remediar una larga cadena de conflictos suscitados desde el siglo XIX. Por ejemplo, en una publicación reciente a propósito de los 100 años de la Ley Agraria de 1915 se afirma:

²³ WARMAN, Arturo. *Op. Cit.*, p. 64.

²⁴ NUGET, Daniel y ALONSO, Ana María. Tradiciones selectivas en la reforma agraria y la lucha agraria: cultura popular y formación del estado. *In: GILBERT, Joseph y NUGET, DANIEL. Aspectos cotidianos de la formación del estado.* México: ERA, 2002, p. 191-192.

²⁵ KNIGHT, Alan. *Op. Cit.*, p. 34-36.

²⁶ BOYER, Christopher. Viejos amores y nuevas lealtades: el agrarismo en Michoacán, 1920-1928. *In: MIJANGOS DÍAZ, Eduardo (coord.). Movimientos sociales en Michoacán. Siglos XIX y XX.* Morelia: UMSNH, 1999, p. 203.

De este modo, se revela que el largo proceso de la Reforma Agraria fue el resultado de una de las demandas sociales de mayor arraigo para las comunidades que se involucraron en la Revolución iniciada en 1910. El conflicto armado fue la oportunidad de reivindicación histórica para los pueblos que se habían visto enfrentados con el Estado liberal del siglo XIX en su impulso por liberalizar bienes como la tierra, en busca del desarrollo económico y la modernización.²⁷

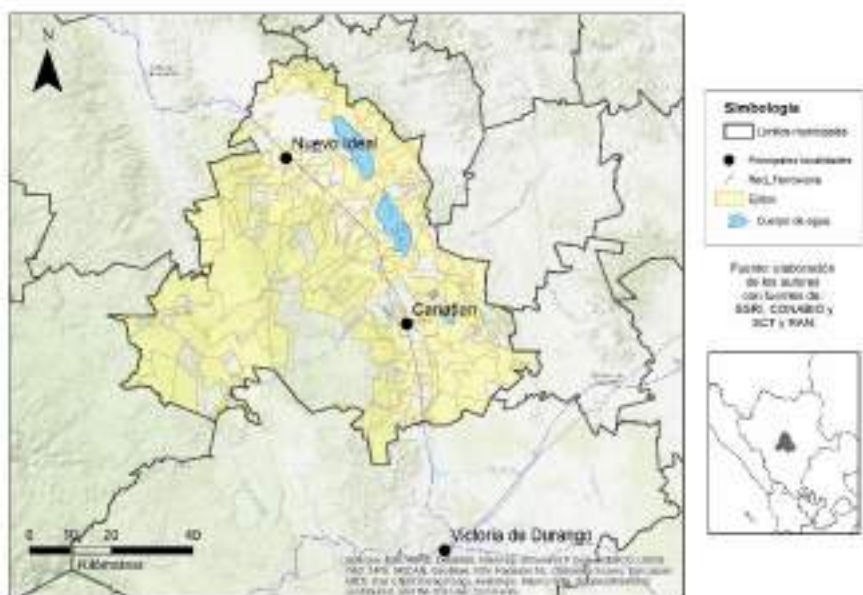
En su momento cuando iniciamos en diferentes espacios la investigación de las regiones que aquí presentamos, nosotros también partimos de premisas muy similares a la anterior. En ambos casos otros investigadores antes que nosotros habían sugerido que la reforma agraria había sido el resultado de la aplicación de un acto de justicia que buscaba reparar los abusos ocurridos a lo largo del siglo XIX y durante el porfiriato. Sin embargo, cuando nos acercamos a los archivos de solicitud y dotación de tierra, revisábamos los antecedentes y conocíamos sus contextos encontrábamos procesos más diversos, la participación de otros actores e instituciones e incluso la orientación de otros proyectos y la consideración de factores que no son exclusivamente políticos como presentamos en los siguientes dos apartados.

Reforma agraria y organización campesina en la región de Canatlán, Durango.

La región de Canatlán se localiza en una porción de la zona integrada por los valles de Canatlán y Guatimapé en la parte central del Estado de Durango y abarca alrededor de 350,000 ha. Se encuentra a una altura de entre 1,950 y 2,000 metros sobre el nivel del mar; los valles son acotados por cordilleras que corren paralelas, mismas que se desprenden de la Sierra Madre Occidental (imagen 2). Las amplias llanuras que los conforman están separadas por una cordillera de lomas de corta elevación, cuya anchura es de 4 a 5 kilómetros aproximadamente. La zona de estos valles posee un clima templado con verano cálido en donde la temperatura media anual es de 15.8°C.

²⁷ TAPIA, Regina; ANDREWS, Catherine (coords.). **La reforma agraria desde los Estados**. Ensayos en conmemoración del centenario de la ley Agraria del 6 de enero de 1915. México: Centro de Estudios Constitucionales-SCJN, 2018. p. XVII.

Imagen 2. Reforma agraria en el municipio de Canatlán, Durango, siglo XX.



Canatlán se ubica a una distancia de 60 km de la ciudad de Durango, la capital del estado, lo que le permitió tener un mayor auge económico que otros pueblos más alejados; y poder así convertirse en el centro obligado para el comercio y la autoridad en la región de los valles de Canatlán y de Guatimapé en la primera mitad del siglo XIX. Históricamente en dicho espacio han prevalecido las actividades agropecuarias, debido principalmente a las características físicas del territorio, así como a la apropiación de los recursos que han hecho los diferentes pobladores a lo largo del tiempo. A finales del siglo XIX la actividad ganadera se desarrollaba como una de las más importantes en la región y el estado, debido principalmente a la existencia de grandes extensiones de pastizales y otros terrenos planos no aptos para la agricultura que eran utilizados para alimentar al ganado, además de la abundante agua existente.²⁸

En hasta los primeros años del siglo XX que la agricultura de riego se perfiló como una de las actividades productivas más importantes, debido a la construcción de sistemas de riego y bordos o presas en las lagunas por parte de los dueños de algunas haciendas como la de Santa Lucía y La Saucedá, cuya intención fue tener un mayor almacenamiento del líquido y de esta manera lograr un mejor

²⁸ ROUAIX, Pastor. **Geografía del Estado de Durango**. México: Secretaría de Agricultura y Fomento, 1929, p. 115.

aprovechamiento de este recurso. Aunque otro elemento de primer orden que contribuyó a dicha transformación fue el desarrollo de diferentes medios de transporte, como el ramal del ferrocarril Durango a Tepehuanes inaugurado en 1902.²⁹ De tal modo que para cuando estalló la Revolución algunas haciendas habían transitado hacia la agricultura comercial en gran escala, desarrollando otro tipo de cultivos como chile, trigo, calabaza y algunos otros frutales como el perón y el membrillo.³⁰

Para el caso de Durango, Friedrich Katz menciona que la Revolución tuvo un carácter esencialmente agrario desde el principio y que además fue una de las revueltas más radicales de México, equiparándola incluso con el caso de Morelos.³¹ Tales afirmaciones resultan ciertas cuando se estudia el proceso en el estado, y nos damos cuenta que efectivamente gran parte del territorio de Durango se encontraba en manos de unos cuantos hacendados.

En la mayor parte del territorio del estado de Durango la hacienda había logrado monopolizar la tierra y con ello la producción agropecuaria, debido a que poseía casi el total de las que antes había sido tierras de los pueblos, ello fue resultado principalmente de sentencias judiciales, compras paulatinas a los vecinos de los pueblos y despojos respaldados por las autoridades, al grado de que la mayoría de los pueblos libres habían perdido la totalidad de sus tierras antes de la Revolución Mexicana.³²

En la región de Canatlán había un total de 169 fincas rústicas que en su mayoría eran pequeña propiedad, propiedad media y ranchos. Sin embargo, la mayor parte de la zona estaba ocupada por grandes propiedades, de las cuales sobresalen dos haciendas y dos latifundios que se encontraban asentados en los valles de Canatlán y Guatimapé y que abarcaban casi la totalidad de las llanuras y

²⁹ VALLEBUENO, Miguel. Economía y negocios en Durango de los siglos XIII y XIX, *In*: RODRIGUEZ, Guadalupe. **Historia General del Estado de Durango, tomo III: Siglo XIX**. Durango: IIH de la UJED, 2013, p. 199.

³⁰ CANO, Gloria. Las fincas rústicas del estado de Durango según los padrones catastrales de 1898. Un recuento de la calidad de sus tierras, extensiones territoriales y valores catastrales. *In*: RODRIGUEZ, Guadalupe. **Historia General del Estado de Durango, tomo III: Siglo XIX**. Durango: IIH de la UJED, 2013. 481.

³¹ KATZ, Friedrich. La Revolución mexicana en Durango 1910-1920, *In*: RODRIGUEZ, Guadalupe. **Historia General del Estado de Durango, tomo IV: Siglo XX**. Durango: IIH de la UJED, 2013, p. 32.

³² ROUAIX, Pastor. *Op. Cit.*, p. 136.

parte de la sierra de dicho territorio. Por una parte, las haciendas eran la de la Saucedá y la de Cacaria, y por la otra, los latifundios de Guatimapé y de Santa Lucía-San Bartolo y anexas. Entre estas cuatro fincas acaparaban un total de 210 602 hectáreas de tierra.³³

La Ley Agraria de 1915 buscó justamente dar cambiar estas cuestiones, planteando la necesidad de una repartición y distribución más equitativa de las propiedades mediante la expropiación de las haciendas, pero también como una forma efectiva de asegurar la paz y promover el bienestar de las clases populares que se hallaban movilizadas en el conflicto. Asimismo, la ley tenía como objetivo la creación de comisiones agrarias o comités de campesinos que se unieran para poder deslindarse de la servidumbre económica que hasta el momento habían padecido.

Previo a la promulgación de la Ley Agraria a nivel nacional, de manera local tuvo lugar un intento de reparto de tierras llevado a cabo por el gobernador Pastor Rouaix al expedir una Ley Agraria Estatal en octubre de 1913, fue el primer mandatario local en emitir un decreto para el reparto de tierras hasta ese entonces dominadas por los grandes hacendados.³⁴ El gobernador al expedir tal ley precedió a los que serían después asumidos como los postulados de la Revolución, con esta acción buscaba contener las revueltas violentas que asolaban varias zonas del estado, así como ganar el apoyo y respaldo de las clases populares.³⁵

La ley expedida por Rouaix pretendía dar tierras a aquellos pueblos que no las poseían, concediéndoles una superficie proporcional al número de habitantes y al mismo precio en el que estas fueran adquiridas por el estado. Para llevar a cabo dichas acciones, sería necesario expropiar las haciendas aledañas a los pueblos,

³³ En 1926 Pastor Rouaix realizó una clasificación de la estructura de la posesión de la tierra que hasta 1910 había prevalecido en el estado de Durango. Considerando como “propiedades ínfimas” a aquellas que poseían menos de 5 hectáreas, mientras que las que poseían entre 5 y 100 hectáreas fueron nombradas como “pequeña propiedad”. Asimismo, las que tenían entre 100 y 1000 hectáreas fueron denominadas como “propiedad media”. Por su parte hay otra categoría denominada “ranchos” y aquí entraban todas aquellas propiedades que poseían una extensión de entre 1000 y 5000 hectáreas. “Las haciendas pequeñas” eran fincas que poseían entre 5000 y 10000 hectáreas, en penúltimo lugar estaban las “haciendas” que abarcaban una extensión territorial entre 1000 y menos de 50000 hectáreas, y, por último, lo que denominó como “latifundios” que poseían más de 50000 hectáreas de tierra. ROUAIX, Pastor. *Op. Cit.*, p. 141.

³⁴ KATZ, Friedrich. *Op. Cit.*, p. 49.

³⁵ ALTAMIRANO, Graciela. *Las confiscaciones revolucionarias*. In: RODRIGUEZ, Guadalupe. **Historia General del Estado de Durango, tomo IV: Siglo XX**. Durango: IIH de la UJED, 2013, p.79.

respetándoles solamente una extensión de 5000 hectáreas.³⁶ Sin embargo, la propuesta anterior no prosperó y la cuestión agraria esperaría unos años más. Hasta que la reforma agraria se convirtió en un proyecto con el que las élites revolucionarias pretendieron ganar apoyo de las clases populares, lo que les servía para debilitar a sus enemigos y fortalecer el poder del nuevo estado revolucionario.³⁷ Fue una estrategia que se aprovechó de la situación en la que se encontraban las comunidades rurales, una herramienta de subordinación por parte de los gobiernos, ya que los beneficios ofrecidos estaban fuertemente condicionados.

El reparto de tierras que se realizó en la región de Canatlán en un primer momento se puede decir que perteneció a lo antes referido como la reforma primaria, ya que algunos de ejidos recibieron su dotación en los años veinte e incluso antes, el reparto representó la primera pérdida considerable de tierras para los terratenientes de la región que hasta el momento habían dominado el espacio. Sin embargo, en las posteriores resoluciones de dotación se hace evidente lo que caracterizó a la reforma secundaria, ya que durante ese periodo se manifestó el apoyo condicionado de líderes políticos, así como una fuerte participación estatal, lo que permitió la constitución de 51 ejidos agrícolas en el municipio de Canatlán durante la década de 1930.³⁸

Durante el periodo posrevolucionario a nivel nacional y estatal los gobiernos establecieron alianzas con agrupaciones políticas y sindicales cuya intención aparente era encausar las demandas de los campesinos, las cuales funcionarían como intermediarios entre unos y otros. De tal manera que en marzo de 1920 se constituyó en Durango el Sindicato Agrario Confederado de Durango, agrupación que se integró por los comités particulares ejecutivos que por ley debían organizarse en todos los núcleos de población al solicitar tierras, dicho sindicato se formó bajo

³⁶ Knight, Alan. *Op. Cit.*, p. 79.

³⁷ *Ibidem.* p. 15-57.

³⁸ El gobierno del presidente Plutarco Elías Calles impulsó tres acciones que beneficiaron de manera directa a la región. La primera fue la creación del Banco de Crédito Agrícola de Durango, iniciando operaciones en 1926; la segunda el establecimiento de la Escuela Central Agrícola de Santa Lucía y por último la construcción de un dique en la laguna de Santiaguillo, lo que permitió bloquear sus aguas y poder irrigar las tierras de la región. En NAVARRO, Pavel. **El cardenismo en Durango: Historia política regional 1934-1940**. México: Instituto de Cultura del Estado de Durango, 2005, p. 37.

la presidencia de Alberto Terrones Benítez³⁹ y resultó ser la primera y más importante agrupación de su tipo constituida en el estado.⁴⁰

De manera oficial el objetivo de tal agrupación era luchar por la restitución y dotación de tierras, enfrentando a las autoridades que obstaculizaran o impidieran la aplicación de las nuevas leyes agrarias, para lo cual era necesario congregarse al mayor número de campesinos que tuvieran dicha necesidad, además del establecimiento de alianzas con otras agrupaciones a nivel nacional. En octubre de 1920 el Sindicato encabezado por Alberto Terrones y Severino Ceniceros decidió unirse al recién conformado Partido Nacional Agrario (PNA) y de esta forma fortalecer las acciones que pretendían llevar a cabo en materia agraria en el estado, logrando convertir a Severino Ceniceros en un importante líder del PNA.⁴¹

Aunque la actividad del sindicato se desarrolló con mayor amplitud en la zona oriente del estado, también tuvo una fuerte presencia en la región de llanos; dentro de las cuales se pueden mencionar: Nombre de Dios, Durango, Canatlán, San Juan del Río, Panuco de Coronado y Peñón Blanco, zonas en las que el reparto de tierra tenía que darse de manera urgente, debido principalmente a la presión ejercida por la alta densidad de la población y la existencia de grandes latifundios que se habían establecido en las llanuras, acaparando la tierra y por ende la actividad agrícola.⁴²

En la zona de la Saucedá en Canatlán, se constituyó el “Sindicato Ignacio Altamirano” conformado por un grupo de campesinos que estuvieron luchando a brazo partido para obtener la dotación ejidal de “la Saucedá”, dicha agrupación era liderada por Anacleto Vela, Ángel Reyes, Eraclio Nieves y Juan Castañeda. Su lucha no solo fue contra los terratenientes, sino también contra un grupo de setenta vecinos del lugar que eran incondicionales a aquellos. En una queja que interponen ante la Comisión Local Agraria en 1930, mencionan que dichos vecinos fueron incluidos en el padrón ejidal por lo que resultarían beneficiados de la dotación,

³⁹ SALMERÓN, Pedro. Lucha agraria y revolución en el oriente de Durango (1900-1929). **Historia Mexicana**, v. 56, n. 1 (221), p. 117-173, julio-septiembre 2006.

⁴⁰ NAVARRO, Pavel. *Op. Cit.*, p. 37.

⁴¹ SALMERÓN, Pedro. *Op. Cit.*, p. 117-173

⁴² NAVARRO, Pavel. *Op. Cit.*, p. 29.

cuando en realidad no tendrían por qué haber figurado ya que ellos contaban con tierras.⁴³

Asimismo, en el pueblo de San José de Gracia se fundó el Sindicato de Obreros y Campesinos de San José de Gracia, el cual jugó un papel importante es el proceso de dotación de tierras, así como la lucha posterior en contra de terratenientes y autoridades. En 1930 emitió una carta que iba dirigida al gobernador Alberto Terrones, en la que pedía que se solucionara el hostigamiento del que estaban siendo víctimas los ejidatarios del pueblo por parte de las autoridades quienes querían desalojar a varios de ellos de sus parcelas.⁴⁴

En 1923 se llevó a cabo el Tercer Congreso de Campesinos Agraristas del Estado de Durango, el cual logró reunir una gran cantidad de delegados del estado, así como a representantes de las cámaras parlamentarias, representantes del presidente Álvaro Obregón, al gobernador y líderes agrarios del país.⁴⁵ En el evento, cada uno de los representantes expresaron la situación que se vivían en las poblaciones y la necesidad de radicalizar la reforma agraria, ya que a su consideración no estaba funcionando de manera adecuada.

En el congreso hubo participación de campesinos de la región de Canatlán, que al igual que todos sus compañeros expresaron sus quejas o inquietudes respecto al proceso de reparto en el que se encontraban inmersos. Los representantes de Canatlán y la Cañada señalaron los obstáculos burocráticos a los que tenían que enfrentarse para que se llevara a cabo la dotación ejidal, así como la lentitud de los trámites para satisfacer sus demandas. Y los delegados de San José de Gracia simplemente se limitaron a demandar la ampliación de los ejidos, puesto que ellos ya contaban con tierras.⁴⁶

La intervención de los gobiernos en el proceso de reparto influyó para que se formaran grupos políticos que se supone buscaban beneficiar a los pueblos, además

⁴³ AHED, **Queja interpuesta ante la Comisión Local Agraria por parte del Sindicato Ignacio Altamirano de "La Saucedá", 1930.** Agrario del siglo XX, documento sin clasificar.

⁴⁴ AHED. **Carta dirigida al gobernador por parte del Sindicato de Campesinos y Obreros de San José de Gracia, 1930.** Agrario del siglo XX, documento sin clasificar.

⁴⁵ CASTRO, José. Política agraria entre 1920-1928. *In:* MONTALVO, Enrique. **Historia de la cuestión agraria mexicana: modernización, lucha agraria y poder político**, tomo 4. México: Siglo XXI, p.133.

⁴⁶ *Ibidem*, p.133

sirvieron como intermediarios entre éstos y las autoridades. A pesar de los retrasos que experimentaron algunos, a todos los pueblos de la región de Canatlán se les otorgarían tierras ejidales y así se inició la transformación en la estructura de posesión de la tierra (imagen 2).

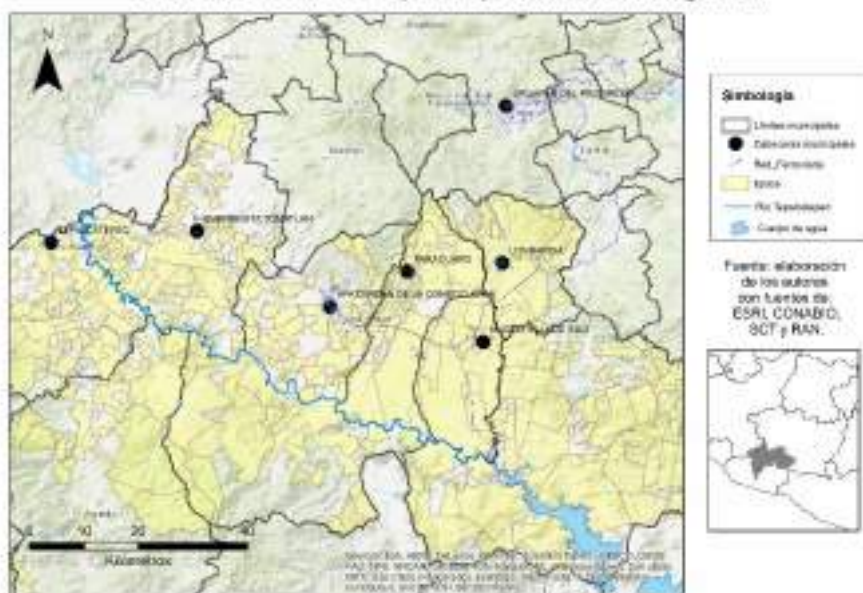
A partir de dicho cambio también hubo una reestructuración en las actividades agrícolas en Canatlán: los pequeños propietarios y posteriormente los nuevos ejidatarios buscaron expandir las huertas de manzanos, iniciando una tradición frutícola que se había vislumbrado ya desde principios de siglo. Actualmente la región manzanera de Canatlán comprende un conjunto de veintinueve ejidos y otras pequeñas propiedades pertenecientes a los municipios de Canatlán y Nuevo Ideal que poseen características similares en cuanto a aspectos geográficos, y cuya actividad económica principal es la producción del fruto.

La Tierra Caliente del Tepalcatepec en Michoacán. Poblamiento y reparto agrario por la irrigación

La Tierra Caliente se ubica al suroeste de Michoacán entre la Sierra Madre y el Sistema Volcánico Transversal. Este valle de más de 200 000 ha de clima semiárido constituye la parte baja de la cuenca del río Tepalcatepec, el principal tributario del río Balsas que desemboca en el océano Pacífico. Como su nombre lo indica es un lugar caracterizado por altas temperaturas durante todo el año y con lluvias escasas y torrenciales. Las referencias coloniales y del siglo XIX se referían siempre a esta región como un lugar inhóspito y apartado.⁴⁷ En la actualidad se compone principalmente del territorio de los municipios de Gabriel Zamora, Múgica, Parácuaro, Apatzingán, Buenavista y Tepalcatepec, lugares donde predomina la propiedad ejidal creada por la reforma agraria (imagen 3).

⁴⁷ REYES, Cayetano; OCHOA SERRANO, Álvaro. **Resplandor de la Tierra Caliente michoacana**. Zamora: Colmich, 2004, p. 115-169.

Imagen 3. Reforma agraria en los municipios que comprenden la Tierra Caliente del Tepalcatepec, Michoacán, siglo XX.



En esta región se ubican algunos poblados de origen prehispánico y colonial que hasta la fecha persisten aunque casi todos ellos eran ya pueblos mestizos a finales del siglo XIX. Desde la Colonia y hasta el siglo XX fue un lugar escasamente poblado, ya que gran parte de su territorio aunque apto para la agricultura carecía de agua para ser productivo, aun cuando constituye el dren natural de una importante cuenca los ríos allí fluyen por profundos cañones que dificultan su aprovechamiento. Las vías de comunicación hacia el valle se hacían interminables pues consistían en pequeños caminos que debían sortear esa accidentada geografía. Por ello los principales asentamientos humanos se ubicaron siempre en una zona más o menos acotada de manantiales y pequeños arroyos que afloran a los pies del Pico de Tancítaro entre los pueblos de Parácuaro, Apatzingán y Buenavista (imagen 3).

Lo anterior determinó la dinámica de poblamiento del valle durante largo tiempo. En las zonas donde el agua podía ser aprovechada tanto para la agricultura como para la generación de energía se ubicaron algunos pueblos, haciendas y ranchos sin que estos llegaran destacar por su tamaño o productividad, salvo el caso de algunos lugares donde la producción de añiles, producto de bajo peso y alto costo en el mercado que resultó lo suficientemente rentable para su explotación hasta

finales del siglo XIX.⁴⁸ En este periodo en la inmensa mayoría del valle prevaleció el uso y ocupación extensiva del territorio con una vocación ganadera, los asentamientos consistían en pequeños caseríos ubicados cerca de ríos y manantiales en los que habitaba una familia extensa. Las localidades de mayor importancia se correspondían con los pueblos o villas que venían de la época de la Colonia y llegaron a existir uno o dos pequeños pueblos formados de manera tardía alrededor de un rancho o hacienda.

Los antiguos pueblos comenzaron a desincorporar su tierra comunal voluntariamente u obligados a ello desde la década de 1820, este proceso se extendió en algunos lugares hasta los primeros años del siglo XX. Los padrones de beneficiarios de este proceso nos dan alguna idea del tamaño de los pueblos y de la gradual desaparición de la población nativa, por ejemplo, en Tomatlán hoy Buenavista constaba de 252 personas (1874), en San Juan de los Plátanos se componía únicamente de 5 individuos (1869), el de Acahuato de 73 (1874) y el de Pizándaro de 45 (1869).⁴⁹ El siglo XIX fue aquí efectivamente un periodo de expansión y consolidación de la propiedad privada, los propietarios de las tierras solían ser familias vecinas de Uruapan, el pueblo más importante en esta parte del estado en términos políticos y comerciales, aunque ubicado ya fuera de la Tierra Caliente.

El número de haciendas que existían en el valle de acuerdo a Barrett varió muy poco durante el siglo XIX, en sus datos para 1822 registra 24 y 23 para 1910, como una cifra adicional incluye a 1877 donde quedaron consignados 9.⁵⁰ Un censo de 1882 ubicado en nuestro trabajo de archivo es el documento más completo que conocemos para este periodo, allí las haciendas registradas fueron 14. En la mayoría de estas las casas principales o cascos no desarrollaron pueblos a su alrededor, incluso 8 de ellas tenían menos de 33 habitantes lo que las coloca en el promedio de la mayoría de los cientos de ranchos que existían en el valle en ese momento.⁵¹

⁴⁸ AGUIRRE ANAYA, Alberto. **Espacios arquitectónicos y sistemas para la producción en la Tierra Caliente**. Zamora: Colmich, 2011, p. 15-23.

⁴⁹ Libros de Hijuelas del Distrito de Apatzingán, varios tomos, AHPEM.

⁵⁰ BARRETT, Elinore. **La cuenca del Tepalcatepec II. Su desarrollo moderno**. México, Setecientos, 1975, p. 27.

⁵¹ Censo de 1882, Mapoteca, AHPEM.

La expansión del ferrocarril durante el porfiriato fue uno de los detonantes del crecimiento de la agricultura de riego en el valle a finales del siglo XIX. Antes de este los hacendados habían dependido de las bestias de carga para transportar sus productos a los mercados extraregionales. El ferrocarril llegó a la ciudad de Morelia en 1883 y se enlazó con el pueblo de Pátzcuaro hacia 1886.⁵² Este lugar fue durante varios años lugar de arribo y distribución de los productos de gran parte del estado, incluidos los de las haciendas de Tierra Caliente. Hasta que en 1899 se concluirían las vías que llegarían hasta Uruapan, lugar que era el paso obligado para comunicarse al valle.

Si atendemos lo hasta aquí señalado podemos ver que a diferencia de los valles de Durango antes presentados esta era una región más aislada y con una densidad demográfica menor. Asimismo mucho peor comunicada pues la llegada del ferrocarril no la alcanzaría hasta décadas más tarde, aun con este transporte en Uruapan el trasladar allí productos agrícolas dependía de la arriería e implicaba varias jornadas dependiendo de la zona del valle de la cual se partiera.

En la década en que el ferrocarril llegó a Michoacán sólo existía una hacienda relativamente importante en la Tierra Caliente llamada Los Bancos y estaba dedicada a la producción de azúcar.⁵³ En esos mismos años llegó al valle el señor Dante Cusi y su familia, a dicho empresario de origen italiano le tocaría implementar algunos de los cambios más radicales que había experimentado el valle por lo menos desde tiempos coloniales. En 1884 comenzó a arrendar propiedades en la zona de Parácuaro y Apatzingán que llegaron a sumar 8000 ha lo que le aseguró el control de buena parte del agua necesaria para irrigar una superficie significativa de tierra que se encontraba subutilizada.⁵⁴ En 1902 adquirió la propiedad que se convertiría en la hacienda de Lombardía, una extensa porción de tierra, ubicada fuera de los caminos pues se trataba de una zona prácticamente deshabitada del valle. En 1909 compraría la propiedad colindante de similares características que se convirtió en

⁵² PÉREZ TALAVERA, Víctor. El arribo del ferrocarril a Michoacán y su abastecimiento forestal durante el porfiriato. **Tzintzun. Revista de Estudios Históricos**, Morelia, n. 63, p. 121-148, 2016.

⁵³ "Noticia sobre las principales industrias agrícolas del Estado". **Memoria sobre los diversos ramos de la administración pública**. Morelia: Imprenta del Gobierno, 1889.

⁵⁴ PURECO ORNELAS, Alfredo. **Empresarios lombardos en Michoacán. La familia Cusi entre el porfiriato y la posrevolución (1884-1938)**. Zamora: Colmich-Instituto Mora, 2010, p. 241.

la hacienda de Nueva Italia (imagen 3). La suma de ambas llegó a 62 000 ha que eran usadas para la ganadería en una escala reducida y que apenas contaban con algunos ranchos dispersos.⁵⁵

La adquisición de estas propiedades coincide con la llegada del ferrocarril a la ciudad de Uruapan y en poco tiempo ambas haciendas se convirtieron en dos de las unidades productivas más importantes de Michoacán. Esto se logró con la construcción de un sistema de derivación del cauce de los ríos a través de un sistema de presas, canales, túneles y sifones que permitieron llevar el agua a lo largo de 15 km desde las zonas altas hasta las tierras bajas del valle, logrando su aprovechamiento antes de que se perdiera en profundas barrancas.⁵⁶ El arroz fue el principal producto que les dio fama pero en las haciendas se introdujeron también nuevos cultivos y razas de ganado. En su periodo de mayor auge se estima que en conjunto llegaron a cultivar un máximo 15 000 ha y un mínimo de entre 8 000 y 10 000.⁵⁷ Asimismo incorporaron entre otras cosas maquinaria moderna, el uso de energía eléctrica, vehículos de vapor y un ferrocarril interno adquirido gracias a un crédito otorgado por el gobierno a través de la Caja de Préstamos para Obras de Irrigación y Fomento de la Agricultura, institución creada en 1908.⁵⁸

Los italianos incorporaron aspectos técnicos y tecnológicos que antes no estaban disponibles, como los materiales y herramientas usados para construir los canales y otras estructuras en las que emplearon tubos de acero, dinamita, barrenadoras eléctricas, etc. Por la parte política estos contaron con generosas concesiones que les otorgaron un control monopólico del agua.⁵⁹ Clifton Kroeber ha señalado que durante el porfiriato las instituciones de fomento a la irrigación ejercieron una política selectiva pues se “esperaba que el progreso y la producción proviniera sólo de las operaciones de ricos empresarios y corporaciones y no de agricultores pequeños o de mediana escala.”⁶⁰ Así como pasó en las haciendas de

⁵⁵ CUSI, Ezio. **Memorias de un colono**. México: Jus, 1955, p. 63.

⁵⁶ PURECO ORNELAS, Alfredo. *Op. Cit.*, p. 206.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 159-160.

⁵⁸ SÁNCHEZ DÍAZ, Gerardo. **El Suroeste de Michoacán. Economía y sociedad, 1852-1910**. Morelia: IIH-UMSNH, 1988, p. 188.

⁵⁹ PURECO ORNELAS, Alfredo. *Op. Cit.*, p. 191-192

⁶⁰ KROEBER, Clifton. **El hombre, la tierra y el agua. Las políticas en torno a la irrigación en la agricultura de México, 1885-1911**. México: Ciesas-IMTA, 1994, p. 204.

Canatlán en el mismo periodo aquí la agricultura de riego repuntó como una actividad más atractiva y rentable, creciendo sobre los espacios antes subutilizados u ocupados para la ganadería.

El auge económico de la familia Cusi fue precedido de forma inmediata por el inicio de la Revolución mexicana. Sus proyectos se vieron interrumpidos más que por la violencia y el conflicto los cuales pocas veces tocaron a su puerta, por el contexto estatal y nacional pues aumentó de forma generalizada la inseguridad de los caminos, aunque como afirma Javier García Diego “Michoacán, no proporcionó grandes contingentes a convencionalistas, villista o zapatistas”.⁶¹ Localmente surgió un pequeño grupo en el valle encabezado por Cenobio Moreno, este aglutinó a pequeños propietarios y clase media de la región, proclives al carrancismo y buscando principalmente fines políticos.⁶² No hubo como en la zona de los llanos de Durango contingentes populares y campesinos sublevados que debieran ser pacificados o con demandas que exigían ser atendidas. La entidad fue un escenario marginal del conflicto y por ello mismo hubo que hacer posteriormente la Revolución por otros medios, como por ejemplo la labor de promover una cultura política como lo estudió Christopher Boyer en otras regiones de Michoacán.⁶³

De acuerdo a la Ley Agraria de 1915 y su versión posterior de 1917 en el valle apenas unos pocos pueblos reunían lo necesario para beneficiarse de la restitución o la dotación de tierras. La geógrafa Elinore Barrett quien estudió la historia del valle desde el enfoque de la geografía cultural en su investigación que precedía la etapa de la reforma agraria iniciaba señalando que “para 1910 la concentración de la tierra en pocas manos había llegado al extremo; un 95% o más de las familias rurales de todo el país no tenía tierras”.⁶⁴ Esta autora tuvo un acceso privilegiado a los datos de la reforma agraria en su momento pero desafortunadamente no se ocupó de los

⁶¹ GARCADIAGO, Javier. José Inés Chávez García, ¿Rebelde, bandido social, simple bandolero o precursor de los cristeros?. **Historia Mexicana**. México: Colmex, v. 60, n. 2, p. 834.

⁶² MIJANGOS DÍAZ, Eduardo; TORRES ORTIZ, Bersaín. Cenobio Moreno Bucio y la Revolución en el valle de Apatzingán. In: OIKIÓN, Verónica; SÁNCHEZ, Martín. **Vientos de rebelión en Michoacán: continuidad y ruptura en la Revolución Mexicana**. Zamora: Colmich, 2010, p. 145.

⁶³ BOYER, Christopher. La Revolución inventada: Salvador Sotelo y el papel del “intelectual local” en el Michoacán posrevolucionario. En: SÁNCHEZ RODRÍGUEZ, Martín; BAUTISTA, Cecilia. **Estudios michoacanos IX**. Zamora: Colmich, 2001, p. 169-195.

⁶⁴ BARRETT, Elinore. *Op. Cit.*, p. 45.

procesos a través de los cuales se operó y sólo dio cuenta de la gran magnitud que tuvo en la región.

Una revisión de las bases de datos actuales sobre núcleos agrarios muestra que entre los años de 1930 y 1950 se crearon 67 ejidos en la Tierra Caliente.⁶⁵ Esta cantidad parece sorprendente para un lugar que apenas unos años atrás era uno de los sitios menos poblados de Michoacán. En la década de 1930 todavía el geógrafo norteamericano Dan Stanislawsky había recorrido la región, encontrando que la mayor parte de los asentamientos humanos dependían del pastoreo y la agricultura de subsistencia. Asimismo que la mayor parte de la población vivía en ranchos con dos a tres docenas de chozas.⁶⁶ Un médico contemporáneo registraba lo mismo y sumaba a la observación que las lluvias eran tan inconstantes que no era inusual que se presentaran de forma consecutiva dos y hasta tres años de malas cosechas que obligaban a la población a migrar, por lo que a su consideración en ese lugar el agrarismo fracasaría.⁶⁷

¿Qué pasó entonces en estas décadas que se crearon tantos ejidos? Encontramos durante este periodo por lo menos tres tipos de reparto en este valle: el primero corresponde a los antiguos pueblos; el segundo a las zonas de riego y las nuevas haciendas que contaban con ese recurso; el tercero se realizó sobre nuevas tierras irrigadas no por la iniciativa privada sino el propio estado, a continuación nos referiremos brevemente a estos casos. En primer lugar la vía de la restitución de tierra únicamente fue demandada por habitantes de los pueblos de Acahuato (1920) y Buenavista (1929) pero en ambos casos fue rechazada pues las autoridades argumentaron que no acreditaban la propiedad, ni el despojo que reclamaban. En otros de estos lugares se organizaron directamente solicitudes de dotación: Parácuaro en 1921; en Tepalcatepec en 1926; Apatzingán en 1931; Santa Ana Amatlán en 1931; San Juan de los Plátanos en 1937; y Pinzándaro en 1940.⁶⁸ En

⁶⁵ Padrón e Historial de Núcleos Agrarios (PHINA): <http://www.ran.gob.mx/ran/index.php/sistemas-de-consulta/phina>. Consultado: 01/10/2020.

⁶⁶ STANISLAWSKY, Dan. **Anatomía de once pueblos michoacanos**. Morelia: CIGA-UNAM-Colmich, 2007, p. 16.

⁶⁷ ORTIZ HERNÁNDEZ, Godofredo. **Informa de la exploración social y sanitaria del pueblo de Tepalcatepec, Michoacán**. Morelia: Tesis de Médico Cirujano, 1939, p. 10-13.

⁶⁸ Padrón e Historial de Núcleos Agrarios (PHINA): <http://www.ran.gob.mx/ran/index.php/sistemas-de-consulta/phina>. Consultado: 01/10/2020.

relación a lugares como la zona de Canatlán este proceso se inició aquí de forma tardía pues estas solicitudes se corresponden con el sentido original de la ley de 1915 para restituir o reconstituir tierras de los antiguos pueblos.

Un segundo grupo de ejidos se creó durante el cardenismo (1934-1940), este se dio sobre las zonas donde existían tierras irrigadas, sin duda fue la expropiación de las haciendas de Lombardía y Nueva Italia la más significativa de sus acciones por tratarse de empresas agrícolas muy productivas. Este reparto fue precedido por varios años de conflicto entre los propietarios y sus trabajadores, desde 1929 siendo Lázaro Cárdenas gobernador se incentivó la formación de ligas agrarias y sindicatos organizados y apoyados por las Confederación Revolucionaria Michoacana del Trabajo (CRMDT), organización fundada en 1929 por iniciativa del gobernador, articulaba a los grupos populares en el medio urbano y rural a fin de avanzar en la exigencia y efectivización de derechos agrarios y laborales, buscando articular y controlar los principales espacios de poder político estatales. Asimismo una serie de acciones del gobierno fueron creando durante estos años las condiciones para la conversión de esas grandes propiedades en ejidos, por ejemplo, alrededor de cada hacienda se formó un poblado ocupado por los cientos de trabajadores que empleaban, estos lugares fueron reconocidos con la categoría política de tenencias, es decir poblaciones con derecho a contar con un gobierno submunicipal, estrategia para otorgarles el derecho a solicitar tierra.⁶⁹ Aunque finalmente la expropiación se concretó con una negociación directa del gobierno con sus propietarios. En forma parecida, en otra de las haciendas más productivas del valle llamada Los Bancos, ubicada entre los pueblos de Apatzingán y Buenavista, el agrarismo de sus trabajadores fue precedido de un movimiento sindical apoyado por la CRMDT desde 1932.⁷⁰

Un tercer grupo de ejidos se crearon principalmente entre 1940 y 1950, estos también sobre tierras de riego habilitadas con obras de infraestructura realizadas

⁶⁹ MORAILA MORALES, Homero. **Revolución y reparto agrario en Tierra Caliente de Michoacán. El caso de las haciendas de Lombardía y Nueva Italia, 1911-1938.** México: tesis de maestría en historia, 2011, p. 283.

⁷⁰ Resolución en el expediente de dotación de ejidos al poblado Los Bancos. **Diario Oficial**, 12 de abril de 1943, p. 4-6.

por el estado. En 1938 el gobierno federal organizó en el valle un distrito de riego⁷¹ y en 1942 se inauguró la estación del ferrocarril que finalmente conectó al pueblo de Apatzingán, corazón geográfico del valle, con buena parte del país. Posteriormente en 1947 se creó la Comisión del Tepalcatepec, una institución con facultades extraordinarias para incidir en materia de riego, vías de comunicación e infraestructura social que operó hasta 1960. Desde sus primeros años la institución generó un movimiento de población espontáneo pues gente de otros lugares se trasladó buscando las zonas en donde se proyectó habría tierras irrigadas. Las personas y familias salieron de sus pueblos y se instalaron en algunos sitios buscando generar el derecho a convertirse en beneficiario de una parcela una vez que se terminaran las obras.

La historia de la reforma agraria en algunos de los ejidos más importantes del valle tuvo entre sus antecedentes el apoyo y orientación del gobierno a través de agentes estatales y líderes políticos como hemos referido para dos experiencias. Existen pocas historias agrarias particulares pero en las que se han realizado a detalle en la región la constante es la participación de maestros o líderes agraristas y obreros que llegaron a colaborar en la organización de los grupos que posteriormente se convertirían en ejidatarios, sobre todo entre los años de 1930 y 1950.⁷² Esto desde luego generó confusiones y desacuerdos entre los solicitantes, por ejemplo, en el caso de Nueva Italia, Susana Glantz encontraba que al iniciarse las gestiones de dotación algunos de los trabajadores manifestaban que preferían continuar como empleados y disfrutar de los derechos sindicales que habían ganado en sus movilizaciones, otros buscaban que el reparto se hiciera pero en parcelas individuales y no en una modalidad ejidal.⁷³ Finalmente la propiedad colectiva se impuso aquí y en la mayor parte del valle, en tal escala que en la década de 1960 el

⁷¹ Los distritos de riego son instituciones encargadas de administrar de forma amplia el uso del agua con fines agrícolas en un territorio limitado aparecieron primero con el nombre de sistemas nacionales de riego a finales de 1920.

⁷² MERCADO ARIAS, Eric. **Resistencia acomodaticia entre ejidatarios de Tierra Caliente de Michoacán, acceso y distribución de recursos en el ejido de Los Bancos**. Zamora: Tesis de doctorado en antropología, 2004; ORTIZ ESCAMILLA, Juan. **El desarrollo económico social del Centro Ejidal Felipe Carrillo Puerto (La Ruana), 1952-1980**. Morelia: Tesis de licenciatura en historia, 1983; MORAILA MORALES, Homero. **Revolución y reparto agrario en Tierra Caliente de Michoacán. El caso de las haciendas de Lombardía y Nueva Italia, 1911-1938**. Morelia: tesis de maestría en historia, 2011.

⁷³ GLANTZ, Susana. **El ejido colectivo de Nueva Italia**. México: SEP, 1974, p. 113, 117 y 121.

geógrafo francés Claude Bataillon describía a la Tierra Caliente como un feudo de la agricultura ejidal.⁷⁴

Estos dos últimos grupos de ejidos se separan de la intención inicial que tuvo la reforma agraria de dotar o restituir a los pueblos de tierra pues en muchos de estos casos se fundaron nuevos núcleos urbanos a fin de crear comunidades agrarias en zonas antes escasamente habitadas. Por otra parte, al tratarse de tierras dedicadas a la agricultura comercial se asignaba una nueva responsabilidad al ejido, más allá de sustentar a la familia campesina se buscaba que fueran productores que abastecieran los crecientes mercados urbanos. En el caso de la región de Cantlán esto es evidente al tratarse de una zona productora no de alimentos básicos sino de frutales, mientras que en el caso de la Tierra Caliente el arroz sería desplazado por curcuvitáceas, fibras naturales y posteriormente cítricos.

Reflexiones finales

La abigarrada historia agraria de México dificulta los intentos de tratar de una dar interpretación global de la reforma agraria durante la primera mitad del siglo XX, ya que en un mismo espacio encontramos una diversidad de antecedentes y circunstancias que contribuyen a complejizarla. En este último apartado abordaremos las diferencias pero también las similitudes que consideramos son evidentes en las historias regionales que hemos expuesto en los apartados precedentes y que deben ser más bien pistas sobre aspectos que se deben seguir profundizando. Asimismo sin afán de ser concluyentes retomamos las implicaciones de distinguir en entre una reforma agraria primaria y secundaria para la primera mitad del siglo XX en México.

Las condiciones previas de estos lugares son importantes para comprender el momento en que en ambos se comienzan a aplicar las leyes de la reforma agraria así como su vinculación con el movimiento revolucionario. En el caso de Durango nos encontramos ante una región próxima a la principal ciudad de su estado, apenas separada por unos pocos kilómetros y bien comunicada por el ferrocarril desde principios de siglo; en cambio en Michoacán hemos tratado una región que por su

⁷⁴ BATAILLON, Claude. **Las regiones geográficas en México**. México: Siglo XXI, 1993, p. 268

geografía vivió un aislamiento que no se modificaría hasta bien entrado el siglo XX, el ferrocarril llegó casi cuatro décadas más tarde que a los valles norteños.

En Canatlán la presión demográfica existía en los pueblos por lo menos desde la década de 1920 y esto puede explicar la activa movilización y organización para lograr el reparto de tierra que encuentra continuidad con el conflicto armado recién concluido. La ley agraria de 1913, pionera en su tipo, evidencia también como los propios gobernantes entendía que era la desigualdad en el campo uno de los factores que alimentaban el movimiento revolucionario en uno de los estados más activo del conflicto. En contraste, en la Tierra Caliente la población es muy escasa en este periodo y no es hasta finales de la década de 1930 y de 1940 que un desplazamiento de población de otros lugares comienza a generar la demanda de la tierra. La Revolución si bien se deja sentir allí de algunas maneras, apenas genera movilizaciones de grupos de clase media con intereses principalmente políticos.

Ahora bien, un aspecto en el que podemos ver paralelismo entre ambas historias regionales es la importancia de la técnica y la tecnología en sus procesos de cambio y de reforma agraria. En los dos lugares el ferrocarril permitió fortalecer su integración con zonas de consumo que antes hubiera sido inviables de alcanzar. El ganado sabemos puede ser capaz de caminar hasta los mercados en donde se le demanda, en cambio los cereales, las frutas y las hortalizas requieren transporte y vías de comunicación eficientes para alcanzarlos. En ambas encontramos un auge que las hace similares y es su vocación por una agricultura comercial que vio aumentar su demanda a finales del siglo XIX y principios del siglo XX. El ferrocarril aumentó sus posibilidades de llegar a mercados extraregionales y especializarse en la producción de cereales y frutales que dieron fama a las dos regiones en la primera mitad del siglo XX.

Asimismo el riego y las obras construidas por particulares en los primeros años del siglo XX es similar en ambas experiencias. Este se encuentra también asociado a la mejora de las vías de comunicación, pero la transformación que ocurrió en estos valles, sobre todo de forma más evidente en Michoacán, se puede enmarcar en la revolución que experimentaron los usos del agua a nivel mundial en las últimas décadas del siglo XIX, periodo en el que crecieron las escalas y los usos de este

recurso.⁷⁵ Asimismo la irrigación en diferentes escalas fue el factor que ayudó a modificar las formas de ocupación y aprovechamiento del espacio en la medida en que permitió en los dos casos hacer viable la pequeña propiedad que fomentaba la reforma agraria.

Los dos puntos anteriores hacen referencia a aspectos que nos son propiamente políticos. Esto consideramos debe ser parte de una agenda que deba de complementar el dialogo que desde hace varias décadas se ha generado en torno a esta política y que se ha centrado en la forma en que dicha reforma es parte de la contenciosa construcción del estado.⁷⁶ La reforma agraria se hizo por los hombres pero no la hicieron a su libre arbitrio. Por lo que debe incluirse una perspectiva que permita ubicar este proceso en relación con permanencias y revoluciones no sólo en su dimensión política sino también ambiental.⁷⁷ Sin hacer pasar por la puerta trasera algún tipo de determinismo geográfico o tecnológico, comprendiendo la forma en que los procesos sociales, económicos y políticos transformaron pero también se ajustaron a los espacios regionales en dicho proceso.

La forma en que se operó en las regiones la reforma agraria no encaja de forma tan evidente en el esquema de la narrativa maestra representada por Tannenbaum y puede hacer dudar de si nos encontrábamos frente a un proceso legítimo, por lo que la conceptualización como un continuo entre una reforma agraria primaria y una secundaria resulta útil para entender la disonancia en los procesos sin que en la balanza se terminé por desacreditar a sus beneficiarios y al proceso mismo. Como el mismo ejemplo de Durango y en cierta medida el de la Tierra Caliente muestran, el agrarismo que demandó tierra pasó por un periodo de formación y organización política que en parte creó una base de apoyo para líderes políticos y sus nacientes regímenes estatales, pero asimismo como otras investigaciones han concluido consideramos que aquí también se “creó una especie

⁷⁵ ABOITES AGUILAR, Luis. **La decadencia del agua de la nación**. México: Colmex, 2009, p. 23.

⁷⁶ Por ejemplo: NUGET, Daniel y ALONSO, Ana María. *Op. Cit.*, p. 175-2010. Así como más recientemente: MAZUERA TORRES, Gabriela y VELÁZQUEZ HERNÁNDEZ, Emilia. Presentación. Regímenes de propiedad y formación del Estado y la Nación en México y Centroamérica. **LiminaR. Estudios Sociales y Humanísticos**, v. XVIII, n. 2, p. 7-11, 2019.

⁷⁷ BOYER, Chris y CARÍÑO, Micheline. México y sus revoluciones ambientales. *In: LEAL, Claudia, et. al. Nuevas historias ambientales de América Latina y el Caribe*. Munich: RCC Perspectives, n. 7, p. 9-15, 2013.

de radicalismo popular alrededor de la idea de que la tierra pertenecía de hecho y de derecho a quienes la trabajaban”.⁷⁸

Si asumimos más seriamente esta distinción o continuo entre una reforma primaria y una secundaria ¿cómo cambia esto las ideas que tenemos de las interpretaciones generales de la reforma agraria? Los lectores familiarizados con esta política saben que durante el sexenio presidencial que va de 1934 a 1940 fue cuando más tierra y de mejor calidad se repartió. Una serie de cambios en las leyes dejaron sin recursos jurídicos para defenderse a los propietarios afectados por la reforma y se abrió la posibilidad de que no sólo los pueblos solicitaran tierra sino también los peones de las haciendas y otros núcleos de población sin categoría política lo hicieran, por lo que creció de forma exponencial el número de solicitudes en todo el país.⁷⁹ Por ello es la reforma secundaria quizá la que tuvo una mayor envergadura en este periodo y llamarla secundaria sólo puede generar confusión sobre su legitimidad e importancia, pero aun así consideramos importante seguir reflexionando en la pertinencia de caracterizar y explicar la diversidad de formas que tuvo esta política, lo que implica el reto de cómo contamos historias más complejas y diversas, es aquí donde la historia compara tal vez pueda ayudarnos a seguir entendiendo las reformas agrarias de este y otros periodos.

Referências Bibliográficas

ABOITES AGUILAR, L. **La decadencia del agua de la nación**. México: Colmex, 2009.

AGUIRRE ANAYA, A. **Espacios arquitectónicos y sistemas para la producción en la Tierra Caliente**. Zamora: Colmich, 2011.

ALTAMIRANO, G. “Las confiscaciones revolucionarias”. In: RODRÍGUEZ, G. **Historia General del Estado de Durango, tomo IV: Siglo XX**. Durango: Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad Juárez del Estado de Durango, 2013, p. 62-100.

⁷⁸ BOYER, Christopher. Revolución, Reforma agraria e identidad campesina en Michoacán. In: OIKIÓN Verónica; SÁNCHEZ, Martín. **Vientos de rebelión en Michoacán**. Zamora: Colmich, 2010, p. 171-185.

⁷⁹ Un repaso por los principales cambios a las leyes agrarias y sus aportaciones aparece en: MARINO, Daniela. Institucionalización de la Reforma agraria (1915-1937). In: POLOTTO, María del Rosario; KEISER, Thorsten y DUVE, Thomas. **Derecho privado y modernización**. América Latina y Europa en la primera mitad del siglo XX. Frankfurt: Max Planck Institute for European Legal History, 2015, p. 153-178.

ALTAMIRANO, G. Los años de Revolución en Durango (1910-1920). **Historia Mexicana**, México, v. 56, n. 1, p. 117-173, 2006.

BARRETT, E. **La cuenca del Tepalcatepec II. Su desarrollo moderno**. México, Sepsetentas, 1975.

BATAILLON, C. **Las regiones geográficas en México**. México: Siglo XXI, 1993.

BOYER, C. La Revolución inventada: Salvador Sotelo y el papel del "intelectual local" en el Michoacán posrevolucionario. *In*: SÁNCHEZ RODRÍGUEZ, M.; BAUTISTA, C. **Estudios michoacanos IX**. Zamora: Colmich, 2001, p. 169-195.

BOYER, C. Viejos amores y nuevas lealtades: el agrarismo en Michoacán, 1920-1928. *En*: MIJANGOS DÍAZ, Eduardo (coord.). **Movimientos sociales en Michoacán. Siglos XIX y XX**. Morelia: UMSNH, 1999, p. 175-222.

BOYER, C.; CARIÑO, M. México y sus revoluciones ambientales. *In*: LEAL, Claudia, *et al.* **Nuevas historias ambientales de América Latina y el Caribe**. Munich: RCC Perspectives, n. 7, 2013, p. 9-15.

BOYER, Christopher. Revolución, Reforma agraria e identidad campesina en Michoacán. *In*: OIKIÓN Verónica; SÁNCHEZ, Martín. **Vientos de rebelión en Michoacán**. Zamora: Colmich, 2010, p. 171-185.

BUVE, R. Un paisaje lunar habitado por bribones y sus víctimas. Miradas retrospectivas al debate sobre las haciendas y los pueblos durante el porfiriato (1876-1911). *In*: FALCON, R; BUVE, Ra. (comp.). **Don Porfirio presidente..., Nunca omnipotente. Hallazgos, reflexiones y debates. 1876-1911**. México: UIA, 1998, p. 121-151.

CALLEROS GARCÍA, M. **La conformación de la región manzanera de Canatlán, Durango (1926-1959)**. Durango: Tesis de Maestría en Ciencias y Humanidades, 2019.

CANO, G. Las fincas rústicas del estado de Durango según los padrones catastrales de 1898. Un recuento de la calidad de sus tierras, extensiones territoriales y valores catastrales. *In*: RODRÍGUEZ, G. **Historia General del Estado de Durango, tomo III: Siglo XIX**, Coord. Durango: Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad Juárez del Estado de Durango, 2013, p. 470-544.

CORDOVA, A. **La ideología de la Revolución mexicana**. México: IIS-UNAM, 1973.

CUSI, E. **Memorias de un colono**. México: Jus, 1955.

GARCIADIEGO, J. José Inés Chávez García, ¿Rebelde, bandido social, simple bandolero o precursor de los cristeros?. **Historia Mexicana**. México: Colmex, v. 60, n. 2, p. 833-895, 2010.

GINZBERG, E. Renunciar a un ideal revolucionario: el debate en torno a la naturaleza privada y comunal de la reforma agraria mexicana. **Historia Mexicana**. México, v. 69, n. 276, p. 551-611, 2019.

GLANTZ, S. **El ejido colectivo de Nueva Italia**. México: SEP, 1974.

GONZÁLEZ, L. **Pueblo en vilo**. Zamora: Colmich, 1995.

GUERRA, F. **México del Antiguo Régimen a la Revolución I**. México: FCE, 1988.

KATZ, F. "La Revolución mexicana en Durango 1910-1920". *In*: RODRÍGUEZ, G. **Historia General del Estado de Durango, tomo IV: Siglo XX**. Durango: Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad Juárez del Estado de Durango, 2013.

KNIGHT, A. Interpretaciones recientes de la Revolución mexicana. **Secuencia**, México, n. 13, p. 23-43, 1989.

KNIGHT, A. II. Nación, región y patria chica en la Revolución mexicana. *In*: __. **La revolución cósmica. Utopías, regiones y resultados, México 1910-1940**. México: FCE, 2015, p. 34-60.

KNIGHT, A. Tierra y sociedad en el México revolucionario: la destrucción de las grandes haciendas. *In*: __. **Repensar la Revolución mexicana**. México: Colmex, 2013. p. 15-57.

KNOWLTON, R. La división de las tierras de los pueblos durante el siglo XIX: el caso de Michoacán. **Historia Mexicana**, v. XL, n. 157, p. 3-25, 1990.

KOURÍ, E. Economía y comunidad en Papantla: reflexiones sobre "la cuestión de la tierra" en el siglo XIX. *In*: ESCOBAR OHMSTED, A. ROJA RAVIELA, T. (coords). **Estructuras y formas agrarias en México del presente y del pasado**. México: RNA-CIESAS, 2001, p. 197-214.

KOURÍ, E. **La promesa del artículo 27**. Disponible en: <https://www.nexos.com.mx/?p=23778>. Consultado: 10/09/2020.

KROEBER, C. **El hombre, la tierra y el agua. Las políticas en torno a la irrigación en la agricultura de México, 1885-1911**. México: Ciesas-IMTA, 1994.

KUNTZ FICKER, S. ¿Qué nos dejó la Revolución Mexicana?. **Revista de la Universidad de México**, México, n. 617, p. 23-30, 2002.

Ley Agraria de 1915. México: Centro de Estudios del Agrarismo en México, 1983.

MANZO GUERRA, E. Pensar la Revolución mexicana: tres horizontes de interpretación. **Secuencia**, México, n. 64, p. 50-78, 2006.

MARINO, D. Institucionalización de la Reforma agraria (1915-1937). *In*: POLOTTO, María del Rosario; KEISER, Thorsten y DUVE, Thomas. **Derecho privado y modernización**. América Latina y Europa en la primera mitad del siglo XX. Frankfurt: Max Planck Institute for European Legal History, 2015, p. 153-178.

MAZUERA TORRES, G.; VELÁZQUEZ HERNÁNDEZ, E. Presentación. Regímenes de propiedad y formación del Estado y la Nación en México y Centroamérica. **LiminaR. Estudios Sociales y Humanísticos**, v. XVIII, n. 2, p. 7-11, 2019.

Memoria sobre los diversos ramos de la administración pública. Morelia: Imprenta del Gobierno, 1889.

MERCADO ARIAS, E. **Resistencia acomodaticia entre ejidatarios de Tierra Caliente de Michoacán, acceso y distribución de recursos en el ejido de Los Bancos**. Zamora: Tesis de doctorado en antropología, 2004.

MEYER, J. Haciendas y Ranchos, peones y campesinos en el porfiriato. Algunas falacias estadísticas. **Historia Mexicana**. México, v. 35, n. 3, p. 477-509, 1986.

MIJANGOS DÍAZ, E.; TORRES ORTIZ, B. Cenobio Moreno Bucio y la Revolución en el valle de Apatzingán. *In*: OIKIÓN, V.; SÁNCHEZ, M. **Vientos de rebelión en Michoacán: continuidad y ruptura en la Revolución Mexicana**. Zamora: Colmich, 2010.

MORAILA MORALES, H. **Revolución y reparto agrario en Tierra Caliente de Michoacán. El caso de las haciendas de Lombardía y Nueva Italia, 1911-1938**. México: tesis de maestría en historia, 2011.

NAVARRO, P. **El cardenismo en Durango: Historia política regional 1934-1940**. México: Instituto de Cultura del Estado de Durango, 2005.

NUGET, D; ALONSO, A. Tradiciones selectivas en la reforma agraria y la lucha agraria: cultura popular y formación del estado. *In*: GILBERT, Joseph; NUGET, DANIEL. **Aspectos cotidianos de la formación del estado**. México: ERA, 2002, p. 175-210.

ORTIZ ESCAMILLA, J. **El desarrollo económico social del Centro Ejidal Felipe Carrillo Puerto (La Ruana), 1952-1980**. Morelia: Tesis de licenciatura en historia, 1983.

ORTIZ HERNÁNDEZ, G. **Informa de la exploración social y sanitaria del pueblo de Tepalcatepec, Michoacán**. Morelia: Tesis de Médico Cirujano, 1939.

PÉREZ ORTIZ, L. **Fausto en el trópico seco: el distrito de riego de la Tierra Caliente del Tepalcatepec, 1927-2011**. Zamora: Tesis de Doctorado en Estudios Rurales, 2018.

PÉREZ TALAVERA, V. El arribo del ferrocarril a Michoacán y su abastecimiento forestal durante el porfiriato. **Tzintzun. Revista de Estudios Históricos**, Morelia, n. 63, p. 121-148, 2016.

PURECO ORNELAS, A. **Empresarios lombardos en Michoacán. La familia Cusi entre el porfiriato y la posrevolución (1884-1938)**. Zamora: Colmich-Instituto Mora, 2010.

REYES, C.; OCHOA SERRANO, A. **Resplandor de la Tierra Caliente michoacana**. Zamora: Colmich, 2004.

RIVERA, J. Política agraria entre 1920-1928. *In*: Montalvo, E. **Historia de la cuestión agraria mexicana: modernización, lucha agraria y poder político, tomo 4**. México: Centro de Estudios Históricos del Agrarismo en México, 1988, p. 21-149.

ROUAIX, P. Régimen agrario del estado de Durango hasta 1910. *In*: CRUZ, Salvador, **vida y obra de Pastor Rouaix**. México: INAH, 1980, p. 120-142.

ROUAIX, P. **Geografía del Estado de Durango**. México: Secretaria de Agricultura y Fomento, 1929.

SALMERÓN, P. Lucha agraria y revolución en el oriente de Durango (1900-1929). **Historia Mexicana**, v. 56, n. 1, p. 117-173, Jul. - Sep., 2006. El Colegio de México.

SÁNCHEZ DÍAZ, G. **El Suroeste de Michoacán. Economía y sociedad, 1852-1910**. Morelia: IIH-UMSNH, 1988.

STANISLAWSKY, D. **Anatomía de once pueblos michoacanos**. Morelia: CIGA-UNAM-Colmich, 2007.

TANNENBAUM, F. La revolución agraria mexicana. **Revista de la Universidad de México**, n. 612, p. 87-91, 2002.

TANNENBAUM, F. **The Mexican Agrarian Revolution**. Whashington, D. C.: Brookings Institute, 1929.

TAPIA, R; ANDREWS, Catherine (coords.). **La reforma agraria desde los Estados**. Ensayos en conmemoración del centenario de la ley Agraria del 6 de enero de 1915. México: Centro de Estudios Constitucionales-SCJN, 2018

TORTOLERO VILLASEÑOR, A. **Notarios y agricultores. Crecimiento y atraso en el campo mexicano, 1780-1920**. México: Siglo XXI, 2008.

VALLEBUENO, M. Economía y negocios en Durango de los siglos XVIII y XIX. *In*: RODRIGUEZ, G. **Historia General del Estado de Durango, tomo III: Siglo XIX**. Durango: Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad Juárez del Estado de Durango, 2013, p. 168-220.

VAN YOUNG, E. Haciendo historia regional. Consideraciones metodológicas y teóricas. *In*: PÉREZ HERRERO, P. **Región e historia en México (1700-1850). Métodos de análisis regional**. México: Instituto Mora-UAM, 1991. p. 99-122.

VARGAS-LOBSINGER, M. **La Comarca Lagunera de la Revolución a la expropiación de las haciendas, 1910-1940**. México: UNAM, 2010.

WARMAN, A. **El campo en México en el siglo XX**. México: FCE, 2001.

WOMACK, J. **Zapata y la Revolución mexicana**. México: Siglo XXI, 1969.

Recebido: 19/10/2020
Aprovado: 24/11/2020

DESENVOLVIMENTO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA CONSTRUÇÃO DE GRANDES OBRAS NA AMAZÔNIA E NA PATAGÔNIA (1964-1974)¹

Martha Ruffini²

César Martins de Souza³

Resumo: Durante as ditaduras militares do Brasil e da Argentina foram implementadas grandes obras de infraestrutura na Amazônia e na Patagônia que provocaram transformações profundas nas paisagens da região. Analisando diferentes fontes como relatórios, ensaios, livros de memórias, informes técnicos e decretos fica evidenciado que as centrais hidrelétricas e rodovias baseadas nas ideias e discursos pautados no desenvolvimento provocaram impactos socioambientais, atingindo os rios, fauna, flora e as populações destas regiões. Estes projetos foram construídos em função de interesses econômicos nacionais e transnacionais sem ações concretas de benefício econômico e social para as regiões envolvidas. O estudo sobre os grandes projetos implementados entre as décadas de 1960 e 1970 aponta para o debate sobre os sentidos dos projetos de desenvolvimento e que muitas vezes provocam impactos definitivos em regiões de grande importância mundial, como a Amazônia brasileira e a Patagônia argentina.

Palavras-chave: Amazônia, Patagônia, Ditadura Militar, Grandes projetos, impactos socioambientais.

DESARROLLO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTALES EN LA CONSTRUCCIÓN DE GRANDES OBRAS EN AMAZONIA Y PATAGONIA (1964-1974)

Resumen: Durante las dictaduras militares en Brasil y Argentina fueron ejecutadas grandes obras de infraestructura en Amazonia y Patagonia que provocaron transformaciones profundas en los paisajes regionales. A través del análisis de diferentes fuentes como relatos, ensayos, libros de memorias, informes técnicos, proyectos y decretos queda en evidencia que las centrales hidroeléctricas y autopistas basados en las ideas y discursos pautados por el desarrollismo provocaron impactos socio-ambientales afectando los ríos, la fauna, flora y poblaciones de estas regiones. Estos proyectos se realizaron en función de intereses económicos nacionales y transnacionales y sin acciones concretas de beneficio económico y social para las regiones involucradas. El estudio sobre los grandes proyectos implementados durante las décadas de 1960 y 1970 motiva un debate acerca de los sentidos de estos proyectos de desarrollo que muchas veces provocan impactos definitivos en regiones de importancia mundial como la Amazonia brasileña y la Patagonia argentina.

Palabras clave: Amazonia, Patagonia, Dictadura Militar, Grandes Proyectos, Impactos socioambientales.

À guisa de introdução

¹ O presente artigo foi escrito a partir de pesquisas realizadas no âmbito do projeto Amazônia e Patagônia – História, Educação e Literatura em grandes projetos de integração e desenvolvimento. Estado, saúde e meio ambiente. Um estudo comparativo (séculos XIX e XX). O projeto é desenvolvido em parceria entre pesquisadores da Argentina, Brasil e Portugal e conta com apoio de Bolsa de Iniciação Científica da PROPESP-UFPA.

² Universidade Nacional de Quilmes. Email: meruffini@gmail.com

³ Universidade Federal do Pará. Email: cesar@ufpa.br

De acordo com os processos históricos convergentes e simultâneos observáveis nos países da América Latina desde sua constituição como Estados nacionais, na década de 1960 e em um contexto internacional marcado pela atividade econômica global transnacional, as democracias sul-americanas sofreram golpes de estado sucessivos que se tornaram ditaduras militares institucionais. Com exceção da Colômbia, Costa Rica e Venezuela, os processos ditatoriais começaram no Brasil, em 1964, na Argentina, em 1966, na Bolívia, em 1971, Equador, em 1972 e no Chile e Uruguai, em 1973.

Em resposta à ativação política e social dos setores populares, as Forças Armadas intervieram nos processos políticos da região, causando a interrupção dos processos democráticos. O tipo emergente de dominação histórico-estrutural moldou o que o cientista político argentino Guillermo O'Donnell chamou de Estado Burocrático Autoritário⁴, um formato de estado capitalista influenciado pelas doutrinas de segurança hemisférica disseminadas pelos Estados Unidos, que combinavam a necessidade neutralizar a mobilização social, acalmar as demandas sindicais e desencorajar os protestos urbanos e rurais.

Consequentemente, o Estado burocrático autoritário suprimiu as instâncias representativas e participativas democráticas, causou a exclusão política dos setores populares e exerceu o poder de maneira autoritária e repressiva.

Na política econômica, as ditaduras militares agiram em aliança com o capital transnacional e as empresas nacionais para favorecer o setor mais concentrado da economia e, assim, garantir a operação e a reprodução do modo de acumulação capitalista. Os objetivos a serem alcançados foram modernizar e reativar a economia para produzir uma "normalização econômica" que geraria condições favoráveis para o estabelecimento de capital estrangeiro.

Nesse contexto, o investimento estatal em setores estratégicos foi considerado prioritário e condição *sine qua non* para recuperar o crescimento econômico. Na Argentina e no Brasil, os planos de políticas públicas foram orientados para grandes obras de infraestrutura - barragens, represas, usinas

⁴ O'DONNELL, Guillermo. **El Estado burocrático autoritário. Triunfos, derrotas y crisis**. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1996.

nucleares, usinas hidrelétricas, rodovias - com a participação de capital nacional e internacional.

Nos regimes ditatoriais, a realização de grandes projetos aparece como uma manifestação do poder político que demonstra a capacidade econômica de um Estado que alimenta a economia e a coloca à serviço da nação. Mas, ao mesmo tempo, torna visível o poder simbólico que se traduz em uma imagem da força do regime autoritário ditatorial que se mostra à população como benfeitor, como um governo gerador de empregos e promotor do desenvolvimento regional.

Tanto a Argentina quanto o Brasil são países atravessados por fortes contrastes e desigualdades, mas também por similaridades em suas trajetórias históricas e problemas atuais. Neles, o estado nacional foi construído no século XIX com base em uma estrutura política que integrava grande parte do território, ao mesmo tempo em que concedia total autonomia às províncias da Argentina e com maior centralização nas províncias do Brasil, mas, em ambos os países, mantendo domínio sobre as regiões consideradas "carentes de civilização" ou geopoliticamente ameaçadas por potências estrangeiras, como a Patagônia e Amazônia.

Uma parte desses espaços foram centralizados e organizados como Territórios Federais no Brasil e Territórios Nacionais na Argentina, um formato político e administrativo dependente no qual a dominação estatal central foi totalmente exercida. Acima deles, desdobrou-se um imaginário duradouro, no qual as representações vinculadas aos componentes do século XIX de "deserto", "espaço hostil" e "isolamento" atribuído a esses espaços geopoliticamente sensíveis, sobrevivem com uma persistência impressionante.

Com base nessas premissas, propomos neste artigo analisar comparativamente a construção de obras de infraestrutura durante as ditaduras militares da década de 1960 na Amazônia Brasileira e na Patagônia Argentina, duas regiões localizadas "na periferia da periferia" e cujo crescimento econômico esteve historicamente sujeito à intervenção e financiamento do Estado.

Tanto a construção da rodovia Transamazônica, na Amazônia brasileira, quanto a usina hidrelétrica Chocón Cerros Colorados, na Patagônia argentina, são casos em que a convergência de propósitos estatais com os interesses dos setores

economicamente dominantes nacional e internacionalmente, causou a deterioração da qualidade de vida da população localizada nas proximidades das obras, alterou o meio ambiente e produziu sérias consequências para a saúde. No caso argentino, o empoderamento do polo de desenvolvimento da região de Comahue através de Chocón era uma questão pendente devido ao não cumprimento de regulamentos e à evitação de propostas de desenvolvimento urbano, agrícola e comercial sugeridas por vários estudos técnicos e de viabilidade.

Grandes projetos na Amazônia

A Amazônia atravessou o século XX como o epicentro de grandes empreendimentos de integração ou de exploração das riquezas minerais e vegetais. Em todos estes empreendimentos houve um intenso fluxo migratório para a região, sobretudo por pessoas do Nordeste do Brasil, com intuito de buscar trabalhar nas novas frentes abertas.

Estas obras levaram a grandes impactos sociais pois, como escreve Hardman⁵, quando foi iniciada a construção da até o momento não concluída Ferrovia Madeira-Mamoré, em 1907, trabalhadores de Barbados, da Alemanha e do Nordeste do Brasil partiram para o empreendimento, o que gerou transformações profundas nas vidas dos moradores das pequenas vilas e cidades no entorno.

O escritor amazonense Márcio Souza, reconhecido nacionalmente por seus trabalhos, narra em *Mad-Maria*⁶ o cotidiano das obras da ferrovia, e como levou ao surgimento da violência em pacatas vilas, bem como, transformou doenças já conhecidas como a malária em um dos agentes mais importantes de mortalidade de uma parte significativa dos operários.

Durante a Segunda Guerra Mundial, em número muito menor que no século XIX, diversos trabalhadores nordestinos partiram para a Amazônia para trabalhar nos esforços de coleta de látex para abastecer os aliados na guerra em um momento que ficou conhecido como “soldados da borracha”, que novamente vitimou centenas

⁵ HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma**: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

⁶ SOUZA, Márcio. **Mad Maria**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

de pessoas nos interiores da floresta e levou a mudanças no cotidiano de populações ribeirinhas e indígenas.⁷

Alguns anos depois, pela primeira vez se investia em um eixo rodoviário como obra de infraestrutura para a Amazônia, pois durante o governo de Juscelino Kubitschek, em 1958, foi iniciada a construção da rodovia Belém-Brasília, com o objetivo de integrar a capital federal a um eixo rodoviário Norte-Nordeste, visando “desenvolver” estas regiões e possibilitar a implementação de projetos industriais e agropecuários ao longo da estrada.

Hebette *et al*⁸ apontam que o fato de as populações que viviam na floresta, na região onde foi construída a rodovia, não se preocuparem historicamente com títulos de terra, levou a expropriações das populações locais que foram colocadas assim às margens do chamado desenvolvimento proposto pelo governo federal, frente à chegada de grandes latifundiários e industriais.

Na rota das estradas havia outros projetos como de mineração em uma lógica que enxerga a natureza como inimiga do progresso e do desenvolvimento, sendo estes pensados fora da região, objetivando gerar riquezas para lugares distantes, como outros estados brasileiros e até mesmo outros países, de forma que as populações locais eram colocadas apenas, para o bem e para o mal, como uma espécie de efeito colateral dos grandes empreendimentos.

Ao problematizar o modo como a América Latina foi historicamente colocada na condição de periferia do capitalismo mundial, de modo a ser transformada em espaço para implementação de indústrias e fornecedora de matéria-prima, sem receber a melhoria na qualidade de vida de suas populações, Galeano afirma que:

A nova indústria se abrigou atrás das barreiras alfandegárias que os governos levantaram para protegê-la, e cresceu graças a medidas que o Estado adotou para restringir e controlar as importações, fixar taxas especiais de câmbio, evitar impostos, comprar ou financiar os excedentes de produção, abrir estradas para possibilitar o transporte de matérias-primas e mercadorias, e criar e ampliar as fontes de energia.⁹

⁷ Sobre o tema, consultar CAMPOS, André Luiz Vieira de. **Políticas internacionais de saúde na Era Vargas** – o Serviço Especial de Saúde Pública – 1942-1960. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

⁸ HEBETTE, Jean & MARIN, Rosa Acevedo. Saúde e colonização. In: HEBETTE, Jean *et al.* **Colonização, desenvolvimento e modelos econômicos**. Belém: NAEA/UFPA, 1977, p. 7-43.

⁹ GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L & PM, 2015. p. 295.

Galeano critica o modo como a infraestrutura é construída na América Latina, enquanto um elemento centralizado em desenvolver o grande capital, ao mesmo tempo em que as populações locais são cada vez mais pauperizadas, pois, além de não usufruírem de vantagens com os empreendimentos, também sofrem com impactos significativos decorrentes da implementação.

O historiador estadunidense, Warren Dean, em seu estudo sobre a história da destruição da mata atlântica brasileira, demonstra preocupação com o modo como o país trata questões fundamentais para a vivência de populações, inclusive tradicionais como ribeirinhas e indígenas. Para ele, o que ocorre é um processo que, sob o discurso do desenvolvimento, coloca o país em situações cada vez mais difíceis:

Contra o pano de fundo desse tema, ele desenrola a história do Brasil, uma história crítica da exploração econômica, as vezes movida por necessidade, mas quase sempre pela ganância irrefreável com pouca ou nenhuma preocupação com a *mata* – símbolo, no Brasil, do atraso, do sub-desenvolvimento, do selvagem.¹⁰

A mata simbolizando o atraso era um tema recorrente durante diversos períodos históricos do país, que colocou lugares que deveriam ser vistos como espaços a serem preservados para toda humanidade, como os principais motores para garantir o desenvolvimento nacional. Mas a lógica de desenvolvimento demarca, na prática a afirmação do subdesenvolvimento, pois a região amazônica possui condições de vida abaixo do desejável para suas populações, ao mesmo tempo em que a exploração de suas riquezas não tem garantido melhoria de qualidade de vida de suas populações e nem mesmo do país como um todo.

Em um primeiro momento, como argumenta Skidmore¹¹, a ditadura civil-militar brasileira, que se iniciou em 1964, com a retirada do presidente João Goulart e a ascensão ao poder do General Castelo Branco, buscou se afirmar pela eficiência

¹⁰ DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira. 9^a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.15

¹¹ SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

econômica, de modo que foram baixos os investimentos em grandes obras, inclusive na região amazônica. Carlos Fico¹², analisa como a Amazônia sempre se constituiu ao longo da História do Brasil como um pedaço do país a ser conquistado e domado, de forma que investir em projetos e programas de intervenção na floresta, em si mesmo possuía um forte apelo popular.

Assim, no mesmo sentido do problematizado por Galeano¹³ e por Dean¹⁴, o investimento em grandes obras de infraestrutura servia para garantir o acesso de grandes empresas à exploração das riquezas naturais da região, ao mesmo tempo em que servia para a construção de uma imagem positiva do regime, com propagandas de apelo patriótico à “conquista” da Amazônia.

Nesse sentido, quando o general Mário Andreazza, Ministro dos Transportes e um dos postulantes à sucessão do general-presidente Emílio Garrastazu Médici, fez um pronunciamento anunciando a construção de um eixo rodoviário integrando a Amazônia internamente e ao restante do país, os discursos abordam sobre projetos econômicos que na prática ignoram às populações locais e como seriam atingidas por impactos socioambientais:

Outras providências de magnitude, relacionadas com a execução de vigoroso plano de obras de infra-estrutura nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM, também compõem o Programa de Integração Nacional, entre elas se destacando, no mesmo nível de prioridade das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, a primeira fase do plano de irrigação do Nordeste, destinada ao fortalecimento da agricultura regional.¹⁵

As rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém se encontram no município de Rurópolis, próximo a Santarém e, ambas se entrecruzam com outras estradas que seguem para Brasília, de forma que através delas é possível se deslocar por todo o território brasileiro. É a estrada como obra de integração, uma forma de afirmar um projeto da ditadura que buscava assegurar, como destacado no I Plano Nacional de

¹² FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

¹³ GALEANO, Eduardo. *Op cit.*

¹⁴ DEAN, Warren. *Op cit.*

¹⁵ ANDREAZZA, Mário. **Transamazônica** – Pronunciamento feito na Câmara dos Deputados em 1 de julho de 1970. Brasília, 1970, p. 4.

Desenvolvimento, “o modo brasileiro de organizar o Estado e moldar as instituições para, no período de uma geração, *transformar o Brasil em nação desenvolvida*, constitui o *modelo brasileiro de desenvolvimento*”.¹⁶

É um modo que buscou integrar a Amazônia por malha rodoviária, discursando sobre ela como se fosse um imenso *vazio* demográfico, de modo a ignorar suas populações e colocá-las apenas como atingidas pelos grandes empreendimentos. Mas, como diz o texto do documento oficial lançado no governo do general Médici, é o modo brasileiro para gerar uma nação desenvolvida, atingindo as populações tradicionais e falando sobre a região amazônica como se indígenas, ribeirinhos e moradores das cidades amazônicas não existissem.

Um pouco depois do Golpe de 1964, no governo do general Castelo Branco, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, com o objetivo de possibilitar investimentos de grandes programas empresariais que gerassem emprego e renda:

No dia 27 de outubro de 1966, o Presidente Humberto Castelo Branco sancionava a Lei n. 5.173, extinguindo a SPVEA e criando a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, e a Lei n. 5.174, dispoendo sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da região amazônica. Esta lei possibilitava, às pessoas jurídicas registradas no país, a dedução de 50% do imposto de renda devido e seus adicionais, para inversão em projetos agrícolas, pecuários, de agricultura e de serviços básicos, considerados pela Sudam de interesse para o desenvolvimento da Amazônia, bem como isenção do imposto de renda e outras taxas federais.¹⁷

Estes incentivos fiscais, baseados na criação de uma estrutura bancária, foram fundamentais para que o governo utilizasse as rodovias, criadas na década de 1970, como propulsoras de um certo modelo de desenvolvimento que atraía, por um lado, sertanejos nordestinos flagelados pela seca e, por outro lado, grandes empresários e latifundiários para se estabelecerem às margens das rodovias implementadas na Amazônia.

¹⁶ BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social** – 1972-1974. Brasília, 1971, p. 4.

¹⁷ SUDAM. **Amazônia** – Novo Universo. Belém, 1975. Sem número de página.

O documento citado acima, que relatava os avanços econômicos propiciados pela SUDAM, aborda sobre este plano de investimentos bancários, através da criação do Banco da Amazônia S.A. em conjunto com a própria SUDAM, como um novo capítulo na história da região:

A transformação do Banco de Crédito da Amazônia S.A., em agente financeiro do desenvolvimento regional, sob a denominação de Banco da Amazônia S.A. – BASA, já havia sido efetivada através da Lei n. 5.122, de 22 de setembro de 1966.

No dia 30 de novembro de 1966, o General Mário de Barros Cavalcanti, na qualidade de primeiro superintendente, instalava a Sudam, com estas palavras iniciais: “A solenidade que ora realizamos, congregando em nossa casa as mais altas autoridades da região, destina-se a assinalar, em ato de aparência simples, mas de significação profunda, o início de um novo capítulo na história da Amazônia.”.¹⁸

As políticas de desenvolvimento brasileiro baseadas na exploração das terras e riquezas naturais da Amazônia, implementadas após o Golpe de 1964, enxergavam os investimentos como um marco histórico que iriam reconstruir a lógica da região. De fato, em 1966 foi iniciada uma agenda de grandes projetos na região que passa dos investimentos em agropecuária, aos polos minerais, sustentados por uma infraestrutura de rodovias, pontes, hidrelétricas e ferrovias que não apenas permitiam a movimentação da economia a partir dos produtos da Amazônia, como também a implementação de projetos migratórios.

Um eixo rodoviário foi então planejado em 1972, objetivando atrair cada vez mais os investimentos a partir de incentivos fiscais, estabelecidos pela lei de 1966 e a circulação de pessoas e cargas que viabilizassem mão de obra, bem como a construção de uma estrutura urbano-rural para os novos grandes empreendimentos:

O Plano de Desenvolvimento da Amazônia para o período 1972-74, baseado em análises das peculiaridades regionais, com diagnósticos dos vários setores e subsetores, seguia o modelo e a política definida e orientada pelo governo federal, no sentido da utilização de uma estratégia capaz de promover o progresso de novas áreas, a ocupação de espaços vazios, e a integração do

¹⁸ *Idem.*

desenvolvimento do Nordeste com a estratégia de ocupação econômica da Amazônia.

O governo federal preconizava o desenvolvimento do país como um todo.

Despontava, como de capital significação para o crescimento nacional, o eixo rodoviário configurado pelas grandes rodovias, como a Belém-Brasília, a Brasília-Acre, a Cuiabá-Santarém e a Transamazônica, esta de interligação entre o Nordeste e a Amazônia.¹⁹

Foi elaborado então um plano para ser executado em cinco anos visando consolidar um cenário de políticas de investimento e exploração da Amazônia e, como discutido ao longo deste texto, principalmente a já construída rodovia Belém-Brasília, e as que foram iniciadas em 1970, Transamazônica e Cuiabá-Santarém, seriam a espinha dorsal para viabilizar diversos projetos. Assim,

O Primeiro Plano Quinquenal da Sudam, para o período 1967-1971, foi a primeira tentativa concreta de implantação de um programa na Amazônia.

O Primeiro Plano Quinquenal da Sudam, concebido de modo global, contínuo e flexível, estabelecia objetivos que traduziam a Política de Desenvolvimento formulada para a Amazônia pelo governo federal, relativas ao crescimento econômico, ao fortalecimento da infra-estrutura econômica e à criação de uma infra-estrutura social capaz de conduzir à valorização do homem.²⁰

Juntamente com as rodovias, foi também pensada uma infraestrutura energética que pudesse servir de base para a implantação de grandes investimentos em exploração mineral e agropecuária na Amazônia e também para o desenvolvimento industrial em outras regiões do Brasil. No Plano Quinquenal já eram previstas algumas hidrelétricas a serem implementadas na região, com destaque para uma no rio Tocantins e outra no rio Xingu, o que veio a ocorrer com a construção de Tucuruí, nas décadas de 1970-1980, e Belo Monte, na década de 2010.²¹

¹⁹ *Ibidem.*

²⁰ *Ibidem.*

²¹ Sobre o tema, consultar MARTINS DE SOUZA, César. Da Transamazônica a Belo Monte: desenvolvimento e impactos socioambientais na construção de megaempreendimentos na Amazônia. In: RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk; SECRETO, Maria Verónica (orgs.). **Agrarismos: estudos de História e Sociologia do mundo rural.** Rio de Janeiro, Mauad, 2017, p. 103-116.

Cordeiro²² argumenta que o início da década de 1970 era celebrado por boa parte da população nacional pois, enquanto pessoas eram torturadas nos porões da ditadura, o país alcançava elevados índices de crescimento econômico que eram vistos como a afirmação de um desenvolvimento. Soares, considera que a ideia de desenvolvimento para a Amazônia estava embasada na exploração, discursada enquanto forma de garantia da soberania nacional:

Assim, como o desenvolvimento exigia a exploração do patrimônio físico do país, a segurança envolvia a preocupação com o território nacional. Tendo o território como horizonte, o governo realizaria o desenvolvimento e garantiria a segurança nacional: acertaria dois coelhos numa só cajadada. O uso das riquezas naturais ainda não exploradas só poderia ser realizado junto à defesa desses bens da cobiça internacional.²³

Uma agenda de grandes projetos, tendo hidrelétricas, rodovias, pontes e ferrovias como seu epicentro, foi implementada a partir de 1966 na região amazônica, a partir, como afirmam Garcia & Subtil²⁴, de um modelo de desenvolvimento industrial firmado nos Estados Unidos, desde o século XIX, mas que, sobretudo em uma região sensível socialmente e ecologicamente como a Amazônia, poderia provocar sérios problemas. Souza Martins²⁵ analisa que, durante e após o Golpe de 64, a ditadura gestou um roteiro para a ocupação maciça da Amazônia, utilizando um discurso desenvolvimentista que ignorava os impactos socioambientais, o que acabou por potencializar estes impactos, sobretudo após 1984.

Desde 1966, durante a ditadura, é como se houvessem estabelecido que, doravante, os olhares dos presidentes do Brasil, não mais se apartariam da

²² CORDEIRO, Janaína Martins. Milagre, ordem e progresso: naturalização da violência e crescimento econômico em tempos de Ditadura. *In*: CARVALHO, Keila Auxiliadora; CORDEIRO, Janaína Martins; MARTINS DE SOUZA, César (orgs.). **O país do futuro: modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil Republicano**. Curitiba: Prismas, Appris, 2018, p. 135-154.

²³ SOARES, Filipe Menezes. Ordem e Progresso: desenvolvimento e segurança nas políticas de integração nacional da Ditadura Civil-Militar. *In*: CARVALHO, Keila Auxiliadora; CORDEIRO, Janaína Martins; MARTINS DE SOUZA, César (orgs.). **O país do futuro: modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil Republicano**. Curitiba: Prismas, Appris, 2018, p. 234.

²⁴ GARCIA, José Luís & SUBTIL, Filipa. Lembrando Emerson e Thoreau para pensar os demônios do progresso na Amazônia. **Nova Revista Amazônica**. Belém, v.6, n.4, p. 9-26, 2018.

²⁵ SOUZA MARTINS, José de. **Frenteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2014.

Amazônia. De fato, um novo capítulo da História da Amazônia foi iniciado, no qual a região se torna epicentro de políticas desenvolvimentistas, sob o discurso de garantia da região como parte do território nacional.

O interesse de Médici pela Amazônia tinha outra lógica, além da necessidade de ajudar o Nordeste com deslocamento de seus habitantes. A elite brasileira, especialmente os militares, há muito receava que o país perdesse a Amazônia por falta de colonização. Gerações de cadetes do Exército brasileiro foram conscientizados sobre a significação geopolítica da Amazônia, agora, como oficiais, temiam possíveis incursões de peruanos e venezuelanos pelo vasto mas esparsamente povoado território rio acima. Esta preocupação aumentou quando a extraordinária riqueza mineral da região – especialmente jazidas de ferro – se tornou conhecida. A controvérsia sobre a exploração por estrangeiros dos recursos da Amazônia acentuou-se com o lançamento do Jari, o gigantesco projeto florestal do bilionário americano Daniel Ludwig, por concessão do governo Castelo Branco. Assim a seca nordestina ofereceria um novo estímulo à histórica aspiração brasileira de desenvolver a Amazônia. Nas palavras de Médici, “precisamos adiantar o relógio amazônico que está muito atrasado”.²⁶

O Bispo Emérito do Xingu, D.Erwin Krautler, reconhecido ativista em defesa dos direitos de populações amazônicas, sobretudo indígenas, e que assistiu à construção da rodovia Transamazônica e da Hidrelétrica Belo Monte, além da implementação de grandes empreendimentos empresariais na Amazônia, é um crítico sobre a forma como o discurso a favor do chamado desenvolvimento. Ele questiona o uso indiscriminado de expressões como integração e progresso que pensam em benefícios para fora da região, não apenas ignorando, como também prejudicando as vidas dos habitantes da região:

A “Integração Nacional”, o que realmente é? “Integrar”, pelo que se vê, é, de um lado, agredir violentamente a obra da criação sem nenhum plano que visasse um desenvolvimento sustentável para a região, e de outro, impulsionar a migração interna para resolver problemas fundiários nas regiões centro, sudeste e sul do País. Através do desterro de milhares de famílias para a Transamazônica pretendeu-se fazer uma “reforma agrária” naquelas regiões sem mexer com os proprietários de grandes extensões de terra, produtivas e improdutivas. Deportando para a Amazônia o excedente de agricultores, os “sem terra”, todos eles potenciais

²⁶ SOARES, Filipe Menezes. *Op cit.*, p. 290-291.

invasores de fazendas, evitar-se-á problemas nos estados de origem dos desterrados e se garante o sossego e a paz para o latifúndio.²⁷

Krautler argumenta que os migrantes da Transamazônica seriam na verdade “desterrados”, pois sem condições de permanecerem em seus lugares de origem no Nordeste e no Sul do Brasil, devido à seca ou a falta de terras para si, se viam obrigados a partir para o desconhecido, a Amazônia, em busca de dias melhores para eles e suas famílias. O plano do governo, na visão de Krautler, se constituía em criar uma zona de desterro, a partir de grandes rodovias, como a Transamazônica e seus mais de 5 mil quilômetros, para evitar conflitos de terra em seus lugares de origem e ainda facilitar a chamada “ocupação” da região amazônica para “protegê-la” de um suposto assédio estrangeiro. Ao mesmo tempo, estes migrantes ou desterrados se constituiriam em mão de obra para as futuras grandes empresas que viriam a se instalar.

A natureza então perde seu significado concreto e se torna em um meio para gerar “desenvolvimento” nacional e as populações amazônicas são colocadas em invisibilidade, diante de discursos que falam da região como um “vazio” a ser conquistado pelos brasileiros. Na visão de Dean “a contemplação da natureza tem tido poucos adeptos no Brasil”²⁸, o que criaria um campo aberto para exploração indiscriminada sem preocupação em manter vivas as grandes florestas, como a amazônica.

A fauna, flora, os rios e as populações amazônicas não são percebidas nos projetos, nas leis e nos discursos voltados a “desenvolver” a região como sujeitos, mas apenas enquanto aqueles que poderiam contribuir para a geração de riquezas para grandes empreendimentos privados, possibilitadas por obras públicas de infraestrutura, construídas a partir de 1970, seguindo um plano estabelecido em 1966.

O coronel Jarbas Passarinho, Ministro do Trabalho e da Agricultura, nos governos dos generais Costa e Silva e depois Médici, respectivamente, entre os anos

²⁷ KRAUTLER, Erwin. Mensagem de abertura. In: SEVÁ FILHO, Oswaldo. **Tenotã-Mô**: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005, p. 10.

²⁸ *Op cit.*, p. 379.

de 1967 e 1974, foi um dos entusiastas de grandes obras como a Transamazônica, mas em um livro de análises e memórias sobre a região, demonstra preocupação com os riscos à região e à vida no planeta com aumento progressivo da destruição da fauna e da flora:

Seria um crime que cometeríamos nos dias de hoje, contra o patrimônio nacional, explorar a floresta amazônica predatoriamente, porque outros povos no passado assim destruíram suas florestas. Dois erros não fazem um acerto. Fora de qualquer dúvida é que somos nós que detemos a soberania da Amazônia, o que entretanto não nos dá o direito suicida de agredir o maior banco genético da biodiversidade do mundo, nem causar danos ao clima do mundo com emissões de dióxido de carbono ao transformar numa caixa de fósforos a nossa floresta, o que, em caráter universal, corresponderia a comprometer o direito à vida.²⁹

O direito à vida estaria comprometido pelos grandes empreendimentos que poderiam queimar a gigantesca floresta tropical a partir da exploração madeireira, industrial, mineral, agropecuária, todos possibilitados por incentivos fiscais e obras de infraestrutura, pensados a partir de 1966, com a criação da SUDAM e do BASA, voltados a “desenvolver” a região. No século XXI, Passarinho demonstra preocupação com um processo iniciado no governo de Kubitscheck, com a Belém-Brasília, em 1958, mas que ganhou ares de um planejamento para a Amazônia, nos governos dos generais na década seguinte, provocando profundas transformações nas paisagens e nas vidas da região, de fato colocando em risco parte considerável da biodiversidade do mundo e a existência das populações da região.

Fazendo uma avaliação sobre os impactos provocados pelos grandes projetos implementados na década de 1970 pela ditadura, na Transamazônica, um artigo não assinado por articulistas da revista *Veja*, intitulado *Natureza morta*³⁰, expressava preocupação com o crescente desflorestamento da Amazônia. Segundo este texto, a cobertura vegetal da Amazônia estava progressivamente substituindo a vegetação primária por atividades agropecuárias, criadas, sobretudo, em torno das rodovias.

²⁹ PASSARINHO, Jarbas. **Amazônia**: patrimônio universal? Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 129.

³⁰ NATUREZA MORTA. **VEJA**. São Paulo, 22 de abril de 1980, p. 53-55.

Demonstrando uma crítica aos projetos de integração e desenvolvimento da ditadura, após a abertura política, em 1980, a *Veja* trazia indicadores preocupantes sobre o crescente desflorestamento e que poderia aumentar com a chegada de mais e mais pessoas à região:

De acordo com os levantamentos oficiais brasileiros, a floresta amazônica já perdeu 10% de sua dimensão. Na década passada a Transamazônica, por exemplo, permitiu a entrada para o interior de milhares e milhares de conquistadores de um território até então virgem. Calcula-se que 11,2 milhões de hectares de floresta já tenham sido derrubados na região.³¹

Os dados de 1980 já apontavam para os impactos provocados por grandes empreendimentos, como a Transamazônica. Contudo, seriam necessárias mais algumas décadas para se consolidar um quadro de impactos socioambientais que se pudesse comprovar como associado a estas obras. O tempo iria trazer ao centro da cena debates sobre a região amazônica e necessidade de preservar seu imenso patrimônio ambiental e também as pessoas que vivem na região.

Ao se abrirem estradas, criam-se sendas para outros grandes empreendimentos que atraem e ampliam os caminhos dos impactos socioambientais, em um ciclo colocado em maciço funcionamento nos governos dos generais-presidentes, durante a ditadura, marcado por ideias sobre progresso e desenvolvimento que vêem a Amazônia como um meio para o grande capital e os humanos e não humanos que nela vivem apenas como um efeito colateral.

Desenvolvimento hidrelétrico na Norpatagonia argentina durante o período ditatorial (1966-1973)

Entre as regiões periféricas ou extra-pampas da Argentina, a Patagônia - localizada no sul do país - ocupa um lugar singular. Sua dependência política e econômica do Estado nacional por quase setenta anos (1878-1955) trouxe como consequência, o fato de que os territórios do sul não tinham as condições necessárias para gerar recursos próprios, uma vez que os recursos eram definidos

³¹ *Idem*, p. 55.

pelo governo nacional, que – por sua natureza centralizadora - era o único que poderia autorizar e executar obras de infraestrutura.

A partir dos interesses e demandas do modelo agroexportador, o Estado nacional, aliado aos setores economicamente dominantes, priorizou certas áreas em detrimento de outras. Deste modo, no final do século XIX, o vale do alto Rio Negro, na Patagônia Norte, se viu beneficiado pelas obras de irrigação e pela rede ferroviária que o conectava com a Bahia Blanca e o porto de Buenos Aires, enquanto outras zonas sub-patagônicas como o vale inferior do rio Negro ficaram para trás.

Assim, o Estado nacional aumentou a implementação de obras de infraestrutura em sub-regiões específicas que eram a prioridade naquele momento. Em 1955, em um momento em que a centralização do estado deu lugar aos estados autônomos da província, o cenário marcado pela desigualdade havia sofrido grandes modificações: a maioria das obras de infraestrutura necessárias ao crescimento econômico havia sido realizada privilegiando uma sub-região: o chamado Alto Valle, que se estendia pelo Rio Negro até a confluência dos rios Limay e Neuquén na Norpatagonia.³²

Em meados do século XX, uma das necessidades mais prementes foi a geração de energia hidrelétrica, aproveitando o potencial hídrico dos rios da Norpatagônia. Essas obras foram necessárias para abastecer a cidade de Buenos Aires, sua área de influência e a Região Litoral do país. O crescimento do mercado consumidor e a demanda industrial e de serviços exigiam cada vez mais o fornecimento de energia barata.

Para a Norpatagonia, o desenvolvimento hidrelétrico permitiria regular os rios Negro, Limay e Neuquén. O rio Negro historicamente apresenta grandes aumentos em seu fluxo caudal que costumam ocorrer no inverno e na primavera. Quando esses aumentos coincidiam com um aumento no fluxo dos rios Limay e Neuquén - que são seus afluentes - devido a chuvas ou grandes degelos, causava uma inundação de magnitude, como a registrada em 1899 que destruiu completamente a capital do Território Nacional de Rio Negro, Viedma.

³² Do ponto de vista histórico quando nos referimos a Norpatagônia, incluímos as atuais províncias de Neuquén e Rio Negro.

Outro benefício da regulação dos rios norpatagônicos seria a possibilidade de poder usar a água para expandir a irrigação e desenvolver a agricultura. Dessa forma, o uso pleno da bacia hidrográfica seria baseado na geração de energia, na regulação de inundações e no uso da água para fins de irrigação.

As primeiras menções sobre a execução de obras para geração de energia elétrica, ocorreram no início do século XX com a aprovação da Lei nº 5559, conhecida como Lei de Fomento aos Territórios Nacionais (1908), e os estudos realizados pelo engenheiro italiano César Cipolletti e o geólogo americano Bailey Willis, no âmbito da Comissão de Estudos Hidrológicos.

Ambas as iniciativas fizeram parte do projeto de desenvolvimento da Patagônia, do engenheiro Ezequiel Ramos Mexía, que foi Ministro da Agricultura (1901 e 1906-1907) e também Ministro de Obras Públicas da Nação (1907-1913). Além de planejar linhas ferroviárias, obras de navegabilidade, regulação de inundações, provisão de água potável e construção de represas, tanto o projeto de Ramos Mexía como o relatório da exploração realizada entre 1911 e 1914, enfatizaram a capacidade hídrica da Norpatagonia e sua relação com a possibilidade de desenvolver a industrialização.³³

Como afirmamos, desde o final do século XIX, o Alto Vale do Rio Negro se beneficiou da intervenção do Estado para instalar o sistema de irrigação e ligar a região ao modelo de agroexportação através da produção de frutas e vinhos. De acordo com a Lei de Irrigação nº 6546 (1906), que promoveu a construção de infraestrutura hidráulica, represas, reservatórios e canais de irrigação, a Companhia Ferroviária do Sul - da capital inglesa- ficou encarregada de realizar as obras na Norpatagonia. A empresa construiu no final do século XIX a filial ferroviária que ligava a cidade portuária de Bahía Blanca, no sul de Buenos Aires, passando pelo Alto Vale do Rio Negro, chegando até a Zapala, na província de Neuquén.

³³ AZCOITIA, Alfredo; NUÑEZ, Paula. Las represas hidroeléctricas de la Región Comahue: expectativas de un desarrollo parcial. **Revista Agua y Territorio**, Universidad de Jaén, nº4, p.12-22, 2014. Sobre o Plano Ramos Mexía para la Patagonia, consultar RUFFINI, Martha. La Patagonia en el pensamiento y acción de un reformista liberal: Ezequiel Ramos Mexía (1852-1935). **Quinto Sol**, Santa Rosa-Universidad Nacional de La Pampa, n.12, p.127-150, 2008.

Em 1921, foram concluídas as obras do Dique Ballester, no rio Neuquén, a formação do lago artificial Pellegrini e a instalação de canais de irrigação.³⁴ Em 1928, foi concluído o canal principal do sistema de irrigação do Alto Vale e três pequenas usinas hidrelétricas: Julián Romero (Cinco Saltos), Cipolletti e Roca, que não atingiram eficiência em seu funcionamento. Enquanto isso, o Alto Vale se transformava no epicentro do crescimento econômico da Norpatagônia, as obras para a região sul da Província do Rio Negro foram atrasadas e as inundações continuaram sendo um problema a ser resolvido. Também ficaram pendentes de implementação os projetos necessários para garantir a navegabilidade dos rios e a geração de energia elétrica.³⁵

Entre 1938 e 1945, vários estudos foram realizados para a construção de reservatórios, bem como o conhecimento sobre as possibilidades oferecidas pelos rios Neuquén e Limay. Em meados da década de 1940, o potencial dos recursos hídricos da Patagônia era claro: durante as presidências de Juan Domingo Perón (1946-1955), foram planejadas obras de infraestrutura para a Patagônia. A inclusão da região nos Planos Quinquenais (1947-1955) reativou a ideia da Patagônia como um repositório de recursos naturais e uma fábrica de energia para a indústria por meio de obras hidrelétricas, incluindo a construção de reservatórios e diques.

Com base na prioridade atribuída às obras de energia, foi criada a empresa estatal Agua y Energía Eléctrica pelo decreto nº 3967, de 14 de fevereiro de 1947. Seu objetivo era estudar o potencial nacional da água para encontrar fontes alternativas de energia à energia térmica. Coube a empresa planejar obras de irrigação e defesa contra inundações, projetar, executar e explorar usinas hidrelétricas, meios de transmissão, estações transformadoras e redes de distribuição para a venda de energia elétrica.³⁶ Para a Norpatagonia, a empresa

³⁴ WILLIAMS, Fernando. Infraestructura y paisaje en la Patagonia: hacia una perspectiva histórica centrada en el recurso hídrico. *In*: NUÑEZ, Paula; NUÑEZ, Andrés; TAMAGNINI, Marcela MATOSSIAN, Brenda; ODONE CORREA, Carolina (orgs.). **Araucanía-Norpatagonia II. La fluidez, lo disruptivo y el sentido de la frontera**. Viedma: Editorial UNRN, 2018, p.199-224.

³⁵ TAGLIANI, Pablo. **Economía del desarrollo regional. Provincia de Río Negro 1880-2010**. Buenos Aires: La Colmena, 2015.

³⁶ ROSELLI, Olga Martina. La privatización de Hidroeléctrica Norpatagónica (Hidronor) en la década de 1990. *In*: IUORNO, Graciela; PASQUALI, Laura (orgs.). **Resistencias al proceso de embate neoliberal en Argentina. Aproximaciones desde la Historia Oral**. Rosario: Prohistoria, 2012. p.145-158.

propôs estudar a estreiteza do Chocón e desviar as águas do rio Neuquén para as bacias naturais de Mari Menuco e Los Barreales. Em 1953, houve uma conversa sobre a construção do reservatório do rio Limay e então foram solicitados os primeiros estudos visando sua implementação.

Desde a queda de Perón, os “governos de fato” (governos de militares) da autodenominada “Revolução Libertadora” (1955-1958) aplicaram uma nova estratégia de segurança nacional na Patagônia para a ocupação e desenvolvimento do território. A Norpatagonia foi considerada uma área a ser fortalecida e consolidada por meio de polos de desenvolvimento.³⁷ Com base nessa teoria, o “governo de fato”, por meio da Diretoria Geral de Fabricação Militar, decidiu formar uma corporação para o desenvolvimento da indústria siderúrgica e dos recursos hidrelétricos. Em 17 de dezembro de 1957, foi assinado o tratado que criou a Norpatagónica Corporation, entidade autárquica que obteve amplos poderes para o desenvolvimento de obras de infraestrutura, incluindo usinas hidrelétricas.³⁸

Por outro lado, em 1957, o governo militar reconheceu o rio Limay como adequado para um empreendimento hidrelétrico e a possibilidade de construção de várias represas sobre o rio, incluindo a descida de El Chocón a 90 km da cidade de Neuquén, que permitiria gerar energia elétrica, regular o fluxo dos rios e melhorar a navegabilidade do rio Negro.³⁹

Políticas de desenvolvimento no sul

³⁷ A teoria dos polos de desenvolvimento ou de crescimento foi proposta inicialmente por François Perroux no contexto do segundo período pós-guerra. Perroux considera o desenvolvimento como um processo polarizado, tendendo a concentrar atividades e causar desequilíbrios entre indústrias e regiões geográficas. O polo constituiria uma unidade de produção localizada exogenamente dentro de uma zona economicamente atrasada. Vários autores reformularam e expandiram essa teoria: David Deeger, Jean Paelinck, Jacques Boudeville, John Friedmann, entre outros, sublinhando o caráter geográfico e complementando a noção conceitual de polo, vinculando-o à variável espacial e à diversidade regional em que está inserida.

³⁸ Ao iniciar o governo constitucional de Arturo Frondizi (1958-1962), a Corporação Norpatagônica não foi confirmada pelo parlamento das províncias, nem pelo Congresso Nacional. Cf. RUFFINI, Martha. Estado, desarrollo económico y nuevas provincias. El fracaso de un plan estatal para el sur argentino: la Corporación Norpatagónica (1957-1958). **Revista H-Industri@**, Buenos Aires-Universidad de Buenos Aires, año VIII, n. 14 y 15, p.189-231, 2014.

³⁹ MINISTERIO DE COMERCIO E INDUSTRIA DE LA NACION: AGUA Y ENERGIA ELECTRICA. **La zona del río Limay. Su aprovechamiento energético. Sistema hidroenergético El Chocón**. Buenos Aires, 1957.

A corrente desenvolvimentista disseminada na América Latina por economistas e cientistas sociais da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e o impacto na Argentina com a presidência de Arturo Frondizi (1958-1962) mantiveram a impossibilidade de crescimento econômico nos países da região com base nas exportações de produtos primários, indicando como solução a promoção da industrialização.

A Patagônia foi incluída entre os eixos de um futuro polo de desenvolvimento projetado para espaços periféricos ou extra-pampeanos, uma manifestação reveladora do que Mark Healey chama de "os dois argentinos"⁴⁰. Constituiu uma parte essencial do impulso desenvolvimentista, cristalizando um imaginário associado à "energia da Patagônia" ou ao "recurso da Patagônia" cuja transformação seria operada pela ação do Estado. Se propagandeou uma imagem da Patagônia como sendo a esperança para o futuro, uma terra jovem e dinâmica, de forma que foram modificadas as representações do século XIX sobre a região que se baseavam no progresso, na soberania, na ideia de deserto e no patriotismo.

Em 1960, o governo Frondizi, através de uma lei aprovada pelo Congresso, colocou a geração de energia hidrelétrica sob jurisdição nacional. A partir de agora, o Estado será o único tomador de decisão nesta matéria. Em consonância com isso, o Plano de Desenvolvimento Econômico de Frondizi estabeleceu na Patagônia a plena exploração do Rio Turbio (Santa Cruz) e depósitos de ferro na Serra Grande (Rio Negro), a construção de usinas hidrelétricas para a utilização do rio Limay e a implementação de centros siderúrgicos em Puerto Madryn (Chubut). Ao mesmo tempo, o Senado Nacional criou uma comissão especial para avaliar a viabilidade da construção da represa de El Chocón. Para esse fim, foram encomendados estudos técnicos a consórcios europeus, como Italconsult, Harsa e Sofrelac, e começaram os primeiros passos para obter capital para o empreendimento.

Durante o governo de Arturo Illia (1963-1966), o senador patagônico José Enrique Gadano apresentou ao Congresso um plano de construção de obras hidrelétricas baseado no modelo norte-americano do Vale Tennessee (TVA), a obra

⁴⁰ HEALEY, Mark. El interior en disputa. Proyectos de desarrollo y movimientos de protesta en las regiones extrapampeanas. In: JAMES, Daniel director. **Violencia, proscrición y autoritarismo 1955-1976**, Buenos Aires: Sudamericana, 2003. p. 171-212.

pública de maior envergadura realizada durante o primeiro *New Deal* do presidente Franklin Delano Roosevelt (1933-1945). A ideia norteadora foi fornecer energia à Grande Buenos Aires, gerando uma alternativa aos centros de energia térmica, expandindo a produção e favorecendo o estabelecimento de indústrias na região.⁴¹

Em tempos de ditadura. A construção de usinas hidrelétricas

Tanto na Argentina, desde 1966, quanto no Brasil, a partir de 1964, os padrões de comportamento e de tomada de decisão de ambos os governos eram semelhantes, originando um modelo de Estado Burocrático Autoritário. O que O'Donnell chamou de “lugar comum de desenvolvimento” do capitalismo em nível global, na América do Sul motivou nos dois países a aliança entre Estado, empresas transnacionais e capital industrial local para reconstruir os mecanismos capitalistas. O avanço dos interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos sobre a região - que se tornou visível com maior força no Brasil- no contexto da “Guerra Fria”, produziu a combinação da industrialização, a ingestão de capital estrangeiro e a desativação ou repressão do protestos de trabalhadores.⁴²

Mas o desenho de um grande plano hidrelétrico nacional foi realizado nos governos da chamada "Revolução Argentina" (1966-1973), um período ditatorial autocrático, com governantes com plenos poderes e fortemente repressores das liberdades políticas.

Na Argentina, as Forças Armadas lideraram um golpe que depôs o presidente constitucional Arturo Illia (1963-1966) e abriu o caminho para a "Revolução Argentina". O governo de fato do General Juan Carlos Onganía (1966-1970) instalou o formato do Estado burocrático-autoritário, representativo da alta burguesia com a participação de grandes empresas privadas e públicas.

Os objetivos do Estado Burocrático Autoritário eram a preservação da ordem e a normalização da economia com base no crescimento com intervenção de interesses transnacionais e distribuição desigual de recursos. Para a manutenção da

⁴¹ BANDIERI, Susana. **Historia de la Patagonia**. Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

⁴² BONA, Leandro y PAEZ, Sergio. Fases, similitudes y diferencias en los casos de las dictaduras y economía política en Argentina 1966-1973 y Brasil 1964-1985. **América Latina en la historia económica**. Instituto Mora-CONACYT, v. 27, n. 2, 2020.

ordem, os setores populares mobilizados foram excluídos quando os canais democráticos e de participação cidadã foram cancelados. As publicações e peças teatrais oposição foram proibidas porque o governo impôs limites às práticas sociais e culturais, no sentido de apenas permitir o que ficou conhecido como a moda jovem. Em julho de 1966, centenas de alunos e professores da Universidade de Buenos Aires que protestavam contra a intervenção nas universidades foram duramente reprimidos na chamada "noite das longas bengalas". Esta modalidade coercivo-repressiva deu origem ao chamado "Cordobazo" em maio de 1969, decorrente da aliança entre trabalhadores e estudantes na cidade de Córdoba, em um protesto popular que demonstrava o repúdio à repressão estatal e ao silenciamento das vozes da oposição e das pessoas de expressão da sociedade civil.

A transformação econômica requeria a paz social que permitia – nas palavras do Ministro da Economia Adalberto Krieger Vasena – um desenvolvimento com estabilidade. Era um governo de técnicos, encabeçado por um ministro representante do *establishment* e da grande burguesia que controlava economicamente o aparelho estatal.⁴³ Em questões estatais, o objetivo era a modernização tecnocrática e eficiente da economia com a participação de capital estrangeiro.

A certeza de que o progresso sem energia era inviável se espalhou e, nesse contexto, a construção de usinas hidrelétricas apareceu como sinal de modernização e prioridade das políticas públicas.⁴⁴ Conforme observado, na década de 1960 foram apresentados planos de desenvolvimento sucessivos e sobrepostos para a Patagônia que não alcançaram uma concretização efetiva.

Para a Revolução Argentina, a Patagônia não significou apenas energia elétrica, gás e petróleo, mas um espaço que previa desenvolvimento e progresso. Era uma região considerada chave para a segurança interna, já que 80% da população total era estrangeira - fundamentalmente de origem chilena - e o Estado considerava essencial "argentinar o território", noção que tem suas raízes no discurso da

⁴³ O'DONNELL, Guillermo. **El Estado burocrático autoritário. Triunfos, derrotas y crisis**. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1996, p.60-62.

⁴⁴ NAVARRO FLORIA, Pedro; NICOLETTI, María Andrea. **Historia del Neuquén**. Neuquén, Editorial de la Universidad del Comahue, 2014.

liderança argentina do século XIX e esse foi um vetor de diretrizes para muitas das decisões do Estado. A ideia principal era realizar uma "segunda conquista no deserto", expressão que já havia sido usada pelo presidente Frondizi ao se referir às políticas de desenvolvimento de petróleo e aço que ele descreveu como "verdadeiras batalhas". O objetivo do Estado era integrar a Patagônia à nação por meio de planejamento regional, gerando núcleos de desenvolvimento econômico baseados em petróleo, gás e energia hidrelétrica.

Com base nesse objetivo, em 1966, o presidente de fato Juan Carlos Onganía (1966-1970) emitiu o Decreto-Lei nº 16964, que criou o Sistema Nacional de Planejamento e Ação para o Desenvolvimento. Para cumprir o Plano, o país foi dividido em oito regiões. A Norpatagonia foi incluída na chamada região de Comahue, uma delimitação arbitrária que englobava toda a bacia do rio Negro.

Figura 1. Localização da Bacia do rio Negro.



Fonte: Sitio Oficial de la Autoridad Interjurisdiccional de Cuencas (AIC). Disponível em: [https://www.aic.gov.ar/sitio/La cuenca/](https://www.aic.gov.ar/sitio/La%20cuenca/) Acesso em 02/06/2020.

O Programa de Desenvolvimento para a Região de Comahue foi realizado com a competição econômica e técnica do Conselho Federal de Investimento (IFC), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização das Nações Unidas para as Unidades de Alimentação e Agricultura (FAO). As propostas para a região de Comahue incluíram a construção de obras hidrelétricas para irrigação e produção de energia, um plano para colonizar o vale mais baixo do Rio Negro, a criação de um porto, a exploração de petróleo e o depósito de minério de ferro em Sierra Grande, além de desenvolvimento turístico, agrícola e florestal. Uma importante articulação regional foi projetada através da bacia hidrográfica e localizando o potencial hidrelétrico como um elemento básico para essa articulação. Os efeitos positivos do crescimento da região permitiriam não apenas a integração com o mercado de Buenos Aires, mas também funcionariam como um elemento-chave na articulação econômica sul-americana.

Também se afirmava que esta região apresentava um desenvolvimento desigual na área de comunicações, tanto do ponto de vista viário, com uma rede de estradas relativamente importante quanto na Norpatagonia, que possuía grandes trechos não pavimentados - 81% - e dois trilhos ferroviários com estrutura física muito antiga, que ligava Bahía Blanca a Zapala, em Neuquén, e a ferrovia a Bariloche, em Río Negro.⁴⁵

Segundo o estudo realizado pelo Centro de Estudos Urbanos e Rurais de 1979, a definição da região de Comahue incluiu áreas heterogêneas, com grande diversidade de ecossistemas e clima e fortes contrastes na paisagem com áreas de planície, planalto e montanhas. O estudo considerou também que a localização do polos de desenvolvimento da região de Comahue não era estratégica, priorizando a cidade de Bahía Blanca como centro petroquímico e não a Norpatagonia onde os poços de petróleo estavam localizados.⁴⁶

⁴⁵ ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACION (FAO) **Estudio de factibilidad para el desarrollo de la Región Comahue.** Informe final preparado para el gobierno argentino. Roma: PNUD-FAO, 1970.

⁴⁶ VAPNARSKY, César; MANZANAL, Mabel. **Asentamiento humano y desarrollo socio-económico de la Región Comahue: un estudio piloto.** Documento de Trabajo nº5. Buenos Aires: CEUR, 1979.

Como afirma Susana Bandieri⁴⁷, as sucessivas reformulações dos limites da região de Comahue, que implicavam a incorporação de uma extensão maior da província de Buenos Aires - catorze partidos⁴⁸ -, mais uma vez evidenciaram a pressão econômica e a pressão das grandes empresas nacionais e transnacionais para expandir seu alcance regional em busca de maiores benefícios, resultando na superposição de subzonas e no agrupamento de diversos espaços com pouca identidade e diferentes trajetórias históricas.

"O trabalho do século" – Usina Hidrelétrica Chocón-Cerros Colorados

Para se compreender a importância que El Chocón adquirirá na política energética argentina, deve-se notar que, entre 1953 e 1960, a Argentina apresentou um desenvolvimento hidrelétrico limitado a poucos sistemas regionais isolados que dependiam do desenvolvimento provincial, com instalações de baixa e média potência localizadas em áreas próximas aos centros de consumo: Cassafousth (1953), Los Molinos 1 e 2 1957-1958, La Viña e San Roque 1959 (província de Córdoba), Álvarez Condarco (1955) e El Nihuil 1 e 2 (1956 e 1961 na província Mendoza e Escada (1955), na província de Tucumán.⁴⁹ Em 1970, o total de linhas elétricas instaladas na região de Comahue era de 1506 km, representando 4,57% do total nacional. Desses 1506 km, a parte instalada na Norpatagônia correspondia a 364 km.⁵⁰

Dada a possibilidade de o governo Onganía priorizar na Norpatagônia a exploração de ferro nas reservas minerais de Sierra Grande (Río Negro), a sociedade local se mobilizou para garantir que o trabalho não parasse: as câmaras de negócios de Neuquén e Rio Negro, a Federação Argentina de Cooperativas Agrícolas e a Câmara de Produtores Agrícolas de Limay, entre outras, promoveram notas,

⁴⁷ BANDIERI, Susana. *Op. Cit.*

⁴⁸ Na Argentina, "partidos" são divisões administrativas dentro das províncias. A província de Buenos Aires é dividida em 135 partidos.

⁴⁹ JENSEN, S; ZAMORA, A; RIMANCUS, P. Evolución de la matriz eléctrica argentina. **Revista de la Comisión Nacional de Energía Atómica**. Buenos Aires, n. 69-70, p.5-24, 2018.

⁵⁰ ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACION (FAO) **Estudio de factibilidad para el desarrollo de la Región Comahue**. Informe final preparado para el gobierno argentino. Roma: PNUD-FAO, 1970.

assembleias e demandas ao Estado nacional. Até mesmo a Corporação de Produtores de Frutas de Rio Negro ofereceu ajuda para financiar o trabalho.⁵¹

Em 1967, o governo Onganía criou a Hidroeléctrica Norpatagónica (Hidronor), uma sociedade anônima com participação acionária estatal, responsável pelo planejamento, construção e operação do Complexo Chocón-Cerros Colorados e suas linhas de transmissão e instalações complementares. Ela também era responsável pela execução do Complexo Alicopá, cuja construção começou em 1972, e que foi formado pelas represas de Alicurá, Piedra del Águila e Collon Cura, no rio Limay, mas a última barragem ficou inacabada.

As obras de El Chocón foram iniciadas em janeiro de 1969. Foram financiadas, com créditos do Banco Mundial e de diferentes países, que colocaram como condição para seu apoio, a concessão das obras às suas empresas sediadas na Argentina. Em setembro de 1968, a construção do empreendimento foi concedida, em processo de licitação, ao consórcio Impregillo (empresa italiana) e Sollazo com capital nacional. Segundo as projeções da FAO, a geração de energia chegaria a 1.650.000 kW, um número considerável, uma vez que o total nacional foi de 5.443.000.⁵² Em 1973, a usina hidrelétrica começou a operar.

A represa de El Chocón e a transformação da paisagem e do meio ambiente

Como se sabe, o desenho de um plano econômico vinculado a grandes obras deve levar em consideração o impacto sobre as populações locais e sobre o meio ambiente. Na década de 1960 e, como afirma Laura Mombello, fazia parte da convicção geral pensar que os recursos naturais eram inesgotáveis, que se auto regeneravam, de forma que não seria necessário preservá-los, pois o ambiente não seria afetado.⁵³ Além das ideias predominantes naquela momento, deve-se

⁵¹ BANDIERI, Susana y BLANCO, Graciela. Promesas incumplidas: hidroenergía y desarrollo agrario regional en la Norpatagonia argentina. **Estudios Rurales**. Bernal-Universidad Nacional de Quilmes, v.1, n.2, p.148-171, 2012.

⁵² ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACION (FAO) **Estudio de factibilidad para el desarrollo de la Región Comahue**. Informe final preparado para el gobierno argentino. Roma: PNUD-FAO, 1970.

⁵³ MOMBELLO, Laura. **Por la vida y el territorio. Disputas políticas y culturales en Norpatagonia**. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata-EUDM, 2018.

considerar que os impactos ambientais como consequências dos grandes projetos, não faziam parte das prioridades dos governos militares da "Revolução Argentina".

Durante a ditadura militar (1976-1983), grupos ecologistas e ambientalistas criticaram o uso da terra e pouco cuidado com o meio ambiente. Em linhas gerais, a construção das obras causou sérios danos às populações da região e ao meio ambiente. Os acampamentos utilizados na construção foram abandonados quando as obras foram concluídas, mas o lixo industrial não foi removido. Assim, a fauna local foi afetada, desaparecendo espécies nativas da região, como o guanaco (*Lama guanicoe*) e o avestruz (*Struthio camelus*).⁵⁴

As obras redesenharam o curso do rio Limay e transformaram a paisagem da região, criando lagos artificiais, como o lago e o reservatório Ramos Mexia, perto de Villa El Chocón ou o lago Pellegrini, nas proximidades de Cinco Saltos. Obviamente, os lagos e reservatórios ligados a El Chocón causaram alterações no ecossistema e modificaram os padrões de assentamento da população. Por outro lado, a criação de um lago artificial provoca alterações no microclima já que a evaporação aumenta o nível de umidade.

Se bem que as obras de El Chocon foram localizadas na província de Neuquén, no encontro dos rios Limay y Neuquén, uma bacia hidrográfica, os efeitos das obras se ampliaram e contornaram os limites provinciais. As comunidades localizadas a jusante das represas foram afetadas pelo aumento no fluxo caudal na área dos reservatórios que trouxeram danos à fauna e à flora e, além disso, a deterioração do solo impactou negativamente a capacidade produtiva destas comunidades e a alteração da qualidade da água a transformou em prejudicial para a saúde humana, causando doenças. Conseqüentemente, muitos habitantes deixaram o local e foram para outros centros populacionais do país.⁵⁵

⁵⁴ BAZALOTE, Alejandro Omar y RADOVICH, Juan Carlos. Grandes represas hidroeléctricas: efectos sociales sobre las poblaciones mapuches en la región del Comahue, Argentina. In: COELHO DOS SANTOS, Silvio; NACKE, Anelise (orgs.). **Hidrelétricas e povos indígenas**. Florianópolis: Editorial Letras Contemporâneas, 2003, p.1-31.

⁵⁵ MALINOW, Guillermo. **Potencial y desarrollo hidroeléctrico argentino**. Buenos Aires: Instituto Argentino de la Energía, 2013. Disponível em: <https://www.iae.org.ar/wp-content/upload/2013/07/2013-potencial-y-desarrollo-energetico-argentino/>. Acesso em 03/05/2020; VALLE, Debora. **El impacto transfronterizo de las obras hidroeléctricas y su incidencia en el uso agrario del agua**. Neuquén, III Congreso Nacional de Derecho Agrario provincial, 2015. Disponível em: <http://>

Segundo Bazalote e Radovich, as obras de El Chocón ignoraram as populações tradicionais que vivem na área atingida, principalmente a comunidade Painemil de origem Mapuche, localizada no departamento de Confluencia, em Neuquén. Esses grupos étnicos foram deslocados de suas terras e realocados. Apesar do fato de a posse da terra ter sido concedida durante o governo Arturo Illia, o governo militar os declarou terras sujeitas a expropriação.

A cidade de El Chocón também foi um local de protestos e reivindicações dos trabalhadores. A organização do Villa El Chocón trouxe inicialmente alguns benefícios para os trabalhadores - mais de três mil chegaram em poucos meses - como a entrega de casas, educação e serviços de saúde, preços mais baixos para alimentação e auxílios paternidade ou morte.⁵⁶ Apesar dos benefícios oferecidos pela Hidronor, os trabalhadores de Chocón não obtiveram melhoria na qualidade de vida. O tratamento foi discriminatório e hierárquico (de acordo com as funções exercida), carecia de incentivo material e muitos sofreram com jornadas de trabalho excessivas sem uma estrutura mínima de segurança. Diante de qualquer protesto, o trabalhador era demitido. Em 1969, as más condições de trabalho levaram a doenças e até a morte de vários operários. A violência fazia parte do cotidiano do empreendimento, agravada pelo alcoolismo e pela prostituição.⁵⁷

Entre dezembro de 1969 e março de 1970, trabalhadores unidos em uma organização sindical de base iniciaram uma greve que rapidamente se transformou em um enorme protesto social: o Choconazo – um confronto complexo que incluía as tensões entre as lideranças sindicais nacionais, divididas em torno de colaboração ou não com o governo militar. As reivindicações populares sobre as demissões ilegais, prisões e pressões sofridas pelos trabalhadores motivaram o apoio do governador de Neuquén Felipe Sapag (1970-1972), da Igreja Católica, que reivindicou as demandas dos trabalhadores na figura do bispo Jaime De Nevares, e da sociedade Neuquén que se mobilizou para apoiar as reivindicações.

sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/49841/Documento_completo_pdf. Acesso em 07/11/2020.

⁵⁶ ROSELLI, Olga Martina. La privatización de Hidroeléctrica Norpatagónica (Hidronor) en la década de 1990. In: IUORNO, Graciela; PASQUALI, Laura compiladoras (orgs.). **Resistencias al proceso de embate neoliberal en Argentina. Aproximaciones desde la Historia Oral**. Rosario: Prohistoria, 201, p.145-158.

⁵⁷ QUINTAR, Juan. **El Choconazo**. Neuquén: Universidad Nacional del Comahue, EDUCO, 1998.

Mas, embora a sociedade civil de Neuquén estivesse envolvida no apoio aos trabalhadores, não deixou de reconhecer a importância de El Chocón que foi além da geração de energia. Para a população de Neuquén e Rio Negro, El Chocón traria progresso e crescimento econômico. A FAO afirmou que a conclusão do trabalho cobriria a demanda de energia elétrica da região, levaria ao estabelecimento de novas indústrias, promoveria o desenvolvimento de estradas e ferrovias e forneceria royalties para os governos provinciais sobre os lucros com a geração de energia, conforme estipulado no contrato de 1966. Da mesma forma, a irrigação produziria mais de um milhão de hectares em produção.⁵⁸

No entanto, o Estado nacional não interveio para promover o desenvolvimento da região. No final da década de 1970, a cidade de El Chocón estava estagnada e servia apenas de assento para o pessoal encarregado de manter a barragem. Em um relatório submetido ao governo nacional, foi indicado que essa estagnação e o subsequente êxodo populacional deveriam ter sido previstos no plano de obras e que a Hidronor possuía a responsabilidade de buscar fixar a população por meio da colonização sistemática de terras irrigadas. Da mesma forma, foi considerado essencial para o desenvolvimento regional fornecer energia a preços reduzidos para a população da Norpatagônia, utilizando parte dos lucros da Hidronor na energia produzida nos rios Limay e Neuquén, uma vez que não havia outros recursos que pudessem ser capitalizados para crescimento econômico.⁵⁹

De acordo com um estudo técnico, os royalties foram pagos apenas em 1974 e o crescimento regional da Norpatagônia foi limitado à província de Neuquén, que concentrava escritórios estaduais, filiais regionais ou sub-regionais de empresas comerciais, plantas industriais e conexões rodoviárias entre Neuquén e a região petrolífera de Plaza Huinca e Catriel, no Rio Negro. O resultado foi uma complexa aglomeração urbana liderada por Neuquén que continha a cidade vizinha de Cipolletti, no Rio Negro, e atraiu a migração interna de operários e profissionais

⁵⁸ ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACION (FAO). **Estudio de factibilidad para el desarrollo de la Región Comahue**. Informe final preparado para el gobierno argentino. Roma: PNUD-FAO, 1970.

⁵⁹ LA PATAGONIA POSTERGADA. **Acta de Sesiones del Congreso desarrollado en Buenos Aires del 13 al 17 de octubre de 1969**. Buenos Aires: UADE.

liberais e o estabelecimento de algumas empresas multinacionais.⁶⁰ Segundo Mario Arias Bucciarelli, Neuquén, apresentou um importante e desorganizado desenvolvimento urbano, dobrando seu crescimento entre 1960 e 1970.⁶¹

Finalmente, as obras hidrelétricas na Norpatagonia acabaram sendo uma ferramenta para o fornecimento de energia à capital do país e arredores, uma vez que 70% da energia gerada por Chocón foi destinada a Buenos Aires. O fluxo do rio Negro foi regularizado e as inundações diminuíram de intensidade. A paisagem foi transformada e a região do semidesértica prosperou com a expansão da irrigação no Alto Valle, a extensão da área produtiva, a concentração industrial e o desenvolvimento do turismo.⁶²

Mas os benefícios não atingiram toda a Norpatagonia. Obras complementares de irrigação, distribuição de benefícios anuais em reinvestimentos regionais ou taxas preferenciais para empresas da região foram eliminadas no Decreto-Lei 17574 de 1967. Segundo Susana Bandieri, em 1980 a produção de energia hidrelétrica na Norpatagonia representava 42% do total nacional.

Considerações finais

Tanto na Argentina quanto no Brasil, os megaprojetos promovidos pelas ditaduras militares representaram uma grande oportunidade de investimento especulativo de capitais estrangeiros e locais. O desenvolvimento do mercado de capitais e as grandes concessões que as empresas receberam fizeram parte do interesse do Estado em favorecer a participação e rentabilidade de grandes empresas transnacionais. Mas os impactos nas regiões onde os megaprojetos foram desenvolvidos foram encobertos por ambas as ditaduras.

As regiões da Patagônia e da Amazônia congregam importantes ecossistemas e diversificadas fauna e flora. Em seu interior se encontra a menor densidade populacional de seus países, espalhada em grandes áreas territoriais.

⁶⁰ VAPNARSKY, César; MANZANAL, Mabel. *Op. Cit.*

⁶¹ ARIAS BUCCIARELLI, Mario. Identidades en disputa. La Región del Comahue y los poderes provinciales. **Cuadernos del Sur**. Bahía Blanca: Universidad del Sur, n.35-36, p.151-174, 2003.

⁶² CAMARA ARGENTINA DE LA CONSTRUCCION. **Impacto de proyectos hidroeléctricos sobre economías regionales. Valoración en base a beneficios.** Informe Técnico de Investigación realizado por los Ingenieros Alberto del Rosso y Andrés Ghia. Buenos Aires, 2007.

A Patagônia constitui a maior área da Argentina, mas também a mais despovoada. Em seu interior existe um importante reservatório de água doce, florestas nativas e riquezas mineiras, mas atualmente apresenta processos de degradação do solo e do meio ambiente, desmatamento e desertificação. Na Patagônia, a água como recurso natural é hoje um dos ativos mais cobiçados, mas é afetada pelo volume significativo de terras em mãos estrangeiras.

Apesar das muitas riquezas naturais que ambas as regiões possuem, suas populações vivem e se estabeleceram de forma periférica dentro de seus países. A Amazônia brasileira vive como uma espécie de produtor de matéria prima e infraestrutura para os grandes centros urbanos no Sudeste do país, sem que suas populações recebam qualquer tipo de benefício que transforme sua qualidade de vida, pois apenas são obrigadas a assistir o suposto desenvolvimento nacional que propiciam.

Também na Patagônia argentina, as populações locais convivem com a riqueza que geram mas que não repercute em suas próprias vidas como algo que lhes proporcione benefícios concretos e duradouros. A hidrelétrica de Chocón bem como as barragens construídas posteriormente - Alicurá e Piedra del Aguila - possibilita melhorias pontuais nas vidas da região atingida, mas sem gerar infraestruturas definitivas que modifiquem as vidas das pessoas.

Da mesma forma, as rodovias abertas na região amazônica, na década de 1970, seguindo planos estabelecidos pela SUDAM na década de 1960, facilitaram a circulação de pessoas, provocaram a chegada de milhares de migrantes de outras regiões brasileiras, e com eles o desenvolvimento do comércio e o surgimento de cidades, mas sem que isso trouxesse, em consequência, benefícios às populações que já viviam na região.

Populações tradicionais, como indígenas e ribeirinhos, da Amazônia brasileira e as comunidades mapuches da Patagônia argentina sofreram e ainda sofrem com os impactos de projetos pensados em outros espaços e que somente os incluiu, para o bem ou para o mal, como uma espécie de efeito colateral do desenvolvimento nacional e transnacional. Não apenas estas populações, como também os moradores das cidades das regiões e a fauna e flora, sensíveis às grandes mudanças, sofreram com os impactos de grandes projetos hidrelétricos e

rodoviários que não pensaram em um lugar para a própria região, em meio ao desenvolvimentismo de seus países e, por isso, muitas vezes provocaram ganhos temporários e impactos definitivos.

De acordo com o antropólogo brasileiro Gustavo Lins Ribeiro, tanto as rodovias na Amazônia quanto a hidrelétrica Chocon Cerros Colorados podem ser consideradas projetos de grande escala, nascidos de um planejamento tecnocrático estatal, caracterizados por um fluxo significativo de capital e trabalho - o chamado gigantismo - desenvolvido em áreas isoladas ou relativamente povoadas e com temporalidade limitada, curto prazo de execução, mas que causa efeitos de considerável importância sobre o meio ambiente e nas condições de vida das cidades vizinhas.⁶³

As ditaduras da Argentina e do Brasil, das décadas de 1960 e 1970, pensaram um lugar para essas regiões no plano do desenvolvimentismo nacional, sem pensar nos danos que elas poderiam sofrer com os empreendimentos. A Amazônia seguiu a agenda da proteção contra um suposto assédio estrangeiro para firmar políticas de intervenção em suas lógicas e de exploração de suas riquezas para que grandes empresas pudessem obter vultosos lucros.

Conglomerados empresariais nacionais e transnacionais se colocaram como aqueles que iriam trabalhar juntamente com os governos de Argentina e Brasil para conduzir a Patagônia e a Amazônia no rumo de projetos dos quais não seriam protagonistas, mas somente o lugar das transformações, o que acabou por acarretar profundas perdas às regiões.

Otávio Velho⁶⁴ afirma que, no Brasil, o Golpe de 1964 afirmou as políticas do capitalismo autoritário, que também era implementado em toda a América Latina. Esta forma de capitalismo é calcada na ideia de que os países da América Latina necessitam da condução de regimes centralizados rumo ao desenvolvimento capitalista. Assim, o desenvolvimentismo implementado na Argentina e no Brasil, pautado em grandes projetos na Patagônia e na Amazônia, somente seria possível

⁶³ LINS RIBEIRO, Gustavo. Cuánto más grande mejor? Proyectos de gran escala. Una forma de producción vinculada a la expansión del sistema económico. **Desarrollo Económico**. Buenos Aires, v.27, n.105, p.3-27, 1987.

⁶⁴ VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

com a imposição autoritária que, na prática, ignorou direitos sociais e ambientais, para construir grandes obras que propiciaram poucos benefícios em curtos períodos e grandes perdas por longos períodos para estas regiões.

Cardoso & Faletto⁶⁵ acreditam que existe uma estrutura de subdesenvolvimento na América do Sul que vincula a afirmação de um desenvolvimento a partir da estrutura centro-periferia que vem, desde o período colonial, como metrópole-colônia. De acordo com essa estrutura, analisam que embora mudem, ao longo da História, os países colocados na condição de centro explorador dos países latino-americanos e a forma da exploração, não é alterada a lógica que os coloca na condição de dependentes de ações e políticas externas a eles.

Quando ocorre a possibilidade de ruptura, afirma-se a face autoritária da dependência que impõe o desenvolvimentismo que apenas cria a aparência do crescimento econômico, sem, contudo, desenvolver de fato, com melhorias significativas nas vidas das populações e, muitas vezes, trazendo grandes impactos socioambientais, como ocorreu na Argentina e no Brasil, na construção de grandes obras de infraestrutura na Patagônia e na Amazônia, nas décadas de 1960 e 1970.

Referências Bibliográficas

ANDREAZZA, Mário. **Transamazônica** – Pronunciamento feito na Câmara dos Deputados em 1 de julho de 1970. Brasília, 1970, p. 4.

ARIAS BUCCIARELLI, Mario. Identidades en disputa. La Región del Comahue y los poderes provinciales. **Cuadernos del Sur**. Bahía Blanca: Universidad del Sur, n.35-36, p.151-174, 2003.

AZCOITIA, Alfredo; NUÑEZ, Paula. Las represas hidroeléctricas de la Región Comahue: expectativas de un desarrollo parcial. **Revista Agua y Territorio**, Universidad de Jaén, n^o4, p.12-22, 2014.

BANDIERI, Susana. **Historia de la Patagonia**. Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

_____. y BLANCO, Graciela. Promesas incumplidas: hidroenergía y desarrollo agrario regional en la Norpatagonia argentina. **Estudios Rurales**. Bernal-Universidad Nacional de Quilmes, v.1, n.2, p.148-171, 2012.

⁶⁵ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1970.

BAZALOTE, Alejandro Omar y RADOVICH, Juan Carlos. Grandes represas hidroeléctricas: efectos sociales sobre las poblaciones mapuches en la región del Comahue, Argentina. *In*: COELHO DOS SANTOS, Silvio; NACKE, Anelise (orgs.). **Hidrelétricas e povos indígenas**. Florianópolis: Editorial Letras Contemporâneas, 2003, p.1-31.

BONA, Leandro y PAEZ, Sergio. Fases, similitudes y diferencias en los casos de las dictaduras y economía política en Argentina 1966-1973 y Brasil 1964-1985. **América Latina en la historia económica**. Instituto Mora-CONACYT, v. 27, n. 2, 2020. scielo.org.mx/pdf/alhe/v27n2/2007-3496-ale-27-02-1068.pdf. Acesso em 10/11/2020.

BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – 1972-1974**. Brasília, 1971.

CAMARA ARGENTINA DE LA CONSTRUCCION. **Impacto de proyectos hidroeléctricos sobre economías regionales. Valoración en base a beneficios**. Informe Técnico de Investigación realizado por los Ingenieros Alberto del Rosso y Andrés Ghia. Buenos Aires, 2007.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. **Políticas internacionais de saúde na Era Vargas – o Serviço Especial de Saúde Pública – 1942-1960**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1970.

CORDEIRO, Janaína Martins. Milagre, ordem e progresso: naturalização da violência e crescimento econômico em tempos de Ditadura. *In*: CARVALHO, Keila Auxiliadora; CORDEIRO, Janaína Martins; MARTINS DE SOUZA, César (orgs.). **O país do futuro: modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil Republicano**. Curitiba: Prismas, Appris, 2018, p. 135-154.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira**. 9ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L & PM, 2015.

GARCIA, José Luís; SUBTIL, Filipa. Lembrando Emerson e Thoreau para pensar os demônios do progresso na Amazônia. **Nova Revista Amazônica**. Belém, v.6, n.4, p. 9-26, 2018.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HEALEY, Mark. El interior en disputa. Proyectos de desarrollo y movimientos de protesta en las regiones extrapampeanas. *In*: JAMES, Daniel director. **Violencia, proscripción y autoritarismo 1955-1976**, Buenos Aires: Sudamericana, 2003. p. 171-212.

HEBETTE, Jean; MARIN, Rosa Acevedo. Saúde e colonização. *In*: HEBETTE, Jean *et al.* **Colonização, desenvolvimento e modelos econômicos**. Belém: NAEA/UFPA, 1977, p. 7-43.

JENSEN, S; ZAMORA, A; RIMANCUS, P. Evolución de la matriz eléctrica argentina. **Revista de la Comisión Nacional de Energía Atómica**. Buenos Aires, n. 69-70, p.5-24, 2018.

KRAUTLER, Erwin. Mensagem de abertura. *In*: SEVÁ FILHO, Oswaldo. **Tenotã-Mõ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: International Rivers Network, 2005, p. 10.

LA PATAGONIA POSTERGADA. **Acta de Sesiones del Congreso desarrollado en Buenos Aires del 13 al 17 de octubre de 1969**. Buenos Aires: UADE.

LINS RIBEIRO, Gustavo. Cuánto más grande mejor? Proyectos de gran escala. Una forma de producción vinculada a la expansión del sistema económico. **Desarrollo Económico**. Buenos Aires, v.27, n.105, p.3-27, 1987.

MALINOW, Guillermo. **Potencial y desarrollo hidroeléctrico argentino**. Buenos Aires: Instituto Argentino de la Energía, 2013. Disponible em: <https://www.iae.org.ar/wp-content/uploads/2013/07/2013-potencial-y-desarrollo-energetico-argentino/>. Acesso em 03/05/2020.

MARTINS DE SOUZA, César. Da Transamazônica a Belo Monte: desenvolvimento e impactos socioambientais na construção de megaempreendimentos na Amazônia. *In*: RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk; SECRETO, Maria Verónica (orgs.). **Agrarismos: estudos de História e Sociologia do mundo rural**. Rio de Janeiro, Mauad, 2017, p. 103-116.

MOMBELLO, Laura. **Por la vida y el territorio. Disputas políticas y culturales en Norpatagonia**. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata-EUDM, 2018.

MINISTERIO DE COMERCIO E INDUSTRIA DE LA NACION: AGUA Y ENERGIA ELECTRICA. **La zona del río Limay. Su aprovechamiento energético. Sistema hidroenergético El Chocón**. Buenos Aires, 1957.

NATUREZA MORTA. **VEJA**. São Paulo, 22 de abril de 1980, p. 53-55.

NAVARRO FLORIA, Pedro; NICOLETTI, María Andrea. **Historia del Neuquén**. Neuquén, Editorial de la Universidad del Comahue, 2014.

O'DONNELL, Guillermo. **El Estado burocrático autoritario. Triunfos, derrotas y crisis**. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1996.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACION (FAO) **Estudio de factibilidad para el desarrollo de la Región Comahue**. Informe final preparado para el gobierno argentino. Roma: PNUD-FAO, 1970.

PASSARINHO, Jarbas. **Amazônia: patrimônio universal?** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

QUINTAR, Juan. **El Choconazo**. Neuquén: Universidad Nacional del Comahue, EDUCO, 1998.

ROSELLI, Olga Martina. La privatización de Hidroeléctrica Norpatagónica (Hidronor) en la década de 1990. *In*: IUORNO, Graciela; PASQUALI, Laura (orgs.). **Resistencias al proceso de embate neoliberal en Argentina. Aproximaciones desde la Historia Oral**. Rosario: Prohistoria, 2012. p.145-158.

RUFFINI, Martha. La Patagonia en el pensamiento y acción de un reformista liberal: Ezequiel Ramos Mexia (1852-1935). **Quinto Sol**, Santa Rosa-Universidad Nacional de La Pampa, n.12, p.127-150, 2008.

_____. Estado, desarrollo económico y nuevas provincias. El fracaso de un plan estatal para el sur argentino: la Corporación Norpatagónica (1957-1958). **Revista H-Industri@**, Buenos Aires-Universidad de Buenos Aires, año VIII, n. 14 y 15, p.189-231, 2014.

SOARES, Filipe Menezes. Ordem e Progresso: desenvolvimento e segurança nas políticas de integração nacional da Ditadura Civil-Militar. *In*: CARVALHO, Keila Auxiliadora; CORDEIRO, Janaína Martins; MARTINS DE SOUZA, César (orgs.). **O país do futuro: modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil Republicano**. Curitiba: Prismas, Appris, 2018.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Márcio. **Mad Maria**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SOUZA MARTINS, José de. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2014.

SUDAM. **Amazônia** – Novo Universo. Belém, 1975. Sem número de página.

TAGLIANI, Pablo. **Economía del desarrollo regional. Provincia de Río Negro 1880-2010**. Buenos Aires: La Colmena, 2015.

VALLE, Debora. **El impacto transfronterizo de las obras hidroeléctricas y su incidencia en el uso agrario del agua.** Neuquén, III Congreso Nacional de Derecho Agrario provincial, 2015. Disponible em: http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/49841/Documento_completo_pdf. Acesso em 07/11/2020.

VAPNARSKY, César; MANZANAL, Mabel. **Asentamiento humano y desarrollo socio-económico de la Región Comahue: un estudio piloto.** Documento de Trabajo nº5. Buenos Aires: CEUR, 1979.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato.** Rio de Janeiro: Difel, 1979.

WILLIAMS, Fernando. Infraestructura y paisaje en la Patagonia: hacia una perspectiva histórica centrada en el recurso hídrico. *In:* NUÑEZ, Paula; NUÑEZ, Andrés; TAMAGNINI, Marcela MATOSSIAN, Brenda; ODONE CORREA, Carolina (orgs.). **Araucanía-Norpatagonia II. La fluidez, lo disruptivo y el sentido de la frontera.** Viedma: Editorial UNRN, 2018, p.199-224.

Recebido: 21/09/2020
Aprovado: 11/11/2020

DA REVOLUÇÃO CUBANA AO NEOLIBERALISMO: MOVIMENTOS CAMPEVINOS, REFORMA E CONTRARREFORMA AGRÁRIA NA AMÉRICA LATINA (1959-1990)

Vanderlei Vazelesk Ribeiro¹

Resumo: Neste trabalho desenvolve-se o cotejo entre a atuação de Movimentos camponeses no Brasil, Peru e Chile entre as décadas de 1960 e 1990. Inicialmente, tendo como pano de fundo a Revolução cubana de 1959, avalia-se como estes movimentos buscaram aproveitar o clima aparentemente favorável à reforma agrária para, conectados a outros setores sociais buscar sua implementação. Avaliamos também como as respectivas burocracias estatais buscaram dialogar com estes movimentos numa interação entre repressão e cooptação, pelo menos enquanto pareceu existir um consenso em torno da ideia de reforma agrária como um preventivo de revoluções. Num segundo momento, avalia-se a Contrarreforma, que tem como ponto de partida o golpe empresarial-militar desfechado no Chile em 1973, que a médio prazo desencadeou naquele país a implantação do modelo neoliberal. Aqui analisamos como os movimentos camponeses agiram nestas três sociedades em contextos nos quais progressivamente a reforma foi-se tornando uma proposta minoritária.

Palavras-chave: Movimentos Camponeses; Reforma Agrária; Contrarreforma agrária; América Latina.

FROM CUBAN REVOLUTION TO NEOLIBERALISM: PEASANT MOVEMENTS, AGRARIAN REFORM AND AGRARIAN COUNTERREFORM IN LATIN AMERICA (1959-1990)

Abstract: In this work we compare the actions of peasant movements in Brazil, Peru and Chile between the years of 1960 and 1990. Initially, with the 1959 Cuban Revolution as a background, it is evaluated how the movements used the apparently favourable moment to the agrarian reform to make connections to other social segments in an effort to its implementation. It is also evaluated how the respective state bureaucracies perspectives sought to dialogue with these movements in a interaction between cooptation and repression, at least while there seemed to be a consensus around the agrarian reform idea as a prevention for revolution. In a second moment the Counterreform is weighted: it has as a starting point the corporative-military coup held in Chile in 1973, which in a medium term developed in that country the neoliberal model. In here we analyze the way peasant movements have acted in these three societies in contexts in which progressively the reform has become a minority proposition.

Keywords: Peasant Movements, Agrarian Reform, Agrarian Counterreform Latin America.

Introdução

As questões relativas à disputa pela posse e/ou propriedade da terra estão presentes no subcontinente desde o período colonial. No século XIX, Brasil, Peru e Chile, países objeto deste estudo, tiveram que lidar com os problemas relativos à propriedade da terra não apenas decorrentes das lutas entre a população branca, mas também desta contra as populações indígenas e quilombolas.

¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Email: vvazelesk@gmail.com

Não é nosso objetivo desenvolver uma longa viagem pelos caminhos do combate sobre a terra em nosso continente. Para os limites deste trabalho, temos como marcos cronológicos a revolução cubana, em 1959, e o florescimento do modelo neoliberal, a partir de 1990. O triunfo da Revolução cubana e a consequente realização de uma reforma agrária profunda naquele país, fez com que a maioria dos setores sociais do continente vissem na realização de uma reforma agrária a alternativa viável para seu desenvolvimento, fosse para realizar uma revolução socialista, fosse para impedi-la, tendo a reforma, para estes últimos, um efeito de **vacina contra a Revolução**. Vale lembrar que no início dos anos 1960, nem mesmo dirigentes de entidades brasileiras e chilenas, representativas dos proprietários rurais, ousaram opor-se à reforma agrária, mas contra aquele modelo distributivista, identificado com o fantasmagórico comunismo.² O outro marco cronológico, o início da década de 1990, foi momento em que o modelo neoliberal - implantado originalmente no Chile de Pinochet, a partir do golpe empresarial-militar de 1973 - passou a ser adotado em praticamente toda América Latina. A bandeira de reforma agrária que, por um momento, foi consensual em tantas regiões, ficou limitada aos movimentos camponeses, à exceção do Brasil, onde o MST e outros movimentos rurais conseguiram mobilizar não os próprios camponeses mas sim os desempregados das pequenas cidades que buscavam uma alternativa no meio agrário, para a resistência à expulsão das terras que cultivavam, como havia ocorrido em décadas anteriores.

Este estudo é focado nos acontecimentos ocorridos no Brasil, Peru e Chile em uma perspectiva comparativa: partiremos da Revolução Cubana e de suas interações com as conjunturas dos referidos países para então analisarmos o desenvolvimento dos movimentos camponeses nessas três sociedades, dinamizados - nos casos peruano e chileno - pela implementação de leis de reforma agrária e contidos, no caso do Brasil, sob o impacto do golpe militar de 1964, embora o tema

² Vale salientar, que no Brasil do movimento abolicionista, os que defendiam o fim da escravidão foram muitas vezes estigmatizados como comunistas, já que queriam o “confisco” de uma propriedade, ou seja, o escravo, ainda mais que homens como André Rebouças, sustentavam a necessidade de que fossem cedidas terras aos recém-libertos. (ALONSO, Ângela. **Flores, Votos e Balas**. O Movimento Abolicionista Brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 312).

da redistribuição da terra tenha sido objeto de legislação do primeiro dos governos militares. Observaremos, posteriormente, uma vigorosa contrarreforma agrária no Chile, porém mais progressiva no caso peruano, onde nunca chegou a se completar. Já no Brasil, analisaremos como se tentou substituir a reforma agrária pela colonização e como esse tema volta à cena na abertura política do início dos anos 1980. Avaliaremos, mais tarde, como o modelo neoliberal implantado pela força no Chile desagregou os movimentos camponeses e como esse modelo dialogou com os temas da propriedade agrária no Peru a partir da segunda presidência de Fernando Belaúnde Terry (1980-1985). Embora estejamos falando a respeito de três sociedades muito distintas entre si, buscaremos traçar um perfil acerca de como elas podem ser cotejadas no tocante ao tema agrário e como movimentos camponeses nelas atuantes tiveram de reinventar-se em distintos contextos.

Nossa opção pelo estudo destas três sociedades no continente deve-se ao fato de podermos cotejar situações distintas, mas que tem pontos em comum: No Brasil um movimento camponês em plena ascensão teve sua trajetória interrompida por um golpe empresarial-militar, mas o tema da redistribuição de terra não pôde ser simplesmente ignorado, mesmo nos anos mais duros do regime, já que a proposta de colonização na Amazônia, era ela mesma, uma resposta às demandas por reforma agrária. No Peru a reforma foi feita, primeiro pelo governo eleito de Belaunde Terry e depois por um regime militar nacionalista de esquerda, que procurou dialogar com um movimento camponês que, em parte acolhia suas propostas. Já no Chile a reforma foi feita em marcos democráticos, possibilitando a ascensão de um movimento camponês vigorosamente interrompida pelo golpe empresarial-militar de 1973. O Chile torna-se o laboratório do modelo neoliberal, desagregando o movimento camponês e implantando novas formas de trabalho subordinado no campo, que se desenvolveriam mais profundamente no Brasil e no Peru durante a década de 1980. Nossa hipótese é que as possibilidades de reforma agrária nos países citados foram mais amplas enquanto a ideia pôde ser veiculada como preventivo de uma Revolução. Não realizada no Brasil e parcialmente revertida no Chile ficaria claro ao final dos anos 1970, que a reforma não teria mais este caráter funcional do ponto de vista de setores políticos e econômicos nacionais e internacionais, tornando o tema de aceitação mais reduzida entre os responsáveis

pelas decisões a respeito da questão. Sem o **fantasma da Revolução**, exorcizado mais vigorosamente após o fim da URSS a noção de necessidade da Reforma ficaria mais limitada a um núcleo reduzido da intelectualidade e de Movimentos camponeses.

Da revolução cubana à queda de Allende: florescimento dos movimentos camponeses (1959-1973)

Assim como o século XIX, o século XX também foi marcado por incontáveis conflitos no meio agrário que envolviam a luta pela terra e também as relações de trabalho no meio agrícola. Nas primeiras décadas do século XX, as Amazônias brasileira e peruana foram palco de violentíssimas ações de seringalistas contra populações indígenas e também de relações de trabalho análogas à escravidão em seus seringais. No Peru, ficaram famosos os “crimes do Putumayo”³, ou seja, a escravização dos trabalhadores e os ataques contra populações indígenas denunciados pela Sociedade Inglesa contra a Escravidão. No Brasil, a Amazônia foi marcada pela exploração a que foram submetidos os trabalhadores dos seringais do Pará, Amazonas e Acre. Houve também, no período anterior à Revolução de 1930, importantes movimentos messiânicos como Canudos (1893-1897) e Contestado (1912-1916), além das incipientes tentativas de sindicalização forjadas pelo jovem Partido Comunista do Brasil, na década de 1920. No Chile, havia o tema dos povos *mapuches*, localizados ao sul do país, que, em fins do século XIX, perderam grande parte de suas terras na “pacificação” da Araucânea. Depois, tiveram reduzidas as áreas que sobraram, as quais foram cedidas aos colonos europeus. A situação dos cultivadores no Chile central também era de profunda exploração, vivendo em condições extremamente precárias, como demonstraram, a partir dos anos trinta, os esporádicos inspetores de trabalho que visitavam a região. Já no Peru, tivemos a presença de organizações sindicais na costa, que promoveram greves como a do Engenho Casa Grande, em 1912, resultando daí grande quantidade de mortos pela repressão militar. Também houve revolta contra a perda da terra nas comunidades

³ Rio que separa o Peru da Colômbia. (RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Na Selva reina a Lei da Selva: um olhar brasileiro sobre a Amazônia peruana (1821-2009) In: **Fronteiras e Territorialidades: Miradas Sul-americanas da Amazônia a Patagônia**. São Paulo: Intermeios, 2019. v.1, p. 170).

da serra peruana. Observa-se, portanto, que o campo estava muito longe de ser um lugar de paz e harmonia que o cancionero popular do Brasil, por sua vez, vinha louvando por décadas.⁴

A década de 1930 foi um período de mobilização relativamente baixa no meio rural dos três países: A exceção ficaria por conta da revolta ocorrida na cidade chilena de Ranquil, em 1934, na qual camponeses e *mapuches* se rebelaram contando com o apoio do Partido Comunista chileno e pela qual sofreram dura repressão militar. No Brasil, uma tática de mobilização importante seriam as cartas que os rurais escreviam a Vargas. Já no Peru, a *Federación de Yanacunas y Campesinos*, formada em 1922, perdeu o débil impulso inicial e limitou-se a tentativas de organização de encontros regionais.

Entretanto, salientamos que o tema agrário esteve muito presente nas reflexões de intelectuais, ligados ou não ao poder de Estado. No Brasil e no Chile, a sindicalização rural chegou a fazer parte da incipiente legislação trabalhista e, no Peru, produzia-se ampla literatura sobre as populações indígenas, pautada ou não nas reflexões de José Carlos Mariátegui, que pensara tais populações como a provável ponta de lança da revolução que deveria transformar o país em uma sociedade socialista. Lembremos que a baixa mobilização nos três países pode estar ligada tanto aos efeitos econômicos da crise de 1929, que manteria os camponeses mais limitados a lutar pela própria subsistência, como também à repressão vigorosa do Estado, mesmo no Chile, onde se estruturara um sistema de governos eleitos, conservado até a década de 1970.

⁴ Sobre a Amazônia peruana, consultar *Ibidem*, p. 181. Os conflitos de Canudos e Contestado foram movimentos que se desenvolveram, respectivamente, na Bahia e na divisa do Paraná e Santa Catarina, nos quais os camponeses buscaram manter uma vida comunitária, sendo etiquetados como fanáticos pelos fazendeiros locais e pelos militares, sofrendo, portanto, o peso da violência estatal. Sobre Canudos, consultar MOURA, Clóvis. **Sociologia Política da guerra Camponesa de Canudos**. São Paulo: Expressão Popular, 2000, p. 57. Sobre o Movimento do Contestado, consultar MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas: Unicamp, 2004, p. 153-159. Quanto ao Peru desta mesma época, conferir MAR, José Matos, MEJÍA, José Manuel. **La Reforma Agraria em El Peru**. Lima: IEP, 1980, p. 35-36. Quanto ao tema *Mapuche*, consultar CORRÉA, Martín. **La Reforma Agraria em las Tierras Mapuches (1962-1975)** Santiago: Lom, 2006, p. 23. Ver também BENGOA, José. **Mapuche, Colonos y el Estado nacional**. Santiago: Lom, 2014, p. 35-38. Quanto ao tema do trabalho rural no Chile central destes tempos, mas que em linhas gerais manteve-se até meados da década de 1960, consultar LOVEMAN, Brian. **The Struggle in the Countryside: Politics and Rural labor in Chile: 1919-1973**. Indiana: University Press, 1976, p. 97; OLIVARES, María Angelica Illanes. **Movimiento en la tierra: Luchas campesinas, resistencia patronal y política social agraria. Chile, 1927-1947**. Santiago: Lom, 2019, p. 213-225.

Se a década de 1930 foi a do encolhimento dos movimentos rurais, o final da segunda guerra mundial mostrou a expansão de organizações camponesas no Brasil e no Peru e, em menor medida, no Chile. Neste país, embora a sindicalização rural tenha sido permitida entre 1931 e 1939, as ações da Sociedade Nacional de Agricultura conseguiram bloquear sua implementação, e a lei de 1946, formalmente feita para legalizar a atuação sindical, tornou a sindicalização praticamente inviável, pois excluía os analfabetos da participação destas organizações, além de proibir a formação de federações de camponeses e de que o proprietário rural se transformasse no tesoureiro do sindicato. Além disso, assim como no Brasil, o Partido Comunista foi tornado ilegal em 1948, sendo este partido o principal mobilizador camponês pela sindicalização. Neste sentido, há registros de que mesmo ilegais, militantes continuaram buscando levar noções de direitos ao meio agrário.

No Brasil, assim como no Chile, a sindicalização foi bloqueada pela pressão das entidades de proprietários rurais, tais como a Sociedade Nacional de Agricultura e Sociedade Rural Brasileira sobre a burocracia de Estado, ainda que, no caso brasileiro, um decreto-lei do Estado Novo, de 1944, a permitisse. O Partido Comunista, em um curto período de legalidade (1945-1947), organizou as ligas camponesas com núcleos em Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás e que eram entidades que não se confundiam com os sindicatos, mas que defendiam seus associados, fosse na luta pela terra, fosse na batalha por melhores preços para os produtos agrícolas daqueles que tinham algum acesso à terra. Tal trabalho foi desmontado pela repressão, a partir de 1947, quando o poder judiciário declarou ilegal o PCB, num momento em que o partido crescia em votação, fato que assustava as elites econômicas do país.

No Peru, a Aliança Popular Revolucionaria Americana - APRA, os socialistas e os comunistas conseguiam organizar, em 1947, a *Confederación Campesina del Peru* - CCP. Os apristas vinham, desde a década anterior, tentando apoiar sindicatos na zona açucareira e aproveitavam, neste momento, da primavera democrática do governo de Luiz Bustamante (1945-1948). Entretanto, isso tudo mudou de feição com o golpe militar desfechado pelo general Manuel Odría, em 1948, desagregando a incipiente confederação.

Na década de 1950, no Brasil e no Chile, um outro ator começa a se interessar pela organização dos camponeses: a Igreja Católica. No Chile, os padres apoiaram a greve de La Molina, em 1953, através da organização da *Acción Sindical y Económica* chilena, pela qual pressionaram o governo quando o Arcebispo de Santiago ameaçou promover uma coleta nas missas de domingo em favor dos camponeses grevistas. Tal ação forçou o governo, liderado pelo general Carlos Ibañez, a ameaçar os fazendeiros de enquadramento na Lei de Defesa da Democracia - feita originalmente com o intuito de excluir os comunistas da cena política - caso os proprietários reprimissem os trabalhadores por conta própria (Avendagno, 2017, p. 216). Já no Brasil, a Igreja Católica começava a atuar nos meios agrários pois temia a ação comunista. Mesmo ilegal, o PCB, após tentar fazer de um levante de posseiros em Porecatu (Paraná)⁵, o ponto de partida da Revolução, passaram a atuar dentro da lei, explicando aos camponeses os direitos que já estavam estabelecidos pela legislação trabalhista. No Peru, temos a década dividida em dois momentos: inicialmente a ditadura de Odría, até 1956, que foi um período muito difícil para a organização campesina e, após, com o restabelecimento de um regime liberal a reemergência das greves na costa açucareira e do esforço dos comunistas em apoiar o que se chamava Recuperação, ou seja, a luta de comunidades indígenas que buscavam retomar terras usurpadas por *haciendas* de gado serranas.

No Brasil, durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), as ligas camponesas foram retomadas em Pernambuco com o apoio do deputado estadual Francisco Julião, ocorrendo seu espraiamento para outros estados nordestinos. Como no Chile, o PCB promoveu duas conferências de trabalhadores agrícolas e criou, em 1954, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB. Nos dois países, a reforma agrária aparecia como a principal bandeira das conferências sendo, no caso chileno, agregada à reivindicação da devolução das terras *mapuches*.⁶

⁵ No Brasil, posseiro é aquele que utiliza a terra sem ter o título de propriedade, desde que não encontre oposição de ninguém por um determinado número de anos. São históricos, no país, os confrontos entre posseiros e os que falsificam títulos de terras. Sobre o confronto citado, consultar WELCH, Clifford. **A Semente foi Plantada:** As raízes Paulistas do Movimento Sindical Camponês no Brasil (1924-1964). São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 136-145.

⁶ Sobre a organização de ligas camponesas ao final do Estado Novo no Brasil, consultar *Ibidem*. p. 124. Sobre a formação da *Confederación Campesina del Peru* e a retomada das lutas a partir de 1956,

Em 1958, a adoção da cédula única fornecida pelo Estado e não pelos partidos, representou o início de uma revolução camponesa no Chile, tendo o voto rural passado a interessar à recém-lançada democracia-cristã, que apresentaria candidatura própria, bem como ao Partido Radical, ao Socialista e ao Comunista que, unidos em torno de Salvador Allende, quase venceram a eleição presidencial daquele ano. Dois anos antes, em 1956, o crescimento da mobilização agrária no Peru levou à formação da *Comisión para Reforma Agraria y Vivenda*, cujos trabalhos terminaram quatro anos mais tarde com a apresentação de um projeto que mantinha as estruturas dos complexos açucareiros e algodoeiros e, no Brasil, o PCB intensificou sua ação na ULTAB devido à relativa tolerância do governo JK. Interagindo com os referidos processos internos, a Revolução Cubana levou parte das elites dirigentes do continente a lançar outro olhar sobre o problema agrário, além de levar os interessados em desenvolver movimentos no campo a intensificar suas ações e também levou os setores proprietários a um estado de quase pânico em alguns casos, e de relativa impotência em outros.

Fidel Castro recrutou camponeses para seu exército rebelde e iniciou a reforma agrária em áreas liberadas pela revolução. Quando chega ao poder, em 1959, a realização de uma reforma agrária é uma de suas primeiras medidas: em maio desse ano, terras são expropriadas a proprietários cubanos e estrangeiros. A reação estadunidense não se fez esperar e, em 1961 organizaram um ataque de forças anticastristas à Baía dos Porcos que culminou na derrota das mesmas. O apoio popular a uma reforma agrária que, embora não tenha transformado o camponês em proprietário - já que, a partir de 1963, boa parte das terras estava enquadrada em cooperativas estatais que, por sua vez, possibilitavam a muitos trabalhadores terem uma vida melhor do que na pré-revolução - fez com que muitos pensassem

consultar RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. De la lucha por la tierra a la protección de la Pachamama: los caminos de la Confederación Campesina del Perú (1947-2016). *Polis*, Santiago do Chile, v.47, p. 142-161, 2017a, p. 145-147. Quanto à atuação dos comunistas no Chile neste momento, consultar PERALTA, José (org). **A Desalambar**: Historia de Mapuches e Chilenos em la Lucha por la Tierra. Santiago: Lom, 2006, p. 23. Quanto à organização de ligas camponesas em Pernambuco a partir de 1955, consultar MONTENEGRO, Antonio Torres. **Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em Tempo de Revolução**. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. **O Brasil Republicano**: O Tempo da Experiência Democrática: Da Democratização de 1945 ao Golpe Civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 245. Quanto à organização da ULTAB (primeira organização camponesa, que se pretendeu nacional no Brasil), consultar COSTA, Luiz Flavio de Carvalho. **Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1996, p. 14.

em alternativas à Revolução Cubana que não se limitassem à repressão pura e dura, embora esta nunca tenha desaparecido do horizonte. Vale lembrar que ao pânico causado pela Revolução cubana somou-se a noção já desenvolvida por economistas ligados à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) de que as agriculturas latino-americanas eram ineficientes: não conseguiam abastecer as cidades e em casos como Peru e Chile, também não cumpriam funções como a de gerar divisas externas para atender as necessidades de importar da industrialização.⁷

Em agosto de 1961, realizou-se em Punta del Leste, Uruguai, a conferência que ficou conhecida como Aliança Para o Progresso. No que tange ao tema agrário, incorporava-se às teses aprovadas na referida conferência as formulações de economistas ligados à comissão econômica para a América Latina - CEPAL, no sentido de que fossem realizadas reformas agrárias visando a ampliação do mercado interno para a nascente indústria de cada país. Por outro lado, a reforma agrária ou, pelo menos, a adoção de sua defesa discursiva, teve um claro efeito vacinal contra as revoluções. Fosse o democrata cristão Eduardo Frei na presidência chilena (1964-1970), fosse o general Velasco Alvarado (1968-1975), que liderava o regime militar peruano ou, ainda, alguns intelectuais brasileiros, que defendiam que o Estatuto da Terra não se limitasse à modernização agrícola, mas também buscasse a redistribuição da terra, todos sustentavam que a reforma agrária era a melhor providência para combater as revoluções. José Gomes da Silva, que ajudou a elaborar o Estatuto da Terra e, vinte anos mais tarde, presidiu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, lembrava que na Bolívia os camponeses beneficiados pela reforma denunciavam os guerrilheiros de Che Guevara.⁸

As repercussões da revolução cubana e da Conferência de Punta del Leste foram quase imediatas. No Chile, o presidente Jorge Alessandri esteve às voltas com

⁷ Sobre os limites do setor primário no continente desta época ver por exemplo: FURTADO, Celso. **Formação Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro, Leia Editora, 1969 p. 121-125. Quanto ao Brasil consultar: PRADO JUNIOR, Caio. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1979, p. 45-47. No que tange ao Chile ver: ULLOA, Roberto Santana. **Agricultura Chilena em el Siglo XX. Contextos, Actores, Espacios Agrícolas**. Santiago: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2006, p. 79-82. No que diz respeito ao Peru ver: MAYER, Enrique. **Cuentos Feos de la Reforma Agrária**. Lima: IEP, 2009, p. 28-30.

⁸ Sobre a Aliança para o Progresso, consultar PECEQUILLO, Cristina Soriano. **Política externa dos EUA: Continuidade e Mudança**. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 215. Quanto ao possível efeito vacinal de uma reforma agrária, consultar SILVA, José Gomes. **A Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971, p. 65.

um terremoto que o levou a buscar auxílio junto à administração Kennedy. Não havia ainda movimentos camponeses de grande vulto, embora os comunistas já tivessem organizado a *Federación Campesina Indígena*, em 1961, mais tarde denominada *Ranquil*. Assim mesmo a administração dos EUA, de acordo com dirigentes da Sociedad Nacional de Agricultura teria condicionado o empréstimo para apoiar a reconstrução da cidade de Valdivia à adoção de uma lei de reforma agrária. Além da condicionante externa, Alessandri enfrentou a perda da maioria no parlamento. Desta maneira, sob dupla pressão, encaminhou um projeto de lei de reforma agrária, que foi aprovado em 1962. Não se estabelecia ainda um limite para o tamanho da propriedade, mas criava-se a possibilidade de expropriação para imóveis mal explorados e abandonados. No ano seguinte, aprovou-se a peça-chave para qualquer reforma agrária: o pagamento das indenizações em títulos da dívida agrária⁹. Foi este, aliás, o nó que o governo João Goulart (1961-1964) não pôde desatar no período anterior ao golpe, mas que foi desfeito mediante emenda constitucional que tornou possível a aprovação do Estatuto da Terra, logo nos primeiros meses do regime militar.

Saliente-se que no caso chileno, inicialmente as terras expropriadas eram oferecidas pelos fazendeiros, que receberiam a indenização em dinheiro, mas os mecanismos possibilitando a atuação de um outro governo que quisesse desapropriar já existiam.

As memórias elaboradas por expropriados chilenos e peruanos costumam atribuir não só à esquerda, mas também aos Estados Unidos a responsabilidade pela perda de suas terras uma vez que os estadunidenses não queriam ver sua agricultura nacional competindo com as latino-americanas, cujo custo de mão-de-obra era muito mais baixo que o vigente ao norte. Entretanto, é preciso lembrar que no Chile e no Peru a mineração era a atividade que mais gerava divisas, diferentemente do Brasil, cujo principal setor exportador era o agrário. Portanto, a ideia de que o setor agrário de ambos países não exportava o suficiente para gerar

⁹ Referimo-nos a títulos emitidos pelo Estado resgatáveis em um determinado número de anos. O pagamento em dinheiro torna extremamente caro qualquer processo de reforma agrária, além de aumentar as possibilidades de quem queira especular com as terras. Um exemplo disso foi a Venezuela dos anos 1960, onde fazendeiros incentivavam a “autoinvasão”, a fim de receber rápidas indenizações (VEIGA, José Eli. **O Que é Reforma Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 35).

divisas nem alimentar suas crescentes metrópoles era quase consensual entre as elites políticas locais.

Na época da reforma agrária chilena não havia movimentos em ascensão nos campos, enquanto no Peru ocorriam greves na costa açucareira, pelas quais eram reivindicadas melhores condições de trabalho e, na serra, comunistas batalhavam pela recuperação das terras tomadas das comunidades pelas *haciendas*.

Até mesmo um aprista como Elías Tácuna rompeu com seu partido e iniciou uma vigorosa luta contra a divisão pecuarista da *Serro de Pasco Company*, importante empresa que explorava minérios na região. Em 1962, tanto a aprista *Federacion Nacional de Campesinos*, como a comunista CCP, sob orientação maoísta, realizaram congressos nacionais, embora não conseguissem coordenar seus esforços além de suas zonas de atuação.

Carlos Monge Salgado mostra a divisão regional dos diversos movimentos que surgiram no Peru, no início dos anos 1960, como em La Convención (departamento de Cuzco). A esquerda predominava e tinha na liderança Hugo Blanco, um jovem trotskista que atraiu a atenção internacional nas recuperações de terras de 1962. Em Puno, a atuação era mais viva por parte do Partido Social-Cristão, a esquerda e o APRA disputavam o controle desde as áreas costeiras como Lima e Lambayeque - abarcando os trabalhadores da cana-de-açúcar - até as comunidades da Serra Central, ao passo que a Ação Popular, do futuro presidente Fernando Belaúnde Terry, controlava a federação do nortista Departamento de Piura, dominando os apristas a federação de Cajamarca. As lutas aconteciam de forma extremamente regionalizada. Talvez no caso aprista isso se deva a sua mudança de postura, pois a partir de sua legalização, em 1956, passou a ter uma atitude extremamente timorata, abandonando o discurso de reforma agrária. Já no caso da CCP, no congresso de 1962 o advogado Saturnino Paredes assume sua direção e o grupo passa a acreditar que só se poderia falar em reforma agrária depois de uma revolução socialista.

O movimento de La Convención inicia-se por uma greve dos arrendatários, que se recusavam a trabalhar nas terras dos patrões e exigiam melhores condições como, por exemplo, um número menor de dias trabalhados gratuitamente, isto é, pelos quais os arrendatários nada recebiam, algo semelhante ao “cambão” brasileiro

ou à *inquilinaje* chilena. A obstinação patronal em tentar resolver o problema através da violência, promovendo a tradicional parceria público-privada entre fazendeiros e policiais, levou os camponeses a se armarem em autodefesa, o que resultou na morte de policiais, de camponeses, na captura do líder Hugo Blanco - que quase foi condenado à morte - e também realização da reforma agrária em La Convención. Os camponeses, na prática, expulsaram os proprietários de suas fazendas tornando inviáveis os negócios. Os militares peruanos, que desfecharam um golpe de Estado em 1962, perceberam rapidamente que era mais fácil legalizar o que já havia sido feito em La Convención, ou seja, as fazendas acabariam nas mãos dos camponeses. Este mesmo grupo militar preparou as bases para uma lei de reforma agrária que o novo presidente a ser eleito, Fernando Belaúnde, deveria encaminhar ao parlamento.

Com a ascensão de Belaúnde Terry, líder da Ação Popular, três medidas foram tomadas: a repressão vigorosa contra camponeses, que ocupavam terras em Pasco e Junín; o discurso de colonização da Amazônia com a ideia de conquista do Peru pelos peruanos através da *Carretera Marginal* (rede de estradas, que cortaria a selva); e o envio de uma lei de reforma agrária ao parlamento que, embora resistente, a aprovou em 1964. A lei, ainda que estabelecesse quarenta trâmites a seguir entre a declaração de expropriação e a adjudicação aos beneficiários, fez com que a reforma agrária não mais pudesse ser etiquetada como subversiva. Os efeitos vacinais da reforma agrária puderam ser vistos em 1965, quando o ex-aprista Luiz de La Puente tentou fazer de La Convención, o ponto de partida para sua revolução. Neste momento, os camponeses, que se haviam beneficiado da reforma, rejeitaram a presença da guerrilha do Movimiento de Izquierda Revolucionaria, uma vez que sabiam que esta poderia atrair uma repressão por parte do governo, como de fato aconteceu.¹⁰ Deste modo, a reforma poderia ser um caminho que preveniria revoluções.

¹⁰ Quanto a memórias de expropriação elaboradas pelos proprietários chilenos, que atribuem em parte aos EUA a responsabilidade pela reforma agrária, consultar OVALE, María Angélica, VICUÑA, Angela. **Reforma Agraria Chilena: Testemuños de Sus Protagonistas**. Santiago: Memoriter, 2013, p. 145. Em relação ao mesmo tema para o Peru, consultar OTERO, Luiz Gamarra. **Um Testemuño Personal**. In: BARRANTES, Susana. **A 38 Años de la Reforma Agraria**. Lima: Fundación Herbert Bustamante, 2007, p. 144. Quanto ao crescimento dos movimentos camponeses no início dos anos 1960, consultar SALGADO, Carlos Monge. **Agremiación em el Campo Peruano: Historia de la**

No caso brasileiro, o crescimento de movimentos camponeses no início dos anos 1960 foi extremamente importante. Em 1959, as Ligas Camponesas conseguiram uma vitória histórica quando os moradores do Engenho Galileia, localizado em Vitória de Santo Antão (Pernambuco) - onde se formou a primeira liga - conseguiram sua expropriação, fato que causou estupor ao editorialista do jornal O Estado de São Paulo, fiel porta voz dos terratenentes brasileiros.¹¹ O Partido Comunista realizou uma conferência da ULTAB neste mesmo ano e, em 1960, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, apoiou a emergência do Movimento dos Agricultores Sem Terra - MASTER. No Rio de Janeiro, posseiros resistiam aos despejos. Arrendatários também organizavam suas lutas em São Paulo e em Goiás. Em 1961, realizou-se em Belo Horizonte o Congresso Camponês do Brasil, com a presença do presidente João Goulart.

Embora o PCB originalmente propusesse o que chamavam de medidas parciais, como a regulação de contratos de arrendamentos, a sindicalização dos trabalhadores rurais e a extensão da legislação trabalhista ao campo, o brado de “reforma agrária na lei ou na marra” do deputado estadual Francisco Julião, líder das ligas camponesas aliadas aos sem-terra gaúchos mobilizou o congresso. Daí surge a reivindicação de estabelecer-se um limite, em hectares, a partir do qual as terras pudessem ser expropriadas. Duas semanas antes do golpe militar, um dos últimos atos do presidente Goulart foi decretar a expropriação de fazendas acima de quinhentos hectares situadas às margens de rodovias, ferrovias e açudes federais. O crescimento do movimento parecia irreversível. No Sul, o MASTER realizava acampamentos próximos às fazendas, obtendo desapropriações, sindicatos e ligas camponesas organizavam greves em Pernambuco, enquanto continuavam as lutas de posseiros no Rio de Janeiro. Em 1962, finalmente foi autorizada a sindicalização rural e a Igreja - assim como no Chile, onde Dom Raúl Silva Enríquez, arcebispo de Santiago, apoiava a sindicalização camponesa - ainda que dividida em moderada e

Confederación Campesina. Lima: Latin America's Studies Association, 1989, p.7. No que toca ao tema Amazônico durante o governo Belaúnde Terry, consultar RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Op. Cit.* p. 173. Já no que diz respeito à reforma agrária promovida neste governo, consultar MATOS Mar-Mejía, *Op. Cit.* p. 153-156.

¹¹ No Editorial do Estado de São Paulo se podia ler: “A revolução é assim: a expropriação do Engenho Galileia é só o Primeiro Passo.” AZEVEDO, Fernando. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 32.

reformista, investia na sindicalização, disputando espaço com o MASTER no Sul, com as Ligas camponesas em Pernambuco e com o PCB em outras regiões. Toda essa movimentação levaria à criação, em dezembro de 1963, da Confederação de Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, sob direção do comunista e dirigente da ULTAB, Lyndolpho Silva.

Em 1963, João Goulart assinou o Estatuto do Trabalhador Rural por meio do qual os direitos trabalhistas se estenderam ao campo. Entretanto, sem maioria para mudar a constituição, Goulart viu seu projeto de reforma agrária ser bloqueado por um resistente parlamento, que rejeitava limites ao tamanho da propriedade e também o pagamento em títulos da dívida agrária. O café continuava a ser o principal produto de exportação brasileiro, o que legitimava, junto à maioria parlamentar a posição defendida pelos setores terratenentes. O setor proprietário se mobilizou, ganhando o apoio da classe média, porém a tentativa de Goulart em apoiar-se na mobilização popular (o decreto citado foi assinado num enorme comício na Central do Brasil), assustou as camadas médias. Nas ruas, a direita pedia um golpe de Estado saneador e os setores militares, apoiados pelos EUA, mas com suas convicções muito sólidas sobre hierarquia e disciplina social, desfecharam o golpe de Estado.¹²

Se para os representantes de entidades de proprietários, como a Sociedade Rural Brasileira, o golpe deveria marcar o arquivamento da reforma agrária, algo distinto ocorreu: a repressão veio pesada, com intervenção na CONTAG, em federações e em sindicatos e, além disso, as milícias dos proprietários despejaram camponeses e ocorreram também assassinatos e desaparecimentos de dirigentes.

¹² Sobre o crescimento das ligas camponesas ver MONTENEGRO, Antonio Torres. Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em Tempo de Revolução. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. **O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática: Da Democratização de 1945 ao Golpe Civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 257. Vale lembrar que um segmento radicalizado das ligas tentou organizar guerrilhas com o apoio de Cuba em 1962. A captura destes membros por oficiais da Marinha levou as cisões dentro das ligas. Cf: ROLEMBERG, Denize. **O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 23. Quanto ao florescimento do MASTER no Rio Grande do Sul, durante o governo Brizola, consultar ECKERT, Cordula. **Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul.** Itaguaí: UFRRJ, Dissertação de Mestrado, 1984, p. 68. O movimento já sofreu pesada repressão quando Brizola não elegeu seu sucessor em 1962. Quanto ao crescimento do sindicalismo rural no período 1962-1964, consultar WELCH, *Op. Cit.* p. 245. Em relação ao bloqueio do congresso à reforma agrária janguista, consultar FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou Reformas: Alternativas à Crise Política (1961-1964).** São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 123.

Entretanto, três meses depois do golpe, o novo governo militar, liderado pelo Marechal Castello Branco, anunciou a necessidade de uma reforma agrária. Um resistente congresso, já submetido a regras que limitavam seu funcionamento - se o parlamento não votasse um projeto governamental dentro do prazo estipulado, este seria aprovado automaticamente do jeito que o executivo enviara - aprovou o Estatuto da Terra, que era dividido em duas partes: uma voltada para o desenvolvimento agrário, com a eletrificação, tecnificação e a intensificação do uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, à época chamados defensivos agrícolas; a outra era voltada para a desapropriação de terras, aplicando-a principalmente em áreas de tensão social, o que reforçava o caráter vacinal da medida. Não seria, portanto, um projeto global de reforma mas, pela primeira vez, era estabelecido um limite para o tamanho da propriedade (seiscentas vezes o módulo fiscal), média a ser verificada em cada microrregião.

Passado o impacto do golpe, sindicalistas vinculados à Igreja Católica, não atingidos pela repressão, atuaram na oposição à diretoria da CONTAG imposta pelo regime, que mais tarde seria eleita num colégio muito restrito. Em 1967, os opositores aproveitaram o clima de contestação ao regime, mobilizando-se e conquistando a diretoria contagueana, em 1968. Este foi o momento de greves nos canais de Pernambuco e lutas de arrendatários para permanecer em terras que cultivavam, em São Paulo.

Contudo, o regime militar endureceu ao fim daquele ano após o Ato Institucional nº 5, que ficou conhecido como o “golpe dentro do golpe”, restringindo sobremodo a atuação dos sindicalistas e de qualquer forma de oposição. Quanto à reforma agrária, a partir do segundo governo militar, liderado pelo marechal Costa e Silva, o discurso em torno dela é abandonado em favor da tecnificação rural. É certo que em 1969 foi assinado o Ato Institucional nº 9, sob pressão do ministro do interior, general Albuquerque Lima, que tornara muito mais fácil a expropriação. Contudo, o referido ato não chegou a ser aplicado. Com a morte do presidente e o impedimento do vice Pedro Aleixo, assumiu o general Emílio Médici, por meio de um novo golpe militar, em candidatura única, referendada pelo Congresso Nacional. Neste governo, a reforma agrária foi substituída, no discurso oficial, pela colonização na Amazônia. Getúlio Vargas já havia feito, nos anos trinta, o discurso da Marcha

para o Oeste, proposta atualizada no governo Médici no sentido de levar milhares de sulistas sem-terra e nordestinos acossados pela seca para a Amazônia a fim de colonizar as margens das enormes rodovias projetadas. Os resultados foram rápidos e, já em 1971, D. Pedro Casaldaglia, bispo de São Félix do Araguaia, em Mato Grosso, denunciava as violências contra os posseiros que não se limitaram à Amazônia, uma vez que havia conflitos por terras em qualquer região do país sempre que se anunciava um projeto estatal; bastava a notícia da construção de uma estrada ou de uma hidrelétrica para que aparecessem policiais e falsos proprietários de terra, pressionando pela saída dos camponeses.

O movimento camponês organizado da CONTAG adotou uma estratégia, contestada mais tarde, mas que serviu para manter a luta pela terra na pauta política que consistia em ofícios e memoriais que solicitavam a reforma ao presidente e em advogados que acionavam a justiça para que as pessoas que corriam risco de expulsão das terras que cultivavam fossem nelas mantidas. Entretanto, o regime militar não descuidou da repressão, sempre contando com o auxílio de milícias particulares, e pensou num outro papel para os sindicatos: difundir a aposentadoria no meio agrário, a partir de 1971. Tal papel seria desempenhado por meio da criação do FUNRURAL- Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural e os sindicatos funcionariam como agências da previdência social, fazendo o encaminhamento dos pedidos de aposentadoria de trabalhadores. Isso acabou colaborando para a difusão do sindicalismo em inúmeros pontos do país.

A repressão intensificou-se a partir de 1972, quando o Partido Comunista do Brasil, cisão maoísta do PCB, procurou fazer do sul do Pará o ponto de partida para a revolução. Não só os guerrilheiros foram derrotados, mas também os posseiros, já que os responsáveis pela segurança passaram a considerar a presença dos capatazes e milícias dos grandes empresários de São Paulo e do sul do país uma vacina muito mais eficaz contra a revolução. Em 1973, no auge da repressão, a CONTAG realizou seu segundo Congresso (o primeiro fora em 1966), tendo o governo, contudo, tentado impedir discussões sobre a reforma agrária, porém sem sucesso. Foram feitos questionamentos à colonização, sob o lema de “reforma agrária onde o homem

está”. De todo modo, a contrarreforma agrária, a partir de 1970, já era uma realidade difícil de ser combatida no Brasil.¹³

Enquanto o regime militar no Brasil radicalizava e abandonava o discurso da reforma agrária, no Peru ocorreu exatamente o oposto. Em outubro de 1968, um golpe militar depôs o presidente Belaúnde Terry. Vale lembrar que, embora o governo Belaúnde lentamente tenha assentado quinze mil famílias em quatro anos e feito um levantamento importante das áreas a serem expropriadas, nove meses depois do golpe, o regime velasquista decretava a reforma agrária profunda, isto é, impunha limites acerca do tamanho das fazendas, a partir dos quais a terra poderia ser expropriada tanto na costa quanto na serra, além de articular, em uma mesma entidade, a *Sociedad Agrícola de Interesse Social*, e fazendas e comunidades lindeiras na serra, criando as cooperativas de produção na costa. Como a Amazônia brasileira, a peruana estava sendo pensada para a colonização, embora, pela primeira vez na história do Peru, as comunidades selváticas tenham tido direito ao título coletivo de suas terras.¹⁴

A ocorrência fática da reforma agrária deixou a direção do movimento campesino perplexa pois não entendiam como justamente um governo militar levaria tal reforma a cabo. Mas se a CCP, ainda sob direção do maoísta Saturnino Paredes, desqualificava a reforma - já que os camponeses pagariam pela terra -, bases em Piura, Cajamarca, Lambayeque e, mais tarde, em Apurímac, passaram a

¹³ Sobre o Estatuto da Terra, consultar SILVA, José Gomes da. *Op. Cit.* p. 165. Quanto à reorganização da CONTAG a partir de 1968, consultar TAVARES, Ricardo. **CONTAG: da Ditadura à Transição.** Memória Social e Construção Política do Campesinato. Rio de Janeiro: UFRJ, tese de doutorado, 1992, p. 34-37. Quanto à estratégia contageana durante o regime militar CF: MEDEIROS, Leonilde Sérvulo. **História dos Movimentos Sociais no Campo.** Petrópolis: Vozes, 1989, p. 143. Em relação à Amazônia, consultar YANNI, Octávio. **Colonização e Contrarreforma Agrária na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979, p. 65. Para o autor ocorreu no início dos anos 1970 uma disputa intraburocrática, onde membros do Instituto de Colonização defendiam uma colonização com pequenos proprietários enquanto os da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia sustentaram sua realização com gente já capitalizada em condições de realizar altos investimentos, prevalecendo esta posição.

¹⁴ Vale lembrar que, oficialmente desde o período da conquista passando por todo século XIX tinham suas terras consideradas como vazias e, portanto, não cabia às comunidades, distintamente das serranas, sequer o direito de reivindicar suas terras. Esta situação só começou a mudar em 1957, com a concessão de títulos individuais de terras durante o governo do presidente Manuel Prado (1956-1962) e a partir de 1974 foram tituladas as terras coletivamente. (RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Na Selva reina a Lei da Selva: um olhar brasileiro sobre a Amazônia peruana (1821-2009) *In*: ROMANI, Carlos; MENEGAT, Carla; ARANHA, Bruno. **Fronteiras e Territorialidades: Miradas Sul-americanas da Amazônia a Patagônia.** São Paulo: Intermeios. v.1, p. 167-186, 2019, p. 180).

ocupar terras, visando acelerar o processo de reforma. Houve lutas épicas como a dos trabalhadores da fazenda Huando, localizada em Huaral, que após uma longa greve obtiveram a posse da terra.

Entretanto, a organização feita pelo Estado logo encontraria barreiras importantes na costa pois os camponeses beneficiários se sentiam muito mais como assalariados de um “Estado Patrão” e questionavam a ação dos técnicos. Ainda, em muitos casos, desejavam produzir apenas para subsistência. Havia aqueles que acreditavam que o patrão não trabalhava e pouco se dedicavam mas, como Mejía demonstrou, as políticas de preços dos governos foram tendencialmente desfavoráveis já que a agricultura fora pensada como fornecedora de gêneros baratos para os trabalhadores da indústria. Na serra a “união” entre comunidades e *haciendas* foi extremamente complicada. Os *comuneros* não viram vantagem alguma já que encontraram a mesma dificuldade que tinham nos tempos dos patrões, pois não podiam utilizar a pastagem das antigas áreas das fazendas para seu gado. Daí resultariam lutas pela terra em Cuzco (1976) e em Puno (1985), onde membros de comunidades buscaram reaver suas terras das organizações cooperativas.

Outro problema importante seria a questão da segurança tendo em vista que sem os fazendeiros, que agora eram comerciantes, multiplicou-se o roubo de gado em áreas como Cajamarca, havendo suspeitas de que, em certos casos, os antigos terratenentes estivessem em conluio com os ladrões e com os setores policiais. Deste modo, os camponeses organizaram rondas campesinas, que passaram a ter um importante papel em muitas comunidades serranas, num primeiro momento contra ladrões de gado, mas depois contra o movimento armado *Sendero Luminoso* e atualmente contra as mineradoras.

Em 1976, o governo do general Morales Bermúdez, que depusera Velasco em um golpe de Estado ocorrido no ano anterior, anunciou o fim do processo de reforma agrária cujo resultado foi a adjudicação de nove milhões de hectares, que veio a beneficiar trezentas mil famílias, restando cerca de três milhões de hectares a serem entregues aos camponeses. Entretanto, suas condições de vida não melhoraram, já que sua produção era penalizada e vendida a preços muito baixos no mercado interno. Quando o governo militar tentou cobrar a dívida agrária, cresceram as mobilizações campesinas, inclusive com a participação da *Confederación Nacional*

Agraria -CNA, organização que o regime havia criado em 1974 e que congregava os beneficiários da reforma para oporem-se à CCP que, por sua vez, sofreu importante cisão em 1973, quando o grupo maoísta de Saturnino Paredes perdeu espaço para o grupo que era comandado por Andrés Luna Vargas. Este setor, embora crítico do velasquismo, entendia que a reforma significava um primeiro passo para o camponês. Ao longo do tempo, a CCP-Luna Vargas prevaleceu como hegemônica no movimento campesino.¹⁵

Enquanto no Peru Belaúnde conseguia aprovar a lei de reforma agrária, no Chile Eduardo Frei vencia a eleição de 1964 contra a terceira candidatura de Salvador Allende, já conhecido líder socialista. Seu lema era “revolução em liberdade” e a reforma agrária aparecia aqui com aquele caráter preventivo de revoluções que viemos analisando.

No período 1964-1967, o governo procurou aproveitar a lei vigente para realizar expropriações. Os comunistas conseguiram organizar sindicatos em Coquimbo e a Democracia Cristã, com vigoroso apoio da Igreja católica, também se articulava no meio agrário. Em 1967, foram aprovadas a lei de sindicalização campesina, que acabava com as barreiras à participação de analfabetos e a lei da reforma agrária. Esta última determinava em oitenta hectares de irrigação básica o tamanho da propriedade a partir do qual se poderia expropriar as terras. Fazendas menores que estas poderiam ser expropriadas, caso mal exploradas. Esta medida seria estabelecida a partir de um hectare físico em torno de Santiago, mais precisamente do Rio mapocho e adaptada a cada região, podendo valer quatro hectares no sul do país.¹⁶

¹⁵ Em relação à reforma agrária peruana há uma extensa bibliografia. Observe uma visão muito crítica ao processo em MAYER, Enrique. **Cuentos Feos de la Reforma Agrária**. Lima: IEP, 2009, p. 115-119. Em relação ao sistema cooperativista adotado, consultar DI LA GALLA, Angel Fernández. La Reforma Agraria no Fracasa, tanpoco lós Campesinos: Lo que Fracasa son lãs Cooperativas. In: Bonfiglio, Geovani (org). **Las Parcelaciones de las Cooperativas Agrarias em el Perú**. Chiclaio: Solidaridad, 1985, p. 137-145). No que toca às rondas campesinas, consultar RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Justiça, Resistência e Mobilização: Autodefesa da comunidade nas rondas campesinas peruanas (1976-2012) In: SECRETO, Maria Veronica, RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. **Agrarismos: Estudos de História e Sociologia do Mundo Rural Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 47-66 2017b, p. 57. Quanto aos movimentos campesinos durante a reforma agrária, consultar Vanderlei Vazelesk. De la lucha por la tierra a la protección de la Pachamama: los caminos de la Confederación Campesina del Perú (1947-2016). **Polis**, Santiago do Chile, v.47, p. 142-161, 2017a, p. 154.

¹⁶ Ver Lei 16640, tabela ao final do texto.

O efeito combinado da sindicalização no campo e da reforma agrária foi essencial para as mobilizações rurais. Talvez José Bengoa exagere ao falar de uma revolta campesina se pensarmos em uma ação coordenada, mas o fato é que as organizações proliferaram em todo país. Socialistas e comunistas organizaram a *Ranquil*, que atuava em muitas zonas do território, a Democracia Cristã estruturou o *Triunfo Campesino*, outros setores da igreja católica, a *Confederación Libertad* e, um braço do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) criou o *Movimiento Campesino Revolucionario* e assim como no Brasil do pré-golpe, estas organizações disputavam o apoio camponês. Já em 1968, greves e ocupações de terra ocorriam em várias partes do Chile Central, motivando os fazendeiros a reagir por meio das “*retomas*”, expulsando os trabalhadores rebeldes.

Das ocupações, muitas vezes resultaram intervenções, que significaram, em alguns momentos, a expropriação das terras. As memórias dos proprietários expropriados são, em muitos casos, mais críticas em relação a Eduardo Frei do que a Salvador Allende. Frei venceu com o apoio do setor terratenente, mas a reforma foi bem mais longe do que os fazendeiros poderiam imaginar, uma vez que concebida para a criação de assentamentos, que seriam uma fase transitória para a que antecedia a entrega do lote ao pequeno parceleiro. Entretanto, o processo de individualização demorou pelo menos três anos e, com a ascensão de Allende, a fórmula mais aceita entre os membros da unidade popular era a cooperativa em moldes coletivistas. Para José Bengoa, a maioria do campesinato desejava a terra em propriedade individual, e o fato de que esta tenha sido coletiva no período reformista, pode ter colaborado para alienar apoio ao governo Allende. Analisando o caso peruano, Enrique Mayer também chega a mesma conclusão, mas é preciso lembrar que no início dos anos 1960, o modelo cooperativo era visto como ideal, uma vez que se pensava que o camponês titular de um pequeno lote não poderia competir num mercado oligopolizado. O modelo cooperativo também estava previsto na legislação cubana de Fidel Castro, e no Estatuto da Terra brasileiro, considerado, em todos estes casos, como o mais adequado para a reforma.

Em 1970, finalmente a gente de Salvador Allende chega ao poder. Seria a possibilidade da via democrática ao socialismo? Para os limites deste trabalho recordemos que os *mapuches* de regiões como Temuco buscaram agarrar o seu

momento e recuperar as terras pelas quais lutaram décadas a fio, tendo encontrado no sul, porém, proprietários muito presentes em suas terras como os descendentes de suíços, franceses e alemães. Os confrontos então explodiram, e o ministro Jacques Chonchol expropriou terras na região, atendendo a uma reivindicação histórica.

A imagem após três anos de governo Allende é a de um campo desordenado pelas ocupações de terra. Bengoa mostra que havia sim áreas bem administradas nos assentamentos. O governo procurou atender também àqueles que não estavam registrados na *hacienda*, os chamados *afuerinos*, que deveriam ser incorporados aos Centros de Reforma Agrária. Nos três países que estamos estudando, as leis foram pensadas para os trabalhadores que estavam na terra e não para os “eventuais” do Peru e os sem-terra do Brasil. Assim como no Peru, os sem-terra chilenos seriam base importante das ocupações.

A reação proprietária coordenada à campanha de desestabilização financiada pelo governo dos EUA, em parceria com a elite chilena, retirava do Estado recursos que eram destinados à agricultura. Deste modo, os órgãos estatais da agricultura paralisaram-se, não podendo desempenhar suas funções.

Antes mesmo do golpe de 1973, a repressão nas zonas *mapuches* (Maleco e Temuco) já era vigorosa, ocorrendo o assassinato de dirigentes campesinos. Quando o golpe se cristalizou em 11 de setembro, o trabalho de desagregar o movimento campesino foi relativamente fácil. A tarefa da reorganização foi mais difícil nascendo, então, a contrarreforma. O exemplo chileno, juntamente com o brasileiro mostraria a médio prazo que a reforma agrária não era mais a vacina ideal contra a Revolução.¹⁷

Da contrarreforma agrária à consolidação do neoliberalismo: crise e perspectivas dos movimentos campesinos (1973-1990)

Se a revolução cubana pode ser identificada como um momento em que a ideia de reforma agrária pareceu consensual no continente - excluindo setores mais

¹⁷ Sobre as lutas nas zonas de amplo contingente *mapuche*, consultar PERALTA, José, *Op. Cit.* p. 89. Quanto ao tema dos assentamentos, consultar BENGUA, José. **Reforma Agraria y Revuelta Campesina**. Santiago de Chile: Lom, 2016, p. 76. Quanto à desestabilização do governo chileno, consultar WIN, Peter. **A Revolução Chilena**. São Paulo: Unesp, 2010, p. 98.

radicais entre os terratenentes - o golpe no Chile pode ser visto como um momento em que tal consenso começa a se desintegrar. Como vimos no Brasil, a saída Amazônica parecia um caminho para evitar a reforma, mas o impacto do golpe chileno e de seus desdobramentos pode ter cristalizado a noção de que ela não era mais necessária mesmo entre os setores de elite política que, em algum momento aceitaram a necessidade de uma redistribuição da terra.

É verdade que durante a terceira presidência de Juan Perón (1973-1974), Horacio Gibert, ministro da agricultura, propôs uma alta taxação das terras não cultivadas para forçar um processo de divisão das propriedades¹⁸ e, como veremos, no Brasil, a bandeira da reforma retornou ainda no regime militar. Entretanto, falando em termos de tendência, os partidários da ideia de uma reforma agrária, seja para conter revoluções, seja para ampliar um mercado interno, diminuiriam.

No Chile, a parceria público-privada aconteceu fortemente nas primeiras horas da repressão. Juan René Moreno, neto de um desaparecido político, observa que mais do que recuperar a propriedade do solo, a mentalidade autoritária dos proprietários precisava demonstrar seu poder e a impossibilidade de o camponês contestá-lo. Formalmente, entidades como a Ranquil não foram fechadas. Centenas de dirigentes campesinos desapareceram nas mãos da repressão que aterrorizava todo o setor que se engajara na reforma. O decreto-lei 208, em linhas gerais, buscou destruir os assentamentos, entregando terras aos camponeses individualmente. Menos de um terço das áreas foi devolvido aos antigos proprietários. Nas zonas *mapuches*, por exemplo, às vezes a propriedade era confiscada aos beneficiários da reforma e entregue a favoritos do regime. Além disso, quem fosse acusado de apoiar o governo anterior não tinha direito à parcela da reforma agrária.

Quando recebia seu lote, o camponês não tinha acesso a crédito, adubo ou qualquer forma de apoio do estado. Assim, áreas vitivinícolas desenvolveram-se à custa das pequenas parcelas vendidas a preços ínfimos.

Alicia Muñoz, atual dirigente da Associação de Mulheres Rurais, me explicou que, num primeiro momento, o esforço dos movimentos campesinos era buscar os desaparecidos contando com o apoio da Igreja Católica, através do vicariato da

¹⁸ Ver: LATUADA, Mario. **Política Agraria peronista**. Buenos Aires, Ceal, Tomo 2, 1986, p. 64.

solidariedad. A partir de 1977, organiza-se o Festival do Canto Campesino, com o apoio da rádio da Igreja Católica.

A Ranquil, mesmo fechada, e seus antigos dirigentes apostaram, a partir de 1979, numa pequena brecha deixada pelo regime: a nova lei trabalhista a qual permitia a sindicalização, desde que feita dentro de cada empresa. O trabalho nestes anos começava a ficar cada vez mais feminino face ao início da exportação de frutas para os EUA, tendo em vista que as mulheres eram consideradas mais hábeis para embalar os frutos. Os sindicatos funcionariam sob estrita vigilância, mas foi a partir daqui que se tentaria atuar.

Enquanto no Chile vivia-se o período mais pesado da ditadura, no Peru, o golpe militar de 1975, que derrubou Velasco Alvarado, trouxe perspectivas difíceis para o movimento camponês. A repressão aos campesinos se intensificava, inclusive sobre dirigentes da Confederação Oficial e, mais ainda, sobre as ocupações de terra. O governo tentou cobrar a dívida dos beneficiários da reforma ao mesmo tempo que restringia o crédito e limitava os preços dos bens agrícolas. A resposta campesina expressou-se no apoio a duas greves gerais, uma em 1977 e a outra em 1978. O governo respondeu com a demissão de milhares de dirigentes sindicais, inclusive de cooperativas agrárias e, em 1978, tornou ilegal a confederação que tinha sido formada pelo regime. Contudo, convocou eleições para uma assembleia constituinte em 1978 e presidenciais em 1980. A nova constituição, que teve entre seus redatores representantes das confederações campesina e agrária, manteve a reforma agrária executada pelo velasquismo, mas o panorama se tornaria mais difícil no momento seguinte.

Enquanto no Peru a experiência velasquista era questionada, no Brasil, sob lenta distensão do general Geisel, a CONTAG e o sistema sindical à ela ligado seguiam a linha legalista, fato que não impediu a repressão. Na Amazônia nascia a Comissão Pastoral da Terra - CPT, que constituiria o embrião do Movimento dos Sem Terra (MST).

Em 1975, embora pedisse a aplicação do Estatuto da Terra, a CPT buscou apoiar posseiros que perdiam suas áreas na Amazônia e no centro-oeste. A Igreja Católica, cada vez mais distanciada do regime, inclusive devido à aprovação do divórcio em 1977, viu a sua relação com a oposição crescer. Isso se mostrou muito

claro no caso do Acre, onde a partir de 1975, passou a apoiar os “empates”, ou seja, a luta para dificultar a destruição de seringueiras e castanheiras por motosserras impedindo, portanto, que as áreas devastadas fossem transformadas em pastos e, para isso, contavam com o apoio do Bispo de Rio Branco e de líderes como Wilson Pinheiro e Chico Mendes.

Em 1979, a CONTAG realizou o seu 3º congresso no qual a linha legalista foi contestada e, sob influência da CPT, foi aceita a ocupação de terras como meio válido para sua obtenção. Mais ainda, foi exigido que o limite da expropriação fosse calculado em hectares e não em complicados módulos fiscais. Neste mesmo ano, dois acontecimentos deram o tom do renascimento camponês: a greve de 1979, em Pernambuco, que buscou cumprir rigorosamente os limites da lei de greve; e as primeiras ocupações promovidas pelos sem-terra no Sul, que não mais queriam ouvir falar em longas marchas para a Amazônia. As memórias do MST ainda hoje consideram este o momento de sua origem.¹⁹

A década de 1980 pode ser chamada a década da ascensão do neoliberalismo. As vitórias de Ronald Reagan nos EUA e Margareth Thatcher na Inglaterra demonstravam o questionamento ao estado do bem-estar social. Na América Latina, o Chile de Pinochet foi um autêntico laboratório destas políticas, que embora fossem associadas discursivamente à democracia, foram aplicadas em tempos de rigorosa ditadura na qual ocorreram privatizações, corte de direitos trabalhistas e uma abertura comercial que prejudicava inclusive os proprietários de terra, que tanto fizeram pelo golpe. A partir do início dos anos 1980, passa-se a adotar uma política favorável à exportação de frutas, aproveitando a contraestação, pois o Chile

¹⁹ Sobre a repressão no campo chileno no imediato pós-golpe, consultar MORENO, Juan René Maureira. **Enfrentar com la Vida a La Muerte**: Historia y Memorias de la Violencia y el terrorismo de Estado em Paine. Santiago: tesis de Licenciatura em história, 2009, p. 35. Sobre a reorganização do campesinato nos anos críticos da ditadura, MUÑOZ, Alicia. **Entrevista inédita ao autor**. Santiago do Chile, 10 de julho de 2017. Quanto aos movimentos camponeses no Peru dos anos de Morales Bermúdez, consultar Vanderlei Vazelesk. Justiça, Resistência e Mobilização: Autodefesa da comunidade nas rondas campesinas peruanas (1976-2012) *In*: SECRETO, Maria Veronica, RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. **Agrarismos: Estudos de História e Sociologia do Mundo Rural Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 47-66 2017b, p. 63. Em relação à formação da CPT, consultar MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **A Ação Territorial de uma Igreja Radical**: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba. São Paulo: USP, tese de doutorado, 2008, p. 116-132. Em relação à greve de Pernambuco e às primeiras ocupações do sul do país, consultar MEDEIROS, Leonilde Sérvulo. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 135-138.

exportaria frutas para o inverno europeu e estadunidense. Quanto aos movimentos campesinos, organizaram-se inicialmente na *Comisión Nacional Campesina*, apoiada pela Igreja católica. Posteriormente, cada partido político (DC, Partido Socialista e Partido Comunista) teve sua confederação, não obstante serem todas extremamente débeis. A crise econômica de 1982 provocou o ressurgimento da oposição e de incontáveis manifestações contra a ditadura, seguida de pesada repressão.

Mas o modelo que privatizara saúde, educação e previdência seguiu firme, com forte apoio dos altos e médios setores. Após o fracasso de um ataque armado contra o ditador Augusto Pinochet, em 1986, a oposição aproveitou uma abertura do próprio regime e apostou num plebiscito que, em 1988, decidiria se o general permaneceria mais oito anos na presidência. A maioria do povo votou pelo não, e Patricio Aylwin, um democrata-cristão que apoiou o golpe, venceu as eleições presidenciais de 1989.²⁰ Quanto aos movimentos campesinos, Alicia me lembra da necessidade de que pautas e atas de convocação para reuniões fossem forjadas nos anos 1980. Também recorda que o trabalho era cada vez mais feminino, mas que as condições para desempenhá-lo eram duríssimas e de que foi necessário criar uma entidade própria para as mulheres, visto que as confederações tradicionais se punham excessivamente tímidas e não consideravam temas relativos às suas especificidades como, por exemplo, a necessidade de banheiros femininos ou de creches. O Chile era o país do modelo neoliberal, não havendo neste preocupações sociais.

No Peru, Belaúnde Terry voltava, após 12 anos ao palácio Pizarro. Buscou introduzir medidas neoliberais a partir do decreto legislativo nº 2, como a abertura da Amazônia para imensas concessões a estrangeiros, a transferência a grandes proprietários das terras expropriadas, mas não adjudicadas, além de nenhum crédito para as cooperativas, preços muito baixos e liberação da importação de alimentos o que fez aumentar a concorrência com a produção local. Contudo, a

²⁰ Vale salientar que a partir de 1978 o regime pinochetista dividiu terras comunais mapuches em lotes individuais, apesar da resistência de setores destas comunidades. Posteriormente subsidiou setores que aceitaram esta subdivisão, obtendo como resulta vitória importante no plebiscito de 1988 na região araucana e uma votação expressiva nas eleições do ano seguinte. Ver: (BENGOA, José. **Mapuche, Colonos y el Estado nacional**. Santiago: Lom, 2014, p. 235).

abertura teve de ser detida tendo em vista as lutas travadas não só pelas organizações campesinas (CCP e CNA), mas pela mobilização de médios e grandes proprietários. A CCP-Luna Vargas²¹ se destacou como uma entidade fundamental nos *paros* agrários, que no Peru significam cortes de estradas, bloqueios de rios na Amazônia e protestos de rua. Entretanto, os dirigentes viram-se espremidos entre militares e paramilitares e o *Sendero Luminoso*, movimento maoísta, fundamentalista, que buscava varrer o campo de tudo que não fosse *senderismo*, inclusive de militantes de esquerda, chamados revisionistas.²² Embora a CCP diferenciasse as rondas por ela estimuladas das que combatiam o *senderismo* na serra e na selva, objetivamente as organizações de Cajamarca e Piura contribuíram para impedir a presença do *Sendero*, já que a segurança oferecida pela organização Sendero já era fornecida por elas a um custo bem mais baixo, visto que as ações das rondas não objetivavam matar os delinquentes, mas reintegrá-los à comunidade.

No Peru, as estruturas agrárias montadas pelo velasquismo foram se desagregando nos anos 1980, na forma de parcelamento das terras das cooperativas costeiras para que aquelas não fossem perdidas por causa das dívidas com os bancos. Também, as sociedades de Interesse Social, que agregaram comunidades e *haciendas* na serra foram, em boa parte, desintegradas no governo de Alán Garcia (1985-1990) sob impacto de ações do *Sendero* em Cuzco ou das ocupações de terra em Puno. Durante o governo de Alán Garcia, o Peru alcançou uma inflação de quatro dígitos e a violência do Estado e do *Sendero Luminoso* que, partindo da serra, chegou a zonas selváticas e, em menor medida, a violência do *Movimiento Revolucionario Tupac Amarú*²³, tornavam a vida do campesino difícil. Tais fatores somados à

²¹ Referência a organização liderada por Andrés Luna Vargas, que entre 1985 e 1990 exerceu o mandato de senador. Esta organização, vinculada à *Vanguardia Revolucionaria*, prevaleceu na disputa com outras duas organizações que tiveram o mesmo nome originada de violentos incidentes ocorridos no frustrado IV Congresso de 1973, a CCP, liderada por Saturnino Paredes, vinculada aos maoístas de Vandra Roja e o grupo vinculado à Estrella Roja, que nos deixou poucos vestígios. (RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Op. Cit.*, p. 156).

²² O Movimento armado Sendero Luminoso, liderado pelo professor de filosofia Abmael Gasmán intitulava-se continuador autêntico de José Carlos mariátegui. A ideia seria partir do campo para as cidades, onde a luta seria complementar. Sua atuação no meio agrário foi extremamente violenta, levando a resistência de inexpressivos contingentes do campesinato contra esta organização. Sua derrota deu-se mais pela viva resistência camponesa, do que pela dura repressão. Ver: DE GREGORI, Carlos Iván. **Rondas Campesinas y Derrota de Sendero**. Lima: IEP, 1996, p. 127-135.

²³ O Movimento Revolucionario Tupac Amarú nasceu em 1982, sob inspiração da Revolução cubana. Embora tivesse objetivos, em princípio defensivos, (reagir a um golpe, caso a esquerda chegasse ao

divisão da esquerda levaram à ascensão de Mario Vargas Lloza, um consagrado romancista, e do desconhecido engenheiro agrônomo Alberto Fujimori, que disputaram o segundo turno das eleições de 1990. Vargas anunciou o pacote neoliberal e perdeu as eleições. Fujimori, por sua vez, aplicou o pacote.

O Brasil não chegou a viver vigorosos influxos neoliberais na primeira metade da década de 1980. Com uma inflação que também chegou aos quatro dígitos no final da década, os protestos rurais pipocaram pelo país. No Sul, as ocupações apoiadas pela CPT avançaram para Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. A CONTAG manteve seu modelo de greve, mas tinha muitas dificuldades para obter o cumprimento do acordado. No Sul e no Nordeste houve protestos contra a expulsão de camponeses para a construção de hidrelétricas, nos quais era reivindicada a terra ao invés das magérrimas indenizações oficiais. No Acre, os empates continuaram, apesar do assassinato de Wilson Pinheiro (1980) e, mais tarde, de Chico Mendes (1988).

Em 1984, o MST foi fundado e realizou seu primeiro encontro nacional e muito inspirado na teologia da libertação, falava claramente em uma sociedade socialista. Com a ascensão de José Sarney à presidência da República, estruturou-se a proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária. Neste momento, a divisão entre os membros da CONTAG e do MST, já esboçada desde o fim dos anos 1970, cristalizou-se pois, enquanto os contagueanos jogaram suas fichas na proposta que priorizava a desapropriação e defendia o confisco de terras de títulos duvidosos, o MST afirmava que terra não se ganhava mas sim, se conquistava e, por isso, intensificou as ocupações. No quarto Congresso dos Trabalhadores Rurais, a CONTAG aprovou a reforma mas, sob pressão do MST, afirmou a necessidade de uma nova lei agrária. A proposta foi bombardeada de dentro e de fora do governo Sarney: a classe patronal reagiu pressionando a burocracia de Estado e criando a União Democrática Ruralista que legitimava a ação de milícias particulares, bem como os assassinatos seletivos de padres, advogados e sindicalistas, ao fazer o discurso

poder), desencadeou a luta armada a partir de 1984, confrontando o Estado, mas também contra o Sendero Luminoso. Sua atividade termina após a invasão à embaixada do Japão em 1997, sob impacto da morte de muitos quadros. (RÉMIQUE, José Luiz. **La Batalla por Puno**: Conflicto y Nación em Los Andes. Lima: Seps-Sur, 2004, p. 65).

fundamentalista da defesa da propriedade privada. Os líderes da CONTAG, capitaneados por José Francisco da Silva, buscaram batalhar pela reforma na Assembleia Nacional Constituinte, mas foram derrotados e, enquanto isso, o MST passou a ocupar terras em diversos estados brasileiros, tornando realidade o referido plano da reforma agrária já que cerca de noventa mil famílias foram assentadas no governo Sarney por conta das ocupações. Contudo, se o MST se espalhou por vários estados, tendo realizado oitenta ocupações, no ano de 1989, sob o influxo da campanha presidencial de Lula, a vitória de Collor foi o anticlímax e o neoliberalismo cantado na defesa de privatizações, havia chegado ao Brasil.²⁴

Conclusão: novos caminhos?

A partir da década de 1990, os três países se encontraram no caminho neoliberal. No Chile, em que pese o restabelecimento de governos eleitos, foi mantida a estrutura de exportação de cobre, frutas e produtos florestais - estes arrancados das terras *mapuches* que, por sua vez, retomaram sua luta, reivindicando terras e território, com línguas e costumes. As entidades de camponeses continuaram fragmentadas e a crescente feminização do trabalho levou as mulheres a criar sua própria organização: a *Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas*.

No Peru, Fujimori desencadeou o programa neoliberal, facilitado por um golpe de Estado em 1992. Também aqui, o trabalho se torna mais feminino, e mulheres atuam na produção de aspargos, para empresas estrangeiras cujas terras foram adquiridas a preços ínfimos. A CCP perdeu muitos dirigentes pela repressão desencadeada contra e pelo *Sendero Luminoso*. Além disso, a terra se concentrava a partir das antigas parcelas de cooperativas. Apesar disso, as populações amazônicas acabaram ganhando a titulação comunal de suas terras, embora tais territórios

²⁴ Com relação à tentativa belaundista de desagregar cooperativas, consultar MEJÍA, 1990, p. 54. Sobre lutas pela terra em Puno, consultar RÉMIQUE, José Luiz. *Op. Cit.*, p. 254-257. Quanto ao trabalho feminizado no Chile, consultar INSMAN, 2016, p. 321. No que toca à formação do MST e seu desenvolvimento nos anos 1980, consultar FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 65-73. Quanto à atuação da CONTAG no mesmo período, consultar RICCI, Rudá. **CONTAG: um ator à procura de um texto**. São Paulo: CEDEC, 1990, p. 62-64. Recorde-se que a CONTAG, durante a Constituinte, usou os mesmos argumentos de aumento da produção dos anos 50. Mas a produção já se multiplicara sem reforma agrária e a agricultura continuava a ser o principal carreador de divisas para o país.

ainda sejam assediados pelas petroleiras, madeireiras e mineradoras, como demonstrou o pacote de decretos de Alán Garcia que, em 2007, tentou passar terras comunais a empresas estrangeiras. Estas medidas desencadearam megaprotestos na Amazônia, culminando no massacre de camponeses de Bagua, em 2009, e a consequente reversão parcial da propriedade das terras.

No Brasil, a CONTAG viu o camponês que tinha acesso à terra, mas não ao crédito, como o seu público. Consequências não pensadas do neoliberalismo no Brasil, como a quebra de pequenos cultivadores e o desemprego, levaram milhares de brasileiros a se engajarem nas ocupações realizadas pelo MST e por outras organizações. Tais ocupações, especialmente após os massacres de Corumbiara (Rondônia), em 1995, e de Eldorado dos Carajás (Pará), em 1996, além de sua imensa repercussão internacional, fez com que o governo Fernando Henrique (1995-2002) tenha percebido a necessidade de dinamizar os assentamentos que, no caso amazônico, se tratou de mera regularização de posses, algo importante para uma região marcada por conflitos de terra.

O governo criou um esquema chamado reforma agrária de mercado, pelo qual o Estado financiava associações para comprar terra a fazendeiros, o que para eles foi providencial, já que o preço dos imóveis rurais estava muito baixo, por causa da concorrência com os produtos importados. No ano 2000, o segundo Governo Fernando Henrique promulgou um decreto que comprometia a estratégia de ocupação, pois estabelecia que terras ocupadas por movimentos camponeses não poderiam ser vistoriadas por órgãos estatais para efeitos de desapropriação.

Observe-se ainda, que dois temas unem movimentos dos três países no início do século XXI: gênero e meio ambiente. A crescente presença do trabalho das mulheres fez com que o tema da condição feminina ganhasse dimensão inédita. No Brasil, desde o ano 2000, a CONTAG realiza a marcha das margaridas²⁵, no Peru a CCP disponibiliza metade dos cargos para as mulheres e no Chile a defesa da

²⁵ A Marcha das Margaridas é realizada por camponesas brasileiras a cada início de período presidencial. Margaridas refere-se a Margarida Alves, líder camponesa assassinada na Paraíba, em 1983. Levam pautas extensas desde a legalização do aborto até a necessidade de reforma agrária. Cf: AGUIAR, Vilenia Pacheco Porto. **Somos Todas Margaridas: Um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo.** Campinas: Unicamp, Tese de doutorado, 2015, p. 235-241.

bandeira de melhores condições de trabalho é feita pela *ANAMURI – Asociación Nacional de Mujeres Rurales y Indigenas*.

As questões ambientais também ganham extrema relevância e a ideia de reforma agrária não se associa mais a um aumento indefinido da produção, mas sim a uma produção de alimentos saudáveis, livres de transgênicos e agrotóxicos. As “margaridas” brasileiras lembram que sofrem quando aplicam o agrotóxico e quando lavam a roupa do marido ou dos filhos. No Chile, a ANAMURI pede a saída da multinacional de agronegócio Monsanto. No Peru, as lutas ambientais ganham tons mais dramáticos nos protestos violentos contra mineradoras na serra e contra megaprojetos na selva, como aqueles que, em 2011, bloquearam a construção da Hidrelétrica de Inambari. Se nos anos 1960 a bandeira da reforma agrária pôde ser lida como uma forma de aperfeiçoamento do capitalismo, é possível que atualmente, numa interligação a questões ecológicas, ela possa significar um questionamento radical dos fundamentos do capitalismo, se levarmos em conta a noção de que a transgenia é a propriedade intelectual das sementes, e que o uso de agrotóxico se conecta à ideia de uma produtividade irrefreável. A reconstrução de um consenso acerca da necessidade de uma reforma agrária depende da capacidade que movimentos campesinos tenham de mostrar a outros setores sociais que seu interesse é muito mais amplo e de que não se trata de mero interesse privado – as questões ecológicas são uma boa oportunidade para isso – mas que depende também da recepção que estes setores terão desta mensagem, uma vez que os proprietários são extremamente bem articulados junto aos órgãos de poder.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Vilenia Pacheco Porto. **Somos Todas Margaridas: Um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo**. Campinas: Unicamp, Tese de doutorado, 2015.

ALONSO, Ângela. **Flores, Votos e Balas**. O Movimento Abolicionista Brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AVENDAGNO, Octavio. **Los Partidos Políticos Frente a la cuestión Agraria em Chile**. Santiago: Lom, 2017.

AZEVEDO, Fernando. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BENGOA, José. **Mapuche, Colonos y el Estado nacional**. Santiago: Lom, 2014.

_____. **Reforma Agraria y Revuelta Campesina**. Santiago de Chile: Lom, 2016.

CARRASCO, Tamara- Chimena. **El campesinado entre Frei y Pinochet. Testimonios de la Reforma Agraria en tres momentos: comunitaria, socialista y contrarreformista**. Huelquén, Paine (1967-1976). Santiago: Universidad de Santiago, Tesis de Magister, 2013.

CORRÉA, Martin. **La Reforma Agraria em las Tierras Mapuches (1962-1975)** Santiago: Lom, 2006.

COSTA, Luiz Flavio de Carvalho. **Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1996.

DE GREGORI, Carlos Iván. **Rondas Campesinas y Derrota de Sendero**. Lima: IEP, 1996.

DI LA GALLA, Angel Fernández. La Reforma Agraria no Fracasa, tanpoco lós Campesinos: Lo que Fracasa son lãs Cooperativas. *In*: BONFIGLIO, Geovani (org). **Las Parcelaciones de las Cooperativas Agrarias em el Perú**. Chiclaio: Solidaridad, 1985.

ECKERT, Cordula. **Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul**. Itaguaí: UFRRJ, Dissertação de Mestrado, 1984.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou Reformas: Alternativas à Crise Política (1961-1964)**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro, Leia Editora, 1969.

LATUADA, Mario. **Política Agraria peronista**. Buenos Aires, Ceal, Tomo 2, 1986.

LOVEMAN, Brian. **The Struggle in the Countryside: Politics and Rural labor in Chile: 1919-1973**. Indiana: University Press, 1976.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas: Unicamp, 2004.

MAR, José Matos, MEJÍA, José Manuel. **La Reforma Agraria em El Peru**. Lima: IEP, 1980.

MAYER, Enrique. **Cuentos Feos de la Reforma Agrária**. Lima: IEP, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Sérvulo. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis: Vozes, 1989.

MEJÍA, José Manuel. **La Neoreforma Agraria**. Lima: IEP, 1990.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **A Ação Territorial de uma Igreja Radical: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba**. São Paulo: USP, tese de doutorado, 2008.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em Tempo de Revolução. *In*: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. **O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática: Da Democratização de 1945 ao Golpe Civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MORENO, Juan René Maureira. **Enfrentar com la Vida a La Muerte: Historia y Memorias de la Violencia y el terrorismo de Estado em Paine**. Santiago: tesis de Licenciatura em história, 2009.

MOURA, Clóvis. **Sociologia Política da guerra Camponesa de Canudos**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

MUÑOZ, Alicia. **Entrevista inédita ao autor**. Santiago do Chile, 10 de julho de 2017.

OLIVARES, María Angelica Illanes. **Movimiento en la tierra: Luchas campesinas, resistencia patronal y política social agraria**. Chile, 1927-1947. Santiago: Lom, 2019.

OTERO, Luiz Gamarra. **Um Testemunho Personal**. *In*: BARRANTES, Susana. **A 38 Años de la Reforma Agraria**. Lima: Fundación Herbert Bustamante, 2007.

OVALE, María Angélica, VICUÑA, Angela. **Reforma Agraria Chilena: Testemuños de Sus Protagonistas**. Santiago: Memoriter, 2013.

PECEQUILO, Cristina Soriano. **Política externa dos EUA: Continuidade e Mudança**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

PERALTA, José (org). **A Desalambrar: Historia de Mapuches e Chilenos em la Lucha por la Tierra**. Santiago: Lom, 2006.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1979.

RÉMIQUE, José Luiz. **La Batalla por Puno: Conflicto y Nación em Los Andes**. Lima: Seps-Sur, 2004.

___ . A Revolução peruana. São Paulo, Unesp, 2009.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. De la lucha por la tierra a la protección de la Pachamama: los caminos de la Confederación Campesina del Perú (1947-2016). **Polis**, Santiago do Chile, v.47, p. 142-161, 2017a.

___ . Justiça, Resistência e Mobilização: Autodefesa da comunidade nas rondas camponesas peruanas (1976-2012) *In*: SECRETO, Maria Veronica, RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. **Agrarismos: Estudos de História e Sociologia do Mundo Rural Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017b, p. 47-66.

___ . Na Selva reina a Lei da Selva: um olhar brasileiro sobre a Amazônia peruana (1821-2009) *In*: ROMANI, Carlos; MENEGAT, Carla; ARANHA, Bruno. **Fronteiras e Territorialidades: Miradas Sul-americanas da Amazônia a Patagônia**. São Paulo: Intermeios. v.1, 2019, p. 167-186.

RICCI, Rudá. **CONTAG: um ator à procura de um texto**. São Paulo: CEDEC, 1990.

ROLEMBERG, Denize. **O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SALGADO, Carlos Monge. **Agremiación em el Campo Peruano: Historia de la Confederación Campesina**. Lima: Latin America's Studies Association, 1989.

SILVA, José Gomes. **A Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

TAVARES, Ricardo. **CONTAG: da Ditadura à Transição**. Memória Social e Construção Política do Campesinato. Rio de Janeiro: UFRRJ, tese de doutorado, 1992.

TINSMAN, Heidi. **Se compraron el modelo consumo, uva y la dinámica transnacional: Estados Unidos y Chile durante la Guerra Fria**. Santiago: Universidad Alberto Hurtado, 2016.

ULLOA, Roberto Santana. **Agricultura Chilena em el Siglo XX. Contextos, Actores, Espacios Agrícolas**. Santiago: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museós, 2006.

VEIGA, José Eli. **O Que é Reforma Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

WELCH, Clifford. **A Semente foi Plantada: As raízes Paulistas do Movimento Sindical Camponês no Brasil (1924-1964)**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WIN, Peter. **A Revolução Chilena**. São Paulo: Unesp, 2010.

YANNI, Octávio. **Colonização e Contrarreforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

Recebido: 04/10/2020
Aprovado: 24/11/2020

CONSENSO DO GLIFOSATO: POLÍTICAS AGRÁRIAS E CONFLITOS RURAIS NA ONDA PROGRESSISTA DA AMÉRICA LATINA (1998-2016)

Fábio Luis Barbosa dos Santos¹

Joana Salém Vasconcelos²

Resumo: O artigo propõe uma análise comparada das políticas agrárias dos governos progressistas na América Latina (1998-2016), considerando os seguintes elementos: o avanço do agronegócio e da superfície subordinada às monoculturas e pacotes tecnológicos das transnacionais de insumos, perpetuando a concentração fundiária; a interação ambivalente dos governos progressistas com movimentos camponeses; o uso do termo “reforma agrária” para processos nem sempre distributivos de regularização de títulos; a política dos programas sociais rurais; e a relação dos governos progressistas com as classes dominantes agrárias. Combinando fontes primárias e literatura secundária, tais aspectos foram analisados de maneira panorâmica na Venezuela, Argentina, Bolívia, Equador, Uruguai, Paraguai e Brasil. Considerando as especificidades de cada arranjo de poder e alianças de classes, propomos o conceito de “consenso do glifosato” como síntese interpretativa das políticas agrárias progressistas.

Palavras-Chave: Onda Progressista; Políticas Agrárias; Glifosato.

GLYPHOSATE CONSENSUS: AGRARIAN POLICIES AND RURAL CONFLICTS IN THE LATIN AMERICAN PINK TIDE (1998-2016)

Resumen: El artículo propone un análisis comparado de las políticas agrarias de los gobiernos progresistas en América Latina (1998-2016), considerando los siguientes elementos: el avance del agronegocio y de la superficie subordinada a paquetes tecnológicos de transnacionales de insumos, perpetuando la concentración de la tierra; la interacción ambivalente entre gobiernos progresistas y movimientos campesinos; el uso del término “reforma agraria” para procesos no siempre distributivos de regularización de títulos; la política de los programas sociales rurales; y la relación entre gobiernos progresistas y clases dominantes agrarias. Combinando fuentes primarias y literatura secundaria, tales aspectos fueron analizados de manera panorámica en Venezuela, Argentina, Bolivia, Ecuador, Uruguay, Paraguay y Brasil. Considerando las especificidades de cada configuración de poder y sus alianzas de clases, proponemos el concepto de “consenso del glifosato” como síntesis interpretativa de las políticas agrarias progresistas.

Palabras Clave: Marea Rosa; Políticas Agrarias; Glifosato.

Introdução

Desde os anos 1980, com o triunfo da “reforma agrária de mercado” e a imposição do neoliberalismo agrário na América Latina, as demandas dos movimentos indígenas e camponeses foram dribladas com respostas fragmentárias, assentamentos e reservas insuficientes, que funcionam como válvula de escape das

¹ Universidade de São Paulo. Email: faboroso@gmail.com

² Universidade de São Paulo. Email: joana.salem@gmail.com

tensões rurais. Os paradigmas da reforma agrária estrutural-cepalina ou marxista-revolucionária das décadas de 1950 a 1970 foram excluídos do debate. As políticas neoliberais para agricultura agravaram a concentração fundiária, a expansão da monocultura, a espoliação de terras camponesas e indígenas e, sobretudo, a consolidação de negócios transnacionais que envenenaram em massa o solo, a água, o ar e os sistemas agroalimentares latino-americanos.³ Isso pavimentou o caminho para que seis transnacionais do mercado de agrotóxicos expandissem seus negócios no continente: Syngenta, Dow Chemical, DuPont, Monsanto, Bayer e Basf, que em 2015, somavam 345 bilhões de dólares de ativos, crescimento de 66% em uma década.⁴ Neste contexto, difundiu-se na região o glifosato, herbicida mais utilizado no agronegócio mundial, questionado por diversas organizações internacionais de saúde em função da sua alta toxicidade.⁵ Na América Latina, seu uso se intensificou com o desenvolvimento da soja RR (*Roundup Ready*), a semente transgênica da Monsanto mais vendida na região.

Este texto delinea uma análise comparada da política agrária dos governos progressistas na América do Sul no início do século XXI, a partir da perspectiva do consenso das commodities⁶, evidenciando o que nomeamos como “consenso do glifosato”.⁷ A referência a um “consenso do glifosato” é uma metonímia aludindo à

³ KAY, Cristóbal. The Agrarian Question and the Neoliberal Rural Transformation in Latin America. **Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe**, 100, 50th Anniversary Special Issue: New Directions in Latin American and Caribbean Studies, p. 73-83, 2015; TEUBAL, Miguel. La lucha por la tierra en América Latina. In: GIARRACA, Norma; TEUBAL, Miguel (coord.). **La tierra es nuestra, tuya y de aquel... Las disputas por el territorio en América latina**. Argentina: Editorial Antropofagia, 2009. p. 205-230; BARTRA, Armando. Campesindios. Aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. **Revista Memoria**, La Paz, n. 248, p. 5-13, 2010.

⁴ Soma dos ativos totais declarados nos relatórios anuais das empresas, citados nas referências.

⁵ EUROPEAN PARLIAMENT, **EU's Pesticide Risk Assessment System. The case of glyphosate**. Brussels: Economic and Scientific Policy Department. Study for the Environment, Public Health and Food Safety Committee, 2016; ABRASCO, **Parecer Técnico sobre processo de reavaliação do ingrediente ativo de agrotóxico glifosato utilizado na agricultura e como produto domissanitário**. Associação Brasileira de Saúde Coletiva, Grupo Temático Saúde e Ambiente, 20 de jun. 2019.

⁶ SVAMPA, Maristella. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 244, 2013; *Idem*. Extractivismo neodesarrollista y movimientos sociales: ¿Un giro ecoterritorial hacia nuevas alternativas? In: LANG, Mónica; MOKRANI, Dunia. **Más allá del desarrollo. Grupo Permanente de Trabajo Alternativas al Desarrollo**. México, D.F.: Fundación Rosa Luxemburgo, 2012. p. 185-218.

⁷ A expressão “progressismo” alude a uma constelação de governos eleitos em reação ao neoliberalismo na América Latina, que apostaram no crescimento econômico como uma via para mitigar as mazelas sociais que herdaram. Este enfoque subestima a articulação estrutural entre dependência e desigualdade, necessariamente reforçada pela dinamização do setor exportador

escolha dos governos progressistas em favor do agronegócio, em detrimento do acesso à terra pelas populações. Essa escolha foi uma característica comum das políticas agrárias do progressismo, que se desdobrou no abandono de projetos de reforma agrária, com a exceção parcial da Venezuela. No contexto latino-americano, a perpetuação do regime de propriedade vigente é indício da falta de compromisso com a mudança estrutural, que se complementou com um enfoque mercantil aos pequenos produtores, evidente no empenho em conectá-los às cadeias de insumos transnacionais e nas contradições das políticas de soberania alimentar.

Nesse artigo traçamos um quadro panorâmico e comparado das políticas agrárias dos sete governos progressistas sul-americanos⁸, mostrando que o consenso do glifosato se impôs tanto nos países onde a agricultura é central para as exportações (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai), quanto naqueles que se distinguem como exportadores de minérios e hidrocarbonetos (Equador, Venezuela, Bolívia). O texto está composto por três seções. Inicialmente, delinearemos um panorama geral do aumento do uso de agrotóxicos e do avanço do agronegócio nos países da onda progressista, recorrendo principalmente a dados primários da FAO, da CEPAL e de institutos estatísticos governamentais. Na sequência, abordamos aspectos da relação de cada governo com os movimentos camponeses e indígenas, suas políticas agrárias para o agronegócio e seus “programas sociais” rurais, bem como seus procedimentos de redistribuição de terras. Sabendo que cada processo tem seus meandros e complexidades, nossa intenção é apresentar os marcos gerais da política agrária em cada país, com o objetivo de visualizar aspectos comuns. Nessa seção, deixamos de fora o detalhamento da situação brasileira, considerando a ampla bibliografia especializada acessível aos leitores.⁹ O texto se encerra com reflexões que relacionam a essência das políticas agrárias às estratégias de legitimação do

primário, principal motor do crescimento econômico na América Latina. A exposição clássica do problema está em Furtado (1974). Para uma discussão contemporânea, ver FELDMANN, Daniel; SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **O médico e o monstro**. 2020.

⁸ SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Uma história da onda progressista Sul-Americana (1998-2016)**. 2. ed. São Paulo: Elefante, 2019.

⁹ LOUREIRO, Isabel. Agronegócio, resistência e pragmatismo: as transformações do MST. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. **As contradições do lulismo**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 123-156.

progressismo, analisadas como um sintoma e uma consequência da inviabilidade do paradigma desenvolvimentista na América Latina do século XXI.

Expansão do agronegócio e uso de agrotóxicos na onda progressista

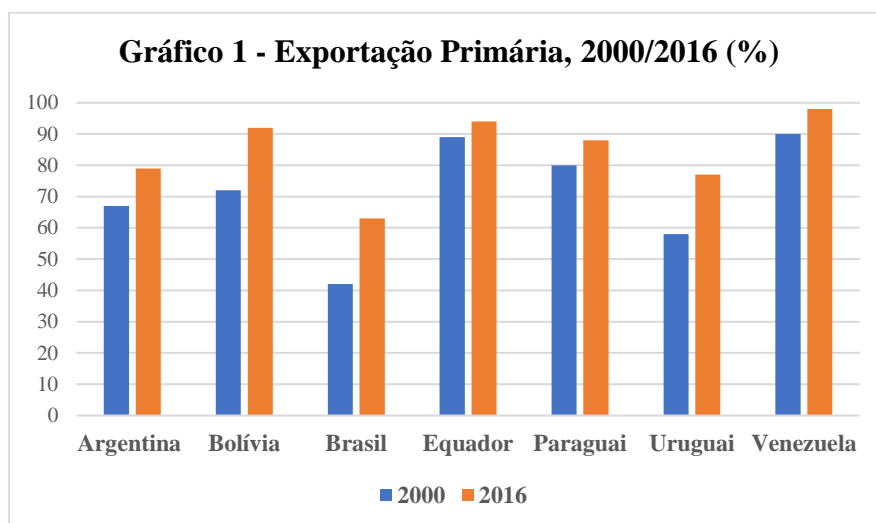
Ao contrário do paradigma cepalino no século XX, atrelado à industrialização por substituição de importações e à reforma agrária distributiva, os governos da onda progressista no século XXI aderiram ao modelo agrário-exportador e, enquanto puderam, converteram seus excedentes em políticas de distribuição de renda focalizada, sem alterar a estrutura das propriedades agrícolas, nem afetar substantivamente as desigualdades regionais. Essas escolhas políticas tiveram implicações importantes sobre o território sul-americano e as populações do campo, aprofundando processos de concentração fundiária e êxodo rural. Na América do Sul, entre 2000 e 2016, as populações urbanas aumentaram em 27%, enquanto as populações rurais reduziram-se em 4%. Em quinze anos, a população rural sul-americana foi reduzida a 16% do total de habitantes.¹⁰ Entre os sete países que compuseram a onda progressista, o maior êxodo rural ocorreu no Uruguai (redução em 37% dos habitantes rurais), seguido por Brasil (12%) e Argentina (9%). Nestes três países, quase 4,5 milhões de pessoas deixaram de viver no campo entre 2000 e 2015, enquanto suas cidades cresceram em 43 milhões de habitantes. Já na Bolívia, no mesmo período, a população urbana cresceu sete vezes mais que a população rural; no Equador, duas vezes mais; no Paraguai quatro vezes mais; e na Venezuela uma vez e meia.¹¹ Em alguns destes países, o êxodo rural se desdobrou em ondas imigratórias.

Um dos indicadores da tendência geral de reprimarização das economias sul-americanas foi a redução do setor industrial e a ampliação do setor primário externo, aprofundando a dependência estrutural. Durante o progressismo, a participação das exportações primárias sobre as exportações totais no Brasil subiu de 42% a 63%; o país foi seguido pela Bolívia (de 72% a 92%) e Uruguai (de 58% a

¹⁰ FAO. **FAOStat**. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/>. Acesso em 29/06/2020.

¹¹ Na Bolívia, a população rural cresceu 6,8% enquanto a urbana 45%; no Equador, a população rural cresceu 19% enquanto a urbana 37%; no Paraguai, a população rural cresceu 10% enquanto a urbana 40%; e na Venezuela, a população rural cresceu 22% enquanto a urbana 30%. Cf. FAO, *Op. Cit.*

77%). Já as exportações primárias da Argentina saltaram de 67% a 79% no mesmo período; no Paraguai de 80% a 88%; na Venezuela de 90% a 98%; e no Equador de 89% para 94%. O gráfico 1 a seguir visibiliza este aspecto do consenso das commodities, isto é, a expansão acelerada do setor primário de exportação promovida pelo ciclo progressista.



Fonte: Elaboração própria com dados CEPALStat.

No mesmo período, a agropecuária e o extrativismo florestal lideraram as exportações primárias do Uruguai (76%), da Argentina (61%) e do Paraguai (58%), enquanto Bolívia (5%) e Venezuela seguiram sua trajetória de exportadores de minérios e hidrocarbonetos, sem exportações agropecuárias relevantes. No entanto, a Bolívia durante o governo Evo Morales quase duplicou a superfície de produção agropecuária, estreando na competição agroexportadora.¹² Equador e Brasil, que apresentam setores externos mistos, isto é, com importância equivalente da agropecuária e dos minérios/hidrocarbonetos, também viram avançar a agroexportação. No Equador, as exportações agropecuárias alcançaram 28% em 2016; no Brasil, saltaram de 30% para 39% entre 2005 e 2015. Durante os governos do PT, o saldo da balança comercial do agronegócio se ampliou em quase três vezes, de 30 para 85 bilhões de dólares entre 2003 e 2016.¹³

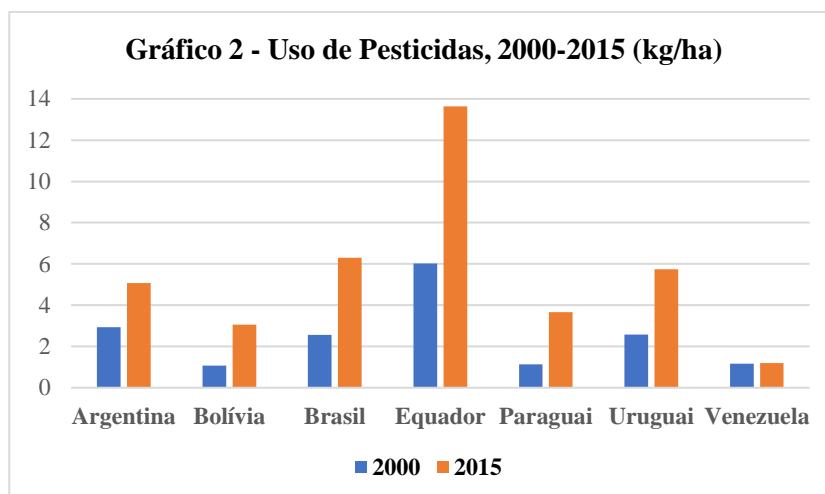
¹² BOLÍVIA, INE, Instituto Nacional de Estadísticas. Disponível em: <https://www.ine.gob.bo/>

¹³ BRASIL. MAPA, Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **AGROStat**. Disponível em: <http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/>

Embora o lugar distinto que as exportações agropecuárias ocupam em cada um dos países pudesse implicar em diferenças nas políticas agrárias, seis dos sete países que compuseram a onda progressista mostraram indicadores semelhantes sobre o uso de pesticidas e consumo de fertilizantes. Com exceção da Venezuela, cujas exportações petroleiras alcançaram 98% do setor externo em 2016, as evidências comparadas mostram que o modelo do agronegócio transnacional foi intensificado em todos os governos progressistas, que adotaram pacotes tecnológicos da revolução verde em larga escala, se aproveitando da alta do preço das commodities. É neste sentido que o consenso das commodities se desdobrou no que chamaremos de *consenso do glifosato*.

A América do Sul expandiu em 111% o uso de pesticidas entre 2000 e 2015, saltando de 350 mil toneladas/ano para 740 mil.¹⁴ Excluindo Venezuela, todos os países analisados expandiram o uso de pesticidas *acima da média sul-americana* no período. O recordista foi o Paraguai, que saltou de 1,1 quilo de pesticida por hectare (kg/ha) para 3,7, com um aumento global de 224%. A Bolívia e o Equador expandiram respectivamente 183% e 126% o uso de pesticidas no mesmo período, sendo que o segundo alcançou o recorde de 13,6 kg/hectare. O segundo governo progressista que alcançou maior concentração de pesticidas foi o Brasil, com 6,3 kg/ha em 2015, um crescimento de 146% em relação a 2000. A expansão do uso de pesticidas por superfície nos países da onda progressista está ilustrada no gráfico 2.

¹⁴ FAO, *Op. Cit.*



Fonte: Elaboração própria com dados FAOStat.

O consumo de fertilizantes também se expandiu no período. Em 2008, a Argentina atingiu seu pico de fertilizantes (1,8 milhões de toneladas), uma expansão de 213% em cinco anos. Entre a eleição de Evo Morales e 2014, a Bolívia experimentou 241% mais toneladas de fertilizantes em seu solo. O Brasil, em 2015, utilizava 200% mais fertilizantes do que em 2003. O Paraguai durante o curto governo de Fernando Lugo, expandiu em 122% a fertilização química agrícola. Já o Uruguai de 2014, consumia 322% mais fertilizantes que em 2005. A Venezuela, apesar da fragilidade do setor agropecuário, expandiu em 253% o uso de fertilizantes entre 1999 e 2014. E o Equador de Rafael Correa utilizava 133% mais fertilizantes químicos em 2015, do que em 2007.¹⁵

Outro indicador fundamental na chave argumentativa do consenso do glifosato é o crescente peso da soja nas exportações, sobretudo direcionadas à China.¹⁶ Esta modalidade de cultivo implica em um pacote tecnológico atrelado à técnica do plantio direto, em que os processos de arar e limpar o solo são substituídos pela aplicação de produtos químicos, cuja eficácia exige o seu uso em quantidade crescente. O plantio direto permite reduzir a mão-de-obra empregada,

¹⁵ CEPAL. **CEPALStat. Base de datos y publicaciones Estadísticas.** Disponível em: <https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Portada.html>. Acesso em 29/06/2020; SVAMPA, Maristella; SLIPAK, Ariel. China en América Latina: Del Consenso de los Commodities al Consenso de Beijing. **Revista Ensembles**, n.3, p. 34-63, 2015.

¹⁶ MORENO, Camila. **O Brasil Made in China. Para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Fund. Rosa Luxemburgo, 2015.

calculada em duas pessoas por cada mil hectares por ano, em um modelo produtivo viável somente para o cultivo em larga escala. Esta intensificação da agricultura é comparada por alguns autores a “uma agricultura extrativista, uma mineração em solo agrícola”, em uma realidade na qual “o pacote da soja implica a descampesinação absoluta, se trata de uma agricultura sem agricultores”.¹⁷ No outro polo do processo, transnacionais como Cargill, ADM e Bunge açambarcam e exportam a soja produzida, o que levou um autor a concluir que “na prática, os produtores são somente uma engrenagem” entre a provisão de insumos e a distribuição da produção, comandada por estas empresas.¹⁸

Entre 2000 e 2016, a América do Sul expandiu a produção de soja em 34.424.140 hectares. Uma superfície duas vezes maior do que o Uruguai e quase do tamanho do Paraguai foi incorporada ao complexo da soja, resultando em um crescimento produtivo de 112 milhões de toneladas.¹⁹ Vejamos a expansão da fronteira agrícola da soja em cada país durante os respectivos governos progressistas.

O país com a expansão mais vertiginosa da soja proporcional ao território foi o Uruguai, que partiu de uma superfície relativamente pequena, de 278.000 hectares, para 1.099.000 hectares, crescimento de 295% (24% ao ano) sob os governos da Frente Ampla (considerando dados de 2005 a 2018). A segunda maior expansão proporcional ocorreu na Venezuela bolivariana: um crescimento de 217% entre 1999 e 2018 ocorrido, contudo, em uma superfície que não representa relevância comparativa.²⁰ Em seguida veio o Brasil, onde a monocultura da soja expandiu em 14,6 milhões de hectares sob os governos petistas, um crescimento de 80% entre 2003 e 2016. A Argentina do kirchnerismo também ampliou em larga escala suas monoculturas de soja, que cresceram 7 milhões de hectares entre 2003 e 2015, uma expansão de 56%. Apesar da centralidade dos hidrocarbonetos, as exportações agropecuárias na Bolívia cresceram 4% durante os governos de Morales, fundamentadas na expansão de 70% da superfície da soja entre 2005 e

¹⁷ RULLI, Javier (ed.). **Republicas unidas de la soya**. Córdoba: GRR, 2007. p. 18-20.

¹⁸ ROJAS, Luis. **Actores del agronegocio en Paraguay**. Asunción: Base IS/ Diakonia, 2009. p. 73.

¹⁹ FAO, *Op. Cit.*

²⁰ Entre 1999 e 2018, a Venezuela saltou de 1.893 a 6 mil hectares de soja. Cf. FAO, *Op. Cit.*

2018, alcançando 1,3 milhões de hectares. O Paraguai expandiu em 2 milhões de hectares a superfície de soja entre 2000 e 2016, dos quais 456.490 hectares sob o breve governo Lugo. Por último, o Equador foi o único país que reduziu sua superfície sojeira durante o governo Correa, mas em escala pouco significativa se comparado aos vizinhos.²¹ Entretanto, isso não impediu que o Equador irrigasse o mercado dos agrotóxicos, já que se recorreu ao glifosato em cultivos de banana, cacau e palma africana (dendezeiro).²²

A expansão da soja se concentrou na região batizada pela Syngenta como “República Unida da Soja”²³, uma espécie de “país-monocultura” que transcende as fronteiras entre Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia. A soma da superfície da soja nestes cinco países em 2016, quando se evidenciou a crise do progressismo, equivalia a quase 60 milhões de hectares, uma expansão de 9,5% ao ano desde 2001. Em 2016, a soja ocupava 48% da área cultivada do Brasil; 50% da área cultivada da Argentina; 66% da área cultivada do Paraguai; e chegou a 72% da área cultivada do Uruguai.²⁴ Abaixo, a campanha publicitária da Syngenta, que cartografa o território controlado pela soja.

²¹ Entre 2007 e 2017, o Equador reduziu sua superfície sojeira de 32 mil para 28 mil hectares. Cf. FAO, *Op. Cit.*

²² PEÑAHERRERA COLINA, Luis. **Situación actual sobre el uso del glifosato en Ecuador**. INIA.10, 2013, p.145-148.

²³ PENGUE, Walter. La Republica Unida de la Soja. Concentración y poder basado en lamonocultura de exportación. *In: ATLAS del Agronegocio*. Heinrich Böll Cono Sur / Rosa Luxemburgo / GEPAMA, 2018, p.26-27; RULLI, Javier (ed.). **Republicas unidas de la soya**. Córdoba: GRR, 2007.

²⁴ PIÑEIRO, Diego & CARDEILLAC, Joaquín. El Frente Amplio y la política agraria en Uruguay *In: KAY, Cristóbal & VERGARA-CAMUS, Leandro (ed.). La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina. Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 269; FAO, *Op. Cit.**

Figura 1 – Mapa da República Unida da Soja em campanha publicitária da Syngenta



Fonte: GIRARDI, Eduardo P. *Leitura desconstrucionista do mapa. Cartografia Crítica. Atlas da Questão Agrária Brasileira*. Presidente Prudente: FAPESP/UNESP/NERA.

Em 2000, os cinco países da República Unida da Soja produziam 35% da soja mundial, participação que, em 2016, saltou para 50%, correspondendo a 48% da superfície de soja plantada no mundo.²⁵ A campanha da Syngenta se tornou uma verdade inconveniente, já que nestes territórios o poder corporativo das cadeias agroalimentares de insumos químicos atuou como formulador de políticas produtivas multinacionais – uma espécie de Estado externo às nações, disseminando suas agendas.

Há uma correlação direta entre a expansão da superfície da soja, a adoção do pacote tecnológico da soja transgênica (da variedade RR à Intacta RR2 Pro, patenteadas pela Monsanto) e a expansão do uso de pesticidas com glifosato, presente não apenas no *Roundup*, mas em centenas de outros herbicidas disponíveis no continente. No Brasil, por exemplo, existem 32 empresas autorizadas a comercializar mais de 100 produtos compostos por glifosato.²⁶ Em 2016, o

²⁵ FAO, *Op. Cit.*; CEPAL. **CEPALStat. Base de datos y publicaciones Estadísticas**. Disponível em: <https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Portada.html> Acesso em 29/06/2020; MIRANDA, Evaristo. **Áreas cultivadas no Brasil e no mundo**. Agroanalysis EMBRAPA, 2018; SOARES, R. C. O. O mercado da soja no Paraguai: expansão, consolidação e momento atual. **Revista do Desenvolvimento Regional** – Faccat. Taquara/RS, v. 16, n. 3, p. 211-231, 2019.

²⁶ ABRASCO, **Parecer Técnico sobre processo de reavaliação do ingrediente ativo de agrotóxico glifosato utilizado na agricultura e como produto domissanitário**. Associação Brasileira de Saúde Coletiva, Grupo Temático Saúde e Ambiente, 20 de jun. 2019.

Parlamento Europeu encomendou um estudo sobre os efeitos do glifosato na saúde humana e no meio ambiente, a partir do qual desenvolveu um protocolo de banimento gradual do pesticida, que será completamente proibido em 2022.²⁷ Na contramão dessa tendência, os governos progressistas da América do Sul promoveram o seu uso.

Entre 1997 e 2017, a Bolívia aumentou a importação de agrotóxicos de 8 milhões de quilos para 34 milhões, um crescimento de 320%.²⁸ A disponibilidade de divisas durante o governo Evo, isto é, sua maior capacidade de importação, serviu também para aprofundar a dependência do país em relação às cadeias de insumos agropecuários das transnacionais. Segundo o *Servicio Nacional de Sanidad Agropecuaria e Inocuidad Alimentaria* (Senasag) da Bolívia, cerca de 10 milhões de litros de agrotóxicos por ano entram no país contrabandeados.²⁹ No Paraguai, só em 2014 foram mais de 341 milhões de dólares gastos em importações de insumos químicos agrícolas, divididos entre cinco grandes empresas: Agrotec SA, Syngenta Paraguai, Agrofertil SA (representante da Monsanto), Bayer SA e Noble Paraguai AS.³⁰ Em 2008, a Argentina comercializou um total de 225 milhões de litros de agrotóxicos, sendo que 137 milhões eram glifosato, representando um crescimento de 50% nos cinco anos de governo Nestor Kirchner.³¹ No Equador, em 2012 eram 4 milhões de litros anuais de glifosato, utilizados nos cultivos comerciais de banana, cacau e palma africana. O glifosato também se tornou o herbicida mais utilizado do país, sem que exista uma regulamentação compatível com seus riscos.³²

No Brasil, a soja transgênica RR, que mais estimulou a importação de glifosato, foi aprovada pela CTNBio em 2009. Segundo uma nota técnica da ABRASCO, entre 2000 e 2012, o uso de glifosato aumentou 124%, enquanto a

²⁷ EUROPEAN PARLIAMENT, **EU's Pesticide Risk Assessment System. The case of glyphosate.** Brussels: Economic and Scientific Policy Department. Study for the Environment, Public Health and Food Safety Committee, 2016.

²⁸ BOLÍVIA, INE, Instituto Nacional de Estadísticas. Disponível em: <https://www.ine.gob.bo/>

²⁹ SAGÁRNAGA, Rafael. *Bolívia, un país adicto al polémico glifosato.* Los Tiempos. Cochabamba, 24/09/2018.

³⁰ SOARES, R. C. O. O mercado da soja no Paraguai: expansão, consolidação e momento atual. **Revista do Desenvolvimento Regional** – Faccat. Taquara/RS, v. 16, n. 3, p. 211-231, 2019. p. 225.

³¹ PÓRFIDO, Osvaldo. **Los plaguicidas en la república de Argentina.** Buenos Aires: Departamento de Salud Ambiental/Ministerio de la Salud, 2014. p. 22 e 24.

³² PEÑAHERRERA COLINA, Luis. **Situación actual sobre el uso del glifosato en Ecuador.** INIA.10, 2013.

produtividade cresceu somente 9,5%, o que problematiza a narrativa da eficiência econômica, que promete aumento da produtividade e minimiza danos ao ambiente e à saúde humana.³³ Como em muitos países, no Brasil se argumentou que a soja transgênica liberaria os produtores do uso de agrotóxicos, mas é notório que se tratava de uma estratégia de marketing suspeita. Não só o glifosato se expandiu, como algumas “pragas” desenvolveram resistência a ele, levando monocultores à sobreposição de venenos como o 2,4-D, componente do agente laranja. O caráter oligopolista desta indústria é também comprovado. Em 2018, ainda segundo a ABRASCO³⁴, 39 das 82 sementes transgênicas de soja, milho e algodão eram propriedade da Bayer-Monsanto, sendo que 33 delas são geneticamente modificadas para tolerar herbicidas. Estima-se que 25% do glifosato do planeta seja comercializado no Brasil, país que consumiu 1 milhão de toneladas de glifosato entre 2012 e 2017, segundo o IBAMA.³⁵

O Brasil é uma peça-chave nas estratégias de mercado da Monsanto. Segundo um Relatório Anual no ano fiscal de 2015, a companhia sofreu uma queda de vendas líquidas correspondente a 497 milhões de dólares. Mas “as vendas líquidas foram parcialmente contrabalançadas pelo crescimento do mercado de sementes de soja e derivados em 174 milhões de dólares”, escreveram, “conduzido pelo custo das mercadorias vendidas no segmento Sementes e Genômica, expandido no Brasil a partir do ano fiscal de 2014, especificamente representado pelo aumento do cultivo e processamento e lançamento da Intacta RR2 PRO”.³⁶

Em 2018, uma série de reportagens do jornal *Le Monde* baseada nos chamados *Monsanto Papers*, revelou que a empresa manteve durante anos uma estrutura de financiamento de artigos científicos e pareceres técnicos comprados para veicular a falsa informação de que o glifosato não seria cancerígeno.³⁷ Embora o glifosato seja o principal agrotóxico no Brasil e no mundo, também se deve dar

³³ ABRASCO, **Parecer Técnico sobre processo de reavaliação do ingrediente ativo de agrotóxico glifosato utilizado na agricultura e como produto domissanitário**. Associação Brasileira de Saúde Coletiva, Grupo Temático Saúde e Ambiente, 20 jun. 2019.

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ Monsanto, 2016, p. 24

³⁷ FOUCART, Stéphane. Les « Monsanto Papers », à la base de la controverse sur le glyphosate. **Le Monde**, Paris, 11/08/2018.

atenção aos pacotes tecnológicos da Syngenta, que se destaca pelo agressivo composto paraquate. A China, notoriamente mais permissiva a agrotóxicos do que a Europa, proibiu o paraquate em 2015. Uma reportagem das jornalistas Luana Rocha e Mariana Della Barba, da Agência Pública, narra os efeitos da intoxicação por paraquate do jovem Júlio Quintino, de 22 anos, em Cascavel (Paraná). Segundo seu pai, ele foi contaminado ao trabalhar com carregamento de sacas de casca de soja produzida com composto: “a pele dele então ficou toda queimada e foi soltando do corpo (...). Falaram que o pulmão dele estava todo queimado”. O pai comparou a destruição violenta do corpo do filho pelo veneno a um contágio nuclear.³⁸

O uso desse tipo de substância foi constitutivo da aposta progressista em uma modalidade de industrialização da agricultura, que abriria caminhos para o desenvolvimento econômico, a “hora da igualdade” e a redução de brechas sociais, segundo os termos da nova CEPAL (2010). No entanto, como notam Kay & Vergara-Camus, os cultivos de exportação característicos do modelo agrícola neoliberal da América Latina estão ao mesmo tempo “colocando em risco a segurança alimentar e generalizando as condições laborais mais precárias, como o trabalho temporário”.³⁹ Essa escolha compartilhada pelos distintos progressismos implicou em contradições políticas com os movimentos camponeses que, em quase todos os casos, participaram dos processos de luta que elegeram estes governos no início do século.

Política agrária e conflitos rurais na onda progressista

A expansão do agronegócio e do “consenso do glifosato” sob a égide dos governos progressistas foi concomitante às articulações políticas inovadoras entre setores do movimento camponês de alcance regional e mundial, alguns ligados à Via Campesina⁴⁰, promovendo uma agenda de soberania alimentar e reforma agrária. A

³⁸ Apud ROCHA, Luana e BARBA, Mariana Della. **Empresas estrangeiras ‘desovam’ no Brasil agrotóxico proibido em seus próprios países**. Agência Pública, 19/12/2019.

³⁹ KAY, Cristóbal; VERGARA-CAMUS, Leandro (ed.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina. Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 34.

⁴⁰ A Via Campesina surgiu em 1993 como uma articulação de movimentos camponeses em quatro continentes (África, Ásia, América e Europa). Em 2017, a Via Campesina abarcava mais de 200 milhões de agricultores, organizados em 164 movimentos locais e nacionais, em 73 países. Entre suas principais bandeiras estão a luta pela soberania alimentar e pela reforma agrária, a autonomia

multiplicidade dos movimentos de trabalhadores rurais de cada país e as ambivalências do progressismo geraram divisões internas e variados arranjos entre os partidos do governo, as representações dos trabalhadores rurais e as classes dominantes agrárias. Alguns segmentos camponeses não compartilharam da postura governista e preservaram sua autonomia em relação ao Estado, promovendo lutas e criticando de maneira direta a aliança com o agronegócio. Outros movimentos camponeses enxergaram no progressismo uma oportunidade para disputar o fundo público em favor das suas agendas. Ao mesmo tempo, as relações entre o progressismo e as classes dominantes rurais variaram de conflitos agudos a alianças estáveis. A seguir, analisaremos sucintamente como cada governo lidou com a questão da distribuição de terras e se relacionou aos movimentos do campo.

Venezuela

Diferente de outros países da onda progressista, a Venezuela não tem exportações agrícolas relevantes, pois seu setor agropecuário responde por 2% a 3% do PIB.⁴¹ Entretanto, houve a tentativa de construir uma reforma agrária como parte do malgrado esforço de superar a dependência histórica em relação ao petróleo e à importação de alimentos.

Quando Chávez tornou-se presidente da Venezuela em 1999, a *Federación Campesina de Venezuela* (FCV) era uma organização com larga trajetória, mas que não conseguiu se adaptar ao dinamismo do processo bolivariano e acabou se dividindo em cerca de oito novas organizações. Dentre elas, estava a *Frente Nacional Campesina Ezequiel Zamora* (FNCEZ), que adotou esse nome em 2001, com presença em oito estados. A FNCEZ representava um setor radical do movimento camponês, apostando na tática de ocupações e lutas populares diretas pela conquista da terra. Em 2003, como contraponto, o chavismo criou um movimento camponês próprio,

camponesa sobre a terra, a promoção da agroecologia, a defesa da diversidade das sementes locais, a garantia dos direitos camponeses e o combate à criminalização e à repressão contra populações rurais. Para mais informações, ver: <https://viacampesina.org/>

⁴¹ CEPAL. **CEPALStat. Base de datos y publicaciones Estadísticas**. Disponível em: <https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Portada.html> Acesso em 29/06/2020.

orgânico ao governo, chamado *Coordenadora Agrária Nacional Ezequiel Zamora* (CANEZ).

Ambas, FNCEZ e CANEZ, são parte da Via Campesina, mas se relacionaram de maneira diferente com o governo. A FNCEZ preservou uma postura autônoma, alternando entre a colaboração crítica e a reticência com movimentos “excessivamente” governistas, mas sobretudo atuando no combate direto contra o latifúndio. A CANEZ aderiu às políticas agrárias do governo e criticou a primeira por realizar ações diretas radicais, que consideravam prejudiciais à condução das políticas agrárias do chavismo.⁴²

Quando Chávez foi eleito, havia um poderoso oligopólio de importações e distribuição que controlava o mercado e o preço dos alimentos. Durante todo século XX, a importação de alimentos foi um tema sensível no país, cuja especialização petroleira gerou o fenômeno que Furtado⁴³ chamou de “subdesenvolvimento com abundância de divisas”, solapando as bases da produção agrária. Para superar esse problema, o bolivarianismo anunciou a soberania alimentar e a diversificação produtiva como pontos programáticos fundamentais, visando reduzir importações agropecuárias e expandir a agricultura para o consumo interno, além de garantir justiça social no campo.

Em 1998, 75% dos pequenos produtores rurais controlavam 6% das terras; enquanto 5% dos latifundiários controlavam 74% das terras.⁴⁴ A reforma agrária de Chávez foi institucionalizada pela Lei de Terras de 2001, que estabeleceu a intervenção em superfícies abandonadas e improdutivas dos latifúndios, que seriam distribuídas em Cartas Agrárias (títulos de usufruto), para indivíduos e cooperativas. Nesse processo, até 2013 o governo havia recuperado 6,3 milhões de hectares, regularizado 10 milhões de hectares com ilegalidades cartoriais e distribuído 117.224 Cartas Agrárias, beneficiando mais de 1 milhão de

⁴² MARTINEZ, Carlos; FOX, Michael & FARRELL, JoJo (ed.). **Venezuela Speaks! Voices from the Grassroots**. Oakland: PM Press, 2010. p. 49-51.

⁴³ FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto e Centro Celso Furtado, 2008.

⁴⁴ PURCELL, Thomas F. La economía política del capitalismo rentista y los límites de la transformación agraria en Venezuela. In: KAY, Cristóbal & VERGARA-CAMUS, Leandro (eds.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina. Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 125-126.

camponeses.⁴⁵ Apesar de deixar intactas as empresas agrárias produtivas, a lei de terras de Chávez gerou reações agressivas dos proprietários rurais. Nos sete meses seguintes à aprovação da lei, entre 2001 e 2002, 57 camponeses foram assassinados, incluindo ativistas da FNCEZ. Um dos agitadores da violência contra camponeses foi o proprietário Omar Contreras Barbosa, da Federación Nacional de Ganaderos.⁴⁶ No panfleto “*En honor a los caídos... Apoyemos la Ley de Tierras*”, de 2003, a CANEZ homenageou camponeses assassinados por atiradores mercenários, reivindicando a perspectiva governista, reproduzindo o artigo da lei que estabelecia a expropriação de terras improdutivas (para disputar a narrativa frente aos proprietários), mas também o artigo que interditava indenizações para ocupantes ilegais de terras (demarcando sua crítica aos movimentos de *tomas*).⁴⁷ Entre 1998 e 2009, foram 217 camponeses assassinados por milícias proprietárias, gerando como resposta a formação de milícias populares camponesas de autodefesa.⁴⁸

Os Fundos Zamoranos foram uma estratégia inovadora de distribuição de terras: eram terrenos entregues diretamente aos movimentos camponeses para autogestão, junto com recebimento de créditos e subsídios públicos gerenciados por Conselhos Comunais.⁴⁹ A FNCEZ e a CANEZ se reuniram frequentemente com o Ministério do Poder Popular para Agricultura e Terras (MPPAT), debateram o Plano Nacional de Cultivos e controlavam recursos da *Corporación Venezolana Agraria* (CVA), órgão estatal que distribuía a produção cooperativa do campo.⁵⁰

No bojo da aliança entre Estado e movimentos camponeses e da redistribuição de terras, a área cultivada cresceu, mas menos do que se esperava. Entre 2003 e 2014, a média da superfície cultivada na Venezuela foi de 2,1 milhões de hectares, enquanto em 1998, alcançava 1,6 milhões. A política de redistribuir terras e investir em novas cooperativas não aumentou a produção alimentar nos níveis almejados, e o país seguiu dependente das grandes empresas de importação. As terras de maior fertilidade do país seguiram nas mãos dos latifundiários e a

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ MARTINEZ, Carlos; FOX, Michael; FARRELL, JoJo (ed.). *Op. Cit.*, p. 56.

⁴⁷ CANEZ. “En honor a los caídos... Apoyemos la Ley de Tierras”. Disponível em: <https://lae.princeton.edu/catalog/a5b871f2-e012-4d6a-b6d8-45bf8ebb1ed2?locale=pt-BR>

⁴⁸ MARTINEZ, Carlos; FOX, Michael & FARRELL, JoJo (ed.). *Op. Cit.*, p. 57.

⁴⁹ *Ibidem*. p. 60.

⁵⁰ *Ibidem*. p. 59; PURCELL, Thomas F. *Op. Cit.*, p. 133.

reforma agrária se restringiu a terras marginais. Além disso, como ocorre em Cuba, houve dificuldade em atrair trabalhadores para o campo, em um país em que parece mais fácil “colher nos portos” – ou seja, importar. O incentivo à recampesinização e as novas instituições criadas para fomentar a produção camponesa não foram suficientes para a soberania alimentar, sobretudo considerando o crescimento demográfico de 30% desde 1998. Como sintetizou Aaron Kappeler: “as autoridades estatais se deram conta rapidamente de que a escala da produção requerida para alimentar as grandes populações urbanas estava acima das capacidades imediatas do campesinato”.⁵¹

A Via Campesina assessorou o chavismo em relação a políticas camponesas para soberania alimentar, estimando a necessidade de substituição de 10% da importação agrícola em uma primeira etapa. Mas outros obstáculos se interpuseram dentro do próprio Estado bolivariano, relacionados ao estímulo macroeconômico do comportamento rentista e à corrupção. Thomas Purcell traz o exemplo da Agropatria, empresa pública resultante da expropriação da Agroisleña em 2010, que tinha posição monopólica na comercialização do pacote tecnológico da Monsanto e controlava 90% das importações de insumos agropecuários e alimentos. O chavismo pretendia ganhar posição de controle da cadeia agroindustrial e impedir a especulação dos preços. A Agropatria criou uma linha de crédito robusta para agricultores, espalhou cartões de crédito exclusivos das suas mais de 100 lojas de insumos agrícolas pelo país, mas não diferenciou os pequenos e os grandes, gerando um subsídio aos latifundiários. A própria estatal, então, foi acusada de especular com o preço dos alimentos na fronteira com a Colômbia, conforme se agravavam as distorções cambiais. Purcell⁵² chamou essa prática de “institucionalização do *bachaqueo*”, ou seja, um rentismo produzido pela empresa pública com base nos diferenciais cambiais entre economia estatal e mercados ilegais. Foram constatadas também uma série de operações ilegais com crédito da Agropatria, manipulando listas de recebedores do Registro Nacional Obrigatório de Produtores Agrícolas.⁵³

⁵¹ *Ibidem.*

⁵² *Ibidem.*

⁵³ *Ibidem.* p. 138-140.

Em suma, diante das dificuldades em atrair trabalhadores para o campo, do desincentivo à produção face às importações subsidiadas, da baixa fertilidade das terras distribuídas, entre outros aspectos, o bolivarianismo não teve êxito em transformar a estrutura agrária da Venezuela.

Argentina

Entre as organizações camponesas que apoiaram a eleição de Nestor Kirchner em 2003, estavam movimentos rurais que se destacaram nas lutas antineoliberais na década de 1990. Entre eles, o *Movimiento Campesino de Santiago del Estero* (MOCASE) e o *Consejo Asesor Indígena* (CAI) da Patagônia, ambos da Via Campesina, junto com *Unión de Pequeños Productores del Chaco* (UNPEPROCH), o *Movimiento Agrario de Misiones* (MAM), o *Movimiento Campesino de Misiones* (MOCAMI), o *Movimiento Campesino de Formosa* (MOCAFOR), a *Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra de Mendoza* (UST), o *Movimiento Campesino de Córdoba* (MCC) e a *Red Puna* (povos indígenas de Jujuy). Segundo Lapegna⁵⁴, “apesar dos camponeses não serem um grupo homogêneo e de suas organizações participarem do projeto ‘nacional-popular’ de diferentes formas, a maioria dos movimentos camponeses apoiaram os Kirchner”.

Na inflexão neodesenvolvimentista pretendida pelo kirchenerismo, os programas sociais rurais do período neoliberal foram financeiramente expandidos, criando novas possibilidades de interação entre Estado e movimentos camponeses através da entrega de recursos públicos gerenciados pelas organizações. Lideranças rurais passaram a ocupar cargos em organismos estatais. Essa oportunidade, segundo Lapegna⁵⁵, ofereceu aos movimentos camponeses uma chance de escapar da posição defensiva que havia predominado desde os anos 1950, para uma lógica propositiva e formuladora de políticas públicas agrárias. Emblemático da nova

⁵⁴ LAPEGNA, Pablo. La economía política del boom agro-exportador bajo los Kirchner: hegemonía y revolución pasiva en Argentina. In: KAY, Cristóbal; VERGARA-CAMUS, Leandro (ed.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina. Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 168.

⁵⁵ *Ibidem*.

dinâmica foi o Programa Social Agrário (PSA), criado em 1993, que oferecia microcrédito anualmente a cerca de 160 mil pequenos agricultores.⁵⁶

Em 2005, as bases camponesas do governo Néstor Kirchner se agruparam no MNCI (Movimento Nacional Campesino-Indígena), com protagonismo do MOCASE e participação de mais de 20 mil famílias em rede. O MNCI se integrou à Via Campesina e recebeu a oferta do governo de gerenciar o PSA, mudando o enfoque de crédito individual e familiar para um “enfoque socioterritorial” de financiamento de organizações camponesas.⁵⁷ Essa possibilidade foi contraditória: por um lado, permitiu que movimentos camponeses acessassem informações estratégicas sobre a agricultura e decidissem sobre prioridades de créditos e insumos, deslocando a lógica neoliberal de produtores individuais para produtores coletivos. Por outro lado, o conceito dos “programas” representava uma camisa-de-força, cuja estrutura permitiu apaziguar tensões sociais de uma estrutura agrária concentrada, mas não alterá-la. O manejo do PSA pelo MNCI não durou muito, porque encontrou resistências de funcionários de Estado da Secretaria da Agricultura, que coadunavam com o sentido individualista do programa.⁵⁸ A mesma lógica permeou os fóruns públicos de debates entre pequenos agricultores criados pelo governo Néstor Kirchner, espaços formais de debate que contavam com a presença de funcionários de Estado, mas sem poder deliberativo dos camponeses.

Após quase uma década de kirchnerismo, em 2011, 2% das propriedades agrárias seguiam controlando 50% das melhores terras, enquanto 57% dos pequenos produtores detinham somente 3% da terra.⁵⁹ Não houve política redistributiva relevante no período. A disputa mais direta com a classe proprietária rural não se deu no âmbito no território, dominado pelo agronegócio, mas sim, na esfera do excedente de exportação. Néstor aumentou de 23,5% para 35% o imposto sobre a exportação de soja em seu mandato. Posteriormente, Cristina entrou em confronto com a Sociedad Rural Argentina (SRA) em 2008, quando tentou criar um mecanismo de aumento do mesmo imposto proporcional ao preço da exportação,

⁵⁶ *Ibidem.* p. 166.

⁵⁷ *Ibidem.* p. 170.

⁵⁸ *Ibidem.* p. 171.

⁵⁹ *Ibidem.* p. 178.

capturando o mark-up do setor. Em reação, as associações ruralistas colocaram seus tratores nas ruas, fizeram piquetes nas estradas e paralisaram parte da produção. A pressão surtiu efeito, e o vice-presidente Julio Cobos deu seu voto de minerva no Senado contra o governo que representava, enterrando a lei. Foi um ponto de inflexão que deu coesão às classes proprietárias contra o neoperonismo, enquanto os ruralistas plasmaram a ideia de que “o que é bom para o agronegócio é bom para o país”.⁶⁰

Tentando recuperar o terreno perdido, Cristina se aproximou dos governadores de província, repassando fatias do orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (SDRAF), antes gerenciadas em “programas” pelo MNCI. Enquanto isso, os governos provinciais, com tradições oligárquicas, recrudesceram a repressão contra movimentos camponeses, inclusive os que apoiavam o kirchenerismo, resultando em diversos militantes assassinados entre 2009 e 2012. Além disso, Cristina foi porta-voz dos interesses das transnacionais de insumos agrícolas, se alinhando publicamente à Monsanto no Conselho das Américas, além de aprovar 18 agrotóxicos novos em tempo recorde entre 2008-2013 e enviar ao congresso uma lei que limitava o uso de sementes crioulas por agricultor, conduzindo pequenos e médios produtores ao mercado das sementes transgênicas. Em 2013, o governo também desativou uma investigação contra Cargill sobre evasão de impostos, empresa que chegou a exportar 20% da soja argentina. Os subsídios governamentais para grande pecuária cresceram e o Plano Estratégico Agroalimentar e Agroindustrial sequer mencionava camponeses e indígenas, apontando exclusivamente para a estratégia agroexportadora. Em 2015, a Argentina representou 18% da renda mundial de comercialização da Monsanto, totalizando 298 milhões de dólares.⁶¹ Essa política gerou expulsão de populações camponesas das suas terras e, para quem ficou:

A produção extensiva de soja transgênica, resistente ao herbicida glifosato, significou ter que lidar com agroquímicos na água (...), ou com os efeitos das fumigações de herbicidas que contaminam o ar,

⁶⁰ *Ibidem*. p. 172.

⁶¹ Monsanto, 2016, p. 53.

colocando em perigo a saúde das populações rurais e suas estratégias de reprodução baseadas no autoconsumo.⁶²

Assim, é possível afirmar que o kirchnerismo aprofundou o modelo neoliberal agrário que ampliou a dependência do país frente às transnacionais do agronegócio, ao mesmo tempo que entregou recursos do Programa Social Agrário aos movimentos camponeses, apaziguando a pobreza rural.

Bolívia

A eleição de Evo Morales em 2005 contou com expressivo apoio camponês e com forte simbolismo, apoiado em sua origem indígena. Entre 2006 e 2009, o Pacto pela Unidade aglutinou o Movimento ao Socialismo (MAS) de Evo a movimentos camponeses e indígenas, que organizaram a resistência contra a revolta dos proprietários rurais da *medialuna*. A sublevação das elites agropecuárias no início do governo Morales chegou ao auge quando o presidente foi impedido de ingressar em departamentos controlados por governos locais aliados das oligarquias agrárias. Santa Cruz, principal cidade do território em que o agronegócio boliviano é mais dinâmico, com exportações de café, açúcar, algodão, madeira e, mais recentemente, soja, foi também o epicentro do movimento proprietário, que se expressou em organizações de direita como o *Comité Cívico de Santa Cruz* e a *Unión Juvenil Cruceñista* - ativas no golpe de 2019.

Para a agricultura, Evo Morales apresentou uma plataforma que contemplava três setores de uma “economia plural”: a agroexportação; a agricultura familiar; e as comunidades camponesas-indígena.⁶³ Em 2006, o governo aprovou uma lei de regulamentação agrária (lei 3545), que anunciava distribuição de terras para agricultura familiar e titulação formal de territórios comunitários. Na Assembleia Constituinte de 2007, cinco movimentos camponeses e indígenas foram cruciais para sustentação popular do governo, sob a égide do pacto que o elegeu: a CIDOB (*Confederación de Pueblos Indígenas de Bolívia*); o CONAMAQ (*Consejo Nacional de*

⁶² *Ibidem*. p. 179.

⁶³ WEBBER, Jeffery B. Evo Morales, el “transformismo” y la consolidación del capitalismo agrario en Bolivia. In: KAY, Cristóbal; VERGARA-CAMUS, Leandro (ed.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina. Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 196.

Ayllus e Markas de Qullasuyu); a CSUTCB (*Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia*); a CNMCIQB-BS (*Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia "Bartolina Sisa"*) e a CSCIB (*Confederación Sindical de Comunidades Interculturales de Bolivia*).

Nesse sentido, propostas que se consolidaram no novo texto constitucional, como as autonomias territoriais comunitárias (que já existiam) e a plurinacionalidade, foram interpretadas como resultado da ascensão indianista-camponesa. O preâmbulo da Constituição invertia a narrativa dos vencedores: "Povoamos esta sagrada Mãe Terra com rostos diferentes e compreendemos desde então a pluralidade vigente de todas as coisas e nossa diversidade como seres e culturas".⁶⁴

No artigo 315, a constituição do novo Estado Plurinacional estabeleceu que empresas agropecuárias criadas posteriormente à lei, não poderiam ter mais do que 5 mil hectares por sócio - no entanto, não determinou um limite de sócios por empresa. Já o artigo 398 proibiu o latifúndio e a dupla titulação, definindo aquele com quatro categorias: (a) "propriedade improdutiva"; (b) "terra que não cumpre a função econômica e social"; (c) a propriedade onde se aplica "servidão, semiescravidão ou escravidão"; e (d) que supera o tamanho máximo estabelecido (Bolívia, 2009). Apesar disso, no decorrer do governo Morales, "a desigualdade da estrutura de classes rurais da Bolívia permaneceu praticamente intacta".⁶⁵

A transformação rural do *proceso de cambio* boliviano se baseou na regulamentação fundiária e não na mudança da estrutura de propriedades. Entre 2007 e 2011, 11,7 milhões de hectares foram "saneados e titulados", correspondendo a 11% da meta do governo. A principal novidade foi o aumento da titulação de Terras Comunitárias de Origem (TCO), correspondente a 64% da superfície saneada. O problema era que as comunidades já ocupavam aqueles territórios, ou seja, receberam documentos novos, mas sem redistribuição. Assim como ocorreu no INCRA sob o governo Lula⁶⁶, o Instituto Nacional de Reforma

⁶⁴ BOLÍVIA. **Constitución Política de Estado**, 07/02/2009. Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/constitucion_bolivia.pdf Acesso em 30/06/2020.

⁶⁵ WEBBER, Jeffery B. *Op. Cit.*, p. 201.

⁶⁶ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur, 2007.

Agrária da Bolívia registrou dados de terras “saneadas” e redistribuídas sem distinção, gerando estatísticas ilusórias de um processo menos transformador do que aparentava. Na realidade, apenas 26% das terras saneadas entre 2007 e 2011 correspondiam a redistribuições novas e, dentre estas, 79% eram terras estatais de baixa fertilidade. Na conta final, apenas 7% das terras “saneadas” (770 mil hectares) vieram de latifúndios improdutivos proibidos pela Constituição.⁶⁷

Paralelamente, entre 2007 e 2011, os cultivos agroindustriais cresceram de 70% a 80% do valor total da produção, sobretudo em decorrência da soja, que se expandiu em 40%, e da cana de açúcar, que cresceu 36%. A Bolívia de Evo Morales tornou-se uma fronteira agrícola para transnacionais da soja. Em 2013, o grão já ocupava 35% das terras cultivadas no país, com cinco empresas exportadoras que controlavam 90% do mercado, incluindo a Cargill Bolívia.⁶⁸

A relação de Morales com o agronegócio se estabilizou a partir de 2010, quando o presidente passou a se reunir com a Confederação de Empresários Privados de Bolívia, a Associação de Produtores de Oleaginosas e Trigo (ANAPO) e a Câmara Agropecuária do Oriente (CAO). A diretriz do governo era intensificar a exportação primária, inclusive o agronegócio, o que se evidenciou no conflito em torno do *Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécure* (TIPNIS), aflorado em 2011. Foi um ponto de inflexão que consolidou o sentido extrativista do governo Morales, enquanto sua base camponesa e indígena se fraturou: CIDOB e CONAMAQ foram divididas e suas sedes ocupadas por setores governistas. O governo criou uma central alternativa (*Consejo Indígena del Sur*, Conisur) para fazer contramarchas. Dissidências passaram a ser difamadas e criminalizadas, enquanto organizações que apoiavam o governo recebiam recursos. Campanhas de deslegitimação acusavam movimentos independentes de serem financiados por ONGs estrangeiras. Em 2013, a sede da CONAMAQ foi invadida por integrantes do MAS e suas lideranças, destituídas.⁶⁹

Na segunda etapa do governo, agora aliado explicitamente ao agronegócio, a chamada “reforma agrária” prosseguiu como saneamento, sem alterar estruturas e

⁶⁷ WEBBER, Jeffery B. *Op. Cit.*, p. 203.

⁶⁸ WEBBER, Jeffery B. *Op. Cit.*, p. 211.

⁶⁹ SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. *Op. Cit.*

com menos entregas para comunidades.⁷⁰ Entre 2010 e 2014, 16 milhões de hectares foram saneados, sendo 44% para TCO (a maior parte em territórios já ocupados), 27% a comunidades camponesas e interculturais (majoritariamente das terras altas, já que o agronegócio predomina nas terras baixas) e 14% para média e pequena propriedade privada (concentrada no Chapare). É preciso atentar, porém, para a relação de superfície por beneficiário: enquanto as TCO obtiveram 48 hectares/beneficiário e as propriedades camponesas 16 hectares/beneficiário, as médias propriedades receberam 996 e o agronegócio, que também ganhou títulos novos, 3.763 hectares/beneficiário.⁷¹ A qualidade da terra também foi desigual: médios e grandes permaneceram com as terras mais férteis do país.

Em Santa Cruz, 46% dos 3,6 milhões de hectares titulados se destinaram ao agronegócio, enquanto apenas 3,8% correspondeu à TCO, 8,8% às comunidades camponesas, 16,9% às pequenas propriedades e 15% às médias. A partir da aproximação de Morales com o agronegócio, em 2010, entre 2 e 3 milhões de hectares ao ano foram saneados para grandes empresas: “a terra mais valiosa do país continuará sendo controlada por um pequeno grupo de capitalistas agroindustriais, às expensas da maioria sem terra ou com pouca terra”.⁷² Enquanto isso, as importações alimentares cresceram de 227 milhões de dólares em 2005 para 723 milhões em 2014. Na rota contrária à da soberania alimentar, a Bolívia passou a importar hortaliças, frutas e até batatas do Peru, um patrimônio andino.

Em resumo, por um lado, setores camponeses e indígenas tiveram assegurado o direito à propriedade devido aos novos títulos, mas por outro, não se alterou a estrutura de concentração das propriedades agrárias. O agronegócio foi um aliado estratégico de Evo Morales desde 2010 até a sua queda em 2019.

Uruguai

O campo uruguaio sofreu uma profunda transformação no século XXI. A difusão de multinacionais foi acompanhada pelo aumento da concentração fundiária, do preço da terra e da pressão sobre os recursos naturais, marginalizando

⁷⁰ ALMARÁZ, Alejandro. La frustración agraria. **Página Siete**, La Paz, abril/ 2015, p. 23.

⁷¹ WEBBER, Jeffery B. *Op. Cit.*, p. 208.

⁷² WEBBER, Jeffery B. *Op. Cit.*, p. 210.

a pequena produção. Francisco Mujica, quando ministro da agricultura de Tabaré Vázquez, reivindicou um “agro inteligente”. Ao final deste governo, o Censo Agropecuário do Uruguai de 2011 indicava que a estrutura agrária do país seguia concentrada como antes: 55% das propriedades (com até 100 hectares) controlavam somente 4,6% da terra, enquanto 9,2% das propriedades (maiores que 1000 hectares) detinham 61% das terras (Uruguai, 2011). Dez anos antes, em 2000, os proprietários com até 100 hectares detinham 5% da terra e os *estancieros* com mais de 1000 hectares, detinham 59% (Uruguai, 2000). Entre 2000 e 2011, mais de 12.000 unidades produtivas desapareceram, em sua maioria de produção familiar, com área inferior a 100 hectares.⁷³

Por outro lado, a soja transgênica, liberada em 1996, se expandiu a uma velocidade extraordinária, passando de 10 mil hectares em 2000, a 859.000 hectares na safra de 2009. Atualmente, ultrapassaram a marca de 1 milhão de hectares, ou seja: quase 80% da terra cultivada é destinada à soja⁷⁴. Trigo, cevada e arroz, setor dominado por brasileiros, também cresceram. No conjunto, a área agrícola do país triplicou em dez anos, e em 2017, 61% dos 8 milhões de hectares comercializáveis estavam em mãos de sociedades anônimas estrangeiras, que comandam inclusive a exportação de carne. Somando as atividades agropecuárias e agroindustriais, em 2013 o setor gerou quase 25% do PIB e respondeu por 69% do total exportado.⁷⁵

No entanto, a estrela do extrativismo uruguaio é a celulose. Assim como a soja, sua produção no século XX foi insignificante, mas atualmente, há mais de um milhão de hectares de árvores, dos quais quase a metade é controlado por transnacionais. Entre 2005 e 2020, a soja e a celulose somadas destituíram 2 milhões de hectares da pecuária extensiva. Em 2018, pela primeira vez, a exportação de celulose superou as exportações de carne, ambas dominadas por empresas

⁷³ CASTRO, Diego; SANTOS, Carlos. Rasgos de la lógica estatal en la hegemonía progresista uruguaya. In: OUVIÑA, Hérrnán; THWAITES, Mabel (Comp.). **Estado en disputa. Auge y fractura del ciclo de impugnación al neoliberalismo en América Latina**. Buenos Aires: El colectivo, 2018. p. 121-139.

⁷⁴ AHARONIAN, Anahit; CÉSPEDES, Carlos; PICCINI, Claudia; PIÑEIRO, Gustavo. Cambio de uso del suelo, impactos en los recursos hídricos... ¿un proceso de (des)integración regional? Observaciones desde Uruguay. In: CASTRO, J.E.; KOHAN, G.; POMA, A.; RUGGERIO, C (ed.). **Territorialidades del agua: conocimiento y acción para construir el futuro que queremos**. 1. ed. Buenos Aires: CICCUS/Waterlat-Gobacit, 2019. p. 259-286.

⁷⁵ MAÑAN, 2018, p. 82.

estrangeiras.⁷⁶ Como em outros países, o excedente gerado viabilizou o aumento do gasto público geral em 52%, produzindo uma queda da situação de pobreza de 29% a 6,8% da população.⁷⁷

No entanto, diferente de outros países da região, a expansão do agronegócio e do extrativismo florestal ancorados no capital estrangeiro gerou poucos conflitos, em um país em que apenas 6% da população vive no campo e o movimento camponês não encontrou o dinamismo das lutas dos países vizinhos do Cone Sul. Somente uma organização do Uruguai se vincula à Via Campesina, a *Red de Grupos de Mujeres Rurales de Uruguay*. Entre os pequenos produtores, 61% se dedicam à pecuária de corte; 8% cultiva hortaliças, leite e criam ovelhas em pequena escala. Mais da metade destes possui menos de 50 hectares. Historicamente, produtores familiares se organizam na secular *Comisión Nacional de Fomento Rural* (CNFR), de tradição gremial, distante do espectro da Via Campesina.⁷⁸

Em 2011, existiam somente 69 mil assalariados rurais em todo país, correspondendo a 65% da força de trabalho rural. Esse setor foi diretamente beneficiado pelos governos *frenteampelistas*, já que o salário mínimo nacional foi duplicado em 2005 e, pela primeira vez, direitos trabalhistas foram estendidos ao campo: jornada de oito horas, descanso semanal remunerado, seguridade social e proteção em caso de doença. Foi criada uma Unidade de Emprego Rural dentro do Ministério do Trabalho, responsável por efetivar essas mudanças, que visavam eliminar a jornada de sol a sol e os desmandos de capatazes dos *estancieros*. O primeiro governo Vázquez beneficiou 13 mil produtores da agricultura familiar entre 2005 e 2010, com créditos, assistência técnica e capacitação. Uma política de microcrédito alcançou 10 mil camponeses, com até 30 mil pesos/ano. Além disso, entre 2005 e 2015, o Instituto Nacional de Colonização distribuiu 90 mil hectares para 5100 colonos, totalizando cerca de 20 mil pessoas. No entanto, essa

⁷⁶ARTACKER, Tamara. El aparato del desarrollo en las políticas agrarias progresistas. Una crítica desde el postdesarrollo a las políticas públicas de los gobiernos Correa en Ecuador y Mujica en Uruguay. **Ecuador Debate. Devenires actuales de los extractivismos**, Quito: CAAP, n. 105, p. 69-90, dez. 2018.

⁷⁷PIÑEIRO, Diego; CARDEILLAC, Joaquín. *Op. Cit.*, p. 264.

⁷⁸PIÑEIRO, Diego; CARDEILLAC, Joaquín. *Op. Cit.*, p. 267.

distribuição não partiu de um processo expropriatório, correspondendo às terras marginais ou públicas.⁷⁹

Em resumo, “a política agrária da Frente Ampla não avançou em uma regulação mais firme dos agronegócios e do capital financeiro e não pode evitar a diminuição da produção familiar, ainda que tenha obtido maior proteção e empoderamento (...) de assalariados rurais”.⁸⁰

Paraguai

Diferentemente do Uruguai, o Paraguai possui uma história de lutas camponesas, ocupações e movimentos indígenas mais radicalizados, além de uma população rural que, em 2016, abarcava 38% do total do país. Isso não o impediu de ser um dos países com a maior concentração fundiária da América Latina. Em 2008, 83% das propriedades (até 20 hectares) ocupavam 4,3% da superfície agrícola, enquanto 1,6% das propriedades (com mais de 1000 hectares, dispunham de 79% da terra⁸¹. Nos anos 1990, movimentos camponeses e indígenas paraguaios se articularam na *Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas* (MCNOC), com 22 organizações regionais e departamentais e cinco nacionais: a *Federación Nacional Campesina* (FNC); a *Organización de Lucha por la Tierra* (OLT); o *Movimiento Campesino Paraguayo* (MCP), a *Organización Nacional Campesina* (ONAC) e a *Unión Nacional de Campesinos* (UNC)⁸². Mas a MCNOC rachou em 1998 e o movimento se fragmentou.

Em 2008, alguns segmentos camponeses apoiaram a candidatura de Fernando Lugo, mas outros de maior peso, como a FNC, chamaram o voto em branco, descrentes da *Alianza Patriótica para el Cambio* - em que o “Bispo dos Pobres”, como era conhecido Lugo, se juntava a partidos liberais em nome do fim de seis décadas de governo do Partido Colorado. Em 2009, o apoio camponês a Lugo se organizou

⁷⁹ PIÑEIRO, Diego; CARDEILLAC, Joaquín. *Op. Cit.*, p. 273.

⁸⁰ PIÑEIRO, Diego; CARDEILLAC, Joaquín. *Op. Cit.*, p. 280.

⁸¹ FAO, *Op. Cit.*

⁸² EZQUERRO-CAÑETE, Arturo; FOGEL, Ramón. Un golpe anunciado. Fernando Lugo y la promesa perdida de la reforma agraria en Paraguay. In: KAY, Cristóbal; VERGARA-CAMUS, Leandro (ed.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina. Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 99.

no *Espacio Popular Unitario*, uma articulação de luta pela reforma agrária⁸³. No entanto, a aliança governista era minoritária no congresso e só cinco deputados eram do grupo de esquerda que, em 2010, deu origem à Frente Guasú.

Apesar da promessa de que faria a reforma agrária, o governo intensificou a repressão no campo: entre 2008 e 2010, houve 12.650 camponeses desalojados de ocupações, 1.148 camponeses presos e 334 condenados penalmente. Nesse contexto conflitivo, surgiu em 2010 a Liga Nacional de Carperos (LNC), que promoveu uma campanha de ocupações na fronteira oriental do país, de Itapuá e Alto Paraná, zonas conhecidas pelas “tierras mal habidas”, ou seja: entregues ilegalmente pela ditadura Stroessner a latifundiários, que muitas vezes as revenderam a brasileiros. A LNC alegava que as terras da fronteira não poderiam pertencer a estrangeiros, amparados por uma lei vigente desde 2005.⁸⁴

Visando avançar uma política agrária, Lugo criou a Coordenadora Executiva pela Reforma Agrária (CEPRA) e anunciou que o *Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra* (INDERT), criado em 2004, atuaria para regularizar “tierras mal habidas”, base material de redes de clientelismo político e lavagem de dinheiro por meio de terras. No entanto, os fundos para essa política foram obstruídos pelo congresso, que sabotou a estrutura orçamentária do governo e eliminou uma série de impostos centrais, dilapidando a arrecadação. Por isso, segundo Ezquerro-Cañete & Fogel⁸⁵, Lugo sequer conseguiu ser neodesenvolvimentista, não apenas pela correlação de forças desfavorável no Congresso, mas também porque a oposição inviabilizou um orçamento mínimo para expandir programas sociais para o campesinato.

Quando Lugo tentou aprovar um imposto de 6% sobre as exportações de grãos, foi derrotado pelo Congresso. Neste contexto, ao contrário dos outros progressismos, o presidente reduziu investimentos públicos na agricultura familiar. Enquanto isso a soja, que representou 50% das exportações totais do Paraguai entre 2000 e 2008, se expandiu segundo uma lógica de “acumulação por fumigação”. Entretanto, os proprietários reunidos na Associação Rural Paraguaia e da

⁸³ *Ibidem*.

⁸⁴ *Ibidem*. p. 103.

⁸⁵ *Ibidem*.

Associação de Produtores de Soja (com 50 mil brasiguaios), adotaram uma postura agressiva, envolvendo ação direta, tratorações e ameaças. Lugo foi acusado de vínculos com uma obscura guerrilha, que na realidade, parece ser uma organização paramilitar alimentada pelo latifúndio, o *Ejercito del Pueblo Paraguayo* (EPP)⁸⁶. O poder do lobby brasiguai, que mobilizou inclusive a diplomacia brasileira, também atuou na queda de Lugo em 2012, na esteira de dois conflitos rurais. O primeiro, em Ñacunday, envolveu a ocupação de uma propriedade de 157 mil hectares do Grupo Favero, do brasiguai Tranquilo Favero, conhecido como “Rei da Soja”. Em 2009, o INDERT investigou que 55 mil hectares daquela propriedade foram ilegalmente obtidos em 1999 e os “carperos” do LNC ocuparam a terra. Com a ocupação, o INDERT anunciou que faria medições técnicas para determinar a correta recuperação e legalização de títulos. Quando os proprietários se organizaram para impedir que isso ocorresse e os funcionários do INDERT recorreram ao exército. Entretanto, a ação política dos sojeiros, reforçada pela pressão diplomática brasileira, levou o governo Lugo a retroceder.

No ano seguinte, em 2012, ocorreu a operação militar que desencadeou o golpe. Em 15 de junho, 324 policiais desalojaram cerca de 60 camponeses que ocupavam terras passíveis de desapropriação, mas reivindicadas por um senador colorado em Curuguaty. A operação resultou em um massacre, em que seis policiais e onze camponeses foram mortos. Poucos dias depois, no dia 21 de junho, Lugo sofreu um impeachment no qual teve 24 horas para se defender de uma acusação sem provas, alegando-se um impreciso “conhecimento notório”. O vice-presidente liberal Federico Franco apoiou o golpe, e governou por 14 meses.

A experiência de Lugo demonstra que o domínio da oligarquia rural, reforçado durante a ditadura Stroessner, se atualizou no contexto da expansão do agronegócio da soja protagonizado por brasiguaios, bloqueando qualquer tentativa de democratizar o acesso à terra, por modesta que seja.

Equador

⁸⁶ SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. *Op. Cit.*

Em sua campanha presidencial em 2006, Rafael Correa e sua articulação Alianza Pais prometeram uma “revolução agrária”, consolidando o apoio de movimentos camponeses e indígenas da Mesa Agraria.⁸⁷ Em 2009, seu governo elaborou um *Plan Tierras*, no qual se identificou cerca de meio milhão de produtores familiares sem-terra e um número ainda maior de famílias com acesso precário à terra. Em uma realidade em que a concentração agrária medida pelo índice GINI roçava 0,8, o *Plan del Buen Vivir* propunha reduzi-la até 2013 a 0,61, o que envolvia a transferência de 2,5 milhões de hectares aos trabalhadores rurais por três vias: a distribuição de 69 mil hectares de terras públicas; a criação de um fundo nacional de terras previsto na Constituição (artigo 282) para a compra e expropriação de terras; e a compra de terras improdutivas por não cumprirem sua função social. O *Plan Tierras* foi acompanhado de outros programas visando formalizar propriedades indocumentadas, incluindo terras comunais de organizações indígenas e camponesas.⁸⁸

No entanto, em 2013, 5% dos proprietários concentravam 52% das terras agrícolas, enquanto 60% dos pequenos proprietários respondia por 6,4% das terras. Embora o governo tenha aumentado o investimento público no campo, as políticas implementadas não correspondiam às noções de soberania alimentar e de Bem-Viver, que foram retoricamente abraçadas pelo correísmo. É ilustrativo desta tendência que mais de 50% do investimento público entre 2008 e 2013 concentrou-se em transporte e estradas que beneficiam o setor exportador. Enquanto isso, o investimento em irrigação e manejo de águas, fundamental para a economia camponesa, reduziu-se de 7,5% para menos de 2,5%.⁸⁹

Coerente com seu enfoque “neodesenvolvimentista”, a prática governamental objetivou melhorar a produtividade no campo por meio de tecnologias agrícolas convencionais, fomentando a agroindústria orientada à

⁸⁷ Confederación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras (FENOCIN); Federación de Campesinos e Indígenas Libres del Ecuador (FENACLE); Confederación Nacional del Seguro Social Campesino (CONFEUNASSC); Coordinadora Nacional Campesina Eloy Alfaro (CNC-EA); Confederación Kichwa del Ecuador (ECUARUNARI).

⁸⁸ OSPINA PERALTA et al. **Promesas en su laberinto. Cambios y continuidades en los gobiernos progresistas de América Latina**. La Paz: Cedla, 2013.

⁸⁹ MUÑOZ JARAMILLO, Francisco (ed.). **Balance crítico del gobierno de Rafael Correa**. Quito: Universidad Central de Ecuador, 2014.

exportação⁹⁰. Assim, investiu na eficiência de pequenos e médios produtores, concebidos como um elo em cadeias de valor agroindustriais frequentemente comandadas por capitais transnacionais, para exportar produtos tradicionais (como cacau e banana) ou recentes (como a palma africana) – todas culturas que implicam no uso do glifosato. Neste processo, se acentuaram laços de dependência dos camponeses em relação às transnacionais, que fornecem insumos (como sementes e agrotóxicos), acesso aos mercados, subcontratos entre outras vias.⁹¹

Portanto, a Revolução Cidadã abandonou a proposta original de distribuição de terras, enquanto Correa argumentava que “a pequena propriedade rural vai contra a eficiência produtiva e a redução da pobreza” e que “dividir uma propriedade grande em muitas pequenas é dividir a pobreza”.⁹² Ao mesmo tempo, a expansão do agronegócio intensificou a proletarização rural, sobretudo no altiplano, em decorrência da exportação de vegetais como brócolis e de flores, retratados pelo governo como modelos de uma suposta “mudança de matriz produtiva”. Em muitos casos, modificou-se a natureza do vínculo com a terra, que passa a ser vista como uma retaguarda para a sobrevivência de trabalhadores, cujo sustento não mais advém primariamente da terra em que vive.

Apesar da agenda da soberania alimentar haver sido plasmada à Constituição de 2008, em decorrência da atuação da *Mesa Agraria* e do protagonismo da *Confederación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras* (FENOCIN, Via Campesina) no apoio a Correa, o pacto do governo com o agronegócio e a falência de seu plano distributivo geraram contradições com os movimentos do campo. A *Confederación Nacional de Nacionalidades Indígenas del Ecuador* (CONAIE), que se manteve independente e sequer havia apoiado Correa nas eleições

⁹⁰ CLARK, Patrick. Neodesarrollismo y una “vía campesina” para el desarrollo rural: Proyectos divergentes en la revolución ciudadana ecuatoriana. In: KAY, Cristóbal; VERGARA-CAMUS, Leandro (ed.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina. Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 223-258.

⁹¹ HOUTART, François. El desafío de la agricultura campesina para Ecuador. In: CUVI, Juan (org.). **La restauración conservadora del correísmo**. Quito: Montecristi Vive, 2014.

⁹² MARTÍNEZ, L. Agribusiness, Peasant Agriculture and Labour Markets: Ecuador in Comparative Perspective. **Journal of Agrarian Change**, v. 4, n. 17, p. 680-693, 2017. Correa: 2011, apud Cuvi, 2013, 13.

de 2006 (com candidato próprio de seu partido Pachakutik), acirrou a oposição e os conflitos entre governo e indígenas foram constantes desde 2009.⁹³

O governo se propunha à integração da agricultura familiar às cadeias mercantis, tornando-os “cada vez menos camponeses e cada vez mais, pequenos produtores capitalistas”, o que também impactava as lutas sociais. Na costa, onde a sujeição ao mercado de commodities é mais acentuada, as lutas se orientaram a viabilizar a integração capitalista do pequeno produtor, enquanto na serra, muitos reivindicavam terra e apoio para uma produção de subsistência em moldes agroecológicos, que complementasse a renda de um campesinato proletarizado. Este quadro colocou novos desafios para as organizações camponesas que, como em outros casos, navegaram entre a oposição e a institucionalização. Em 2009, o governo lançou a *Conferencia Plurinacional e Intercultural de Soberanía Alimentaria* (Copisa), uma iniciativa que integrava organizações sociais para “gerar um processo de amplo debate para construir propostas de leis, políticas e programas em função da soberania alimentar”. Na prática, porém, foi uma ferramenta de autolegitimação do governo, que não desenvolveu um processo de democracia participativa.⁹⁴

A impermeabilidade da “Revolução Cidadã” à participação popular autônoma foi evidenciada no debate em torno da iniciativa Yasuní ITT, que explicitou as contradições entre o extrativismo e o preceito constitucional do Sumak Kawsay. Em poucas palavras, esta iniciativa propunha manter inexplorado um potencial de 850 milhões de barris de petróleo, que ocupa cerca de 200 mil hectares de floresta tropical no Parque Nacional Yasuní, em troca de um aporte estimado em 350 milhões de dólares ao ano, ao longo de dez anos, a ser realizado pela comunidade internacional. Este dinheiro seria administrado por uma comissão fiscalizada pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), para ser investido em programas sociais, energia renovável ou reflorestamento.

A iniciativa foi tratada de modo contraditório por Correa desde o lançamento. O governo assinou um protocolo com o PNUD em 2010, mas os defensores da

⁹³ CLARK, Patrick. *Op. Cit.*; SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. *Op. Cit.*

⁹⁴ HENDERSON, Thomas Paul. State-peasant movement relations and the politics of food sovereignty in Mexico and Ecuador. *The Journal of Peasant Studies*, v. 44, n. 1, p. 33-55, 2017.

proposta já temiam que se tratasse de um jogo de cena.⁹⁵ Quando este cenário se concretizou em 2013, o movimento *Yasunidos* propôs um referendo nacional para decidir a questão. O presidente retrucou: “se querem uma consulta, não sejam vagabundos, recolham as assinaturas se tem tanto apoio”.⁹⁶ Meses depois, os “vagabundos” entregaram um número de assinaturas superior ao necessário, mas o referendo nunca foi realizado, pretextando problemas nas assinaturas. Quando isso aconteceu, já estava claro que o Alianza País resolveria a contradição entre extrativismo e bem viver apoiando o primeiro, e enfrentando o segundo.

Considerações finais

O “consenso do glifosato” foi um marco comum das políticas agrárias dos governos progressistas, que encararam o agronegócio como aliado estratégico na geração de excedentes para financiar sua agenda social, com destaque para programas de transferência de renda condicionada no campo. Alguns setores dos movimentos camponeses latino-americanos se associaram a estes governos, a despeito das suas contradições. Em muitos casos, vislumbraram-se caminhos para acessar recursos públicos e direcioná-los às suas demandas, mas por outro lado, os movimentos se defrontaram com governos que reforçaram a matriz oligárquico-rural dos Estados que comandaram, bloqueando qualquer mudança estrutural.

Embora frequentemente embalado em uma retórica de inspiração desenvolvimentista, a aliança do progressismo com o agronegócio se deu em termos distintos do passado. O paradigma nacional-desenvolvimentista, que encontrou formulação lapidar no ideário cepalino do pós-Segunda Guerra, entendia a exportação primária como fonte de divisas para financiar processos de industrialização em base nacional, uma via necessária para superar o subdesenvolvimento na América Latina. Neste quadro, a reforma agrária era percebida como uma dimensão incontornável do processo de formação da nação: uma condição para a integração da população através do trabalho, apontando para a elevação dos salários urbanos e rurais, e a consolidação de mercados internos

⁹⁵ ACOSTA, Alberto. La firma del fideicomiso para la Iniciativa Yasuní-ITT, **Viento Sur**, 03/08/2010.

⁹⁶ EL UNIVERSO, **Presidente Rafael Correa reta grupos opositores a reunir firmas para consulta sobre Yasuní**, 17/08/2013.

robustos que, por sua vez, se articulariam regionalmente. Ao assentar as bases para o que Celso Furtado descreveu como um sistema econômico nacional (ou regional), estas transformações indicavam a possibilidade de conciliar desenvolvimento e capitalismo na periferia, superando o subdesenvolvimento em todas as suas dimensões.

Entretanto, diante da crise estrutural do capitalismo a partir dos anos 1970, a ideia de desenvolvimento perde seu chão histórico. Parafraseando Roberto Schwarz, o desenvolvimentismo no século XXI se tornou uma ideia fora do lugar. Nesta quadra histórica, a exportação primária deixou de ser vista como mal necessário e provisório visando a industrialização nacional. O extrativismo se tornou um fim em si, a reforma agrária sumiu do horizonte e, com ela, a perspectiva de uma integração social mediada pelo trabalho. Na aliança do progressismo com o agronegócio, a reforma agrária tornou-se um dispositivo retórico para nomear processos de regularização e saneamento fundiário que, em nenhum país, modificou a concentração da propriedade. Assim, a modalidade extrativista de uma “agricultura sem agricultores”, característica do consenso do glifosato, se combinou às políticas neoliberais de mitigação social. O remédio para a massa de excluídos do campo tornou-se a assistência monetária pontual, em um contexto em que a cidadania salarial recua em todo o mundo. Em outras palavras, a política agrária progressista engendrou simulacros de inclusão no campo via expansão monetária, facilitados no contexto de alta do preço das commodities, na mesma medida em que expandia estruturalmente os territórios da acumulação por espoliação ou fumigação. Como no passado se cogitou a pedra filosofal de um “desenvolvimento industrial dependente”, o progressismo perseguiu, no século XXI, a alquimia de um “neoliberalismo agrário inclusivo”, na expectativa de forjar nações.

No entanto, o impulso induzido pelo afluxo de dinheiro se desdobra na concorrência de todos contra todos, dissolvendo a solidariedade comunitária também nos territórios rurais. Os processos agrários desencadeados pela onda progressista, a despeito da retórica antineoliberal, resultaram no reforço da razão neoliberal, em que as relações entre indivíduos são reduzidas à mecanismos de premiação e punição monetária. O consenso do glifosato e o “neoliberalismo inclusivo” aprofundaram a mercantilização da vida, na cidade como no campo: em

uma realidade em que as relações sociais são cada vez mais mediadas pelo dinheiro, cresce o consumo de alimentos ultraprocessados, enquanto laços comunitários são fragilizados e a reprodução da vida é contaminada por substâncias tóxicas. Em suma, mesmo enquanto prosperou, o desenvolvimento progressista se revelou regressivo.

No século XXI, o progressismo abandonou as pretensões de soberania e integração pelo trabalho que outrora balizaram projetos nacionais: restou a espoliação. Nessa chave, a questão social se reduziu à inclusão pelo mercado, enquanto a reforma agrária se transfigurou em gestão da pobreza. No campo, o saldo foi um continente mais amarrado às transnacionais de sementes transgênicas e agrotóxicos, aprofundando a dessocialização nos territórios e a degradação ambiental. Talvez seja essa afinal, a cara do progresso que se identifica com a lógica cega e predatória do capital na América Latina contemporânea.

Referências bibliográficas

ACOSTA, Alberto. La firma del fideicomiso para la Iniciativa Yasuní-ITT. **Viento Sur**, 03/08/2010.

ALMARÁZ, Alejandro. La frustración agraria. **Página Siete**, La Paz, abr. 2015.

AHARONIAN, Anahit; CÉSPEDES, Carlos; PICCINI, Claudia; PIÑEIRO, Gustavo. Cambio de uso del suelo, impactos en los recursos hídricos... ¿un proceso de (des)integración regional? Observaciones desde Uruguay. *In*: CASTRO, J.E.; KOHAN, G.; POMA, A.; RUGGERIO, C (ed.). **Territorialidades del agua: conocimiento y acción para construir el futuro que queremos**. 1. ed. Buenos Aires: CICCUS/Waterlat-Gobacit, 2019.

ARTACKER, Tamara. El aparato del desarrollo en las políticas agrarias progresistas. Una crítica desde el postdesarrollo a las políticas públicas de los gobiernos Correa en Ecuador y Mujica en Uruguay. **Ecuador Debate. Devenires actuales de los extractivismos**, Quito: CAAP, n. 105, p. 69-90, dez. 2018.

BARTRA, Armando. Campesindios. Aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. **Revista Memoria**, La Paz, n. 248, p. 5-13, 2010.

CASTRO, Diego; SANTOS, Carlos. Rasgos de la lógica estatal en la hegemonía progresista uruguaya. *In*: OUVIÑA, Hérnán; THWAITES, Mabel (comp.). **Estado en disputa. Auge y fractura del ciclo de impugnación al neoliberalismo en América Latina**. Buenos Aires: El colectivo, 2018. p. 121-139.

CLARK, Patrick. Neodesarrollismo y una “vía campesina” para el desarrollo rural: Proyectos divergentes en la revolución ciudadana ecuatoriana. *In*: KAY, Cristóbal; VERGARA-CAMUS, Leandro (ed.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina. Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 223-258.

CUVI, Juan (org.). **La restauración conservadora del correísmo**. Quito: Montecristi Vive, 2014.

EZQUERRO-CAÑETE, Arturo; FOGEL, Ramón. Un golpe anunciado. Fernando Lugo y la promesa perdida de la reforma agraria en Paraguay. *In*: KAY, Cristóbal; VERGARA-CAMUS, Leandro (ed.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina. Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 89-118.

FELDMANN; Daniel; SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **O médico e o monstro**. 2020. (no prelo)

FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Celso Furtado, 2008.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GIRARDI, Eduardo P. **Leitura desconstrucionista do mapa. Cartografia Crítica. Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: FAPESP/UNESP/NERA.

HENDERSON, Thomas Paul. State-peasant movement relations and the politics of food sovereignty in Mexico and Ecuador. **The Journal of Peasant Studies**, v. 44, n. 1, p. 33-55, 2017.

HOUTART, François. El desafío de la agricultura campesina para Ecuador. *In*: CUVI, Juan (org.). **La restauración conservadora del correísmo**. Quito: Montecristi Vive, 2014.

KAY, Cristóbal. The Agrarian Question and the Neoliberal Rural Transformation in Latin America. **Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe**, v. 100, 50th Anniversary Special Issue: New Directions in Latin American and Caribbean Studies, p. 73-83, 2015.

KAY, Cristóbal; VERGARA-CAMUS, Leandro (ed.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina. Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

LAPEGNA, Pablo. La economía política del boom agro-exportador bajo los Kirchner: hegemonía y revolución pasiva en Argentina. *In*: KAY, Cristóbal; VERGARA-CAMUS, Leandro (ed.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América**

Latina. Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 155-188.

LOUREIRO, Isabel. Agronegócio, resistência e pragmatismo: as transformações do MST. *In*: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. **As contradições do lulismo.** São Paulo: Boitempo, 2016. p. 123-156.

MARTINEZ, Carlos; FOX, Michael; FARRELL, Jojo (ed.). **Venezuela Speaks! Voices from the Grassroots.** Oakland: PM Press, 2010.

MARTÍNEZ, L. Agribusiness, Peasant Agriculture and Labour Markets: Ecuador in Comparative Perspective. **Journal of Agrarian Change**, v. 4, n. 17, p. 680-693, 2017.

MIRANDA, Evaristo. **Áreas cultivadas no Brasil e no mundo.** Agroanalysis EMBRAPA, 2018.

MORENO, Camila. **O Brasil Made in China. Para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Fund. Rosa Luxemburgo, 2015.

MUÑOZ JARAMILLO, Francisco (ed.). **Balance crítico del gobierno de Rafael Correa.** Quito: Universidad Central de Ecuador, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH/Labur, 2007.

OSPINA PERALTA et al. **Promesas en su laberinto. Cambios y continuidades en los gobiernos progresistas de América Latina.** La Paz: Cedla, 2013.

PENGUE, Walter. La Republica Unida de la Soja. Concentración y poder basado en la monocultura de exportación. *In*: ATLAS del Agronegocio. Heinrich Böll Cono Sur / Rosa Luxemburgo / GEPAMA, 2018. p. 26-27.

PEÑAHERRERA COLINA, Luis. **Situación actual sobre el uso del glifosato en Ecuador.** INIA.10, 2013.

PIÑEIRO, Diego; CARDEILLAC, Joaquín. El Frente Amplio y la política agraria en Uruguay *In*: KAY, Cristóbal & VERGARA-CAMUS, Leandro (ed.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina. Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo.** 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 259-286.

PÓRFIDO, Osvaldo. **Los plaguicidas en la república de Argentina.** Buenos Aires: Departamento de Salud Ambiental/Ministerio de la Salud, 2014.

PURCELL, Thomas F. La economía política del capitalismo rentista y los límites de la transformación agraria en Venezuela. *In*: KAY, Cristóbal; VERGARA-CAMUS, Leandro (ed.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina.**

Campeños, agronegocio y neodesarrollismo. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 119-154.

ROJAS, Luis. **Actores del agronegocio en Paraguay.** Asunción: Base IS/ Diakonia, 2009.

RULLI, Javier (ed.). **Republicas unidas de la soya.** Córdoba: GRR, 2007.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Uma história da onda progressista Sul-Americana (1998-2016).** 2. ed. São Paulo: Elefante, 2019.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 244, 2013.

SVAMPA, Maristella. Extractivismo neodesarrollista y movimientos sociales: ¿Un giro ecoterritorial hacia nuevas alternativas? *In:* LANG, Mónica; MOKRANI, Dunia. **Más allá del desarrollo. Grupo Permanente de Trabajo Alternativas al Desarrollo.** México, D.F.: Fundación Rosa Luxemburgo, 2012. p. 185-218.

SVAMPA, Maristella; SLIPAK, Ariel. China en América Latina: Del Consenso de los Commodities al Consenso de Beijing. **Revista Ensamblés**, n.3, p. 34-63, 2015.

SOARES, R. C. O. O mercado da soja no Paraguai: expansão, consolidação e momento atual. **Revista do Desenvolvimento Regional** – Faccat. Taquara, RS, v. 16, n. 3, p. 211-231, 2019.

TEUBAL, Miguel. La lucha por la tierra en América Latina. *In:* GIARRACA, Norma; TEUBAL, Miguel (coord.). **La tierra es nuestra, tuya y de aquel...Las disputas por el territorio en América latina.** Argentina: Editorial Antropofagia, 2009. p. 205-230.

WEBBER, Jeffery B. Evo Morales, el “transformismo” y la consolidación del capitalismo agrario en Bolivia. *In:* KAY, Cristóbal; VERGARA-CAMUS, Leandro (ed.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina. Campeños, agronegocio y neodesarrollismo.** 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 189-222.

Bancos de Dados e Documentos Institucionais

ABRASCO, **Parecer Técnico sobre processo de reavaliação do ingrediente ativo de agrotóxico glifosato utilizado na agricultura e como produto domissanitário.** Associação Brasileira de Saúde Coletiva, Grupo Temático Saúde e Ambiente, 20/06/2019.

AENDA. **Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos.** Disponível em: <https://www.aenda.org.br/>

ARGENTINA. Instituto Nacional de Estadísticas y Censos de Argentina - INDEC. **Exportaciones por complejos exportadores (2016-2019)**. Disponível em: <https://www.indec.gob.ar/>. Acesso em 29/06/2020.

BASF. **Net Assets Report**. Disponível em: <https://www.basf.com/global/en/investors/calendar-and-publications/publication-finder.html>. Acesso em 30/06/2020.

BAYER. **Annual Reports**. Disponível em: <https://www.bayer.com/en/integrated-annual-reports.aspx>.

BOLÍVIA. IBCE. Instituto Boliviano do Comercio Exterior. **Cifras del Comercio Exterior Boliviano de 2015**. La Paz, 2016. Disponível em: <https://ibce.org.bo/>. Acesso em 29/06/2020.

BOLIVIA, INE, Instituto Nacional de Estadísticas. Disponível em: <https://www.ine.gob.bo/>.

BOLÍVIA. **Constitución Política de Estado**, 07/02/2009. Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/constitucion_bolivia.pdf. Acesso em 30/06/2020.

BRASIL. MAPA, Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **AGROStat**. Disponível em: <http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/>.

BRASIL. MDIC, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Estatísticas de Comércio Exterior, Balança Comercial Brasileira 1998-2020**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/>. Acesso em 30/06/2020.

BRASIL. IBGE, **Censo Agropecuário de 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em 29/06/2020.

CANEZ. **En honor a los caídos... Apoyemos la Ley de Tierras**. Disponível em: <https://lae.princeton.edu/catalog/a5b871f2-e012-4d6a-b6d8-45bf8ebb1ed2?locale=pt-BR..>

CEPAL (2010). **A hora da igualdade. Brechas por fechar, caminhos por abrir**. 33º período de sessões. Brasília. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2973/1/LCG2432_pt.pdf.

CEPAL, **Anuário Estadístico de América Latina y Caribe (2001-2017)**. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/ae>. Acesso em 29/06/2020.

CEPAL. **CEPALStat. Base de datos y publicaciones Estadísticas**. Disponível em: <https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Portada.html>. Acesso em 29/06/2020.

CEPAL. **América Latina e Caribe é região mais desigual do mundo, revela comissão da ONU**, 09/05/2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/america-latina-e-caribe-e-regiao-mais-desigual-do-mundo-revela-comissao-da-onu/>. Acesso em 29/06/2020.

DOW CHEMICAL. **Annual Reports**. Disponível em: <http://www.annualreports.com/Company/the-dow-chemical-company>. Acesso em 29/06/2020.

DUPONT. **Annual Reports**. Disponível em: <http://www.annualreports.com/Company/dupont>. Acesso em 29/06/2020.

EUROPEAN PARLIAMENT, **EU's Pesticide Risk Assessment System. The case of glyphosate**. Brussels: Economic and Scientific Policy Department. Study for the Environment, Public Health and Food Safety Committee, 2016.

FAO. **FAOStat**. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/>. Acesso em 29/06/2020.

SYNGENTA. **Annual Report**. Disponível em: <http://www.annualreports.com/Company/syngenta-ag>.

URUGUAI. CIU, Cámara de Industrias del Uruguay. **Informe Anual de Exportaciones de Bienes del Uruguay 2015**. Montevideo, 2016. Disponível em: <http://www.ciu.com.uy/>. Acesso em 29/06/2020.

URUGUAI. **Censos Generales Agropecuários 2011**. Disponível em: <https://www.gub.uy/ministerio-ganaderia-agricultura-pesca/datos-y-estadisticas/estadisticas/censo-general-agropecuario-2011>. Acesso em 29/06/2020.

URUGUAI. **Censos Generales Agropecuários 2000**. Disponível em: http://www.fao.org/fileadmin/templates/ess/documents/world_census_of_agriculture/main_results_by_country/Uruguay_2000.pdf. Acesso em 29/06/2020.

VENEZUELA. Instituto Nacional de Estadísticas (INE). Disponível em: <http://www.ine.gov.ve/>. Acesso em 29/06/2020.

Reportagens

FOUCART, Stéphane. Les « Monsanto Papers », à la base de la controverse sur le glyphosate. **Le Monde**, Paris, 11/08/2018.

SAGÁRNAGA, Rafael. Bolivia, un país adicto al polémico glifosato. **Los Tiempos**, Cochabamba, 24/09/2018.

ROCHA, Luana; BARBA, Mariana Della. Empresas estrangeiras 'desovam' no Brasil agrotóxico proibido em seus próprios países. **Agência Pública**, 19/12/2019.

EL UNIVERSO, **Presidente Rafael Correa reta grupos opositores a reunir firmas para consulta sobre Yasuní**, 17/08/2013.

Recebido: 30/07/2020
Aprovado: 11/11/2020



ARTIGOS LIVRES

GUERRA, CULTURA E LUDICIDADE: UM DIÁLOGO ENTRE CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE EM CLAUSEWITZ, KEEGAN E HUIZINGA.

Marcello José Gomes Loureiro¹
Pedro Henrique de Souza Ribeiro²

Resumo: Este artigo versa sobre a batalha de narrativas em torno da guerra, de sua conceituação, complexidade causal e dinâmica. Seu objetivo mais abrangente é identificar e analisar comparativamente os conceitos e significados de guerra presentes nas obras de Carl von Clausewitz, John Keegan e Johan Huizinga, sem descurar das diferentes historicidades em que se inscreveram. A análise guarda competência distintiva ao se afastar de uma abordagem vinculada a uma história militar tradicional, mais usual, para propor uma aproximação com aspectos afetos a um viés analítico cultural, a exemplo da sugestão de perquirir os sentidos atribuídos às noções de civilização, barbárie e cultura na pena desses autores. Uma das principais conclusões alcançadas, graças à adoção de um método comparativo, é a de que é necessário reverter a tendência cientificista (ou doutrinária) de apreender a teoria de Carl von Clausewitz como universalmente válida.

Palavras-chave: Carl von Clausewitz, John Keegan, Johan Huizinga.

WAR, CULTURE, AND THE PLAY-ELEMENT: A DIALOG BETWEEN CIVILISATION AND BARBARISM IN CLAUSEWITZ, KEEGAN AND HUIZINGA

Abstract: The present article addresses the battle of narratives concerning war; its conceptualisation, casual complexity and dynamics. This paper's wider goal is to identify and comparatively analyse the concepts and meanings of war as present in the works of Carl von Clausewitz, John Keegan and Johan Huizinga, without neglecting the different historical contexts to which they are ascribed. The analysis retains a distinctive competence insofar as it moves away from a slant attached to a traditional, more usual military history, in order to propose an approach endowed with aspects related to a cultural analytical point of view, as for instance the suggestion of inquiring into the purports attributed to the notions of civilisation, barbarism and culture as written by the aforementioned authors. One of the main conclusions that we have come to reach, due to the adoption of a comparative method, is that we must revert the scientific (or doctrinarian) viewpoint of apprehending Carl von Clausewitz's theory as one of universal validity.

Keywords: Carl von Clausewitz, John Keegan, Johan Huizinga.

I see you stand like greyhounds in the slips,
Straining upon the start. **The game's afoot:**
Follow your spirit, and upon this charge
Cry 'God for Harry, England, and Saint George!' ³ (grifo nosso)

¹ Universidade Federal Fluminense. Email: marcelloloureiro@yahoo.com.br

² Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Email: pedro.souza4029@gmail.com

³ SHAKESPEARE, Henrique V. Ato III, cena I.

"Vejo-os como galgos nas coleiras,

Retesando-se antes do começo (da corrida de cães). **O jogo (batalha) é iminente:**

Sigam seu espírito (sua coragem), e neste ataque,

Bradem 'Deus por Henrique, pela Inglaterra e por São Jorge!'" (Tradução livre).

Introdução: “o que é a guerra?”

Com esse questionamento, John Keegan, historiador militar britânico, introduziu o primeiro capítulo de sua obra *Uma história da guerra*, publicada em 1993.⁴ Questionar a natureza cognoscível da guerra tem sido reflexão instigante, como indica, por exemplo, a apresentação de uma destacável coletânea recente.⁵

Conceito polissêmico, que frequentemente demanda alguma adjetivação complementar (guerra mundial, civil, total, assimétrica, fria), muitas vezes teve sua reflexão banalizada em face da mera prática cotidiana. Os gregos, por exemplo, experimentaram frequentemente o confronto ou a guerra, ocasião aliás propícia para a consagração de seus heróis literários ou motor para o declínio de cidades, como Atenas. Mas nem mesmo no período clássico produziram tratados de guerra que procurassem explorar a fundo suas causas ou discutir sua dinâmica. Em que pese muito presente, tratava-se de um uma atividade rotineira, “como colher ou falar”.⁶ Platão limitou-se, em geral, a relacionar a guerra à questão das ambições humanas e à necessidade adstrita dos períodos de carestia; enquanto Aristóteles, que a vinculou recorrentemente à problemática da escravidão, considerava que o confronto bélico não oportunizava o desenvolvimento pleno das virtudes cívicas.⁷

Nem todos aqueles que se ocuparam da guerra, seja no plano das reflexões, seja nos campos de batalha, preocuparam-se em questionar ou parametrizar a essência do conflito e do confronto humanos. Maquiavel e Gustavo Adolfo, para não alongar a lista, escreveram “artes da guerra”, transformando suas experiências políticas ou militares em torno dos confrontos em conselhos consignados. Não tinham, portanto, a pretensão de erigir um discurso científico em torno da atividade militar. Carl von Clausewitz – militar prussiano que se dedicou a escrever um manual de guerra, ainda hoje extremamente reputado e discutido – elegeu, antes, circunscrever ao conceito uma natureza hermética e bem delineada, a qual, uma vez

⁴ KEEGAN, J. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 18.

⁵ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl. Apresentação. In: ____ (org.). **Por que a Guerra? Das Batalhas Históricas à ciberguerra**: uma história da violência entre os homens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 7-18.

⁶ MÁXIMO, Mário. Guerra e ética em Aristóteles. In: FIORI, José Luís. **Sobre a Guerra**. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 103.

⁷ GARLAN, Ivon. **Guerra e Economia na Grécia Antiga**. Campinas: Papyrus, 1997. p. 23-40; MÁXIMO, Mário. *Op. Cit.*, p. 108-117.

intuída e pressuposta sem maiores questionamentos, serviu de base para construir uma filosofia da guerra elaborada para uma aplicação prática e prescritiva. Mesmo quando se interrogou sobre a “natureza da guerra”, optou por uma definição universal e por isso de pretensão definitiva.

Com proposições dissonantes, Keegan e Clausewitz, distantes no tempo, sugerem uma conceituação de guerra delimitada em um campo semântico mais ou menos hermético, um conceito ou termo dotado de certas propriedades e autonomias. De outra parte, o historiador neerlandês Johan Huizinga, por meio de sua obra *Homo Ludens*,⁸ pôs em cheque tal autonomia ao incluir a guerra e o conflito em outra categoria de análise: nomeadamente, o jogo – noção que será esclarecida ao longo deste artigo, mas já presente, aliás, na citação acima de Shakespeare, ao descrever o discurso do rei Henrique V no cerco a Harfleur.

Assim, este artigo versa sobre uma batalha de narrativas em torno da guerra, de sua conceituação, sentido, complexidade causal e dinâmica. Não é intenção ironizar o emprego do termo “batalha”, que não poderia ser substituído por outro sem prejuízo do profundo sentido conflitante entre os divergentes olhares acerca da temática. Consolidando resultados parciais de uma pesquisa em andamento, o propósito mais abrangente destas páginas é, então, identificar e analisar comparativamente os conceitos e significados de guerra e civilização presentes nas obras de Clausewitz, Keegan e Huizinga, sem descurar das diferentes historicidades que envolveram os seus autores. Trata-se, na verdade, não apenas de reconhecer tais diferenças, mas, em acréscimo, atentar para seus diferentes lugares de fala.⁹

A comparação em história é um método que traz, como um de seus benefícios, a possibilidade de aprofundar o conhecimento e o questionamento sobre um determinado objeto, a partir do princípio de oposição das divergências e analogias que se podem localizar.¹⁰ Graças à comparação de sociedades no tempo, por exemplo, é possível identificar características que são frequentes ou normalizadas (constituintes do nomotético) ou singulares (pertencentes ao idiográfico). Nessa

⁸ HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**. Kettering: Angelico Press, 2016.

⁹ CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. São Paulo: Forense Universitária, 2008. passim.

¹⁰ THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina. História comparada: olhares plurais. **Phoînix**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 9-30, 2004. p. 11-14.

senda, pela comparação, é possível promover caracterizações específicas, graças ao contraste de similitudes e diferenças de perspectivas.¹¹ Percebida a especificidade do objeto, resulta a necessidade de compreender as razões de sua singularidade, demandando uma análise que respeite a historicidade específica de seu contexto sociocultural.¹² Assim, a comparação não apenas pode concorrer para afastar anacronismos, como também pode evitar a ilusão de uma linearidade evolutiva serena, imune a rupturas ou revoluções, como se já houvesse necessariamente um futuro primitivo inscrito no presente.

Neste artigo, a proposta comparativa está centrada em algumas categorias – sobretudo guerra, civilização e barbárie – presentes nas obras de Clausewitz, Keegan e Huizinga.¹³ Apesar de esse ser o fio condutor do texto, a intenção não é apresentar definições taxativas desses conceitos, mas se aproximar dos significados que esses autores teceram a partir de sua manipulação discursiva. Disso decorre que a principal fonte documental de pesquisa são as suas próprias obras.

Assim, o percurso dissertativo escolhido será o de discutir, de antemão, o conceito clausewitziano da guerra, estabelecendo diálogos eventuais com a filosofia kantiana. Secundado a esse conceito está o de civilização. Depois, seguimos à identificação de sua confrontação realizada por John Keegan, mais de um século e meio após a publicação do *Da Guerra*. Para esse fim, optamos por utilizar a versão original em alemão da obra de Clausewitz, mormente nos trechos em que sua análise detida for mais necessária e a tradução disponível, ao reverso, insuficiente. Em seguida, buscaremos demonstrar como o trabalho de Johan Huizinga inscreve a guerra em um conceito mais amplo de compreensão que lhe priva de autonomia enquanto ciência ou objeto puramente cultural. A análise sobre a obra de Huizinga

¹¹ WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte (dir.). *De la comparaison à l'histoire croisée*. Paris: Seuil, 2004.

¹² SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 10; RÜSEN, J. Historiografia comparativa intercultural. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 115-137.

¹³ Não custa insistir que não se trata de buscar uma definição categórica para esses conceitos neste artigo, o que evidentemente extrapolaria seus objetivos e limites, mas apenas indicar como os autores em lide se aproximam deles. De todo modo, vale conferir o clássico: ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. V. 1, especialmente p. 23-64; e ainda, a discussão para o caso brasileiro: FERES JÚNIOR, João; SÁ, Maria Elisa Noronha. *Civilização*. In: ___ (org.). *Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 2019-232.

avança na última seção, mas dessa vez a partir de uma comparação mais assertiva com os significados que Clausewitz e Keegan atribuíram aos conceitos em lide.

Com esse esforço interpretativo, espera-se superar, nesse artigo, o viés que normalmente condiciona (e limita) o manejo que se aplica sobretudo às obras de Clausewitz e de Keegan: a primeira, tornou-se lugar comum nos manuais militares, destinada a oferecer princípios, advertências pedagógicas e conselhos aos aprendizes da guerra, ansiosos por testar sua validade atual; a segunda, em geral, está restrita a oferecer informações e análise de contextos, sem se tornar, ela própria, objeto de investigação *per se*. Perscrutar essas obras, a partir de uma chave de interpretação que privilegie aspectos culturais, certamente há de desvelar outras facetas de compreensão.

Um tratado de guerra

Em 1832 publicava-se, na Prússia, o *Da Guerra*, de Carl von Clausewitz, militar daquele país, que legara postumamente escritos à sua viúva. Assim, Clausewitz parte de sua experiência militar para dela provar ou negar conceitos previamente intuídos relativos ao conflito humano, cristalizado como “nada além de um duelo ampliado” (“*nichts als ein erweiterter Zweikampf*”).¹⁴

A metáfora do duelo é bastante significativa, já que, na Prússia do século XIX, a prática se revestia de uma série de características que conotavam valores e forças culturais tradicionais, talvez aparentemente anacrônicas.¹⁵ Chamava-se de “Mensur”, um jogo de espadas, bastante praticado por universitários, que, segundo Peter Gay, representava uma forma necessária de canalização da agressividade. O jogo deixava cicatrizes “acariciadas” que demonstravam a coragem individual, a honra e a masculinidade, características básicas da cultura aristocrática de Antigo Regime, e se tornou motivo de extremo orgulho, capaz até de facilitar um bom casamento. Simular uma batalha, acutilar o rosto e incorporar cicatrizes era estampar na própria face a memória da bravura, o que tornava esses jovens e valentes jogadores ávidos de ascensão social, muito distantes dos burgueses

¹⁴ CLAUSEWITZ, C. v. **Vom Kriege**. Altenmünster: Jazzybee Verlag, [s.d.]. p. 26.

¹⁵ MAYER, Arno J. **A Força da Tradição: A persistência do Antigo Regime (1848-1914)**. São Paulo: Companhia as Letras, 1987. passim.

comuns. Como arrematou o autor, “a despeito de seu fascínio pela tecnologia, os alemães modernos insistiam em resgatar e reviver elementos perturbadores de um passado distante”.¹⁶

Na obra do general, é central, no entanto, apontar que esse duelo não pode prescindir da existência de Estados, isto é, a guerra emerge como algo institucionalizado, que serve de “meio sério” (“*ernsthafte Mittel*”) “para um objetivo sério” (“*für einen ernsthafte Zweck*”). A sutileza das palavras de Clausewitz é essencial, no entanto, para compreender como a guerra não é autônoma, conforme propôs Keegan em sua interpretação a respeito do teórico prussiano, mas iniciada por um objetivo político, ao qual serve de meio enquanto o modifica – às vezes integralmente – no decorrer de sua consecução prática. Desse modo, como bem apontou Keegan, ainda que não tenha levado a interpretação ao detalhe, a guerra clausewitziana não é “uma mera continuação da política com outros meios” (“*eine bloÙe Fortsetzung der Politik mit anderen Mitteln*”), como de fato escreve Clausewitz, “senão um verdadeiro instrumento político, uma continuação do tráfego/movimento político, uma condução/realização desse próprio movimento com outros meios” (“*sondern ein wahres politisches Instrument ist, eine Fortsetzung des politischen Verkehrs, ein Durchführen desselben mit anderen Mitteln*”), frase que usa para apurar imediatamente em seguida sua proposição inicial.

É válido ressaltar que o autor é tributário de uma tradição iluminista do século XVIII e que está a redigir no início do século XIX, quando a Alemanha unificada não era senão uma abstração distante, numa Europa recentemente chacoalhada pela Revolução Francesa e pelas guerras napoleônicas.

De modo geral, o Estado europeu procurava se legitimar a partir de outros valores e práticas: do ponto de vista jurídico, por exemplo, afastava as reminiscências de um direito natural, principiológico, que obrigava a pactos de sujeição, frequentemente fluidos e particularizados pelos distintos corpos sociais,

¹⁶ GAY, Peter. **O cultivo do ódio**: A experiência burguesa, da Rainha Vitória a Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 17-42, especialmente p. 22 e seguintes.

para a busca de um pacto constituinte positivado, disponível e isonômico, e por isso mesmo de capaz de oferecer maior previsibilidade e segurança jurídica.¹⁷

Da perspectiva militar, a lembrança recente e traumática das guerras napoleônicas insistia na necessidade de exércitos permanentes, organizados a partir de outros critérios de recrutamento. Na prática, a guerra era notícia cotidiana no espaço público e seu fazer residia agora também nas classes mais baixas, muitas vezes voluntárias para a guerra, ainda que a militarização dos cidadãos fosse algo discutível.¹⁸ A difusão das academias militares, aliás, tendia a retirar da nobreza o monopólio das armas. Desde a Revolução, todos podiam ir à guerra defender a nação, outro termo que ganhava contornos próprios.¹⁹ A condução da guerra, por sua vez, era pensada agora a partir de princípios gerais, subsumidos a uma epistemologia inédita, caracterizada, aliás, pela presença de uma terminologia inerente, como estratégia, tática e logística. Assim, surgia uma gramática específica para a guerra, estranha até mesmo para os mais experimentados. Ninguém menos do que Napoleão, escreveu certa vez que “quanto à estratégia, não entendo grande coisa. Não sei o que é uma posição estratégica, por mais que me tenha esforçado. Sequer entendo muito bem a palavra”.²⁰

No limite da análise, o discurso que o Estado edificava sobre a guerra deveria convencer a todos da necessidade invencível de sua própria existência: afinal, era a crença em torno de sua capacidade de vender proteção às suas populações que poderia legitimar a arrecadação tributária e, em decorrência, suas soluções de continuidade.²¹ Nessa inflexão, o monopólio fiscal e o da guerra passaram a constituir movimentos de reforço recíproco.

¹⁷ XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, António Manuel (org.). **História de Portugal, o Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 121-145.

¹⁸ TREMONTE, Thiago. Clausewitz e o senso nacional. In: RESTIER, Renato; LOUREIRO, Marcello; CHAGAS, Fabíola; e PAULA, Luiz Carlos (orgs.). **A Guerra e a Formação dos Estados Nacionais Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013, p. 13-32

¹⁹ HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990. p. 101 e seguintes.

²⁰ BONAPARTE, Napoleão. **Sobre a Guerra**. Organização de Bruno Colson. Rio de Janeiro: Civilização, 2015. p. 129.

²¹ TILLY, Charles. **Coerção, capital e Estados europeus**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da USP, 1996.

Pinceladas de um romantismo que dialoga com o racionalismo são, assim, visíveis no tratado de Clausewitz, ao buscar explicar que a teoria poderia ser superada pela intuição e pelo “gênio guerreiro” (“*der kriegerische Genius*”). Dito de outra forma, o general parece utilizar um arcabouço filosófico kantiano para fabricar uma teoria geral da guerra. A hipótese não deve ser tomada por improvável, ainda que mereça mais atenção no futuro. Basta lembrar que Clausewitz viveu o contexto do desenvolvimento do idealismo germânico, tendo sido inclusive aluno de Johann Gottfried Kiesewetter, reconhecido difusor do pensamento de Immanuel Kant. Também é conhecido o apreço de Clausewitz pela teoria da estética, identificada quando tratou da questão da genialidade militar.²²

Para que a guerra pudesse ser enquadrada no algoritmo científico edificado antes por Kant, Clausewitz precisava fazer com que ela residisse, *a priori*, sobre uma intuição, comprovada depois por uma experiência sensível, um juízo sintético, *a posteriori*. Se a universalização do algoritmo encontrasse resultado verdadeiro, estava postulado um conhecimento sintético. O dispositivo racional proposto figurava, a partir de então, como base do próprio procedimento e discurso científico.

Examinar a guerra sob esse enquadramento significava inscrevê-la noutro estatuto, o da ciência. Sendo agora parte de um conhecimento técnico, restava entregar sua exclusividade a um grupo de profissionais especializados, preparados especificamente para esse campo, como ocorria, aliás, nas outras dimensões da ciência, como a medicina. Coube ao Estado arrogar para si tal responsabilidade, submetendo o emprego da violência a uma razão ordenadora, capaz de promover dois movimentos que se articulam: em primeiro lugar, atribuir inteligibilidade lógica e discursiva aos objetivos militares, imbricados à consecução de propósitos políticos (agora) nacionais; depois, do mesmo modo, racionalizar e imprimir sentido às emoções e atrocidades do campo de batalha, atrelados, para tanto, a um fim que as justifica. Nas palavras de Clausewitz,

A guerra então não é apenas um verdadeiro camaleão, que modifica um pouco a sua natureza em cada caso concreto, mas é também, como fenômeno de conjunto e relativamente às tendências que nela

²² PARET, Peter. Clausewitz. In: ___ (org.). **Os construtores da estratégia moderna**. Tradução de Joubert de Oliveira Brízida. 2. ed. Rio de Janeiro: Bibliex, 2015. p. 245.

predominam, uma surpreendente trindade em que se encontra, antes de mais nada, a **violência** original do seu elemento, o ódio e a animosidade, que é preciso considerar como cego impulso natural, depois, **o jogo das probabilidades e do acaso**, que fazem dela uma livre atividade da **alma** [Seele]²³, e, finalmente, a sua natureza subordinada de instrumento da política por via da qual ela pertence à **razão pura**.²⁴ (grifo nosso).

Nesses termos, Clausewitz formula uma noção de guerra estruturada em uma trindade: a “violência”, fruto de um impulso natural humano; o jogo das probabilidades e incertezas, que lhe submete à “alma”, que talvez pudesse aqui ser traduzida por *psyché*, inteligência racional, portanto; e, por fim, ao domínio da “razão pura”, talvez melhor traduzido por “entendimento puro”. Essa trindade pode ser aproximada ao intuitivo, que Kant preferiu caracterizar como um juízo analítico (*a priori*). Mas a guerra de Clausewitz não é apenas intuição e, desse modo, não poderia ser compreendida se tomada apenas do ponto de vista da “razão pura”. Toda essa intuição precisa ser testada no plano dos sensíveis, das circunstâncias. São elas que lhe conferem uma dinâmica particular, sujeita ao contingente, que lhe imputa certos atributos casuísticos, como se um “camaleão” fosse. Em linguagem kantiana, o procedimento seria aproximado a um juízo sintético (*a posteriori*). A intuição, lançada ao plano das experiências, se pudesse ser universalizada com validade, seria então um conhecimento sintético, exatamente o que a obra de Clausewitz almeja ser: uma ciência da guerra.

Já para concluir este esclarecimento do conceito clausewitziano de guerra, parece-nos fundamental, pelo contexto em que se insere e pelo diálogo que permite estabelecer com a obra de John Keegan – examinado adiante –, elucidar ainda como o general prussiano maneja o conceito de civilização, ainda que ele apareça como tal somente na tradução da obra. À vista disso, Clausewitz não pode ser menos que largamente transcrito, sob pena de má compreensão:

O conflito entre os homens depende, na realidade, de dois elementos diferentes: o **sentimento de hostilidades** e a **intenção**

²³ Literalmente “alma”, ou ainda, segundo o dicionário **Duden**, “psyche”. Disponível em: <https://www.duden.de/rechtschreibung/Seele>. Acesso em 15/05/2020.

²⁴ CLAUSEWITZ, Carl. v. **Da Guerra**. Tradução de Maria Teresa Ramos. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 30.

hostil. Destes dois elementos escolhemos o último para imprimir à nossa definição a sua marca distintiva, pois ele é o mais geral. O sentimento de ódio mais apaixonado, mais selvagem e quase instintivo é inconcebível isento de ações hostis, enquanto que existem muitas intenções hostis nas quais não está envolvida nenhuma animosidade. Entre os **selvagens** prevalecem as intenções inspiradas pela sensibilidade; entre os **povos civilizados** prevalecem as que são ditadas pela inteligência. No entanto, esta diferença não é devida à natureza intrínseca da selvageria e da civilização, mas às circunstâncias concomitantes, às **instituições** etc. Ela não existe, pois, forçosamente, em cada caso particular mas prevalece na maioria dos casos. Numa palavra: mesmo as nações mais civilizadas podem ser arrebatadas por um ódio feroz.²⁵ (grifo nosso).

Nesse momento de sua redação, Clausewitz segrega a causalidade dos conflitos humanos em duas instâncias, uma intrínseca ao sensível (“sentimento de hostilidades (...), quase instintivo”), outra pertencente às ideias (“intenção hostil”). Logo em seguida, quase em claro diálogo com a tradição clássica, subordina o sensível, “mais selvagem”, ao ideal-racional, próprio aos “povos civilizados”.

Ainda que arrebatadas por um ódio feroz, “as nações mais civilizadas” o são porque se dotam de instituições – notadamente o Estado – que guiam essas emoções de maneira racional, justificando a “intenção hostil” e validando um “sentimento de hostilidades” que de outra maneira, parece-nos, seria patético²⁶ – dotado de paixão (ou de uma “fórmula de emoções”) e não modulado pela razão, pensamento próprio do início do século XIX.

Comparativamente, Clausewitz se aproxima dos gregos ao asseverar que a pólis tem por finalidade última propiciar a melhor vida possível aos homens. Todavia, o caminho que percorre é distinto: não é uma hierarquia natural – como o seria para Aristóteles, por exemplo – que distingue inicialmente os povos,²⁷ mas sim a sucessão de circunstâncias experimentadas no tempo e, em concomitância, as “instituições” que evoluem nesse processo e modulam os homens. Alçado à máxima relevância, é o Estado, enquanto constituição política – portanto, síntese de todas as

²⁵ *Ibidem.*

²⁶ GINZBURG, Carlo. **Medo, reverência, terror:** Quatro ensaios de iconografia política. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 7-12.

²⁷ WINTON, R. I.; GARNSEY, Peter. Teoria Política. In: FINLEY, Moses (org.). **O Legado da Grécia:** uma nova avaliação. Brasília: Editora da UnB, 1998. p. 49-78. p. 62-70.

instituições – que pode potencializar a virtude humana, impingindo a cada um a excelência moral necessária para o desenvolvimento coletivo.

Ainda igualmente interessante é que, durante toda a sua obra, Clausewitz indica a civilização não por um termo próprio, conforme sugere a tradução, mas pela ideia de “gebildeter Volk”, isto é, de povo instruído/educado, num campo semântico que até hoje designa a ideia de educação formal – portanto, de responsabilidade estatal – em alemão. Em oposição aos povos educados/cultivados, está a noção de “roher Volk” – isto é, povo literalmente cru ou selvagem. Assim, a selvageria e a civilização relacionam-se por meio das noções de temporalidade e evolução que marcam o distanciamento entre sociedades primitivas e civilizadas, processo baseado no cultivo e na razão. De que maneira Clausewitz está pensando ou não no conceito de Cultura (“*Kultur*”)²⁸ é matéria para outro estudo que busque investigar a fundo nas raízes do nacionalismo alemão, bastando aqui apontar que a palavra “política”, tão repetida por Clausewitz, pode indicar uma aproximação a esse nacionalismo que tem por modelo a Grécia clássica – em que a política era essencial para a comunidade ateniense – e que se opõem a uma noção francesa de império e civilização baseada numa idealização de Roma.

Uma história da guerra

Essa teoria clausewitziana da guerra ocupa lugar central na obra de Keegan,²⁹ na medida em que o autor britânico, para desconstruí-la, introduz novos parâmetros de análise baseados numa perspectiva antropológica. Com tais parâmetros, procura negar a possibilidade de generalização da experiência da guerra proposta pelo tratado do general prussiano. Se antes o método para universalizar a guerra se assentava na manipulação de um racionalismo de base kantiana, agora Keegan se apoia na história.

Assim, quando nos debruçamos sobre a obra de John Keegan – *Uma história da guerra* – podemos contrastar a filosofia clausewitziana, que delineia um tratado, e a abordagem do historiador britânico, que se propõe, em primeiro lugar, a desconstruir Clausewitz, situando-o em seu contexto de produção. Portanto, afirma

²⁸ ELIAS, Norbert. *Op. Cit.*, 23-64.

²⁹ KEEGAN, J. *Op. Cit.*

logo de início que a “derrota clausewitziana” ocorrida na Guerra do Golfo evidenciava como a teoria de Clausewitz estava restrita ao “modo de guerrear ocidental”, e que um inimigo que não assumisse os pressupostos culturais do atacante acabava por desmanchar todo o arcabouço teórico do filósofo da guerra prussiano, de maneira que não existiria uma “natureza da guerra”. Portanto, para Keegan, a guerra é uma atividade cultural.

Nesse espírito, Keegan buscará explicar o lugar de produção³⁰ de Clausewitz, convidando-nos a refletir sobre o contexto que o influenciara:

Deve-se também reconhecer que Clausewitz, enquanto historiador, não tinha nada que o orientasse sobre a importância dos fatores culturais nos assuntos humanos. A história comparativa, da qual a história cultural descende, não era adotada por nenhum dos principais historiadores que ele pudesse tomar como modelo. Sir Isaiah Berlin, em uma de suas saudações a Giambattista Vico, o pai da história comparativa, resumiu com perfeição o espírito do Iluminismo como crença em que “um método válido universalmente fora descoberto para a solução de questões fundamentais que tinham desafiado os homens de todos os tempos – como determinar o que é verdadeiro e o que é falso em cada área de conhecimento”.³¹

Aqui percebemos a distância significativa que há entre ambos autores – não apenas temporal, mas também no modo de construir o discurso científico – consoante ao contexto de sua produção e aos recursos com que trabalharam para elaborar suas teorias. Se Clausewitz era um militar que escrevia a partir da própria experiência, Keegan era um professor da Real Academia Militar de Sandhurst a cuja disposição estavam os estudos acumulados de diversas correntes sociológicas, históricas e antropológicas que se haviam produzido desde que Clausewitz escrevera o *Da Guerra*. Isto é, a oposição Clausewitz-Keegan é ilustrativa de toda a mudança de panorama filosófico e intelectual entre ambos os contextos de produção.

Keegan segue sua argumentação afirmando que Clausewitz era um militar prussiano que lutara no exército russo contra os exércitos prussiano e francês

³⁰ CERTEAU, Michel. *Op. Cit.*.

³¹ KEEGAN, J. *Op. Cit.*, p. 76.

invasores do Império Russo, situação inusitada que só poderia ser explicada pelo seu “duplo patriotismo”, o qual o “impeliu a desobedecer as ordens de seu rei de servir a Napoleão em sua invasão da Rússia, levando-o a se unir ao exército czarista em nome da liberdade da Prússia”.³² Por conseguinte, um Clausewitz que odiava os franceses, mas admirava o seu ardor de luta, precisava de uma maneira de injetar ideal entre os soldados de uma Prússia cujo arranjo monárquico a Revolução Francesa não houvera abalado tão fortemente quanto na França:

No entanto, seus poderes racionais diziam-lhe que fora o fervor revolucionário dos exércitos franceses que lhes trouxera a vitória. Na França, durante a Revolução, a política tinha sido tudo; na Prússia, a política não passava, mesmo depois da derrota de Napoleão, de um capricho do rei. O dilema era, assim: como se poderia ter as formas de guerrear praticadas pelos exércitos da República Francesa e Napoleão sem a política revolucionária? Como se poderia ter uma guerra popular sem um Estado popular?³³

Segundo Keegan, essa era a pergunta fulcral para a qual Clausewitz teria elaborado sua teoria da guerra. A distinção entre os conceitos de “guerra pura” ou “verdadeira” (“reiner Krieg”) e guerra real decorre de que esta última tentaria se aproximar de sua forma verdadeira, quando objetivos políticos e militares seriam perfeitamente coincidentes, ainda que esse estado fosse inatingível para Clausewitz. Então, conclui Keegan:

Se ele [Clausewitz] descobrisse a maneira de persuadir o exército prussiano de que guerrear era de fato uma forma de atividade política, que quanto mais se aproximasse da “guerra verdadeira” melhor serviria aos objetivos políticos do Estado, e que a distância que restasse entre a “guerra verdadeira” e a forma imperfeita de “guerra real” deveria ser reconhecida simplesmente como uma deferência paga pela estratégia à necessidade política, então o soldado prussiano poderia ser mantido em um estado de inocência política, com a diferença de que a partir de então ele lutaria como se o sangue da política corresse em suas veias.³⁴

³² *Ibidem*, p. 35.

³³ *Ibidem*, p. 37.

³⁴ *Ibidem*.

Noutros termos, da politização da guerra decorria não apenas a militarização da política, mas também a perspectiva de que os soldados estavam integrados ao exercício da política, alçando-os a cidadãos de elevado patamar, algo não desprezível em uma sociedade oitocentista. O projeto parecia ainda muito coerente a uma Prússia que pretendia exaltar o nacionalismo, mas a partir de estruturas arcaicas, que ensejavam a convivência entre uma aristocracia e uma “industrialização tardia”, alcançada por meio de uma modernização conservadora.³⁵

Keegan argumentará ainda que o idealismo clausewitziano, o qual se pretendia científico, acabaria por transformar a Europa em palco da crença de que a natureza da guerra seria a de ser um fim em si mesma, já que, em simultâneo, motor e resultado da política, o que teria tornado o continente “refém dessa ideia subversiva, que borbulhava e fervilhava como um vulcão sob a superfície do progresso e da prosperidade”.³⁶ Logo, Clausewitz teria sido o “pai ideológico da Primeira Guerra Mundial”.³⁷ A análise parece no mínimo reducionista, ao creditar tanta repercussão à obra de Clausewitz a ponto de fomentar uma guerra mundial, mas cumpre ao menos a função didática de colocar o autor prussiano no seu contexto e de quebrar de vez a noção de uma guerra abstrata que, como “camaleão”, pudesse adaptar-se ao caso concreto, para introduzir a noção de que a guerra não pode ser apreendida senão no próprio caso concreto, dada a sua natureza eminentemente cultural.

Keegan apresenta, assim, diferentes exemplos de sociedades em que a guerra assume situações impensáveis se apreendidas por uma ótica clausewitziana: para os polinésios da Ilha de Páscoa, os zulus da África, os mamelucos do Oriente Médio ou os guerreiros samurais do Japão, a guerra desempenhava papéis completamente diferentes, especialmente para os zulus e mamelucos para quem, segundo Keegan, a política seria a continuação da guerra por outros meios – uma inversão da noção clausewitziana. Para os primeiros, porque passaram de uma cultura relativamente pacífica a um grupo guerreiro com fins de sobrevivência; para os segundos, por

³⁵ KEMP, Tom. **A Revolução Industrial na Europa do Século XIX**. Tradução de José M. Lima. Lisboa: Edições 70, 1985. Especialmente p. 110 e seguintes.

³⁶ KEEGAN, *Op. Cit.*, p. 43.

³⁷ *Ibidem*, p. 44.

terem se apoderado de califados muçulmanos para a defesa dos quais haviam sido contratados ou escravizados, sendo a guerra seu estilo de vida primário.³⁸

O historiador britânico buscou, assim, identificar os elementos caracterizantes da cultura da guerra no mundo ocidental que poderiam diferenciá-la das muitas culturas que analisa no transcurso de sua obra. Essa forma de guerrear do ocidente seria caracterizada, portanto, por três elementos: “um derivado de si mesma, outro tomado emprestado do orientalismo e um terceiro produzido por sua própria potencialidade para a adaptação e a experimentação. Os três elementos são respectivamente o moral, o intelectual e o tecnológico”.³⁹ O moral teria sido legado pelos gregos com a “ética da batalha até a morte a pé”, na qual estaria embutida a “ética da honra pessoal”; o elemento intelectual teria sido transmitido ao ocidente durante as cruzadas, nas quais teria havido

um intercâmbio cultural de grande importância que resultou do conflito entre muçulmanos e cristãos no Oriente Médio. O conflito resolveu o dilema cristão sobre a moralidade da guerra ao transmitir ao Ocidente a ética da guerra santa, que a partir de então daria a dimensão ideológica e intelectual de que carecia a cultura militar ocidental.⁴⁰

Já a dimensão tecnológica teria chegado ao ocidente no século XVIII, “quando a revolução da pólvora já fora aceita e as armas de fogo estavam aperfeiçoadas”. Parece-nos correto afirmar que esse modo de guerrear seria, assim, uma exceção entre as demais culturas guerreiras do mundo. Isso ou porque elas possuem batalhas eminentemente rituais e não decisivas derivadas de uma ética da guerra, como a cultura maori – a qual tinha o “efeito paradoxal de limitar o dano que os guerreiros provocarão uns aos outros”⁴¹ –; seja porque outras culturas, como grosso modo a asiática, recusavam a adesão a novas formas tecnológicas com maior potencial destrutivo devido ao

³⁸ *Ibidem*, p. 46-75.

³⁹ *Ibidem*, p. 496.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 497-498. Perceba-se que, nesse ponto, Keegan se refere à guerra santa que, segundo seu alinhamento, advém da *jihad* muçulmana. Não se trata, portanto, da guerra justa, cujos parâmetros foram tipificados por Tomás de Aquino, a partir da releitura que fez de Aristóteles.

⁴¹ *Ibidem*, p. 149.

conceito de limitação militar que exigia de suas elites que persistissem no uso e no monopólio de armas tradicionais, embora obsoletas em comparação com as que entravam na moda no resto do mundo, e que essa persistência constituía uma forma perfeitamente racional de controle de armas.⁴²

Frente a esses elementos, “o triunfo do modo de guerrear ocidental foi, no entanto, enganador. Dirigido contra outras culturas militares, tinha se mostrado irresistível. Voltado contra si mesmo, provocou o desastre e ameaçou transformar-se em catástrofe”.⁴³

Em suma: Clausewitz, produto do modo ocidental de fazer a guerra, na medida em que auxiliou a pavimentação ideológica do caminho desse modo de guerrear, fomentou o arcabouço teórico para a destruição da civilização pela guerra irrestrita. Necessário é ter em mente que o contexto em que Keegan estava imerso igualmente influenciou suas conclusões. Era a década da queda da URSS, da diminuição do perigo nuclear, combinados com certo otimismo dos anos 90. Esses ventos auxiliaram-no a fazer votos de que o império da lei e o sistema internacional seriam capazes de manter o ser humano afastado do flagelo da guerra. O emprego das forças militares se tornava frívolo, efetivado nessa altura, mormente, por meio de tropas para a manutenção ou construção da paz, as quais muito teriam a apre(e)nder com o modo oriental de guerrear, notadamente, com o conceito de “limitação militar”. Para infortúnio de seu otimismo, não somente isso não sucedeu, como o próprio oriente que Keegan idealizara vem se armando de maneira crescente, em tensões globais que voltam a acirrar-se.

Ainda que discordem fundamentalmente sobre o que é a guerra, Clausewitz e Keegan a concebem como campo de estudo independente, de maneira que, se para o militar prussiano, ela estaria no campo político, para o historiador britânico, seria um elemento de origem cultural. Para aquele, portanto, um manual da guerra prescreveria as ações possíveis a se tomar no combate entre Estados, os quais conduziriam os conflitos de maneira racional, obedecendo a objetivos ditados pela razão política. A politização da guerra, se acompanhada da militarização da política, integraria perfeitamente os soldados a um projeto de Estado, instituição

⁴² *Ibidem*, p. 498.

⁴³ *Ibidem*, p. 499.

responsável por promover a civilização. Para além, o Estado era a única instituição que poderia, em que pese as circunstâncias, afiançar a possibilidade de que a guerra seja orquestrada sob um rito civilizado. No limite, a guerra se torna instrumento político do Estado para a civilização. A assertiva agrega mais força se nos lembramos de que Clausewitz era diretor de uma Academia Militar, encarregado, portanto, de formar jovens para tal finalidade.

Se para Clausewitz a guerra pode civilizar, para Keegan, ao revés, a guerra como continuação de objetivos políticos não levaria senão à ruína da civilização, na medida em que seria produto de um modo cultural específico de guerrear do ocidente. Nos dois casos, as duas obras postas em comparação – não sem reconhecermos a centralidade da crítica de Keegan à obra de Clausewitz – propõem-se, ambas, a elaborar uma teoria *Da Guerra* ou a criticá-la em prol de um renovado olhar sobre *Uma história da guerra*. Nenhum dos dois autores contesta, não obstante, a validade e a independência da categoria guerra como conceito próprio, precisamente o que fez Johan Huizinga, como veremos a seguir.

O jogo e a guerra

Passamos, portanto, a Johan Huizinga autor de *Homo Ludens* livro em que a guerra ocupa um capítulo somente. Apoiou-se o historiador na obra de um correspondente e amigo seu espanhol, Ortega e Gasset, o qual “intuiu” uma possibilidade para além da dicotomia entre natureza e cultura que permeava o debate intelectual no início do século XX. Assim, Norma Côrtes explica que:

O que Ortega e Gasset conseguiu resolver teoricamente ao publicar *El origen desportivo del Estado* foi o dualismo entre natureza versus história que opunha, noutros termos, determinação à liberdade. Quer dizer, ele, primeiro, rejeitava a possibilidade de a vida gregária ter sido o **resultado intencional** de um cálculo da razão (eis a ideia do contrato). Mas, por outro lado e, depois, também anulava o modelo explicativo concorrente, uma vez que o fundamento casual da vida em sociedade nem consistia num dado espontâneo expressivo da natureza (tal como se fôssemos abelhas) nem era um **fenômeno imprevisto**, provocado simples e

displicentemente pelas forças inerciais do tempo, da história ou da tradição (eis o costume).⁴⁴ (grifo da autora).

Ortega y Gasset propõe que o Estado teria uma origem esportiva, como indica o título de sua obra acima mencionada. O mais importante para o nosso exame, é, contudo, apontar que

(...) o filósofo espanhol não era voz isolada. A centralidade causal dos aspectos lúdicos, não utilitários e pré-rationais também se encontrava em Werner Sombart, que em 1913 publicou *Luxo e capitalismo*, polemizando contra Max Weber sobre qual era o *ethos* constituinte da ordem burguesa. Sombart não aceitava a tese weberiana de as virtudes da ascese protestante terem oferecido experiência e lastro cultural ao *homo economicus* e, em contrapartida, argumentava que o fundamento da riqueza residia nos vícios, ou melhor, na ostentação dos gastos perdulários, na esbórnica dos excessos consumistas, na orgia dos confortos luxuosos e dos requintes supérfluos (...).⁴⁵

É precisamente nesse espaço entre o naturalmente e o culturalmente determinado que Huizinga desenvolve sua análise na forma do conceito de ludicidade. Este, aproximado ao campo da cultura – de que forma mais exatamente veremos logo adiante – não poderia, portanto, ser analisado “cientificamente”, senão “historicamente”. Com os termos que emprega, recusa, por um lado, um cientificismo cru e que se pretende aplicável ao estudo do que é propriamente humano, ao mesmo tempo em que abraça a noção de cultura, negando-lhe, contudo, a existência sempiterna e imutável que teria guiado as formas de expressão da humanidade.

Logo, após criticar o conceito de *Homo Sapiens* – de herança racionalista de “uma época mais feliz” que a sua –, bem como o alternativo *Homo Faber* – dado que a característica de criador não é tão exclusiva do ser humano como este gostaria –, Huizinga propõe o termo *Homo Ludens*, opção que se justificaria pela abrangência do elemento lúdico nas atividades humanas. De tal forma, o jogo seria “mais velho que a cultura”,⁴⁶ visto que ela pressupõe a existência da sociedade humana,

⁴⁴ CÔRTEZ, Norma. Cultura e ludicidade em José Ortega y Gasset e Johan Huizinga. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 456, p. 253-266, 2012. p. 5.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 6.

⁴⁶ HUIZINGA, *Op. Cit.*, p 1.

enquanto o jogo não o faz. Esse elemento lúdico poderia ser expresso por cinco características, as quais são: a “liberdade”,⁴⁷ pois o jogo é “uma atividade voluntária”; não ser parte da vida “real”⁴⁸ ou “comum”; ser isolado, limitado dentro de “certos limites de tempo e espaço”;⁴⁹ ser ordem e criador de ordem, cujo desvio “estraga o jogo” e, por fim, o fato de que “é uma atividade desconectada de interesses materiais, e nenhum ganho pode ser aferido com ela”.⁵⁰

Sem nos aprofundarmos mais no abismo de possibilidades interpretativas ainda pouco exploradas que abre a leitura do *Homo Ludens*, nos bastará evidenciar somente mais alguns aspectos da teoria huizinguiana a fim de compará-la às já abordadas teorias a respeito da guerra. Isso posto, é necessário indicar que, para Huizinga, se o jogo é anterior à cultura, a “cultura surge na forma de jogo”:

Quando falamos do elemento lúdico da cultura não queremos dizer que, dentre as várias atividades da vida civilizada, um lugar específico é reservado para o jogo, tampouco que que a civilização surgiu do jogo por algum processo evolucionário, no sentido de que alguma coisa que era originalmente jogo tenha passado a algo que não era mais jogo, podendo ser chamado a partir desse ponto de cultura. O olhar que assumiremos nas próximas páginas é de que a cultura surge na forma de jogo, e que ela é jogada desde o próprio princípio. Mesmo as atividades que almejam a satisfação imediata das necessidades vitais – a caça, por exemplo – tendem, na sociedade arcaica, a assumir a forma de jogo. A vida social é dotada de formas supra biológicas, na forma de jogo, que aumentam o seu valor. É através deste jogo que a sociedade expressa sua interpretação da vida e do mundo. Assim, não queremos denotar que o jogo se transforme em cultura, senão que em suas fases mais iniciais, a cultura possui o caráter de jogo, que ela sucede na forma e disposição de jogo. Na união gêmea entre jogo e cultura, o jogo a precede. Ele é algo objetivamente reconhecível, uma coisa concretamente definível, enquanto a cultura é somente o termo que nosso julgamento histórico anexa a um caso particular.⁵¹

Assim, não menos fundamental, é concluir que

⁴⁷ *Ibidem*, p. 8.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 9.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 13.

⁵¹ *Ibidem*, p. 46

Conforme a cultura segue adiante, ou progredindo ou regredindo, o relacionamento original que postulamos entre o jogo e o não-jogo não permanece estático. Como regra, o elemento lúdico gradualmente recua, sendo absorvido em sua maioria pela esfera sagrada. O remanescente cristaliza-se como conhecimento: folclore, poesia, filosofia, ou nas várias formas de vida social e judicial. O elemento lúdico original esconde-se quase completamente atrás de fenômenos culturais. Mas, a qualquer momento, mesmo numa civilização altamente desenvolvida, o “instinto” de jogo pode reafirmar-se com força total, afogando a civilização e a massa na intoxicação do jogo imenso.⁵²

Depreende-se que Huizinga admite que o recuo do elemento lúdico em face da prevalência da cultura significa a consolidação da civilização. O jogo possui, assim, um caráter “essencialmente antitético”, o que “não necessariamente significa contencioso ou agonístico”. Esse “agonismo” é o próprio princípio de enfrentamento entre oponentes e é quebrado quando a igualdade de condições entre as partes em conflito não é reconhecida ou é negligenciada.

Dessa forma, posto o arcabouço inicial huizinguiano para introduzir a sua concepção de guerra, jogo e civilização, é possível avançar em sua análise a partir da comparação entre os significados que esse autor, Clausewitz e Keegan conferiram a tais conceitos.

Uma batalha de narrativas

No capítulo V, em que trata especificamente da guerra, Huizinga inicia por afirmar que “desde que existem palavras para luta e jogo, os homens têm sido afeitos a chamarem a guerra de jogo. Com efeito, as duas ideias pareceriam “mesclar-se absolutamente” na “mente arcaica”. Para Huizinga, vale frisar, é marcante como o elemento lúdico só pode existir quando as partes agonistas concordam com as regras do embate. Isto é, Huizinga concebe o código de conduta da guerra como parte do princípio agonista, segundo o qual não poderia haver honra na humilhação. Não é, portanto, algo pensado, mas derivado de um comportamento pré-cultural.

Keegan corrobora Huizinga nesse ponto específico, ao indicar os diversos exemplos de sociedades em que esse código de conduta estaria presente. De igual

⁵² *Ibidem*, pp. 46-47.

maneira, apresenta outros em que o conflito de culturas divergentes que não se enxergam como iguais deságua na quebra daquilo que seria a ludicidade da guerra segundo Huizinga. Ainda a esse respeito, são mais ilustrativos os casos dos povos que limitam a guerra com um controle de armas ou de seu desenvolvimento,⁵³ bem como aqueles que lutam a distância para infligirem o mínimo de dano possível aos inimigos, como no caso da batalha ritual dos marings – grupo étnico habitante da Nova Guiné. Especificamente a esse respeito, não deixa de ser interessante como dois escritores que não se citam – Johan Huizinga faleceu em 1945, quando Keegan ainda era criança, e este último não faz uma menção sequer àquele em *Uma História da Guerra* – possam chegar a conclusões tão similares quanto à existência do elemento lúdico na guerra:

A descrição da guerra como divertimento pode evidentemente cair com facilidade na trivialização. Apesar disso, o **elemento lúdico da guerra** foi levado muito a sério, por exemplo, por historiadores da cavalaria, enquanto qualquer busca das ‘origens’ da luta nos levaria inevitavelmente de volta à vida primitiva do homem como caçador. (...) Dessa perspectiva, não surpreende que os marings, com as armas que tinham em mãos, tenham inventado um sistema de guerra no qual o elemento lúdico fosse tão forte.⁵⁴ (grifo nosso)

E, embora estejam de acordo com a sua existência, discordam quanto à relação entre ritual e civilização em sociedades distintas. Assim, se para Keegan a guerra ritualizada poderia decorrer da moderação da violência – ainda que esta não fosse uma regra –, para Huizinga, a guerra se originaria “naquela esfera primitiva de competição contínua e ardente na qual jogo e combate, justiça, destino, e acaso estão intimamente misturados”.⁵⁵ A quebra de sua moderação seria advinda da inexistência de agonismo entre os “povos selvagens”.

Nas fases mais iniciais da cultura, à luta faltava o que chamaríamos de ‘fair play’ – isto é, ela era amplamente não-agonista. A violência de povos selvagens expressa-se em expedições predatórias, assassinatos, caças a humanos, caças a cabeças etc. seja por conta de fome, medo, religião ou mera crueldade. Tais matanças podem

⁵³ KEEGAN, *Op. Cit.*, p.137.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 142-143.

⁵⁵ HUIZINGA, *Op. Cit.*, p. 100.

difícilmente ser dignificadas com o nome de guerra. A ideia de guerra somente entra quando uma condição especial de hostilidade geral solenemente proclamada é reconhecida como distinta de querelas individuais e feudos familiares. Essa distinção coloca a guerra em unísono com o agonista, assim como com a esfera ritual.⁵⁶

Faltou-lhe talvez a bagagem antropológica de que Keegan estava munido, pois este conseguiu enxergar a preeminência do elemento lúdico mesmo entre os “selvagens” marings, ainda que não tenha feito desse elemento a sua principal chave interpretativa.

Devemos apontar que Keegan enxerga o elemento lúdico como resquício de uma cultura originalmente guerreira, a qual – devido a diversas circunstâncias – manteve somente a forma ritual de luta. Em termos de comparação a Huizinga, a noção parece estar invertida: para o historiador britânico, a guerra recuara, ao que introduzira o elemento lúdico; para o historiador neerlandês, como vimos, é o próprio elemento lúdico que teria introduzido uma forma de guerra ritual.

Um componente da linha de pensamento huizinguiana que parece faltar a Keegan é a afirmação de que o que se postula sobre a guerra enquanto parte do complexo do jogo só o é no plano idealizado, visto que:

Violência sangrenta não pode ser apreendida em nenhuma grande medida em uma forma verdadeiramente nobre; portanto o jogo só pode ser completamente vivenciado e aproveitado como uma ficção social e estética. É por isso que o espírito da sociedade recorrentemente busca fuga em belas imaginações da vida heroica, que é interpretada na esfera ideal da honra, da virtude, e da beleza.⁵⁷

Quando falamos em idealização, a comparação com Clausewitz é imperiosa. Lembremos o tom idealista do *Da Guerra*, teor cujo contexto de Idealismo Alemão em que foi escrito é apontado por Keegan.⁵⁸ Talvez, nesse espírito, Clausewitz tenha afirmado que “não falta, portanto, senão o acaso para fazer da guerra um jogo, e é o que costuma acontecer na maioria dos casos”.⁵⁹ De tal maneira, o domínio do acaso

⁵⁶ *Ibidem*, p. 95.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 101.

⁵⁸ KEEGAN, *Op. Cit.*, p. 37

⁵⁹ CLAUSEWITZ. *Da Guerra*, *Op. Cit.*, p. 24.

pela “arte da guerra” conduzida por um “gênio” militar característico desse idealismo poderia assemelhar o conflito a um “jogo de cartas”. Portanto, para Clausewitz, a guerra *é* jogo – compreendido como acaso, enquanto, para Huizinga, ela *está* no jogo do qual ela própria e o acaso são elementos de um complexo pré-cultural. E mesmo que para Clausewitz, a guerra *seja* jogo, ela ainda assim “permanece sempre um meio sério para um objetivo sério”⁶⁰ (“*der Krieg bleibt doch immer ein ernsthaftes Mittel für einen ernsthaften Zweck*”).

Assim, a oposição jogo-seriedade é um ponto relevante para a comparação entre esses teóricos. Dela, resulta uma significativa discordância: para Huizinga, existe uma diferença entre os radicais latino e germânico na oposição ao jogo, que poderia ser “serious”, fazendo referência à imersão e fuga à realidade, ainda que não pudesse ser “earnest”⁶¹, termo da mesma raiz que o adjetivo “ernsthaft” utilizado por Clausewitz. Para o historiador dos Países Baixos, o recuo do elemento lúdico em favor de uma guerra séria (“*earnest*”) a levaria a perder sua função cultural enquanto idealização – pois “restou para a teoria da ‘guerra total’ banir a função cultural da guerra e extinguir o último vestígio do elemento lúdico”.⁶²

eticamente, Huizinga, um intelectual neerlandês escrevendo o *Homo Ludens* às vésperas da deflagração da 2ª Guerra Mundial, usará o colapso das regras do sistema internacional em que estava inserido para advertir que

política e guerra estão intimamente enraizadas no solo primitivo da cultura “jogada” na e como competição. Somente por meio de um ethos que transcende o relacionamento amigo-inimigo e que reconhece um objetivo maior que a gratificação de si mesmo, do grupo ou da nação, uma sociedade política excederá o “jogo” da guerra para a verdadeira seriedade.⁶³

A crença em uma ordem baseada em regras como impedidora do flagelo real da guerra foi compartilhada por Keegan, o qual enxergou na negação do “continuum” entre guerra e política a possibilidade de impedir a destruição provocada pelo conflito clausewitziano. Este, aliás, tem suas origens negadas por

⁶⁰ *Ibidem*, p. 26.

⁶¹ HUIZINGA, *Op. Cit.*, p. 44-45.

⁶² *Ibidem*, p. 90.

⁶³ *Ibidem*, p. 211.

Huizinga, para quem a história e a sociologia teriam “exagerado” no papel desempenhado por interesses materiais imediatos e vontade de poder na origem das guerras. A origem política do conflito, assim defendida pelo militar prussiano, seria destronada pelo “orgulho”, e pela “vanglória”, que para Huizinga aparecem, na maioria dos casos, não como meio de execução do conflito já deflagrado, mas eles próprios como deflagradores principais da guerra, ainda que sirvam de camuflagem para objetivos de ordem material política quaisquer. Certamente, as palavras de Shakespeare para descrever o assalto a Harfleur aproximam-se mais da noção huizinguiana – de guerra trespassada pelo elemento lúdico de maneira idealizada (trata-se, afinal, de um poema) que à dinâmica política clausewitziana.

Um último ponto que gostaríamos de retomar, antes de alcançarmos as considerações finais, é a provável conexão de Clausewitz a um já referido nacionalismo prussiano. Se apreendido sob termos huizinguanos – para simples efeito de análise –, poderíamos sugerir que Clausewitz busca desenvolver um manual da guerra especificamente para uso do Estado prussiano. Isso porque, ao negar a paridade da Prússia com seus inimigos, quebraria o princípio agonista, fato que lhe permitiria defender uma guerra total em que todo tipo de vilipêndio seria autorizado. Isso estaria, naturalmente, calcado na visão de “Kultur” e seu intrínseco valor de diferenciação, que se corroboram pelo uso repetitivo do termo “gebildeter Volk” para designar que este tipo de povo teria precedência sobre demais povos “crus” ou “selvagens”. Frisemos, entretanto, que essa é uma possibilidade interpretativa embrionária, e que, quando se trata de Clausewitz – dada a densidade da obra e sua relativa desorganização –, o teste de teorias que possam elucidar e contextualizar o pensador prussiano é sempre mais complicado e requer uma aproximação cuidadosa.

Considerações finais

Este artigo procurou confrontar as visões de Clausewitz, Keegan e Huizinga acerca da guerra e de seus significados. O paradigma kantiano, pulverizado no século XIX com mais ou menos rigor – reafirmado aliás por Clausewitz, por exemplo –, insistia na imbricação entre a teoria e a prática. A guerra ganhava agora uma estrutura profunda ou uma essência, imune a variações tipificadas como

secundárias ou inferiores pelos dispositivos discursivos-profissionais. Não significa que, em Clausewitz, a guerra poderia ser subsumida a um mero receituário, já que sofria alguma variação dada pela contingência. Não foi por outra razão que esses discursos de autoridade, porque revestidos pelo aspecto científico e metodológico, ensejavam, por exemplo, a separação da estratégia e da tática, para logo conviverem também com a logística. É no século XIX, em meio ao boom tecnológico da revolução industrial, que se constrói um discurso científico da guerra, ou uma gramática permanente da guerra.

Tal gramática, por sua vez, especializava e distinguia, a partir de outros parâmetros, a atividade militar, relegando-a ao seio do Estado. Se após a década de 1790 a guerra pertencia também ao povo, porque era assunto corrente entre os cidadãos patriotas, Clausewitz encontrou um modo de domesticá-los mediante um discurso científico. Sua guerra era politizada, mas seu Estado também era militarizado. Na política ou na guerra – se essa segregação pode ser aceitável, em Clausewitz – a ação popular devia ser subordinada, em grande medida graças à eficácia de um discurso técnico-científico excludente.

Em contrapartida, os generais – segundo ainda Clausewitz, com propensão à “genialidade” porque detentores da etiqueta promovida pela guerra – deveriam estar na cúpula do Estado, instituição responsável aliás pelo próprio grau de civilização da nação. É o autor mesmo quem nos esclarece e argumenta: “para conduzir toda uma guerra a um fim glorioso (...) é preciso um conhecimento profundo dos dados políticos superiores do Estado. Aqui, a condução da guerra coincide com a política e o general torna-se ao mesmo tempo homem de Estado”.⁶⁴ Se a concepção de uma grande Germânia passaria por um *ethos* guerreiro,⁶⁵ Clausewitz advogava um projeto de nação dirigido por generais, que fariam, em simultâneo, a política e a guerra, dotadas de discurso próprio que poderia contribuir para os contornos mais seguros da clivagem social.

John Keegan, ao revés, nega a possibilidade de a guerra funcionar como continuação da política para todos os povos e todas as culturas, isto é, como

⁶⁴ CLAUSEWITZ. *Da Guerra*, *Op. Cit.*, p. 70.

⁶⁵ ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 146.

experiência comum a toda a humanidade. Para isso, ora desvela culturas em que a guerra é limitada, ora demonstra como, em outros povos, é ritual. A partir dessa ótica, portanto, o arcabouço clausewitziano seria produto de um modo ocidental de guerrear dotado de características específicas e circunscritas ao espaço europeu, ao passo que teria provido o suporte ideológico aos dois conflitos mundiais, de que o pensador prussiano, em decorrência, teria sido o “pai”, afirmação que deve ser apreendida com cuidado perante um flagrante reducionismo.

Contra a guerra total se dirigiu também Huizinga, ainda que tenha usado um conceito pré-cultural para embasar sua crítica. Isto é, a guerra perde sua lógica racional (como quisera Clausewitz) e cultural (como, ao revés, propôs Keegan), para ser incorporada ao elemento lúdico do qual ela emerge na forma de cultura enquanto idealização, visão que se encontra engastada no cenário europeu do período entreguerras. Dessa maneira, a civilização só seria possível com certa permanência do elemento-lúdico traduzido como “fair-play” e obediência às regras do sistema internacional, em franco desrespeito nesse período.

Tal necessidade de prevalência do ordenamento jurídico internacional foi ressaltada também por Keegan para quem o emprego de tropas militares tenderia a restringir-se a missões de paz, num contexto em que os excessos militares da recém-acabada guerra fria não encontravam mais sua justificativa e sentido. Ao prescrever que essas tropas deveriam aprender com outros modos de guerrear distintos do ocidental, na esperança de negar a guerra como continuação da política, foi suplantado pela realidade da militarização do oriente e acirramento de tensões globais, para além das intervenções militares que continuaram garantindo os interesses geopolíticos de determinados Estados.

Com esta perspectiva comparada, na qual buscamos destrinchar os enlaces das teorias de três pensadores distintos acerca do conflito humano, esperamos ter contribuído para evidenciar como a guerra dialoga com os termos civilização e barbárie, de maneira que é necessário reverter a tendência cientificista (ou doutrinária) de apreender a teoria de Carl von Clausewitz como universalmente válida, ao passo que sua oposição direta e declarada por John Keegan tampouco oferece explicações conclusivas para a guerra, que pode, por exemplo, ser

contestada como categoria cultural a partir de um olhar lúdico proposto por Johan Huizinga.

Referências Bibliográficas

BONAPARTE, Napoleão. **Sobre a Guerra**. Organização de Bruno Colson. Rio de Janeiro: Civilização, 2015.

CLAUSEWITZ, Carl. v. **Da Guerra**. Tradução de Maria Teresa Ramos. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CLAUSEWITZ, Carl. v. **Vom Kriege**. Altenmünster: Jazzybee Verlag, [s.d.].

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. São Paulo: Forense Universitária, 2008.

CÔRTEZ, Norma. Cultura e ludicidade em José Ortega y Gasset e Johan Huizinga. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 456, p. 253-266, 2012.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: uma História dos Costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. V. 1.

ELIAS, Norbert. **Os alemães: a luta pelo poder e evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FERES JÚNIOR, João; SÁ, Maria Elisa Noronha. Civilização. In: ___ (org.). **Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 2019-232.

GARLAN, Ivon. **Guerra e Economia na Grécia Antiga**. Campinas: Papyrus, 1997.

GAY, Peter. **O cultivo do ódio: A experiência burguesa, da Rainha Vitória a Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GINZBURG, Carlo. **Medo, reverência, terror: Quatro ensaios de iconografia política**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**. Kettering: Angelico Press, 2016.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KEMP, Tom. **A Revolução Industrial na Europa do Século XIX**. Tradução de José M. Lima. Lisboa: Edições 70, 1985.

MAYER, Arno J. **A Força da Tradição: A persistência do Antigo Regime (1848-1914)**. São Paulo: Companhia as Letras, 1987.

MÁXIMO, Mário. Guerra e ética em Aristóteles. *In*: FIORI, José Luís. **Sobre a Guerra**. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 103-118.

PARET, Peter. Clausewitz. *In*: ____ (org.). **Os construtores da estratégia moderna**. Tradução de Joubert de Oliveira Brízida. 2. ed. Rio de Janeiro: Bibliex, 2015. p. 235-272.

RÜSEN, J. Historiografia comparativa intercultural. *In*: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 115-137.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl. Apresentação. *In*: ____ (org.). **Por que a Guerra? Das Batalhas Históricas à ciberguerra: uma história da violência entre os homens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 7-18.

THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina. História comparada: olhares plurais. **Phoênix**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 9-30, 2004.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e Estados europeus**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da USP, 1996.

TREMONTE, Thiago. Clausewitz e o senso nacional. *In*: RESTIER, Renato; LOUREIRO, Marcello; CHAGAS, Fabíola; e PAULA, Luiz Carlos (orgs.). **A Guerra e a Formação dos Estados Nacionais Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013, p. 13-32.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédic (dir.). **De la comparaison à l'histoire croisée**. Paris: Seuil, 2004.

WINTON, R. I.; GARNSEY, Peter. Teoria Política. *In*: FINLEY, Moses (org.). **O Legado da Grécia: uma nova avaliação**. Brasília: Editora da UnB, 1998. p. 49-78.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. A representação da sociedade e do poder. *In*: HESPANHA, António Manuel (org.). **História de Portugal, o Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 121-145.

Recebido: 18/05/2020
Aprovado: 15/07/2020

CORDIALIDADE: CRÍTICA NIETZSCHIANA E AMBIVALÊNCIA DO HOMEM "MODERNO" BRASILEIRO EM *RAÍZES DO BRASIL* (1936)

Damião Duque Farias¹

Resumo: o artigo analisa a noção de cordialidade na obra *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio B. Holanda. Seguimos as pistas de E. Chaves, ao explorar, no livro de Holanda, a referência a Nietzsche. De modo divergente a Chaves, interpretamos que não seria possível a aproximação entre os valores sociais que orientam o homem cordial e os "dogmas liberais". Os valores do personalismo, recepcionados da Ibéria, ainda predominavam na cultura brasileira e foram avaliados, por Holanda, incompatíveis com os valores da moral compassiva liberal. Fruto de dois mundos (o antigo e o moderno), a cordialidade brasileira em Holanda apresenta certa ambivalência, sendo o seu caráter mais visível, "lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade", uma das faces da moeda. Em virtude dessa ambivalência, o autor nutriu expectativas a que cordialidade fosse nossa contribuição à civilização, mas, a via política para a "nossa revolução" estava mais próxima de uma forma política a suplantarem as formas liberais.

Palavras chaves: Nietzsche; Sérgio Buarque de Holanda; *Raízes do Brasil*.

CORDIALITY: NIETZSCHEAN CRITICISM AND AMBIVALENCE OF THE "MODERN" BRAZILIAN MAN IN *RAÍZES DO BRASIL* (1936)

Abstracts: the present article analyzes the notion of cordiality in the book *Raízes do Brasil* (1936), by Sérgio B. de Holanda. We followed cues that were pointed by E. Chaves when exploring a reference to Nietzsche in Holanda's book. Differently from Chaves, we interpreted that an approach between the social values that guide the cordial man and the "liberal dogmas" would not be possible. The values of personalism, received from Iberia, still prevailed in the Brazilian culture and were evaluated by Holanda as incompatible with the values of the compassionate liberal moral. Product of two worlds (the old one and the modern one), the Brazilian cordiality, in Holanda, presents quite ambivalence. Its most visible character, the delicacy in the treatment, the hospitality and the generosity, would be one side of the coin. Due to the singularity of this culture, the author nourished expectations that the cordiality was our contribution to civilization, but the policy for "our revolution" was closer to a political form to supplant the liberal forms.

Keywords: Nietzsche; Sérgio Buarque de Holanda; *Raízes do Brasil*.

Em artigo alusivo aos 100 anos da morte de Nietzsche, ocorrida em 1900, Ernani Chaves apresentou, na Revista *Cult*, uma interpretação, em chave nietzschiana, sobre o "homem cordial" (a mais famosa caracterização social-psicológica do homem brasileiro, a partir do livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado em 1936).² A análise do autor caminha através da contraposição entre sentimentos espontâneos, do homem cordial, e a polidez que

¹ Docente Associado da FCH/UFGD. Email: damiaofarias@ufgd.edu.br O presente é resultado das pesquisas efetuadas durante estágio de Pós-Doutorado, junto ao Programa de Filosofia da UNIOESTE – PR, Campus de Toledo, sob a supervisão do Prof. Dr. Wilson Antonio Frezzatti Júnior.

² CHAVES, Ernani. *Raízes do Brasil* e Nietzsche. *Cult*: Revista Brasileira de Literatura, São Paulo, ano IV, n. 37, p. 52-55, ago. 2000.

caracteriza o comportamento na civilidade; realiza, ainda, uma abordagem do “horror às distâncias”, da cordialidade, como sentimento profundo de toda moral da compaixão, de acordo com interpretação de *Assim falou Zaratustra – um livro para todos e para ninguém*, obra nietzschiana de 1883. No entanto, nos parece que a conclusão do artigo não faz jus a essas interessantes reflexões sobre o texto buarquiano. Vejamos suas considerações finais:

Em última instância, liquidar a “velha ordem colonial e patriarcal, com todas as consequências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar”. Só assim a cordialidade poderia se reconciliar com as “construções dogmáticas da democracia liberal”. Só assim, diria Nietzsche, seria possível ao “homem cordial” tornar-se o que é e cumprir o bom augúrio de Ribeiro Couto: o “homem cordial” como a “contribuição brasileira para a civilização”.³

Temos a impressão de que a suposição dessa conjectura sobre a “reconciliação” entre o homem cordial e as instituições liberais dogmáticas somente é possível a partir de uma abordagem de *Raízes do Brasil* em sua versão final, após as profundas alterações textuais que o seu autor promoveu nas 2^a, 3^a, 4^a e 5^a edições. Acreditamos ser bastante difícil essa aproximação, tendo em conta apenas o texto da primeira edição de 1936. Nosso objetivo é assim refazer o caminho de Ernani Chaves, na expectativa de contribuir com novas perspectivas sobre a relação da obra *Raízes do Brasil* e seu autor, com a filosofia nietzschiana.

Crise do pátrio poder

O livro ensaio de Holanda, interpretado por muitos olhares, possui importante fortuna crítica em artigos, livros, teses e dissertações. Avaliamos que há um ponto que de modo geral foi negligenciado pelos autores, qual seja: a estrutura do livro foi organizada em sete capítulos, mas, subjacente a ela, apresenta outra divisão, mais significativa para a compreensão do texto. Existem duas partes, em *Raízes do Brasil*, mais ou menos correspondentes ao que poderíamos destacar em termos periódicos: a primeira parte relativa aos tempos pré-coloniais e coloniais, e a segunda aos tempos pós-coloniais ou novos tempos.

³ CHAVES, *Op. Cit.*, p. 55.

A primeira parte reúne os quatro primeiros capítulos (Fronteiras da Europa; Trabalho e Aventura; Passado Agrário; Passado Agrário [continuação]) e, a segunda parte, os três capítulos finais (O Homem Cordial; Novos Tempos; Nossa Revolução). Parece-nos interessante notar que as duas partes iniciam-se com capítulos cujos objetivos são promover avaliações psicológicas do tipo humano protagonista das ações sociais. No primeiro período, o “homem ibérico” (Capítulo I – Fronteiras da Europa) desliza para o “aventureiro português” (Capítulo II – Trabalho e Aventura) e, no caso da segunda parte, a análise ocorre sobre o brasileiro típico dos séculos XIX e XX, sob a figura do “homem cordial” (Capítulo V – O Homem Cordial).

Essa divisão, em duas partes, é sustentada de modo bastante vigoroso por Holanda com o uso das noções de **crise** e de **ruptura** que ocorrera na passagem do século XVIII para o XIX; esse período congregou os importantes acontecimentos relativos ao desprendimento do Brasil de sua metrópole e a formação da nação moderna e independente. O autor irá qualificar essa fase histórica brasileira como inícios da “Nossa Revolução”. Na verdade, os movimentos da ruptura estender-se-iam até o final do século XIX, mais precisamente até o fim do regime de escravidão em 1888, conformando-se assim um **lento cataclismo**.

Para além ou aquém dos acontecimentos políticos e econômicos que tiveram lugar no período, devemos estar atentos a outro fenômeno histórico singular, de caráter cultural e psicossocial, significativo em toda a vida nacional, que foi o surgimento do tipo **homem cordial**. Registra-se que, até àquela altura de suas análises (V Capítulo – O homem cordial), Holanda, ainda, não introduzira essa “figura” decisiva na avaliação psicológica dos brasileiros e, por conseguinte, de suas influências em todas as dimensões da vida do Brasil independente no período do Império e, posteriormente, sob regime republicano.

Para produzir o efeito da incisão pretendido nas noções de crise e ruptura que apresentava, o autor lançou mão de uma referência artística clássica, a tragédia *Antígona*, de Sófocles.⁴ Imaginamos, no caso, o esforço do autor em esclarecer as

⁴ É provável que Sérgio B. de Holanda tenha se inspirado em Hegel, *Fenomenologia do Espírito* (1807), para a imagem construída sobre a crise brasileira, utilizando-se da tragédia *Antígona*. Hegel quis demonstrar a superioridade da eticidade na modernidade europeia em relação à Grécia Clássica. Em Holanda as perspectivas são bastante distintas como veremos. Cf. SCALDAFERRO, Maikon Chaidier Silva. A família e o Estado: *Antígona*, Hegel e as raízes do Brasil. **Griot: Revista de Filosofia**, Amargosa,

interações entre a tragédia e a vida social das cidades-estados gregas, no período mais florescente da história cultural. É certo que Holanda, crítico literário e ativo participante do modernismo brasileiro, estaria atento aos significados dos concursos, entre autores trágicos, no universo agonal da vida pública grega. Integrada à ordem cosmológica das pólis, a encenação da tragédia refletia questões existenciais do homem grego, levando-o à renovação de seus compromissos com a sociedade e com os deuses.

Holanda usa o confronto entre Creonte e sua sobrinha, Antígona, para realçar o caráter pungente de crise e ruptura, talvez a mais dramática de todos os tempos da história da humanidade, conforme define. A narrativa trágica diz respeito à ruptura e passagem do período histórico centrado nos poderes, relações e obrigações familiares, para outras formas de vida social, na qual o poder do Estado, em suas formas abstratas, em nome de seus cidadãos, se opõe à anterior racionalidade dominante, dos laços domésticos, superando-a.

O conflito entre Antígona e Creonte é de todas as épocas e preserva a sua veemência ainda em nossos dias. Em todas as culturas, o processo pelo qual a lei geral suplanta a lei particular, faz-se acompanhar de crises mais ou menos graves e prolongadas, que podem afetar profundamente a estrutura das sociedades. O estudo dessas crises constitui um dos temas fundamentais da história social.⁵

A fim de apresentar o caráter holístico da referida ruptura, Holanda utiliza outro exemplo, mais próximo temporalmente, ou melhor, cronologicamente da crise brasileira, que reside na passagem do regime de trabalho corporativo, no qual “... mestre e seus aprendizes e jornaleiros formavam como uma só família, cujos membros se sujeitam a uma hierarquia natural, mas que partilham das mesmas privações e confortos...”,⁶ para o regime moderno de produção industrial que, ao separar empregados e empregadores, produziu a luta de classes e fez desaparecer as relações humanas e toda a esfera de intimidade reinante outrora. Acarretou, por

BA, v. 14, n. 2, p. 152-166, dez. 2016. Disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/griot/article/view/720/436>. Acesso em 09/2019.

⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936. p. 94.

⁶ *Ibidem*, p. 96.

outro lado, a abstração das relações, sendo que o empregado agora seria apenas um número, bem como, introduziu no mundo da produção típicas relações sociais caracterizadas pela distância e ausência de responsabilidade dos empregadores em relação aos seus empregados, tanto na remuneração quanto nas condições de trabalho.

Um breve parêntesis: além de apresentar o caráter amplo daquela ruptura na história da humanidade, creio que Holanda, com a análise do parágrafo anterior, pretendeu demarcar uma diferença importante, tematizada anteriormente nos capítulos iniciais de *Raízes do Brasil*. A crise brasileira não possuía o mesmo significado, os mesmos desdobramentos dos acontecimentos revolucionários nos países da Europa e da América do Norte. Outra diferença: essa crise, da passagem do trabalho corporativo para o assalariamento na Europa (exceção da Rússia, dos Balcãs e da própria Ibéria) seria, ainda, uma “pálida ideia” do monstruoso abalo cujos resultados substituíram os “laços de afeto e de sangue”, próprios da família, por relações abstratas, sob o domínio do Estado e da empresa capitalista moderna.

De todo modo, para o autor, seria possível encontrar restos daquele poderio familiar ainda no mundo moderno a resistir, mesmo nas grandes cidades, sob novas condições de vida. Holanda aponta, ainda, que a resistência daquele modo antigo era maior e efetiva onde predominara o tipo de família de poder patriarcal, como no caso brasileiro. Eis, provavelmente, o fundamento da singularidade de nossa formação histórica moderna.

Na sequência de suas análises, o historiador, aparentemente, avalia os educadores que propõem uma educação das crianças, na qual o predomínio da família fosse decrescente em favor das instituições sociais mais amplas. De modo que a juventude se adaptasse mais favoravelmente a uma nova sociabilidade de virtudes antifamiliares, e “que repousem no espírito de iniciativa pessoal e na concorrência entre os cidadãos”.⁷

Para o autor, esta mesma concepção era responsável pelas críticas aos novos institutos sociais criados na contemporaneidade. Aqueles institutos tendiam a condenar “toda sorte de competições”. Mas, o historiador brasileiro assevera que os

⁷ *Ibidem*, p. 98.

formuladores de tal argumentação em favor do espírito de concorrência individual se esquecem de observar algo sumamente importante – pois, apenas pela primeira vez na história da humanidade “se erigiu a concorrência entre os cidadãos em valor social positivo”.⁸ Além disso, eles deveriam atentar para o fato de que os valores socioculturais de outrora, inseridos em suas próprias temporalidades, não eram considerados causas de indivíduos inadaptados, muito pelo contrário: “Em outras épocas deve ter existido maior harmonia, maior coincidência entre as virtudes que se formam e que se exigem no recesso do lar e as que asseguram a prosperidade social e a ordem entre os cidadãos”.⁹

Ressalte-se a intenção do autor em elaborar um contraponto àquela crítica liberal (de “toda sorte de concorrência individual”) contra os “novos institutos”, responsáveis pela formulação de políticas de seguro e previdência social. Evidentemente, o autor está a refletir sobre as proposições mundo afora, na Europa, América do Norte e mesmo no Brasil, instituidoras de maior presença do Estado no mundo da produção econômica e que, com variadas gradações, reorientavam as relações entre capital e trabalho, e, para além delas, caracterizavam uma maior presença estatal na vida social. Portanto, nota-se o objetivo de Holanda, àquela altura de suas reflexões, ao ponderar sua análise com duas avaliações: a primeira sobre a singularidade da crise e a ruptura histórica na sociedade brasileira, por não possuir o mesmo significado das transformações ocorridas no hemisfério Norte; e a segunda, sobre a frágil e tardia supremacia dos valores liberais na sociedade.

Esta espécie de parêntesis, para marcar a singularidade do caso brasileiro e também para fazer um contraponto ao pressuposto supra-histórico das ideologias liberais democráticas, servirá para lançar novas luzes sobre a crise brasileira, que aludimos em parágrafos anteriores. Com o autor, voltemos a ela.

Holanda afirma que desde os tempos coloniais, no Brasil, imperou o “tipo primitivo de família patriarcal”. Devido às necessidades modernas da urbanização, com a inversão hierárquica paulatina entre cidade e mundo rural, produziu-se o recrutamento de indivíduos para as novas funções de Estado e para muitos serviços urbanos que se desenvolviam. Mas, naquele contexto histórico (após vinda da

⁸ *Idem.*

⁹ *Idem.*

família real, em 1808, como ficaremos sabendo nos capítulos seguintes), foram ainda os “elementos da massa dos antigos senhores rurais”, do sistema doméstico e senhorial, “ainda em pleno viço”, que responderam ao desafio das formas institucionais modernas entre nós, tanto nos espaços públicos quanto nos privados.

Para Holanda (o problema fora aventado em capítulos anteriores), o nosso processo histórico diferia substantivamente da América do Norte (EUA, evidentemente) como também da Europa Ocidental (das regiões do velho continente onde predominou o desenvolvimento clássico do feudalismo). Nessas regiões do Ocidente, no período moderno, predominou a criação de formas de vida sociais, econômicas e culturais, cujo substrato foi o desenvolvimento do *ethos* específico da vida urbana, dos livres e concorrentes negócios, sob o domínio de uma mentalidade racionalista e dos valores éticos voltados à solidariedade universal e à colaboração entre os sujeitos sociais, favoráveis à organização e coesão sociais em escalas amplas, ainda que sob o valor da competitividade individual.

Decorreu de tais condições o desenvolvimento de específicas relações entre os domínios público e privado. Se tomássemos, como modelos comparativos, as formações típicas de organização e gestão do Estado, “gestão patrimonialista” versus “gestão racionalizadora burocrática”, conforme Max Weber, veríamos que a experiência no Brasil caminhou no sentido do estabelecimento da primeira, no qual a rede de interesses pessoais, familiares e domésticos se impõe e predomina sobre a lógica da impessoalidade e do interesse público abstrato em nome da sociedade. No Brasil, a supremacia foi do patrimonialismo, construída a partir dos “laços de sangue e de coração”.

Assim, a crise brasileira da passagem da esfera do poder familiar para o poder de Estado moderno não se resolveu plenamente, com a superação de um modo sobre outro. Pois se, por um lado, avançava a lógica da urbanização, que destruía, paulatinamente, as estruturas sobre as quais se assentava o poder antigo da família patriarcal primitiva e, também, lançava a necessidade de comportamentos e papéis sociais em conformidade com o pensamento moderno liberal democrático, dominante em todo o Ocidente, voltado à formação de um Estado racional, e caracterizado pela impessoalidade – ícones do mundo civilizado; por outro lado, no caso brasileiro e, de certo modo, para a Ibéria e restante da América Latina, as

condições predominantes de uma vida sociocultural assentada sobre os valores da personalidade e ou organizada a partir do pátrio poder dominante no mundo rural levava à recriação dos antigos laços de preponderância afetiva para os lugares onde, supostamente, não deveriam existir. Assim, o liberalismo fora infecundo sobre a vida sociocultural brasileira.

Deste modo, a realidade brasileira compunha-se de duas sociabilidades justapostas e cujas lógicas de interação eram antípodas entre si – uma com os valores da impessoalidade, próprios do mundo moderno, onde predominavam as instituições liberais democráticas, e outra, da pessoalidade, sob a influência dos valores da família. Foi essa específica condição histórica, bifronte, que levou Holanda a considerar o liberalismo como uma força exterior e infecunda à vida brasileira, uma força de “superfetação”, incapaz de interagir e criar a partir das tradições portuguesas e mestiças brasileiras.

A crise que teve o seu lugar nas terras colonizadas pelos portugueses na América era avaliada, ainda, mais dramática porque dela nascera o “homem cordial” e o seu significado suplanta ou incorpora as tensões relacionadas à caracterização das funções públicas e privadas, se patrimonialista ou racionalista, abstrata e impessoal.

O homem cordial

O próprio Sérgio Buarque de Holanda a certa altura da análise do perfil psicológico do “homem cordial” revelou que:

No “homem cordial”, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro – como bom americano – tende a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros. Foi um pouco a esse tipo humano que se dirigiu Nietzsche, quando disse: “Vosso mau amor de vós mesmos fez de vosso isolamento um cativoiro”.¹⁰

¹⁰ *Ibidem*, p. 103. Na tradução de Paulo Cezar de Souza: “Vosso mau amor a vós mesmos transforma em prisão vossa solidão.” Cf. NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012. p. 58.

Em concordância com o professor Ernâni Chaves, pensamos que não foi por acaso esse excerto do livro *Assim falou Zaratustra – um livro para todos e para ninguém* (1883), do “psicólogo” Nietzsche, para orientar a avaliação do típico homem e do Estado brasileiros, esta “periferia sem centro”. Neste sentido, acreditamos que seria produtivo, aos nossos propósitos, interpretar o texto nietzschiano. Ressalve-se, desde já, o aspecto demarcatório de diferença, no início do último período da citação acima, que denota a expressão “foi um pouco a esse tipo humano”. A própria noção de tipologias, ou de “tipos humanos” já significava a articulação de um *continuum* de valores, nem sempre rigidamente separáveis.

A frase é parte de um dos discursos de Zaratustra intitulado “Do amor ao próximo”, da primeira parte do livro. Esse discurso é seguido por outro com o título “Do caminho do criador”. Ambos compõem uma sequência de críticas à noção de altruísmo, enquanto ideal de comportamento social na modernidade, que Nietzsche classifica como moral de rebanho; *pari passu* exorta à busca e criação do **si mesmo**, por um caminho de solidão e instituição do *pathos* da distância.¹¹

A crítica ao ideal do altruísmo ou à moral da compaixão, como mais comumente aparece nos textos nietzschianos, pode ser bem compreendida na leitura de outros livros, por exemplo, *Aurora* de 1881 (ver aforismos de número 63, 79, 115, 116, 131-148 e 517) e *Além do bem e do mal* (ver aforismos de número 220-225), publicado em 1886. Nesses textos, o filósofo alemão argumenta que a moral da compaixão, sob a forma cristã “do amor ao próximo” ou sob a forma das afecções simpáticas das ideias modernas, é herança e produto imemorial da intervenção e invenção dos sacerdotes e seus poderes sobre as comunidades humanas. A instituição de poderes sacerdotais ocorrera na exploração de um modo quase inerente ao viver voltado para o “tu”, para a vivência enquanto “nós”, quase tão antigo quanto o homem.

Para Nietzsche, fora o medo, antropologicamente ancestral, de estar só e em constante perigo na natureza, despossuído de instrumentos naturais de defesa e frente a outros seres visíveis e não-visíveis, o que explicaria essa disposição humana para o “tu”, para o próximo, como algo inextricável à segunda natureza humana, da

¹¹ *Ibidem*, p. 76-80.

sua fisiologia e cultura. Exatamente, para tamanha necessidade social, Nietzsche afirma que o homem desenvolveu a linguagem e as funções que lhes correspondiam, por exemplo, a consciência, enquanto instrumentos de seres que precisavam criar redes de sociabilidades. Neste sentido, as nossas formas da linguagem comum são funcionais à exigência coletiva de um “nós”, à produção representativa do meio e das relações envolventes para o “tu”; por isso, ao longo do tempo, muito pouco foi criado em torno de uma linguagem que expandisse a compreensão do “eu”, o “si mesmo”, sobre o corpo e a totalidade dos impulsos que o constituem.

Em relação à moral da compaixão criada por poderes sacerdotais, levada a um grau extremo pelo cristianismo no Ocidente, em tempos recentes (antes e após a Revolução Francesa) ocorreu um desdobramento realizado pelas ideologias modernas, pretensamente seculares e que, na verdade, seriam prolongamentos do ideal cristão. De acordo com a filosofia nietzschiana, todos os chamados “ideais modernos” seja a dignidade da humanidade, o Estado representante da Nação, a fraternidade dos povos, são formas reificadas de um “nós”: visam conformar o indivíduo a um todo. No livro *Aurora*, em aforismo de título “Os últimos ecos do cristianismo moral”, Nietzsche expõe esse desdobramento da moral da compaixão que extrapola a fórmula cristã, pois nesta ainda havia um resíduo de egoísmo e de interesse, já que a salvação eterna era “pessoal”. Na modernidade, o dogma do amor compassivo, a máxima do “amor ao próximo” se sobrepõe àquele da salvação destinada a cada pessoa, para se transformar em *amor à humanidade*:

Quanto mais se aprofundava a separação desses dogmas, mais se procurava de algum modo *justificar* essa separação por um culto de amor à humanidade: não ficar atrás em relação ao ideal cristão, mas passar-lhe à frente se possível, esse foi o secreto agulhão dos livres pensadores franceses Voltaire e Auguste Comte: e este último, com sua célebre máxima moral “*viver para os outros*”, supercristianizou, com efeito, o cristianismo. Schopenhauer na Alemanha, John Stuart Mill na Inglaterra, conferiram a maior celebridade à doutrina dos sentimentos simpáticos e da compaixão ou da utilidade para os outros, como princípio de ação: mas eles não foram senão ecos – essas doutrinas surgiram em toda parte ao mesmo tempo, sob formas sutis e grosseiras, com uma vitalidade extraordinária, desde a época da Revolução Francesa aproximadamente, e todos os

sistemas socialistas se colocaram como que involuntariamente no terreno comum dessas doutrinas.¹²

Para Nietzsche, todo tipo de moral da compaixão, de moral de rebanho, tem por solo fértil as épocas e ou comunidades, grupos sociais frágeis, doentios e decadentes. Por isso, seria um espírito de negação, *nihilista*, o elemento decisivo a formar o substrato que predomina nas morais compassivas, na mesma medida em que elas atuam a favor dos ideais ascéticos, de além-mundos, sejam eles nomeados de “o paraíso”, “o progresso das luzes”, “o futuro positivo”, “a revolução”, “o socialismo”, todos seriam formas morais em desfavor do aquém, contra a vida.

Compreende-se que tamanha energia voltada à formação de um “nós”, sob variadas formas e fórmulas, exige, antes de tudo, um desprezo do “si mesmo”; mas nada possuímos para sermos amados! Falariam os homens do espírito da negação. Mas Nietzsche questiona: como poderia seres tão desprezíveis, que de modo geral, nutrem os sentimentos de vingança e ressentimentos, serem fonte de amor verdadeiro? Se a moral da compaixão, em suas expressões mais antigas como o cristianismo ou sob as formas modernas dos sentimentos simpáticos, pressupõe a identificação com o sofrimento do outro, com o próprio do outro, não seria o caso de percebermos que há aí tão somente uma projeção de si sobre o outro, e, portanto, um desdobramento do próprio ódio?

O desprezo de si, o mau-olhado, os sentimentos de ira, vingança e ressentimentos, transformam as pessoas em seres reativos, incapazes para a ação, impedidos para o verdadeiro criar. Por isso, Nietzsche, no discurso “O caminho do criador”, em *Assim falou Zaratustra*, exorta para que ensinemos, antes de tudo, o amar a si mesmo, cujo desenvolvimento não ocorre por via da busca do “tu” ou do “nós”, mas antes na busca do “eu”. O seu caminho, “o caminho do criador”, é o encontro consigo, a solidão, a invenção do *pathos* da distância, como ensinaria toda moral de força e saúde ascendente, aristocrática, criativa em oposição à moral compassiva.

Retomemos, agora, o fio da análise de “o homem cordial” de Holanda, na expectativa de que os parágrafos anteriores nos ajudem na reflexão, ao lançar luzes

¹² NIETZSCHE, Friedrich. **Aurora**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso, 2016. p. 95.

sobre algumas regiões sombrias que, ainda hoje, persistem na fortuna crítica de *Raízes do Brasil*. Anteriormente afirmamos que a cordialidade nasce em meio à profunda crise, na passagem de uma sociabilidade centrada no poder patriarcal e na vida doméstica e familiar rural para outra sociabilidade expansiva sobre a anterior, caracterizada pela urbanização, pelo poder do Estado nacional, e por ideias e ideologias abstratas e racionalistas, cujos princípios são os liberais democráticos.

Holanda iniciou a avaliação da cordialidade brasileira com “lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas pelos estrangeiros que nos visitam, formam um aspecto bem definido do caráter nacional”.¹³ Na sequência, o autor desdobrou a análise propondo uma comparação com uma sociabilidade caracterizada pela civilidade, pois esta exigiria um grau de força de vontade, de coerção e hierarquia sobre si mesmo, inexistentes na cordialidade. Para favorecer o leitor, o autor toma como exemplo a polidez que se manifesta nos comportamentos sociais dos japoneses. Nestes, as formas rituais de reverência polida, de respeito e autonomia frente ao outro, muito se aproxima da atitude de “veneração à divindade”, própria do xintoísmo.¹⁴

Os modos da polidez seriam máscaras, um disfarce que a pessoa inventa para a vida em sociedade, como uma “defesa contra a sociedade”. O objetivo da polidez é preservar a pessoa, estabelecer uma distância entre o “eu” e o “nós”, ao bloquear o olhar às verdadeiras emoções e sensibilidades individuais. Ela, assim, “revela-se um dos mais decisivos triunfos do espírito sobre a vida”.¹⁵ Com ela, o indivíduo se mantém forte, contínuo e soberano ante as forças da sociedade.

¹³ HOLANDA, *Op.Cit.*, p. 101.

¹⁴ É curioso que Sérgio B. de Holanda tenha usado, como exemplo de polidez e civilidade, os comportamentos ritualísticos e muito próprios dos japoneses, derivados do xintoísmo. Tanto mais curioso, pois são conhecidas as exigências de reverência e respeito, com suas disposições hierárquicas às divindades daquela religiosidade e que foram transpostas para o convívio social (na época de domínio da dinastia meiji – 1880-1946, em uma perspectiva nacionalista e de oposição às religiosidades adventícias como o budismo). No período mencionado, o xintoísmo foi transformado em religião de Estado e os signos de reverência às hierarquias sociais foram reforçados, já que o próprio Imperador fora caracterizado como pessoa divina. É difícil sabermos o quanto Holanda considerava extensiva a presença da polidez/civilidade para outros povos e regiões. Também chama a atenção a noção de civilidade que abarca um conjunto de comportamentos e papéis sociais criados e desenvolvidos pelas cortes aristocráticas europeias à época do Renascimento.

¹⁵ HOLANDA, *Op. Cit.*, p. 102.

Efetivamente, essas descrições a respeito da polidez se aproximam dos comportamentos e valores que Nietzsche atribuiu a outro tipo humano: as castas aristocráticas, uma cultura criada e nomeada por uma estirpe humana nobre. Uma vontade nobre, ou suficientemente forte, seria aquela que, dado a sua condição fisiológica saudável, naturalmente produz um sentimento de desprezo sobre o que lhe é externo e que se vê acima e a partir do alto. O tipo “homem aristocrático”, o homem bom, é aquele cuja força criativa nomeia o mundo, segundo seus sentimentos de riqueza e poder, dos quais nasceria seu traço peculiar, o *pathos* da distância:

O *pathos* da nobreza e da distância, como já disse, o duradouro, dominante sentimento global de uma elevada estirpe senhorial, em sua relação com uma estirpe mais baixa, com um “sob” – eis a origem da oposição “bom” e “ruim”. (O direito senhorial de dar nomes vai tão longe, que nos permitiríamos conceber a própria origem da linguagem como expressão de poder dos senhores: eles dizem “isto é”, marcam cada coisa e acontecimento com um som, como que apropriando-se assim das coisas).¹⁶

Aparentemente, nada mais contrário a esse sentimento ou necessidade de distância do que o brasileiro e sua cordialidade. A cordialidade é a forma viva e espontânea daquilo que é fórmula, aparência e criação da vontade na polidez. Enquanto o ideal da reverência na polidez, como afirmamos anteriormente, é preservar-se frente à sociedade, o homem cordial dela se serve, para libertar-se do horror de viver e apoiar-se em si mesmo.

Nada mais significativo dessa aversão ao ritualismo social, que exige, por vezes, uma personalidade fortemente homogênea e equilibrada em todas as suas partes, que a dificuldade em que se sente, geralmente, o brasileiro de uma reverência prolongada ante um superior.¹⁷

O seu mais específico desejo é estabelecer, o mais rapidamente possível, intimidades com o outro, romper com todas as distâncias. Exemplos, demonstrativos dessa vontade de intimidade e ausência de hierarquia e controle dos instintos, podem ser verificados no uso abusivo do “você”, que na prática substitui o

¹⁶ NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral**: uma polêmica. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 19.

¹⁷ HOLANDA, *Op. Cit.*, p. 103.

uso do pronome da segunda pessoa.¹⁸ Ainda pode ser citado o abuso do sufixo diminutivo nas palavras e a ausência de tratamentos imperativos na construção das frases. Mesmo nas relações onde menos se imaginaria a presença da intimidade, como na vida dos negócios, percebe-se que o seu êxito depende da capacidade de se estabelecer relações amigáveis entre as pessoas. Ou, também, para fazer uma contraposição à imagem da reverência religiosa nas práticas xintoístas, Holanda chama a atenção para os modos que os brasileiros, de acordo com Gilberto Freyre, transformam a liturgia em divertimento, festa e intimidade com as autoridades da Igreja, santos e com o menino Jesus.

A ausência de um sentimento formativo de verticalidade em nossa cultura (tal como entrevista no povo russo, por Spengler), caracterizaria nossas formas de culto religioso, decorrente da significativa influência popular marcada pela superstição e imaginação. Ela sinaliza a ausência do que seria desejável a uma vida mais coesa e organizada do brasileiro.

Essa forma de culto – a única que consegue florescer entre nós – representa uma transposição característica para o domínio religioso desse **horror às distâncias** que parece constituir, ao menos até agora, o traço mais específico do espírito brasileiro.¹⁹

Nota-se a formulação abrangente que Holanda estabelece, por meio das manifestações das religiosidades e da própria organização religiosa de “superfície”, sobre a vida social do brasileiro. A cordialidade brasileira é, em tudo, fruto da incapacidade para a tirania da vontade sobre os sentimentos, pelo bloqueio a uma dada vontade poderosa que imperasse sobre os sentidos. Daí o seu caráter anárquico, transigente e disposto a todo tipo de acordo, a produzir um mundo sem forma, ou talvez de uma multiplicidade de formas, sem que se estabeleça a ordem necessária. Pode-se concluir que:

A antipatia instintiva pelas formas ritualísticas, que vimos notando através das várias esferas de nossa vida social, pode justificar-se em

¹⁸ Uso que coincidiria com o território onde foi intensiva a escravização de negros. Aqui, Holanda retoma a lógica, desenvolvida em capítulos anteriores do livro, segundo a qual, a escravização e miscigenação racial de negros e indígenas, *pari passu* à violência instituída, reforçou certas disposições voltadas à ausência de orgulho de castas e de raças dos portugueses, produzindo a intimidade entre diferentes grupos sociais e raciais.

¹⁹ *Ibidem*, p. 107, grifo nosso.

parte por isso, que no fundo tais formas não nos são necessárias. Normalmente nossa reação ao meio em que vivemos não é uma reação de defesa. A vida íntima do brasileiro não é bastante coesa, nem bastante disciplinada para envolver e dominar toda a personalidade, ajustando-a como uma peça consciente ao ambiente social. Ele é livre, pois, para se abandonar a todo o repertório de ideias e gestos que encontra em seu meio, ainda quando obedeçam ao mais rigoroso formalismo.²⁰

Temos, no homem cordial, exatamente o oposto do que seria recomendável, de uma coesão da vontade para o estabelecimento de um estilo, de uma beleza, conforme apresentou Nietzsche:

Também a beleza de uma raça ou de uma família, sua graça e benevolência nos gestos é algo pelo qual se trabalhou: é, tal como o gênio, a conclusão de trabalho acumulado de gerações. Deve-se ter realizado grandes sacrifícios ao bom gosto [...], deve-se tê-lo tomado como princípio para selecionar a companhia, lugar, vestimenta, satisfação sexual, deve-se ter preferido a beleza à vantagem, ao hábito, à opinião, à inércia. Diretriz suprema: nem diante de si mesmo se deve “*deixar-se ir*”.²¹

No entanto, existe uma diferença que reputamos crucial: as advertências e críticas do filósofo alemão estão dirigidas especialmente para o homem europeu e norte-americano da modernidade do século XIX; este homem médio, vulgar, animal de rebanho, voltado ao trabalho e ao consumo, para o ordenamento impessoal, e sob a ética das ideologias simpáticas modernas, próprias do liberalismo democrático. Ele é o grau máximo da domesticação do bicho homem, alcançada em escala societária ampla. Nele, praticamente desapareceram os instintos de seus antepassados, que propiciavam a condução da vida às formas alegres e potentes, dados os valores pertinentes à audácia, o destemor frente ao perigo, o pendor para grandes jogos e feitos. O homem moderno, da moral da compaixão, com sua hipersensibilidade à dor e ao sofrimento voltou-se ao ideal da felicidade e do bem estar; ele representa o fruto de uma época fraca, dificilmente comparável a épocas mais ricas da história da humanidade: os tempos da Grécia clássica, do Renascimento, da nobreza europeia dos séculos XVI e XVII.

²⁰ *Ibidem*, p. 110.

²¹ NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos Ídolos, ou como se filosofa com o martelo**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 96-97.

No caso brasileiro, analisado por Holanda, este típico homem moderno, produto da formação secular na América do Norte e na Europa não teve lugar na Ibéria, na América Latina e, especificamente, em terras da colonização portuguesa. Aqui, aquele indivíduo voltado à concorrência individual, atomístico, comprometido com os valores do trabalho e da moralidade puritana religiosa, não existiu enquanto figura dominante. Entre nós, no tempo da disseminação das ideologias e intencionalidades institucionais liberais, se produziu, por meio delas, como vimos parágrafos acima, o homem cordial. A cordialidade, talvez, fosse a forma de reinvenção do personalismo em novas condições históricas.

Pois, as energias instintivas do “homem cordial” continuam a visar os objetos e meios que denotam pessoalidade, comodidade, honra e prestígio pessoal. Não estão submetidos às vias da constituição de uma sociedade organizada por um ideal da sociabilidade moderna, do associativismo anônimo e do puritanismo punitivo. Assim, até que ponto poderíamos estender as críticas de Nietzsche sobre o homem médio, vulgar europeu, para o caso de nossa cordialidade!? Holanda teria passado ao largo dessa incongruência quando usou a frase dos discursos de Zaratustra para caracterizar o “homem cordial”?

Estamos, talvez, diante de um paradoxo. Aparentemente esperançoso, Sérgio Buarque, em páginas anteriores de sua obra, ao iniciar a avaliação dos valores da cordialidade, diz o seguinte: “O escritor Ribeiro Couto teve uma expressão feliz, quando disse que a contribuição brasileira para a civilização será a cordialidade – daremos ao mundo o ‘homem cordial’”.²² A fortuna crítica de *Raízes do Brasil* destaca esse impasse entre os aspectos negativos e as expectativas positivas sobre o homem cordial.

Em uma tentativa para esclarecer a questão, deveremos retornar ao fio condutor da análise produzida em *Raízes do Brasil*. Holanda, nos primeiros capítulos do livro, após elaborar uma avaliação sobre os valores éticos que conduziam o colonizador ibérico, especialmente os portugueses nas regiões tropicais e subtropicais, o caracterizou como um “tipo aventureiro”, que não obstante a qualidade voltada à plasticidade e adaptabilidade, possuía uma cultura cujos traços

²² HOLANDA, *Op. Cit.*, p. 100.

fundamentais valorizavam, como nenhum outro povo europeu, a **personalidade**. O específico da cultura dos povos ibéricos persistira no período da história contemporânea daqueles povos, bem como nas regiões americanas por eles colonizadas, como foi o caso brasileiro:

É que nenhum (povo) desenvolveu a tal extremo essa cultura da personalidade, que parece constituir o traço mais decisivo na evolução da gente hispânica, desde tempos imemoriais. Pode dizer-se, realmente, que pela importância particular que atribuem ao valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes, devem espanhóis e portugueses muito de sua originalidade nacional.²³

Caracterizava o culto à personalidade, o valor e a extensão em que o indivíduo independe de outro, de que suas forças o bastem para viver. Tais virtudes soberanas da pessoa marcaram as instituições ibéricas desde o tempo da antiguidade clássica e estariam expressas de modo bem representativo pela expressão “sobranceria”, que significa etimologicamente a noção de superação. “Mas a luta e a emulação que ela implica eram tacitamente admitidas e admiradas, engrandecidas pelos poetas, recomendadas pelos moralistas e sancionadas pelos governos”.²⁴

Destaca-se, também, que ao lado da exaltação extrema da autonomia da personalidade, outra virtude dos povos ibéricos, aliás, sua virtude suprema, era disposição para aceitar ordens: “obediência cega, e que difere do ideal germânico e feudal da lealdade – tenha sido até agora para eles o único princípio político verdadeiramente forte”.²⁵ A obediência era avaliada como a mais rara e preciosa das virtudes entre os ibéricos. Exatamente em razão da necessidade de se conterem as paixões do indivíduo, adequando-as à vida em comunidade. Ela representava o obstáculo aos riscos da desagregação e anarquia social.

Mas, no que se refere ao “português aventureiro” – um típico perfil psicológico – que para os novos mundos se desabalou, ele não podia reproduzir as mesmas condições históricas da Ibéria. Seja por falta de recursos, seja pela força de influência dos meios, as tendências à autarquia, à anarquia e desordem social

²³ *Ibidem*, p. 05.

²⁴ *Idem*.

²⁵ *Ibidem*, p. 14.

imperaram. As instituições “privadas” ou “públicas” criadas não tinham o poder de se constituírem em freios àquelas tendências, pelo contrário, acabaram recebendo em suas formas os germes inerentes a elas.

Disso, resultou uma vida social quase invertebrada, cujo único poder positivo e organizativo das relações entre os diversos grupos constitutivos da vida na colônia – sempre em pequenas escalas temporais e espaciais – foi o primitivo poder patriarcal que tudo podia, caprichosa e despoticamente, o único a fornecer a ideia de uma autoridade reconhecida, de respeitabilidade, obediência e submissão. Mas, dado o caráter jurisdicional ou local desse poder, evidentemente não era capaz de, por si somente, estabelecer um ordenamento social amplo, próprio de instituições estatais, inclusive constituir um sistema sócio cultural de mediações que, na prática, atuasse favoravelmente ao ordenamento de si, dos próprios instintos pessoais.

Ora, quando Holanda trata do “lento cataclismo”, ao longo do século XIX, ele fala da destruição desse poder, cujos restos ainda eram visíveis na sociedade imperial, mas tendiam ao desaparecimento. No entanto, a paulatina morte do poder familiar e patriarcal, não era o pressuposto necessário para a morte dos valores da personalidade. Diverso disso, aliás, Holanda quer demonstrar (nos capítulos VI e VII, que analisamos em outros artigos²⁶) a sobrevivência dos seus traços, em meio aos destroços dos vínculos de ascendência familiar em crise, e, também, no bojo da inviável institucionalidade liberal democrática, dentre outras variações das ideologias de afecções simpáticas, todas elas incapazes de acolher e dar uma forma adequada àqueles valores positivos (no sentido de que lhe são inerentes capacidades e forças) da personalidade, que sobreviviam na gente brasileira desde a Ibéria.

Assim, existe uma ambivalência na cordialidade. Ela nasce da cisão que, no processo histórico de formação da nação independente, forjou a institucionalidade sob formas liberais e, com isso, produziu a exterioridade do homem brasileiro e sua cultura – o homem cordial é um ser cindido. A ambivalência é produzida no entrelaço de duas sociabilidades bem características: uma formada pelos restos do familismo, cujas formas não se mantêm frente ao imperativo das ideologias

²⁶ Conforme artigos, ainda inéditos: “Revolução e Nihilismo em *Raízes do Brasil* (1936)”; “O problema da forma, da cultura e do Estado em *Raízes do Brasil* (1936)”.

liberais adventícias que se firmavam dominantes no século XIX, e a outra criada pela crescente urbanização e mundos dos negócios capitalistas, cujas formas produzidas na Europa e na América do Norte eram nomeadas naquele tempo de **americanismo** (arranjos de uma sociabilidade voltada ao trabalho, aos negócios, à produção, ao controle da sexualidade, nas instituições e ideologias do “amor ao grande número”, o “amor à humanidade”), mas que era “interiormente inexistente entre nós”.²⁷

A questão que Holanda está a acentuar, desde as primeiras linhas do livro, nos parece ser a seguinte: os brasileiros, dentre outros povos americanos, não participam dessa raiz cultural que produziu o homem europeu e norte-americano, não possui os elementos que se desdobraram no “americanismo”. As raízes do Brasil seriam outras, como vem afirmando, somos um “povo mestiço”, descendentes de ibéricos e da específica e longeva cultura dos valores da personalidade, à qual se mesclaram influências negras e indígenas, mas somente aquelas que lhes eram aparentadas, pois: “A experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora verdadeiramente os traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajustes aos seus quadros de vida”.²⁸

A análise do autor ainda quer demonstrar que em decorrência das formas liberais não encontrarem correspondências efetivas na cultura mestiça do brasileiro, elas não alcançaram também o desenvolvimento de freios ou contrapesos naturais às disposições instintivas do personalismo à anarquia e à desordem social. E mesmo o que anteriormente constituía um centro mínimo de referência e ajuste para o desenrolar societário, que era o pátrio poder e os quadros do interesse familiar, foi corroído desde os tempos do Império, para desaparecer no período da República.

Do exposto, deriva o argumento de que a cordialidade é o evidente abandono de si em direção aos outros, ao “nós”. Mas, enquanto que no homem europeu moderno esse movimento está direcionado pelas ideias e ideais da moral da compaixão e ideologia simpáticas – nas formas civilizatórias ocidentais – o homem cordial vale-se delas como fórmulas, máscaras para ser o que efetivamente o constitui: os desdobramentos de sentimentos e afetos espontâneos, voltados à

²⁷ HOLANDA, *Op. Cit.*, p. 147.

²⁸ *Ibidem*, p. 15.

proximidade corpórea na amizade, familiaridade e intimidade – trata-se de outro “nós”, em outra chave interpretativa; não se trata de uma abstração formalística.

Destarte, as formas agradáveis ao olhar estrangeiro, “lhaneza no trato”, “hospitalidade”, “generosidade”, são apropriações aparentes de manifestações profundas do *ethos* sentimental e instintivo da cordialidade, elas significam a subversão às fórmulas de convivência da polidez estrangeira, para efetivamente abolir as distâncias. Por outro lado, devemos ter em mente que o homem cordial tem por fundamento de suas ações e experiências o **coração**.²⁹ Nele, as paixões e a personalidade são soberanas. E, como expressou Holanda na polêmica com Cassiano Ricardo, os sentimentos e paixões, pessoalíssimos e desregrados no homem cordial, não se direcionam somente para os “comportamentos agradáveis”, como também àqueles derivados do ódio, conformados em atos de vingança, crueldade e sangue.

Deste modo, as formas institucionais legais e culturais almejadas, desenvolvidas nas miragens dos valores europeus e norte-americanos – liberais democráticos ou outros específicos, deles desenrolados – não passariam de uma roupagem, formas inadequadas, descompassadas do verdadeiro ritmo, do fluxo e refluxo do homem brasileiro e sua tendência emocional transbordante – no amor e no ódio, cujas aparências, nos modos da cordialidade, mal dá conta de conter e, talvez, sejam formas específicas e transitórias da sobrevivência dos valores da personalidade.

Mas, reafirmamos, no interior dessa “periferia sem centro”, várias são as disposições instintivas presentes. O homem cordial ainda era portador dos valores positivos do personalismo, os únicos que entre nós e, sobre eles, se poderia criar as formas de uma institucionalidade própria, concernente a essa específica cultura; talvez uma outra cordialidade, sendo que as suas formas reivindicavam invenção, criação.

Quem sabe, Holanda partilhasse essa expectativa com outros de sua geração. Oswald de Andrade, em participação no Primeiro Congresso Brasileiro de Filosofia, realizado em março de 1950, no Instituto Brasileiro de Filosofia São Paulo,

²⁹ Holanda esclareceu a questão em polêmica contra Cassiano Ricardo. Cordialidade não corresponderia à bondade, mas a sentimentos do coração, em um *continuum* de amor e ódio.

apresentou artigo intitulado “Um Aspecto Antropofágico da Cultura Brasileira: O Homem Cordial”, no qual afirma:

O “Homem cordial” tem no entanto dentro de si a sua própria oposição. “Ele sabe ser cordial como sabe ser feroz”.

Brinton, citado por Briffault, afirma:

“Na cultura primitiva é duplo o sistema de moral. Existe boa vontade, amor, auxílio, mas tudo, aplicável aos membros do próprio clã, da tribo ou da comunidade; mas, de outro lado há aversão, inimizade, roubo e assassinio a se aplicar contra o resto do mundo.” No contraponto agressividade-cordialidade, se define o primitivo em *Weltanschauung*. A cultura matriarcal produz esse duplo aspecto. Compreende a vida como devoração e a simboliza no rito antropofágico, que é comunhão. De outro lado a devoração traz em si a imanência do perigo. E produz a solidariedade social que se define em alteridade.³⁰

Trata-se, evidentemente, de desenvolvimentos que o escritor fez sobre as ideias e ideais do Movimento Antropófago, liderado por ele e iniciado com o “Manifesto Antropófago”.³¹ Mas, certamente trata-se aqui já de uma projeção sobre o homem cordial, de uma reinvenção da cordialidade. Holanda, ao analisar os trabalhos apresentados no referido Congresso de Filosofia, afirmou que não comentaria o artigo de Oswald de Andrade... “por falsa modéstia”.³²

Por acaso, existiria, ainda, alguma “dentição” no homem cordial? Os aventureiros modernistas, provavelmente, distinguiam-no do homem vulgar europeu, pois aquele “tipo brasileiro” preservara capacidades para alguma maldade. Ao homem cordial, restavam forças para morder, ainda devorar como um belo animal selvagem. Quem sabe, o homem cordial não fosse, ainda, manso o suficiente para a adesão às ideologias de afecções simpáticas! Ou, ainda, que suas disposições pulsionais fossem contrárias e rebeldes aos ideários da revolução francesa.

³⁰ ANDRADE, Oswald de. Um Aspecto Antropofágico da Cultura Brasileira: O Homem Cordial. In: _____. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1970. p. 43.

³¹ Diga-se que uma das referências para o “Manifesto...” foi o filósofo Nietzsche, como indicam a bibliografia e outros escritos do modernista. Ver a respeito, por exemplo: AZEVEDO, Ana Beatriz Sampaio Soares. 2016. 199 f. **Antropofagia**: palimpsesto selvagem. 2016. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Programa de Teoria Literária e Literatura Comparada, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

³² HOLANDA, Sérgio Buarque de. Em torno de um congresso. In: COSTA, Marcos (org.). **Sérgio Buarque de Holanda**: Escritos coligidos: Livro II (1950-1979). São Paulo: Perseu Abramo: Editora da UNESP, 2011. Este artigo foi publicado no Diário Carioca, 1951, 77.

Deste modo, podemos retomar nossas considerações iniciais e, enfim, propor uma conclusão provisória e alternativa àquela elaborada por Ernani Chaves a respeito de uma possível reconciliação entre o “homem cordial” e as “construções dogmáticas da democracia liberal”.

Considerando os argumentos apresentados, é aparentemente certo que Holanda aventou, no interior da profunda crise civilizacional do período entre guerras, somada aos impasses históricos da sociedade brasileira, na década de 30, indicar uma alternativa política para que a cordialidade brasileira viesse a ser uma “contribuição à civilização”. Mas, para nós, ela passaria ao largo de qualquer proposição de ajustamentos aos quadros dos dogmas liberais e, também, de outras ideologias a ele decorrentes e imanadas, todas elas derivadas do espírito ou moral da compaixão.³³

Acreditamos ser possível lançar, neste texto, uma interpretação elaborada em outro artigo: em *Raízes do Brasil*, na sua versão de 1936, o autor buscou como alternativa às formas do Estado brasileiro, constituídas desde o século XIX, uma institucionalidade que superasse, ao mesmo tempo, o liberalismo e também o profascismo (caudilhismo) da cultura política brasileira e latino-americana, para ir ao encontro de formas consonantes e promotoras dos valores do personalismo, os únicos positivos entre nós, conforme Holanda asseverou diversas vezes. Talvez, essas seriam formas institucionais que desdobrassem a própria cordialidade, reinventando-a.³⁴

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Ana Beatriz Sampaio Soares. 2016. 199 f. **Antropofagia**: palimpsesto selvagem. 2016. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Programa de Teoria Literária e Literatura Comparada, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropófago. In: ___. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1970.

³³ Desenvolvemos essas questões no artigo intitulado “Revolução e *nihilismo* em *Raízes do Brasil*, 1936”, ainda inédito.

³⁴ Desenvolvemos essas questões no artigo intitulado “O problemas da forma, da cultura e do Estado em *Raízes do Brasil*, 1936”, ainda inédito.

ANDRADE, Oswald de. Um Aspecto Antropofágico da Cultura Brasileira: O Homem Cordial. In: ____ **Obras completas**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1970.

CHAVES, Ernani. *Raízes do Brasil* e Nietzsche. **Cult**: Revista Brasileira de Literatura, São Paulo, ano IV, n. 37, p. 52-55, ago. 2000.

COUTO, Rui Ribeiro. El hombre cordial, producto americano. In: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **Sérgio Buarque de Holanda**: Raízes do Brasil: edição comemorativa 70 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 397-398.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Em torno de um congresso. In: COSTA, Marcos (org.). **Sérgio Buarque de Holanda**: Escritos coligidos: Livro II (1950-1979). São Paulo: Perseu Abramo: Editora da UNESP, 2011. p. 74-79.

NIETZSCHE, Friedrich. **Aurora**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso, 2016.

NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos Ídolos, ou como se filosofa com o martelo**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal**: prelúdio para uma filosofia do amanhã. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral**: uma polêmica. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCALDAFERRO, Maikon Chaidier Silva. A família e o Estado: Antígona, Hegel e as raízes do Brasil. **Griot**: Revista de Filosofia, Amargosa, BA, v. 14, n. 2, p. 152-166, dez. 2016. Disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/griot/article/view/720/436>. Acesso em 19/10/2020.

SÓFOCLES. **Antígona**. Tradução de Donaldo Schuler. Porto Alegre: L&PM, 2011.

Recebido: 18/05/2020
Aprovado: 25/07/2020

